

dossiê temático n38

edição 38  
vol. 14, nº 2  
set. 2022/jan. 2023  
issn: 1984-6150

Mulheres,

gênero,  
feminismos

a reescrita da  
História a  
partir do Sul  
Global



Revista de História

Temporalidades

revista discente do programa de pós-  
graduação em história da ufmg



## Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
Edição 38, v. 14, n. 2 (Set. 2022/Jan. 2023) – Belo Horizonte: Departamento de  
História, FAFICH/UFMG, 2023

Quadrimestral a partir de 2013 / Semestral em 2022

Títulos e resumos em português e inglês

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>  
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

### Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

### Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

*e-mail:* [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com) *homepage:* [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2023.

## Expediente

### Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

### Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

### Departamento de História

Chefe: Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Prof. Dr. Rafael Scopacasa

### Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### Comissão Editorial 2022/2023

Hellen Silvia Marques Gonçalves

Karina Aparecida de Lourdes Ferreira

Luiz Araújo Ramos Neto

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares

Nathalia Guimarães e Sousa

Renata Lopes

Stella Ferreira Gontijo

### Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas

Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

### Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

### Revisão

Hellen Silvia Marques Gonçalves

Karina Aparecida de Lourdes Ferreira

Luiz Araújo Ramos Neto

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares

Nathalia Guimarães e Sousa

Renata Lopes

Stella Ferreira Gontijo

### Diagramação e montagem

Luiz Araújo Ramos Neto

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares

**Capa** Nathalia Guimarães e Sousa

**Open Journal Systems/Banco de Dados**

Stella Ferreira Gontijo

## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adna Gomes Oliveira (UNIVERSO)  
Alexandro Neundorf (UFPR)  
André Rodrigues de Freitas (UEM)  
Antonia Aparecida Quintão (Mackenzie)  
Bruna Reis Afonso (UFMG)  
Bruno César Pereira (UFSCar)  
Daise Silva dos Santos (UERJ)  
Danielle Christine Othon Lacerda (UFRJ)  
Deivid da Costa Trindade (UNINTER)  
Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UEPB)  
Eduardo de Melo Salgueiro (UNIFESSPA)  
Eduardo Silveira Netto Nunes (UFAC)  
Eric Fagundes de Carvalho (UFRJ)  
Erick Vinicius Pereira Lopes (PUC-MG)  
Erivaldo Sales Nunes (IFBA)  
Erivan Cassiano Karvat (UEPG)  
Felipe Moreira Barboza Duccini (UFBA)  
Felipe Riccio Schiefler (IFFar)  
Fernando Bagiotto Bolton (UESPI)  
Flávia Cópio Esteves (IFRJ)  
Flavia Fernandes de Souza (UFF)  
Gabriel Bandeira Alexandre (UFPE)  
Gino de Castro Pinori (UNB)  
Heloísa Maria Teixeira (IFSUDOESTEMG)  
Isaac Cassemiro Ribeiro (IFSULDEMINAS)  
Jheuren Karoline Costa de Souza (UFPA)  
José Endoença Martins (UNIANDRADE)  
Kelly Caroline Appelt (UFMG)  
Kelly Chaves Tavares (UFPA)  
Laila Thaís Correa e Silva (UNICAMP)  
Mariana Gino (UCAM)  
Marina Lima Rocha Pereira (UFF)  
Mariana Rabelo de Farias (UFMG)  
Marjorie Nogueira Chaves (UnB)  
Mateus Gustavo Coelho (UFSC)  
Miléia Santos Almeida (UFOB)  
Natanael de Freitas Silva (UFRRJ)  
Rafael Haddad Cury Pinto (UFF)  
Raquel Hoffmann Monteiro (USP)

Raylane Marques Sousa (UNB)  
Rodrigo Luis dos Santos (IFFar)  
Samuel Torres Bueno (UFMG)  
Sergio Cesar Junior (UNIFESP)  
Tânia Regina Zimmermann (UEMS)  
Tatiana de Carvalho Castro - UFF  
Vagner Silva Ramos Filho (UNICAMP)  
Vinicius Alexandre Rocha Piassi (UFRN)  
Vinicius Reis Furini (UFRGS)



## SUMÁRIO

**Editorial – Mulheres, gênero, feminismos: a reescrita da História desde o Sul Global ....** 09-15

Karina Aparecida de Loudes Ferreira

### Dossiê

**Mulheres, gênero, feminismos: a reescrita da História desde o Sul Global**

**Apresentação .....** 16-21

Mariana de Moraes Silveira

**No futuro, que história das mulheres contaremos a partir do Sul?/ En el futuro, ¿Qué historia de las mujeres contaremos del Sur? .....** 22-37

Ana Cristina Figueiredo de Frias

**E não sou eu uma mulher?/ And I am not a woman? .....** 38-53

Carla de Oliveira Romão

**Entre a Escrita Negra e a Escrita Feminina de Resistência à Escravidão/ From Black Writing to the Writing of Black Women's Resistance to Slavery .....** 54-78

José Endoença Martins

**Racismo Genderizado: a mulheridade negra em *No seu pescoço* (2009)/ Gendered Racism: Black Womanhood in Chimamanda Adichie's *The Thing Around Your Neck* (2009) .....** 79-102

Bruna Gonçalves Ferreira

**A trajetória da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917)/ The writer's trajectory from Maranhão Maria Firmina dos Reis (1822 - 1917) .....** 103-123

Maria do Carmo Lima de Oliveira Cavalcante

**A escrita de si produzida por Carmen Santos nas páginas do Jornal das Moças/** The self-writing produced by Carmen Santos in the pages of *Jornal das Moças* 1931 – 1934 ..... 124-145

Tatiana de Carvalho Castro

**Imprensa alternativa negra e a escrita decolonial: o prelúdio do Nzinga Informativo/** Black alternative press and decolonial writing: the prelude to *Nzinga Informativo* ..... 146-165

Danyela Barros Santos Martins de Queiroz

**A colonialidade de gênero: encontros e desencontros contemporâneos sobre o gênero na América Latina/** The gender coloniality: contemporary agreements and disagreements about gender in Latin America ..... 166-175

Felipe Cromack de Barros Correia

**De quem é essa história: o local da memória histórica das mulheres nos espaços públicos de Porto Alegre** Who is this story: the place of historical memory of women in public spaces in Porto Alegre ..... 176-194

Betina Gamalho

**O capitão cafetão e o bordel cívico-militar em Fortaleza dos anos 1940/** The pimp captain and the civic-military brothel in Fortaleza in the 1940s ..... 195-208

José Humberto Carneiro Pinheiro Filho

**As mulheres foram à luta: A militância feminina estudantil na Ditadura Militar brasileira/** Women went to fight: Female student militancy in the Brazilian Military Dictatorship ..... 209-234

Bruna Ferreira Lopes

**As masculinidades populares são hegemônicas? Notas sobre masculinidades, gênero e poder na Bahia (Feira de Santana)/** Are Popular Masculinities Hegemonic? Notes about masculinities, gender and power in Bahia (Feira de Santana) ..... 235-255

Alessandro Cerqueira Bastos

## Artigos Livres



**O inventário do inventário: uma análise micro-histórica/** The inventory of the inventory: a micro-historical analysis ..... 256-283

Leonardo Augusto de Oliveira Rodrigues da Silveira

**Representações da violência, da pobreza e da resistência cotidianas nos ‘Poemas da Colonização’ de Oswald de Andrade/** Representations of everyday violence, poverty and resistance on Oswald de Andrade’s “Poemas da Colonização” ..... 284-302

Valdeci da Silva Cunha

**As ondas do rádio na nova capital em construção: A Rádio Nacional de Brasília (1958-1960)/** Las ondas de radio en la nueva capital em construcción: La Radio Nacional de Brasília (1958-1960) ..... 303-327

José Gomes do Nascimento

**Do cocheiro invisível ao protagonista negro: as representações dos trabalhadores nos filmes de horror/** From the invisible coachman to the black protagonist: the representation of workers in horror’s movies ..... 328-350

Gilson Moura Henrique Junior

**Luiz Rosemberg Filho: um cineasta “marginal”?/** Luiz Rosemberg Filho: a marginal filmmaker? ..... 351-371

Izabella Cardoso da Silva

**Escrita urbana: a cidade como protagonista da resistência contra a ditadura militar brasileira/** Urban writing: the city as a protagonist of the resistance against the Brazilian military dictatorship ..... 372-398

Samuel Leite Fonseca Romão

**Ditadura Civil-Militar (1964-1985): Educação e Civismo - Um estudo de caso sobre a EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca-CE/** The Civil-Military Dictatorship (1964-1985): Education and Civility – A case study on EEM Joaquim Magalhães from Itapipoca-CE ..... 399-410

Antonio Robson Oliveira

**Um estudo sobre o furto no mundo do trabalho em Salvador durante a Primeira República/**  
**Un estudio sobre el hurto en el mundo del trabajo en Salvador durante la Primera República**  
..... 411-432

Osnan Silva de Souza

***Que bloco é esse: reflexões sobre o racismo no carnaval de Salvador nas últimas décadas (1999-2022)/*** **What block is this: reflections on racism in the carnival of Salvador in the last decades (1999-2022)** ..... 433-449

Davi Miguel de Souza Santos

**Cibercultura e docência no século XXI: Novos desafios a partir das considerações de Pierre Lévy/** **Cyberculture And Teaching In The 21st Century: New Challenges Based On Pierre Lévy's Considerations** ..... 450-460

Deivid da Costa Trindade

**A dinâmica política e religiosa neerlandesa no seiscentos: uma análise das implicações do contexto da República das Províncias Unidas para seus empreendimentos expansionistas/** **The Dutch political and religious dynamics in the 1600s: an analysis of the implications of the context of the Republic of the United Provinces for its expansionist ventures** ..... 461-488

Rodrigo Bastos de Assis Ferreira

## Transcrições

**Saltando as barreiras do matrimônio: as estratégias de Pulcheria Maria para se divorciar no Brasil joanino** ..... 489-550

Elias Theodoro Mateus

**Reflexos da Conferência de Berlim (1884-1885) nas relações entre Portugal e o país de Gaza**  
..... 551-559

Luiz Felipe Florentino

## Resenhas



**Jörn Rüsen: Repercussões sobre a teoria e o ensino da História no Brasil ..... 560-564**

Andressa Ferreira e Jean Carlos Moreno

## **Entrevistas**

**Entrevista com Ana Maria Veiga ..... 565-569**

**Entrevista com Ana Paula Vosne Martins ..... 570-578**

**Entrevista com Susane Rodrigues de Oliveira ..... 579-589**

## Editorial

### Mulheres, gênero, feminismos: a reescrita da História a partir do Sul global

Karina Aparecida de Lourdes Ferreira

É com muita satisfação que a equipe editorial da *Temporalidades*, revista discente do programa de pós-graduação em História da UFMG, apresenta a sua trigésima oitava edição. O atual dossiê temático *Mulheres, gênero, feminismos: a reescrita da história a partir do Sul global* vem a público no segundo número do décimo quarto volume do periódico. Além dos textos do dossiê, composto por 12 artigos e 3 entrevistas, a edição também traz à comunidade acadêmica 11 artigos livres, 2 transcrições documentais comentadas e 1 resenha, recebidos em fluxo contínuo.

O dossiê reúne um conjunto de trabalhos, em diferentes estágios de amadurecimento, com o objetivo de difundir reflexões sobre temas caros à História das mulheres, aos estudos de gênero e aos movimentos feministas, tendo em vista as particularidades colocadas pelo Sul global. Com esse esforço, pretendemos lançar luz sobre a diversidade social e teórica compreendida nesse amplo horizonte de análise, assim como suas possibilidades e perspectivas. Tratando-se, contemporaneamente, de um panorama de estudos consolidado, extremamente fértil, heterogêneo e multifacetado, ele segue, com suas naturais divergências internas, desafiando paradigmas ditos dominantes, ao reafirmar a existência de vozes, experiências e epistemologias outras. Os fortes vínculos com a História Social, em especial com a História vista de baixo, e com a escrita engajada, que marcaram seu desenvolvimento, conferiram às investigações dedicadas aos temas caros aos estudos de gênero e decoloniais a inconformidade com a História contada a partir de uma perspectiva hegemônica. A fecundidade do panorama deste dossiê, está, como se vê, associada a amplos movimentos de militância e reflexão teórica, ao alargamento das noções de fonte e objeto e outras revisões metodológicas e epistemológicas.

A chamada e a concepção desse número, em agosto de 2022, foram estimuladas por uma conjuntura de recessão política marcada pelo contundente aprofundamento das desigualdades sociais e por um governo que atuou continuamente na direção da promoção do descrédito de nosso frágil regime democrático. Com efeito, em âmbito nacional sofríamos os impactos causados pela ascensão de uma direita ultraconservadora autoritária, cujas pautas afetaram de forma mais brutal os grupos sociais já tradicionalmente mais marginalizados. Cenário que culminou no nefasto



episódio do dia oito de janeiro de 2023. Pensar a história das mulheres, os estudos de gênero, e os feminismos desde o Sul global assume um lugar de centralidade na superação dos retrocessos dos últimos anos e no enfrentamento dos desafios políticos e sociais que se impõem com urgência à nossa sociedade hoje.

A revista *Temporalidades*, nesse sentido, reafirma, mais uma vez, seu compromisso com a produção e difusão do conhecimento histórico, assim como convida a comunidade acadêmica ao engajamento numa análise crítica da realidade. Os constantes ataques feitos nos últimos anos ao conhecimento científico e, de maneira mais severa, às ciências humanas, como na forma dos cortes e desvalorização das bolsas de pesquisa, implicaram em inúmeros contratempos para o nosso campo disciplinar e para todos os aspectos que envolvem o trabalho acadêmico. Essa conjuntura hostil àqueles engajados com a democracia e com o conhecimento científico trouxe dificuldades extraordinárias para os/as profissionais da pesquisa e do ensino de História, mas, ao mesmo tempo, escancarou a incalculável contribuição social de nosso trabalho e, em particular o tanto que este incomoda àqueles que abraçam projetos e práticas autoritárias. É motivada por essas questões que a *Temporalidades* traz para os/as leitores/as a presente edição e reforça a importância do trabalho comprometido com o escrutínio e com a transformação da sociedade.

Tal empreitada não seria possível sem as contribuições de muitos/as pesquisadores/as. Nesse sentido, expressamos publicamente nosso agradecimento à Mariana de Moraes Silveira que nos presenteou com o texto de apresentação desse número. Agradecemos também às entrevistadas Ana Maria Veiga, Ana Paula Vosne Martins e Susane Rodrigues de Oliveira que prontamente aceitaram nosso convite e tão generosamente teceram valiosas considerações para os/as jovens pesquisadores/as interessados no fértil campo temático desse dossiê. Aos/às pareceristas, aos/as quais deve ser creditado parte importante da qualidade dos artigos que publicamos, nosso muito obrigado por oferecerem, através de seu trabalho invisível, condições para o amadurecimento de tantos/as autores/as, não raras vezes, em suas primeiras experiências de publicação. Finalmente, somos muito gratos aos/as autores/as que confiaram seus textos a uma iniciativa completamente discente e sem nenhum tipo de financiamento, que teima em seguir com esse trabalho a despeito dos últimos anos de desmonte da universidade pública.

O dossiê temático é iniciado com a pergunta que dá título ao artigo de Ana Cristina Figueiredo de Frias: *No futuro, que história das mulheres contaremos a partir do Sul?* A autora procurou analisar o significado dos feminismos, a partir de um ativismo digital feminista, que emergiram no contexto da última década (2010-2020) na América Latina. Essa ocorrência ampliou o debate

público em torno do tema, principalmente em função das campanhas #unvioladorensucamino no Chile, #niunaamenos na Argentina e #nãoénão no Brasil.

A seguir, é outra questão que dá o tom do artigo de Carla de Oliveira Romão. Em *E não sou eu uma mulher?* Sobre ser mulher negra, a autora, partindo da produção intelectual de escritoras como Patricia Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro, refletiu sobre as mulheres negras a partir de sua existência corporificada numa sociedade que definiu uma construção política e identitária em torno do ser mulher. A autora também buscou compreender o papel do feminismo negro no interior da luta das mulheres.

No artigo *Entre a Escrita Negra e a Escrita Feminina de Resistência à Escravidão*, José Endoença Martins discutiu as relações entre escrita negra e escrita de mulher negra na literatura Afroamericana. O autor partiu das narrativas de Linda Brent e de Sethe Suggs protagonistas de *Incidents in the Life of a Slave Girl, Written by Herself*, de Harriet Jacobs (1861) e de *Beloved*, de Toni Morrison (1987), respectivamente. O diálogo entre as duas obras e a aproximação entre as duas mulheres foi feita através da noção de conversão política para o autoamor libertador, o qual lhes garantiu a fuga da escravidão para a liberdade.

Bruna Gonçalves Ferreira, no trabalho *Racismo Genderizado: a mulheridade negra em No seu pescoço* (2009) de Chimamanda Adichie, investigou o racismo genderizado por meio de representações e metáforas presentes na narrativa do livro de contos *No seu pescoço* de Adichie. Ao objetivar compreender como o racismo genderizado foi trabalhado pela autora, essa opressão foi percebida pela autora em cinco temáticas distintas: Descolonização, Imigração, Afetividades, Políticas do Corpo e Aspectos Narrativos.

Maria do Carmo Lima de Oliveira Cavalcante, no artigo *A trajetória da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917)*, abordou a trajetória pessoal e profissional de Maria Firmina dos Reis, focando em sua carreira como docente e escritora, bem como em sua relação com a imprensa do Maranhão no século XIX. A autora também discutiu o ressurgimento da escritora a partir da segunda metade do século XX e sua relevância para os estudos acadêmicos atuais, principalmente para àqueles voltados às discussões de gênero e escravidão nos anos de 1800.

O trabalho de Tatiana de Carvalho Castro *A escrita de si produzida por Carmen Santos nas páginas do Jornal das Moças, 1931-1934* tratou do papel autoral de Carmen Santos enquanto cronista e produtora da sua própria escrita por meio da publicação do seu diário pessoal nas páginas da revista ilustrada *Jornal das Moças*, voltada para o público feminino. O recorte temporal condiz com sua intensa presença na discussão do iniciante cinema brasileiro e com a produção do seu filme *Onde a*



*terra acaba*. A autoria de Carmen Santos foi abordada enquanto produzida por uma mulher em uma sociedade que buscava silenciá-la, assim como fez com muitas outras atuantes no início da história do cinema brasileiro.

Em *Imprensa alternativa negra e a escrita decolonial: o prelúdio do Nzjinga Informativo*, Danyela Barros Santos Martins de Queiroz analisou o editorial do jornal *Nzjinga Informativo*, escrito por um coletivo de mulheres negras. A autora procurou identificar os principais pontos levantados sobre as questões de raça e gênero, e observou como eles se contrapunham ao feminismo eurocêntrico, podendo ser localizados posteriormente nas formulações feministas decoloniais.

Em *A colonialidade de gênero: encontros e desencontros contemporâneos sobre o gênero na América Latina*, Felipe Cromack de Barros Correia, fez uma leitura da colonialidade do Poder, Saber e Ser, conceitos formulados no interior do grupo *Modernidade/Colonialidade*. O autor partiu dos escritos de Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres e Walter Dignolo para apontar que, embora ocupados com as opressões iniciadas na colonização das Américas, esses autores não concederam importância para o gênero como produtor de hierarquias e dicotomias, ainda visíveis no presente. Recorrendo então a Maria Lugones, Gayatri Spivak, Karina Bidaseca, Rita Segato e Oyèrónké Oyèwùmí, foram apresentadas diferentes vertentes que problematizaram a existência, ou não, da categoria “gênero” antes da intrusão colonial na América Latina.

Em *De quem é essa história: o local da memória histórica das mulheres nos espaços públicos de Porto Alegre*, Betina Gamalho propôs uma discussão sobre a historiografia e seus silenciamentos. Partindo da observação crítica dos lugares urbanos de memória e dos monumentos públicos de Porto Alegre, a autora buscou compreender o modo como se deu o apagamento histórico das mulheres na cidade.

Em *O capitão cafetão e o bordel cívico-militar em Fortaleza dos anos 1940*, José Humberto Carneiro Pinheiro Filho refletiu sobre o aumento da população na cidade de Fortaleza e a decorrente emergência de discursos, práticas e disputas em relação aos diferentes corpos que passaram a ocupar a espacialidade da cidade. O foco foi direcionado especialmente aos limites corporais e espaciais da prostituição, evidenciando tensões no que se refere às relações de gênero, de raça e de sexualidade.

Bruna Ferreira Lopes, no artigo *As mulheres foram à luta: A militância feminina estudantil na Ditadura Militar brasileira*, problematizou as representações das mulheres que fizeram parte da militância política durante a ditadura militar. Tendo como foco a participação feminina frente ao

movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970, a autora lançou luz sobre os impactos da atuação das militantes frente a então crescente onda de conservadorismo que assolava o Brasil após o golpe de 1964. O objetivo do trabalho foi resgatar a memória destas mulheres, analisando a presença destas nas frentes estudantis por meio de três trajetórias: Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati e Suely Yumiko Kanayama.

É outra pergunta que dá nome ao artigo de Alessandro Cerqueira Bastos e que encerra o dossiê temático. Em *As masculinidades populares são hegemônicas?* Notas sobre masculinidades, gênero e poder na Bahia (Feira de Santana), o autor discutiu a construção de masculinidades pelos segmentos populares no interior da Bahia, em fins do século XX, através da análise de casos encontrados em documentos de natureza jurídica. O autor teve como objetivo compreender de que forma a masculinidade hegemônica definiu esses sujeitos e entrevistou nas experiências, vivências e ideais da classe trabalhadora.

A seção de artigos livres é aberta com o trabalho *O inventário do inventário: uma análise micro-histórica*, de Leonardo Silveira. O autor discutiu a relevância dos estudos micro-históricos e dos inventários para o entendimento dos processos históricos do passado, através da análise da cultura material de uma família ituana do século XIX

Valdeci da Silva Cunha, em *Representações da violência, da pobreza e da resistência cotidianas nos Poemas da Colonização' de Oswald de Andrade*, analisou a criação poética de Oswald de Andrade inserida no capítulo “Poemas da Colonização” do livro *Pau-Brasil* (1925). O autor destacou a presença de uma narrativa centrada na representação da violência, da pobreza e das formas de resistência no cotidiano das relações entre os fazendeiros e a vida dos escravizados do Brasil colonial.

Em *As ondas do rádio na nova capital em construção: A Rádio Nacional de Brasília (1958-1960)*, José Gomes do Nascimento analisou o início das atividades radiofônicas da Rádio Nacional de Brasília no contexto de construção da nova capital. Para o autor, o final da década de 1950 ainda era um momento de afirmação do rádio como meio de comunicação de massa, sendo, por isso, utilizado também como veículo divulgador da iniciativa de construir Brasília.

Gilson Moura Henrique Junior abordou as diferentes formas que a classe trabalhadora se fazia representada nas obras cinematográficas de horror *Drácula* (1958) e *A Noite dos mortos vivos* (1968) em *Do cocheiro invisível ao protagonista negro: as representações dos trabalhadores nos filmes de horror*. O autor trouxe à luz uma trajetória de representações que partiram de uma invisibilidade ou uso acessório de trabalhadores como personagens quase ocultos até o final dos anos 1960,

momento em que estes passaram a atuar como protagonistas dentro das narrativas fílmicas, período que coincidiu com a ocupação de questões raciais e de gênero nas telas de cinema.

Em *Luiz Rosemberg Filho: um cineasta “marginal”?*, Izabella Cardoso teve como ponto de partida o estudo de caso de Luiz Rosemberg Filho, procurando traçar aproximações e distanciamentos entre o cinema marginal e o cinema novo da década de 1970. A autora também analisou o papel desempenhado pela Embrafilme nesse contexto do cinema nacional.

Em *Escrita urbana: a cidade como protagonista da resistência contra a ditadura militar brasileira*, Samuel Leite Fonseca Romão articulou o conceito de espaço aos processos de resistência à ditadura militar brasileira no nível do cotidiano, tendo a escrita urbana como fonte. O autor propôs olhar para as cidades, buscando ver como seus muros e ruas ganham destaque no processo de formação e transformação da sociedade, e, no contexto ditatorial, como o espaço se torna produtor e reproduzidor de uma cultura de resistência.

Em *Ditadura Civil-Militar (1964-1985): Educação e Civismo - Um estudo de caso sobre a EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca-CE*, Antonio Robson Oliveira analisou as reformas e as ações dos militares no campo educacional, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), promovendo paralelos entre o caráter moralizante do ensino, a criação dos Centros Cívicos e o uso do civismo, nas décadas 60, 70 e 80.

Osnan Silva de Souza, em *Um estudo sobre o furto no mundo do trabalho em Salvador durante a Primeira República*, analisou o desenvolvimento do dinamismo do furto no mundo do trabalho em Salvador durante a Primeira República brasileira. Para tanto, o autor investigou jornais e periódicos do período compreendido entre 1889 e 1930, notando uma série de notícias e informações que indicam uma ampla hostilidade entre patrões e empregados.

Em *Que bloco é esse: reflexões sobre o racismo no carnaval de Salvador nas últimas décadas (1999-2022)*, Davi Miguel de Souza Santos analisou a Comissão Especial de Inquérito do Racismo (1999) instaurada para investigar denúncias de criação de barreiras raciais, visando a exclusão de foliões negros dos blocos de trio particulares.

O objetivo de *Cibercultura e docência no século XXI: Novos desafios a partir das considerações de Pierre Lévy*, de Deivid da Costa Trindade, foi abordar os desafios que a docência tem enfrentado com o crescente avanço da cibercultura. O autor partiu dos estudos de Pierre Lévy, os quais destacam a importância da cibercultura nos meios de ensino, para tentar responder à pergunta: qual o papel do professor e sua prática docente frente aos novos desafios impostos pela cibercultura?



Em *A dinâmica política e religiosa neerlandesa no seiscentos*: uma análise das implicações do contexto da República das Províncias Unidas para seus empreendimentos expansionistas, Rodrigo Bastos de Assis Ferreira abordou a relação entre as conquistas ultramarinas e o consequente avanço do comércio neerlandês com o movimento republicano europeu nos Países Baixos. Atritando as influências de questões econômicas, políticas e religiosas, o autor tratou também e emergência da sociedade holandesa no século XVII.

Na seção de transcrições publicamos a contribuição de Elias Theodoro Mateus que disponibilizou ao/a leitor/a a justificação de sevícias de Pulchéria Maria de São José direcionada a seu marido Custódio Alves da Costa, em *Saltando as barreiras do matrimônio*: as estratégias de Pulcheria Maria para se divorciar no Brasil joanino. O documento transcrito suscita inúmeras questões e debates, dentre as quais sobre temas que tocam as relações de gênero no período colonial, aos procedimentos judiciais, sobre os arranjos matrimoniais, familiares e patrimoniais.

Em *Reflexos da Conferência de Berlim (1884-1885) nas relações entre Portugal e o país de Gaza*, Luiz Felipe Florentino apresentou a transcrição de uma cópia de um relatório escrito em 16 de Janeiro de 1888 por Casaleiro d'Alegria Rodrigues, residente chefe em Gaza, para o secretário geral do governo da Província de Moçambique, documento elaborado num contexto de disputa diplomática entre Portugal e Inglaterra. Através de seu conteúdo, é possível identificar o acirramento da corrida colonial africana, os reflexos do princípio de ocupação efetiva estabelecido na Conferência de Berlim, e as implicações desta resolução internacional nas políticas coloniais de Portugal voltadas à Moçambique.

Na seção de resenhas publicamos o texto de Andressa Ferreira, que discutiu a coletânea intitulada *Jörn Rüsen*: teoria, historiografia, didática, lançada em 2022 pela editora Cabana. O livro, que conta com a colaboração de diversos autores, propõe um diálogo sob diversos prismas da vasta obra do historiador alemão, especialista em Teoria e Didática da História.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura e fazemos votos de que o tempo vindouro seja propício à reconstrução do país!

## Que questões o gênero ainda pode suscitar?

Algumas reflexões a partir do dossiê “Mulheres, gênero, feminismos: a reescrita da história a partir do Sul global”

**Mariana de Moraes Silveira**

Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
marianamsilveira@gmail.com

Em 2008, Joan Scott redigiu um ensaio introdutório para um conjunto de textos originalmente apresentados em um fórum promovido pela *American Historical Review* para marcar os 20 anos de publicação de seu influente artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*.<sup>1</sup> Sob um título que poderia ser traduzido como *Perguntas não respondidas*, a conhecida historiadora estadunidense se voltou para a própria trajetória e avaliou o impacto que suas teorizações sobre o gênero e a diferença sexual haviam tido ao longo dessas duas décadas – em um caso raro, diga-se de passagem, de reflexão teórica feita no âmbito da história disciplinar que foi “exportada” para outros setores das humanidades. Scott abriu o balanço crítico dos destinos de seu trabalho mais conhecido com uma expressão de descontentamento perante o fato de que, em 1986, quando submeteu ao mesmo periódico o artigo então celebrado, ela fora obrigada a alterar seu título. A autora queria que o texto se apresentasse ao público não com uma afirmação contundente, mas com um questionamento sobre a utilidade do conceito de gênero – um questionamento cuja resposta não poderia e não deveria ser conhecida de antemão. A revista alegou, porém, que não permitia o emprego de pontos de interrogação nos títulos, e o artigo terminou publicado despido de parte de sua força retórica (SCOTT, 2008, p. 1422), sob uma designação em certa medida contraditória com seus propósitos.

Essa dissonância foi ressaltada por Judith Butler e Elizabeth Weed (2011, p. 1-2) na introdução de uma coletânea dedicada ao feminismo crítico de Scott. Butler e Weed identificaram na atitude de uma das principais publicações acadêmicas da área de história nos Estados Unidos uma resistência ao potencial subversivo dos questionamentos. A forma interrogativa sugeria uma provisoriade e um esforço de desestabilização, mais condizentes com o projeto teórico de Scott que a postura assertiva

---

<sup>1</sup> Traduzido no Brasil ainda nos anos 1990 (SCOTT, 1995).

sobre a “utilidade” (um termo curioso e de sentido pouco claro, como destacam Butler e Weed) do conceito de gênero com que suas reflexões terminaram por ser editadas.

A própria Scott, na mesma conjuntura, expressou certo enfado com os rumos que os estudos de gênero vinham tomando. Para ela, essa “parecia ser uma questão resolvida, uma palavra que tinha-se tornado parte de um vocabulário comum” (SCOTT, 2012, p. 327). O debate proposto pela *American Historical Review* a teria deixado “tanto lisonjeada quanto entediada – lisonjeada pois percebe-se que o ensaio ainda é útil para os historiadores e entediada pois eu senti que tinha exaurido tudo o que eu havia para dizer sobre o assunto” (SCOTT, 2012, p. 328). Entre os elementos que levariam Scott a reavaliar o suposto esgotamento do eixo de estudos pelo qual se notabilizara, estavam polêmicas envolvendo um manual de biologia adotado na França, que continha uma unidade intitulada *Tornar-se homem ou mulher*, e ataques a Judith Butler (tristemente ecoados no Brasil meia década mais tarde, quando uma das maiores figuras em atuação na filosofia veio ao país falar sobre democracia, justamente quando mergulhávamos em uma tormenta política que se mostraria duradoura).

O que ocorre, então, quando as indagações históricas sobre o gênero, as mulheres e os feminismos se entrecruzam com questionamentos que, se não são recentes, ao menos contam com uma renovada ressonância no mundo contemporâneo? O que esses controversos conceitos teriam a contribuir para debates prementes como a crítica à colonialidade, a busca por geopolíticas do saber-poder-prazer (para me apropriar algo livremente de temas caros a Michel Foucault)<sup>2</sup> mais igualitárias, as especificidades das experiências de pessoas que são minorizadas *também* por questões outras que o gênero, disputas de memória, usos públicos da história e variados negacionismos, ou mesmo a catástrofe climática que, cada vez mais, faz-se presente e não futura? Embora lidem com questões bastante variadas, seja do ponto de vista teórico, seja do temático, ou ainda quanto às fontes mobilizadas e aos recortes cronológicos adotados, os artigos reunidos no dossiê agora publicado por *Temporalidades* trazem, se não exatamente respostas a problemas tão vastos e complexos, importantes explorações dos possíveis caminhos que se abrem a partir deles.

A leitura conjunta dos doze artigos permite perceber algumas linhas de força, que convidam a leituras transversais e interações entre diferentes estudos. Ressalto, primeiramente, os textos que contêm chamados à pluralização teórica. O artigo de Felipe Cromack de Barros Correia propõe um

---

<sup>2</sup> Para uma introdução esclarecedora, ver: Foucault (2020, p. 7-43).

panorâmico e informativo debate sobre as relações entre colonialidade e gênero, que tem entre seus méritos o diálogo com autoras relativamente pouco visitadas, como Karina Bidaseca, ao lado de figuras bem conhecidas, como María Lugones, Oyèrónkẹ Oyěwùmí ou Gayatri Spivak. Já Carla de Oliveira Romão, recorrendo ao célebre discurso de Sojourner Truth, proferido ainda em meados do século XIX e tido como uma das primeiras expressões militantes de preocupações com a especificidade das vivências das mulheres negras, avalia as contribuições dos feminismos negros para os estudos históricos e a militância – sem, naturalmente, os dissociar. Ana Cristina Figueiredo de Frias, por sua vez, propõe cruzamentos entre teorizações de autoras ligadas às perspectivas decoloniais e aspectos da militância, indagando-se sobre que histórias poderemos contar sobre o nosso presente e quais seriam as especificidades latino-americanas. Para tanto, tematiza, em particular, as mobilizações feministas que se valem de *hashtags* como #niunamenos e #nãoéñão.

Outro instigante eixo é constituído pelos estudos que propõem interfaces com a literatura. Maria do Carmo L. de O. Cavalcante se ocupa da trajetória de Maria Firmina dos Reis, escritora negra maranhense que viveu entre 1822 e 1917, levantando ao menos duas questões fundamentais: a importância das lutas pelo acesso à educação nos projetos de emancipação feminina e a historicidade dos cânones (no caso, literários, mas poderíamos discutir também os historiográficos), com todas as injustiças e ocultamentos que promovem. José Endoença Martins propõe uma instigante análise de duas obras publicadas com mais de um século de distância, *Incidents in the Life of a Slave Girl, Written by Herself*, de Harriet Jacobs (1861) e *Beloved*, de Toni Morrison (1987), de modo a ressaltar laços entre escritas *da* e *sobre* a escravidão, autobiografia e romance na literatura afro-americana. Bruna Gonçalves Ferreira traz o estudo histórico da literatura para o cenário propriamente contemporâneo, valendo-se do conceito de “racismo genderizado” para interpretar o livro de contos *No seu pescoço*, originalmente publicado em 2009 pela escritora nigeriana radicada nos Estados Unidos Chimamanda Ngozi Adichie.

Com alguma proximidade com essas análises literárias, dois dos trabalhos põem em relevo os laços entre imprensa, militância e escritas de si. Danyela Barros Santos Martins de Queiroz propõe um estudo do jornal *Nzinga Informativo*, ligado ao coletivo cujo nome homenageava igualmente a rainha dos reinos de Ndongo e Matamba, que teve Lélia Gonzalez como um de suas fundadoras. Circulando entre 1985 e 1989, o periódico cumpriu um importante papel na postulação da insuficiência da classe na luta contra opressões, bem como na reflexão sobre as especificidades de ser mulher e negra, em uma perspectiva aproximável do que vem, contemporaneamente, sendo chamado de feminismo



interseccional. Tatiana de Carvalho Castro, por sua vez, volta-se para a vida e os escritos de Carmen Santos, nascida em Portugal em 1904, mas que viveu desde a infância no Brasil. Atuando nos primórdios do cinema no país, tanto como atriz quanto como diretora, Santos manteve no início dos anos 1930 uma coluna no *Jornal das Moças* em que expressava, por meio de uma escrita confessional, seu sofrimento perante uma carreira acidentada, ao longo da qual jamais conseguiu ver reconhecido o pioneirismo com que representava a si própria.

As expectativas em torno dos papéis de gênero e as frequentemente violentas vivências concretas ligadas a elas atravessam os quatro trabalhos remanescentes, que tematizam produções do espaço urbano, possibilidades de ação política e disputas pela memória, na maior parte dos casos lançando luz sobre geografias pouco visitadas pela historiografia. José Humberto Carneiro Pinheiro Filho tematiza as representações da prostituição, a elaboração de divisões territoriais e expectativas sobre corpos na Fortaleza da primeira metade do novecentos, momento em que a cidade passava por um forte crescimento populacional e se transformava de forma profunda. Alessandro Cerqueira Bastos propõe revisões críticas do conceito de “masculinidades hegemônicas”, conhecido sobretudo a partir das teorizações da socióloga australiana Raewyn Connell – uma mulher trans – a partir de um estudo de setores populares em Feira de Santana na Bahia nas últimas décadas do século XX. As fontes privilegiadas, processos criminais, põem em relevo a importância dos mecanismos jurídicos nas produções e reproduções do gênero.

Bruna Ferreira Lopes desenvolve um estudo das trajetórias em grande medida cruzadas de mulheres ligadas a movimentos estudantis e que lutaram contra a ditadura brasileira. Helenira Resende de Souza Nazareth, Suely Yumiko Kanayama e Catarina Meloni Assirati passaram, todas, pelo curso de Letras da Universidade de São Paulo. As duas primeiras, ambas mulheres racializadas (Nazareth era negra; Kanayama, nissei) foram mortas na Guerrilha do Araguaia, ensejando um ainda hoje inconcluso luto para suas famílias, que jamais receberam seus corpos. Já Assirati foi obrigada a viver longos anos no exílio. Por fim, Betina Gamalho coloca em relevo processos de patrimonialização e de construção de monumentos. Numa análise centrada em alguns espaços públicos de Porto Alegre, a autora demonstra como a representação de mulheres é virtualmente inexistente – e, quando elas são homenageadas, aparecem ora em uma romantização impessoal da maternidade, ora como uma subordinada “esposa de”.

Mesmo diante de uma gama tão variada e rica de temáticas, não pude deixar de me perguntar sobre as questões que o dossiê *não* levanta, ou ao menos não aborda centralmente. A ausência mais notável é, a meu ver, a dos chamados estudos trans. Essa perspectiva certamente poderia trazer importantes contribuições para a historiografia a partir de seus convites para “contar além de dois” nos modos de vivenciar o gênero e a diferença sexual e tensionar expectativas normativas projetadas sobre corpos e subjetividades – para me apropriar algo livremente de algumas provocações de Susan Stryker (2006). Os debates sobre o descentramento do humano e a controversa hipótese do antropoceno tampouco se fazem presentes, mesmo sendo marcados por consolidadas contribuições explicitamente feministas ou ao menos feitas por mulheres – Donna Haraway, Anna Tsing, Ewa Domańska, Déborah Danowski, para citar apenas alguns exemplos. Por outro lado, as próprias noções de “colonialidade” e de “Sul global” mereceriam ser interrogadas em maior profundidade, de modo a trazer à tona mais nuances – a primeira, para dar conta de formas de dominação que, se guardam linhas de continuidade, também se alteram significativamente ao longo do tempo; a segunda, para melhor contemplar as divisões internas e o caráter eminentemente relacional das topografias da desigualdade.

A violência sexual, embora apareça pontualmente em diversos dos artigos, não chega a se tornar um foco específico de análise.<sup>3</sup> Essa seria, quero crer, uma via fundamental para que os estudos históricos pudessem contribuir com os feminismos e mesmo com lutas por direitos humanos de forma mais ampla. Como postulou Elizabeth Jelin (2017, p. 219), em uma instigante análise da tensão entre a qualificação do uso de violações como prática de tortura como crime contra a humanidade e o respeito à intimidade: “Houve e há silêncios, mas também vozes e expressões que falaram, mas não foram vistas nem ouvidas. A questão é, então, aprender a olhar e a escutar, porque os indícios estão por todas as partes”. Aprender a olhar e a escutar inclusive por uma necessária e infatigável vigilância para que não cometamos mais violências no nosso próprio ato de narrar (HARTMAN, 2020, p. 15).

Ressalto esses limites e caminhos ainda a percorrer não exatamente como uma crítica ou uma cobrança, mas sim para sugerir que, “longe de estar resolvido, (...) gênero é uma questão perpetuamente aberta: quando pensamos que foi resolvido, sabemos que estamos no caminho errado” (SCOTT, 2012, p. 347). Que venham, então, novas leituras, novas pesquisas, novas interrogações.

\* \* \*

---

<sup>3</sup> Os estudos históricos da violência sexual deram recentemente origem a um interessante dossiê da revista colombiana *Historia Crítica*. Ver, em especial, a introdução da organizadora e do organizador, Daniel J. R. Grey e Eliza Toledo (2022).

Peço licença à leitora ou ao leitor para encerrar esta apresentação com uma pequena nota pessoal. Foi nesta *Temporalidades* que publiquei um de meus primeiros artigos, enquanto ainda cursava o mestrado. Tive, por isso, um prazer especial em redigir estas reflexões introdutórias, e uma alegria ainda maior em ler estudos tão sólidos, interessantes e relevantes do ponto de vista ético-político. Vida longa aos periódicos discentes! Afinal, escrever trabalhos acadêmicos é algo que só se aprende fazendo, refazendo, ouvindo críticas, revisando, corrigindo.

### Referências bibliográficas:

- BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth. Introduction. In: BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth (ed.). **The Question of Gender: Joan W. Scott's critical feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 2011, p. 1-8.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: 2 – O uso dos prazeres**. São Paulo: Paz & Terra, 2020.
- GREY, Daniel J. R.; TOLEDO, Eliza Teixeira de. Histories of Sexual Violence in Nineteenth and Twentieth Century Latin America: An Introduction. **Historia Critica**, n. 86, p. 3-16, oct-dic. 2022.
- JELIN, Elizabeth. Los abusos sexuales como crímenes de lesa humanidad y el respeto a la intimidad. In: **La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017, p. 227-236.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **ECO-Pós**, v. 23, n. 3, 2020.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.
- SCOTT, Joan. Unanswered questions. **American Historical Review**, v. 113, n. 5, p. 1422-1429, Dec. 2008.
- SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.
- STRYKER, Susan. (De)Subjugated knowledges: an introduction to transgender studies. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephan (ed.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006, p. 1-17.

## No futuro, que história das mulheres contaremos a partir do Sul?

En el futuro, ¿Qué historia de las mujeres contaremos del Sur?

**Ana Cristina Figueiredo de Frias**

Doutoranda em História Social da Cultura

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

anacrisfrias@gmail.com

**Recebido em:** 30/09/2022

**Aprovado em:** 21/11/2022

**Resumo:** Na última década (2010-2020), um ativismo digital feminista ganhou maior relevância na América Latina e ampliou o debate público de uma série de temas relacionados aos direitos das mulheres. Em campanhas como *#unvioladorensucamino* (no Chile), *#niunaamenos* (na Argentina) e *#nãoénão* (no Brasil) é possível constatar relatos de abuso, de assédio e de sexismo. Os textos são registros que mostram como a violência contra a mulher é uma realidade comum nas sociedades latino-americanas. Neste contexto, qual o significado desses feminismos que emergem com força de um sul global? E de que forma eles assinalam temas que são importantes para a escrita de uma História das Mulheres? As intelectuais Maria Lugones e Rita Segato, dentro da perspectiva decolonial, e os estudos sobre Epistemologias do Sul apresentam argumentos essenciais para essas questões e revelam a importância de uma História que registre a experiência das mulheres com toda a sua complexidade nesta região do mundo.

**Palavras-chave:** História das Mulheres; Feminismo; História da América.

**Resumen:** En la última década (2010-2020), un activismo digital feminista ha ganado mayor relevancia en América Latina y ha ampliado el debate público sobre una serie de temas relacionados con los derechos de las mujeres. En campañas como *#unvioladorensucamino* (en Chile), *#niunaamenos* (en Argentina) y *#nãoénão* (en Brasil) es posible ver publicaciones con denuncias de abuso, acoso y sexismo. Los textos son registros de cómo la violencia contra la mujer es una realidad común en las sociedades latinoamericanas. En este contexto, ¿cuál es el significado de estos feminismos que emergen con fuerza desde un sur global? ¿Y cómo señalan temas que son importantes para la escritura de una Historia de las Mujeres? Las intelectuales María Lugones y Rita Segato, dentro de la perspectiva decolonial, y las Epistemologías del Sur presentan argumentos esenciales para estos cuestionamientos y revelan la importancia de una Historia que registre la experiencia de las mujeres con toda su complejidad en esta región del mundo.

**Palabras clave:** Historia de las Mujeres; Feminismo; Historia de América.



O patriarcado mata as histórias e as mulheres para conservar o poder. Se você é mulher, essas coisas marcam, deixam cicatrizes em você, fazem crer que você vale menos, que não é ninguém, que não tem voz, que este não é um mundo que você se sinta segura, igual, livre (SOLNIT, 2020, p. 102).

A escrita da História é marcada por uma série de silêncios que foram questionados ao longo do tempo. Mapear os indícios e os vestígios de como essas ausências foram criadas, o motivo delas permanecerem e a forma como afetaram determinados sujeitos históricos são grandes desafios para a historiografia ainda hoje. Neste sentido, apesar de avanços importantes em pesquisas sobre a trajetória de Mulheres, muitas lacunas continuam presentes, mesmo após as contribuições dos estudos subalternos, da história social, das Epistemologias do Sul, das teorias feministas e de autorxs decoloniais e pós-coloniais. Além disso, as investigações de História das Mulheres seguem brigando por espaços e são consideradas, muitas vezes, especificidades que não dialogam com uma teoria geral ou de história geral.

A atualidade deste debate provoca questões pertinentes para o exercício historiográfico: Como ir além para trabalhar uma História das Mulheres dentro da História? Quem são os/as agentes desta História que não estão nos livros didáticos, mas que deveriam estar? O problema é que essas perguntas nos levam a inúmeras outras: como os estudos de História das Mulheres revelam mecanismos de opressão entranhados no cotidiano? Quais são as estruturas de poder que reforçam a permanência de determinados silêncios históricos? Que aspectos culturais e linguísticos legitimam diferentes formas de opressão? Por que é tão necessário problematizar categorias universais que não dão conta da experiência de mulheres africanas e latino-americanas? Por que a violência doméstica segue com índices e casos alarmantes ainda hoje? Todo esse conjunto de perguntas são indícios da complexidade que é revelar sucessivas camadas sobrepostas de tempo, de experiências e de desigualdades diante do exercício de escrever uma História das Mulheres.

Longe de propor a busca por essas respostas, o objetivo deste artigo é suscitar novas perguntas e chamar a atenção para o registro de uma história do momento presente, na qual nunca tivemos tantos testemunhos que evidenciam um sintoma comum em quase todas as sociedades latino-americanas: uma violência brutal e sistemática contra as mulheres. Porém, para analisar este contexto, é necessário compreender de que forma ideais de emancipação feminina se constituíram ao longo do tempo e como, pouco a pouco, contribuíram para a ampliação de uma consciência feminista, diante de uma experiência

social marcada pelo machismo, pela misoginia e pela desigualdade de gênero. Neste aspecto, o trabalho das intelectuais Maria Lugones e Rita Segato, dentro da perspectiva decolonial, e os estudos sobre as Epistemologias do Sul apresentam argumentos que são fundamentais de serem destacados. E a partir deste conjunto de referências, minha proposta é refletir sobre a seguinte questão: o que é uma história das mulheres, hoje?

O ponto de partida para a pergunta surgiu da leitura de um artigo de 1985, da revista *History Today*, que trouxe um ensaio em que sete historiadoras e um historiador, muito conhecidos na época, tiveram que responder: o que é história das mulheres? Uma das repostas foi a de Natalie Zemon Davis e, apesar do texto ter quase 40 anos, a historiadora assinala uma lição metodológica ainda pertinente. De acordo com Davis, se alguém está escrevendo sobre um movimento político, por exemplo, precisa perguntar se há mulheres entre os apoiadores e organizadores, se há questões femininas abordadas pelos escritores, ou se havia também leitoras dos panfletos. É o exercício de sempre tentar identificar pequenas informações nos acervos e prestar atenção aos que os homens também escreveram sobre as mulheres para transformar o que for localizado em conhecimento historiográfico. Uma história com esta abordagem nos mostra o que há de diferente na interpretação quando a análise de gênero inclui a categoria mulher. Para Davis, a história das mulheres é um caminho que permite renovar uma narrativa histórica para ambos os sexos, nos oferecendo uma nova compreensão das possibilidades que se encontram no passado<sup>1</sup>.

Desde a publicação do artigo, novas abordagens e novas temáticas surgiram em pesquisas sobre mulheres na América Latina. Hoje, a atualização da pergunta de 1985 é importante para pensarmos uma história que forneça a dimensão de complexidade e de pluralidade de uma realidade estudada a partir de um Sul Global, para que possa promover um pouco de justiça histórica para aquelas vozes há séculos silenciadas e para que lhes conceda no futuro o registro nas documentações.

### **Aprender a partir do Sul**

As questões apresentadas pelas epistemologias do Sul são fundamentais na análise das diversas dimensões de desigualdades e de opressões que existem na América Latina. Esta teoria formula fortes

---

<sup>1</sup> O artigo “*What’s women’s history*” foi publicado na edição de junho de 1985 da *History Today*. A revista é publicada desde 1951, direcionada para o grande público e não apenas pesquisadores. O texto traz a opinião de oito historiadores para discutir os desafios da escrita de uma história das mulheres: Olwen Hufton, James F. McMillan, Natalie Davis, Sally Humphreys, Angela V. John, Linda Gordon, Jane Rendall e Anna Davin.

críticas a construção de um conhecimento categorizado como universal, branco e masculino e aponta que o Sul Global condensa sistemas de conhecimento que foram completamente apagados pelo passado colonial. Este Sul, que não é um ponto cardinal, não foi determinado geograficamente, foi historicamente definido e reúne uma série de experiências que a biblioteca colonial categorizou como inferior, mágica e selvagem apenas com o objetivo de tentar negar sua existência.

Para o sociólogo português, Boaventura dos Santos, o Sul é o campo dos desafios epistêmicos, é o local que busca reparar os danos e os impactos historicamente provocados pelo capitalismo, pelo patriarcado e pela colonialidade. Para Boaventura, esses são os pilares de um aparato institucional que move o capitalismo global e atua como um sistema cultural e civilizacional que permeia todos os aspectos da vida humana. O sociólogo assinala também que a independência das colônias, não decretou o fim do colonialismo e nem determinou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele gerou (SANTOS; MENESES, 2010, p. 12).

Da mesma maneira, a pretensão de universalidade da ciência, com uma missão colonizadora de homogeneizar o mundo, provocou uma intervenção epistemológica à força dos povos e das culturas não ocidentais e não cristãos. E essa interferência foi tão profunda que descredibilizou qualquer prática de conhecimento que a questionasse. Assim, o colonialismo foi também uma forma de dominação epistemológica, criou uma relação extremamente desigual que levou a supressão de muitas formas de saber dos povos e das nações colonizadas, já que eles representavam resíduos de um passado que não teria futuro. E essa lógica influenciou toda a construção do pensamento ocidental e a forma como escrevemos a História por muito tempo. Uma alternativa para recuperar essa perda e reverter esse processo seria um diálogo horizontal entre diferentes saberes, o que Boaventura chamou de “ecologia dos saberes”.

Neste contexto, a permanência da colonialidade é algo que impacta as mulheres de diferentes maneiras, principalmente, as negras, as mestiças e as nativas, que carregam as feridas de um passado colonial e se encontram até hoje mais expostas a relações desiguais de poder e inúmeras situações de violência. Assim, é imprescindível a atuação da História em processos que desconstruam uma série de interpretações coloniais que permanecem vivas na dinâmica do mundo social. Nunca foi tão atual a frase de Boaventura: “aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul e aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 9). Há uma dimensão que merece ser contemplada e escrita pela História quando analisamos a experiência das mulheres latinas-americanas. A pergunta da

edição da *History Today*, em 1985, ainda é importante para a construção do conhecimento histórico e, hoje, poderia ser atualizada com um novo enfoque: o que é uma história das mulheres a partir do Sul Global, a partir de uma América Latina?

## **Feminismo no passado, feminismos plurais hoje**

No final do século XIX, a então questão feminina já era tema do debate intelectual nas nações latino-americanas. Mesmo neste início, seria um erro considerar que as discussões em torno da luta pela igualdade entre homens e mulheres ocorreram de forma isolada. As lutas de uma região inspiraram ações de outras em locais diferentes, as ideias se conectavam e percorriam longas distâncias. Já era possível observar que a injustiça patriarcal se apresentava em diferentes culturas e em diferentes lugares (DELAP, 2022, p. 16). Mais de um século depois, nas sociedades latino-americanas, o “feminismo” virou “feminismos”, enfrentou novas problematizações e teve que lidar com uma categoria de mulher universal que não equacionou e tão pouco contemplou as reivindicações das mulheres negras, mestiças e nativas. O movimento feminista chega no século XXI com um importante protagonismo e transformado pelo ativismo digital na América Latina na última década (período de 2010-2020).

Basta uma leitura de qualquer noticiário para observamos relatos de assédio e de feminicídio que se manifestam de diferentes formas, da arena política à vida privada, alcançando todas nós. É como se não houvesse um lugar seguro, os abusos contra corpos femininos são frequentes e diários. Ao mesmo tempo que há um aumento de denúncias e de casos de violência, nunca se falou tanto sobre feminismo. Esse movimento ocorre porque o ativismo digital traz mais pessoas para uma discussão pública e potencializa uma série de assuntos sobre a questão de gênero. Neste debate, que representa uma renovação do feminismo, casos de abuso, de sexismo e protestos contra a desigualdade entre homens e mulheres se tornam pautas de repercussão nacional, que movimentam o debate político e geram mobilizações transnacionais. Para as meninas e as jovens do século XXI, as conquistas do passado garantiram uma série de direitos, mas a igualdade tão sonhada ainda não corresponde a uma experiência do cotidiano.

Nas redes sociais, *hashtags* se popularizam e basta um depoimento publicado para que outros apareçam rapidamente. Em diferentes plataformas (Twitter, Facebook e Instagram): *#womensmarch*, *#everydaysexism*, *#metoo*, relatos são compartilhados em escala global. Uma das principais mobilizações foi promovida pela atriz inglesa Laura Bates que criou o *Every Day Sexism*, em 2012, convidando outras mulheres a contarem suas experiências sobre sexismo. No Twitter, as histórias revelavam uma

normatização de comentários masculinos que geravam, no mínimo, situações de constrangimento para as mulheres. Eram exemplos que iam desde “micro violências”, até episódios mais graves de assédio e feminicídio. Para Bates, os discursos mostravam que “o combate ao sexismo não era apenas uma luta de mulheres contra os homens, mas uma batalha contra as diferentes formas de preconceito imposta por uma estrutura patriarcal” (MCCANN, 2019, p. 309).

Outro destaque do feminismo digital foi o *#metoo*. Em 2006, Tarana Burke convocou todas as mulheres para contar casos de assédio que tiveram que enfrentar no dia a dia. Milhares de pessoas atenderam ao chamado, mas também várias atrizes famosas de Hollywood aderiram à campanha para expor episódios de sexismo e violência que enfrentaram nas suas carreiras. Burke é uma mulher negra, mas raramente citada nos artigos e publicações que analisam o *#metoo*. Durante uma conferência, em 2018, Burke assinalou que ela sempre ouvia que o movimento não falava mais a respeito da realidade de mulheres hispânicas, negras e nativo-americanas. Na ocasião, ela tentou convencer essas mulheres a recuperarem a narrativa e pararem de ceder seu poder para pessoas brancas. Este exemplo mostra que a batalha não era apenas contra uma violência patriarcal, há também o combate de uma narrativa dominante dentro do próprio feminismo e que relega ao anonimato as experiências de outras mulheres (ZAKARIA, 2021, p. 176). No entanto, todas essas mobilizações digitais são importantes porque incentivaram uma valorização do discurso da mulher. O debate público em torno da questão foi ampliado, mas há um outro aspecto que chama a atenção, desta vez, o ativismo do movimento feminista não ficou restrito ao hemisfério norte. Ele se potencializa e realiza o caminho inverso da circulação de ideias, segue agora a direção do Sul para o Norte, gerando manifestações em cidades na Europa e nos Estados Unidos.

### **O feminismo digital latino-americano**

E uma das mobilizações mais expressivas ocorreu no Chile, em 25 de novembro de 2019, a data representa o dia internacional pela eliminação da violência contra a mulher. Poucos meses depois, no dia 08 de março de 2020, o *#unvioladorensucamino* saiu das redes e lotou as ruas da capital de Santiago, reunindo quase dois milhões de pessoas. A campanha chilena foi criada pelo coletivo social de artistas chilenas Lastesis e as meninas responsáveis fizeram com que mulheres em diferentes cidades do mundo cantassem o hino “a culpa não é minha, nem de onde estava, nem do que vestia. O estuprador é você”. Na canção, elas nomeavam os algozes da violência contra a mulher: os policiais, os juízes, o Estado e os presidentes. O Estado também é um violador, porque como diz a canção: “o patriarcado é um juiz,



que nos julga ao nascer e nosso castigo é uma violência que não se vê”. O protesto feminista fez com que mulheres de vários lugares como Cidade do México, Paris, Istambul, Londres e Madrid vendassem os olhos e cantassem o refrão chileno. A campanha levou as artistas de Valparaíso a aparecerem na lista da *Time* como uma das 100 personalidades mais influentes de 2020 (ANTUNES, 2020).

Um pouco antes, na Argentina, em 2015, o aumento nos índices de violência contra a mulher e o assassinato de Chiara Perez, que tinha 14 anos e estava grávida, chocou o país e levou milhares de argentinas às ruas para repudiar o crime e o movimento ganhou a hashtag *#niunaamenos*. (ONG..., 2015). Chiara foi morta a pauladas pelo namorado que tinha 16 anos. A manifestação ocupou o espaço público e repercutiu em vários países vizinhos. Cinco anos após a campanha argentina, uma reportagem do *The Guardian* assinalava que a América Latina persistia como um dos lugares mais perigosos do mundo para mulheres. (ALCOBA; MCGOWAN, 2020). Na Argentina, no primeiro semestre de 2021, os dados permaneciam assustadores, é como se ocorresse um feminicídio a cada 26 horas.

O lema *Ni una a Menos* é uma frase atribuída a poeta e ativista mexicana, Susana Chávez Castillo, assassinada por lutar contra a violência de gênero no seu país, em 2011. A frase era um protesto contra os crimes que aconteciam na cidade de Juarez e quer dizer: “Nem uma a menos, nem uma morta a mais”. O movimento que surgiu em Buenos Aires funciona como uma rede de assembleias e atua de forma autônoma contra desigualdade e violências machistas em vários lugares. Nos últimos anos, tem alcançado êxitos do ponto de vista jurídico, político e social não só na Argentina, mas em outros lugares da América Latina.

Assim como nos países vizinhos, as brasileiras também mobilizaram campanhas nas redes sociais como *#elenão* e *#nãoóenão* e lidam com números alarmantes de violência que também só pioraram com a pandemia. Somente no estado de São Paulo, os atendimentos de mulheres que sofreram agressões cresceram em 44,9%, segundo relatório divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O Ministério Público do estado assinalou em uma nota que “a casa se tornou um dos lugares mais perigosos para mulheres”. Em 2021, os dados do mesmo Fórum de Segurança indicavam que, em média, uma mulher era vítima de feminicídio a cada 7 horas. (ANUÁRIO..., 2022).

Ao confrontarmos a realidade dos três países, podemos falar em cooperação e discursos que evidenciam o cenário comum de violência. Ao olharmos para o protagonismo dessas mobilizações, observamos o que a historiadora Lucy Delap (2022) definiu como recurso de uma história utilizável,

que não é aquela que julga o passado a partir de critérios do presente. É uma narrativa que pensa as diversas maneiras com que os feminismos foram utilizados de forma retórica, intelectual e material por determinados atores históricos. As campanhas digitais (*#unvioladorensucamino*, *#niunaamenos*, *#elenão*) não apresentam características distintas de levantes feministas anteriores, há um aspecto histórico sempre presente. Apenas um breve olhar em retrospectiva já nos revela temas que são presenças históricas: assédio sexual no trabalho e nas ruas, enfrentamentos à violência masculina de diferentes formas e desrespeito.

O feminismo sempre foi, entre outras coisas, um convite para pensar com seriedade sobre como e por que a sociedade é organizada e o motivo de (alguns) homens terem a voz mais alta, mais recursos e mais autoridade do que as mulheres (DELAP, 2022, p. 260).

Os sociólogos Manuel Castells e Fernando Calderón também assinalaram o assunto ao argumentar que os movimentos digitais de mulheres promoveram um questionamento profundo do poder cultural, fazendo surgir um novo sujeito histórico na região. As mulheres adquirem, assim, um papel de agência e um protagonismo que luta para mudar a ordem patriarcal e a violência sexista, redefinindo os espaços na política e no campo histórico. Ambos reconhecem a repercussão destas mobilizações de massa como um fenômeno inédito que questiona a realidade patriarcal vigente (CASTELLS; CALDERÓN, 2019, p. 260).

A cientista social Verônica Gago (2020) também apresentou um estudo sobre as recentes mobilizações de mulheres latino-americanas, na qual ela identifica estes movimentos como uma potência feminista que sintetiza o desejo de transformar tudo. Ela realiza a análise a partir da experiência que teve no coletivo *#niunaamenos*, na Argentina, e destaca que os feminismos atuais nos ajudam a repensar o que entendemos como políticas de massas e têm impulsionado um conjunto de batalhas contra um discurso conservador, de extrema-direita e de fascismo. Afirmar que a leitura destes feminismos também nos permite observar um mapa sobre a violência contemporânea.

Para Gago, os feminismos conectam a sociedade com um conjunto de lutas comunitárias, que é onde encontramos os sujeitos que não estão historicamente legitimados dentro do neoliberalismo. Os feminismos alcançam pessoas que estão nas margens, estabelecendo relações, por exemplo, com movimentos antirracistas e anti-extrativistas. Assim, percebem conflitos que emergem das periferias e como que eles impactam a vida cotidiana das mulheres, de uma comunidade ou um determinado grupo.

A potência feminista se refere a uma teoria alternativa de poder. Potência feminista significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos – isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer (GAGO, 2020, p. 10).

Outro ponto importante de assinalarmos e central para Gago é pensar sobre o significado destes feminismos que emergem com maior força desde o sul do mundo.<sup>2</sup> Mas esta questão nos leva exatamente a outra: como a História fará esse registro? Apesar de nos últimos anos, os feminismos estabelecerem relações com lutas comunitárias, não podemos deixar de assinalar que muitas mulheres não se veem representadas por um feminismo, categorizado como branco, neoliberal, elitista e universal. Negras, mestiças e nativas se sentiram, assim, excluídas de diversas lutas e reivindicações durante um longo período. Mesmo com o crescimento dos feminismos plurais, essa equação não foi solucionada. Deve-se questionar o que historicamente limitou um diálogo e uma representatividade feminina para que, de fato, ela alcance diferentes classes, diferentes raças e diferentes etnias. É neste contexto que a intelectual argentina, Maria Lugones, traz contribuições que merecem ser destacadas.

### **Lugones: feminismo decolonial latino-americano**

O feminismo decolonial é uma perspectiva teórica que pretende produzir um conhecimento a partir das margens, da experiência de mulheres racializadas, lésbicas, indígenas e outras tantas que viram suas histórias serem apagadas e silenciadas. A proposta do giro decolonial é analisar a Modernidade Ocidental como um processo de conquista e colonização da América e suas implicações nos povos colonizados. A socióloga argentina Maria Lugones é um dos principais nomes do pensamento feminista decolonial na América Latina e o seu trabalho apresenta uma profunda crítica tanto a um pensamento binário, hierárquico e dicotômico da realidade, como ao pensamento feminista branco e neoliberal. Em suas pesquisas, Lugones dialoga com o conceito de “colonialidade de poder” apresentado por Aníbal Quijano<sup>3</sup>, fazendo uma intersecção entre as ideias de raça, gênero e sexualidade.

---

<sup>2</sup> Durante o seminário internacional *Direito, Fascismos e Bolsonarismo*, Verônica Gago abordou essas questões na palestra “Os feminismos como inimigos: Elementos de uma contraofensiva”. O evento foi promovido pelo Departamento de Filosofia da PUC-Rio, em agosto de 2021.

<sup>3</sup> Para Aníbal Quijano, a visão eurocêntrica da Modernidade Ocidental emancipadora construiu um mito que definiu a superioridade de europeus sobre outros povos, que foram considerados bárbaros, imaturos e necessitando de ajuda para se desenvolver. Essa relação estabeleceu um padrão social que se perpetuou em diferentes aspectos e que foi categorizado por Quijano como *colonialidade do poder*. O conceito implica em como noções de exploração/dominação/conflito se mantêm em torno de uma disputa por trabalho, a natureza, o sexo, a subjetividade, a autoridade, o poder e até mesmo da produção

Uma das propostas da autora é compreender a indiferença dos homens em a relação à violência que as mulheres sofrem, em sua grande maioria, mulheres vítimas de uma colonialidade de poder, que para ela existe de forma inseparável das noções de raça e de gênero.

Lugones mostra que o termo colonialidade não se refere apenas a uma classificação racial, ele vai além, é um fenômeno mais amplo que perpassa o tecido social. Ela aponta que a teoria de Quijano assinala aspectos importantes, porém, o quadro apresentado pelo intelectual peruano acaba enfatizando a exclusão das mulheres colonizadas em diferentes áreas da vida, em vez de ressaltá-las. Para Lugones, sem dúvida, há uma exclusão histórica e teórico-prática de mulheres não brancas nas lutas libertárias em nome da mulher e esse aspecto necessita ser revisto (LUGONES, 2020, p. 134).

Para ela, a modernidade construiu uma organização do mundo a partir de uma classificação homogênea, atômica e inseparável (como bem e mal ou humano e não-humano). O problema é que esse sistema excluía os povos colonizados, definindo-os dentro de uma perspectiva animalizante, de macho e fêmea, e não como homem e mulher. Assim, Lugones assinala que atribuir gênero a alguém era como determinar se aquela pessoa era ou não humana, nem todos eram considerados humanos dentro da lógica colonial. Os povos escravizados tinham seus corpos submetidos a uma violência sem precedentes, a um sistema de dominação que se perpetuou por séculos, no consciente, no inconsciente, no cotidiano, nos corpos, no imaginário social, na justiça, nas instituições, nas relações afetivas, no público, no privado, em todos os lugares, nada escapava.

O exercício historiográfico pode nos ajudar a ampliar a compreensão de discursos que foram construídos ao longo do tempo e estruturaram desigualdades. Ao enfatizar o componente de gênero com a colonialidade, Lugones mostra que olhar para essas experiências só é possível a partir da interseccionalidade, onde raça, classe e gênero não existem isoladamente, elas estão interconectadas e sempre presentes. Para a socióloga, é uma armadilha focarmos exclusivamente na noção de raça como um mecanismo de hierarquização social e geopolítica. Uma descolonização do saber não será possível se seu ponto de partida for o de categorias do Pensamento Ocidental, temos que ir além delas, incorporarmos novos modelos para repensar nossas pesquisas. Precisamos, segundo Lugones, desaprender para aprender.

---

de conhecimento. Para Quijano, esse sistema de dominação social teve como elemento central a ideia de raça e esse aspecto foi determinante na construção de um colonialismo que se perpetua até hoje nas relações sociais.

### Rita Segato: a centralidade do gênero

Outra contribuição importante é da antropóloga Rita Segato que destaca como os mecanismos de violência patriarcal se reproduzem socialmente e são desafios para a escrita de uma história das mulheres. No livro, *La Guerra Contra las Mujeres*, ela afirma que o patriarcado “é o pilar, o cimento e a pedagogia de todo o poder, por causa da profundidade histórica que o torna fundamental e a atualização constante da sua estrutura” (SEGATO, 2016, p. 16). Com esta frase, Segato quer nos mostrar que o gênero é um elemento que dá significado as relações de poder e que a história dos homens sempre foi ouvida e escrita, já a história das mulheres tem sido cancelada, censurada e perdida desde a transição de Mundo-aldeia para a Modernidade. Desta forma, identificar o projeto histórico do patriarcado é reconhecer que a História está também implicada nesta ordem. A provocação de Segato é para mostrar o quanto que a questão de gênero é central para compreendermos o passado e as experiências do presente que são heranças de um legado colonial que se perpetuou através de diferentes formas de dominação e subordinação. A violência aparece como uma característica intrínseca a um modelo patriarcal; a violência moral, sexista, racista são práticas que permitem a este sistema se reafirmar constantemente.

Para Segato, analisar essa forma de violência implica em debater o uso do termo “feminicídio”, que muitas vezes revela a noção de um genocídio sistematizado sobre as mulheres. Segundo a intelectual, é preciso problematizar o fato de todas as mortes de mulheres estarem agrupadas dentro desta categoria e ela propõe separar os tipos de crimes contra as mulheres, diferenciar quando essa violência acontece na esfera pública e quando acontece na privada. Ao chamar a atenção para a forma como uma palavra descreve os crimes, ela assinala a importância de conceitualmente o termo ser questionado e gerar um debate mais amplo sobre o assunto. Uma única palavra, um único termo, um único conceito, dá conta de toda violência histórica contra a mulher, aquela cometida pelo Estado, por um militar, por um ditador, pelo conjugue, pelo namorado, por familiares ou por um desconhecido?

Segato argumenta que as mulheres passaram a utilizar o termo feminicídio antes mesmo dele ser incorporado no campo jurídico. As vítimas foram demandantes de uma categoria que se tornou amplamente utilizada pela população e pelos meios de comunicação. Só que para a antropóloga, o patriarcado é uma questão de Estado e o Direito tende a resguardar os homens da violência que comentem. Segundo Segato, existe um limite na visão patriarcal da Justiça que é dominante entre os juristas e, por isso, é tão necessário questionar as decisões de uma estrutura hierárquica que organiza a



sociedade. Ela enfatiza que há um dinamismo na história e há mudança nas práticas que provocam sofrimento e legitimam a dominação, essa mudança se manifesta em diferentes contextos, e a esfera jurídica precisa dar conta desta dimensão também. Segato argumenta que ao colocarmos a lupa sobre a questão de gênero, percebemos que não é só o assassinato, há uma lógica de ocupação predatória dos corpos femininos, muitas vezes, resguardada e realizada pelo Estado: “os crimes contra as mulheres estão cheios de uma parte simbólica do gênero, todos têm o esquema de gênero no seu subterrâneo” (SEGATO, 2016, p.156).

Outro ponto central no trabalho de Segato é a definição do patriarcado de baixa e alta intensidade. Para a autora, a colonização na América foi um momento de transformação que gerou um patriarcado de alta intensidade e esse novo mundo foi e ainda é letal para as mulheres. O homem se transformou em um colonizador dentro da própria casa, quando a modernidade privatizou o feminino, o doméstico. A experiência colonial colocou a violência contra a mulher como uma prática que adentra a vida privada. O debate sobre o tema é complexo e está longe de se esgotar, mas os argumentos de Segato apontam as raízes de um problema, ainda tão presente, e discuti-lo é de extrema importância. Segundo a antropóloga, o gênero não é algo que se modifica tão facilmente, que pode ser alterado por um decreto apenas, e o exercício historiográfico pode nos ajudar a compreender como essa violência é praticada pelos homens, pelo Estado, por instituições ou empresas; para que assim, talvez, seja possível desmontá-la.

De algo tenho certeza: temos que retirar do gueto o problema da mulher, pensá-la entrelaçada como cimento e pedagogia de todas as outras formas de poder e subordinação: a racial, a imperial, a colonial, o eurocentrismo com outras civilizações, as relações centro-periferia e as relações de classe (SEGATO, 2016, p. 96).

### **Considerações finais**

Lugones e Segato são unânimes em ressaltar que a presença da colonialidade se tornou algo tão profundo que moldou as dinâmicas sociais no mundo moderno, internalizou aspectos tão sutis que se impõem de tal forma que parece não haver escapatória para a permanência desta lógica. Para as duas intelectuais, não é possível analisar a realidade latino-americana sem contemplar os efeitos de uma história colonial e como o aspecto de gênero é categoria determinante na experiência social de diferentes mulheres. Desta forma, as relações de dominação e de subordinação a que milhões foram e

são submetidas, e as estratégias de resistência que utilizavam para sobreviver, são reveladas quando retiramos esses relatos do silenciamento. Por isso, a importância da História como nos mostra Segato:

Só quando se historiciza é possível compreender o quão difícil é retirar a mulher de uma posição de vulnerabilidade crescente em que se encontra no mundo hoje, apesar do aumento das leis e das medidas para sua proteção e promoção. Pois, a trama que amarra a subordinação da mulher excede qualquer análise que coloque no gueto a estrutura patriarcal (SEGATO, 2016, p. 174).

As intelectuais argentinas revelam aspectos que marcaram o passado e ainda estão no nosso dia a dia. Para ambas, racismo e misoginia são, muitas vezes, dimensões inseparáveis de violência. Elas nos ensinam que o fazer histórico não se limita apenas a olhar o passado, ele questiona o presente e condensa as memórias como legado para o futuro, é o exercício da história que nos salvará de novas tentativas de silenciamentos e apagamentos. Refletir sobre qual narrativa histórica construímos hoje é também pensar como esses relatos serão contados no futuro. Assim, percebemos que a forma como fazemos a História é um debate epistemológico de primeira ordem, mas é também uma questão política.

Recordo uma frase da escritora norte-americana, bell hooks, do livro *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*, de 1989: “Enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder, continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres”. Essa agenda permanece vital, até hoje, e se concretiza quando observamos milhões de mulheres contando suas histórias e tendo seus relatos compartilhados pelas campanhas digitais feministas. As mobilizações em rede revelam como discurso e ação se relacionam diante de uma história em curso. É necessário discutirmos como guardaremos as memórias de todos esses relatos de mulheres, que nada mais são do que fontes, porque sintetizam a experiência de ser mulher na América Latina.

Os feminismos latino-americanos representam uma força de mobilização em massa que nos permite lutar de forma mais efetiva para conquistar novos espaços e novos direitos. Sem dúvida, as campanhas feministas alavancaram inúmeras causas em prol dos direitos das mulheres, ajudaram a evidenciar uma violência comum, só que esse ambiente digital também se transformou em espaços de ódio, onde se propagam todo tipo de preconceito e mensagens antidemocráticas. Desta forma, esses territórios, que são de conquista e avanços para os feminismos, se tornaram também plataformas de ampla divulgação de *fake news*. A problematização deste assunto e a regulamentação das plataformas

que disponibilizam desinformação em larga escala são tarefas necessárias para qualquer país que preze pela democracia.

Mesmo frente ao crescimento dos feminismos plurais na região, no noticiário, há exemplos diários de situações em que nos perguntamos que patriarcado é esse que estamos lidando agora, que marca com crueldade a vida das pessoas, e surge como uma força conservadora que tenta anular espaços já conquistados, por mulheres e pelas populações negras, latinas e LGBTQIA+? Esses discursos persistem e percorrem a sociedade de forma perigosa, nos mostrando que vivemos em um mundo, no qual ainda não nos sentimos iguais, seguras ou livres.

Neste contexto, é preciso continuar questionando os limites da disciplina de História, insistir, apesar do tanto que já foi dito, que uma História das Mulheres não será mais marcada pelo que os homens decidem ou não falar de nós; que não há um único sujeito histórico por excelência. Quem sabe, no futuro, poderemos caminhar todos juntos, sem que persista qualquer silêncio, sem que seja percebida qualquer ausência. Como assinala Maria Lugones, “estamos nos movendo em um tempo de encruzilhadas de enxergarmos umas às outras na diferença colonial, mas também construindo o novo sujeito de uma nova geopolítica feminista de saber e amar” (LUGONES, 2019, p. 374).

## Bibliografia

ALCOBA, Natalie; MCGOWAN, Charis. #NiUnaMenos five years on: Latin America as deadly as ever for women, say activists. **The Guardian**. Londres, 04 jun. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/globaldevelopment/2020/jun/04/niunamenos-five-years-on-latin-america-as-deadly-as-ever-for-women-say-activists>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ANTUNES, Leda. Mudar a Constituição é simbólico, mas o que queremos é a queda do patriarcado!, diz coletivo chileno que criou hino feminista contra estupro. **O Globo**. Editoria Celina. Rio de Janeiro, 24 ago. 2020. Disponível no link: <https://oglobo.globo.com/celina/mudar-constituicao-simbolico-mas-que-queremos-a-queda-do-patriarcado-diz-coletivo-chileno-que-criou-hino-feminista-contra-estupro-24707010>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

DELAP, Lucy. **Feminismos: Uma História Global**. Tradução Isa Mara Lando e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista, ou o Desejo de transformar tudo**. Tradução Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje – Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- KOA, Beck. **Feminismo Branco**. Das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás. Tradução Bruna Barros. Rio de Janeiro: HaperCollins Brasil, 2021.
- LAVRIN, Asunción. **Mujeres, Feminismo y Cambio Social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940**. Coléccion Sociedad y Cultura. Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museus. Santiago do Chile, 2005.
- LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2022.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera, São Paulo: Cultrix, 2019.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MCCANN, Hannah (ORG.). **O Livro do Feminismo**. Tradução Ana Rodrigues. Coleção - As grandes ideias de todos os tempos. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- ONG contra o feminicídio na Argentina. A cada 30 horas uma mulher é morta na Argentina vítima de violência doméstica. A Casa del Encuentro é responsável pelo único registro dos casos no país. **Carta Capital**. Editoria Mundo. São Paulo, 06 jun. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/uma-ong-contra-o-femicidio-na-argentina-9904/>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Qué tal Raza. **América Latina en Movimiento**. n. 320, 2011.
- SÁ, Maria Elisa Noronha (ORG.) **História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (ORGs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- SEGATO, Rita Laura. **La Guerra Contra las Mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.
- SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas:** reflexões sobre os novos feminismos. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOLNIT, Rebecca. **De quem é esta história?** Feminismos para tempos atuais. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

WHAT is Women's History? **History Today**. p. 38-48. Londres: junho, 1985.

ZAKARIA, Rafia. **Contra o Feminismo Branco**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. 2021.

## *E NÃO SOU EU UMA MULHER?*<sup>1</sup> **SOBRE SER MULHER NEGRA**

*And I am not a woman?*  
About being black woman

**Carla de Oliveira Romão**

Doutora em Educação  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
petroyf@yahoo.com.br

**Recebido em:** 27/09/2022

**Aprovado em:** 16/11/2022

**Resumo:** O presente artigo problematiza a construção política e identitária em torno do ser mulher enquanto um sujeito social, que possui uma existência corporificada na sociedade. Ao realizar este movimento questiona a construção do ser mulher como um sujeito universal e expõe as produções feitas por mulheres negras desde o princípio do movimento sufragista norte americano; se propõe também a apresentar o feminismo negro e a forma como a produção a partir desta perspectiva é potente e importante para promover a justiça social, restituir humanidades e produzir dados sobre a população negra. Para fazer isso utiliza-se das contribuições advindas de autoras como Patricia Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro, produzindo dessa forma um diálogo entre as produções dessas intelectuais e a proposta de texto aqui apresentada. Dentre as conclusões do presente artigo destaca-se a necessária visibilidade das mulheres negras e suas produções ao longo dos períodos históricos considerados no texto.

**Palavras-chave:** mulheres negras; feminismo negro; identidade.

**Abstract:** The present article problematizes the political and identity construction around the being woman as a social subject, that possesses an embodied existence in the society. In carrying out this movement questions the construction of being a woman as a universal subject and exposes the productions made by black women from the beginning of the North American suffragist movement; also proposes to present black feminism and the way in which production from this perspective is potent and important to promote social justice, restore humanities and produce data about the black population. Thus, contributions from authors such as Patricia Hill Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez and Djamila Ribeiro become important in order to think about the connections intended in the proposed text. Among the conclusions of this article, the necessary visibility of black women and their productions throughout the historical periods considered in the text stands out.

**Keywords:** black women; black feminism; Identity.

---

<sup>1</sup>Frase do discurso proferido por Sojourner Truth como uma intervenção na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, extraído de TRUTH *apud* RIBEIRO, 2017, p. 20.



## Introdução

O intuito deste texto é propor uma reflexão acerca de algumas escritas que procuram expandir a compreensão sobre o ser mulher em diferentes tempos históricos, contrastando com a significação produzida sobre o ser mulher feita pelo feminismo hegemônico<sup>2</sup>, entendido como um movimento político, social e acadêmico que promove uma nova visão sobre as mulheres e suas possibilidades sociais. Resgata assim tensões produzidas dentro deste movimento na tentativa de conceituar e defender um tipo específico de mulher, invisibilizando as disputas em seu interior e ao redor dele. Também se configura como interesse deste artigo trabalhar com autoras que, usualmente, não são convocadas na escrita acadêmica, mas que possuem obras que nos ajudam a compreender os vários elementos que estão em disputa na formação de nossa identidade e quais os impactos disto na configuração de políticas públicas.

Disputas estas que muitas vezes não foram reconhecidas pela historiografia oficial, que insiste em divulgar uma história homogeneizante e única. Ao realizar esta crítica o presente texto busca também promover um diálogo com autoras que problematizam esse olhar único dado para a história, inclusive na história do feminismo. Ao fazer isto reflito sobre a construção política e identitária em torno do ser mulher, não somente enquanto uma categoria analítica, mas principalmente enquanto um sujeito social, que possui uma existência corporificada na sociedade. Ao problematizar essas questões interrogamos os processos de produção da identidade e da diferença em nosso meio social.

Tensiono de forma especial, no espaço deste texto, a produção da identidade do ser mulher negra, pois estas mulheres historicamente fazem um enfrentamento a diversas questões, mas que durante anos tiveram suas vozes silenciadas e seu protagonismo escamoteado (DAVIS, 2016; 2017; RIBEIRO, 2017). O feminismo negro é um movimento mais reconhecido pós anos de 1960, entretanto é importante salientar que as mulheres negras sempre promoveram o enfrentamento ao machismo, racismo e outras situações de discriminação a que estavam submetidas, como exploraremos em seguida.

---

<sup>2</sup>Para pensar o feminismo hegemônico entendo, que esse indica, durante certo curso da História, a permanência da visão das mulheres a partir de uma significação universal: mulheres, brancas e de classes elevadas. Esse fato deixou à margem outras mulheres que estavam disputando o cenário político, também naquele momento, como as mulheres negras e as mulheres brancas pobres trabalhadoras. A imagem desse feminismo hegemônico, representado por mulheres brancas elitistas, foi tão forte para descrever o feminismo que as primeiras lutas desse movimento ignoravam que um contingente significativo de mulheres de outros perfis – mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres brancas pobres – já acessavam o espaço público e já estavam envolvidas em trabalhos, que eram muitas vezes compulsórios e precários.

Em se tratando de Brasil podemos perceber na contemporaneidade uma maior visibilidade para autoras negras tanto nacionais quanto internacionais. A título de exemplificação podemos observar o mercado editorial brasileiro que em 2016 realiza a tradução e publicação de um livro de Angela Davis, filósofa norte americana, originalmente publicado em 1981, são 35 anos. Este fato nos permite considerar o imenso vácuo do intercâmbio entre intelectuais negras brasileiras e estrangeiras; e a grande perda que nós temos ao desconsiderar as produções sobre um ponto de vista específico, o das mulheres negras, que historicamente não limita a visão, mas consegue olhar de forma mais interseccional sobre os problemas sociais (COLLINS, 2016).

Somando-se a este fato observamos em nossa atualidade expoentes negros sendo reconhecidas neste momento pelo mercado editorial brasileiro, tais como Conceição Evaristo, mulher negra, escritora, com vários prêmios recebidos por sua obra e que em 2018 concorre à vaga para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, entidade que tem como objetivo o “cultivo da língua e da literatura nacionais”<sup>3</sup>, quem em seus 125 anos de existência, completos em 2022, teve poucas mulheres ocupando seus assentos e que nenhuma delas era negra. E Djamila Ribeiro, filósofa, com grande contribuição em seu ativismo digital pautando o racismo e o feminismo e que na atualidade possui uma expressiva atuação no mercado editorial brasileiro, publicando livros e coordenando coleções, como a *Feminismos Plurais*.

Esses são dois exemplos de mulheres negras intelectuais e militantes que estão mais visíveis no cenário brasileiro, que continuam uma trajetória que foi gestada também por Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Miriam Alvez. Intelectuais negras que infelizmente só conhecemos quando buscamos informações, as contribuições e trajetórias destas mulheres ainda não são oferecidas na educação básica ou mesmo no ensino superior. E ao não conhecê-las ignoramos a nossa construção política e social como de pertencimento a um grupo específico da sociedade, além disto, deixamos de ter acesso a toda uma trajetória de luta ativa pela cidadania, o que também causa impacto na nossa construção cidadã. E também deixamos de ter acesso ao diálogo que estas intelectuais possuem com grandes teorizações, nas quais provocam uma reflexão profunda da realidade social, trazendo elementos que são cotidianamente ignorando pelas grandes correntes do pensamento social brasileiro e as relacionado com as questões relativas à raça, classe e gênero.

---

<sup>3</sup>Extraído do sítio <http://www.academia.org.br/academia/quem-somos>, último acesso em 23 de setembro de 2022.

No próximo tópico serão explorados os processos de produção de identidades sociais, assim como a impossibilidade da defesa de uma identidade fixa e estável como forma de designar os sujeitos, para em seguida questionar a estabilização produzida em torno do ser mulher e como este sujeito não é representativo da experiência de todas as mulheres. Em seção subjacente exploraremos a construção do feminismo negro e como esta produção possui uma datação anterior aos anos de 1960, destacando as peculiaridades deste pensamento/teoria que nos ajudam, de forma singular, a entender os processos de formação das identidades na contemporaneidade e por fim apresenta-se uma conclusão do texto.

### **Sobre a formação política dos sujeitos sociais**

A identidade é um elemento de destaque na formação dos indivíduos, existem diferentes teorizações que se preocupam com a forma como as identidades são formadas, isso se dá por que na atualidade convivemos com o que Stuart Hall (2015), sociólogo jamaicano, chama de descentramento do sujeito moderno. Para Hall (2015) na contemporaneidade possuímos acúmulos que nos permitem questionar o sujeito do iluminismo, que possuía uma identidade fixa e estável e que durante séculos serviu para estabilizar o mundo social.

Este sujeito do iluminismo é marcado por um padrão universal que resumia a humanidade em um único sujeito: homem, branco, heterossexual. Padrão este gerado para pensar as sociedades ocidentais e aquelas que foram colonizadas pelo ocidente, mas que na atualidade tem sua hegemonia questionada por diferentes discursos, entre eles o feminista.

O feminismo é um movimento teórico e político que desde a sua constituição buscou a emancipação da mulher, ou seja, reivindicou que o fato de ser mulher não significasse subordinação ou menosprezo em sua existência como indivíduo. Maria Amélia de Almeida Teles (2017), ativista feminista, assim o define:

[...] o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre as outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade [...] Dessa forma, o feminismo tem também um caráter humanista: busca a libertação das mulheres e dos homens [...] (TELES, 2017, p.22).

Ao acessar essa definição de feminismo podemos entendê-lo como um movimento que questiona as variadas estruturas sociais que subordinam as mulheres, para tal o movimento feminista aciona uma série de mecanismos para entender a forma como a diferença entre mulheres e homens é socialmente formada, diferença esta que remete a desigualdade. Refuta, assim, as explicações advindas do mundo da natureza, que foram historicamente utilizadas para justificar uma suposta inferioridade natural das mulheres, e construindo ao longo do seu percurso que não era a natureza a formadora da subordinação feminina e sim a cultura em que estamos inseridas. Esta cultura através de repetições e deslocamentos afirma uma identidade estereotipada e esperada para mulheres e homens performarem (BUTLER, 2008).

A este mecanismo que a partir da cultura afirma uma identidade estereotipada para mulheres e homens nomeia-se como gênero. Este passa a ser entendido como uma construção cultural produzida ao longo da história, que, nas sociedades ocidentais colonizadas por países europeus, afirma uma dominação masculina e uma sujeição feminina (VARELA, 2008). Foi através do uso do conceito de gênero que uma grande área de estudos foi fomentada nas universidades, possibilitando que as teóricas feministas questionassem as desigualdades em diversos campos de saber.

Para Joan Scott (1995), historiadora, o uso do conceito de gênero possibilita significar as relações de poder, poder este que em muitas sociedades reserva um lugar de prejuízo para as mulheres. Para a autora gênero pode ser compreendido como “um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p.89). Com isso a análise que a autora faz para o uso de gênero é aquela onde se permite resgatar a participação das mulheres de forma ativa na história, tendo a consciência que as relações são sempre generificadas, ou seja, é preciso se perguntar onde estão mulheres e homens nas diversas instituições, e ao realizar este processo Scott (1995) afirma a necessidade de aprender a fazer as perguntas certas.

Sem sombras de dúvidas a abordagem a partir deste conceito possibilitou diversos ganhos a compreensão e a desnaturalização da diferença entre mulheres e homens, permitindo romper com o caráter fixo e permanente das significações produzidas em torno do ser mulher e do ser homem. Entretanto, Scott (1995) sinaliza que no uso do conceito de gênero é importante problematizar a oposição binária e excludente que ele sugere, sempre polarizando entre feminino e masculino. E argumenta em favor da desconstrução da diferença sexual que gera desigualdade. O tratamento binário a gênero e sua oposição a construção do sexo será alvo de críticas por autoras como Scott

(1995), entretanto é com Judith Butler (2008), filósofa, que o conceito de gênero é despido e a estabilidade do sujeito mulher passa a ser considerada em variados círculos acadêmicos e feministas.

Butler (2008) argumenta que o feminismo historicamente formou sua luta sobre um sujeito que é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder da qual tenta sua libertação. Crítica já tecida por autoras como Heleieth Saffioti (2013), socióloga, que argumenta que o feminismo quer a incorporação na lógica vigente, não sendo capaz de abalar as estruturas das opressões que o fundam: “o feminismo pequeno-burguês não é, na verdade, um feminismo. Representa, ao contrário, uma força de consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas” (SAFFIOTI, 2013, p.194). Ao tecer sua crítica Butler (2008) além de questionar a estrutura que forma este sujeito do feminismo questiona o próprio sujeito produzido pela estrutura e do qual o feminismo requer sua emancipação, argumenta que o sujeito mulher não pode ser compreendido em termos estáveis e permanentes e ao fazer isto desestabiliza as ancoragens feitas em torno do conceito de gênero:

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e por que o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2008, p.20).

Sendo assim, Butler (2008) recupera em seu texto uma dimensão extensamente anunciada por muitas mulheres negras, de que não podemos defender as mulheres a partir da construção da identidade mulher como uma identidade fixa e estável, pois assim desconsideramos as experiências de uma grande maioria de mulheres que não possuem pertença com os ideias anunciados com esta imagem, que muitas vezes remete a uma universalidade: mulheres brancas, heterossexuais e de classe econômica média/alta. Dimensão já anunciada em 1851 por Sojourner Truth ao proferir um discurso na Conferência de Direitos da Mulher em Ohio, Estados Unidos da América:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e

também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravo. Quando manifestei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH *apud* RIBEIRO, 2017, p.20).

Em seu discurso Sojourner questiona a formulação tradicional do ser mulher, que se analisarmos sobre o ponto de vista biológico tornaria as mulheres negras e indígenas inaptas para a escravidão, já em 1851 Truth questiona o que aquela sociedade está entendendo e nomeando como mulher, proferindo uma frase que, possivelmente, ecoa nas mentes de muitas mulheres negras ou não que não conseguiam ou não queriam se encaixar no padrão estilizado e tradicionalista esperado e anunciado para as mulheres: “E não sou eu uma mulher?”. Ao fazer isso desestabiliza os pressupostos aceitos pelo grupo sobre as possibilidades de mulheres e homens daquela sociedade, afirmando o quanto o elemento raça é incisivo na forma como tratamos os sujeitos sociais.

Angela Davis, filósofa e ativista política, reflete sobre a visão da mulher negra escravizada nos Estados Unidos da América nos dando alguns pontos para pensar sobre a formação destas mulheres em contraposição às mulheres brancas e suas críticas são fomentadas pela interrogação que Sojourner Truth realiza em seu discurso, uma vez que a defesa do que grupos conservadores da época consideravam ser uma mulher não encontrava respaldo nas formas como as mulheres negras eram tratadas. Davis (2016; 2017) observa assim contradições deste movimento inicial do feminismo, que em sua primeira onda defendia o acesso das mulheres a atividades que eram já obrigatórias para as mulheres negras e para as mulheres brancas pobres como uma condição de sobrevivência: o acesso ao mundo do trabalho. Como bem nos expõe Truth em seu discurso.

Davis (2106) afirma que para as mulheres negras o trabalho nunca pode ser uma escolha, para ela o espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão que vem com a escravidão. Essa é uma experiência que foi vivida por todas as mulheres negras submetidas à condição de escravidão: o trabalho compulsório, esta exploração não distinguia sexo, era imposto às mulheres e aos homens, e também não se amenizava quando as mulheres negras escravizadas estavam grávidas. Silva (2010) reconstrói no cenário brasileiro a forma como estas mulheres eram tratadas: “uma mulher negra grávida era mantida desenvolvendo trabalho compulsório e com respeito aos filhos, a esses nenhuma importância era dada já que aos olhos do senhor eram antieconômicos, e não são raros os relatos de abandono de crianças por representarem uma despesa a mais para os senhores” (SILVA, 2010, p.03).



Com isso podemos entender que a representação comumente aceita sobre o ser mulher não dava conta da experiência real vivida pelos sujeitos identificados como mulheres, nos dando base para reiterar juntamente com Butler (2008) que ser mulher não é tudo que alguém é, existe as pertencas de classe, raça, região, nacionalidade que irão moldar a experiência dos indivíduos, e estes elementos são distintivos na configuração do sujeito tal como ele é.

Este movimento de reconhecer outras dimensões na visão que temos dos indivíduos vem conjuntamente com a configuração dos novos movimentos sociais que emergem pós anos de 1968 e que caracterizam uma nova forma de luta social: a partir das identidades. Ao colocar em cena as possibilidades identitárias estes movimentos questionam e tensionam o sujeito iluminista, que seria seguro e estável (HALL, 2015).

É importante salientar que já existia no meio social a tentativa de inclusão de outros indivíduos no pleito por direitos e visibilidade, como o discurso de Sojourner Truth expõe, entretanto esses discursos foram invisibilizados por um discurso dominante que na defesa da universalidade escondia também os interesses de classe. Segundo Djamila Ribeiro, filósofa: “Essa discussão já vem sendo feita desde a primeira onda, como nos mostra Truth assim como na segunda onda, como podemos ver nas obras de feministas negras como bell hooks, Audre Lorde entre outras” (RIBEIRO, 2017, p.22). A autora se refere às ondas feministas para informar que o questionamento a universalidade da categoria mulher é algo que já é tema desde sua primeira onda, mas como este questionamento foi formulado por mulheres que estavam em posições de menor prestígio/poder social, como as mulheres negras, brancos pobres ele foi silenciado.

O feminismo negro que advém, também, desta insistente impossibilidade de considerar as demandas das mulheres negras dentro de um feminismo hegemônico ou branco contém elementos importantes para compreender os processos de formação política dos sujeitos, processos estes que se manifestam em suas vivências reais através do racismo, do machismo e de outras práticas discriminatórias que por vezes limitam e impedem a existência deste sujeito no social. É sobre algumas construções advindas deste movimento que iremos nos deter na próxima seção para continuar refletindo sobre os processos de formação dos indivíduos.

## **Feminismo Negro**

A defesa do sujeito mulher formou durante muito tempo o princípio de luta dentro do que viria a ser reconhecido como movimento feminista, ou seja, foi em prol da construção de uma nova concepção política e social para as mulheres é que se forma o movimento feminista. Entretanto, podemos observar a partir dos escritos já enunciados neste texto que havia um questionamento sobre quem eram as mulheres para as quais se requereriam uma nova concepção política e social. Isso por que durante muito tempo o que hoje chamamos de movimento feminista visibilizou as lutas e a defesa de um tipo específico de mulher.

Tendo essa reflexão como uma crítica e uma disputa no interior do que estava sendo compreendido como feminismo e observando a grande lacuna de vida que existia/existe entre as experiências de mulheres negras e brancas, e a dificuldade de mulheres brancas, de uma classe econômica superior, compreenderem as opressões que estavam em jogo na vida das mulheres negras, acabou por provocar a urgência destas se pensarem a partir de suas experiências que confluíam questões relativas a sexo, a cor e a classe (DAVIS, 2016; 2017; RIBEIRO, 2017; COLLINS, 2000; 2016; CARNEIRO, 2019).

É a partir desta compreensão que o feminismo negro é gestado, sendo compreendido como uma tentativa de as mulheres negras falarem de si, para si e com isto tomar consciência e lutarem contra as opressões que as atinge. Lélia Gonzalez, antropóloga, chama atenção para este fato ao afirmar que “a atuação das mulheres negras, que, ao que parece, mesmo antes da existência de organizações do movimento de mulheres, reuniram-se para discutir o seu cotidiano marcado, por um lado, pela discriminação racial e, por outro, pelo machismo” (GONZALEZ, 2008, p.38). Nesse trecho Gonzalez (2008) destaca a necessidade das mulheres negras se comunicarem com pessoas que poderiam entender e partilhar suas vivências. A formação do feminismo negro pode então ser compreendida, também, a partir da tensão entre os movimentos negros e feministas que muitas vezes acabavam por excluir as vivências e experiências das mulheres negras (VELASCO, 2012). Para Sueli Carneiro, filósofa, o feminismo negro “revela a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2019, p.273).

O que hoje conhecemos como feminismo negro tem seu início nos Estados Unidos da América através da fala de intelectuais como Sojourner Truth e para Collins (2000) serve para pensar uma contradição fundamental da sociedade estadunidense, mas que podemos estender para pensar a

realidade de todas as sociedades que se pretendem democráticas: a contradição entre as promessas de liberdade individual; igualdade na lei e justiça social para todas e todos que ali vivem e a persistência da realidade onde a forma de a sociedade lidar com o indivíduo se distingue a partir da sua pertença de raça, classe, gênero, sexualidade e cidadania. Ainda segundo a autora por a sociedade ainda se constituir assim “os efeitos do racismo institucional seguem sendo visíveis e palpáveis<sup>4</sup>” (COLLINS, 2000, p.102).

O questionamento produzido também por Truth em 1851 ao se interrogar se não era mesmo uma mulher produzia eco na forma como as mulheres negras estadunidenses se viam e se organizavam e a compreensão de estarem em uma posição no meio, como Grada Kilomba (2012) afirma, fez com que estas mulheres entendessem a necessidade de se auto-organizar. Kilomba (2012) traz a imagem das mulheres negras como estando no meio, porque estas não são somente negras e nem são somente mulheres. Quando observamos a imagem da mulher negra vemos a identidade acontecendo em mais de uma de suas dimensões, a polarização entre ser mulher ou ser negra não acontece ali, já que as mulheres negras trazem essa intercessão no corpo. Este fato apresenta uma das características do feminismo negro, segundo Collins (2000; 2016), que é o fato deste se constituir de forma interseccional, ou seja, entendendo que em uma análise não podemos considerar somente uma dimensão da sua identidade, por que ela é atravessada por diferentes marcadores.

Sendo assim, quando alguém olha para uma mulher negra ela não é vista como mulher, nem como negra, ela é desde o primeiro olhar identificada como uma mulher negra e isso traz vivências específicas para a forma como ela irá transitar na sociedade. Para Kimberlé Crenshaw (2002), advogada estadunidense, esta seria uma diferença que faz diferença e a estes dois marcadores se somam outros como: orientação sexual, religião, origem nacional e estes fatores criam uma vivência específica para o grupo identificado com estas intersecções. Gonzalez nos informa sobre a complexidade que compreende a sua identificação enquanto mulher negra:

Quando falo de experiência, me refiro a um processo difícil de aprendizado na busca de minha identidade como mulher negra, dentro de uma sociedade que me oprime e discrimina precisamente por causa disso. Mas uma questão de ordem ético-política é imposta imediatamente. Não posso falar na primeira pessoa do singular, de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me aos ameríndios e aos africanos (Gonzalez), subordinados a uma latinidade que legitima sua interiorização (GONZALEZ, 2018, p.308).

---

<sup>4</sup> Traduzido do original em espanhol: “los efectos del racismo institucionalizados siguen siendo visibles y palpables”.

Gonzalez resgata assim uma construção que deve ser evidenciada na sociedade: que a identificação da mulher negra é feita, muitas vezes, através de processos dolorosos. Isto, muitas vezes, é agravado pelo fato de as mulheres negras desconhecerem suas trajetórias enquanto coletivo, e acham que suas dores são só suas, quando, na verdade, como nos informa Gonzalez (2018) é algo comum a milhões de mulheres. Carneiro (2019) nos dá subsídios para refletir em conjunto com Gonzalez ao argumentar sobre a violência específica que atinge as mulheres negras e as impede de ter o direito à imagem e a representação positiva. Ainda segundo Carneiro essa seria uma violência invisível que fica marcada na subjetividade das mulheres negras e transborda para suas relações afetivas e sexuais.

Ao resgatar a trajetória de organização das mulheres negras no contexto dos Estados Unidos da América Davis (2017) nos mostra que em 1895 cem mulheres negras de dez estados se reuniram na cidade de Boston e no ano seguinte fundaram a Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor, tinham como função primordial “a defesa ideológica e militante das mulheres negras – e dos homens negros – contra os danos causados pelo racismo” (DAVIS, 2017, p. 15). Esse tipo de resgate é essencial para que possamos compreender e combater o insistente apagamento que se faz das contribuições das mulheres negras dentro do feminismo. Para Davis, se ignoramos as trajetórias das mulheres afro-americanas, que historicamente estiveram, também, no cenário político e social, pautando a transformação na forma como a sociedade as significavam, “o potencial revolucionário do movimento de mulheres ainda não terá sido realizado” (DAVIS, 2017, p.18).

Gonzalez (2008) realiza uma reflexão que vai de encontro com as críticas reunidas por Davis (2016; 2017), mas tendo como ponto de partida o cenário brasileiro. Gonzalez em texto de 1986, mas publicado em uma coletânea de 2008, considera a posição das mulheres negras dentro de nossa sociedade, afirmando que: “As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo a deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados” (GONZALEZ, 2008, p.36).

Gonzalez argumenta nestes termos, pois em pesquisas sociais existe a tendência de tratar os sujeitos como se fossem categorias universais, se fala da situação da mulher no mercado de trabalho ou do salário das mulheres, este tipo de pesquisa acaba por invisibilizar a realidade das mulheres

negras. Em outro texto Gonzalez evidencia o empobrecimento que a generalização provoca ao desconsiderar o impacto na formação das subjetividades individuais, para a autora: “Falar das opressões das mulheres latino-americanas é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (GONZALEZ, 2018, p.311). Djamila Ribeiro (2017) argumenta que é importante gerar pesquisas que nomeiem os grupos que existem socialmente, segundo a autora: “Isso porque quando ainda se insiste nessa visão homogênea de homens e mulheres, homens negros e mulheres negras ficam implícitos e acabam não sendo beneficiários de políticas importantes e, estando mais apartados ainda, de serem aqueles que pensam tais políticas” (RIBEIRO, 2017, p.41).

Quando temos uma visão homogênea de sujeitos como mulheres e homens ignoramos o impacto que a experiência da diáspora e da escravidão teve em países como o Brasil, onde a herança escravocrata ainda é uma realidade na forma de tratar os indivíduos e no qual houve pouco investimento em políticas públicas a fim de enfrentar essa cultura racista. Fato observado quando analisamos, por exemplo, as estatísticas referentes à morte neste país. Segundo o Atlas da Violência de 2021 no ano de 2019 as pessoas negras foram as maiores vítimas da violência letal, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Indicando assim, uma diminuição na violência letal direcionada a não negros (CERQUEIRA et. al., 2022). A atuação da política institucional é importante para reduzir dados dessa natureza, somente com ações direcionadas é que se pode superar a herança escravocrata brasileira, que tende a marginalizar a população negra em todas as suas expressões.

Ao olhar para a realidade das mulheres negras no mundo do trabalho temos um cenário ainda precário, Cidinha Silva (2017), prosadora e dramaturga, realiza uma excelente análise sobre esta situação na cidade de Salvador, mas que pode nos servir para pensar a forma como os padrões escravocratas ainda se fazem presentes em nosso cotidiano. Cidinha está refletindo sobre a microeconomia do carnaval em uma das cidades mais requisitadas para esta festa, ela afirma:

Mulheres negras, todas negras, dominam o mercado da comida de rua durante a festa. Tradição herdada das pretas de ganho do século XIX, das baianas do acarajé e outros quitutes do século XX para cá. Herança também de diversas impossibilidades consolidadas que as leva a desenvolver funções laborais nas quais possa manter os filhos por perto (SILVA, 2017, p. 29).

As afirmações de Ribeiro (2017) e Silva (2017) nos apresentam outra característica do feminismo negro que é a produção de uma crítica contundente a forma de produzir conhecimento. Para Hall (2015) o feminismo enquanto crítica teórica e social foi, também, responsável por uma virada epistêmica na forma de compreender as identidades na modernidade ao trazer para a arena social temas, que por serem associados ao universo das mulheres, eram tidos como de menor valor e este movimento teve impacto na forma como produzimos conhecimento, agora as mulheres eram sujeitos relevantes de pesquisa.

Segundo Collins (2016) o feminismo negro pertence a um grupo de intelectuais marginais que tendem a enriquecer o discurso sociológico contemporâneo, pois se configuram como *outside within*. Este termo designa os estrangeiros de dentro, ou seja, aquelas pessoas que estão, por exemplo, na academia, mas são estranhas/estrangeiras àquele ambiente, podemos citar aqui as intelectuais negras. Para Collins (2016) estas mulheres possuem um potencial distintivo dentro da produção do conhecimento, pois são capazes de articular diferentes parâmetros, que muitas vezes são ignorados na produção do conhecimento. O feminismo negro sendo um movimento que se articula a partir das ideias produzidas por mulheres negras e que constroem seu conhecimento com a vivência de ser mulher negra e para estas mulheres. E ao fazer isto amplia o olhar para a natureza interligada das opressões, considerada por Collins (2016) como uma noção que permeia o feminismo negro desde a sua origem.

Ao realizar este movimento o feminismo negro se articula com ideais radicais que por vezes foi também defendido pelo feminismo hegemônico, mas que muitas vezes não foi posta em prática: a defesa das mulheres em sua multiplicidade e a defesa radical de sua humanidade, a compreensão da necessidade de romper com produções do conhecimento que não consideram a perspectiva das mulheres, a necessidade de descolonizar o pensamento. E ao se movimentar nestas premissas um movimento que historicamente começa nos Estados Unidos da América possibilita que várias mulheres negras do mundo reflitam a partir de uma experiência histórica comum, que é fundada a partir do processo de escravidão que foi imposto a nações vindas do continente africano, mas também aos povos originários dos territórios colonizados (DAVIS, 2016; 2017; COLLINS, 2000; 2016; RIBEIRO, 2017). Ao realizar este movimento o feminismo negro realiza a sua principal pauta, segundo Xavier (2017), “o ato de restituir humanidades negadas”.

## Conclusão



Ao restituir humanidades negadas o pensamento feminista negro traz a tona um sujeito que historicamente foi desconsiderado e/ou subalternizado nas grandes teorizações: a mulher negra. Neste movimento resgata algo que comumente é ignorado na produção do saber: que desde o princípio as mulheres negras estão em cena debatendo e disputando significados (RIBEIRO, 2017). Podemos observar isso com o discurso de Sojourner Truth em 1851, assim como a organização vista como necessária pelas mulheres negras a fim de defender seus interesses (DAVIS, 2016; COLLINS, 2000; GONZALEZ, 2008).

Através das teorizações enunciadas observamos este movimento, que é um movimento também pela visibilidade, que resgata, continuamente a frase de Truth “E não sou eu uma mulher?”. E desta forma nos interroga sobre as possibilidades de existência dos sujeitos, produzindo como eco o questionamento sobre quais os sujeitos que são permitidos de existir na sociedade.

Foi no intuito de debater sobre a produção do ser mulher para além de uma imagem fixada no sujeito universal que este texto foi construído, trazendo para a cena debates como o de Hall (2015) que questionam a visão da identidade fixada, permanente e imutável. Mas também querendo argumentar em conjunto com as feministas negras que ao abrir o leque de representações identitárias não há empobrecimento e nem perdas nas lutas sociais e teóricas, como sinaliza Collins (2000) ao afirmar que incorporando a heterogeneidade podemos evitar o essencialismo em favor da democracia.

Além disto, foi intenção da argumentação aqui produzida reiterar a importância da nomeação como condição indispensável para a superação da realidade social na qual se encontra a população negra. Primeiro por que políticas públicas só são feitas com dados da realidade, como argumenta Ribeiro (2017), ainda segundo a autora “Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, 2017, p.41). Segundo, por que a produção do saber hegemônico continuamente apaga as contribuições das intelectuais negras, que estão ativamente produzindo a respeito de nossa realidade social em diálogo contínuo com as grandes teorizações que moldam o pensamento social contemporâneo e com os movimentos sociais e suas lutas pela igualdade e emancipação humana.

A visibilidade deste tipo de conhecimento nos permite compreender o quanto às categorias fixas e estáveis são frágeis para nomear os sujeitos e nos permite visualizar como as contribuições advindas do feminismo negro são importantes a fim de expandir as formas como vemos e

entendemos a realidade social, nos dando a oportunidade de olhar sobre ângulos comumente ignorados.

#### Referências bibliográficas:

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.<sup>a</sup>). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da Violência 2021**. IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In JABARDO, Mercedes (Org.<sup>a</sup>). **Feminismos negros. Una antología**. Madrid: Traficantes de Sonhos: Mapa, 2012.

\_\_\_\_\_. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, jan./jul., 20002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.<sup>a</sup>). **Guerreiras de Natureza – Mulher Negra, Religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. Por Um Feminismo Afrolatinoamericano. In GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez – Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of everyday racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em [https://schwarzemilch.files.wordpress.com/2012/05/kilomba-grada\\_2010\\_plantation-memories.pdf](https://schwarzemilch.files.wordpress.com/2012/05/kilomba-grada_2010_plantation-memories.pdf), último acesso em 19 de setembro de 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. 3<sup>a</sup>ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In **Educação e Realidade**. Volume 20, número 2, p.:71-99, 1995.

SILVA, Cidinha. Sobre os que juntam vinténs na microeconomia do carnaval. In AMARO, Vagner (Org.). **Olhos de azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira – contos e crônicas**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Alameda, 2017.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Espanha: Ediciones B, 2008.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde / con El feminismo negro. In JABARDO, Mercedes (Org.<sup>a</sup>). **Feminismos negros. Una antología**. Madrid: Traficantes de Sonhos: Mapa, 2012.

XAVIER, Giovanna. Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta. In Folha de São Paulo, 19/07/2017. Disponível em <https://agoraequesaolas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-e-preta/?loggedpaywall#>, último acesso em 27 de setembro de 2022.

## Entre a Escrita Negra e a Escrita Feminina de Resistência à Escravidão

From Black Writing to the Writing of Black Women's Resistance to Slavery

**Dr. José Endoença Martins**

Professor de Literatura Afrodescendente  
Centro Universitário UNIFACVEST (Lages/SC)  
endoenca@yahoo.com

**Recebido em:** 24/08/2022

**Aprovado em:** 27/10/2022

**Resumo:** O artigo discute as relações entre escrita negra e escrita de mulher negra na literatura Afroamericana. Nele, duas narrativas são cotejadas com a finalidade de estabelecer aproximações dialógicas da mulher escravizada Linda Brent, protagonista da narrativa de escravo *Incidents in the Life of a Slave Girl, Written by Herself*, de Harriet Jacobs (1861) com a mulher escravizada Sethe Suggs, personagem central da neo-narrativa de escravos *Beloved*, de Toni Morrison (1987). O elemento que marca o conteúdo dialógico entre as duas narrativas e as duas mulheres é a noção de *conversão política*, definida por West (1994) como um movimento individual e coletivo do *niilismo* devastador, patrocinado pela escravidão e seus agentes, para o *autoamor* libertador. Em relação a Linda Brent e a Sethe Suggs, o *autoamor* libertador individual e coletivo garante-lhes a fuga da escravidão para a liberdade através da ação política de pessoas negras e brancas.

**Palavras-Chave:** Narrativa de Escravo; Niilismo; Conversão Política.

**Abstract:** The article discusses the relationship between black writing and black women's writing in Afro-American literature. In it, two narratives are collated to establish a dialogic approximation of the enslaved woman Linda Brent, the protagonist of the slave narrative *Incidents in the Life of a Slave Girl, Written by Herself*, by Harriet Jacobs (1861) to the equally enslaved woman Sethe Suggs, the major character of the neo-slave narrative *Beloved*, by Toni Morrison (1987). The aspect that marks the dialogic content connecting the two narratives and the two women is the notion of *political conversion*, defined by West (1994) as an individual and collective movement from devastating *nihilism*, sponsored by slavery and its agents, to liberating *self-love*. In relation to Linda Brent and Sethe Suggs, individual and collective liberating *self-love* guarantees them escape from slavery to freedom through the political agency of black and white people.

**Keywords:** Slave Narrative; Nihilism; Political Conversion.

What is at once characteristic and suggestive about black women's writing is its interlocutory, or dialogic, character, reflecting not only a relationship with the

“other(s),” but an internal dialogue with the plural aspects of self that constitute the matrix of black female subjectivity (HENDERSEN 2000, p. 349).

### Opening Comments

Henderson’s (2000) words identify, in the writing of black women, a wish to reject self-isolation by relating itself with something else, thus dialoguing externally and internally. By pointing out the “interlocutory, or dialogic, character” (HENDERSON 2000, p. 349) of black women’s writing, Henderson alludes, on the one hand, to its external “relationship with the ‘other(s)’” (HENDERSON 2000, p. 349), represented by both the white and black male traditions. On the other hand, Henderson calls attention to an inside dialogue, suggesting that, internally, black women’s writing is attuned to their common experiences, which speak of “the plural aspects of self that constitute the nature of black female subjectivity.” (HENDERSON 2000, p. 349) Marked by a dialogic hybridity, black women’s writing characterizes itself as a self-reflexive mode of writing. In a general perspective, self-reflexiveness goes beyond the realm of black women’s writing and becomes a major aspect in African American literature. Self-reflexiveness mirrors mutual links among black texts.

From the self-reflexive perspective, this article deals with the idea of a certain movement from the literary to the political. The literary indicates a textual progression from autobiography to novel. The political is a content-based aspect, implying a movement inside politics. The political manifests itself in the individual and group progression from nihilism to love. The central idea here is the progression involving the literary and the political, in which the shift from nihilism to love does not always occur. In some cases, there exists a hybridization of nihilism and love because the first intermingles with the second. In short, self-reflexiveness is understood as the interdependence that accounts for the process through which the autobiography reappears in the novel and is present in political conversion, as nihilism is also visible in love and self-love.

Self-reflexiveness fuels African American literature through the presence of autobiography. According to Andrews (1993), “autobiography holds a position of priority” (ANDREWS 1993, p. 01) over other forms of black narratives. Autobiography starts African American literary tradition and equips it with a process of self-reflexiveness. In African American literary expression, autobiographical self-reflexiveness influences form and content both externally and internally. External self-reflexiveness concerns interdependent relationships between African American and European-American

autobiography. Internal self-reflexiveness suggests that similar interdependence occur within the African American literary tradition, between autobiography and the novel. African Americanists and literary historians acknowledge external and internal self-reflexiveness and critically analyze the intertextual ties interweaving both black and white American autobiography. Gates (1993) recognizes the mutually influential aspects of these two traditions, remarking that the black autobiographer makes “the [white] written text ‘speak’ with a [black] voice.” (GATES 1993, p. 12) The act of merging a black voice – an experience in slavery – inside a white form – written autobiography – is a revolutionary literary attitude. Black autobiography, thus, revolutionizes white autobiography through the way it imitates and revises the previous text.

Black American autobiography enables literary whiteness and blackness to co-exist, integrate, and harmonize differences. In its hybridity, black autobiography has become a major form of black American literary expression since the second half of the eighteenth century and has attracted the attention of slaves and former slaves who wished to express selfhood by writing about their personal experiences. Constructing black selfhood is intrinsically tied to the earliest African American narrator’s search for knowledge (literacy) and freedom. Gates (1993) notes that the slaves’ search for freedom and literacy “became the trope that revises that of the text that speaks in the literature of the slave.” (GATES 1993, p. 09). Andrews (1993) sees in the black narrator’s struggle to possess literacy and freedom the authentication of selfhood. For Andrews, in working as the authentication of black selfhood, autobiography testifies “to the ceaseless commitment of people of color to realize the promise of their achievements as individuals and persons of African descent.” (ANDREWS 1993, p. 01). The conquest of literacy and freedom introduce the secular aspect. The secular conquest is what he calls the freedom from “the sin of slavery” (1). Freedom from slavery not only highlights the complexities of the black autobiographer’s selfhood but also indicate the subtleties of autobiography in its form of slave narratives.

As a form of African American autobiography, the narrative of slavery depicts primarily the secular achievements of the slave narrators. For Gates (1987) these achievements reflect the slaves’ overcoming of “the severe conditions of their bondage.” (GATES 1987, p. ix). Slave narratives suggest that the overcoming of bondage results in the slave’s possession of civil rights and guarantees possession body and humanity. As political empowerment occurs, the slave narrator becomes able to praise freedom from slavery. In concrete terms, internal self-reflexiveness as it is highlighted by Andrews



and Gates links Harriet Jacobs (1861) *Incidents in the Life of a Slave Girl, Written by Herself* to Morrison's (1987) novel *Beloved*. Through their characters – both Linda Brent and Sethe Suggs – they challenge the values of traditional womanhood to guarantee escape from their slaveholders' sexual and physical abuse use and concentrate on their quest for freedom from slavery.

### Political Conversion

The first achievement of African American literature resides in the writer's inclination to favor an internal vitality, fusing the elements of prior texts into new works. In its formal and thematic features, internal self-reflexiveness, understood as a process of intertextual relationships and novelization, interweaves slave autobiography with the novel and becomes a major characteristic of African American narrative. As self-reflexive genres, both slave narrative and black novel converse and interweave shared experiences. The second achievement is an essentially content-centered perspective dealing with conversion. As a theme, black woman's conversion also mirrors an instance of the novelization – imitation and revision – that is present in black American literary tradition, from the eighteenth-century autobiography to the twentieth-century novel. Being the theme of novelization – or self-reflexiveness – conversion seems to cover a long period in black American narrative tradition. One concrete instance is visualized in the way conversion, on the one hand, unites different black women writers like Jacobs and Morrison. On the other, it relates a slave's autobiography and the narrative of a slave's life by a third persons.

In its movement from one narrator to another, or from one genre to another, conversion moves around a secular arena of political activism. In other words, the reader may uncover even implicit political aspects of conversion that the writer does not explicitly emphasize. That is, in its political commitment to *freedom from slavery*, Jacobs's (1861) *Incidents* antedates the political implications that will become more overt in Morrison's (1987) *Beloved*. The strong politics substantiates the black woman's political conversion. That is, the fusion of the individual and the group is a political experience among black women. Within black women's enterprise leading to freedom from slavery, its double outcome is her experience of nihilism and love. Here again black American literary self-reflexiveness plays a relevant role as it informs the intertextual conversation of the autobiography and the novel. In her reclamation of political freedom and civil rights for her humanity, the female slave narrator develops a double commitment, to herself and other slaves. Linda Brent epitomizes in her slave narrative, the ideal achievements of all female slave narrators' political conversion. But she is not the only black woman to

pursue political emancipation for her and other slaves. As full citizenship is not automatically granted but results from permanent struggle against social constraints and limitations, Sethe Suggs repeats Linda Brent's fight by reclaiming social emancipation through political conversion. As an incontestable instance of black women's struggle for complete citizenship, Sethe Suggs herself activates a double search – for herself and for others – which reveals a secular conversion profoundly political, as it continues expanding the desire to possess full citizenship.

Aware of political conversion as women's empowerment in action in black America, West (1994) refers to the phenomenon as a politics of conversion. In *Race Matters*, he highlights the vitality and usefulness that black political conversion possess to reverse the psychological damage that is still devastating today's black Americans. He believes that “the politics of conversion openly confronts the self-destructive and inhumane actions of black people.” (WEST 1994, p. 30) He suggests that, within the constraints of social confrontation and limitation, the politics of conversion activates self-love through which black people reverse or destroy the nihilistic “destructive and inhumane actions” they eventually perpetrate against themselves. For him, black American's self-destruction – physical or psychological – derives from a feeling of worthlessness that inundates black life. Being “a disease of the soul” (WEST 1994, p. 29), worthlessness sickens the black soul. As a disease of the black soul, West adds, “nihilism is to be understood here not as a philosophic doctrine that there are no rational grounds for legitimate standards or authority; it is, far more, the lived experience of coping with a life of horrifying meaninglessness, hopelessness, and (most important) lovelessness.” (WEST 1994, p. 23) Political conversion is, thus, a black struggle for the kind of racial empowerment that is strong enough to defeat a black existence without meaning, hope and love. Because of the magnitude of the disease, the task of curing and healing the black existence cannot be a solitary enterprise but demands the participation of the whole community. At last, success depends on the conjunction between the individual's self-love and the love of others.

West (1994) traces his discussion of black American's politics of conversion back to bondage as he judges slavery to be the initial social setting for the confrontation of black nihilism and love. In being responsible for the psychological, social, political, and economic context of black American's nihilism, slavery also provides her or him with the counter-practice of love and self-love. He explains that

Nihilism is not new in black America. The first African encounter with the New World was an encounter with a distinctive form of the Absurd. The initial black struggle against degradation and devaluation in the enslaved circumstances of the New World was, in part, a struggle against nihilism. In fact, the major enemy of black survival in

America has been and is neither oppression nor exploitation but rather the nihilistic threat – that is, loss of hope and absence of meaning. (WEST 1994, p. 23)

Denouncing slavery in America as the nihilistic setting that positions itself against their humanity and integrity, enslaved black Americans counterattack their “loss of hope and absence of meaning” (WEST 1994, p. 23) with the strength of the black soul, which finds support in mutual and reciprocal love, and self-love.

West’s (1994) hybridization of the black American’s initial experiences of nihilism and love and their contextualization in slavery fit Andrews’s (1997) dichotomy of slaveholder’s inhumanity and the slave’s humanity. In opposing white inhumanity to black humanity, Andrews argues that in slavery the two are incompatible because slavery opposes “the inhumanity of the slave system” (667) to “the incontestable evidence of the humanity of the African-American.” (ANDREWS 1997, p. 667) As a result, “the inhumanity of the slave system” glues on the slave body an animal status and works as the generator of black American’s nihilistic experiences. The slave counteracts by appealing to mutual black love, together with the reclamation and affirmation of her or his humanity and soul, as the spiritual female narrator does in her spiritual text. Both Andrews and West seem to address similar concerns. In slavery, Andrews notes, white inhumanity and black humanity are incompatible. So are nihilism and love, West argues.

As Andrews (1997) points out that the slave’s humanity struggles to defeat slavery’s inhumanity, West (1994) argues that black love and self-love fight to beat black nihilistic experiences, both in slavery and contemporary black America. In today’s America, a politics of conversion is vital so that the black soul can confront two nihilistic and damaging forces that have adversely affected their life: “too much poverty and too little self-love.” (WEST 1994, p. 23) West believes that black existence is disenfranchised, in countless situations, by “the self-destructive and inhumane actions of black people” (WEST 1994, p. 30) attacking their own physical and emotional integrity. Though he argues that the presence of poverty and the absence of self-love are responsible for the conditions in black communities, he does not believe that the politics of conversion can be used to beat poverty. He admits that the politics of conversion is rather addressed to attack the lack of self-love or nihilism. The presence of a strong nihilistic feeling inundating black America, the nihilism whose source lies in several negative feelings and terrifying experiences has been threatening black people for years with despair, fear, meaninglessness,

and personal devaluation. West sees hope as the controller of despair, arguing that nihilism can be defeated by personal and collective love and self-love, the major ingredients of a politics of conversion.

West's (1994) analysis of black nihilism not only deals with contemporary issues concerning black America but also calls for solutions. He observes that the debate of African American problems has been conducted for years from two major perspectives: the structural and the behavioral ones. Structuralists and behaviorists identify different causes and solutions for black American's nihilistic experiences. For instance, structuralists position the historical and sociological source of black people's problems in their long and devastating exposure to slavery, segregation, job and housing discrimination, unfair unemployment rates, inadequate medical coverage, and poor education. Behaviorists emphasize that the obstacles which tend to prevent black people from ascending mobility are due especially to the weakening of the Protestant ethics, work, delayed rewards, frugality, and personal responsibility. Considering both structural and behavioral views, West also discusses the structuralist and behaviorist tools for the eradication of black nihilism. Initially, he mentions that structuralists agree that the extirpation of nihilism will depend on a few measures, such as programs for full employment, medical insurance, child education and assistance, and an end to job and housing discrimination. However, he also emphasizes that behaviorists believe that the problem will disappear if they promote programs encouraging personal initiatives, the expansion of black enterprises, affirmative action, and free market strategies. In short, the behaviorists defend strengthening the Protestant ethic in black America.

Although West (1994) recognizes the relevance of both proposals, he does not seem totally satisfied with either structuralist or behaviorist solutions because, for him, "structures and behaviors are inseparable, and institutions and values go hand in hand." (WEST 1994, p. 18) He states that "how people act and live are shaped – though in no way dictated or determined – by the larger circumstances in which they find themselves. These circumstances can be changed, their limits attenuated, by positive actions to elevate living conditions." (WEST 1994, p. 19) As a matter of fact, West asserts that the analysis of black nihilism cannot be reduced to, but rather goes beyond, the economic and political structural or cultural behaviors encountered in black America. For him, black nihilism lies in something subtler and deeper than what structuralists and behaviorists are willing to confront to. This has to do with the Negro's loss of hope, with the fear of street violence, the collapse of meaningful lives, and the tremendous carelessness toward black people, and their property. Nihilism is not recent, and the fight against it has started with a struggle against the degradation and devaluation of the slave's life.

However important, money, jobs, health care and decent housing cannot by themselves defeat nihilism. Its defeat requires something spiritual. Black literature exemplifies this struggle. For instance, Linda Brent recovers from despair with her quest for virtue just as Sethe Suggs keeps nihilism at bay by fighting for her children's safety. These women fight with black cultural values rather than with structuralist or behaviorist social programs. The fuel for such a fight, West (1994) notes, has always come from black culture, which has developed over centuries “ways of life and struggle that embodied values of service and sacrifice, love and care, discipline and excellence.” (WEST 1994, p. 24) However necessary, these black cultural forces have not been enough to maintain people's fighting spirit against their social and personal degradation so, today, market forces and consumerism have made black nihilism worse. For West, the expansion and intensification of pleasure caused by the market of comfort, commodification of sexism, femininity, violence, and sexuality have seduced black America and, thus, have eliminated traditional black values.

Despite the immense difficulties of black experiences in America, West (1994) does not lose hope. On the contrary, he argues that nihilism can be defeated by a newer and more energetic form of black people's empowerment through a politics of conversion. He attests that black Americans' politics of conversion seems to be “the strategy for holding the nihilistic threat at bay” as it “is a direct attack in the sense of worthlessness and self-loathing.” (WEST 1994, p. 27) He also asserts that a politics of conversion requires love and care because, as nihilism is a “disease of the soul,” (29) it cannot be destroyed by arguments or analyses. “Any disease of the soul must be conquered by a turning of one's soul. This turning is done through one's own affirmation of one's worth – an affirmation fueled by the concern of others. A love ethic must be at the center of a politics of conversion” (WEST 1994, p. 29), West says. And he suggests that a love ethic “is a last attempt at generating a sense of agency among downtrodden people.” (WEST 1994, p. 29) The politics of conversion demands the merging of “the self-within” with “the world-outside”, that is, the individual's inner force and the group's outer cooperation.

Finally, West (1994) does not entirely dissociate his politics of conversion from both liberal structuralist and conservative behaviorist agendas. On the contrary, he admits that structuralists, behaviorists, and defenders of a politics of conversion share common ground, though limited ones. He explains:

Like liberal structuralists, the advocates of a politics of conversion never lose sight of the structural conditions that shape the sufferings and lives of people. Yet, unlike liberal structuralism, the politics of conversion meets the nihilistic threat head-on. Like conservative behaviorism, the politics of conversion openly confronts the self-destructive and inhumane actions of black people. Unlike conservative behaviorism, the politics of conversion situates these actions within inhumane circumstances (but does not thereby exonerate them). (WEST 1994, p. 30-31)

In fact, one point becomes clear. According to West (1994), the turning of one's soul or the defeat of nihilism cannot be an individual's isolated experience but requires both individual and collective action. Though uniting the individual black convert with the converted black community, West's political conversion converges to, and converses with, a political convert like Sethe Suggs who establishes racial communion between both the female black activist and the activism of the black women group through political acts of resistance.

### **Black Novel**

Being the privileged mark of African American slave narratives, internal self-reflexiveness also interconnects black American autobiography to African American novel. Internal self-reflexiveness makes slave narratives construct a mutual conversation with the black novel. Many Afro-Americanists have acknowledged that, in its spiritual or secular version, autobiography has influenced the novel. Among them, for instance, Bontemps (1966) recognizes the literary ties connecting black narrative autobiography and black novel writing, arguing that “from the narrative came the spirit and vitality and the angle of vision responsible for the most effective prose writing by black American writers from William Wells Brown to Charles W. Chesnutt, from W.E.B. Dubois to Richard Wright, Ralph Ellison and James Baldwin.” (Bontemps, in GATES 1987, p. X) In contemporary black American literature, along with Wright, Ellison, and Baldwin, other novelists can be included in Bontemps's list of those who solidify “the spirit and vitality and the angle of vision responsible for the most effective writing by black American writers”. Certainly, among them is Morrison who continues “this process of imitation and repetition” (GATES 1987, p. X), to use Gates's (1987) phrase, a phenomenon that makes African American literary tradition so genuine. Like Bontemps and Gates, Smith (1987) not only acknowledges but also articulates “the influence of the slave narratives on later black writing.” (SMITH 1987, p. 2) She addresses her explanation of the phenomenon of self-reflexiveness to black literacy and notes that the acquisition of reading and writing is crucial for the African American narrators' affirmation of autonomy and selfhood. She calls attention to “the variety or ways in which the idea of literacy is used within the



tradition of African American letters.” (SMITH 1987, p. 2) She also observes that “slave narrators and protagonist-narrators of certain twentieth-century novels by African American writers affirm and legitimize their psychological autonomy by telling the stories of their own lives.” (SMITH 1987, p. 2)

Andrews (1992) similarly contributes to the understanding of the process of repetition and revision that ties earlier and recent black American narrative. His discussion of Bakhtin’s (1981) notion of “novelization,” though brief, is useful here. Resorting to the concept, Andrews argues that “all narrative forms since the rise of the novel have been undergoing repeated revolutions, or ‘novelization.’” (ANDREWS 1992, p. 85) It is this capacity to “novelize”, Andrews observes, that allows the novel to revolutionize “the form and content of other narrative types [...] closely allied to it” (ANDREWS 1992, p. 85). He observes that “under the influence of ‘novelization’, traditions and generic standards of narrative form undergo constant revision.” (ANDREWS 1992, p. 85) Andrews (1993), later, expands his acknowledgement of Gates’s notion of *Signifying* – literary repetition and revision among African American texts – in practical rather than theoretical terms. He establishes the connections between black autobiography and novel, noting that the first African American novel – Brown’s (1853) *Clotel: A Narrative of Slave Life in the United States* – pays tribute to autobiography in its title, specifically to one of its subgenres, the slave narrative. Andrews remarks that autobiography, or the slaves’ “first-person accounts of their lives”, antedates and influences Brown’s novel, as the author himself was “a fugitive slave autobiographer” before becoming a novelist. “Ever since”, Andrews writes, “the history of African-American narrative has been informed by a call-and-response relationship between autobiography and its successor, the novel.” (ANDREWS 1993, p. 1)

### **Linda Brent Fights Slavery at Dr. Flint's Plantation**

Slavery is the antagonizing setting in Jacobs's (1861) *Incidents* because it encapsulates the cruelty and, thus, threatens the slaves’ hope and ability to preserve meaning in their lives. Linda Brent knows well the dangers of slavery and denounces them: “slavery is terrible for men; but it is far more terrible for women.” (JACOBS 1861, p. 77) She recognizes the damaging oppression of slaves, and like West (1994), believes that “as long as hope remains, and meaning is preserved the possibility of overcoming oppression stays alive.” (WEST 1994, p. 23) Linda Brent’s personal story is the evidence of two major aspects in the life of African Americans today: nihilism and love. While she denounces the nihilistic threat of slavery, she, likewise, highlights her self-love and her love for the other slaves. Thus, the telling of her own struggle against nihilism is evidence of that preservation of hope and meaning that West speaks

of and is the condition for her, Yellin (1987) notes, “to assert her womanhood” (YELLIN 1987, p. XIV), a womanhood that is under constant disenfranchisement in the slave system. Aware of the disenfranchising forces of slavery against the slave, like Linda Brent herself, Andrews (1997) condemns bondage “as the condition of extreme physical, intellectual, emotional, and spiritual deprivation, a kind of hell on earth.” (ANDREWS 1997: p. 668) This “hell on earth” has the potential to cause “the self-destructive and inhumane actions of black people” (WEST 1994, p. 30) which, according to West (1994), only a politics of conversion is capable to confront openly and reverse. The slaves' open confrontation of slavery, West advises, is only possible “as long as hope remains, and meaning is preserved” (WEST 1994, p. 23) by both the individual slave and the slave community.

In *Incidents*, slavery's disenfranchisement addresses itself particularly toward women because it attacks the enslaved mother's hope and meaning and, therefore, builds an antagonizing setting that is often marked by a haunting death wish. Linda Brent tells of the slave mother's desire for her own death and that of her children: “she sits on her cold cabin floor, watching the children who may all be torn from her the next morning; and often does she wish that she and they might die before the day dawns” (JACOBS 1861, p. 16). Linda Brent recounts that her mother “had been weaned at three months old, so that the babe of the mistress might obtain sufficient food” (JACOBS 1861, p. 07), and that her grandmother “was a little girl when she was captured and sold to the keeper of a large hotel.” (JACOBS 1861, p. 05). In generating death and separation inside the family, slavery limits the space for maternity. Levander (1999) acknowledges this limitation and notes that “Linda learns that her condition as a slave woman precedes and so preempts maternal authority.” (LAVENDER 1999, p. 31) She argues that, within such a limiting situation, Linda Brent “represents the dehumanizing impact of slavery on female identity by carefully delineating” the slave system which, “on the one hand, demands that slave women reproduce, but, on the other hand, denies them maternal rights.” (LAVENDER 1999, p. 31) Because of such social constraints, women's value, if any, resides in their reproductive capacity “to increase their owner's stock” (JACOBS 1861, p. 49), Linda Brent remarks.

These constraints on motherhood, on one hand, attempt to neutralize Linda Brent's self-valuation and, on the other, wishes to weaken the black community's “love ethic.” Slavery activates its damaging forces against women and submits them to the patriarchal authority of the master who, in Andrews's (1988) words, “presided necessarily and benevolently over three interlocking domesticities: the blood family, the slave families, and the larger family of the entire plantation community.”

(ANDREWS 1988, p. 243) As for the slave family, the master's power is fueled by the physical exploitation and body depredation that he causes to the slave in general and the slave woman in particular. It attacks both motherhood and sexuality, adding to slavery the status of "a haven, indeed, a harem of interracial libidinousness." (ANDREWS 1988, p. 243) For Andrews, "the 'absolute power' of the unholy patriarch [is] combined with the male's supposedly innate 'lust of dominion to produce the lurid image of the 'Erotic South'.'" (ANDREWS 1988, p. 243)

Slavery exerts control over the female slave and wishes to control Linda Brent's womanhood as well. In its struggle against Linda Brent's self-valuation and the community's love ethic, slavery attacks the narrator, her family, and other slaves. The slave system utilizes Linda Brent and the other women slaves as wealth and property and, thus, denies their humanity by reducing them to commodified and disposable items, sexually exploited, often in the name of religion and Christianity. In so doing, slavery denies Linda Brent any access to the restoration of black soul and humanity. In her discussion of slave women's roles, Scott (1995) laments that "under slavery they were obliged both to take on the role of 'surrogate men' and to become 'breeders'. Exploited to produce children who were themselves commodity items, the women found their traditional roles of mothers, daughters and wives/lovers were perverted." (SCOTT 1995, p. 814) Hooks (1981) adds to this commodification of the slave woman the fact that "as the market values of the black female slave increased, larger numbers were stolen or purchased by white slave traders." (HOOKS 1981, p.16)

The slave system in operation at Dr. Flint's plantation debases the slave woman's roles to generate wealth by trading slaves. Thus, being transformed into commodity items, Linda Brent and her family are expected to make Dr. Flint even richer, wealthier, and more prosperous. Linda Brent seems to be very conscious of her own and her parents' material and economic value since her childhood. "And though we were all slaves, I was so fondly shielded that I never dreamed I was a piece of merchandise, trusted to them for safe keeping, and liable to be demanded of them at any moment" (JACOBS 1861, p. 05), she reports. Not only is motherhood commodified, but commodification also reaches the children. Smith (1990) explains Linda Brent's children's destiny as commodified items, writing that "indeed the system of slavery, conflating as it does the categories of property and sexuality, ensures that her posterity will become his [Dr. Flint's] material possessions." (SMITH 1990, p. 220)

Being marked as "a piece of merchandise" or as "material possessions," the slave family is never safe, but lives in constant danger because the system has given itself and its agents the right to

commodify the slave family by separating its members to make them even more dependent and profitable. Here, Scott (1995) subscribes to Smith's words, stating that "irresponsibility on the part of the plantation master could overnight, wrench loved ones from each other. Thus, slave families' security depended always on the master's whims." (SCOTT 1995, p. 814) As a result of the material and economic value attached to the slaves, children were frequently separated from their parents, and husbands were apart from their wives. Linda Brent describes an instance in which a black family is separated, and all the members are sold: "on one of these sale days, I saw a mother lead seven children to the auction-block. She knew that some of them would be taken from her; but they took all. The children were sold to a slave-trader, and their mother was bought by a man in her own town." (JACOBS 1861, p. 16). Linda Brent personally experienced family disruption when her grandmother Aunt Marthy was sold at auction and bought by a white woman, a friend who, later, gives Aunty Marthy freedom.

Though essential, wealth is not the only value that harms or destroys the slave's humanity and wish to develop individual self-valuation and collective love ethic. Property, another value, denies the slave's humanity and soul, transforming her or him the possession that the slaveholder manages for personal interests and economic reasons. The slave system uses adult and young slaves, men and women, Linda Brent writes, "as property, as marketable pigs on the plantation." (JACOBS 1861, p. 36). Scott (1995) remarks that "slave women were, in fact, commercial items, the 'inventory' which, along with horses, cows, chickens, and pigs constituted the slave holder's net worth." (SCOT 1995, p. 814). However, Linda Brent's grandmother challenges the Southern law, according to which, "a slave, being property, can hold no property." (JACOBS 1861, p. 06) However, Aunt Marthy has a house, some money, and an expertise of her own: she bakes and sells cookies.

Dr. Flint, the major representative of the slave system in Linda Brent's autobiography, clearly and explicitly considers Linda Brent his property. His continuing sexual abuse indicates he sees her status as property. He repeatedly warns her of both her economic value and her owing him total obedience; "Do you know that I have the right to do as I like with you – that I can kill you, if I please?" (JACOBS 1861, p. 39) Later, willing both to punish her disobedience and prevent her from marrying a free black man, Dr. Flint sends her to his plantation, advising her: "I'll teach you a lesson about marriage and free niggers." (JACOBS 1861, p. 40) Dr. Flint's denial of her marriage reflects his personal wish to control her sexuality. His attitude seems to be evidencing the aspect that, in slavery, economic power and sexual terror go together. Andrews (1988) acknowledges slavery's sexual terror transforming the South into

an “Erotic South” due to the slaveholders' libidinousness and sexual violence against slave women. Scott (1995) weighs sexual violence against black women, stating that “young adolescent and teenage girls were routinely abused by their masters and by other white men who had access to them.” (SCOTT 1995, p. 814)

Along with wealth and property, religion is another value cherished by the slave system. Linda Brent condemns its Christianity. In the name of slavery's religious beliefs, the slaveholders guiltlessly inflict the most devastating cruelty against their slaves and, as Linda Brent suggests that “they seem to satisfy their consciences with the doctrine that God created the Africans to be slaves.” (JACOBS 1861, p. 44) Linda Brent's viewpoint of Christianity in slavery is that it is the source of oppression. Therefore, Linda Brent must challenge the slaveholders' dehumanizing religious thought to reclaim her soul and humanity. She reclaims her religious faith and believes that God is the only father of all human beings, both masters and slaves. Thus, she denounces what Andrews (1997) characterizes as “the spiritual emptiness and the hypocrisy of institutionalized religion.” (ANDREWS 1997, p. 627) As Johnson (1998) explains, Linda Brent “carefully distinguishes between what she believes to be ‘true’ Christianity and the religion practiced by the slaveholders.” (JOHNSON 1998, p. 34)

Linda Brent's faith in the slave's soul and humanity exemplifies, according to Andrews (1997), black religious experiences. He observes that “Christian African American literary characters also judge their own standards of appropriate behavior as ‘true’ children of God who know that God is good, requires absolute obedience, rewards the faithful who do good and punishes evil doers.” (ANDREWS 1997, p. 627) By denying the slave's humanity, the slaveholders' religion allows its ministers to teach the slaves prayers that both order them to behave obediently to their masters and warn them that their offense to the master is an offense to God. Linda Brent attacks this hypocritical religious behavior by criticizing the teaching of a prayer that reads “obey your old master and your young master – your old mistress and your young mistress. If you disobey your earthly master, you offend your heavenly Master.” (JACOBS 1861, p. 69)

This interconnection between religion and slave commodification becomes even clearer in Linda Brent's description of a Methodist meeting she attends. She portrays the leader, indeed the town constable, who associates religion with trade and abuse, as “a man who bought and sold slaves, who whipped his brethren and sisters of the church at the public whipping post, in jail or out of jail. He was ready to perform that Christian office any where (sic) for fifty cents.” (JACOBS 1861, p. 70) Against

slavery and its values aimed against the humanity of slaves, Linda Brent explodes a strong and negative comment: “O, the serpent of Slavery has many and poisonous fangs.” (JACOBS 1861, p. 62) One of its “poisonous fangs” being Dr. Flint's lustful advances against her, her sexuality and chastity.

### **Sethe Suggs Combats Slavery at *Sweet Home***

Sweet Home plays the role of the *antagonizing setting* in Morrison's (1987) novel *Beloved*. Like Dr. Flint's house and plantation do in Jacobs's (1861) *Incidents*, Sweet Home encapsulates slavery and its values. The approximation of these two black texts through the depiction of slavery and its environment somehow positions Morrison's fictional work as a response to the call that it receives from Jacobs's autobiographical narrative. In this *call-and-response* process in which these black texts are tied together and, from which, they obtain especial meaning, Morrison's novel, or neo-slave narrative, signifies upon Jacobs's slave narrative and, thus, *Beloved* repeats and revises the slave system in operation in *Incidents*. As the levels of inter-signification, repetition, and revision generate conversational links between the two black works, they exemplify self-reflexiveness among black writing and black rewriting, which emphasizes the idea that Linda Brent's devastating experiences in slavery are reflected in Sethe Suggs's struggle against servitude. In other words, as it does to Linda Brent's life, slavery activates its devastating forces both to neutralize Sethe Sugg's self-valuation and to weaken the black communal love ethic that supports her. In the two slave experiences, slavery dehumanizes, brutalizes, and victimizes these women by using them as wealth and property. Being the locus of the slave system in *Beloved*, *Sweet Home* signifies upon Dr. Flint's plantation. Andrews (1997) remarks that these two plantations function as “a kind of hell on earth.” (ANDREWS 1997, p. 668) Being Morrison's condemnation of the “hell on earth,” *Sweet Home* causes its slaves a double pain. It provokes what Bouson (2000) describes, on the one hand, as “the humiliations and traumas the slaves were forced to endure at the hands of their white oppressors” (BOUSON 2000, p. 131) and, on the other, “the insidious effects of internalized racism – that is, socially produced feelings of self-contempt and self-hatred.” (BOUSON 2000, p. 131) The slaves' humiliation and trauma or self-hatred not only result from cruel oppression expressed through physical depredation, but they also derive from subtler behaviors sponsored by the slaveholders.

In *Incidents*, the female narrator states that “slavery is terrible for men; but it is far more terrible for women.” (JACOBS 1861, p. 77) Like Linda Brent, Kubitschek (1998) is aware of “slavery's horrifying destruction” (KUBITSCHEK 1998, p. 126) of slave people and culture, remarking that *Beloved* denounces “the effects of slavery on individual men and women, on black families, and on the



black community.” (KUBITSCHKEK 1998, p. 126) At *Sweet Home*, slavery’s dehumanization also derives from subtler behavior by the slaveholders, such as the desinfranchisement that occurs with naming the slaves. Lawrence (2000) notes that “on Sweet Home, where Garner believes that he allows his slaves to be men, the power of naming remains with the white master.” (LAWRENCE 2000, p. 234) Having their manhood defined by Garner, Morrison writes, “and so they were; Paul D. Garner, Paul F. Garner, Paul A. Garner, Halle Suggs and Sixo, the wild man.” (MORRISON 1987, p. 11) In fact, even this given manhood is under constant threat. Paul D. questions and denounces being named, asking “is that where the manhood lay? In the naming done by a white man who was supposed to know?” (MORRISON 1987, p. 125) Even worse, Sixo loses his manhood because of his cleverness. Accused of having stolen the meat he had cooked and eaten, he denies the theft, adroitly arguing: “improving your property, sir (...) Sixo take and feed Sixo give you more work.” (MORRISON 1987, p. 190) Morrison denounces the consequences of Sixo’s attitude: “clever, but Schoolteacher beat him anyway to show him that definitions belonged to the definers – not the defined.” (MORRISON 1987, p. 190) Lawrence (2000) emphasizes the uselessness of the defined Sixo’s argumentation in the environment dominated by the white definer, clarifying that “Sixo’s rhetorical artistry – stealing and eating the shoat is ‘improving property’ since such apparently transgressive behavior actually will increase his productive capacity – is futile.” (LAWRENCE 2000, p. 234) The slave’s intellectual sophistication does not seem to touch the sensibilities of the slave system and, therefore, does not prevent the slave from being treated cruelly. Therefore, *Sweet Home* is not only “the condition of extreme physical, intellectual, emotional and spiritual deprivation.” (ANDREWS 1997, p. 668), for Sixo and the other men, as Andrews (1997) says. It also emphatically symbolizes the hell where Sethe Suggs suffers the sexual and economic exploitation from which she desires to escape. As a result, besides being the ambient of black suffering, Dr. Flint’s plantation and Schoolteacher’s *Sweet Home* are also the *loci* of Linda Brent’s and Sethe Suggs’s resistance and empowerment.

*Sweet Home* is, certainly, “a kind of hell on earth” to Sethe Suggs and is introduced to the reader through her recollections. Linda Brent’s memories of slavery and sexual assaults help her become critical of the treatment dispensed to black women in both the South and the North. While Linda Brent is fighting off sexual advances in the South, her daughter Ellen is the target of similar abuses in the North. When Sethe Suggs recalls the atrocities perpetrated against her at *Sweet Home*, Morrison explains in an interview with Darling (1994) the validity of her heroine’s rememory: “there is a necessity for remembering the horror, but of course there’s a necessity for remembering it in a manner in which it

can be digested, in a manner in which the memory is not destructive.” (DARLING 1994, p. 247-248) Sethe Suggs explains her own recollections: “some things go. Pass on. Some things just stay. I used to think it was my rememory. You know. Some things you forget. Other things you never do. But it’s not. Places, places are still there.” (MORRISON 1987, p. 35-36) Recollection, Bouson (2000) notes, is “uncontrolled remembering and reliving of emotionally painful experiences.” (BOUSON 2000, p. 135) And the place, *Sweet Home*, “is a picture floating around out there outside my head” (MORRISON 1987, p. 36), Sethe Suggs remarks. In her recollections, her feelings toward the farm are ambiguous, mixing beauty and shame. The ambiguous feelings derive from the impossibility of her exerting some control over past experiences. The narrator shows Sethe Suggs's ambiguity and highlights that “suddenly there was Sweet Home rolling, rolling, rolling out before her eyes, and though there was not a leaf on that farm that did not make her want to scream, it rolled itself out before her in shameless beauty.” (MORRISON 1987, p. 06). Sethe Suggs’s ambiguity toward *Sweet Home* seems plausible because of the peculiarity of its slavery. In *Incidents*, Dr. Flint’s plantation seems to be a constant and regular presence in its cruelty under the master’s control. However, *Sweet Home* is ironically named, associating slavery with sweetness and a place of good living. Consequently, both Sethe Suggs’s and Paul D’s memories of *Sweet Home* are different. With the Gamers – its former owners – *Sweet Home* seems a bearable place to live in and work in with some dignity and humanity. Kubitscheck (1998) subscribes to this description though adding that “a beautiful Kentucky plantation. Sweet Home originally houses a white couple, Mr. and Mrs. Garner, and nine slaves (...). Garner allows them [slaves] many male privileges. Garner also permits Halle to buy his mother’s – Baby Suggs – freedom.” (KUBITSCHEK 1998, p. 116). A conversation between Mr. Garner and Baby Suggs, Jenny for the Garners, clarifies the Bodwins’ doubts about the Garners’ view of slavery and intensifies the ambiguity of *Sweet Home* and its form of enslavement:

“tell em, Jenny. You live any better on any place before mine?” “No, sir,” she said. “No place.

“How long was you at Sweet Home?”

“Ten year, I believe”

“Ever go hungry?”

“No, sir”

“Did I let Halle buy you or not?”

“Yes, sir, you did.” (MORRISON 1987, p. 145-146)

Paul D's impressions of *Sweet Home* conflict with both Baby Suggs's experiences and Sethe Suggs's recollections. He diverges from his lover, and her mother-in-law, breaking the ambiguity of shame and beauty attached to *Sweet Home* in the two women's mixed feelings toward the place. Affirming that "it wasn't sweet and it sure wasn't home" (MORRISON 1987, p. 14), Paul D's evaluation makes of it a humiliating and damaging repetition of the cruelty established on Dr. Flint's plantation, which prepares the reader for Schoolteacher's devastating management of the plantation *Sweet Home*.

In *Incidents*, Linda Brent condemns slavery, observing that it is worse for women than for men. She states "it is far more terrible for women. Superadded to the burden common to all, they have wrongs, and sufferings and mortifications peculiarly their own." (JACOBS 1861, p. 77) Both herself and Sethe Suggs have become vivid examples of this statement, especially in their womanhood and sexuality. In Morrison's (1987) *Beloved*, after Mr. Garner's death and Schoolteacher's arrival, Sethe Suggs feels on her own flesh how terrible slavery can be. The former irony and ambiguity of Sweet Home cease to function then. *Sweet Home* under Schoolteacher's supervision becomes a world of pain, Bouson (2000) observes, through "Sethe's paralyzing and dirtying memories of the physical and psychic assaults on her humanity." (BOUSON 2000, p. 136) Her recollection unveils the condemnation of the sexual exploitation that the slave woman must endure. Like Linda Brent's abuse by Dr. Flint, Sethe Suggs's sexual exploitation relates to the economic commodification of the slave woman. We are informed that Sethe Suggs's sexual exploitation parallels the two plantations in cruelty. She is taken as the breeder whose breeds are commodified. She is seen, Morrison writes, as "property that reproduced itself without any cost." (MORRISON 1987, p. 228) Thus, *Sweet Home* repeats and revises Dr. Flint's plantation, itself becoming the locus of cruelty and abomination, which steal the slaves' humanity by lowering them to the level of chattel and discardable wealth and property. Being utilitarian items brutalized in various ways, slave families are destroyed, parents are separated from their children, women are sexually abused, men's spirits are crushed, and many other slaves are killed or disappear. *Sweet Home*, then, exemplifies, in cruelty, any other kind of plantation. For instance, Sethe Suggs remembers how she was separated from her mother, how her mother's ribs were branded with a circle and a cross and, later, how her mother was hanged and mutilated: "Hung. By the time they cut her down nobody could tell whether she had a circle and a cross or not." (MORRISON 1987, p. 61)

The cruelty and abomination plotted against her mother are repeated many years later, in her own flesh, by the slave system Schoolteacher implements at *Sweet Home*. Furman (1996) argues that Sethe

Suggs's escape from *Sweet Home* is her “emphatic rejection of slavery’s power to circumscribe her motherhood” (FURMAN 1996, p. 770), as it had done to her mother. Physical violence and brutalization are the expedients to control Sethe Suggs’s female sexuality. Kubitschek (1998) clarifies *Sweet Home*’s sexual brutalization of Sethe Suggs, explaining that “Schoolteacher’s nephews brutally abuse Sethe sexually, sucking her milk from her breasts and whipping her back bloody.” (KUBITSCHEK 1998, p. 116) In her remembering of the damaging events, it is self-awareness that makes Sethe Suggs to denounce the exploitation of slave women by controlling their motherhood and to associate her milk with her mother’s milk that goes to the white babies before she can have it. She still suffers from this damaging memory: “the little white babies got it first and I got what was left. Or none.” (MORRISON 1987, p. 200) Omolade (2000) remarks that the stolen milk represents slavery’s most devastating sacrilege against the humanity of the slave woman. The analyst adds that slavery invades the very place that is inviolable and sacred to both African and European societies, that is, “the sanctity of the woman’s body and motherhood within the institution of marriage.” (OMOLADE, 2000, p. 125) In so doing, slavery adds other unbearable pains to the bodily depredation of slave women like Sethe Suggs.

Like her mother, Sethe Suggs herself has her flesh marked but, unlike the mother, the marks on her back from floggings resemble a tree, as Amy, Sethe Suggs’s white friend who helps her escape, describes in plain words:

It's a tree, Lu. A chokecherry tree. See, here's the trunk – its red and split wide open, full of sap, and this here's the parting for the branches. You got a mighty lot of branches. Leaves, too, look like and dern if these ain't blossoms. Tiny little cherry blossoms, just as white. Your back got a whole tree on it. In bloom. What God have in mind; I wonder. I had some whippings, but I don't remember nothing like this. (MORRISON 1987, p. 79)

Besides Sethe Suggs’s marked flesh, other forms of brutalization are added to the miserable fate of black women at *Sweet Home*. Sethe Suggs’s stolen milk and sexual abuse during pregnancy position her motherhood and sexuality as the targets of the cruel and brutal slave system at *Sweet Home*. Once again, the dehumanization of slavery assaults the slave woman’s dignity.

In Morrison’s (1987) *Beloved*, the slave woman’s brutalization is not limited to *Sweet Home* but is extended to house 124 on *Bluestone Road*. In this house, the horror of slavery results in Sethe Suggs injuring her children, even murdering one of her daughters. Sethe Suggs’s infanticide is associated with despair and revolt against slavery and its brutality. She cannot bear the possibility of seeing repeated in

her children everything she had gone through at *Sweet Home* and decides to do something to protect her children from slavery. Furman (1996) explains her action:

When Schoolteacher, his nephews and the sheriff enter Baby Suggs's yard to reclaim Sethe, and worse, to take her children back to slavery, she revolts. In an instant she is transported back to the brutal beating she endured in the hours before escape and to her deepest violation (...) Sethe resolves that "nobody will ever get my milk no more except my children". (FURMAN 1996, p. 71)

What Sethe next does has to do with her "thick love," a profound act of maternal feeling justified by her need to protect her children. "They ain't at Sweet Home. Schoolteacher ain't got em" (MORRISON 1987, p. 165) is how she reacts.

In this mingling of nihilism and love that Sethe Suggs goes through and embodies, "thick love" is her possible reaction to stop the continuing brutalization of herself and her family. Likewise, in Jacobs's (1861) *Incidents*, Linda Brent's feelings of infanticide are an act of affirmation of will and emancipation of the slave woman. In both cases, infanticide suggests that death is preferable to slavery. Infanticide is only an imagined option to Linda Brent, but to Sethe Suggs it is a concrete fact. Levander (1999) notes that, through its libertarian aspects, "infanticide is the one way for slave mother to express their desire to exert maternal control over their children." (LEVANDER 1999, p. 34) In addition, Peach (1995) observes that the murder of her daughter "subverts the white myth of Southern paternalism in which the slave owners were envisaged as presiding over an extended and subservient family of both blacks and whites." (PEACH 1995, p. 97) With her act, Sethe Suggs challenges Schoolteacher's authority over herself and her family. With her death, Sethe Suggs's *Beloved* becomes the testimony of those sixty million or more slaves who perished in slavery. In fact, as the locus of enslavement and cruelty, *Sweet Home* echoes and rearticulates Dr. Flint's plantation. The two plantations victimize, brutalize, and dehumanize the slave, but while Dr. Flint's assaults against Linda Brent are constant, Sethe Suggs's experience with slavery shows two different moments when the Garners' more humanitarian management of the place is replaced by the devastating rule of Schoolteacher. Linda Brent and Sethe Suggs denounce the cruelties of slavery in their political narratives.

### Concluding Comments

[A politics of conversion] stays on the ground among the toiling everyday people, ushering forth humble freedom fighters – both followers and leaders – who have the audacity to take the nihilistic threat by the neck and turn back its deadly assaults. WEST

West's (1994) words reinforce the work done by "the toiling everyday people" like Linda Brent and Sethe Suggs, and others. In his words, these women were the "humble freedom fighters" who dared to look nihilism in the eye and managed – or failed – to mitigate or control its devastating effects. These "followers and leaders" like Linda Brent and Sethe Suggs courageously took "the nihilistic threat by the neck," temporarily succumbed but, finally, domesticated "its deadly assaults" (31). Throughout this article, groups of black women and their supporters, during different periods of the African American literary tradition, fought for freedom and won it when they joined their individual selves to their community's leading spirit. Some of them won directly, others indirectly, through the contribution of supporters. Some profited from the achievement, others did not profit but left a legacy for the benefit of others to come. These two black women, with intensity, or bigger or smaller presence, made the conversion from slavery to freedom, from nihilism to love. The idea of movement, progress, and achievement, present throughout the article, embodied the practice of black self-reflexiveness on the literary and political levels. On the literary level, self-reflexiveness indicates that African American literary tradition is informed by a process of interdependence between two literary genres, the slave narrative, and the novel. On the political level, self-reflexiveness reveals that the development of the novel out of the autobiography is followed by two other moves: one contemplating black women's dislocation from the literary to the political; another depicting their passage from nihilism to love.

Literary self-reflexiveness positioned the African American literary tradition in its historical perspective by privileging the "call-and-response relationship" that made the autobiography and the novel two interdependent genres. The autobiography, the novel, and the mutual interconnections between them were the concern of African-Americanists. As Andrews (1993) points out, from the publication of Brown's (1853) *Clotel. A Narrative of a Slave Life in the United States*, the first black novel, "the history of African American narrative has been marked by a call-and-response relationship between autobiography and its successor, the novel." (ANDREWS 1993, p. 01) Gates (1987) expressed a similar idea saying, that "when the ex-slave author decided to write his or her story, he or she did so only after reading, and rereading, the telling stories of other slave authors who preceded them." (GATES 1987, p. X) The political conversion concentrated on the black woman's move from nihilism to love through their personal quest for political empowerment. Slave narrative and novel were the interests of this analysis and, through the discussion of nihilism and love, established the politics of conversion among



black women. In Jacobs's (1861) slave narrative *Incidents*, and Morrison's (1987) novel *Beloved*, the battle of nihilism and love reflected the women characters' access to freedom and empowerment or represented failure.

Initially, the political conversion developed its involvement with individuality and community through Linda Brent's slave narrative. The fusion of the black selfness with the groupness informed the politics of conversion. West (1994) argued that the politics of conversion became the strategy that black people employed to hold "the nihilistic threat at bay", functioning as "a direct attack in the sense of worthlessness and self-loathing" (WEST 1994, p. 27) that devastated the individual and the community as well. Being the agency leading to emotional and cultural empowerment, the politics of conversion also became "a turning of one's soul" aiming at defeating "any disease of the soul" by means of the individual and the group's contribution. Thus, the analyst observed that "this turning is done through one's own affirmation of one's worth – an affirmation fueled by the concern of others. A love ethic must be at the center of a politics of conversion." (WEST 1994, p. 29)

The political convert's attention addressed itself to the scrutiny of the various relationships kept between her "self-within" and "the world outside." That is, "one's own affirmation of one's worth" was monitored "by the concern of others," or it was informed by their lack of concern. In the two examples of black women's politics of conversion analyzed here – Linda Brent's and Sethe Suggs's – the group's participation was crucial, contributing to the individual self-assurance or denying help to remain consistent with its values. Likewise, the individual woman's self-affirmation did not always position itself in agreement with the group, temporarily or always. The disagreement generally occurred when the nihilistic threat was too big to be positively managed by the individual and the group, and as a result, love did not occur, causing the failure of the individual woman and her separation from the group. In those situations, love could only be restored through the intervention of other individuals and, only then, was the integration of the individual and the group possible. This situation reminds us of Sethe Suggs's experience. In general terms, these two instantiations of politics of conversion revealed, with certain variations, the movement from nihilism to love, for example, in *Incidents*, communal womanism and sisterhood ensured Linda Brent's quest for freedom from Dr. Flint's sexual harassment and eventual escape to the North. Similarly, in *Beloved*, the communal work of black women guaranteed Sethe Suggs's final harmony with the *Bluestone Road* neighborhood.

The argument developed throughout the study was that the movement from nihilism to love

would occur. Indeed, the outcome of each instance of the politics of conversion, in each text, pointed to the group's achievement. The community of slaves guaranteed Linda Brent's eventual freedom and the *Bluestone Road* neighborhood celebrated Sethe Suggs's reintegration with the group. In the analysis, various instances of a politics of conversion functioned as the background upon which the play between nihilism and love, virtue and vice, good intentions and wickedness were measured. Bearing the idea of play in mind, the black women's experiences could neither be solely reduced to nihilism, nor could they be concentrated on love, but resulted from the linkage that could not clearly distinguish one from the other. Therefore, what made the black women's experiences in Morrison's *Beloved* significant was neither nihilism nor self-love or love, but both nihilism and love. Similarly, what made the politics of conversion meaningful was the concern it addressed to these two elements. Indeed, the move from nihilism to love expected seems to be less a reality than a dream of a move from whiteness to blackness, considering that whiteness was supposed to generate nihilism and blackness was desired to develop love. In general terms, this was certainly true in both *Incidents* and *Beloved*, in which, the nihilistic whiteness derived from slavery. In specific terms, however, both whiteness and blackness were hybrid generators of nihilism as well as love.

From the polarity or hybridity of nihilism and love two major sets of conclusions were drawn: one related to the individual and her self-valuation; the other associated with the group and its love ethic. As for the individual, we may say that the indeterminacy between nihilism and love was present in the lives of many black women like Linda Brent, Sethe Suggs. As they were the catalysts, they attracted the group's interest and convinced the group to behave as it did. Linda Brent's experiences in Jacobs's (1861) *Incidents* dealt with the ambiguity of nihilism and love in two ways: one suggested that she explored self-valuation by fighting against Dr. Flint's sexual harassment so that she could keep her virtue and chastity, while at the same time giving her virtue and chastity to Mr. Sands. She explained her situation: "the crisis of my fate now came so far near that I was desperate (...) and seeing no other way of escaping the doom I so much dreaded, I made a headlong plunge." (JACOBS 1861, p. 55) Two, as a result, the solution she took had to do with love and self-love. Her own words were self-explaining: "it seems less degrading to give one's self, than to submit to compulsion. There is something akin to freedom in having a lover who has no control over you, except that which he gains by kindness and attachment." (JACOBS 1861, p. 55) Virtue and flaw, nihilism, and self-love, determined her actions, but she left uncertain the borders between one and the other as she decided to protect her human integrity

by giving her chastity, not to an oppressor, but to “a lover who has no control over you, except that which he gains by kindness and attachment.” (JACOBS 1861, p. 55) In *Beloved*, Sethe Suggs's existence also mixed nihilism and love, as well. In her life, the indeterminacy between these two elements derived from her murder of her daughter so that the daughter was not made a slave by Schoolteacher. By naming the murder of her own daughter “thick love” she blurred the borders between good intentions and wickedness and equated death with liberation. Her own words were clear: “I stopped him (...) I took and put my babies where they would be saved” (MORRISON 1987, p. 164), suggesting that death was preferable to slavery.

### Bibliographical References

- ANDREWS, William L. **To Tell a Free Story: The First Century of Afro-American Autobiography, 1760-1865.** Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- ANDREWS, William L. **A Poetics of Afro-American Autobiography. Afro-American Literary Study in the 1990s.** Eds. Houston A. Baker & Patricia Redmond. Chicago: The University of Chicago, 1992, p. 78-104.
- ANDREWS, W. L. **Introduction. In: African American Autobiography: A Collection of Critical Essays.** Ed. William L. Andrews. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. 1993, 1-7.
- ANDREWS, William L. **Slave Narrative. The Oxford Companion to African American Literature.** Oxford University Press. 1997, p. 34-37.
- BAKHTIN, M. M. The Dialogic Imagination. Ed. Michael Holquist. Austin University Press, 1981, p. 07.
- BONTEMPS, A. In: Gates, H. L. Introduction. *The Classic Slave Narrative. The Life of Olaudah Equiano, the History of Mary Prince, Narrative of the Life of Frederick Douglass, Incidents in the Life of a Slave Girl.* New York: A Mentor Book, 1966.
- BOUSON, J. B. *Quiet as it's Kept: Shame, Trauma and Race in the Novels of Toni Morrison.* Albany: State University of New York Press, 2000.
- BROWN, W. W. *Clotel: A Narrative of Slave Life in the United States. Three Classic African American Novels.* Ed. Henry Louis Gates, Jr. New York: Vintage Book, 1990.
- FURMAN, J. *Toni Morrison's Fiction.* South Carolina: University of South Carolina Press, 1996.
- GATES, H. L. Introduction. *The Classic Slave Narratives: The Life of Olaudah Equiano, the History of Mary Prince, Narrative of the Life of Frederick Douglass, Incidents in the Life of a Slave Girl.* Ed. Henry Louis Gates, Jr. New York: A Memoir Book: 1987, p. ix-xviii.
- GATES, H. L. *The Signifying Monkey: A Theory of African-American Literary Criticism.* Oxford: Oxford University Press, 1988.
- GATES, H. L. *James Gronniosaw, and the Trope of the Talking Book.* African American Autobiography: A Collection of Critical Essays. William L. Andrews. New Jersey: Prentice Hall, 1993, 8-25.
- HENDERSON, M. G. “Speaking in Tongues: Dialogics, Dialectics, and the Black Woman Writer's Literary Tradition.” *African American Literary Theory – A Reader.* Ed. Winston Napier. New York: New York University Press, 2000, 348-368.
- HOOBS, B. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism.* Boston: South End Press, 1981
- JACOBS, H. *Incidents in the Life of a Slave Girl Written by Herself.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1861.
- JOHNSON, Y. *The Voices of African American Women: The Use of Narrative and Authorial Voice*

- in the Works of Harriet Jacobs, Zora Neal Hurston and Alice Walker. New York: Peter Lang, 1998.
- KUBITSCHKE, M. D. Toni Morrison: A Critical Companion. London: Greenwood Press, 1998.
- LAWRENCE, D. "Fleshly Ghosts and Ghostly Flesh: The Word and the Body in Beloved." Toni Morrison's Fiction: Contemporary Criticism. Ed. David Middleton. New York: Garland Publishing, Inc. 2000, 231-246.
- LEVANDER, C. "Following the Condition of the Mother': Subversions of Domesticity in Harriet Jacobs's Incidents in the Life of a Slave Girl." Southern Mothers: Fact and Fiction in Southern Women's Writing. Ed. Nagueyashi Warren and Sally Wolff, 1999: 28-38.
- MORRISON, T. Beloved. New York: Plume Penguin, 1987.
- OMOLADE, B. "Hearts of Darkness." Toni Morrison: Beloved: A Reader's Guide to Essential Criticism. Ed. Carla Plasa Cambridge: Icon Books, 2000, 21-35.
- PEACH, L. Macmillian Modern Novelists: Toni Morrison. New York: Macmillian, 1995.
- SCOTT, J. H. "Slavery". The Oxford Companion to Women's Writing in the United States. Ed. Cathy N. Davidson and Linda Wagner-Martin. Oxford: Oxford University Press. 1995, p. 642-652.
- SMITH, V. Self-Discovery, and Authority in Afro-American Narrative. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- WEST, C. Race Matters. New York: Vintage Books, 1994.
- YELLIN, J. P. Introduction. Incidents in the Life of a Slave Girl written by Herself. Ed. Jean Fagan Yellin. Cambridge: Harvard University Press. 1987, p. XIII-XXXIV.

## Racismo Genderizado: a mulheridade negra em *No seu pescoço* (2009) de Chimamanda Adichie

Gendered Racism: Black Womanhood in Chimamanda Adichie's  
*The Thing Around Your Neck* (2009)

**Bruna Gonçalves Ferreira**

Graduanda de Licenciatura em História  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)  
bruna05ferreira09@gmail.com

**Recebido em:** 24/09/2022

**Aprovado em:** 06/12/2022

**Resumo:** O presente artigo investiga o Racismo Genderizado no livro de contos *No seu pescoço* (2009) de Chimamanda Ngozi Adichie, através de representações e metáforas da narrativa. O Racismo Genderizado é uma opressão caracterizada por interconectar o racismo e o sexismo sobre os corpos das mulheres negras. Com isso, objetivou-se compreender como essa opressão foi trabalhada por Adichie em seus contos, considerando que ela é uma autora nascida na Nigéria, país dominado pelos britânicos até 1960, e que sofreu diversas intervenções imperiais, como a instauração do gênero. Dessa maneira, as mulheres são vítimas de um processo de dupla opressão e exclusão na sociedade nigeriana, como uma herança deixada pelos colonizadores. Sendo assim, o Racismo Genderizado foi percebido em cinco diferentes temáticas na fonte estudada, são elas: Descolonização, Imigração, Afetividades, Políticas do Corpo e Aspectos Narrativos.

**Palavras-chave:** Racismo Genderizado; Chimamanda Adichie; Descolonização.

**Abstract:** This article investigates Gendered Racism in the book of short stories *The Thing Around Your Neck* (2009) by Chimamanda Ngozi Adichie, through representations and metaphors of the narrative. Gendered Racism is an oppression characterized by interconnecting racism and sexism in black women. The objective was to understand how this oppression occurs by Adichie in her short stories, considering that she is a Nigerian author, a country dominated by the British until 1960, and who underwent several imperial interventions, such as the establishment of the genre. Women are victims of a process of double oppression and exclusion in Nigerian society, as a legacy left by the colonizers. Thus, Gendered Racism was perceived in five different themes in the source studied, they are: Decolonization, Immigration, Affectivity, Body Policies and Narrative Aspects.

**Keywords:** Gendered Racism; Chimamanda Adichie; Decolonization.

## Introdução

A princípio, esse trabalho tem como objetivo compreender os efeitos do Racismo Genderizado na obra de contos *No seu pescoço* (2009) da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, o único da autora nesse gênero literário. Nesse âmbito, intenta-se discutir como a autora representa a opressão de raça e gênero nesse livro, diante de um recorte de descolonização da Nigéria.

A escritora em questão tem algumas obras publicadas no Brasil, entre elas estão *Meio Sol Amarelo* (2008), *Americanah* (2014), e *Hibisco Roxo* (2011), no qual as protagonistas são mulheres negras nigerianas. *No seu pescoço* (2009) explora temas relacionados à imigração, relações familiares, preconceitos raciais e de gênero. Ademais, a descolonização da Nigéria é algo recorrente na narrativa do livro, bem como os seus desdobramentos no tangente à aculturação da população nigeriana, a imposição da língua inglesa e os conflitos religiosos (BRAGA, 2019, p. 45-46).

O foco desse artigo é analisar as opressões raciais e de gênero como uma condição da mulheridade<sup>1</sup> negra no tempo presente. Nesse sentido, pretende-se estudar essas questões a partir da opressão intitulada “Racismo Genderizado”, isto é, o racismo e o sexismo atuando de forma interconectada e produzindo efeitos específicos na experiência das mulheres negras (KILOMBA, 2019, p. 98). É a partir dessa problemática, de opressão racial e de gênero, que o livro *No seu pescoço* é analisado, pensando essa obra enquanto uma expressão das mulheres negras contemporâneas, ou melhor, historicizando o Racismo Genderizado neste livro.

Apesar de ser ficcional, os contos de Adichie retratam situações cotidianas na Nigéria, que estão, de certa forma, ligadas à situação política do país e à descolonização. Nesse sentido, narrativas ficcionais não são criadas fora da realidade, mas são elaboradas através dela (PESAVENTO, 2003, p. 32). Para Braga (2019), as mulheres que vivem nos países que recém conquistaram independência, no caso da Nigéria em 1960, sofrem uma dupla-descolonização e são vítimas de um processo de dupla-opressão pelo colonizador e pelo homem colonizado. Portanto, será abordado como a instauração do gênero colonial na sociedade nigeriana impulsionou as desigualdades e violências de gênero (OYĒWÙMÍ, 2021, p. 189).

---

<sup>1</sup> O termo “mulheridade” é empregado neste trabalho para se referir às mulheres em sua pluralidade (de classe, sexualidade etc.), sendo recorrentemente utilizado por bell hooks em sua escrita.



A discussão foi dividida em três tópicos, no primeiro é promovido um diálogo entre as relações da História e da Literatura, além de ser abordado a natureza da ficção, da representação e da metaforização. Para isso, são utilizados os pensamentos de Sandra Pesavento (1995; 1996; 2000; 2003), Cláudio Braga (2010; 2011; 2019), Rafael Santana (2020) e Thomas Bonnici (1998).

No segundo tópico, é realizada a apresentação dos conceitos de raça e gênero, suas interconexões, e ações sobre mulheres negras, discutindo-se sobre o “Racismo Genderizado” e sua conceituação. Os principais autores dessa seção são Grada Kilomba (2019), Silvio Almeida (2021), Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) e Achille Mbembe (2001).

Por fim, no terceiro tópico, está a análise do livro *No seu pescoço*, que foi repartida em cinco subtópicos que exploram a narrativa de Chimamanda Adichie, através do Racismo Genderizado, são eles: Descolonização, Imigração, Afetividades, Políticas do Corpo e Aspectos Narrativos. Para a análise utilizou-se do pensamento de Grada Kilomba (2019), Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), Sandra Pesavento (1995; 1996; 2000; 2003), Thomas Bonnici (1998) e outros.

### **História, Literatura e Chimamanda Adichie**

Essa pesquisa, em sua intenção de analisar a interconexão de raça e gênero, toma como fonte o livro de contos *No seu pescoço* (2009), de Chimamanda Ngozi Adichie, e insere um problema válido a mencionar, isto é, como tratar de uma obra da literatura contemporânea nigeriana no campo historiográfico? Por extensão, como suas variadas temáticas e similaridades referentes ao “Racismo Genderizado” são apresentadas na fonte?

A História e a Literatura vêm sendo comparadas há muito tempo, principalmente no âmbito da narrativa, pois são práticas discursivas com métodos e resultados distintos (PESAVENTO, 1995, p. 116). Vale salientar, que a História é uma ciência e, como tal, tem metodologia, objeto de pesquisa, referencial bibliográfico, ou seja, a narrativa histórica pode ser mais lírica ou poética, mas ela precisa estar pautada pelo método científico (PESAVENTO, 2000, p. 33). Assim, a História e a Literatura criam representações de uma época a partir do real, no entanto, a História precisa estar amarrada aos métodos científicos, enquanto a Literatura é regida por outros protocolos que por sua vez abrem espaços para ficcionalizações e fantasias (PESAVENTO, 1995, p. 117). Para a História, os registros se tornam fontes a partir do levantamento de questões em uma pesquisa historiográfica (PESAVENTO, 2003, p. 39). Nesse trabalho a literatura é uma marca de historicidade e, enquanto tal, pode apresentar-

se como um registro um tanto especial e diferente das demais, porque traz em si as sensibilidades, os detalhes, as razões e representações de um período, conteúdos que outros registros históricos, muitas vezes, não possuem (PESAVENTO, 1996, p. 110).

O diálogo entre a História e a Literatura nem sempre foi aceito pelos historiadores. Durante o século XIX, a História pretendia ser científica e fugir da dita “ficcionalização”, associada à literatura, nesse momento, os historiadores acreditavam que as fontes históricas deveriam ser apenas as documentações “oficiais”. Já no século XX, com o advento da escola dos Annales e com as colocações da História-Problema, houveram críticas à história positivista do século XIX, principalmente à natureza das fontes e a falta de interdisciplinaridade com as Ciências “Auxiliares”, como a Geografia, a Sociologia e, até mesmo, a Literatura.

Os contos que serão analisados são ficcionais, porém, as narrativas ficcionais não são construídas fora da realidade, assim, a ficção não é o “avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo [...]” (PESAVENTO, 1995, p. 117). A pesquisa histórica tem colaborado para compreender os

modos como a literatura foi concebida, particularizada em relação a outras expressões orais ou escritas, transmitida, lida, compartilhada ou apropriada pelos diferentes grupos sociais das diversas épocas e sociedades. E, sobretudo, para o entendimento dos distintos papéis que, ao longo do tempo, ela desempenhou na existência dos seres humanos, em suas várias dimensões sociais ou subjetivas (FERREIRA, 2009, p. 68).

Além disso, a obra ficcional pode apresentar-se através de metáforas sociais (PESAVENTO, 1996, p. 111), algo observável na obra literária de Chimamanda Adichie, de acordo com Braga (2019) e Santana (2020). A partir da metaforização social, Adichie escreve sobre a violência sexista e racista que provém do colonialismo em África.

Chimamanda Ngozi Adichie é uma renomada autora nascida em 1977 na Nigéria, alguns anos após a Guerra Civil Nigeriana (1967-1970), ou Guerra de Biafra, que marcou fortemente a sua família e a vida de pessoas pertencentes ao grupo étnico igbo. Adichie é filha de professores universitários e passou boa parte de sua vida cercada por saberes e literatura — inclusive chegou a morar em uma casa que pertenceu ao escritor Chinua Achebe. A autora já era reconhecida pelas suas obras, porém ganhou mais notoriedade ao fazer duas palestras no *Ted Talks*, chamadas: *O perigo de uma história única*<sup>2</sup> e *Sejamos*

---

<sup>2</sup> A palestra *O perigo de uma história única* é a tradução do inglês “The danger of a single story”, está disponível na plataforma Ted Talks, ver: ADICHIE, Chimamanda N. **The danger of a single Story**. [S. l.], 2009, Publicado no canal Ted Talks, 1

*todos feministas*<sup>3</sup>, transformadas em livros-manifestos. Na primeira palestra, Adichie abordou o preconceito contra pessoas africanas e criticou como muitas entendem o continente como homogêneo, e na segunda a autora detalhou os percalços das mulheres ao longo da história, citando experiências pessoais de opressões de gênero e raça sofridas por ela. Nesse sentido, a vida de Adichie é permeada por duas situações, a Descolonização e o que aqui é chamado de Racismo Genderizado.

*No seu pescoço* é um livro de contos, publicado em 2009, sob o título de *The Thing Around Your Neck* pela editora *Fourth Estate Ltd.*, tendo sido traduzido para o português brasileiro apenas em 2017 pela Companhia das Letras. Ao todo, a obra tem 12 contos, e aborda variados temas em torno da mulher nigeriana, como a imigração, a família e preconceito racial e de gênero. Nesse âmbito, alguns contos já foram problematizados por pesquisas acadêmicas, principalmente *A historiadora obstinada*, que narra uma história sobre o colonialismo britânico na Nigéria pré-colonial (BRAGA, 2010; MIRANDA; PRADO, 2021). Braga (2011; 2019), possui alguns artigos, resenhas e, mais recentemente, uma tese sobre a obra de Adichie, na área da Literatura, em que explora questões referentes ao cabelo da mulher negra em *Americanah* (2014). Já no campo Historiográfico, há alguns trabalhos sobre as produções de Adichie, como o de Santana (2020) que problematizou a contribuição da obra da autora para a história recente nigeriana.

### **Racismo Genderizado e a Descolonização: Interconectando Raça e Gênero**

A princípio, faz-se necessário pontuar que o termo “Raça” é utilizado neste trabalho em seu sentido político e social, e não biológico; mas, é importante salientar, que o termo surgiu como forma de distinção entre seres humanos, classificados como superiores e inferiores. Assim, para Silvio Almeida (2021), a ideia de raça foi criada junto com o processo de colonização no século XVI. Nessa mesma linha, Aníbal Quijano (2005) expõe que a colonização europeia na América criou a modernidade, as noções raciais e a divisão racial do trabalho, logo “raça” é um conceito colonial moderno, estabelecido a partir de um processo de dominação e inferiorização de um sujeito sobre o outro. As relações de trabalho e de raça foram associados estruturalmente, portanto eles estão

---

vídeo (18m26s). Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story/transcript?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt). Acesso: 13 abr. 2022.

<sup>3</sup> A palestra *Sejamos todos feministas* é a tradução do inglês “We should be feminists”, está disponível na plataforma Ted Talks, ver: ADICHIE, Chimamanda N. **We should be feminists**. [S. l.], 2012, Publicado no canal Ted Talks, 1 vídeo (29m19s). Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_we\\_should\\_all\\_be\\_feminists](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_we_should_all_be_feminists). Acesso: 13 abr. 2022.

fortemente atrelados à divisão racial do trabalho, no qual os negros foram reduzidos à escravidão, enquanto os indígenas foram destinados à servidão e os europeus eram os únicos que recebiam salários pelo seu trabalho. “A distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período colonial [americano]” (QUIJANO, 2005, p. 119).

Nesse âmbito, durante o século XIX a escravidão foi sendo censurada e proibida em diversos lugares, bem como a dominação colonial europeia em alguns países da América. No entanto, o discurso de superioridade racial não foi eliminado, mas endossado pelas teses eugênicas e pelos ideais de progresso. Para Mbembe (2001), o período de pós-abolição foi marcado por discussões sobre o sujeito africano, se ele era passível de ser considerado humano, ou seja, se ele possuía razão, conforme os moldes iluministas do período. A construção da diferença ontológica entre o branco-europeu e o negro-africano, fez os europeus sentirem necessidade de “levar a civilização” aos africanos, e consequentemente torná-los “humanos”. De acordo com Silvio Almeida (2021), nesse cenário ideológico ocorreu a primeira crise do capitalismo e com isso as chamadas “grandes potências europeias” invadiram e dividiram o continente africano

nos termos da conferência de Berlim de 1884. Ideologicamente, o neocolonialismo assentou-se no discurso da *inferioridade* racial dos povos colonizados que, segundo os seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento (ALMEIDA, 2021, p. 29-30).

O racismo é resultado de todo esse processo político, histórico, social e econômico, que subalternizou e inferiorizou os sujeitos negros — e amarelos — em favor da branquitude (ALMEIDA, 2021, p. 63). A opressão racial se configurou enquanto construção da diferença entre brancos e não-brancos, em que o sujeito branco é colocado como norma, enquanto “[...] todas/os as/os “Outras/os” raciais “diferem”” (KILOMBA, 2019, p. 75). Além disso, a diferença é produzida a partir de uma hierarquia de valores, no qual o sujeito não-branco é o estigma da desonra e da inferioridade racial, e isso é denominado como preconceito. Por fim, todos esses processos estão intrinsecamente ligados ao poder institucional cuja detentora é a branquitude dominante (KILOMBA, 2019, p. 204). Nesse viés, “é a combinação do preconceito e do poder que forma[m] o racismo” (KILOMBA, 2019, p. 76).

Por outro lado, deve-se considerar que “mulheridade/mulher negra” é uma caracterização posta ao corpo feminino e uma categoria de gênero ocidental, que foi criada e/ou fomentada pela colonização britânica onde hoje é a Nigéria. De forma geral, algumas comunidades ancestrais africanas

não eram distinguidas e hierarquizadas pelo gênero, mas pela senioridade, e foi através da colonização que foi instaurado o gênero como uma condição de poder (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 189). Nesse aspecto, quando se discute o gênero na Nigéria, precisa-se levar em consideração que as categorias de poder e de opressão de gênero são configurações trazidas com a colonização, e, ao se referir às fêmeas ou machos anatômicos do período pré-colonial, deve-se utilizar os termos “anafêmea”, “anamacho” respectivamente, pois as palavras “mulher” e “homem” carregam em si hierarquizações generificadas e ocidentais (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 172).

Desse modo, a colonização britânica na Nigéria, utilizou de vários meios para implementar a diferenciação de gênero dentro da nova situação colonial<sup>4</sup>, inclusive na criação do que Oyĕwùmí (2021) chama de Estado do patriarcado. Nesse sentido, a inferiorização da anafêmea ao papel de mulher se deu em vários espaços, como nos ambientes políticos, religiosos, educativos e econômicos, restando apenas a esfera doméstica e poucas escolas femininas, onde o ensino centrava-se em criar boas mães e esposas (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 195). A socióloga argentina María Lugones (2020) entende essa configuração colonial como “Colonialidade do Gênero”, no qual ela amplia as percepções de Aníbal Quijano (2005) sobre a “Colonialidade de Poder”, e considera as configurações de gênero juntamente com a raça e trabalho dentro das condições opressivas do colonialismo. Na perspectiva de Lugones (2020), o gênero foi uma forma de dominação colonial, que inferiorizou as mulheres e criou a subordinação dessas aos homens, inclusive aos colonizados, em consonância com Oyĕwùmí (2021), a colonização criou o homem colonizado para ser herdeiro do mundo colonial.

Com isso posto, é necessário salientar que os estudos feministas e de gênero, tinham — antes da interseccionalidade — apenas a opressão sexista em seus estudos, desconsiderando que sobre os corpos de mulheres não-brancas e pobres eram somadas as violências de raça, classe e sistema político. Dessa maneira, as mulheres negras acadêmicas começaram a teorizar a sua própria existência, criando instrumentos heurísticos que incorporassem todas as formas de opressão, criadas por e a partir delas, enquanto sujeitas de suas histórias. Assim foi criado o feminismo negro, em meados dos anos 1980 e 1990, tendo a interseccionalidade como método analítico, que considera as mais variadas violências

---

<sup>4</sup> A “situação colonial” é um conceito estudado por Frantz Fanon (2008), onde ele explora que a colonização criou tanto o sujeito colonizador como o colonizado, sendo frequentemente lidos como pertencentes ao sexo masculino.

associadas às “mulheres de cor”<sup>5</sup>, para utilizar um termo recorrentemente utilizado por bell hooks (2020)<sup>6</sup>.

No mundo acadêmico, que produz pesquisa sobre as opressões sofridas pelas mulheres negras e colonizadas, existem duas teses sobre essa violência contra as nativas. A primeira é a dupla-colonização, que defende que as mulheres colonizadas sofrem opressões não apenas do colonizador, mas também do homem colonizado, ou seja, são colonizadas duas vezes (BRAGA, 2019, p. 52-53). Em contrapartida, existe a tese de que as mulheres colonizadas não sofrem um processo de dupla colonização, mas um processo de dupla-inferiorização, causado pela interconexão das opressões de raça e gênero, no qual apenas o colonizador é o opressor (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 186-187). Ante a isso, as duas teses entendem que o sofrimento da mulher negra e colonizada nesses espaços é causado pelo racismo e sexismo, e aqui, chamamos essas opressões causadas pela hierarquia da raça e do gênero de Racismo Genderizado.

O Racismo Genderizado é o resultado das opressões de raça e de gênero, ou seja, é uma violência específica de mulheres de cor. Essa nomenclatura foi estabelecida a partir dos estudos da Interseccionalidade, que

[...] visa[m] dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cishéteropatriarcado — produtores das avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKO'TIRENE, 2020, p. 19).

Dessa forma, Grada Kilomba (2019) entende que “formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam” (KILOMBA, 2019, p. 98-99), pois o racismo não foi construído com ideologias e estruturas particulares, mas em constante interação com outras ideologias e estruturas, como o sexismo. Portanto, essa opressão só pode ocorrer em corpos de mulheres de cor. Kilomba (2019) possui um papel de grande importância para o estudo do Racismo Genderizado, principalmente

---

<sup>5</sup> *Mulheres de cor* é uma expressão emprestada — e traduzida — do inglês “woman of color”, é comumente utilizada por autoras renomadas nos estudos de gênero e raça, entre elas bell hooks e Patricia Hill Collins. Nesse sentido, “mulheres de cor” é um vocábulo que compreende todas as mulheres não brancas, como as negras e as amarelas.

<sup>6</sup> bell hooks é uma teórica do feminismo negro norte-americano, e prefere que a grafia de seu nome seja feita em letras minúsculas, pois ela acredita que a sua teoria deve chegar antes de seu nome, e neste trabalho iremos respeitar a sua decisão.



em seu livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* no qual realiza um estudo psicológico sobre o trauma provocado pelo racismo em mulheres negras.

Nessa feita, a descolonização pode ser compreendida como uma forma de independência política e formação dos Estados-nação do período “pós-colonial” (BRAGA, 2019, p. 41). No entanto, não deve ser confundida com a eliminação das implicações coloniais até então instituídas (BONNICI, 1998, p. 09), pois alguns resquícios da colonização se configuram no pós-colonial, e são demonstradas por Adichie em sua obra, como a dificuldade de adaptação ao idioma inglês, os conflitos religiosos e a imigração (BRAGA, 2019, p. 51). Sendo assim, pode-se considerar que as opressões empreendidas sobre as mulheres no período colonial não foram extintas no período pós-colonial.

Conforme indica Spivak (2010), o subalterno, nesse caso o sujeito colonizado, não pode falar por si, pois não há quem o escute. Para Bonnici (1998), o processo de descolonização é violento e os indivíduos que passam por esse fenômeno e decidem fazer o uso da linguagem se transformam em seres conscientes politicamente que enfrentam o opressor/colonizador. Por isso, é necessário pontuar, que a fonte foi publicada no período de descolonização, precisamente em 2009, quando a Nigéria já era independente. Assim, o livro *No seu pescoço*, de Adichie, é considerado uma obra pós-colonial, pois critica o antigo sistema político do país (colonial) e suas permanências históricas através de seus contos (BONNICI, 1998; SANTANA, 2020). Além disso, a obra em questão representa uma reação contra o cânone literário europeu, ao mostrar outras possibilidades de experiências de vida, e, conseqüentemente, uma nova visão de mundo e imaginário em sua literatura (BRAGA, 2019, p. 31).

### ***No seu pescoço*: As Mulheres e o Racismo Genderizado**

Para analisar os contos do livro *No seu pescoço* (2009) e identificar o Racismo Genderizado — que é a interconexão do racismo e do sexismo sobre os corpos de mulheres negras, e já foi amplamente discutido no tópico anterior — haverá uma separação em cinco categorias, que foram identificadas na fonte, são elas: Descolonização, Imigração, Afetividades, Políticas do Corpo e Aspectos Narrativos.

### **Racismo Genderizado e a Descolonização**

Cláudio Braga (2019) indica que na obra de Chimamanda Adichie, são apresentadas algumas formas de descolonização, como a adaptação do colonizado à língua inglesa e os conflitos religiosos. Conforme já foi apontado, a descolonização refere-se ao período pós-colonial, em que há formação de Estados-Nações independentes, portanto, isso não quer dizer que tal configuração seja a eliminação

das práticas implementadas durante o sistema colonial (BONNICI, 1998, p. 09), e que não hajam permanências históricas desse período. Nesse sentido, pode-se considerar, que as opressões de raça e de gênero implementadas durante a colonização não acabaram com o seu fim.

A primeira percepção que envolve o Racismo Genderizado e a Descolonização é no conto que abre o livro, intitulado *A cela um*. Aqui temos uma situação em uma conversa entre a mãe da personagem principal e uma feirante:

Nnamabia era igualzinho à minha mãe, com a pele clara cor de mel, olhos grandes e uma boca generosa que se curvava perfeitamente. Quando minha mãe nos levava ao mercado, os feirantes gritavam: “Ei! Senhora, porque desperdiçou sua pele clara num menino e deixou a menina tão escura? O que um menino está fazendo com tanta beleza?” E minha mãe ria, como se assumisse uma alegre e travessa responsabilidade pela beleza de Nnamabia (ADICHIE, 2017, p. 12).

Nessa situação temos uma associação que faz com que a pele negra retinta — ou mais escura — seja vista como inferior em detrimento da pele mais clara. Através dos vestígios deixados pela escritora é possível constatar que o conto se passa integralmente na Nigéria, além disso foi identificado que um dos personagens tem o apelido de “General Abacha”, referência a Sani Abacha que foi presidente ditatorial nigeriano entre 1993 e 1998, com isso, conclui-se que esse conto se passa depois de 1993, ou seja, após a independência da Nigéria, em 1960. Portanto, esse pensamento de que as peles mais claras são mais “belas”, é um pensamento europeu, perpetuado durante a colonização britânica na Nigéria, que aparece como uma permanência histórica, apresenta-se de forma sutil sendo reproduzida por pessoas colonizadas.

Apesar de toda sutileza do trecho e pelo racismo não ser o tema central da narrativa, Adichie registra em sua ficção um resquício das sensibilidades das pessoas referentes aos tons de pele e seus significados. Significados levados com a colonização. Além disso, há ainda nesse trecho a questão do gênero, principalmente, ao ter uma comparação entre irmãos, no qual a menina deveria “herdar” de sua mãe a “beleza” e, conseqüentemente, a “clareza” de sua pele e não o menino. Há algo implícito no trecho destacado, de que a beleza deveria pertencer à mulher, algo que não é possível pelo tom de sua cor. Nesse aspecto, Grada Kilomba (2019) afirma haver uma associação entre a negritude e a negatividade, como se ter a pele mais escura fosse de alguma forma algo negativo.

### **Racismo Genderizado e a Imigração**

A imigração pode ser considerada uma característica de descolonização (BRAGA, 2019, p. 21). No entanto, optou-se por desenvolver um tópico exclusivo para tal assunto, visto que há nas narrativas traços de Racismo Genderizado dentro e fora da Nigéria. No conto que dá título ao livro, *No seu pescoço*, a personagem Akunna imigra da Nigéria aos Estados Unidos, e após sofrer assédio de seu tio — algo que será comentado mais à frente — a personagem muda de casa, arruma um emprego e um namorado, em certo momento um episódio de Racismo Genderizado é encenado:

Certa vez, no Chang's, ele [o namorado branco de Akunna] disse ao garçom que tinha ido recentemente a Xangai e que falava um pouco de mandarim. O garçom ficou animado, falou qual era a melhor sopa e depois perguntou: “Você tem namorada em Xangai agora?”. Ele deu um sorriso, sem dizer nada. [...].  
Mais tarde, contou para ele por que estava chateada, dizendo que, apesar de vocês irem ao Chang's juntos com tanta frequência, apesar de terem se beijado logo antes de o garçom trazer os cardápios, aquele chinês presumiu ser impossível que você fosse namorada dele, e ele apenas sorriu, sem dizer nada. Antes de pedir desculpas, ele olhou para você com uma expressão vaga, e você soube que ele não tinha entendido (ADICHIE, 2017, p. 134).

O relacionamento inter-racial de Akunna negra e africana e seu namorado branco e norte-americano fez o garçom, de origem chinesa, não considerar a possibilidade de um relacionamento de ordem afetiva entre os dois, ou, talvez o garçom tenha feito uma associação de que o homem branco tivesse namoradas de diferentes etnias. No entanto, como essa é uma narrativa criada por Adichie e que acompanha a perspectiva de Akunna, consideremos a primeira opção. Há, infelizmente, preconceitos com relacionamentos inter-raciais, principalmente nos Estados Unidos, possivelmente causado pelo histórico escravista e segregador do país.

Essa citação demonstra um apagamento da vítima de Racismo Genderizado, no caso a personagem Akunna, quando o garçom nem mesmo a considera como namorada de um homem branco. Ou seja, há indícios de uma dupla-opressão racista e sexista em sua fala. Nessa situação há outra questão que pode ser avaliada: a ausência de resposta ao garçom. O namorado apenas “[...] deu um sorriso, sem dizer nada” (ADICHIE, 2017, p. 134) e Akunna fica em silêncio. O silêncio da mulher subalternizada, remete ao que Spivak (2010) teoriza, que em espaços opressores a fala dos subalternizados não é ouvida. Ou seja, mesmo que a personagem tivesse respondido ao garçom que eles namoravam, ele não deixaria de acreditar na impossibilidade de um relacionamento entre brancos e negros. Essa situação é mais evidente nesse episódio, mas ao longo do conto são narradas outras

formas de estranhamento ao relacionamento inter-racial de Akunna, ou seja, a autora coloca na narrativa várias representações da repulsa das pessoas ao relacionamento dos personagens.

Ainda nesse conto, e sobre esse relacionamento, Akunna é apresentada aos pais do seu namorado: “Você olhou para eles e se sentiu grata por não a examinarem como a um troféu exótico, uma presa de marfim.” (ADICHIE, 2017, p. 137). Nesta citação, não há um gesto claro de Racismo Genderizado, mas o fato de a personagem viver diante dessa opressão, a faz presumir que passaria por isso novamente, e se sente grata de não acontecer. Para Grada Kilomba, o racismo, pode projetar tudo que a branquitude mais odeia em si mesma no/a negro/a.

Tais processos de repressão e projeção permitem que o sujeito branco escape de sua historicidade de opressão e se construa como “civilizado” e “decente”, enquanto “Outras/os” raciais se tornam “incivilizadas/os” (agressivos) e “selvagens” (sexualidade) (KILOMBA, 2019, p. 79).

Portanto, o acesso a essa opressão faz com que os sujeitos negros rememorem o passado colonial (KILOMBA, 2019, p. 213), ao terem contato com o racismo cotidiano.

O passado colonial foi “memorizado” no sentido em que “não foi esquecido”. Às vezes, preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer. A teoria da memória de Freud é, na realidade, uma teoria do esquecimento. Ela pressupõe que todas as experiências, ou pelo menos todas as experiências significativas, são registradas, mas que algumas ficam indisponíveis para a consciência como resultado da repressão e para diminuir a ansiedade. Já outras, no entanto, como resultado do trauma, permanecem presentes de forma espantosa. Não se pode simplesmente esquecer e não se pode evitar de lembrar. [...] A ideia de “esquecer” o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como traumática (KILOMBA, 2019, p. 213).

Portanto, o racismo é uma opressão tão traumática na psiquê do/a negro/a, que ele/a passa a rememorar o passado colonial. Akunna não se sente como uma “presa de marfim” (ADICHIE, 2017, p. 137), mas ela presumiu que se sentiria assim, já sabia da sensação. Essa é uma representação muito minuciosa do cotidiano das mulheres negras com o racismo, e foi sutilmente apresentada por Adichie nesse trecho.

Outro conto a ser discutido neste tópico é *Os casamenteiros*. A narrativa aborda a história de um casal, cujo homem tenta impor uma vida americanizada à sua nova esposa. Os dois são imigrantes

nigerianos nos Estados Unidos, sendo que ele mora a mais tempo no país, enquanto ela se mudou em função do casamento — arranjado. O marido impede a esposa de falar conforme o inglês pidgin nigeriano<sup>7</sup> e faz com que ela seja chamada por seu nome em inglês.

“Biko, eles não têm um ascensor?”, perguntei. Pelo menos, uma vez, no prédio do governo local, eu tinha andado no ascensor barulhento, que tremia durante um minuto inteiro antes que as portas abrissem.

“Fale inglês. Tem gente atrás de você”, sussurrou ele, me puxando na direção de um balcão de vidro repleto de joias que brilhavam. “É elevador, não ascensor. Os americanos dizem elevador.” (ADICHIE, 2017, p. 190).

Nesse trecho podemos observar como a personagem Chinaza-Agatha<sup>8</sup> é tratada pelo seu marido Ofodile-Dave, e como ele tenta americanizá-la. Iremos recorrer à edição em inglês para fazer uma análise da palavra “ascensor” e verificar como ela foi escrita em sua versão original. Na ocasião está escrito: “Biko, don’t they have a lift instead?” (ADICHIE, 2009, p. 108). Ele corrige a palavra “lift” como “elevador”. A tradução aqui é necessária, pois o personagem do marido pede para que ela fale em inglês, e no original foi constatado que ela já falava no inglês, possivelmente com um sotaque do inglês pidgin.

Assim, nota-se que o personagem quer americanizar a sua esposa e ela que fale o inglês americano, descaracterizando o seu sotaque para passar despercebida como imigrante. Essa situação não se passa apenas diante de outros americanos, mas também no ambiente privado: “‘Nno’, disse eu. ‘Trabalhou bem?’ ‘Você tem que falar inglês em casa também, amor. Assim, se acostuma.’” (ADICHIE, 2017, p. 192). “Nno” em português seria algo como “bem-vindo”, ou seja, a esposa saúda seu marido que chegou do trabalho, mas ele nem a responde e a corrige para que ela fale em inglês americano ao invés do igbo tradicional, mesmo no ambiente doméstico.

Além dessas micro-violências do cotidiano que Chinaza-Agatha sofre, ela ainda é intimada a usar e se apresentar somente pelo nome em inglês:

“Ninguém me chama de Ofodile aqui, aliás. Eles me chamam de Dave.” Ele olhou para a pilha de envelopes que Shirley lhe entregara. Muitos tinham algo escrito no

---

<sup>7</sup> “Inglês pidgin nigeriano” é uma língua derivada da interconexão cultural provocada pela colonização em África. Nesse caso, há uma mistura de termos do inglês britânico com idiomas ancestrais de povos que viviam onde hoje é a Nigéria.

<sup>8</sup> Os personagens Chinaza-Agatha e Ofodile-Dave têm nomes em igbo nigeriano e em inglês, o primeiro, nome da cada personagem é em igbo e o segundo inglês, e como os dois foram chamados pelos dois nomes durante os contos, optou-se por chamá-los dessa forma.

<sup>9</sup> Tradução retirada do site Glosbe Dicionário, ver: <https://pt.glosbe.com/ig/pt/nno>.

próprio envelope, acima do endereço, como se o remetente houvesse lembrado de uma informação só depois de fechar a carta.

“Dave?” Eu sabia que ele não tinha um nome inglês. Os convites do nosso casamento diziam “Ofodile Emeka Udenwa e Chinaza Agatha Okafor”.

“O sobrenome que eu uso aqui é diferente também. Os americanos têm dificuldade em dizer Udenwa e, por isso, eu mudei.”

“Como é?” Eu ainda estava tentando me acostumar com Udenwa, um nome que só conhecia há poucas semanas.

“Bell.”

“Bell!” Eu tinha ouvido falar de um Waturuocha que mudou para Waturu nos Estados Unidos, de um Chikelugo que assumiu o nome mais fácil para os americanos de Chikel, mas de Udenwa para Bell? “Bell não se parece nada com Udenwa”, comentei.

Ele se levantou.

“Você não entende como as coisas funcionam neste país. Se você quiser chegar a algum lugar, tem que ser o mais normal possível. Se não for, vai ser largada na beira da estrada. Tem que usar seu nome inglês aqui.”

“Eu nunca usei, meu nome inglês só existe na minha certidão de nascimento. Fui Chinaza Okafor minha vida inteira.”

“Você vai se acostumar, amor”, disse ele, esticando a mão e fazendo um carinho na minha bochecha. “Pode acreditar.”

Ao preencher um formulário para requerer meu número de seguridade social no dia seguinte, o nome que ele colocou em letras maiúsculas foi AGATHA BELL (ADICHIE, 2017, p. 185-186).

Depois de ter um casamento arranjado e de pouco conhecer seu marido, a personagem feminina é bombardeada de informações sobre ele e sobre si mesma. As mudanças impostas por Ofodile-Dave são tão intensas e profundas que a personagem Chinaza-Agatha se vê diante de outra identidade, pela mudança de nome e do jeito de falar, agora que está em um novo país.

Como a narrativa apresentada não trata especificamente da adaptação americana do personagem Ofodile-Dave, não há meios de saber se ele sofreu nesse processo, mas como ele trata a sua recém-esposa evidencia alguns traumas, querendo alertá-la a todo momento sobre a sua conduta. No entanto, ele faz mais do que alertar, ele a censura e a faz mudar de identidade, usando a sua pretensa superioridade masculina para isso. Assim, pode-se observar no personagem Ofodile-Dave traços de um homem colonizado, teorizado por Frantz Fanon (2008), ou seja, uma tentativa de tornar-se branco. “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será.” (FANON, 2008, p. 34).

Dessa forma, ao projetar os anseios de colonizado à esposa, o marido tenta descaracterizá-la, tirá-la de sua selva e torná-la Agatha. Essa ambição de ser branco, fica ainda mais evidenciada quando



ele diz os motivos pelo qual escolheu Chinaza-Agatha para seu matrimônio: “Eu fiquei feliz quando vi sua foto”, continuou ele, estalando os lábios. “Você tinha a pele clara. Eu tinha que pensar na aparência dos meus filhos. Negros de pele clara se dão melhor nos Estados Unidos.” (ADICHIE, 2017, p. 197). Nota-se que o personagem quer embranquecer a sua linhagem, e para iniciar esse processo ele casa-se com uma nigeriana negra de pele clara, planeja adestrar o seu inglês e torná-lo americano, fazendo-nos lembrar que “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (FANON, 2008, p. 50). Portanto, Braga (2019) fala em dupla colonização da mulher nativa, pelo colonizador e pelo homem colonizado. Evidencia-se isso nessa representação de Adichie, pois o nativo inferioriza a sua esposa, em razão de seu gênero e de sua raça, privando-a de tudo que a define. Isso confirma como o Racismo Genderizado está intrinsecamente ligado às noções coloniais, de dominação.

### **Racismo Genderizado e Afetividades**

Com afetividades queremos evidenciar as operações do Racismo Genderizado nas relações afetivas, sejam elas familiares ou amorosas. Há dois momentos na narrativa do conto *Os casamenteiros*, onde pode-se observar o Racismo Genderizado nas Afetividades. Em um trecho Adichie escreve:

“O que nós não fazemos por você? Criamos você como se fosse nossa filha e agora lhe arrumamos um *ezigbo dā* Um médico nos Estados Unidos! É como se tivéssemos ganhado a loteria para você!”, dissera a tia Ada (ADICHIE, 2017, p. 183).

Em outra passagem:

“Não deixe seu marido comer demais na rua”, dissera a tia Ada, “ou ele vai acabar nos braços de uma mulher que cozinha. Sempre cuide de seu marido como se ele fosse um ovo de galinha-d’angola.” (ADICHIE, 2017, p. 191).

Nesses trechos a tia da personagem Chinaza-Agatha, a ensina desejar e cuidar de um homem como se ele fosse a coisa mais preciosa de sua vida, seu prêmio de loteria. Essas situações só ocorrem em função de duas questões: seu gênero e sua raça. Um homem não seria ensinado a desejar e cuidar da sua esposa como uma mulher é ensinada, temendo por sua perda.

Além disso, o cuidar é uma função feminina nas sociedades ocidentais, e que foi passado através da colonização às sociedades subordinadas. Cozinhar, limpar a casa e cuidar dos filhos são *deveres* da mulher no mundo colonial. Desse modo, a colonização trouxe as percepções de gênero e a

subalternização das anafêneas, através da instauração do cuidado como uma função feminina (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 226).

Além do acesso ao dinheiro, o que o trabalho assalariado significava para os homens, havia outros efeitos mais sutis, mas igualmente profundos [da colonização]. Como os homens recebiam um salário, seu trabalho adquiria valor de troca, enquanto o trabalho das mulheres retinha apenas o seu valor de uso, desvalorizando o trabalho que se associava às mulheres (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 223).

Portanto, as funções exigidas da mulher, e até reproduzidas, como o trecho sugere, — considerando que é a tia quem reproduz os estereótipos de gênero sobre a sobrinha — são papéis estabelecidos durante o período colonial e que permaneceram no cerne do colonizado. Ou melhor, o Racismo Genderizado está intrinsecamente ligado com o período colonial, como se a mulher fosse um objeto a ser dominado. Parafraseando Grada Kilomba (2019, p. 66), para as mulheres colonizadas, tudo em seu redor era, e ainda é, colonialismo.

No mesmo conto, pode-se perceber outras formas de Racismo Genderizado a partir das afetividades:

“Por que você casou comigo?”, perguntei.  
“Eu queria uma esposa nigeriana e minha mãe disse que você era uma menina boa, tranquila. Disse que talvez fosse até virgem”, disse ele, sorrindo, e parecendo ainda mais cansado ao fazê-lo. “Eu provavelmente deveria contar a ela que estava muito enganada.” (ADICHIE, 2017, p. 197).

Aqui, da mesma forma que do tópico anterior, o marido de Chinaza-Agatha tenta dominá-la e mostrar superioridade sobre ela. Na narrativa, é mostrado que Ofodile-Dave teve relações amorosas e sexuais antes de trazer a sua esposa para os Estados Unidos, mas ele esperava que ela fosse virgem, como uma metáfora de dominação colonial. Nesse trecho, pode-se perceber que a perspectiva sobre a imaculação é apenas sobre o corpo feminino, o masculino é livre para escolher o que lhe apraz. Além disso, como já foi comentado, o personagem encarna o colonizado, que implica diretamente em seus pensamentos sobre o corpo da mulher.

### **Racismo Genderizado e Políticas do Corpo**

O termo “Políticas do corpo” refere-se a elementos do corpo da mulher negra, tais como o cabelo e a pele, mas também diz respeito a coisas das quais ela não pode mudar em si, como a

sexualidade e o seu intelecto. Nesse tópico será discutido como o Racismo Genderizado age sobre o corpo das mulheres negras a partir das representações dos contos de *No seu pescoço*.

Sobre o cabelo, o conto *Réplica* tem a seguinte passagem: “Você devia deixar crescer de novo, cabelo comprido fica mais elegante na esposa de um Grande Homem.” (ADICHIE, 2017, p. 48). Essa passagem é um diálogo entre um casal, no qual a esposa mora nos Estados Unidos, e o marido na Nigéria, ao longo do conto ela descobre que o marido tem uma amante e ela decide cortar seus cabelos como os dela. Mas seu marido, evidentemente, não gosta da forma como ela está e, enquanto um homem rico que sustenta a esposa no exterior, ele entende que ela deve manter os cabelos longos, por causa dele, para ajudá-lo a manter seu status de “Grande Homem”.

Nessa passagem, os traços de Racismo Genderizado, do homem colonizado que decide o que é melhor para sua esposa, é evidente, ainda mais, considerando que o fato de cortar o cabelo e deixá-lo natural é um ato de transgressão. Visto que, a esposa, Nkem, alisava o cabelo com relaxamento:

Nkem suspira, passa a mão no cabelo. Ele está grosso demais, velho demais. Ela planejava retocar o relaxante no dia seguinte, e fazer um penteado deixando o pescoço definido, do jeito que Obiora gosta (ADICHIE, 2017, p. 34).

Na narrativa, a esposa, era uma mulher submissa ao marido, e fazia tudo para agradá-lo, inclusive alisar o cabelo, e se descaracterizar. Assim, Nkem incorpora um ato transgressor e insubmisso ao cortar o cabelo, e, de certa forma, seu marido percebe isso e tenta controlá-la dizendo que é melhor que ela volte com seu cabelo antigo — e alisado. Essa é uma forma sutil de controle sobre os corpos das mulheres. Kilomba (2019) afirma que alisar o cabelo afro (cacheado ou crespo) é um sinal de desracialização, pois o cabelo é muito mais do que algo que cobre a cabeça, ele é um símbolo de afirmação da negritude. Com isso, alisá-lo pode ser interpretado como uma forma de fabricação de padrões de beleza brancos em corpos negros (KILOMBA, 2019, p. 128).

Sobre a pele e o Racismo Genderizado, o conto *Jumping Monkey Hill* traz o seguinte trecho, na ocasião era oferecido um *workshop* por brancos a escritores africanos:

No dia seguinte, durante o café, Isabel usou um tom assim [racista] quando se sentou ao lado de Ujunwa e disse que, mas é claro, com uma estrutura óssea elegante como aquela, ela só poderia vir de uma família real nigeriana. A primeira coisa que Ujunwa pensou foi em perguntar se Isabel precisava recorrer ao sangue real para explicar a beleza de seus amigos londrinos (ADICHIE, 2017, p. 109).

Considerando que o uso de palavras doces e amargas “não apenas dificulta a identificação do racismo; ele também é uma forma de produzir racismo” (KILOMBA, 2019, p. 162). É possível perceber que a personagem Isabel entende que apenas um passado de “realeza” ancestral poderia explicar a beleza de Ujunwa. Com efeito, a nigeriana percebe que isso não seria questionado aos seus amigos brancos, para Isabel, a sua beleza é exótica.

Com isso, retomando um trecho que já foi discutido do conto *No seu pescoço*, que diz: “Você olhou para eles e se sentiu grata por não a examinarem como a um troféu exótico, uma presa de marfim.” (ADICHIE, 2017, p. 137). No livro *No seu pescoço* Chimamanda Adichie coloca duas representações em suas narrativas, sobre como pessoas brancas enxergam mulheres negras, no primeiro caso, é claro que a personagem Isabel percebe a Ujunwa como exótica, com uma história por trás de si; e no segundo a personagem se sente grata por não a tratarem como “uma presa de marfim”, indicando que isso já ocorreu outras vezes.

Conforme diz Kilomba (2019), é muito comum que os corpos negros sejam percebidos como exóticos, a partir de um estereótipo de sexualização da/o negra/o. Tudo que a/o branca/o não quer ser ou se parecer, ele projeta no seu outro racial, e, nesse caso, os negros. Para que o sujeito branco possa ser lido como “civilizado” o outro precisa ser visto como “incivilizado” e “selvagem” — agressivo e sexual (KILOMBA, 2019, p. 19).

Nessa perspectiva de sexualização dos corpos negros, há algumas passagens no conto *Jumping Monkey Hill* válidas a destacar:

“Eu não me importo de sentar no sol”, disse ela, já se levantando. “Quer que eu levante para você, Edward?”

“Gostaria muito que você se deitasse para mim.” O momento foi úmido, espesso; um pássaro grasnou ao longe. Edward sorria. Só o ugandês e o tanzaniano tinham escutado. Então o ugandês riu. E Ujunwa riu, porque era engraçado e espirituoso, ela disse a si mesma, se você parasse para pensar (ADICHIE, 2017, p. 116).

Em outro trecho:

Sentada ali, olhando para o breu da noite, ouvindo as vozes suavizadas pelo álcool ao seu redor, Ujunwa sentiu uma aversão a si mesma explodindo na boca de seu estômago. Não devia ter rido quando Edward disse “Gostaria muito que você se deitasse para mim”. Não tinha sido engraçado. Nem um pouco. Ela havia odiado a frase, odiado o sorriso de Edward, o vislumbre de dentes esverdeados, assim como odiava a maneira como ele sempre olhava para os seus seios e não para o seu rosto, a maneira como seus olhos escalavam todo o seu corpo, e, no entanto, se obrigara a

rir como uma hiena enlouquecida. Ujunwa largou sua taça de vinho pela metade e disse: “Edward está sempre olhando para o meu corpo”. O queniano, a sul-africana e a zimbabuense olharam para ela, perplexos. Ujunwa repetiu: “Edward está sempre olhando para o meu corpo”. O queniano disse que tinha ficado claro desde o primeiro dia que o homem ia montar naquele palito da sua mulher desejando que ela fosse Ujunwa; a zimbabuense disse que sempre havia uma expressão faminta nos olhos de Edward quando ele fitava Ujunwa; a sul-africana disse que Edward jamais olharia daquele jeito para uma mulher branca, porque o que sentia por Ujunwa era desejo sem nenhum respeito (ADICHIE, 2017, p. 118-119).

Por fim: “Sentou-se ao lado do queniano, que se inclinou para ela e contou, sussurrando, que Edward acabara de dizer para a senegalesa que sonhara com seu umbigo nu. Umbigo nu.” (ADICHIE, 2017, p. 121).

Esses três trechos revelam a relação de um homem branco — especialista em literatura africana, que está oferecendo o *workshop* de escrita — com as mulheres negras africanas, a partir de olhares e falas que reverberam assédio sexual sobre elas, como se representassem um objeto de dominação. No primeiro e terceiro trecho, Edward assedia duas mulheres negras africanas<sup>10</sup> através de expressões verbais, e na passagem do meio, Ujunwa reflete essas micro-violências sofridas por ela, e ao compartilhar com outras pessoas, todos concordam haver uma “expressão faminta” no olhar do homem a ela, mas que ele jamais faria isso com uma mulher branca.

No conto *No seu pescoço* também há um trecho sobre assédio sexual:

Depois que você o empurrou para longe, ele se sentou na sua cama — a casa era dele, afinal de contas —, sorriu e disse que você não era mais criança, já tinha vinte e dois anos. Se você deixasse, ele faria muitas coisas por você. As mulheres espertas faziam isso o tempo todo. Como você achava que aquelas mulheres com bons salários em Lagos conseguiam aqueles empregos? E até as mulheres em Nova York? [...] E lembrou do que ele dissera sobre o fato de que, nos Estados Unidos, é dando que se recebe (ADICHIE, 2017, p. 127).

Nesse conto a personagem Akunna sofre assédio sexual de seu tio após imigrar da Nigéria aos Estados Unidos, e com essa situação ela relembra o que ele havia dito, uma frase que em um primeiro momento não diz nada de mais, e que depois desse acontecimento, ela passa significar algo sexual e sexista. Com isso, os corpos das mulheres negras parecem estar sempre disponível aos olhos do

---

<sup>10</sup> Neste conto, a narrativa se refere a pessoas africanas de acordo com o seu país de origem, e quando essas pessoas são negras ou brancas, a autora deixa isso evidenciado na narrativa.

abusador, pois é visto nas representações dos contos acima, que os homens — sejam eles brancos ou negros, europeus ou africanos — acreditam que as mulheres pertencem a eles.

Os dois contos revelam que o abusador exerce, de alguma forma, poder sobre elas, como professor ou como tio, além disso, há a questão racial, pois nos dois casos, as evidências apontam que esses homens as assediam em benefício das raças das vítimas (negras). Dado isso, Kilomba (2019, p. 190) reconhece que as mulheres negras são a “antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade” por não serem nem brancas ou homens, e por isso podem representar a imagem do outro, ou seja, elas só podem se apresentar como o outro e nunca como o eu. Isso quer dizer que as suas impressões, pensamentos e o seu eu não são levados em consideração, tanto que, na fonte, é dito que o assediador não teria as mesmas atitudes com uma mulher branca.

A soma de todas as dificuldades, e até opressões, enquanto imigrante fazem a personagem Akunna do conto *No seu pescoço* ter algumas características associadas à ansiedade: “Aquilo que se enroscava ao redor do seu pescoço, que quase sufocava você antes de dormir, começou a afrouxar, a se soltar.” (ADICHIE, 2017, p. 136). Com esse trecho, nota-se o que Kilomba (2019), denomina de “a dor indizível do racismo”, em que a opressão racial pode se manifestar no oprimido como uma dor física, e neste caso a dor é psicológica e causa uma sensação de sufocamento.

No mais, ainda sobre o Racismo Genderizado e as Políticas do Corpo, há uma passagem importante a ser destacada sobre o intelecto da mulher negra e a sua produção literária no conto *Jumping Monkey Hill*:

Edward se recostou na cadeira e disse: “Nunca é exatamente assim na vida real, não é? As mulheres nunca são vítimas dessa maneira tão grosseira, e certamente não na Nigéria. A Nigéria tem mulheres em posições de poder. A ministra mais importante do gabinete é mulher” (ADICHIE, 2017, p. 119).

Nesse trecho, Edward desqualifica o escrito de Ujunwa diante de outros autores, pois ele acredita não haver sexismo na Nigéria, como se mulheres em locais de poder não passassem por opressão de gênero. Mas há uma sutileza nessa passagem, porque ele menospreza seu escrito por tratar de um tema de opressão.

Spivak (2010) argumenta que a mulher subalterna não pode falar porque não há quem a escute, e isso pode ser observado nessa representação, aquele que deveria ensiná-la a escrever censura seus temas, além disso, trata-se de um personagem que assedia mulheres. Assim, ele representa o silenciador,



onde Ujunwa não pode escrever sobre a sua realidade — de ser assediada. E, portanto, também não será ouvida. No mais, Kilomba (2019) aborda esse silenciamento da/o negra/o nos meios acadêmicos, não especificamente no âmbito literário, mas ainda sim é válido considerar; pois a autora diz que há, na academia, uma inviabilização quando negros pesquisam opressões étnico-raciais, como se houvesse muita “interpretação” em seus escritos, ou ainda existe “a ideia de que a/o oprimida/o está vendo ‘algo’ que não deveria ser visto e a revelar ‘algo’ que deveria permanecer em silêncio, como um segredo.” (KILOMBA, 2019, p. 55).

### **Racismo Genderizado e Aspectos Narrativos**

Neste trabalho, os “Aspectos Narrativos” referem-se a formas com que Adichie narra os seus contos, e com isso, pretende-se explorar formas que ela evidencia, através de metáforas, o Racismo Genderizado e a subalternização das mulheres negras africanas.

Para isso, nos contos *A cela um*, *Uma experiência privada*<sup>11</sup>, *A embaixada americana* e *Amanhã é tarde demais* as mulheres em situação de subalternidade não têm nome. Como já foi citado, Santana (2020) já investigou as metaforizações sociais de Adichie no livro *Hibisco Roxo*, ou seja, as metáforas são um traço da escrita da autora. Sendo assim, por se tratar de um livro de contos, não se pode ignorar a falta de nome dessas personagens, porque a linguagem metafórica ganha sinais e significados quando há o cruzamento com dados do passado (PESAVENTO, 1996, p. 117). Com isso, Oyěwùmí (2021) diz que a Nigéria Contemporânea foi construída a partir da generificação por meio da colonização das sociedades tradicionais, isto é, o momento colonial subalternizou e silenciou as mulheres nativas e este processo não se encerrou com o fim desse sistema político. Portanto, entende-se que a falta de nome das mulheres desses contos não são meros acasos, até porque, outros personagens são nomeados.

O nome é o elemento mais significativo de um indivíduo, dado ao nascer, que frequentemente significa a sua existência no mundo, além disso, é o principal aspecto de identidade de uma pessoa. Dessa forma, a não nomeação de personagens é algo relevante, assim como uma nomeação ambígua, como é o caso do conto *Réplica*. Nesta narrativa, a personagem principal é chamada de “Nkem” que

---

<sup>11</sup> A protagonista deste conto é denominada como Chika, mas a personagem muçulmana não é, e ela está em situação de subalternização em relação a protagonista, visto que, ela é de classe social mais baixa e possui menos privilégios do que Chika, que é estudante de medicina e faz viagens ao exterior, enquanto a muçulmana tem uma vendinha no mercado e mal sabe falar o inglês, a “língua oficial” da Nigéria.

pode significar em igbo “minha”<sup>12</sup>, como a personagem é submissa ao marido, seu nome é pronunciado tantas vezes ao longo da narrativa que se parece muito com uma poesia de repetição. Por conseguinte, o conto parece querer enfatizar que Nkem pertence ao marido, até o momento em que ela rompe com isso cortando seu cabelo.

Além do mais, Chimamanda Adichie parece querer evidenciar o silenciamento e a subalternidade das mulheres negras nigerianas com essas metáforas, entendidas aqui como frutos do Racismo Genderizado. As mulheres negras representam uma outridade dupla, por sua exclusão de gênero e raça, e vivenciam uma dupla-opressão (KILOMBA, 2019; OYĚWÙMÍ, 2021). Por fim, as mulheres negras na literatura feita após o período colonial, podem representar metáforas de colônia, ou seja, algo a ser dominado, possuído e descaracterizado (DU PLESSIS, 1985 *apud* BONNICI, 1998, p. 13).

### Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi problematizar o “Racismo Genderizado”, como uma condição das mulheres negras no tempo presente na obra *No seu pescoço* (2009) de Chimamanda Ngozi Adichie. Pondera-se que ele foi atingido, pois a ficção se mostra como uma representação e metaforização da realidade, e com isso buscou-se compreender, através da obra literária, como as mulheres negras nigerianas sofrem com a violência do Racismo Genderizado durante a descolonização.

A partir do referencial bibliográfico desenvolveram-se discussões sobre os diálogos entre a História e a Literatura, como tomar obras literárias enquanto fonte de estudos historiográficos baseados principalmente em representações e em metáforas. Abordou-se a Raça e o Gênero, os conceitos e as opressões, e como eles agem nos corpos de mulheres negras nigerianas. Além disso, destacaram-se como essas questões são instauradas pelo colonialismo na Nigéria, principalmente afetando a vivência das mulheres negras deste país.

Concluiu-se que o Racismo Genderizado foi representado e metaforizado em *No seu pescoço* de Chimamanda Adichie. Sendo assim, notaram-se cinco formas de Racismo Genderizado na obra, são elas: a Descolonização (Racismo Genderizado como uma herança colonial aos nativos), a Imigração (mulheres negras nigerianas sofrendo opressão em diferentes lugares do mundo), as Afetividades

---

<sup>12</sup> O nome da personagem só chamou a atenção após a leitura de outros livros da autora, no qual o termo é utilizado entre amantes em um relacionamento. Para a tradução para o português foi utilizado o Glosbe Dicionário, disponível em: <https://pt.glosbe.com/ig/pt/nkem>.

(Racismo Genderizado dentro das relações afetivas tais como familiares e conjugais), as Políticas do Corpo (opressão direta sobre o corpo das mulheres negras), e por fim, nos Aspectos Narrativos (em que a escritora evidencia as violências através de representação e metáforas da narrativa).

### Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda N. **Americanah**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ADICHIE, Chimamanda N. **Hibisco Roxo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda N. **Meio Sol Amarelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ADICHIE, Chimamanda N. **No seu pescoço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHIE, Chimamanda N. **The danger of a single Story**. [S. l.], 2009, Publicado no canal Ted Talks, 1 vídeo (18m26s). Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story/transcript?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt). Acesso: 13 abr. 2022.
- ADICHIE, Chimamanda N. **The Thing Around Your Neck**. Toronto: A Knopf EBook, 2009.
- ADICHIE, Chimamanda N. **We should be feminists**. [S. l.], 2012, Publicado no canal Ted Talks, 1 vídeo (29m19s). Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_we\\_should\\_all\\_be\\_feminists](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_we_should_all_be_feminists). Acesso: 13 abr. 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2021.
- BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, 1998, p. 07-23.
- BRAGA, Cláudio R. V. **A literatura movente de Chimamanda Adichie: pós-colonialidade, descolonização cultural e diáspora**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2019.
- BRAGA, Cláudio R. V. Sobrevivendo em zonas de desconforto: as mulheres de Chimamanda Adichie em *The Thing around your Neck*. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 57-63, jul. 2011.
- BRAGA, Cláudio R. V. Trocando o próprio nome: identidade cultural e memória em “The headstrong historian”, de Chimamanda Ngozi Adichie. **Caderno CESPUC De Pesquisa Série Ensaios**, Belo Horizonte, v. 2, n. 19, p. 42-50, dez.2010.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
- FERREIRA, Antonio C. A fonte fecunda. In: LUCA, Tania R. PINSKY, Carla B (org.). **O historiador e suas fontes**. Editora Contexto: São Paulo, 2009, p. 61-91.
- hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e o feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 58-91.
- MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 23, n° 1, 2001, p. 171-209.
- MIRANDA, Luana. PRADO, Priscila F. D. Por uma História Plural: Colonização e identidade no conto “A historiadora obstinada”, de Chimamanda Ngozi Adichie. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 18, n. 1, jan./abr. 2021, p. 137-150.
- OYÉWÙMÍ, Oyérónké. **A Invenção das Mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de wanderson flor do nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PESAVENTO, Sandra J. Com os olhos de Clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 16, n° 31-32, p. 108-118, 1996.
- PESAVENTO, Sandra J. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Ideias**: Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000.
- PESAVENTO, Sandra J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-47, 2003.
- PESAVENTO, Sandra J. Relação entre História, Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX). **Anos 90**: Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 115-127, 1995.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.
- SANTANA, Rafael B. J. História e Literatura: as contribuições de Chimamanda Adichie para com a História Recente da Nigéria. In: **Combates pela História, X Encontro Estadual de História ANPUH/Bahia, 2020, Anais Eletrônicos**. Vitória da Conquista: UESB, 2020, p. 1-12.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

## A trajetória da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917)

The writer's trajectory from Maranhão Maria Firmina dos Reis  
(1822 - 1917)

**Maria do Carmo L. de O. Cavalcante**  
Graduanda em História  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)  
marialima699@gmail.com

**Recebido em:** 20/11/2021  
**Aprovado em:** 15/08/2022

**Resumo:** O presente artigo é fruto de estudos voltados à trajetória pessoal e profissional de Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense do século XIX, focando em sua carreira como docente e escritora, bem como sua relação com a imprensa do Maranhão no século XIX. Também faremos uma breve discussão sobre o ressurgimento da escritora a partir da segunda metade do século XX e sua relevância para os estudos acadêmicos atuais, principalmente para aqueles voltados as discussões de gênero e escravidão nos anos de 1800. Este trabalho tem como objetivo ser uma contribuição para tais estudos e para um maior reconhecimento de Firmina no meio cultural brasileiro. Trabalhando com conceito de trajetória esse artigo reuniu relatos orais de pessoas que conviveram com ela, documentos oficiais do Estado do Maranhão, arquivos diocesanos e escritos autobiográficos que estão presentes em livros, dissertações e textos biográficos sobre a vida e a obra da autora para construir, não apenas uma narrativa sobre a trajetória de Maria Firmina, mas, também para fazer uma análise das ações da autora perante o contexto social no qual ela viveu.

**Palavras-chave:** Maria Firmina dos Reis; romancistas brasileiras; Romance *Úrsula*.

**Resumen/Abstract:** This article is the result of studies focused on the personal and professional trajectory of Maria Firmina dos Reis, a writer from Maranhão of the 19th century, concentrating on her career as a teacher and writer, as well as her relationship with the Maranhão press in the 19th century. We will also make a brief discussion about the resurgence of the writer from the second half of the 20th century and its relevance to current academic studies, especially those focused on discussions of gender and slavery in the 1800s. This work aims to be a contribution to such studies and for greater recognition from the writer in the Brazilian cultural milieu. Working with the concept of trajectory, this article gathered reports oral reports from people who lived with her, official documents from the State of Maranhão, Diocesan archives and autobiographical writings that are present in books, dissertations and biographical texts about the author's life and work of the author to build not only a narrative about Maria Firmina's trajectory, but also to analyze the author's actions in the social context in which she lived.

**Palabras clave/Keywords:** Maria Firmina dos Reis; brazilian novelist; *Úrsula* novel.

## Introdução

Assim como outros estados do Nordeste, o Maranhão desempenhou um importante papel econômico no período colonial, principalmente a partir do século XVII. A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, trouxe à capital maranhense um intenso processo de enriquecimento e urbanização. Com a proibição da escravização dos povos indígenas, a Companhia passou a fornecer ao estado do Maranhão um grande número de escravizados trazidos do continente africano, para que pudessem trabalhar nas lavouras de algodão, arroz e açúcar. Dessa forma, ainda na primeira metade do século XIX, a população era composta, em metade, por cativos, e a outra metade constituída por homens e mulheres livres e pobres, mestiços, indígenas e migrantes cearenses que fugiam da seca (SILVA, 2013, p. 5). O desenvolvimento da capital maranhense foi tamanho, que na primeira metade do século XIX, ela se tornou a quarta cidade mais importante do Império. Junto a ela, no pódio, estavam Rio de Janeiro, Salvador e Recife, em primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente (ZIN, 2016a, p. 77).

Foi justamente nos oitocentos, marcado pela *belle époque*, que a vida cultural Maranhense ganhou grande expressividade. Segundo Lacroix (2008, p.77), “entre 1830 e 1870, uma plêiade de [maranhenses] intelectuais se destacou no cenário nacional, chegando a dar à província o cognome de ‘Atenas Brasileira’, título conservado por bastante tempo no Brasil republicano”. Gonçalves Dias, João Lisboa, Cândido Mendes, Odorico Mendes, Sousândrade e Humberto de Campos foram alguns dos nomes maranhenses que dominaram o cenário nacional fazendo do Maranhão um grande palco da prosa, da poesia e da produção jornalística. Claro, que toda essa produção literária e intelectual se concentrava nas mãos de um pequeno grupo da elite social do Maranhão, formado basicamente por homens brancos ricos. Esse contraste fica claro na pesquisa do advogado Frederico José Correa, que nesse mesmo período, afirmou que praticamente um quarto da população local era analfabeta (1878 *apud* ZIN, 2016a, p. 79). Sobre essa precariedade educacional no estado do Maranhão no século XIX, Norma Telles escreveu:

São Luís, em meados do século XIX, era culturalmente dominada por latinistas e helenistas de valor, mas a situação do ensino era precária, como aliás em todo o Império. Em 1857, entre os alunos de aulas públicas e particulares na província, havia 1.849 meninos e 347 meninas cursando o primário e uns 200 alunos no secundário. As oportunidades de estudo para as moças eram mínimas (TELLES, 1997, p. 410).



É nesse cenário econômico, político, social e cultural que nasceu, viveu, lecionou e escreveu Maria Firmina dos Reis. Para entender os ideais abolicionistas e as denúncias da violência patriarcal existente nos poemas, nas canções e nos romances de Maria Firmina dos Reis é essencial entender o contexto social que a cercava: o Maranhão do século XIX, cuja produção cultural era exaltada nacionalmente, mas, que era marcado por uma sociedade de cunho escravista e patriarcalista, na qual recursos econômicos e educacionais se concentravam na mão de uma elite formada por homens brancos, de forma que uma mulher, negra e pobre, como era Maria Firmina dos Reis, não tinha muitas oportunidades e nem grande visibilidade. Por isso esse trabalho tem como objetivo contribuir para os estudos e reconhecimento, na história cultural brasileira, da figura de Maria Firmina dos Reis.<sup>1</sup> E é pensando em tal objetivo que a presente pesquisa faz uma trajetória da vida pessoal da autora, dando ênfase na sua carreira profissional, como professora de primeiras letras, mas principalmente como uma escritora do panteão maranhense do século XIX. Para a construção da trajetória de vida da autora foram reunidos relatos orais de pessoas que conviveram com ela, documentos oficiais do Estado do Maranhão, arquivos diocesanos e escritos autobiográficos que estão presentes em artigos, livros, dissertações e textos biográficos sobre a vida e a obra da autora. Uma revisão literária foi feita seguindo o critério de utilizar como fonte os trabalhos de pesquisadores que vêm estudando Maria Firmina dos Reis no Brasil. José Nascimento Morais Filho, Zahidé Lupinacci Muzart, Maria Lúcia de Barros Mott, Norma Telles, Rafael Balseiro Zin, Luiza Lobo, Eduardo de Assis Duarte, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Luciana Diogo e Dilercy Aragão Adler são pesquisadoras e pesquisadores que se tornaram referência na temáticas relacionadas a Maria Firmina aqui no país. Seguindo os preceitos ditados por Marre, como uma forma de reunir essas referências para a construção do que o autor chama de “história de vida”:

“Englobam-se na expressão história de vida (lifehistory) tanto relatos orais como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos, conferindo, assim, à expressão, um sentido mais amplo do que aquele com que geralmente é empregada” (1991, p. 90)

O uso dessas informações que aqui foram direcionadas para a construção da trajetória da vida da autora, foram pensadas não apenas para a construção narrativa da vida de Maria Firmina, mas, também como uma forma de análise das ações da autora perante as estruturas sociais vigentes, já que

---

<sup>1</sup> Esse artigo faz parte da pesquisa de uma monografia que utiliza a obra literária de Maria Firmina dos Reis, *Úrsula* (1859), para fazer uma análise histórica sobre a escravidão no XIX. A pesquisa foi orientada pela Profa. Dra. Ana Cláudia Aymoré Martins.

uma trajetória pode ser entendida como “o processo de configuração de uma experiência social singular” (Kofes, 2001, p. 24), ao mesmo tempo que percursos de vidas são concebidos incrustados nas estruturas sociais que os cercam, os delimitam e os conduzem (BOURDIEU, 1996). Segundo Bourdieu (1996), é impossível que a vida de um determinado indivíduo siga uma linha linear e cronológica, por isso, é importante se afastar dessa “ilusão biográfica” e pensar numa trajetória de vida não como apenas uma experiência em ordem de acontecimentos, mas, sim como uma reflexão maior sobre a superfície social na qual esse indivíduo atuou e estava inserido.

De forma que este artigo reúne informações sobre a vida pessoal, a carreira como docente, a carreira como escritora de Maria Firmina dos Reis, sobre sua relação com a imprensa do Maranhão no século XIX e o seu ressurgimento no meio acadêmico, na metade do século XX, mas principalmente no século XXI buscando sempre uma reflexão sobre o contexto histórico e as circunstâncias sociais que envolveram o curso da vida da autora.

Na primeira parte do artigo é falado um pouco da vida pessoal de Maria Firmina dos Reis, dando ênfase em suas relações familiares, sua formação educacional e sua carreira como docente. A segunda parte do artigo é voltada para discussões a respeito da produção literária da autora no Maranhão do século XIX, que é ligada diretamente a uma boa relação da autora com a imprensa local de sua época. E finalizamos com reflexões voltadas ao reaparecimento de Maria Firmina e sua obra nos cenários culturais e acadêmicos brasileiros.

### **Maria Firmina dos Reis: Uma Maranhense**

Maria Firmina nasceu em São Luís, na Freguesia de Nossa Senhora da Victória, no dia 11 de março de 1822<sup>2</sup>. Durante uma pesquisa, a professora Dilercy Adler descobriu, no arquivo público do Maranhão, alguns documentos oficiais com registros sobre o nascimento, o batismo e a filiação de Maria Firmina, sendo eles: Autos de justificação do dia de nascimento de Maria Firmina dos Reis, datado de 25 de junho de 1847<sup>3</sup>, a Certidão de Justificação de Batismo<sup>4</sup> e o Livro de Batismo<sup>5</sup> (ADLER,

---

<sup>2</sup> Em trabalhos publicados sobre a autora, anteriores a 2017, a data de nascimento da mesma constará como 11 de outubro ou novembro. Existia uma discordância sobre o seu mês de nascimento em 1825. Até então não tinham sido descobertos os documentos que registravam a data oficial do nascimento de Maria Firmina, sendo a data de seu batismo, que só ocorreu dois anos após seu nascimento, considerada a data de seu nascimento.

<sup>3</sup> Câmara Eclesiástica/ Episcopal, série 26, Caixa n. 114- Documento-autos n° 4.171. Cf. ADLER, 2018, p. 82.

<sup>4</sup> Fundo Arquidiocese- Certidão de Justificação de Maria Firmina dos Reis- Livro 298- fl. 44v. Ibid

<sup>5</sup> Fundo Arquidiocese Batismo de Maria Firmina dos Reis, Livro 116- fl. 182. Ibid

2018, p. 82). O primeiro documento é bastante esclarecedor em relação às datas de nascimento e do batismo da autora, segundo Adler, ele se inicia da seguinte forma:

Diz Maria Firmina, filha natural de Leonor Filippa dos Reis, que ela quer justificar por este Juízo que nasceu no dia 11 de Março do anno de 1822, e que só teve lugar o seu baptismo no dia 21 de Dezembro de 1825, como mostra pelo documento junctos, por causa de molestia que então lhe sobreveio e privou ser baptisada antes [grafia conforme o original] (ADLER, 2017, p. 59).

Os documentos também falam sobre a filiação e sobre os padrinhos de Maria Firmina: “Maria filha natural, de Leonor Felippa molata forra que foi escrava do Comendador Caetano Je. Teixeira.<sup>a</sup> forão Padrinhos o Tenente de Milícias João Nogueira de Souza e Nossa Senhora dos Remédios” (ADLER, 2017, p. 59). A respeito do seu pai, as únicas coisas que se sabe é o seu nome, João Pedro Esteves, e que ele era negro. É de conhecimento público que a sra. Leonor Felippa nunca foi casada, de tal forma que Firmina se enquadrava no que se considerava uma filha bastarda. Para os padrões sociais oitocentistas, Firmina, que era uma mulher, negra, bastarda e filha de ex-escravizada, não tinha status social nenhum, não desfrutava de privilégios e nem pertencia a um núcleo familiar considerado legítimo.

Firmina viveu em um núcleo matriarcal, “ela não fala [em seus diários pessoais] de nenhum homem, nem pai, nem avô, nem irmão, mas da avó, que cultivava flores e da irmã e da prima, amigas de infância” (MUZART, 2018, p. 28). Sabe-se que durante alguns anos ela morou com a avó materna e aos cinco anos ela foi morar na vila São José de Guimarães, com sua irmã, Amália Augusta dos Reis e a prima, Balduino Amália dos Reis, na casa da tia materna, Henriqueta Romana dos Reis, que teria uma situação econômica melhor, tendo, inclusive, em sua posse alguns escravizados. E foi com essa tia que ela viveu boa parte de sua vida. Também faziam parte do núcleo familiar um primo materno, Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), que morava em São Luís e que também tinha parentesco com os músicos Túlio Reis, Manduca Reis e Deca Reis (DIOGO, 2016, p. 44).

Em relação à formação educacional da autora não se sabe muito a respeito, não foi encontrado, até o presente momento, nenhum documento ou registro que aponte que ela tenha frequentado alguma instituição de ensino. O que se sabe a respeito de sua instrução está nos relatos escritos pela própria Maria Firmina:

“De uma compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida e, por consequência, melancólica: **uma espécie de educação feirática** veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, que só conhecia

o céu, as estrelas e as flores que minha avó cultivava com esmero; talvez por isso eu tanto amei as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã... minha terna irmã e uma prima querida foram as minhas únicas amigas de infância; e, nos seus seios, eu derramava meus melancólicos e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos [...] Vida!...” (MORAIS FILHO, 1975, n.p)[ grifo nosso].

A partir desse trecho, é possível perceber duas coisas a respeito do tipo de educação que Firmina recebeu. A primeira é que ela foi de caráter “freirático”, ou seja, tinha como base os ensinamentos cristãos e a formação moral que a mulher deveria ter: “Aprender a ler, a escrever, a fazer as quatro operações e dar ênfase aos preceitos religiosos e às prendas domésticas, resumia toda a formação necessária para o espaço privado do lar” (PAIVA, 2018, p. 165). Essa era a formação escolar que esperava as meninas oitocentistas, mesmo quando entra em vigor a Lei de Instrução Pública do Império<sup>6</sup>, que tinha como objetivo civilizar e modernizar o país, a educação que esperava das meninas era aquela que Kelen Paiva vai chamar de “educação da agulha” (2018, p. 161), que tinha como princípio formar boas esposas e mães com uma educação moral, cristã e que lhes concedesse o título de moça prendada. Princípios considerados morais como a timidez eram ensinados às mulheres a fim de serem recatadas ou mostrar-se dessa forma diante de estranhos, dirigido com o intuito de fortalecer o papel de mãe e esposa (ABRANTES, 2004, p. 157).

“Apesar da educação escolar feminina ter sido ampliada consideravelmente, ao longo do século XIX, prevaleceu o ideário sobre a inferioridade intelectual das mulheres, o que relegou o gênero feminino a uma escolarização muito diferente da que se ofereceu[...]” (CRUZ, Mariléia do Santos; MATOS, Érica de Lima; SILVA, Ediane Holanda, 2028, p. 155).

O segundo aspecto que Firmina nos deixa claro é que sua educação se deu no seio familiar no qual cresceu. Primeiro que sua família não tinha posses, tornando a possibilidade de frequentar uma instituição de ensino privada inexistente e o ensino público voltado para meninas ainda era muito restrito, se não nulo, nos primeiros vinte anos de vida da autora<sup>7</sup>. No poema intitulado *A memória de*

---

<sup>6</sup> A lei da instrução pública de 15 de outubro de 1827 permitiu uma maior inserção de meninas nas escolas. Em seus artigos 11,12 e 13 a lei estabelecia abertura de aulas femininas em cidades e vilas mais populosas, definia currículo e os critérios e condições que uma mulher deveria ter para ocupar o cargo de professora.

BRASIL. Decreto S/N de 15 de outubro de 1827. Dispõe sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. CL do Império do Brasil. Disponível em : [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm) Acesso em 19 de abril de 2021.

<sup>7</sup> Mesmo com a instituição da Lei de Instrução Pública do Império em 1827, no Maranhão a lei só entraria em prática cerca de dez anos depois. Cf. PAIVA, 2018, p.166.

*minha venerada mãe*, de 7 de abril de 1871, Firmina deixa bem claro, em forma de agradecimento, que sua mãe foi uma grande incentivadora de seus estudos, encorajando Firmina a ler e a escrever:

[...] É a ti que devo o cultivo de minha fraca [inteligência]; - a ti, que despertaste em meu peito o amor a literatura; - e que um dia me disseste: Canta! Eis pois, minha mãe, o fruto dos teus desvelos para comigo; - eis as minhas poesias: - acolhe-as, abençoa-as do fundo do teu [sepulcro] [...] (MORAIS FILHO, 1975, n.p).

Segundo Mendes (2006, p. 56) Firmina era autodidata, sua formação se deu através de muita leitura, inclusive a autora lia e escrevia francês fluentemente, como fica claro em algumas traduções que fez, também em epígrafes escritas em francês encontradas em seus poemas, como exemplo, *Je T'aime! O mavié*. Ensinar e escrever foram a vida de Maria Firmina dos Reis. Ela nunca deixou o Maranhão, também nunca se casou, segundo Luiza Lobo:

"Toda a dimensão da sua melancolia devido a sua posição étnica fragilizada. Essa situação tornou-lhe impossível o casamento, por mais leitura que tivesse. [...] além da cor da pele, era desprovida de qualquer fortuna, era bastarde e ficou órfã de mãe. [...] O resgate da situação inferior da mulher é sempre mais árdua e delicada" (2015, p. 116).

Ainda segundo Luiza Lobo (2015, p. 110), alguns escritos de Maria Firmina apresentam uma melancolia doentia, até mesmo insinuações de suicídio, que só não teria acontecido devido à forte ligação religiosa da autora. Ainda assim, ela era considerada uma mulher generosa, que adotou várias crianças. Foram essas crianças, filhos de Firmina, que mais tarde contariam a José Nascimento Morais Filho um pouco mais sobre a personalidade da autora e de sua aparência física, já que não se conhece, até agora, nenhum registro fotográfico da mesma<sup>8</sup>.

A única representação iconográfica de Firmina é um busto esculpido pelo artista plástico Flory Gama, em homenagem ao sesquicentenário do nascimento da autora, que foi esculpido com base em descrições fornecidas por pessoas que conviveram com Maria Firmina na cidade de Guimarães, como, por exemplo, Dona Nhazinha Goulart e Dona Eurídice Barbosa, que foram filha de criação e aluna de Maria Firmina, respectivamente. "Rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanhos-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos; meã [1,54, pouco mais ou menos], morena" (MORAIS FILHO, 1975, n.p).

---

<sup>8</sup>Circula em veículos de informações online uma imagem que é erroneamente atribuída a Maria Firmina dos Reis, na verdade a imagem é da escritora Maria Benedita Câmara Bormann, conhecida pelo pseudônimo de Délia, e que também foi uma escritora, porém, ela era natural do Rio Grande do Sul.

Um episódio descrito por um conhecido de Maria Firmina nos diz muito a respeito de seus ideais morais, bem como de sua crítica à escravidão. Quando Firmina foi receber o título de nomeação para exercer o cargo de Professora Régia, suas parentes queriam que ela fosse de palanquim, uma prática comum para situação, e ela se recusou proferindo a frase: “**Negro não é animal para se andar montado nele**. De forma inteligente e verdadeiramente cristã afirmava que a escravidão contradizia os princípios do cristianismo, que ensinava o homem a amar o próximo como a si mesmo”. (ADLER, 2014, p.12 grifo do autor). Esse pensamento nos revela um lado da autora, ela acredita que a escravidão é uma injustiça, a qual infligiu aos escravizados grandes sofrimentos, ideal que mais tarde a levou a ser reconhecida como a primeira romancista abolicionista do Brasil.

### “Digna professora pública do ensino primário da freguesia de Guimarães”<sup>9</sup>

A partir do século XIX, a educação feminina começa a conquistar espaços na sociedade brasileira, por conta da Lei Imperial de Instrução Pública, que possibilitou a abertura de aulas femininas para vilas e cidades por todo o país. Claro, que a educação feminina era diferente da educação que os meninos recebiam, pois, prevalecia o ideário de inferioridade do sexo feminino, sendo disponibilizada às mulheres um currículo distinto, com conteúdos mais simples harmonizados com os saberes domésticos. “E neste caso em questão, cabe salientar que as professoras deveriam acrescentar no ensino das moças prendas necessárias às habilidades domésticas, limitar-se ao ensino das quatro operações de aritmética e excluir as noções de geometria” (SANTOS, 2016, p.26). Sendo certo que essas aulas para as meninas só poderiam ser ministradas por outras mulheres, que deveriam ser de boa reputação, ter conhecimento básico de letras, leitura e das quatro operações, além de conhecimentos domésticos. Seguindo o que o Artigo 12 da Lei Imperial de Instrução Pública determinava:

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fôrma do art. 7º. [grafia conforme o original]

---

<sup>9</sup>O título desta seção faz referência a uma nota sobre Maria Firmina publicada no jornal maranhense “Publicador Maranhense” em 2 de janeiro de 1871, p.2.

Historicamente falando, o processo de feminização do magistério modificou o papel da mulher perante a sociedade. Aos poucos o papel social desse gênero foi se transformando, pois, essa laboração permitiu o início da profissionalização da mulher num campo de trabalho intelectual.<sup>10</sup>

Foi a profissão docente com sucessivas adesões femininas, a partir do início do século XIX, que permitiu a demarcação e a ampliação de espaços de atuação para as mulheres no campo intelectual, favorecendo a participação na literatura e na imprensa (CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda, 2018, p. 153).

É nessa conjuntura que, em 1847, Maria Firmina dos Reis ganha a disputa com outras duas candidatas para se tornar professora de primeiras letras no ensino público de Vila Guimarães (MORAIS FILHO, 1975, n.p). Carla Sampaio dos Santos (2016, p. 60), levanta a hipótese de que Maria Firmina não teria vencido suas concorrentes apenas por mérito próprio. Ela traz a informação de que Sotero dos Reis, primo de Firmina e inspetor de ensino na época, participou da avaliação ou do acompanhamento do processo de seu exame, além de também participar das comissões “[...] organizar mais regularmente, as funções do magistério Público da Província” no que fosse “[...] conveniente codificar na legislação existente sobre a instrução primária e secundária [...]” e tendo total autonomia para as devidas “[...] correções, e complementos que julgarem necessário [...]” (SANTOS, 2016, p. 60-61). De tal forma, Sotero participou diretamente da criação e da organização de todo o processo de instrução pública do Maranhão, podendo ter interferido diretamente na seleção de Maria Firmina para o cargo, favorecendo sua prima.

No dia 15 de outubro de 1847 a nomeação de Maria Firmina foi oficialmente publicada. Ela se tornou professora de primeiras letras para meninas e ministrava as aulas em sua própria casa:

Nomeação para Professora de primeiras letras de sexo feminino da Vila de Guimaraes Maria Firmina do Reis. Doutor Joaquim Franco de Sá oficial da Imperial Ordem da Rosa Cavalleiro da de direito, juiz de Direito da Comarca de Alcântara, Deputado á assembleia legislativa, e ao presidente da província do Maranhão [...]. Faço saber aos que este Alvará [olharem], que atendendo a que Maria Firmina do Reis, depositara á cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila de Guimarães, se acha competentemente habilitada na forma da lei de quinze de outubro de mil

---

<sup>10</sup>Vale ressaltar que o mercado de trabalho sempre esteve presente na vida das mulheres ao longo da história do Brasil. Mulheres negras, livres ou escravizadas executavam trabalhos remunerados desde o período colonial, a exemplo, temos as “negras de tabuleiro”. Margareth Rago destaca o trabalho de mulheres imigrantes como tecelãs e costureiras em estabelecimentos fabris no século XIX, Cf. RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 578-606.



oitocentos e quarenta e sete, [lhe foi] bem, em conformidade das leis em vigor [...].  
(LIVRO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DO MARANHÃO, Outubro/1847)

Sobre a vivência de Firmina em sala de aula, são raros os documentos que a mencionam, o livro de Paulo Oliveira, *Cronologia da História de Guimarães*, traz um trecho que faz menção a turma de alunas de Maria Firmina. Ele diz que “[...] na vila, dois professores públicos de primeiras letras: Daniel Vitor Coutinho lecionava para meninos e Maria Firmina dos Reis, com quatorze meninas [...]”. Também o jornal *Publicador Maranhense*, em 6 de maio de 1867 publicou um pequena nota falando que a cadeira de primeiras letras foi assumida pela maranhense em, “[...] Guimarães, a professora D. Maria Firmina dos Reis, 8 [alunas] [...]” (*apud* SANTOS, 2016, p.63). Além disso, a partir da análise das leis de ensino do Maranhão nos oitocentos, é possível determinar alguns outros fatores sobre a carreira docente de Firmina, a exemplo de seu salário anual, estipulado em trezentos mil réis, com gratificação de três mil réis por cada aluno e que em sala de aula, a mestra Firmina utilizava o método individual de ensino<sup>11</sup>, pois, segundo a recomendação da lei, era esse o método que deveria ser utilizado para a quantidade de alunas para quais Firmina lecionava. Todas essas informações são estipuladas por artigos da Lei nº 267 de 17 de dezembro de 1849 que reorganizou algumas estruturas da instrução pública do Maranhão.

Na biografia que Morais Filho fez sobre Firmina, ele coletou um depoimento de uma ex-aluna de Firmina que nos revela de forma mais direta e pessoal como ela agia dentro da sala de aula: “D.Eurídice Barbosa Cardoso nos relata que “mestra Maria Firmina era enérgica, falava baixo não aplicava castigos corporais, não ralhava: aconselhava””(MORAIS FILHO, 1975, n.p). Segundo Paiva (2018, p. 169) “o fato de não ter se valido dos castigos corporais indica sua postura consciente de uma educação diferenciada [...]”, em vista que mesmo após a proibição dos castigos corporais nas escolas, em 1827, eles continuaram sendo muito utilizados por todo o século XIX - até mesmo nas primeiras décadas do século XX -, chicotes e palmatórias eram comumente usados para punir a má disciplina e até mesmo a dificuldade de aprendizagem.

Em 1881, Maria Firmina aposentou-se oficialmente do cargo público de professora, porém, ela continuou a lecionar por conta própria e fez algo considerado inédito na história do Maranhão. Em

---

<sup>11</sup>Segundo Bastos, o método individual de ensino consiste em “fazer ler, escrever, calcular, cada aluno separadamente, um após outro, de maneira que, quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos. Cf. BASTOS, Maria Helena. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **História da educação**. Pelotas, n 1, v. 1, p. 115-133, jan/jun 1997.

1880, Firmina fundou, no povoado de Maçaricó, uma escola para meninos e meninas. A escola funcionava num barracão. Firmina, com seus alunos e alunas, iam juntos para escola num carro de boi. Ela ministrava aulas para os filhos dos lavradores e dos fazendeiros, apenas cobrava mensalidade daqueles que tinham condições de pagar e para os demais alunos ela ensinava de forma gratuita, conforme relatou D. Nhazinha Goulart, ex-aluna da escola mista. “[...] era todo mundo junto: meninos e meninas.[...] Quem tinha posses pagava e quem não tinha não pagava. [...] a gente ia com Maria Firmina num carro de boi e Pranchada era o pajem [...]” (MORAIS FILHO, 1975, n.p)

Para Moraes Filho, a escola mista de Firmina foi “uma revolução social pela educação e uma revolução educacional pelo ensino, o seu pioneirismo subversivo de 1880” (1975, n.p). Infelizmente a escola não teve uma longa duração, encerrando suas atividades dois anos e meio após sua fundação, em parte por dificuldades financeiras, já que ela não dispunha de verba pública e sim da verba de mensalidade ou da conta pessoal de sua mestra, e em parte pela resistência social que esse formato de ensino enfrentava, muitos acharam um verdadeiro absurdo unir meninos e meninas numa mesma sala de aula, como nos diz Raimundo de Meneses as aulas mistas “escandalizou os círculos locais, em Maçaricó [...] e por isso foi a professora obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio.”(1978, p. 570).

A educação para a igualdade de gênero deve considerar conteúdos que favoreçam representações positivas sobre as mulheres, oriundos de estudos históricos centrados em narrativas que destaquem o protagonismo feminino, demonstrando que houve mulheres que, embora submetidas às limitações do seu tempo, sofrendo as consequências de uma condição subjugada, souberam reverter tais processos marcando a história nacional com feitos e atuações sociais, para as quais só se esperava a participação masculina (CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda, 2018, p.152).

Apesar de ter sido uma escritora muito ativa na sua época, foi como professora que Maria Firmina dos Reis se manteve durante toda sua vida adulta. A trajetória docente de Maria Firmina nos revela um pouco da visão avançada que ela tinha para a época em que viveu. Ela assumiu uma posição bastante corajosa de acreditar numa educação para todos e de forma igualitária, na qual as meninas recebessem uma instrução intelectual que transcendesse as quatro paredes do confinamento doméstico sob o qual eram submetidas.

As fontes documentais conhecidas até o momento esboçam em tom pastel a imagem da professora que superou as amarras de uma sociedade em que o direito à educação era para homens, brancos e de posses e que contribuiu, por meio da Literatura, de

sua participação na imprensa periódica e sua atuação na sala de aula para a construção de um século de História com mais oportunidades para que outras mulheres passassem pela porta aberta pelas pioneiras no processo de emancipação da mulher. (PAIVA, 2918, p. 170)

Ainda segundo Paiva, as mulheres do século XIX tinham três estratégias para sair do âmbito privado do lar e transitar pelo espaço público da sociedade: a literatura, a imprensa e a educação (2018, p. 159). Maria Firmina dos Reis durante toda sua vida utilizou as três.

**“Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”<sup>12</sup>**

Assim como outras escritoras de seu tempo, como Ana Luiza de Azevedo Castro (1823-1869) e Nísia Floresta (1810-1885), Maria Firmina dos Reis também reivindicou um lugar no mundo das letras, “seguindo uma tendência ainda nascente de crescimento da escrita feminina no Brasil” (CARVALHO, 2018, p. 272). Se tratando de sua produção textual, Firmina foi bastante ativa, tendo escrito e publicado textos de diferentes gêneros literários como romances (*Úrsula* - 1859 e *Guepava* - 1861), contos (*A escrava* - 1887) e poesias (*Cantos à Beira Mar* - 1871). Também foi uma das poucas mulheres convidadas a participar da *Antologia Poética Parnaso Maranhense* (1861); Composições musicais (melodia e letra), tais como *Hino à libertação dos escravos*, *À Pátria de Cumã* e *Auto de bumba-meu-boi*; e além disso também escreveu enigmas, charadas, crônicas e atuou como folclorista.

Nos oitocentos, a escrita feminina ainda não era considerada uma atividade benéfica para as mulheres, talvez por isso muitas escritoras do século XIX tenham se provido de pseudônimos para publicarem suas obras, por medo de sofrer alguma retaliação da sociedade na qual estavam inseridas. A própria Maria Firmina, ao publicar seu primeiro texto literário pela Typografia do Progresso, o romance *Úrsula*, assinou-o sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”. “No ano seguinte à publicação de seu romance inaugural, Firmina passa a colaborar em jornais locais com textos poéticos, divulgando, na Imprensa, um primeiro poema utilizando, ainda sob o manto protetor, as iniciais M.F.R” (ZIN, 2016b, p. 87). Terezinha Queiroz traz uma breve explanação de como a literatura no século XIX vai tomando conta do universo feminino e, na mesma medida, vai marginalizando as mulheres, uma vez que socialmente, esse não seria um papel da mulher.

A leitura e a escrita de romances, no século XIX, conquistavam o universo feminino e pareciam bastante adequadas às mulheres. Tanto a leitura quanto a escrita dos

---

<sup>12</sup> O título desta seção faz referência a um trecho sobre um anúncio da publicação de um poema de Maria Firmina dos Reis no jornal “O Jardim das Maranhenses” em 20 de setembro de 1864, p.1.

romances permitiam às mulheres o acesso a novos espaços geográficos, sociais, culturais e humanos, através das descrições detalhadas de estados psicológicos interiores e de cenas exteriores.[...] Nesse século, o romance atinge o apogeu como gênero, ao tempo em que as mulheres passam a ter forte presença como escritoras e como leitoras. Entretanto em virtude dos deslocamentos sociais que propiciavam, às vezes silenciosos, mas quase sempre tagarelas, que eram vistos como desconfiguradores dos papéis atribuídos a cada sexo (QUEIROZ, 2011, p. 204).

Assim como a produção escrita era socialmente atribuída aos homens, a participação na imprensa também era de domínio masculino, mesmo que existisse um tipo de imprensa voltada para o público feminino, seus artigos muitas vezes eram escritos por homens. Até que no século XIX, a imprensa feminina vai se tornar um movimento grande e crescente:

“Sobre a participação das mulheres na imprensa, vale lembrar que na história a chamada ‘Imprensa feminina’ no Brasil, dois momentos há que se considerar: a criação de jornais dirigidos por homens e direcionados ao público leitor feminino e a criação e redação de jornais de autoria feminina para o mesmo público” (PAIVA, 2018, p. 159).

Não se pode deixar de considerar que a imprensa feminina, no formato feito por mulheres e para mulheres, se tornou um meio para alcançar a emancipação feminina, sendo cada vez mais comum que os artigos tratassem de temas como: o direito de trabalho, o direito ao voto, ao divórcio e a educação feminina (PAIVA, 2018, p. 160).

Maria Firmina aproveitou bastante essa inserção feminina na imprensa, ela foi colaboradora e publicou seus textos em vários jornais maranhenses, dentre eles estão: *A Imprensa, Publicador Maranhense, O Jardim das Maranhenses, Porto Livre, Eco da Juventude, A Verdadeira Marmota, Semanário Maranhense, O Domingo, O País, Revista Maranhense, Diário do Maranhão, Pacotilha, Federalista*. Muito do que Maria Firmina escrevia e publicava estava relacionado ao seu cotidiano, seus sentimentos, sobre o próprio Maranhão, sobre as pessoas ilustres que eram conhecidas pelo seu público. Esta é a realidade que conhecia, tendo em vista que nunca saiu de São Luís do Maranhão. Apesar de não ter conseguido ser conhecida nacionalmente, ela recebeu bastante prestígio no Maranhão, como mostram os trechos de jornais a seguir:

O Romance brasileiro, que se vai dar ao prelo, sob a denominação de - Úrsula- é todo filha da imaginação da autora, jovem Maranhense, que soltando as azas a sua imaginação, estreia a sua carreira literária, offerencendo ao Ilustrado Público da sua nação as paginas, talvez por demais vazia d’um estylo apurado, como é o do século, mas simples; e o pensamentos, não profundos, mas entranhados de patriotismo. Todo elle resente-se de amor nacional, e de uma dedicação extrema à Liberdade (A Imprensa, 17 de outubro de 1857). [grafia conforme o original]

Esta obra digna de ser lida, não só pela singeleza e elegância com que é escrita, como por ser a estréia de uma talentosa maranhense, merece toda a proteção pública para animar a sua modesta autora a fim de continuar a dar-nos provas de seu belo talento<sup>13</sup> (A Imprensa, 18 de fevereiro de 1860 *apud* MORAIS FILHO, 1975, n.p). [grafia conforme o original]

Os versos de M. Firmina dos Reis indicão uma imaginação cheia de vivacidade da parte da autora; muita leitura e gosto, e o doce perfume dos sentimentos sentidos do coração, sem ensaio nem affectação.

De ha muito que todos conhecem os talentos e a habilidade da autora da Úrsula, assim não causou estranhesa as poesias que mandou para o Parnaso<sup>14</sup> ( A imprensa, 19 de outubro de 1861). [grafia conforme o original]

Canto à Beira -Mar- É este o formoso título debaixo do qual vão ser impressas as poesias da talentosa maranhense, D. Maria Firmina dos Reis, digna professora pública do ensino primário da freguezia de Guimarães. São bem conhecidos muitos de seus mimosos versos; e por elles, sem duvida, o publico acolherá muito agradavelmente a colleção que se lhe promete. Si são dignos de animação os fructos da intelligencia e da applicação, quando é um homen que com elles vem enriquecer as letras patrias, mas o é sem duvida, si partem do talento de uma senhora. Nem só mais raro são os triumphos que n'este genero conquista em nosso paiz o bello sexo, como também importão mais vigor de talento e sentimento, e maior esforço para vencer os obstacúlos que ainda dificutão entre nós do sexo feminino uma instrução mais sólida e desenvolvida<sup>15</sup> (O Publicador Maranhense, 02 de janeiro de 1971). [grafia conforme o original]

De maneira clara, Maria Firmina conseguiu através de seus textos, galgar um lugar no panteão maranhense, se afirmando como uma mulher negra, professora e escritora. Progressivamente, deixou de lado o medo da hostilização e assumiu a autoria de suas publicações: “A produção poética de Maria Firmina dos Reis, bem como a publicação de seus textos na imprensa, afirmam a capacidade feminina de demonstrar sua intelectualidade, como também a compreensão do espaço literário como forma de divulgação de suas ideais sobre a vida e o mundo” (CARVALHO, 2018, p. 272). Mas, apesar de ter conseguido notoriedade e reconhecimento no seu meio, Firmina nunca entrou na elite literária, suas obras nunca lhe renderam um prestígio econômico ou um reconhecimento no âmbito nacional. Na velhice ela foi morar na casa de uma amiga e vivia, basicamente, de sua aposentadoria como professora.

---

<sup>13</sup> Nota lançada no jornal “A Imprensa” a respeito do lançamento e da venda do primeiro romance de Maria Firmina, “Úrsula”.

<sup>14</sup> Avaliação sobre os poemas de Maria Firmina no “Parnaso Maranhense”.

<sup>15</sup> Nota lançada a respeito do lançamento da coletânea de poesias “Cantos à Beira Mar”, de Maria Firmina dos Reis. Vale ressaltar que a nota foi escrita por uma mulher e que no final ela faz uma crítica a prioridade e ao favoritismo que os homens têm no meio literário e também a precariedade da instrução intelectual que era dada às meninas nos oitocentos.

Acontece, contudo, que os anos se passaram e, mesmo, tendo ocupado um lugar proeminente no cenário cultural maranhense oitocentista, tomando com as mãos a aspiração de, através do magistério e da literatura, contribuir para a construção de um país mais justo e sem opressão, a escritora ficou esquecida por muitos anos, provavelmente, por conta de um possível silenciamento ideológico vindo das elites condutoras da vida intelectual brasileira. Faleceu, em 11 de novembro de 1917, cega, pobre e sem nenhuma honraria, na casa de uma amiga que vivera como escrava e em companhia de Leude Guimarães, um de seus filhos de criação. O resultado disso é que uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século. (ZIN, 2016b, p.88)

A morte de Maria Firmina a colocou num completo ostracismo, por quase um século seu nome foi apagado da memória maranhense, com exceção daqueles que conviveram com a autora. E durante muitos anos, sua obra literária foi esquecida, como, aliás, a de outras mulheres que produziram literatura no século XIX. Segundo Zahidé Lupinacci Muzart, o romance *Úrsula* não teve maior repercussão “por ter sido editado na periferia, longe da Corte, e por ser de uma mulher e negra” (2000, p. 266).

O desafio é pensar como uma escritora tão emblemática continua à margem da tradição literária, mesmo tendo continuamente oferecido “provas de seu talento” ao confrontar, em pleno século XIX, os limites do etnocentrismo escravocrata e ao problematizar o lugar da mulher e do negro em sociedade sexista que ainda mantém reflexos vivos no Brasil atual (PEREIRA, 2018. posição 121).

Tudo isso começa a mudar a partir da segunda metade do século XX, quando a obra e a trajetória de Maria Firmina são trazidas à tona. Em 1962, o historiador Horácio de Almeida encontrou em um sebo no Rio de Janeiro o romance *Úrsula*, e após uma pesquisa, identificou o pseudônimo da autora e fez um fac-similar do texto. "No prólogo a esta edição, Horácio de Almeida salienta a ausência da escritora nos estudos dedicados à literatura maranhense. O único autor a mencioná-la foi 'Sacramento Blake' (MUZART, 2018, p. 26). Alguns anos depois, Nascimento Morais Filho recebeu de um dos filhos adotivos de Firmina uma espécie de diário pessoal da autora - o *Álbum*<sup>16</sup>, no qual ela escrevia sobre seus sentimentos, seus pensamentos e suas emoções:

O “Álbum” é composto de pequenos textos, a maioria versando sobre a dor da partida, seja pela morte, seja pela mudança de Guimarães para outra cidade. De qualquer modo, os textos expressam a tristeza da separação[...] O tom que domina é

---

<sup>16</sup>O primeiro texto que se encontra no *Álbum* é datado de 1853, porém, sabe-se que muito do que havia nesses manuscritos se perdeu, como comenta o próprio filho adotivo de Firmina que os guardava. Segundo ele relatou para Morais Filho, ele tinha consigo muitos cadernos com romances, poesias e um álbum de recordações de sua vida e sua família, porém, quando ele se mudou para São Luís uns ladrões entraram no quarto onde estava hospedado, arrombaram o baú e levaram tudo o que lá havia, só deixando para trás folhas do *Álbum*, que ele teria encontrado pelo chão. Cf. MORAIS FILHOS, 1975, n.p.

o elegíaco e, dentre as lamentações, encontram-se dados que nos permitem concluir que a vida de Maria Firmina foi árdua e solitária (MUZART, 2018, p.26).

Morais Filho reuniu informações sobre a autora, depoimentos de pessoas que a conheceram, textos da autora que foram publicados, artigos de jornais que falavam a respeito da mesma e junto com o *Album* publicou a primeira biografia de Maria Firmina dos Reis. A partir disso, muitos pesquisadores, de diversas áreas acadêmicas, começaram a se interessar pela vida e obra de Maria Firmina dos Reis:

Horácio de Almeida, Nascimento Moraes Filho, Eduardo de Assis Duarte, Luiza Lobo, ZahidéLupinacciMuzart, já mencionados, e Maria Lúcia de Barros Mott publicaram estudos importantes sublinhando o pioneirismo de Firmina como autora do sexo feminino, como precursora da literatura abolicionista e como fundadora da literatura afro-brasileira. Em meados dos anos 2000, o tema chegou aos programas de pós-graduação de nossas universidades, adquirindo novas características e dando início a uma notável tendência ascendente sobre a obra de Maria Firmina dos Reis. Desde então, mais de uma dezena de dissertações e teses, provenientes das áreas de literatura, história, sociologia e estudos culturais, foi escrita (MACHADO, 2018, posição 154).

Impulsionada pelos movimentos culturais do feminismo e do movimento negro no Brasil, a figura de Maria Firmina tem sido fomentada no cenário cultural brasileiro. Esses movimentos buscam reparar uma injustiça que colocou artistas, escritores e pesquisadores num ostracismo por conta de preconceitos de classe, preconceitos de gêneros e preconceitos raciais, pois, como muitos aspectos culturais e sociais, a literatura brasileira também foi moldada por estereótipos e exclusões. O nome de Maria Firmina dos Reis recebe hoje reconhecimento devido aos trabalhos de pesquisadores de estudos de gênero e estudos afro-brasileiros que estão em constantes esforços para restituir autoras e autores afro-brasileiros que foram ignorados, fazendo levantamentos e estudos críticos acerca de suas produções.

“A produção literária dos afro-descendentes encontra na últimas décadas uma atenção mais singularizada por parte de escritores e críticos que buscam mapear uma tradição negra vernacular no âmbito da Literatura Brasileira, sublinhando o diverso leque de matizes e linhagens que traduzam a afrodescendência, caligrafada na e pela letra literária. A expansão do olhar sobre textos, autores, temas, situações e experiências, de certa forma até então exilados da reflexão crítica, dos meios e circuitos de veiculação e de reconhecimento, distende nossa cartografia literária e desafia as redes discursivas formadoras de juízo e opinião (MARTINS, 2007, p.56-57).

Três de suas obras - *Úrsula* de 1859, *A escrava* de 1887 e *Gupeva* de 1861 - têm servido como base de análises sociais, históricas e literárias, por tratarem de temas pertinentes e conflitantes para o



século XIX, tais como violência e ilegitimidade da escravização de negros, as crueldades, a opressão, a submissão, sujeição, infelicidade e a violência sobre a qual muitas mulheres viviam e eram vítimas em consequência de uma sociedade dominada pela vontade dos homens e até mesmo à alienação mental de uma sociedade de cunho patriarcal e escravocrata.

O romance *Úrsula* é considerado o primeiro romance abolicionista do Brasil, pois, de forma inédita, o negro escravizado é descrito de maneira humanizada, com sentimentos, com saudades, com tristezas e com memórias. Maria Firmina deu voz aos personagens negros de seu livro: “A autora não pinta negros-brancos, isto é, que pensem, se pareçam e se comportem como seus senhores [...] [ela] tenta retratar africanos em cativeiro” (TELLES, 2018, p. 48). Luiza Lobo também comenta sobre a consciência de Maria Firmina ao escrever *Úrsula*:

A consciência da negritude em Maria Firmina dos Reis em sua obra pioneira consiste em ver a questão da abolição não sob um prisma universalista, europeizado e distante do cotidiano, mas sob a ótica do vencido, descrevendo as condições concretas do escravo. Ela insere em toda sua obra preciosos aspectos antropológicos que permitem ver a existência do escravo no seu aspecto real, sob o jugo de senhores e fatores que agiam sob o amparo das leis. (LOBO, 2011, p. 119)

E Eduardo de Assis Duarte comenta como o romance *Úrsula* permite pela primeira vez uma perspectiva interna da narração do que era ser um negro escravizado no Brasil:

Ao publicar *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis desconstrói igualmente uma história literária etnocêntrica e masculina até mesmo em suas ramificações afrodescendentes. *Úrsula* não é apenas o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, fato que, inclusive, poucos historiadores admitem. É também o primeiro romance da literatura afro-brasileira, entendida esta como produção de autoria afrodescendente, que tematiza o assunto negro a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em recuperar e narrar a condição do ser negro em nosso país. (DUARTE, 2004, p. 279).

## Considerações Finais

As obras escritas de Firmina deixam claro a visão social que a autora tinha. Como uma mulher negra que viveu no século XIX, ela enxergava as injustiças sociais que a cercavam, mas, também tinha clareza de quem era, de sua posição social e de sua personalidade tímida e acanhada, encontrando na escrita uma forma de demonstrar coragem e falar ao público sobre as amarras e os preconceitos da sociedade oitocentista: “É preciso lembrar a posição corajosa de Maria Firmina ao denunciar a ilegitimidade e a violência da escravidão, justamente no Maranhão, província que era considerada como sendo fortemente escravista” (MOTT, 1989, p. 61).

Na Literatura Brasileira predominou uma herança textual européia e o que implicou em uma história de exclusão, silenciamento e lacunas para a produção textual de povos que foram historicamente marginalizados: “textualidade dos povos africanos e indígenas, seus repertórios narrativos e poéticos, seus domínios de linguagem e modos de apreender e figurar o real, deixados à margem, não ecoaram em nossas letras escritas” (MARTINS, 2007, p. 57). Por isso, é de grande importância o trabalho de pesquisadores que tentam reverter esse padrão eurocêntrico, dedicando méritos e relevância social e histórica a autoras como Maria Firmina.

D. Maria Firmina dos Reis, durante muito tempo esquecida, é uma das mulheres brasileiras do século XIX que se colocou numa posição contrária ao papel que foi dado à mulher e que utilizou das estratégias disponíveis para não se limitar ao espaço privado do lar. Ela não teve acesso a um número significativo de obras nacionais ou estrangeiras, também não teve uma instrução acadêmica, nunca fez grandes viagens e nem teve contato com a alta camada intelectual da sociedade, de forma que seus escritos, embora não sejam inovadores do ponto de vista da construção estética, foram o suficiente para dar a Firmina um merecido lugar nos estudos literários, sociais e históricos como uma autora feminina que sabia com clareza dos limites que cingiam as mulheres de seu tempo e da importância da educação e da cultura.

### Referências bibliográficas

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. A Educação Feminina em São Luís (século XIX). In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.
- ADLER, Dilercy Aragão. A Mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira. (Org.). **Maria Firmina dos Reis: facés de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 81-101 Não tem espaço entre as referências, é um espaço depois do parágrafo não lembro de quanto
- ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor**. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.
- ADLER, Dilercy Aragão. **Elogia À Patrona Maria Firmina dos Reis: ontem, uma maranhense, hoje, uma missão de amor**. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2014.
- BRASIL. Decreto S/N de 15 de outubro de 1827. Dispões sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. CL do Império do Brasil. Disponível em : <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm)> Acesso em 15 de maio de 2021.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. Maria Firmina dos Reis: incursões poéticas no cenário oitocentista. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira. (Org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 255-273.

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. “Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XI”. **Revista NOTANDUM**, São Paulo/Porto, Nº48, p.151-166, set/dez 2018.

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis**. 2016. V.1 (versão corrigida). 225f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DIOGO, Luciana Martins. Livro da Assembleia Provincial do Maranhão, Outubro/1847: Nomeação para Professora de Primeiras Letras. In: MEMORIAL de Maria Firmina dos Reis. [São Paulo], 15 de out de 2018. Disponível em: <<https://mariafirmina.org.br/categoria/firmina-na-escola/>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

DIOGO, Luciana Martins. Firmina na imprensa: nos periódicos do século XIX. In: MEMORIAL Maria Firmina dos Reis. [São Paulo], 16 de jun de 2018. Disponível em: <<https://mariafirmina.org.br/categoria/firmina-na-imprensa/nos-periodicos-seculo-xix/page/3/>> . Acesso em: 17 de maio de 2021.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004, p. 265-281.

FOLHETIM: O Parnaso Maranhense. **A Imprensa**. São Luiz, 19 de out de 1861. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=035156&pagfis=1791>> . Acesso em: 22 de maio de 2021.

GAZETILHA: Canto À Beira-Mar. **Publicador Maranhense**. São Luiz, 02 de jan de 1871. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=21341>> . Acesso em: 22 de maio de 2021.

KOFES, Suely. 2001. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**, 3ª ed. São Luís: Editora UEMA, 2008.

LOBO, Luiza. Luz e Sombra na Obra de Maria Firmina dos Reis. In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; ADLER, Dilercy Aragão. (Org). **Sobre Maria Firmina Dos Reis**. São Luís: ALL, 2015, p. 107-121.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis. (Org). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. v.1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 112-126.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Estabelecimento de texto e posfácio de Maria Helena Pereira Toledo Machado. São Paulo: Penguin& Companhia das Letras, 2018. *E-book* (não paginado).

- MARANHÃO. 17 de dezembro de 1849. **Assembléia Legislativa Provincial**: coleção das leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão. Maranhão, p.49-55, 1850.
- MARRE, J. L. **História de Vida e Método Biográfico**. Cadernos de sociologia, Porto Alegre, v.3, nº 3, jan/jul 1991, p. 89-141.
- MARTINS, Leda. **A fina lâmina da palavra**. O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira, Minas Gerais, v.15, p. 55-84, 2007
- MENDES, Algemira. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira**: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. 2006. 282f. Tese (Doutorado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.
- MENESES, Raimundo de. **Dicionário literário brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luiz: COCSN, 1975.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Escritoras negras**: resgatando a nossa história. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 1989.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Zahidé. Lupinacci. (Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, p. 264- 284.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira. (Org.). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 21-37.
- PAIVA, Kelen Benfenatti. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira. (Org.). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p.157-17.
- PEREIRA, Danglei de Castro. Maria Firmina dos Reis: uma voz em conflito. In: **Úrsula e outras obras**. BRANDÃO, Wellington.(Org) SÉRIE Prazer de Ler n. 11. Brasília: Edições Câmeras,2018. *E-book* (não paginado).
- PUBLICAÇÕES pedidas: Prospecto. **A Imprensa**. São Luiz, 17 de out de 1857. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=035156&pagfis=143>> . Acesso em: 22 de maio de 2021.
- QUEIROZ, Teresinha. Amélia Beviláqua e a escrita feminina no Brasil. In. BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVEZ, Marcelo Cheche. (Org). **Pontos, contrapontos não desvendados**: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista. São Luís: Café e Lápis editora, 2011, p. 175-203.
- SANTOS, Carla Sampaio dos. **A escritora Maria Firmina dos Reis**: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.

TELES, Norma. Uma Maranhense. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira. (Org.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p.39- 50. ok

ZIN, Rafael Balseiro. A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917). **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. São Paulo, n.3, p. 83-101, nov 2016a.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016b.

## A escrita de si produzida por Carmen Santos nas páginas do *Jornal das Moças* 1931 – 1934

The self-writing produced by Carmen Santos in the pages of *Jornal das Moças* 1931 – 1934

**Tatiana de Carvalho Castro**

Mestrado em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

tccastro6@gmail.com

**Recebido em:** 30/08/2022

**Aprovado em:** 17/01/2023

**Resumo:** Carmen Santos, cineasta, empresária e autora brasileira, construiu uma trajetória de representações e de luta pelo cinema brasileiro, e deu força para o seu nome. Este trabalho aborda o papel autoral de Carmen Santos enquanto cronista e produtora da sua própria escrita por meio da publicação do seu diário pessoal nas páginas da revista ilustrada voltada para o consumo feminino *Jornal das Moças*. Abordaremos os textos que Carmen Santos publicou entre 1931 a 1934, recorte que condiz com sua intensa presença e circulação na discussão do ainda iniciante cinema brasileiro e de produção do seu filme *Onde a terra acaba*. Este trabalho pretende analisar a autoria de Carmen Santos, enquanto mulher, em uma sociedade que buscava silenciá-la, assim como fez com muitas outras atuantes no início da história do cinema brasileiro.

**Palavras-chave:** Carmen Santos; história e cinema; estudos de gênero.

**Abstract:** Carmen Santos, Brazilian filmmaker, entrepreneur and author, built a trajectory of representations and struggle for Brazilian cinema, and gave strength to her name. This work addresses Carmen Santos authorial role as a chronicler and producer of her own writing through the publication of her personal diary in the pages of the illustrated women's magazine *Jornal das Moças*. We will focus on the texts Carmen Santos published between 1931 and 1934, a period that coincides with her intense presence and circulation in the discussion of the still fledgling Brazilian cinema and the production of her film *Onde a terra acaba*. This work intends to analyze Carmen Santos authorship, as a woman, in a society that tried to silence her, just as it did many other actors in the early history of Brazilian cinema.

**Keywords:** Carmen Santos; history and cinema; gender studies.

## Introdução

Pierre Bourdieu, ao refletir sobre símbolos, apontou a existência de “sistemas simbólicos” resultantes de uma concentração de poder e legitimação em um setor entendido como “dominante”. A dominação de uma classe sobre a outra é o que o autor entenderia como “violência simbólica” e representa uma força de domínio muito mais subjetiva do que a força física. Bourdieu diz:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as facções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Como meio de sustentar uma hierarquia, a produção simbólica de quem detém o poder corresponde ao que lhe convém como mais legítimo. Nesse processo relacional, a mulher se encontra no setor receptivo da violência simbólica e em níveis diferentes. Por exemplo, uma mulher branca não sofre o mesmo estigma de violência simbólica que uma mulher negra e o mesmo se repete com mulheres heterossexuais e homossexuais; mulheres da burguesia e mulheres da classe trabalhadora (HOLLANDA, 2019).

O poder simbólico, pensado por Bourdieu, nos estudos de gênero, sustenta-se como uma variação de representações de força e luta em diálogo com a situação de vulnerabilidade feminina e sua experiência coletiva e individual (TIBURI, 2019). Seguindo uma linha lógica, os estudos feministas e de gênero no Brasil hoje valorizam a importância de se entender a noção da palavra “violência” marcada na vida e na história das mulheres.<sup>1</sup>

Para Rachel Soihet (2002), o corpo feminino é como um lugar de violência. Mas não apenas uma violência física e visível. O corpo feminino abriga a violência patriarcal, a violência simbólica do domínio e do silenciamento. É o corpo, segundo a autora, que leva consigo as marcas da violência de gênero, as marcas de uma tensão minimamente sentida e “presente na reação masculina às iniciativas

---

<sup>1</sup> Na obra de Heleieth Saffioti “Gênero Patriarcal e Violência”, a autora discute os caminhos tomados pela noção de “violência”, abordando as esferas em que essas violências são mais visíveis, invisíveis e as condições sociais, culturais e econômicas que interferem nesse evento. A “violência”, seja física ou simbólica, percorre um caminho interferido pelo patriarcal e por uma disputa de poder. VER: (SAFFIOTI, 2015).



femininas de participação em esferas consideradas masculinas, como na assunção de comportamentos e atitudes consideradas inadequadas” (SOIHET, 2002, p. 1).

O termo “violência simbólica”, relacionado ao contexto e à experiência de vida, propõe um desafio para os estudos feministas de hoje. Segundo Lourdes Maria Bandeira (2018), pensar um “olhar feminista”<sup>2</sup> no campo da produção intelectual estabelece um diálogo entre setores acadêmicos, os laboratórios de pesquisa e os movimentos sociais de militância que ocupam as ruas denunciando cada vez mais a violência simbólica, física, emocional, sexual de cunho patrimonial e moral às mulheres. A autora justifica esse campo de estudos como de ressignificados, e não como vitimizador:

Não se trata de adotar uma perspectiva vitimizadora em relação à mulher, tendência que já recebeu críticas importantes, mas de destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência se impõe historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam o cotidiano das pessoas (HOLLANDA, 2019, p. 295).

No que confere aos estudos da história e da produção historiográfica, o gênero interfere trazendo uma forma de abordagem diferenciada. Nesta pesquisa, usa-se a noção de violência simbólica para entender a posição ocupada pela empresária, cineasta e autora Carmen Santos na formação do cinema brasileiro e, no campo literário, sua ocupação autoral como voz, presença, expressão de sentidos.

Neste trabalho, ocupamos de analisar expressões de dor, desafetos, descrenças, cansaços e desilusões no diário pessoal de Santos amplamente difundido no periódico feminino *O Jornal das Moças* e como a escrita pessoal e autorrepresentativa da cineasta Carmen Santos tratou de dialogar com mulheres comuns.

Maria do Carmo Santos Gonçalves, ou Carmen Santos, nasceu em Portugal no ano de 1904. Mudou-se para o Brasil aos oito anos de idade com a família e viveu toda sua vida na cidade do Rio de Janeiro. Seu primeiro filme foi *Urutau* (1919), o que evidencia que sua carreira de atriz começou antes que ela completasse dezoito anos. *Urutau* foi também o primeiro filme que ela assistiu no cinema.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A ideia da autora é pensar o campo de pesquisa e a intervenção pelo olhar feminista. (HOLLANDA, 2019, p. 295).

<sup>3</sup> Carmen Santos já foi tema de estudo nas áreas de cinema e comunicação social. Destacam-se os trabalhos de Ana Pessoa: “*Carmen Santos e o cinema dos anos 20*”. VER: (PESSOA, 2002). Livia Cabrera “*Nasci para o cinema e de nada mais quero saber: A trajetória imagética de Carmen Santos*”. VER: CABRERA, 2017). Obras em que sobressaem a importância de Carmen Santos

Seu primeiro trabalho não teve uma distribuição comercial e muito menos sucesso, mas representou um grande salto para a sua vida pública. No início dos anos 1920, Carmen Santos se casou com um jovem herdeiro rico de uma empresa têxtil, Antônio Lartigaud Seabra, que passou a financiar a sua carreira artística. Da união nasceram dois filhos.

Carmen Santos era jovem, mas tinha muita ambição. Em 1924, produziu o seu primeiro filme, *A Carne* (1924) e um ano depois, *Mlle Cinema* (1925), atuando também como atriz. Ambos foram lançados pela primeira empresa cinematográfica de Santos, Filmes Artísticos Brasileiros (FAB). Por uma infelicidade, nenhum dos dois chegou a ser finalizado e ambos foram destruídos por um incêndio em 1926.

Até então, Santos não possuía um filme lançado comercialmente, mas mesmo assim adquirira uma visibilidade muito significativa. Carmen Santos investiu em uma imagem de “mulher moderna” e logo ganhou o gosto do público leitor/espectador das revistas ilustradas e das salas de cinema. Segundo Neusa Barbosa (2018), Carmen é a pioneira no manejo do marketing pessoal (BARBOSA, 2019, p. 20), ganhando o público com uma intensa circulação iconográfica nas revistas e com uma singularidade artística muito própria, seguindo o cinema hollywoodiano, mas ao mesmo tempo, considerando uma expressão artística especificamente brasileira.

Em 1928, Carmen Santos é convidada por Adhemar Gonzaga a participar e a financiar o filme *Sangue Mineiro* (1929). Esse filme marcou o início de uma troca profissional entre Carmen Santos e Humberto Mauro que perdurou até o início dos anos 1940. Carmen Santos chegou nos anos 1930 em conjunto com a companhia Cinédia, de Adhemar Gonzaga, atuando na primeira versão de *Lábios sem Beijos* (1930).

Foi no início dos anos 1930 que Santos produziu o seu primeiro filme sonoro, *Onde a terra acaba* (1933), em parceria com Mario Peixoto, diretor de *Limite* (1931). O filme foi finalizado por Octavio Gabus Mendes devido a um desentendimento entre Carmen e Peixoto. Em 1935, Carmen Santos construiu seu segundo estúdio e o primeiro filme que produziu, por intermédio da sua própria companhia, foi *Favela dos meus amores* (1935), com a direção de Humberto Mauro. Esse filme de caráter

---

como o livro de Karla Holanda e Marina Tedesco: “*Feminino e plural: mulheres no cinema brasileiro*”. VER: DE ARAÚJO, 2017). A obra de Luiza Lusvarghi e Camila Silva: “*Mulheres atrás das câmeras: as cineastas brasileiras de 1930 a 2018*”. VER: LUSVARGHI, 2019).

sonoro e repleto de samba e alegria representou o primeiro sucesso na carreira pessoal de Carmen Santos, conduzindo a sua vida pública para o estrelato.

Em seguida, Carmen produziu o filme *Cidade-Mulher* (1936), dirigido também por Mauro. Sua circulação no mercado cinematográfico nacional não foi tão satisfatória quanto o projeto anterior, mas isso não foi motivo para desânimo. Carmen Santos e Mauro também trabalharam no filme, *Argila* (1942) e em *Inconfidência Mineira* (1948), seu primeiro e único filme como diretora e autora, levando mais de dez anos para finalizar as gravações.

Considerando toda a insuficiência financeira que circulava no espaço da produção cinematográfica brasileira, os insucessos e os desgastes resultaram no fim da sua empresa. Carmen Santos morreu em 1952, aos 48 anos, devido a um câncer, deixando um legado de empreendedorismo e amor pela sétima arte.

Essa posição lhe permitiu construir uma autorrepresentação como uma das pioneiras do cinema no Brasil, ou seja, Carmen Santos se posicionava nas páginas de revistas especializadas em cinema expondo sua vida pessoal, sua opinião sobre o cinema brasileiro e como ela se enxergava e se entendia enquanto atriz, produtora, empresária ou diretora. Nesse mesmo caminho, Carmen Santos também foi representada na visão de homens, mulheres comuns e pela comunidade intelectual das revistas especializadas que teve um importante papel nos primórdios do produto fílmico brasileiro.

Neste artigo tratamos de aproximar a visão pessimista de Carmen Santos, presente no seu diário pessoal, com as marcas de uma violência simbólica enfrentada na época. A descrença na vida e o pessimismo revelam a alma de um indivíduo maculado por dores e negligências, situações que não faltaram no decorrer da trajetória profissional e pessoal de Carmen Santos.

### **Construção de uma autorrepresentação autoral**

Após a consolidação da sua empresa cinematográfica, Carmen Santos passou a se autoconstruir como uma pessoa atuante e importante no campo do cinema. Assim, ela se torna condutora de sua própria representação nos meios publicitários.

Para as pesquisas de gênero, esse processo de construção de si ou de se fazer existir é problematizado por Foucault como a construção de sujeitos de conhecimento e poder (NARVAZ, 2007, p. 59).

Podemos dizer que esse processo de escrita de si (FOUCAULT, 2001), no caso de Carmen Santos, teve início quando ela passou a contribuir, com a suas próprias palavras, para um periódico, e a selecionar as melhores imagens para sua própria divulgação, dinamizando uma autorrepresentação, isto é, uma atuação, com vistas a moldar a sua própria fama.

Desse modo, podemos dizer também que Carmen Santos tomou uma posição de autora dentro do campo cinematográfico, atuando não apenas como atriz, mas como produtora, empresária e construtora de ideias. Para Foucault, na singularidade de sua essência no processo da escrita, o sujeito que escreve deposita todos os seus signos e sua individualidade particular, transformando a marca do escritor (FOUCAULT, 2001 p. 7).

É importante ressaltar que nesse momento Carmen Santos não deixou obras literárias. Enquanto mulher atuante no campo cinematográfico, Carmen Santos deixou sua vida nos filmes e na construção de um cinema brasileiro, escrevendo e inscrevendo, por meio dos filmes e dos periódicos da época, sua própria autorrepresentação.

Além disso, Carmen Santos usou ainda um outro recurso que contribuiu fortemente para a sua escrita de si: a forma como explanou, nas páginas do *Jornal das Moças*<sup>4</sup>, seu diário particular. A autora buscou, por meio de sua própria escrita (FOUCAULT, 2001, p. 10), fazer-se viva, visível e permanente, tomando os cuidados para não ser completamente subsumida nas obras que criou. Por outro lado, buscava omitir os aspectos mais pessoais para favorecer sua manutenção no estrelismo.

Ao expressar sua melancolia, por meio da escrita de si, expõe seus sentimentos mais profundos nas páginas de um periódico, e expressa, na verdade, uma profunda solidão por ser uma mulher, em um campo no qual era constantemente inferiorizada em relação aos homens, apesar de fazer parte de um pequeno grupo de mulheres que conseguiam ainda ter algum espaço de fala e visibilidade na época.

---

<sup>4</sup> Revista carioca ilustrada de publicação quinzenal. O *Jornal das Moças* circulou de 1914 a 1965 e tinha como finalidade levar ao público feminino conteúdos necessários para a educação das moças. É necessário ressaltar que esse periódico atendia a um público específico da época, as mulheres burguesas e letradas. Era de grande necessidade que conteúdos informativos que realizassem a permanência dos ideais patriarcalistas circulassem entre as “boas moças”. Dentre os conteúdos estavam: folhetins, poemas, informativos sobre a vida social feminina, moda e cuidados com o lar. Carmen Santos passou a contribuir para esse periódico no início dos anos 1930 e conseqüentemente a corresponder e a relacionar sua experiência com a de outras mulheres que permaneceram no silêncio, mas encontraram na escrita de Carmen um reflexo.

Nessa conjuntura, deparamos com uma expressiva representação do que se entende por violência simbólica.

### ***O Jornal das Moças e a ideia de circulação de impressos femininos no Brasil***

A revista quinzenal carioca ilustrada, *O Jornal das Moças* circulou no Brasil entre 1914 e 1965. A imprensa assumia um papel fundamental na formação cultural, pois os jornais e as revistas adotavam a informação de caráter educacional, informativo e de lazer.

Desde o século XIX, já vinha sendo disponibilizada para as mulheres leitoras uma imprensa feminina, ou seja, que voltava toda a sua produção para a manutenção dos costumes tradicionais, a permanência da figura feminina no lar e a educação dos filhos.

Podemos considerar o termo “imprensa feminina” como uma formalidade de difusão de valores e também de transgressão. Foi por meio da imprensa feminina, por exemplo, que se introduziram as discussões sobre o movimento sufragista, que se consolidaram no meio burguês em meados do século XIX na Europa.

Sandra Lima destaca que foi Dulcília Buitoni

(...) uma das pioneiras no estudo desse gênero jornalístico entre nós, em seu livro *Mulher de papel*, fez uma importante e rica retrospectiva da trajetória das publicações para público feminino, mostrando que já na primeira metade do séc. XIX, após a tardia introdução da imprensa no Brasil, surgiram periódicos voltados para as mulheres, em atitudes de corajoso desafio ao alto grau de analfabetismo da sociedade brasileira, especialmente desse grupo (LIMA, 2007, p. 222).

O registro que temos da primeira imprensa feminina no Brasil é de 1827 e, logo em seguida, 1839<sup>5</sup>; ambas de origem carioca. Ainda no século XIX, as publicações passaram a integrar no seu corpo as literaturas. Eram publicados romances folhetins com o encargo de alimentar a imaginação das mulheres e de direcionar as percepções femininas para as emoções.

A imprensa feminina, ao contrário da imprensa periódica informativa, era responsável pela distinção de gênero nas práticas culturais e na literatura. É bastante evidente que as leituras femininas

---

<sup>5</sup> *O Espelho Feminino*, editado no Rio de Janeiro, em 1827; o *Correio das Modas*, de 1839. Ver: (LIMA, 2007, p. 222).

e masculinas se distanciavam, uma vez que os homens recebiam muito mais estímulos racionais e científico do que as mulheres.

Com a imprensa feminina, a integração das mulheres se fez por meio dos assuntos que eram considerados necessários para a sua formação cultural. Como parte dos ideais burgueses, as mulheres, em todas as classes, recebiam uma educação voltada para a manutenção do lar, ou seja, para o conhecimento necessário à educação dos filhos. É justamente por meio desse pensamento que se faz o estereótipo da professora provedora e cuidadora, por exemplo. Nesse mesmo momento, a imprensa feminina apresentou-se como um mecanismo de revolta contra os ideais do patriarcado.

Josefina Álvares de Azevedo foi um exemplo de feminista que atuou por meio da imprensa<sup>6</sup>, elaborando reflexões sobre a participação das mulheres na política e quais os motivos geravam a discriminação de gênero dentro de casa, como a submissão das mulheres aos homens (LIMA, 2007, p. 223). Sandra Lina argumenta que:

No séc. XX, as transformações que afetaram a sociedade brasileira, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo crescimento urbano, aumento da população e de suas camadas médias, melhoria no nível de instrução, entre outras modificações, refletiram-se na modernização da imprensa. Surgiu a grande imprensa, com maiores tiragens, sustentadas pela publicidade. Intensificou-se o hábito de leitura de jornais e revistas, conforme comprova o aumento das publicações (LIMA, 2007, p. 224).

A *Revista Feminina* foi um dos exemplos desse estilo de periódico assim como o *Jornal das Moças*. Em a *Revista Feminina* toda a sua “edição” foi pensada e feita por mulheres, entre as quais se destacavam Virgínia Salles de Souza, que considerava ser a *Revista Feminina* um periódico “sério, sã e moral”.

Com o aumento das publicações no século XX, outro caráter importante dos periódicos passou a ser destacado em um movimento que contribuiu para o processo civilizatório<sup>7</sup> que permaneceu vivo na identidade da burguesia brasileira na passagem do século XIX para o XX.

Renovada a função da escola, esta passou a estender sua ação formativa para outros âmbitos, tais como o do trabalho e o do tempo livre. Para o tempo livre, planejavam-se formas de transformar o tempo de não-trabalho em algo produtivo. Esse tempo,

---

<sup>6</sup> Para entender melhor a contribuição de Josefina de Azevedo para o pensamento feminista brasileiro ver: TEIXEIRA, 2014, p. 84).

<sup>7</sup> Tomando como base o conceito de *civilité/civilisation*, o processo civilizatório se constituiu na formação linguística e cultural europeia a partir do século XVI, expressando também um conjunto de símbolos de formação social. Ver: (ELIAS, 1994, p. 69).

então, passou a ser gasto com a formação de indivíduos disciplinados e civilizados, mesmo fora do trabalho. Um dos meios de disciplinar e civilizar esse indivíduo seria a leitura (DE ALMEIDA, 2007, p. 2).

Segundo o decreto imperial de 15 de outubro de 1827, estava incluso no processo de “moralização feminina” uma educação voltada para a formação completa da dona-de-casa, uma mulher que fosse suficiente para suprir todas as necessidades do lar, como um ser dotado de pureza e maternidade, incluindo leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã e doutrina católica (DE ALMEIDA, 2007, p. 3).

O projeto editorial da revista *Jornal das Moças* tomou como exemplo os periódicos franceses, e mesmo que se carregasse no seu título o termo “jornal”, o periódico apresentava-se esteticamente como uma revista. Nessa época era comum atribuir o termo “jornal” para os meios informativos femininos. É importante lembrar que os jornais de mais ampla circulação se apresentavam como projetos de leitura para um público majoritariamente masculino, ficando muito evidente a distinção de gênero estabelecida pelo mercado editorial.

Assim, era importante que o corpo editorial do *Jornal das Moças* fosse de responsabilidade feminina. Dentro do *Jornal das Moças*, existia o *Jornal da Mulher*, dirigido por Yara Sylvia que “se dedicava a apresentar modelos/moldes de roupas, bordados, tapeçaria e pintura de artigos para o lar, além de conselhos sobre saúde, beleza, comportamento e medicina moderna” (DE ALMEIDA, 2007, p. 7).

No “mundo” cultural abordado pelo *Jornal das Moças*, estavam incluídos também assuntos relacionados ao universo silencioso do cinema. O “estrelismo” ou o culto e adoração às personalidades fazia parte do cotidiano da juventude burguesa brasileira daquele momento, como podemos ver nesta ilustração:



Figura 1. Coluna Cine em Revista



Fonte: *Jornal das Moças*. Rio de Janeiro, 11 de jan 1940, p. 12 – 13. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 22 de jun 2022.

As estrelas recebiam bastante atenção dos meios publicitários. Existia um interesse dos dois lados: astros e estrelas precisavam dos periódicos para promover sua visibilidade por meio da difusão de imagens, e os projetos editoriais aproveitavam da influência psicológica e social<sup>8</sup> das celebridades para difusão de ideologias e modificadores culturais, como exemplo, cortes de cabelo, moda e comportamento. Consequentemente, os meios publicitários moldavam os interesses da cinematografia, pois “o interesse comercial estimula[va] o produtor a satisfazer as necessidades de crítica social de seus consumidores” (KRACAUER, 2009, p. 311).

<sup>8</sup> A prática de leitura resulta sempre em um efeito. Essa prática é encarnada, segundo Chartier, em gestos, espaços e hábitos. A leitura é capaz de orientar a visão do leitor, projetando representações culturais, logo modificando a sua forma de interpretar os símbolos. A influência psicológica e social é de caráter linguístico com base na prática de leitura do público e no contato direto com a intenção social e cultural da revista em modificar a vida do indivíduo, resultando o efeito. Ver: (CHARTIER, 1991).

Logo, o cinema, em conjunto com os meios publicitários, e a vida impecável e invejável das estrelas movimentavam o consumo e assim podemos compreender um dos principais caminhos de inserção do público feminino no mercado. A figura feminina passou a ser o principal alvo consumista e o meio de adoração e objetificação da cultura de massa, justificando a inclinação do público feminino às leituras que norteavam o universo do cinema e seus personagens ficcionais ou reais, como é o caso de Carmen Santos.

No início do século XX, o cinema se consolidou como um entretenimento social e passou a difundir cada vez mais a corporalidade feminina por meio das atrizes que receberam duplamente mais atenção do que os galãs.

Os filmes passaram a ocupar um papel fundamental na construção imagética das pessoas no início do século XX. Segundo Siegfried Kracauer, teórico e contemporâneo do cinema no início do século XX, as fantasias irreais dos filmes são os *sonhos cotidianos da sociedade* (KRACAUER, 2009, p. 313). Logo os filmes ocuparam um espaço de fuga do real.

Kracauer também afirma que

os filmes sensacionalistas de sucesso e a vida correspondem entre si, pois as senhoritas datilógrafas moldam as suas vidas segundo os exemplos que veem na tela de cinema. No entanto, pode ser que os exemplos mais hipócritas sejam aqueles roubados da vida (KRACAUER, 2009, p. 313).

A combinação dos filmes com os meios publicitários foi a marca registrada da cultura de massa e da formação identitária dos indivíduos consumidores.<sup>9</sup>

Assim, no *Jornal das Moças*, Carmen Santos vislumbrou uma oportunidade imperdível de circulação da sua representação e autorrepresentação, uma vez que crescia em conjunto com o cinema. Ela aparece em 1931, aproveitando as páginas para divulgar seu investimento no seu primeiro filme independente *Onde a terra acaba*:

---

<sup>9</sup> Kracauer buscou entender a verdadeira essência do cinema na formação dos processos históricos. Para esse autor, o valor discursivo do cinema era muito mais urgente do que o seu valor estético. Podemos dizer que o cinema é uma construção simbólica ou ambientaria das representações humanas. Não existem filmes sem modificadores sociais ou políticos. Kracauer também escreve sobre o ornamento da massa e a necessidade humana, da população moderna, em seguir padronizações, ou seja, de produzir conteúdo, como música, cinema e fotografia, em grande escala sem grande significado artístico e estético. (KRACAUER, 2009, p. 313).

Carmen Santos é a estrela mais fulgurante do cinema brasileiro. Um dia, Carmen Santos fundiu a sua vida ao sonho mais lindo que já abrolhou do seu coração – um sonho que era toda ela, sorrindo nos seus olhos, cantando na sua boca, estuando no próprio sangue que lhe dá esplendor á mocidade, vivendo na sua vida. Ei-la, que o realista. Carmen Santos, em companhia de outros artistas brasileiros, na restinga de Marambaia – uma floresta de lenda, cheia de gnomos e de montanhas, paquetada de ilhas onde brinca e sorri a alegria verde de uma vegetação luxuriosamente tomou 'location' para a filmagem de uma peça que imporá o triunfo definitivo da tela brasileira, - ONDE A TERRA ACABA. E o primeiro 'film' de uma série sensacional. Ai se vê Carmen Santos em seis atitudes diferentes, nas quais se afirmam seis vezes a pluralidade da vida na sua escala sensorial (Jornal das Moças, 1931, p. 29).

A obra ficou responsável por entregar uma nova personagem de Carmen Santos às leitoras da época. Não se tratava mais da Carmen romântica do interior, visto que a estrela agora ocupava integralmente o espaço de autoria e produção. *Onde a terra acaba* também ficou responsável por expor simbolicamente a alma e os desejos de uma mulher em busca do amor, lutando contra preconceitos e as amarras da sociedade moralizadora. Por uma infelicidade do destino, o filme não teve uma boa recepção e por pouco não se perdeu por completo, após o diretor Mário Peixoto se desentender com Carmen Santos e abandonar as filmagens pela metade. Coube a Otávio Gabus Mendes finalizar e entregar o filme de Carmen ainda em 1933.

Os percalços de produção e os desafetos entre Carmen e Peixoto dificultaram a produção do filme, revelando mais uma vez a falta de autonomia e diálogo entre as partes, uma vez que Peixoto gostaria de assumir integralmente a produção do filme, disputando diretamente com a produtora esse espaço de prestígio e reconhecimento. Nesse caso, as marcas de uma violência simbólica por falta de espaço de atuação e reconhecimento são novamente visíveis.

Nesse cenário de reclusão e gravações de *Onde a terra acaba*, Carmen Santos tratou de estabelecer um contato íntimo e sensível com suas fãs, expondo a dor de ser uma mulher em um campo de constante violência e subjugação.

### **“Aquelle que passou por mim e não me viu”**

“Tudo te seduz, nada te prende.

E, quando te perguntas a causa de tanta inconstância, de tanta dúvida, de tanta ansiedade, de tanto nervosismo, encontras sempre a minha pessoa como pretexto, como resposta.”

Quando finalmente se consolidou a sua imagem nos meios publicitários, Carmen Santos apareceu como uma representação de mulher inteligente, capaz de conduzir os caminhos de uma produção cinematográfica, como é descrita nos discursos das revistas ilustradas de cinema da época.

Carmen Santos foi representada também como símbolo de sensualidade, sensibilidade e liberdade, uma excêntrica figura feminina que simbolizou a transgressão pensada pelo processo da modernização e pela inclusão das mulheres no espaço de consumo de bens duráveis e não duráveis, como é explicado no livro *O cinema e a invenção da vida moderna* de Leo Charney e Vanessa Schwartz (CHARNEY; SCHWARTZ, 2004, p. 158).

Como figura pública destacada, Santos passou a oferecer uma série de entrevistas para os periódicos da época em diversos assuntos. Assim, a revista ilustrada carioca, o *Jornal das Moças*, na qual Carmen foi descrita como “a mais rutilante estrela do cinema brasileiro” (*Jornal das Moças*, 1931, p. 39), fez um convite para que a atriz e produtora se tornasse sua colaboradora permanente.

O interesse do público leitor estava voltado para o projeto que Carmen Santos iniciou após *Sangue Mineiro*: o filme de caráter independente, *Onde a Terra Acaba*, dirigido por Mário Peixoto. Esse filme colocou Carmen Santos novamente em evidência, agora pela sua peculiaridade narrativa. Ele foi todo gravado na restinga da Marambaia, no estado do Rio de Janeiro, e buscava distanciar-se do padrão Hollywood que dominava o cinema brasileiro na época. Carmen buscava construir uma influência em parceria com Hollywood, mas com um flerte natural com a produção artesanal brasileira, e *Onde a Terra Acaba* é um exemplo dessa união de ideias.

Nas páginas do *Jornal das Moças*, Carmen Santos passou a descrever sua própria personalidade; sua preocupação com o futuro do cinema brasileiro; o que pensava sobre o que era fabricar um cinema brasileiro; as dificuldades que encontrou no percurso; os passos da gravação de *Onde a Terra Acaba*; e a oferecer respostas àqueles que a criticavam. Ela ocupou um espaço de fala e passou a construir sua autorrepresentação nesse veículo de difusão de ideias.

Podemos considerar que Carmen Santos conquistou algo que não estava destinado às mulheres de sua época. As figuras femininas estavam em circulação nas revistas e jornais muito antes

do cinema brasileiro promover suas realizações. Contudo, as imagens difundidas atribuíam às mulheres lugar de leitoras, mas não de autoras de um discurso autônomo. Elas eram vistas, mas não ouvidas.

Carmen Santos não obedeceu a esse modelo. Ela falava por si e pelas inúmeras mulheres que tiveram seus sonhos interrompidos pela dificuldade de inserção no campo cinematográfico ainda em formação. Yara Dazil, assim como outras mulheres, descreveu como os obstáculos afetaram a permanência de mulheres nas filmagens (HOLLANDA, 1991, p. 27).

Como bem coloca Joan Scott (1995), estudar a atuação das mulheres, e o seu sequente silenciamento, nos meios “acrescentaria não só novos temas como também iriam impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1995, p. 73).

Assim, podemos considerar que Carmen Santos apareceu como uma das impulsionadoras de uma reavaliação crítica e teórica da participação das mulheres na formação do cinema brasileiro.

Como destaca Scott,

Aprendemos, escreviam três historiadoras feministas, que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas (SCOTT, 1995, p. 73).

É importante lembrar que o processo de escrita de Carmen Santos para *O Jornal das Moças* lhe atribuiu um espaço maior de inserção na formação do cinema brasileiro artesanal, como o cinema trabalhado por Humberto Mauro e Mario Peixoto, por meios da visibilidade e da representação artística da corporeidade autoral, difundida pelas publicidades e pelo discurso de resgate e valorização do produto nacional. Abriu naturalmente o campo de disputa por representações com os “homens do cinema” e evidenciou cada vez mais a violência simbólica que vinha sofrendo.

Em o *Jornal das Moças*, o público majoritário desse periódico era formado por mulheres. As mesmas mulheres que consumiam, não apenas o cinema e as notícias sobre a vida das estrelas, eram também inseridas na discussão da formação do cinema autenticamente brasileiro, pois acompanhavam simultaneamente o diário pessoal de Carmen Santos e a sua rotina profissional entre gravações e lazer. Podemos assim considerar a autorrepresentação de Carmen Santos como uma subversão e não como um silenciamento de fato, uma vez que a revista aparece para evidenciar sua escrita melancólica,

nutrindo uma constante insatisfação com o mundo e inserindo as mulheres cada vez mais na vida e nas narrativas do povo do cinema.

Ao escrever para o *Jornal das Moças*, sua voz era propagada, considerada e seguida pelo público de leitoras. A subversão de Carmen Santos ao silenciamento feminino com um toque de glamour narrativo também representou uma inscrição ou reescrita da participação das mulheres do cinema na construção dos processos históricos.<sup>10</sup>

Nesse caso, podemos analisar os fragmentos redigidos por Carmen Santos como escritas e permanências das mulheres no historicismo e no dizer brasileiro. É importante salientar que não é sempre ou em toda crônica que Carmen Santos cita explicitamente o mundo do cinema, mas por fazer parte do meio, atuar e ajudá-lo a se desenvolver, era indispensável que cada palavra pensada e expressada não tivesse alguma ligação inconsciente ou implícita com sua pessoa na sétima arte.

Na edição de número 861 de 17 de dezembro de 1931, o *Jornal das Moças* anuncia a chegada das crônicas de Carmen Santos descrevendo-a como uma rutilante estrela de grande nome e prestígio no Brasil e assegurando ao público leitor que boa parte da sua escrita traria marcas da sua atual condição, nesse caso, no desenvolvimento do filme *Onde a terra acaba*:

Carmen Santos, a mais rutilante estrela do cinema brasileiro, que hoje inicia a sua preciosa colaboração no 'Jornal das Moças'. Deu-nos ela, ha dias, com sua visita, um clarão de sortilegio que se derramou na nossa alma e retornou Carmen Santos para o bárbaro clan misterioso, cheio de lendas e de genios invisiveis, que é a restinga da Marambaia, onde trabalha no mais empolgante 'film' brasileiro, - Onde a terra acaba, 'film' no qual a realidade da vida se ajusta surpreendentemente á naturêsa do tropico (Jornal das Moças, 1931, p. 39).

Carmen começa sua contribuição na edição de número 861 do periódico descrevendo sua personalidade de uma artista sonhadora e repleta de potência na crônica “Legenda Interior”:

Fui sempre uma grande sonhadora... Uma sonhadora errante... Tenho a impressão de que me corre nas veias sangue cigano, sangue boêmio... Em pequena ficava horas esquecida à janela vendo as nuvens deslizarem pelo céu... E chorava por não poder seguir as nuvens em viagem pelo infinito... Tudo me tocava a sensibilidade... Tinha

---

<sup>10</sup> A forma como Carmen Santos se autorrepresentou nas páginas do *Jornal das Moças* descreveu a vida de uma mulher melancólica, fria e insatisfeita. Sentimentos, banalizados pelo silenciamento feminino, que hoje, por meio da perspectiva de gênero, podemos considerar como sentimentos identitários que formou e deu espaço de fala para uma mulher por meio do campo cinematográfico que alcançou uma visibilidade significativa capaz de interferir no comportamento social e cultural das mulheres por meio da difusão publicitária.



até pena das velhas árvores a que cortavam os brotos tenrinhos... (SANTOS, 1931, p. 43).

Logo na sua primeira contribuição para *O Jornal das Moças*, Carmen Santos demonstrou uma visão pessimista dos seus sentimentos, atribuindo a ela mesma uma visão alegórica de sonhos não realizados, o que justificou sua insatisfação artística nos primeiros anos de atuação e produção:

Tenho a impressão de que nasci de um sonho... Que eu mesma sou um sonho... Um sonho que erra pelo mundo... que não pode ser tocado... Eu não tenho alma. A alma que trago dentro de mim não me pertence... É um pedaço de infinito errando pelo mundo... e que um dia volverá a ser infinito... (SANTOS, 1931, p. 43).

Em outra publicação, Carmen deixou clara sua insatisfação com a vida, já que sua voz mostrou uma pessoa solitária que vivia uma grande indiferença com a vida. Carmen também mostrou a personalidade da mulher solitária por sua transgressão, ou seja, renegada pelo sistema vigente por não se enquadrar nos limites pré-estabelecidos pela sociedade patriarcal da época:

Porque é tudo tão frio, tão triste, tão indiferente? Sinto tanto vazio em redor de mim... Tenho vontade de chorar, de gritar, de não viver... Passo dias que não falo. Não quero ver ninguém... Dias horríveis, pesados... dias em que me sinto envelhecer, decair, rolar... (SANTOS, 1932, p. 14).

Carmen também recebia pela mesma revista a correspondência de fãs que se identificavam com a sua escrita. Em uma delas, é contemplada com o poema em que a autora revela a personalidade majestosa:

“Se eu quisesse dizer da tua majestade,  
Sem fugir à verdade,  
Da graça onipotente  
Ou da tua beleza encantadora, infinita, diria simplesmente:  
- Como és linda!” (Jornal das Moças, 1932, p. 9)

Pelas páginas da revista, Carmen Santos deixa claro estar contribuindo com fragmentos do seu diário pessoal, uma justificativa para ganhar ainda mais a confiança de suas leitoras e do seu público espectador. Em outra publicação, a atriz parecia falar de um amor que nunca esqueceu. Reprovada pela família do pai de seus filhos, Carmen e Antônio Seabra nunca se casaram. Este fragmento demonstra a infelicidade da jovem por não consolidar seu amor:



No meu coração a chuva aviventa saudades... Seu corpo todo ternura me envolve num manto de sonhos... e esquecimento... E eu sinto viver junto a mim aquele homem que já não tem corpo... e aquele corpo que já não tem vida... Querido! Adorado! Meu único amor! Olha o meu coração... Como está dorido... Como está mudado... Como está diferente... Tenho vivido todas as amarguras do mundo! Os annos deixaram neve nos meus cabellos e no meu coração... Nunca te pude esquecer... Tua memória é eterna como a dor que me deixaste e a saudade que me segue pela vida... (SANTOS, 1932, p. 13-14).

Nessa mesma edição, Carmen atentou suas leitoras para uma observação séria, pois transferiu às falas do seu diário os apontamentos agressivos da vida, insatisfações dolorosas, o que fez do seu público leitor ainda mais próximo, levando em consideração que as mulheres possuíam uma conduta cheias de erros caso não correspondesse às anulações do patriarcado.

Qualquer manifestação indesejada já as colocava no espaço das críticas negativas realizadas pelos homens e pelas mulheres que seguiam a tradicionalidade.

Eu tenho sido bôa, tenho sido pura. E só tenho recebido em troca dôres, soffrimentos, injustiças... O mundo aponta-me pelo que não sou. Dizem de mim o que não deviam dizer... Maltratam meu coração e meus nervos... Querem revoltar-me contra a vida... Eu soffro profundamente. Sinto a neve da descença e do tédio cair-me no coração... Sinto as palavras dos que me acusam como punhaes cravados na alma... Porque viver?!...(SANTOS, 1932, P. 13-14).

Em outro texto, Carmen Santos aparece, tratando em terceira pessoa, a vida de uma mulher que esperava por dias melhores, mesmo longe do amor verdadeiro e sempre imersa em um ciclo negativo da vida, sem perspectivas de melhora ou de positividade:

O templo que em seu coração erguera ao amor da humanidade ruiu silenciosamente... indiferentemente... e as ondas do tédio e da descrença levaram para o esquecimento as recordações suaves dos sonhos não vividos... apenas sonhados. Era uma mulher soffredora e triste... Uma nova saudade tinha agora viver em sua vida... Uma saudade branca, quasi azul... Uma saudade pequenina e ephemera... Saudade que nem foi amor... Saudade que já nasceu saudade... (SANTOS, 1932, p. 33).

E a descrença de Carmen aparece cada vez mais com o passar dos textos. Em uma publicação, com o título de *Felicidade Branca*, a autora deixa transparecer a descrença em Deus e revela como a crueldade das pessoas que a cerca afetava a sua personalidade, fazendo assim com que as leitoras

tivessem uma autorrepresentação de Carmen como uma pessoa fria e muito pouco afetiva, porém muito machucada.

Eu vi um riso indiscreto nos lábios dos homens... e a falsidade dissimulada nos olhos das mulheres... E eu compreendi então a comédia que a vida é... E descri da religião e da bondade das criaturas... E soffri. Soffri todas as dores (...) hoje eu já não soffro. Sou fria e indiferente... (SANTOS, 1933, p. 10).

Carmen Santos também falou na sua escrita sobre a relação entre homens e mulheres e as ilusões construídas pelos gostos masculinos em cima do corpo e do comportamento feminino:

Linda cara, lindas mãos, lindos trajos, lindas joias... Elles só querem a illusão... a apparence... o prazer que ambicionavam... Obtido, dado, comprado!... Que importa? As mulheres que valem?! Durante a noite, os homens dizem-lhes palavras profundas que faziam enternecer as rochas mais duras... Depois... Nada... O esquecimento... que tudo apaga... que tudo dilúe... Aquellas boccas que se beijaram cheias de ansia... que se disseram palavras de amor e de ternura... Já não são as mesinas... O desvaio passou... Tudo acabou. Tudo acaba assim... na indiffença absoluta... (SANTOS, 1934, p. 15).

Em um dos textos, Carmen dedicou um espaço para homenagear o filho Murillo e pela primeira vez apresentou um sentimento de felicidade na sua escrita:

(...) Pobre criança – tornou-me Elle, olhando-me terno. – Semeaste o amor indistinctamente pelas creaturas e esperavas a recompensa. Como te não veiu, desprezaste a vida e fechaste-te num grande egoísmo que chamaste virtude... Tempos decorridos, alguém te batia à porta e te dizia o nome: - era a Felicidade que o mundo dá... Duvidaste. E voltaste a soffrer o desvaio das multidões... e o delírio de errar atôa pelo mundo... (SANTOS, 1935, p. 37)

Para Foucault a escrita de si ou mais especificamente a descrição por meio da escrita dos sentimentos, é por natureza um exercício voltado para os pensamentos referente às práticas e aos atos. A escrita de si tem por responsabilidade, segundo Foucault, “revelar, sem exceção, todos os movimentos da alma” (FOUCAULT, 2004, p. 145).

A escrita é também por natureza a exposição corporal dos indivíduos. Carmen Santos ocupou um espaço de fala com o intuito de mostrar como se sentia em relação ao mundo e como a sua atuação profissional e social afetou na construção da sua subjetividade enquanto pessoa pública, enquanto tecia denúncias sobre um mundo violento para mulheres que se atreviam sair da normatividade vigente.

(...) a narrativa de si é a narrativa da relação consigo mesmo, e nela é possível destacar claramente dois elementos, dois pontos estratégicos que vão se tornar mais tarde objetos privilegiados do que se poderia chamar a escrita da relação consigo: as interferências da alma e do corpo (as impressões mais do que as ações) e as atividades do lazer (mais do que os acontecimentos exteriores); o corpo e os dias (FOUCAULT, 2004, p. 145).

Logo a escrita de si diz sobre a existente relação entre um ser psíquico e corporal e sua interpretação de si no mundo e no cotidiano. Carmen, quando escreveu para o *Jornal das Moças*, mostrou para as fãs um lado que as atividades cinematográficas, exibida pelas outras revistas, não revelaram e que afetou diretamente sua personalidade. Ela expôs seus sentimentos mais íntimos, como uma relação dolorosa entre o não existir e o permanecer:

Na terra todos têm direito a liberdade e a felicidade... Porque me prendem, porque me torturam, se me não podem dar o que eu desejo, o que aspiro?... A felicidade do mundo, comprada a dinheiro, é mentira. Tudo que tira a simplicidade e a liberdade, é mentira (SANTOS, 1934, p. 13).

Como descreve o dossiê sobre a atriz na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Carmen Santos

teve uma carreira acidentada, com vários projetos iniciados e abandonados durante a realização. Seus três primeiros filmes como intérprete – *Urutau*, *A Carne*, e *Mademoiselle Cinema* – permaneceram como incógnitas para o público. Possivelmente vistos por poucas pessoas em sessões particulares, nunca foram exibidos comercialmente, por motivos complexos e, às vezes, incontornáveis em cinematografia. Enfrentando grande série de obstáculos para se fazer compreendido o seu idealismo, não se deteve ante as dificuldades.<sup>11</sup>

Fica claro que Carmen levou na alma um sofrimento que ela buscou amenizar sua dor através da escrita. Ela tentou colocar, por meio de uma fala poética, os desafios pessoais pelos quais estava passando. Carmen Santos apareceu solitária na sua carreira, tentando superar os problemas de sua inserção no espaço cinematográfico e uma luta contra a violência velada e silenciosa que mulheres sofrem diariamente, a violência simbólica construída pela dominação masculina (BOURDIEU, 2002) no campo das representações e das produções culturais.

---

<sup>11</sup> Acervo: Cinemateca do MAM Rio (dossiê Carmen Santos).

## Conclusão

Para além da sua trajetória, este trabalho se preocupou em entender como Carmen Santos aproveitou o espaço do *Jornal das Moças* para expor o seu lado autoral e autorrepresentativo. Por esse motivo, neste texto, buscamos entender como as condições de gênero afetaram na escrita e na inserção de Carmen Santos na construção do cinema brasileiro e como ainda hoje é um problema pensar “mulheres e cinema”, levando em consideração que o campo cinematográfico ainda é majoritariamente masculino que ainda silencia e joga as mulheres à margem da criação e expressões artísticas.

Este texto se preocupou também em analisar alguns fragmentos do diário pessoal de Carmen que foram vinculados ao *Jornal das Moças* e trataram de apresentar a linguagem construída pela cineasta em parceria com suas leitoras. Assim, por meio de uma linguagem carregada e triste, Carmen Santos revelava uma personalidade cansada e com pouca fé na humanidade, mostrando como as marcas da violência simbólica podem influenciar a escrita dela e de diversas mulheres.

Nas páginas do *Jornal das Moças*, Carmen Santos não tratou diretamente da questão do cinema e do campo em formação, contudo, considerando os espaços ocupados pela jovem produtora e atriz, não podemos desvincular a sua escrita e autorrepresentação da sua prática artística, uma vez que o campo cinematográfico e seus entraves da época afetavam diretamente na sua personalidade criadora e inconformada.

Podemos notar, com bastante precisão que, em muitos momentos da sua escrita, Carmen Santos nutria esperanças pelo desenvolvimento do cinema, mas se entristecia ao falar de si inserida nesse processo, uma vez que ela mesma reconhece que para as mulheres havia duplos obstáculos. Carmen não se posicionou como uma feminista e muito menos levantou alguma bandeira na defesa das mulheres e de seus direitos, mas sim contribuiu para construir uma reflexão extremamente válida até os dias atuais: qual é o reconhecimento que damos para uma mulher no cargo de produção, direção e autoria.

Carmen Santos representa todas as mulheres silenciadas na voz que contribuíram para a formação da identidade brasileira no cinema. É indispensável correlacionar a fala de si que Carmen Santos expõe nas páginas do *Jornal das Moças* com as consequências de uma dominação masculina.

Santos enfrentou inúmeros problemas relacionados aos projetos idealizados e realizados, porém teve pouco ou sem nenhum sucesso. Devemos levar em consideração que o campo cinematográfico mostrava-se difícil para todos os idealizadores no início do século XX. Contudo, e podemos considerar esse um processo de dupla dificuldade, Carmen Santos enfrentou uma violência naturalizada que atribuía aos homens o protagonismo de todos os campos e a inferiorização das mulheres pelo seu gênero e podemos perceber tais violências simbólicas reproduzidas em escritas de dor, descrença, tristeza, desconfiança, cansaço e desamor produzidas inconscientemente por ela em seu diário pessoal.

#### **Referências bibliográfica:**

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CABRERA, Livia Maria Gonçalves. "NASCI PARA O CINEMA E DE NADA MAIS QUERO SABER": A trajetória imagética de Carmen Santos. **Rascunho**, v. 9, n. 16, [s. l.], 2017.
- CHARNEY, Leo. SCHWARTZ, Vanessa R. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, São Paulo, 1991. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext) Acesso: 29 jun 2022.
- DE ALMEIDA, Nukácia M. Araújo. **Revistas femininas e educação da mulher: o Jornal das Moças**. [s.l.], 2007.
- DE ARAÚJO, Karla Holanda; TEDESCO, Marina Cavalcanti. **Feminino e plural: Mulheres no cinema brasileiro**. São Paulo: Papyrus Editora, 2017.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos: Estética: literatura e pintura, música e cinema (vol. III)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Estrelas do cinema mudo Brasil 1908 – 1930**. Rio de Janeiro: Ciec, 1991.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- KRACAUER, Siegfried. **O ornamento da massa: ensaios**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, São Paulo, 2007.

LUSVARGHI, Luiza; SILVA, Camila. **Mulheres atrás das câmeras**: As cineastas brasileiras de 1930 a 2018. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. 368p.

NARVAZ, Martha. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza, vol. VII, n. 1. Mar 2007, p. 59. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/rmes/article/download/1573/3557> Acesso: 20 abr 2022.

PESSOA, Ana. **Carmen Santos**: O cinema dos anos 20. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 160p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995, p. 73. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667> Acesso: 20 jun 2022.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História, nº25, “corpo & cultura”**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2002.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 12ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

TEIXEIRA, Nírcia Cecília Ribas Borges. Entre o Público e o Privado: Imprensa e Representação Feminina. **Encuentros**, v. 12, n. 2, p. 79-92, 2014, p. 84. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4766/476655660006.pdf> acesso: 10 abr 2022.

## Fontes

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 838, 9 de jul 1931.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 861, 17 dez 1931.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 861, 17 dez 1931.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 872, 3 de mar 1932.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 891, 14 de jul 1932.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 877, 7 abr 1932.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 921, 9 de fev 1933.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 1004, 13 de set 1934.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 1012, 1 de nov, 1934.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 1021, 10 jan 1935.

*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 1000, 16 de ago, 1934.

*Jornal das Moças*. Rio de Janeiro, [s.n.], 11 de jan 1940.

## Imprensa alternativa negra e a escrita decolonial: o prelúdio do Nzinga Informativo

Black alternative press and decolonial writing: the prelude to Nzinga Informativo

**Danyela Barros Santos Martins de Queiroz**

Mestranda em Comunicação

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

danyelabarrosgmail.com

**Recebido em:** 30/09/2022

**Aprovado em:** 21/11/2022

**Resumo:** Os jornais alternativos brasileiros tiveram um papel importante na articulação dos movimentos feministas, demarcando a existência de múltiplas vozes femininas que até então se encontravam fora do escopo da representatividade no cenário público. Dentro desse cenário encontramos o surgimento do Nzinga Informativo, jornal feito por um coletivo de mulheres negras e dedicado à causa feminista negra. Neste artigo, através de ferramentas metodológicas como pesquisa bibliográfica e análise documental, analisamos o editorial da quarta edição do Nzinga Informativo (julho/agosto de 1988), procurando sinalizar na escrita dessas mulheres o prenúncio de questões que serão consideradas anos mais tarde como parte do escopo teórico do feminismo decolonial. Com sua agenda própria, o Nzinga Informativo destacou-se por articular questões entre racismo e sexismo, firmando pautas diferentes daquelas até então propostas por feminismos eurocêntricos.

**Palavras-chave:** jornais alternativos; feminismo negro; feminismo decolonial.

**Abstract:** Brazilian alternative newspapers played an important role in the articulation of feminist movements, demarcating the existence of multiple female voices that until then were outside the scope of representation in the public arena. Within this scenario, we find the emergence of Nzinga Informativo, a newspaper made by a collective of black women and dedicated to the black feminist cause. In this paper, using methodological tools such as bibliographic research and document analysis, we analyze the editorial of the fourth edition of Nzinga Informativo (July/August 1988), seeking to signal in the writing of these women the foreshadowing of issues that will be considered years later as part of the theoretical scope of decolonial feminism. With its own agenda, Nzinga Informativo stood out for articulating issues between racism and sexism, establishing guidelines different from those proposed until then by Eurocentric feminisms.

**Keywords:** alternative newspapers; black feminism; decolonial feminism.



## Introdução

Uma das principais contribuições do pensamento feminista negro e do pensamento feminista decolonial<sup>1</sup> consiste em dar relevância às experiências de mulheres subalternizadas em suas formulações teóricas, revelando que a própria trajetória das mulheres constitui uma forma de produção de conhecimento que deve ser considerada na produção de teoria. Trata-se de uma provocação interessante no que se refere à sociologia do conhecimento: as narrativas dessas feministas e suas escolhas metodológicas estão em oposição ao fazer acadêmico padrão que se apresenta como neutro e universal, embora os padrões de normatividade científica sejam “impregnados por valores masculinos, raramente filóginos” (RAGO, 1998). Assim, em vez de um processo de afastamento e distanciamento, as escritas das mulheres subalternizadas perpassam a pertença, por um lugar situado, por uma perspectiva própria que não distingue a produção de teoria da reprodução da vida.

A experiência das mulheres subalternizadas passou a ser refletida nas escritas conforme o avanço da ocupação dessas nos espaços de produção literária e especialmente no que se refere à imprensa alternativa no Brasil. A escrita no contexto do desenvolvimento dos jornais alternativos feministas independente das várias vertentes ideológicas, filosóficas ou acadêmicas e dos interesses que a envolvem, pode ser vista enquanto um processo libertador. Tendo como referencial teórico a discussão proposta pela autora Gloria Anzaldúa (1981), demarcamos a importância de uma escrita feminina autorreferencial<sup>2</sup>: Gloria enxerga um perigo na escrita que se afasta da realidade e que não consegue fundir a experiência pessoal e visão social, econômica e política com as percepções e intuições internas, narrativas sobre a história e trajetória pessoal, incluindo as preocupações de ordem prática.

O registro por escrito, além de importante, seria então uma excelente forma de externalizar e lidar com traumas que perpassam gerações e causam danos psicológicos tão profundos quanto as feridas abertas pelos castigos físicos impostos durante o período de colonização e escravidão. O ato

---

<sup>1</sup> O conceito de decolonialidade surge como uma proposta para enfrentar a colonialidade (estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece em nossa sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais) e o pensamento moderno, principalmente através dos estudos do grupo MCD (Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade) compostos por estudiosos como Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Edgard Lander, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres e Walter Dignolo. Assim, o pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. É considerado um projeto de libertação social, político, cultural e econômico que visa dar respeito e autonomia não só aos indivíduos, mas também aos grupos e movimentos sociais, como o feminismo, o movimento negro, o movimento ecológico, o movimento LGBTQia+, etc.

<sup>2</sup> A escrita autorreferencial trata o modo de discurso em que o eu (lugar da enunciação) toma a si como referente é aquele que se denomina autorreferencial, trazendo consigo portanto a emergência da subjetividade dos indivíduos nesse processo.

de escrever para nós, mulheres, (e todas as suas interseccionalidades) encontra-se num contexto após um longo período de colonização que afetou não só fisicamente nossos corpos, mas toda uma epistemologia construída por homens brancos europeus que moldaram e até hoje dão manutenção às diferenças e opressões de gênero<sup>3</sup>.

Uma vez que os conhecimentos científicos vêm sendo historicamente construídos e dominados a partir de uma única perspectiva epistemológica, em consequência disso temos epistemologias que vêm sendo apagadas e silenciadas, como a de mulheres, negros, indígenas entre outros grupos marginalizados. Para Sueli Carneiro (2005) o racismo epistêmico tem sido um instrumento operacional que tem contribuído fortemente para a consolidação das hierarquias raciais que são produzidas pelo próprio epistemicídio. O epistemicídio por sua vez, se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do aluno negro (Carneiro, 2005). Assim, a construção do saber ao suprimir diversas formas de saberes, se torna colonizado, e esta é uma violência que é uma estratégia de manutenção das relações desiguais.

As teorias decoloniais fornecem um instrumental de análise crítico dos embates que envolvem classe, raça e gênero, o que nos possibilita pensar de modo aprofundado a relação entre gênero e a produção de sentido proposta pela imprensa alternativa. Uma vez que a representação de identidades de gênero por parte dos meios de comunicação é vinculada a uma construção de estruturas e significados, os meios estão implicados na definição da realidade e na construção de representações das mulheres e de outras identidades de gênero e sexualidade. A mídia participa então, de modo ativo, na construção do que significa ser mulher, entre outros modos de ser, num contexto histórico específico.

Partiremos aqui de uma breve contextualização das teorias decoloniais, a fim de poder resgatar alguns elementos centrais que nos permitam promover uma leitura analítica das escritas do jornal alternativo Nzinga Informativo. Com isso, nesse trabalho analisamos o editorial da quarta edição desse jornal (edição de julho/agosto de 1988 – um importante ano em termos de disputas políticas no Brasil:

---

<sup>3</sup> Para Joan Scott “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995). O gênero, portanto, se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo tempo e que a nossa sociedade entende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico. Além de ser entendida como uma categoria de análise histórica que interpreta as relações de poder.

marcado pela Constituição de 1988 que viria garantir em linhas gerais o funcionamento do Estado e a garantia de direitos fundamentais à população, tornando-se um marco da redemocratização no país); com o objetivo de sinalizar como este coletivo já reunia perspectivas teóricas e práticas que articulavam importantes questões que contribuiriam mais tarde com o bojo teórico decolonial. Destacamos que a análise que propomos nesse artigo é fundamentada numa perspectiva decolonial e feminista.

**Figura 1: Capa jornal Nzinga edição n°4**



Fonte: Nzinga Informativo, n. 4, jul/ago. 1988, p. 1. Disponível em [http://www.cpvsp.org.br/periodicos\\_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO](http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO). Acessado em 29/09/2022

Podemos afirmar que uma das maiores colaborações da perspectiva negra nos estudos da história da imprensa alternativa talvez seja a da diversificação das narrativas históricas. Entretanto, há uma implicação ainda mais profunda, sobretudo se considerarmos as vozes negras em toda a sua complexidade, buscando ouvi-las de maneira atenta e mobilizar suas contribuições. Ao contarmos a história da imprensa alternativa feminista negra não temos a pretensão de trazer o passado, de maneira

integral, para o presente. Muito menos não se trata de achar que a interpretação que fazemos é única e definitiva, entendemos que é apenas uma das muitas possíveis.

Isso porque tomamos aqui o tempo presente tal qual definiu Hobsbawm (1998), enquanto período durante o qual se produzem eventos que pressionam pesquisadores a revisar a significação que é dada ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. Entendendo ainda que a “história do tempo presente é feita de moradas provisórias” (Bédarida, 2002, p.221). Assim, a noção de história do tempo presente está associada à ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo. Isso significa dizer que ela se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções.

A imprensa é uma fonte singular de interpretação: deixando traços significativos da sociedade cujos passos e acontecimentos mais representativos pretendeu retratar, a imprensa é abundante em autorreferenciação. Produz textos que falam de seu cotidiano e outros dizeres que deixam pistas sobre as suas relações com as instâncias de poder. Por de trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível retomar o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia esses jornais, para quem escrevia e, sobretudo, que interpretações poderiam fazer seus leitores.

Investigar a imprensa alternativa negra amplifica e valida a escuta das vozes dessas mulheres para além de sua condição individual. Como lembra Djamilia Ribeiro (2017), muitas vezes os sujeitos subalternizados só são ouvidos quando falam sobre suas questões individuais. Como se sua existência se restringisse àquela dimensão particular: os negros falam sobre racismo, as mulheres falam sobre sexismo, as pessoas com deficiência falam sobre capacitismo e assim por diante. E nada do que esses grupos dizem sobre outros temas é reconhecido. Ressaltamos ainda que, mais do que registrar e validar as contribuições de grupos estigmatizados, a escrita de narrativas históricas sob uma ótica negra permite uma interpretação mais adequada de eventos passados. Afinal, como bem pontua Perrot (2007), uma história que desconsidera os indivíduos que fizeram parte de sua construção não pode ser tida como fiel à realidade.

### **Feminismo Decolonial como teoria crítica**

O termo colonialismo foi designado, a princípio, para nomear um tipo específico de estratégia de dominação geopolítica datada entre os séculos XVI e XVIII. Lógica que foi ampliada no século XIX, com a ênfase na busca de mercados consumidores para o excedente de capital e rebatizada de

imperialismo ou neocolonialismo. Neste processo, a ideia de raça surgiu como um eixo fundamental da colonialidade do poder, como modo de classificação social (QUIJANO, 2000) para atribuir diferenciação biológica prévia, que, posteriormente, passou a ser defendida em termos hierárquicos naturalizados. A possibilidade de dominação e exploração se sustentou em teorias racistas baseadas na ideia de superioridade do branco europeu e inferioridade de povos africanos, asiáticos e latino-americanos.

O feminismo decolonial aprofundou e estendeu tal análise ao gênero, defendendo a inseparabilidade da raça, classe e gênero como complexos sistemas que se cruzam na produção de opressões e manutenção das diversas estruturas de exploração (LUGONES, 2008; MOHANTY, 2008; BIDASECA, 2011). Estas feministas extraem dos estudos sobre colonialidade a compreensão do etnocentrismo ocidental como padrão superior que constrói as demais culturas e povos como o outro inferior. Este mecanismo, que se efetiva, sobretudo, com a homogeneização de povos com diferentes histórias, linguagens, memórias e identidades, tem também repercussões no que se refere ao campo da sexualidade e o apagamento das multiplicidades.

Uma importante teórica do feminismo decolonial, Chandra Mohanty, analisa o colonialismo de um ponto de vista discursivo, localizando amplos sistemas de manutenção de estruturas hierárquicas. Ainda que o termo colonização possua distintas concepções, que apontam para fenômenos diversos, a tônica de Mohanty (2008) é no seu efeito de eliminação ou, de modo mais velado, ocultamento da heterogeneidade dos sujeitos. A recusa ao reconhecimento plural se conecta, portanto, com a manutenção de hierarquias, uma vez que estabelece as referências normativas e subalterniza o que foge a estas. Deste modo o feminismo decolonial oferece uma crítica ao pretense sujeito universal abstrato, marcadamente situado em uma lógica patriarcal, cisheterocentrada, racista, elitista e urbana; e localiza complexos sistemas de opressão, dominação e exploração, que se entrecruzam, limitando a implementação de uma concepção ampliada de justiça.

Partindo desses aspectos podemos compreender a lógica de silenciamento e invisibilidade impostas pelo racismo, que levam a perda da própria voz da pessoa negra. Bem como os processos de inferiorização aos quais as mulheres negras são submetidas, que estão conectados com as estratégias manipuladas pelas elites dominantes para manter essas mulheres excluídas do mercado de trabalho, da educação formal e do exercício da cidadania. A retomada da própria voz torna-se, portanto, uma ferramenta importante para reverter as relações de poder que mantêm as mulheres negras em situação

de subordinação: processo pelo qual as mulheres do Nzinga não só vivenciaram como ecoaram essas experiências através do jornal alternativo que criaram.

### **A mídia alternativa: (re)existências e possibilidades**

Recordar a imprensa alternativa feminista brasileira, quando vivíamos ainda sob o jugo da Ditadura Civil-Militar é mergulhar num momento em que emergiam os chamados “novos movimentos sociais”, que auxiliariam na derrubada do regime e à construção da democracia, durante a década de 1980. Na tentativa de entender como as mulheres experienciaram a busca por seus direitos, como mobilizaram-se para a transformação de suas vidas cotidianas, bem como o imaginário social e a cultura política vigentes, olhamos para este passado para entender nosso presente dentro do entendimento de que a memória é um espaço de luta política.

É interessante pontuar os debates trazidos pelo feminismo de “segunda onda”<sup>4</sup> e como eles chegam ao Brasil em um momento singular da militância. Nos Estados Unidos e Europa, essa onda é marcada pela luta por direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade: o uso do anticoncepcional torna-se destaque por permitir a mulher se igualar ao homem ao desvincular sexo do amor e da maternidade. As mulheres passam a questionar o papel de reprodutoras, mães e donas de casa, começam a ganhar visibilidade pautas como o aborto. Nessa época, o planejamento familiar e o controle da natalidade começam a ser pensados como integrantes das políticas públicas.

No Brasil era frequente no período que as iniciativas do movimento feminista estivessem vinculadas ao Partido Comunista ou à Igreja Católica progressista. Então de um lado tínhamos a luta ampla e urgente pela liberdade como prioridade do Partido Comunista em detrimento das especificidades consideradas incômodas das lutas feministas. E por outro lado, as temáticas da sexualidade eram conflitantes com a ideologia da Igreja Católica progressista que naquele momento era uma aliada importante na luta contra a ditadura. Sendo assim, nenhuma dessas alianças se deu sem problemas.

---

<sup>4</sup> “Ondas feministas” dizem respeito aos momentos históricos do movimento pelo mundo em que pautas e questões das mulheres foram debatidas e provocaram mudanças. Muito embora a caracterização por ondas possa ser problematizada pela tendência a simplificar os processos ocorridos no período em termos de atuação, conforme descrito por Pinto (2007), podemos em suma relatar que: a primeira onda feminista aconteceu por volta de 1893 até 1932, e o voto feminino e a emancipação das mulheres enquanto sujeito político era a reivindicação do momento; de 1948, quando da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, até por volta de 1963, deu-se a segunda “onda feminista”, que pedia o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos. Já a terceira, entre 1980 até meados de 1990, buscou consolidar o conceito de interseccionalidade entre as vertentes do movimento e as conquistas anteriores.



Salientamos que a perspectiva de comunicação alternativa adotada aqui neste trabalho compreende o caráter não hegemônico das produções dos grupos e movimentos sociais. De acordo com Grinberg (1987) "é alternativo todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural [...] implica uma opção frente ao discurso dominante". Para o referido autor, o alternativo surge para gerar mensagens diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes, apresentando uma diferença qualitativa em relação aos meios hegemônicos. A ênfase, portanto, está no conteúdo: "sem discurso alternativo não há meio alternativo".

Diante desse contexto, a imprensa alternativa feminista, democrática e popular surge e se desenvolve no Brasil, especialmente em São Paulo a partir de 1975, inicialmente com os jornais *Brasil Mulher* (1975 – 1980) e *Nós Mulheres* (1976 – 1978)<sup>5</sup> marcando um período de engajamento em lutas políticas e ideológicas naquele tempo, além de um papel importante na divulgação e na construção do feminismo e do movimento popular, mas principalmente na história do feminismo que se desenvolve no Brasil de 1975 a 1989.

Quando as mulheres decidem construir uma mídia alternativa feminista, mostram que estavam na disputa do “lugar de centro”, problematizando assim as questões da época através de olhares e perspectivas próprias. Reagiram assim ao processo histórico de exclusão editorial a qual foram sujeitadas, disputando o papel de autoria. A escrita jornalística neste caso, tornou-se um acesso prioritário para lograr sucesso na conquista de espaço. O enfrentamento político por de trás desse movimento da mídia alternativa feminista, trouxe visibilidade para o pensamento e propostas destas mulheres.

Sobre o significado da imprensa feminista, é interessante sobressair uma reflexão de Barbara Godard (2002), que destaca o papel dos periódicos feministas dentro do campo da imprensa alternativa, o que nos possibilita perceber os processos engendrados de reprodução social e de criação de valor cultural. Indo de encontro à observação de Kucinski (1991) ao destacar que foi com o atraso de alguns anos, em relação à Europa, que chegou no Brasil “uma nova combinação de ideias e desejos de luta, um novo ativismo político, contribuindo para o processo de abandono do paradigma clássico de ativismo baseado exclusivamente no conceito de ‘luta de classes’” (KUCINSKI, 1991, p.79). Sendo

---

<sup>5</sup> Demarcamos esses primeiros jornais, que não serão analisados neste trabalho, mas que são um marco referencial inaugural nos estudos da imprensa feminista alternativa.



assim, a discussão sobre o trabalho não remunerado desempenhado por mulheres, além da base material de opressão das quais essas também sofriam passam a integrar a pauta desses jornais.

Esses periódicos têm sua existência fora do modelo dominante de publicação capitalista, as margens e em oposição, seja por meio de sua posição limite no que diz respeito ao mercado ou quanto a seu compromisso com a ideologia contestatória.

Os periódicos são desenvolvidos para fomentar as ideologias feministas: eles criam novos circuitos para disseminar entre as mulheres saberes e práticas que buscam transformar a condição feminina sob a qual as mulheres têm sido sujeitadas à opressão sistêmica. [...]. Significativas práticas que desafiam a ordem simbólica, os periódicos feministas estabelecem contra-instituições que legitimariam modos alternativos de conhecimento e estrutura editoriais. Ponto-chave para esse desafio é sua existência como organizações sem fins lucrativos fora da ficção dominante do segmento de mercado como determinante de valor. Ao invés de se colocarem em uma ação direcionada e amigável, as feministas têm como projeto a crítica e a transformação. Elas, conscientemente, têm como objetivo produzir uma posição para um assunto específico de leitura, uma leitura feminista que se dedique à crítica da leitura dominante e, por extensão, da publicação e de outras práticas econômicas. (GODARD, 2002, p.212-213).

Dessa maneira, podemos localizar o nascimento do feminismo na mídia alternativa enquanto uma disputa discursiva não hegemônica, capaz de ascender no espaço público uma visão livre das funções aprisionantes, que reduziam a existência das mulheres ao espaço do lar, a figura de mãe e cuidadora<sup>6</sup>. A mídia alternativa feminista atuou de maneira importante na construção de uma nova cultura na época através de uma representação social feminina diferente do padrão até então vigente.

Rosalina Santa Cruz Leite (2003) completa que:

As feministas põem os jornais a serviço da organização popular de mulheres das grandes cidades, reivindicando direitos, superando a perspectiva de trocá-los por favores, avançando na prática para além da política reivindicatória dos bairros e da relação fisiológica e tutelar que caracterizava essa ação política no passado. Esses novos sujeitos coletivos, as feministas, criam seu próprio espaço de representação e favorecem com sua militância o debate das questões relacionadas ao convívio familiar, a intimidade, a sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos etc., introduzindo-as no movimento popular. (LEITE, 2003, p.238).

---

<sup>6</sup> Lembrando que os primeiros jornais alternativos feministas eram formados por mulheres brancas e tinham seu corpo editorial diversificado, constituído por estudantes (de psicologia, comunicações, história), sociólogas e jornalistas. Em termos socioeconômicos, levanta MORAES (1990), eram filhas de família ricas, casadas de classe média e algumas profissionais da pequena burguesia.

Mais do que simplesmente produzir os jornais, muitas dessas mulheres envolvidas nos coletivos femininos, durante a militância levavam os exemplares dos jornais para as mulheres do campo popular e com elas liam as matérias e debatiam os temas. Dessa forma transformavam esses momentos em atos de construção de um feminismo popular, contra a ditadura, e comprometido com a luta de classes. (TELES; LEITE; 2013).

Em outras palavras, esses jornais não podem ser vistos de modo isolado do movimento de mulheres e do surgimento do feminismo no Brasil, uma vez que contribuíram para a emergência de indagações e reflexões sobre o cotidiano das mulheres e sua subordinação aos homens, no universo da casa, do trabalho e da política, contribuindo para introduzir na cena pública (na sociedade, nos partidos políticos e nos movimentos sociais) a discussão da qualidade da relação entre homens e mulheres e as demais questões relacionadas ao mundo privado.

Além do mais, estudar o surgimento de jornais alternativos que se dedicaram exclusivamente à causa de mulheres negras, nos faz perceber como o movimento feminista no Brasil vivenciou momentos de aspiração por um afastamento do modelo monolítico da figura “mulher”. Nesse sentido, Miñoso (2020) argumenta que existe uma razão feminista moderna ocidental e que ela tem um compromisso com a colonialidade, talvez seja essa a razão da dificuldade até então de se pensar as identidades femininas fora do escopo ocidental que enreda as pautas feministas de forma universal.

### **O Nzinga Informativo (1985-1989)**

Entre o período de 1970 e 1980 tivemos um importante movimento de surgimento de intelectuais negras brasileiras, com obras de Lélia Gonzales<sup>7</sup>, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros e Fátima de Oliveira. Momento que conjugado à militância, tornou-se fundamental para a construção do pensamento e da teoria do feminismo negro no Brasil. O fato é que as mulheres negras brasileiras não se sentiam contempladas pelo feminismo difundido por mulheres brancas e de classe média, em diferentes épocas. Para Caldwell (2000)

---

<sup>7</sup> Lélia Gonzales (1935-1994): mulher, negra, intelectual e ativista foi pioneira nas discussões sobre relação entre gênero e raça, ao propor uma visão afro-latino-americana do feminismo. Lélia propunha uma nova visão do feminismo, que considere o caráter multirracial e pluricultural da América Latina, em contraposição à visão eurocêntrica, ela discutiu, ainda nas décadas de setenta e oitenta, o que hoje se aproxima dos conceitos de feminismo interseccional (que incorpora as desigualdades de raça e classe) e decolonial (que questiona a ordem econômica e de pensamento de grupos dominadores). Foi fundadora do Nzinga, coletivo de mulheres negras com outras ativistas em 1983.

Enquanto na superfície parecia que as mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum enquanto mulheres, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares sociais, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento feminista. Muitas dessas divisões se mantêm até hoje. Enquanto buscavam no feminismo um alívio para o sexismo que encontravam em organizações negras, várias negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum (CALDWELL, 2000, p.98).

Segundo Lélia Gonzales (1981) o movimento feminista teve suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significava maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. E isso fazia com que as mulheres do movimento tivessem dificuldades de perceber as disparidades de classe e de status no interior do grupo populacional composto pelo sexo feminino. Sua reflexão, portanto, alertava para o fato de que o próprio feminismo brasileiro também se valia da opressão feminina da mulher negra. Dito de outra maneira, que a liberdade das mulheres estava assentada na exploração de classe e de raça de outras mulheres que não dispunham dos mesmos privilégios sociais.

Com a redemocratização do Brasil os movimentos sociais (campo da esquerda na sociedade civil organizada) deixaram a clandestinidade e propagaram a discussão classista. O movimento negro nesta época voltou-se para uma política de identidade<sup>8</sup>. No período posterior a 1985, o movimento de mulheres negras se formou como fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e autônomas, que enfrentaram conflitos tanto dentro dos movimentos de esquerda quanto nas organizações negras, visto que as questões específicas das mulheres eram consideradas menores e divisionistas.

Historicamente destaca-se o marco do movimento das mulheres negras brasileiras durante o III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioga, em 1985, aonde o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras já se destacava ao sugerir a aprovação de uma moção contra o racismo na África do Sul. O coletivo foi fundado em 16 de junho de 1983, em meio à efervescência da retomada dos

---

<sup>8</sup>“Política de identidade” para Woodward (2000) diz respeito a afirmação da identidade cultural de pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades e se torna importante para a mobilização política. Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas quanto pela resistência dos movimentos sociais, ao colocar em jogo identidades que ocupam espaços à margem da sociedade. A "política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica" (WOODWARD, 2000, p. 34). Atua principalmente fora das instituições políticas e sociais, que consideram inadequadas para defender as reivindicações do grupo.

movimentos sociais na arena pública brasileira dos anos 1980 e da aproximação entre os movimentos negro e de favelas. A *Associação do Morro dos Cabritos*, zona oeste do Rio de Janeiro, foi escolhida para sediar o coletivo, em um momento em que se ampliava a intervenção dos grupos organizados de mulheres negras no cenário político nacional (GONZALES, 1985). Em suas próprias palavras o Coletivo se definia assim:

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral. (EDITORIAL, NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2)

O nome do coletivo vincula-se à preocupação em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar o colonialismo português em Angola. Além disso, as referências simbólicas continuam nas cores da logomarca, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. Segundo Gonzalez, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina, na tradição nagô (GONZALEZ, 1985). O nome foi uma sugestão de Lélia Gonzalez, a primeira coordenadora do coletivo, a partir de pesquisas que realizou sobre a história das mulheres africanas e o poder exercido por elas (VIANA, 2006).

### Imagem 2: Nome do coletivo e logotipo Nzinga



Fonte: Nzinga Informativo, n. 4, jul/ago. 1988, p. 1. Disponível em [http://www.cpvsp.org.br/periodicos\\_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO](http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO). Acessado em 29/09/2022

Para editar o seu jornal de título homônimo<sup>9</sup>, o coletivo Nzinga valeu-se do financiamento que recebera da instituição estadunidense *Global Ministries* (agência especializada da *United Methodist Church*), por meio da aprovação do projeto *História Contemporânea das Lutas das Mulheres Negras*. Com esse projeto, o objetivo principal do jornal – a se notar pelo tom de seu primeiro editorial – era resgatar a história de participação política e social da mulher negra na sociedade brasileira, tendo como perspectiva a “articulação entre racismo e sexismo”, mesmo com periodicidade bastante irregular e poucas edições, como se observa pelos meses de circulação das edições, característica comum à imprensa alternativa da época (KUCINSKI, 2018).

Dos repertórios de ação, destacam-se os cursos de formação, as reuniões de coletivos, seminários, lançamentos de livros, as festas religiosas e os bailes negros. Toda essa diversidade de atividades é indicadora dos laços de solidariedade entre o ativismo em questão, mas também parece expressar o padrão mais geral das formas de agir e de lazer de integrantes dos movimentos sociais durante a redemocratização. É notável o forte empenho para o enraizamento social e as tentativas de capilarização do ativismo, o qual pode ser notado na multiplicidade de espaços e organizações por onde circulavam as ativistas do Nzinga.

O coletivo colocava-se em defesa das mulheres negras, na conquista de seus direitos, numa perspectiva democrática e visando à justiça social, a fim de colaborar para que a realidade delas se transformasse. Para tal, o informativo apresentava-se como um veículo de divulgação da luta das mulheres negras entre os diferentes movimentos sociais, buscando articular cada vez mais as próprias organizações de mulheres negras e os demais segmentos da sociedade, no intuito de fortalecer a mobilização quanto aos problemas sociais e políticos do país.

Além do sexismo, a luta contra a discriminação racial, justificava uma ação coletiva com diretrizes distintas da agenda feminista das mulheres brancas. A importância da organização do movimento de mulheres negras sob outras vertentes que não as do feminismo eurocêntrico, branco, liberal e heteronormativo foi recorrente nas edições do informativo, visto que também era o direcionamento que conduzia o próprio coletivo. Sobre a condição específica da mulher o editorial da edição 4 afirma

---

<sup>9</sup> Para maior entendimento sobre o Nzinga Informativo ver o link que disponibiliza três edições do jornal de forma digitalizada em:  
[http://www.cpvsp.org.br/periodicos\\_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO](http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO)

Adriana Santa Cruz do MUJER-FEMPRESS, revista feminista para a América Latina, avaliando a Década da Mulher (1975-1985) no continente latinoamericano afirmou que "...é trágico que em muitos lugares continue sendo um segredo à boca pequena ou apenas domínio de grupos organizados de mulheres as agressões e estupros sofridos massivamente pelo chamado sexo fraco; o fato de que milhões de mulheres pobres morrem por abortos improvisados, sem as mínimas condições de higiene; que não é "lei divina" que as mulheres tenham que arcar com todos os afazeres domésticos, mesmo quando trabalham fora e recebem menor remuneração; que as leis estabeleçam que o homem é o "chefe" da família, mesmo levando em consideração que em vários países da região mais de 50% dos lares são encabeçados por mulheres..." A percepção destes fatores é que gerou os processos de organização e tomada de consciência das mulheres sobre seus problemas específicos. (EDITORIAL, NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2)

A edição número 4 que analisamos traz em sua capa uma foto das mulheres que faziam parte do coletivo Nzinga, e inicia seu editorial com a tônica do ano do Centenário da Abolição da Escravidão e a importância da priorização das questões específicas às mulheres negras brasileiras. As escritoras apontavam o entendimento da não existência de uma identidade universal "mulher", e que assim nem todas as mulheres sofreriam da mesma forma diante do patriarcado<sup>10</sup> sendo necessário olhar para as diversas outras formas de opressão, tais como a racial, a sexual e a de classe.

A tese de que a questão prioritária é a luta de classes, e que os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia são questões menores, tem servido fundamentalmente para a manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza. (EDITORIAL, NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988, p.2)

Assim torna-se importante pontuar que da mesma forma que o conceito universal moderno de ser humano – ou de natureza humana, definida com base no modelo europeu de racionalidade (autonomia moral e razão instrumental) – serviu para legitimar a submissão dos povos não europeus à invasão colonial, cultural e econômica, também pode-se dizer que o conceito universal de “mulher” serviu para ocultar outras formas de opressão, como a de raça e a de classe.

Para Ochy Curiel (2020),

---

<sup>10</sup> No feminismo, a palavra patriarcado é usada para descrever o sistema de hierarquia baseado em gênero dentro da sociedade. Essa estrutura atribui mais valor e supremacia aos homens, à masculinidade e até mesmo aos traços masculinos. Existe um debate acerca da existência do patriarcado nas sociedades pré-invasão colonial: María Lugones (2008) defende a não existência desse, enquanto Rita Segato (2014) defende que havia um patriarcado de baixa intensidade nas sociedades indígenas e afro-americanas, e Julieta Paredes (2008) afirma o caráter ancestral do patriarcado. Discussões interessantes para se pensar a introdução do sistema de gênero enquanto elemento colonial.



Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. (CURIEL, 2020, p. 133)

O conceito de interseccionalidade<sup>11</sup> presente nesse editorial do Nzinga, forjado no bojo do feminismo negro, conseguiu dar expressão e visibilidade à opressão de raça, classe, sexualidade e gênero vividas pelas mulheres negras e pelas mulheres não brancas<sup>12</sup>. Dessa forma, para que a mulher negra e a mulher não branca pudessem ser elas mesmas representantes de suas pautas e reivindicações, seria necessário que lhes fosse reconhecido o lugar de sujeito, e que suas experiências fizessem parte também dos estudos feministas.

Quanto ao movimento Negro, que ressurge com mais força a partir da década de 1970, num período que a repressão fechara os canais de participação política (sindicatos, entidades estudantis, partidos políticos, entidades profissionais e outros), vem ampliando consideravelmente a sua área de atuação no processo de denúncia da exploração, opressão e discriminação por que passa a população negra no Brasil, e no aprofundamento das reflexões sobre a particularidade que nos transforma, por sermos negros, em vítimas da exploração racial, além da exploração de classe. (EDITORIAL NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul/ago. 1988, p. 2)

Nesse outro trecho do editorial podemos notar a compreensão dessas mulheres de que a questão do racismo seria central no eixo da opressão patriarcal-capitalista. Uma questão para qual o feminismo decolonial também se voltaria anos mais tarde, destacando o peso de nossa herança colonial escravista. Assim, o pensamento feminista decolonial latino-americano e brasileiros buscarão elaborar formas de combater um imaginário racista que considera inferior ao europeu tudo o que é oriundo das comunidades originárias e da cultura afro-brasileira.

---

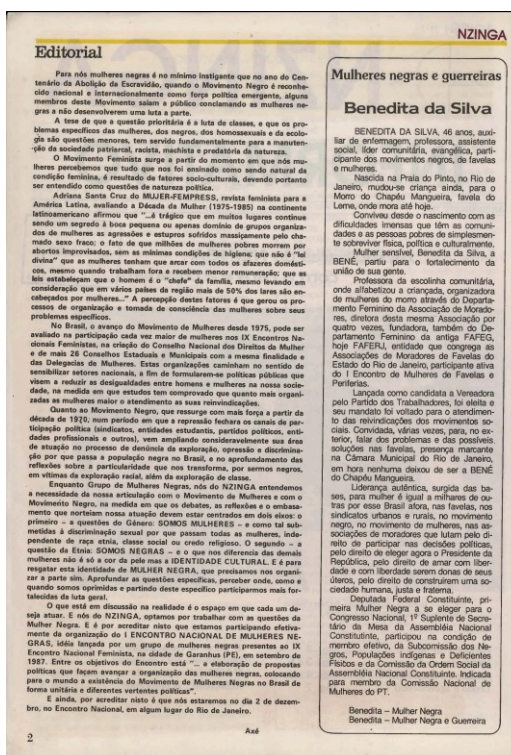
<sup>11</sup> O termo interseccionalidade nos permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade. Pode ser considerado como uma ferramenta analítica importante para pensarmos sobre as relações sociais de raça, sexo e classe, e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes. Os debates sobre interseccionalidade surgiram a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos 1970 e 1980. Entretanto, foi somente em 1989 que o termo foi de fato sistematizado por Kimberlé Crenshaw, teórica feminista e professora estadunidense especializada em questões de raça e gênero. Para Lugones (2008) por meio da interseccionalidade se pretende revelar o que não se vê quando as categorias raça e gênero são entendidas separadas uma da outra.

<sup>12</sup> “Não branca” corresponde aqui à expressão “*women of color*”, adotada por teóricos norte-americanos em referência ao colorismo, que, como a pigmentocracia, designa a discriminação pela cor da pele. No texto *Colorismo: o que é, como funciona*, Aline Djokic explica que o termo quer dizer, de maneira simplificada, que quanto mais pigmentada for uma pessoa, maior será a exclusão e a discriminação que ela sofrerá.



Bell Hooks (2019) disserta sobre a dificuldade de pensadores negros críticos em romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser que bloqueiam a capacidade dos negros de se verem em outras perspectivas, de se imaginar, de se descrever e se inventar de modos que sejam libertadores, que quebrem com a perspectiva colonizadora. Afirma que as maneiras pelas quais os negros e suas experiências foram posicionados e sujeitados nos regimes dominantes de representação surgiram como efeitos de um exercício crítico de poder cultural e dominação. Dessa maneira ao criarem um jornal que estampasse em fotos e relatos as condições específicas da negritude, as mulheres do Nzinga realizam o esforço de intervir criticamente no mundo, potencializando o poder da autodefinição.

Imagem 3: Editorial Nzinga edição nº4



Fonte: Nzinga Informativo, n. 4, jul/ago. 1988, p. 2. Disponível em [http://www.cpvsp.org.br/periodicos\\_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO](http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO). Acessado em 29/09/2022

## Considerações Finais

Utilizar como fonte histórica um jornal feminista alternativo tem seus desafios. Entre eles, a tiragem irregular que por um lado impossibilita uma análise serial, mas por outro privilegia uma análise

qualitativa do material. Trata-se de um assunto ainda a ser debatido e investigado, alguns exemplares se encontram em acervos particulares, o que dificulta a pesquisa e muitas vezes faz com que novos pesquisadores acabem retomando sempre às mesmas poucas fontes disponíveis. O levantamento bibliográfico e as análises feitas aqui apresentadas buscaram contribuir em remontar às bases comunicacionais, sociais e organizacionais do feminismo negro brasileiro contemporâneo em vista de sua relevância histórica, cultural e política.

A escrita dos jornais alternativos feministas brasileiros desde os anos 1970 representavam uma nova forma de ativismo político, refletindo as descobertas que as feministas fizeram sobre si mesmas e de todas as ideias feministas que floresceram nessa época. Tratava-se de um jornalismo feito por mulheres, a respeito das mulheres e para mulheres, carregando a expressão de contradições, desejos, conquistas, problemas e questionamentos. A mídia alternativa se revelou um espaço de resistência e construção de identidades, uma vez que os discursos projetados nos veículos constituíram um fazer/agir do feminismo, que conquistou espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade.

Para esse trabalho um ponto importante foi analisar a escrita das mulheres negras enquanto demarcação de sujeitos que até então não encontravam espaço para sua autorrepresentação. Diante disso, as sujeitas históricas que não eram prioritárias na ordem do discurso, conquistaram seus espaços mediante luta e afirmação de suas existências, demonstrando que sua caminhada histórica havia sido outra e precisava ser contemplada no cenário público. Os jornais da imprensa alternativa feminista negra, aqui representados pelo Nzinga Informativo tiveram sua razão de ser justamente em sua organização na luta contra o racismo e o sexismo.

Tendo circulando suas edições no período entre 1985 e 1989, o Nzinga já pontuava questões que anos mais tarde encabeçariam o corpo teórico da teoria decolonial feminista: seja ao trazer a multiplicidade e o questionamento da figura única de “mulher”; ou ao aproximar a teoria feminista da prática; e principalmente ao conscientizar a respeito das violências e seus diversos eixos de opressão. A importância dessa experiência comunicacional revela-se na legitimação de saberes subalternizados, reconhecendo que os pontos de vistas produzidos a partir das experiências vividas por essas mulheres contribuíram para a produção de mundos mais justos e humanos, fora da matriz liberal/colonial.

A escrita do Nzinga Informativo revelou-se carregar o tom decolonial, uma escrita insubmissa, forjada pelas vivências de resistência e lutas de grupos subalternizados, uma escrita encarnada, situada,

e que possibilitou a superação da inercia e do pessimismo para um engajamento sério na construção de mundos possíveis. Impregnada de uma leitura crítica da realidade socioeconômica, tornou-se uma ferramenta valiosa para navegar no oceano do machismo estrutural, servindo de bússola para uma maior compreensão do modo como se faz ciência e se transformou em ato emancipatório que buscou juntar as forças e vozes dispersas nos diversos não lugares (lugares periféricos, inexistentes no discurso hegemônico).

Por fim, o debate feito pelo feminismo decolonial, nos convida a pensar nossa realidade enquanto produtores de interpretação e de análises de forma situada, sem ficarmos a reboque do que os intelectuais no norte global apresentam enquanto categorias para nos analisar. Sob esse panorama só nos tornaremos independentes, autônomos e livres quando reconhecermos nossa subalternidade, rompendo nossa dependência epistemológica e nos engajarmos com perspectivas que deem conta de nossa experiência histórica, interrompendo o ciclo de repetir interpretações que nos são impostas enquanto válidas universalmente.

### Referências bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherrie (org.). **This Bridge called my back**. Writings by radical women of color. Boston, Kitchen Table, 1981.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BIDASECA, Karina. **Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café**: desigualdade, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. *Andamio - Revista de Investigación Social*, vol. 8, núm. 17, p. 61-89, 2011.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença**: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-109, 2000.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: **Pensamento Feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Org Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. In: **Portal Geledés**. São Paulo, 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid=CjwKCAjwp9qZBhBkEiwAsYFsbxzZLt4lZMLFvSjE97IKqGxghbHtyEHM6HYa ziH0Vfq7P2uZ9bOAhBoCWAoQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid=CjwKCAjwp9qZBhBkEiwAsYFsbxzZLt4lZMLFvSjE97IKqGxghbHtyEHM6HYa ziH0Vfq7P2uZ9bOAhBoCWAoQAvD_BwE). Acesso em: 20 de setembro 2022.

GODARD, Barbara. **Feminist periodicals and the production of cultural value**: the Canadian context. *Women's Studies International Forum*, Oxford; New York, v.25, n.2, p. 209-223, 2002.

- GRINBERG, Máximo Simpson. "Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades". In: GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A Comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987
- GONZALES, Lélia. "**Mulher Negra**". *Mulherio*, São Paulo, ano 1, n. 3, 1981, p.8-9.
- GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra**. *Afrodíaspóra*, Brasília, v. 6 e 7, n. 19, p. 94-106, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. O presente como História. In: **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução Reiner Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2018.
- LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. *Estudos Femininos*, Florianópolis, vol.11, nº1, jan./jun. 2003.
- LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Bogotá: Tabula Rasa, N.9, p. 73-101, 2008.
- MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. **Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental**. MASP Afterall, 2020. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-Giqs0qaSQ1sxGgwydI1C.pdf>
- MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente: academia feminista y discurso colonial. In, NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (eds.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**, Madrid: Editora Cátedra, 2008.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara: FCL/UNESP, 1990.
- Nzinga Informativo**, n. 4, jul./ago. 1988. Disponível em [http://www.cpvsp.org.br/periodicos\\_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO](http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO). Acesso em 29 de setembro de 2022.
- PAREDES, Julieta. **Hilando Fino (Desde el feminismo comunitário)**. La Paz: CEDEC, 2008.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea do original *Mon histoire des femmes*. Paris: Éditions du Seuil/France Culture, 2006. São Paulo: Contexto, 2007.
- QUIJANO, Aníbal, 2000, **Colonialidad del poder y clasificación social**, *Journal of world-systems research*, vi, 2, Summer/Fall, 2000, p. 343. Disponível em <http://cisoupr.net/documents/jwsr-v6n2-quijano.pdf>. Acesso em 20 de setembro 2022.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. Disponível em [http://Microsoft Word - epistemologia\\_feminista.doc \(mpbnet.com.br\)](http://Microsoft Word - epistemologia_feminista.doc (mpbnet.com.br))

- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SCOTT, Joan. **Gênero:** uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99, 1995.
- SEGATO, Rita. Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: **Tejiendo de outro modo:** Feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales em Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista:** a construção do feminismo pós-luta aramada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.
- VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais:** o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990). 2006. Dissertação de Mestrado em História/UERJ.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

## A colonialidade de gênero: encontros e desencontros contemporâneos sobre o gênero na América Latina

The gender coloniality: contemporary agreements and disagreements about gender in Latin America

**Felipe Cromack de Barros Correia**

Mestrando em História Social e da Cultura  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
lipe1212@live.com

**Recebido em:** 30/08/2022

**Aprovado em:** 23/11/2022

**Resumo:** A colonialidade do Poder, Saber e ser foram conceituadas após a década de 90 com a emergência do grupo Modernidade/Colonialidade. Desse modo, os escritos de autores como Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres e Walter Dignolo por mais que se preocupassem em teorizar sobre a perpetuação de opressões que se iniciaram na colonização das Américas, não forneceram uma leitura que concedia importância para o gênero como elemento produtor de hierarquias e dicotomias que ainda enxergamos no cotidiano brasileiro e latino-americano. Diante disso, este debate em cinco vozes com Maria Lugones, Gayatri Spivak, Karina Bidaseca, Rita Segato e Oyèrónké Oyèwùmí procura analisar as diferentes vertentes que problematizam a existência, ou não, da categoria “gênero” antes da intrusão colonial na América Latina. Este diálogo não busca desautorizar ou valorizar determinada corrente, mas compreender quais foram os fatores que levaram as autoras a determinar suas teses.

**Palavras-chave:** Colonialidade; Gênero; Decolonialidade

**Abstract:** The coloniality of Power, Knowing and Being were conceptualized after the 1990s with the emergence of the Modernity/Coloniality group. Thus, the reading of authors such as Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres and Walter Dignolo, as much as they were concerned with theorizing about the perpetuation of oppressions that began with the colonization of the Americas, did not provide a reading that gave importance to the gender as an element producer of hierarchies and dichotomies that we still see in Brazilian and Latin American daily life. Therefore, this five-voice debate with Maria Lugones, Gayatri Spivak, Karina Bidaseca, Rita Segato and Oyèrónké Oyèwùmí seeks to analyze the different aspects that question the existence, or not, of the category “gender” before the colonial intrusion in Latin America. This dialogue does not seek to discredit or value a certain current, but to understand what were the factors that led the authors to determine their theses.



Keywords: Coloniality; Gender; Decoloniality

### **Introdução:**

Os conceitos de colonialidade e decolonialidade surgem a partir do final da década de 90 com a emergência do grupo modernidade/colonialidade em virtude de destacar e denunciar a continuidade de práticas coloniais de opressão de gênero, raça e classe nos dias atuais. As influências pós-coloniais e provenientes do grupos de estudos subalternos são indiscutíveis na trajetória da formação do grupo, porém, a busca por um lócus enunciativo próprio da América Latina, fez com que este “giro decolonial” se tornasse uma ruptura epistemológica e prática com as propostas que antes se voltavam para o Norte Global ou para espaços que não olhavam especificamente para a América. Para Rita Segato “Viver de uma forma descolonial é tentar abrir brechas em um território totalizado pelo esquema binário que é possivelmente o instrumento mais eficiente do poder”(SEGATO, 2014, p. 86). Todavia, mesmo em virtude de denunciar a desvalorização de saberes e corpos pretos, pobres, indígenas, mulheres e suas intersecções ao apontar as formas que operam este sistema mundo colonial moderno, o gênero continuou ausente, estando distante de uma análise que conferisse importância a esta categoria que Joan Scott(1990) destacou.

Dessa forma, Maria Lugones, Gayatri Spivak, Karina Bidaseca e Rita Segato são exemplos de mulheres que contribuíram intensamente nas questões de gênero a fim de causar fissuras em um mundo patriarcal. Seus textos possibilitaram novos olhares não contemplados anteriormente por uma geopolítica do conhecimento centrada no homem, branco, europeu. A partir da complexificação e crítica dentro dos estudos subalternos do sul asiático, Spivak descreve a violência epistêmica às mulheres subalternizadas, impedidas de enunciação pelo seu estado de duplamente subalternizada. Por outro lado, influenciada por Spivak, as contribuições do feminismo pós-colonial de Bidaseca questionam a visão salvacionista e o colonialismo jurídico. Ademais, a incapacidade ocidental de buscar a interculturalidade e de universalizar e essencializar o patriarcado e as dicotomias e hierarquias atreladas a categoria de gênero são questões centrais no texto de Bidaseca, as quais, por vezes, são também discutidas pelas outras autoras neste texto. Além disso, Rita Segato complexificará as questões de gênero por meio das incursões coloniais, mostrando que o binarismo e a hierarquização individualista que se produzem e se intensificam a partir do colonialismo, provocam a domesticação e subalternização que trouxeram perdas



políticas imensas para a mulher. Nesse sentido, as críticas a inexistência da categoria de gênero em determinadas sociedades de Segato à Oyèwùmí e Lugones são exploradas a fundo neste texto. Por fim, Lugones propõe a colonialidade de gênero para explorar as resistências às opressões de gênero racializadas que se perpetuam desde o colonialismo até os dias atuais. Além disto, explora também formas de descolonizar o gênero a partir do locus fraturado que impede o gênero de ser, mais uma vez, imposto apagando a diferença colonial. Todas as autoras são interligadas neste texto na tentativa de compreender e complexificar a colonialidade de gênero.

### **A subalternidade e o colonialismo Jurídico:**

Para Gayatri Chakravorty Spivak, a subalternidade pode ser definida como as “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). No texto de Karina Bidaseca, a autora apresenta um caso espantoso de mais um colonialismo jurídico contra menina/mulher que engravidou após uma relação sexual considerada para o ocidente como criminosa e para sociedade Wichí como culturalmente aceita. O colonialismo jurídico é esta imposição de uma superioridade cultural atrelada à visão hegemônica da incapacidade de outras culturas de construir conhecimento e de se organizar politicamente e juridicamente. A voz desta menina/mulher não é, em todo o processo jurídico, ouvida, pois para autora, o silenciamento de determinados corpos é uma das estratégias do colonialismo que ainda enxergamos contemporaneamente na colonialidade. Spivak deixa claro em seu texto que “não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo” (SPIVAK, 2010, p. 61). A(o) subalterna(o) carece deste espaço de enunciação pelo que Maria Lugones chamou de uma “geopolítica do conhecimento” (LUGONES, 2014) que expropria seus saberes e desvaloriza suas formas de pensar o mundo, enaltecendo o pensamento ocidental, europeu, branco e patriarcal como única forma de pensar. Este colonialismo jurídico, demasiadamente próximo à colonialidade do poder, saber, ser e de gênero, caracteriza a morte simbólica dos indivíduos subalternizados, por não permitir espaços de enunciação no mundo, sendo a voz, para Bidaseca, um instrumento político de poder.

A retórica salvacionista é um dos pontos fulcrais para Bidaseca ao nos voltarmos para o colonialismo jurídico. A prática de buscar salvar corpos no capitalismo colonial

moderno está embebido de práticas individualistas, lucrativas e estratégias de dominação. As relações de gênero e raça estão no cerne do salvacionismo presente na colonialidade, ou nas palavras da autora: “racismo e colonialidade constituem as relações de gênero, e além disso, o feminismo “branco” se inscreve numa narrativa imperialista quando se sustenta no que se denominou uma “retórica salvacionista” das mulheres de cor café” (BIDASECA, 2011, p. 62, tradução minha). Detalhadas por Abu-Lughod (2012), estas práticas salvacionistas de tutela de povo fazem parte de um aparato colonialista que ainda perdura no cotidiano de muitos povos. Ações que desvalorizam os saberes dos indivíduos/grupos/sociedades subalternizadas impondo uma forma de pensar única no mundo que possibilitam Bidaseca perguntar “De quem as mulheres indígenas precisam ser salvas?” (BIDASECA, 2011, p. 85, tradução minha). Desse modo, a busca deve ser por um pluralismo jurídico que valorize e compreenda as diferentes representações das diferentes culturas existente que “não segue aprofundando a violência epistêmica, simbólica e material exercida sobre eles[os corpos subalternizados]” ( BIDASECA, 2011, p. 71, tradução minha). Uma proposta para a autora é que devemos construir um Estado pluricultural, em consonância com o que Maria Paula Meneses argumenta no colóquio Imagens decoloniais em 2022, ao expor que não há justiça social global sem justiça cognitiva global e, para isso, devemos pensar na ecologia de saberes de Boaventura de Souza Santos para combater a subalternização do capitalismo moderno. Mesmo que para Bidaseca o subalternizado não seja necessariamente um sujeito colonizado. A autora não aprofunda esta ideia no texto, porém, podemos relacionar com Boaventura de Souza Santos ao descrever a cartografia epistemológica que forma o sul global atualmente, sendo o sul para ele:

um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados (SANTOS, MENESES, 2010, p. 12-13).

### **A co-constituição das opressões:**

Bidaseca e Lugones estão em constante diálogo ao pensarmos nas opressões de raça, classe e gênero co-constituíntes (LUGONES, 2008). As mulheres do “terceiro mundo” ou do sul global são homogeneizadas por uma ilusão de experiência de opressão comum. Articular estas diferenças é uma nova frente promissora do feminismo pós-colonial que remonta a década de 70. Todavia, mais recentemente, enxerga-se outras omissões deste feminismo que acabaram por reforçar certas estruturas opressivas, como a ausência da discussão sobre o racismo, a colonização e as outras opressões e “ismos”. A ausência de um discurso co-constituíntes das opressões que se perpetuam com a colonialidade permite que feministas brancas oprimam e expropriem mulheres negras e outros corpos subalternizados por uma visão salvacionista de que a superação do patriarcado, a partir de uma ideia essencialista, ahistórica e indiferenciada, automaticamente acabaria com as desigualdades e opressões no mundo. Esquecendo-se de qual mundo falam e das outras opressões existentes no ocidente colonial capitalista. Desse modo, é fundamental ressaltar que assim como para Bidaseca “Sexismo, racismo e exploração de classe constituem sistemas interrelacionados de dominação que determinam a agência feminina (BIDASECA, 2011, p. 63, tradução minha). Para Lugones, pensar nesta co-constituição é vislumbrar para além das separações categoriais de humano, branco, mulher, hetero, ou seja, um ato contra hegemônico.

A opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. Minha intenção é focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas (LUGONES, 2014, p. 941).

A hegemonia deste sistema que subalterniza os corpos de mulheres, pretos, pobres e suas interseções está embasada na hierarquização e dicotomia. A desumanidade é a lógica do colonialismo que produz alteridade, a criação do inimigo e a legitimação das práticas genocidas. Se o racismo pontuou quem era humano e desumano, o gênero – inserido na intrusão colonial para a Lugones – apontará quais não homens serão não humanos e quais não mulheres serão não humanas. Resistir a esta imposição hierárquica do colonialismo é resistir no lócus fraturado da diferença colonial que produz e impõe o não moderno numa escala subalternizada ao indivíduo moderno, uma perspectiva adotada por

Maria Lugones para tratar da colonialidade de gênero. Por lócus fraturado, ela entende: “Mas o lócus é fraturado pela presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as.” (LUGONES, 2014, p. 943). Assim, para a autora, é necessário descolonizarmos o gênero, uma prática do feminismo descolonial:

descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão (LUGONES, 2014, p. 940).

### **A invenção do gênero:**

A intrusão colonial que estabelece hierarquizações e dicotomias generificadas é alvo de um grande debate entre as autoras, visto que não concordam com a origem do gênero. Para complexificar este debate trarei também as produções de Oyèrónkẹ Oyěwùmí, principalmente seu livro *A invenção das mulheres* (2021). A tese principal de Oyěwùmí ao olhar a sociedade Yorubá é que a categoria funcional “mulher” é inexistente antes do contato ocidental. A hierarquização e a separação biológica indissociável das práticas sociais é uma característica intrinsecamente ligada a cultura eurocentrada ocidental binária. Na sociedade Yorubá termos erroneamente traduzidos como “homem” e “mulher” ocupam posições fluidas e situacionais que são indistinguíveis durante uma conversa. A senioridade é uma categoria mais válida para lidarmos com a cultura Yorubá antes da intrusão colonial. Por isso, a “bio-lógica” inventa a mulher para a autora na sociedade Yorubá. Uma das suas principais contribuições é a historicização do gênero, mostrando que possui um contexto, um tempo e um lugar específico de criação:

as relações de gênero são relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e culturalmente vinculadas. Se o gênero é socialmente construído, então não pode se comportar da mesma maneira no tempo e no espaço. Se o gênero é uma construção social, então devemos examinar os vários locais culturais/arquitetônicos onde foi construído, e devemos reconhecer que vários atores localizados (agregados, grupos, partes interessadas) faziam parte da construção. Devemos ainda reconhecer que, se o gênero é uma construção social, então houve um tempo específico (em diferentes locais culturais/arquitetônicos) em que foi “construído” e, portanto, um tempo antes do qual não o foi. Desse modo, o gênero, sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural. Consequentemente, é lógico supor que, em algumas

sociedades, a construção de gênero não precise ter existido (OYEWUMI, 2021, p. 45).

Para Rita Segato e Karina Bidaseca, o gênero já existia em sociedades pré-hispânicas, mesmo que devemos nos preocupar com estas generalizações das culturas não ocidentais que Bidaseca, Segato e Lugones trazem, não feitas por Oyèwùmí. Para Bidaseca e Segato, o gênero por meio do contato ocidental brutal ganha articulações hierarquizantes e binárias que começam a o transformar nesta opressão que conhecemos atualmente. Contudo, faz-se necessário indagar se, como a autora cita, nas sociedades pré-hispânicas existiam igualdades de gênero que são desestruturadas com a colonização, como Segato mostra em seu texto. Mas talvez, mais próximo das atribuições de Oyèwùmí podemos compreender o gênero, como forma de reger a vida, a partir de sua indissociabilidade do social e constituído e formulado por dicotomias e hierarquias, as quais não existiam em certas sociedades antes da intrusão colonial, como a Yorubá. Por isso, esta separação sexual, talvez mais enxergada no olhar do historiador/antropólogo do que na própria sociedade, não deve ser categorizada como gênero. Desse modo, ao pensarmos no gênero, da forma como conhecemos hoje, como um construto ocidental reforçado e produzido a partir da colonização, podemos apontar que a separação sexual dos indivíduos não era marcante para certas sociedades. Assim, gênero, para algumas sociedades, não foi só desenvolvido e “intensificado” pela colonização, mas forçosamente produzido e imposto. Lugones neste ponto complexifica as teorias de Oyèwùmí ao mostrar que não só gênero, como a ideia de sexo também foi produzida nesta intrusão colonial, embasada nos estudos de Thomas Laqueur. Logo, a fluidez, a situacionalidade e a separação social e de gênero, a ausência de dicotomias e hierarquias generificadas não permitem a inserção da categoria de gênero antes da colonização.

### **Considerações finais:**

A decolonialidade não pode ser pensada apenas a partir de teorias, mas por meio de práticas contra hegemônicas, como a pedagogia feminista descolonial de Yuderkys Espinosa, Diana Gómez, María Lugones y Karina Ochoa (2017) por exemplo. Esta pedagogia se caracteriza por um conjunto de práticas políticas pensadas ativamente desde as lutas, necessitando um processo de nos relocizarmos como sujeitos comunitários atravessados por estas raízes do colonialismo. Desnaturalizando um olhar de mundo hegemônico, partindo de experiências e uma ecologia de saberes para buscar sentidos

comunitários silenciados e apagados pelo capitalismo. Práticas contra hegemônicas já anteriormente existente que necessitam de uma descategorização coletiva, como aponta René Olvera Salinas (2017):

No obstante, existen personas, colectivos, organizaciones, movimientos que no son el otro del sistema, no están encerrados, clasificados, categorizados, ejercen la libertad, con múltiples desafíos y contradicciones. Se relacionan de maneras muy otras entre ellos, con la Madre Tierra, con el sistema y no pueden ser comprados ni clasificados jerárquicamente por clase, raza, género; no son así, el otro del sistema, sino un otro propio, están siendo. Pero hay que poner atención, señala Manuel, en que llegar ahí y mantenerse ahí es un proceso largo y requiere mucho corazón. Es un proceso que inicia siempre siendo el otro del sistema (indio, mujer, obrero, colectivos) y en donde se camina para dejar de serlo y desbordarlo, no es lineal. Es un proceso que requiere de toda la disposición y las herramientas para la construcción de prácticas, estrategias y metodologías para reconocernos y habitar ese estar siendo. No se da solo por nombrar la causa en la que estamos, —incluso si la causa es legítima—, sino al revés, nuestro hacer nombra la causa y en ese nombrar la causa se enfrentan las contradicciones, nos descubrimos desnudas y desnudos, nos descategorizamos colectivamente (SALINAS, 2017, p. 207).

Contudo, a partir destas leituras, percebemos que desde a emergência do grupo modernidade/colonialidade e do conceito de decolonialidade e colonialidade o gênero não teve sua importância conferida. As discussões sobre a colonialidade só tiveram a categoria de gênero em destaque com as contribuições de Maria Lugones. Estas novas ideias, provenientes do feminismo descolonial que trouxeram para o debate vozes subalternizadas, permitem-nos pensar em formas contra-hegemônicas de desestabilizar e resistir às incursões coloniais que se perpetuam atualmente na modernidade.

Para Maria Lugones, devemos partir do locus fraturado para trabalhar com estas resistências à colonialidade a partir da diferença colonial, sem ao mesmo tempo impormos novamente hierárquicas e dicotomias. Assim, para a autora - e talvez um forma da academia incorporar o feminismo descolonial como prática- “a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la.” (LUGONES, 2014, p. 948). Sendo necessário lembrar que a resistência às opressões de raça, classe e gênero que se perpetuam desde o colonialismo não é uma prática individualista própria do capitalismo ocidental. Por outro lado, como mostra Lugones, deve-se resistir coletivamente, permitindo reconhecimentos

comunitários que passam de mãos em mãos, bocas em bocas em virtude de potencializar outras formas de pensar e outros mundos possíveis.

### Referências Bibliográficas:

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2012, v. 20, n. 2 [Acessado 3 Junho 2022] , pp. 451-470. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>>. Epub 20 Ago 2012. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>.

BIDASECA, Karina (2011). Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café: desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. In **Andamios**. Volumen 8, número 17, septiembre-diciembre, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2014, v. 22, n. 3 [Acessado 3 Junho 2022] , pp. 935-952. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>>. Epub 28 Nov 2014. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo. 2010

\_\_\_\_\_. Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica, in Boaventura de Sousa Santos (org.), **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências** revistado. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

Nelson Maldonado-Torres, A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80 | 2008, publicado a 01 outubro 2012, consultado a 22 junho 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/695>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.695>

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. RJ: Bazar do Tempo, 2021.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o Gênero: Os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**. Dakar, CODESRIA, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLO, H. (Comp.). Los conquistados. Bogotá: **Tercer Mundo: Flacso**, 1992. p. 437-449.

\_\_\_\_\_. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**. Santa Cruz, v. XI, n. 2, 2000, p. 342-386.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Introdução. Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. SP: **Boitempo**, 2021.

\_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2007, n. 79 [Acessado 20 Julho 2022] , pp. 71-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101->



33002007000300004>. Epub 01 Jul 2008. ISSN 1980-5403.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

SEGATO, Rita. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In **Tejiendo de outro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

## De quem é essa história: o local da memória histórica das mulheres nos espaços públicos de Porto Alegre

Who is this story: the place of historical memory of women in public spaces in Porto Alegre

**Betina Gamalho**

Mestranda em História  
Universidade de Passo Fundo (UPF)  
191480@upf.br

**Recebido em:** 24/08/2022

**Aprovado em:** 27/10/2022

**Resumo:** O presente artigo propõe uma discussão acerca do apagamento e invisibilização da memória histórica das mulheres nos espaços públicos de Porto Alegre. O objetivo central é analisar a redução das figuras femininas, na maior parte das vezes, a papéis secundários, escondidos e dispensáveis nos lugares urbanos de memória, a partir da observação crítica dos monumentos públicos. Os exemplos monumentais referenciados, refletiram em conjunto com uma discussão historiográfica e conceitual, o quanto a análise sobre a representação da memória da mulher no espaço público é necessária para desnaturalizar o espaço da vida cotidiana, trazendo à cena pública essas memórias historicamente silenciadas, permitindo a construção de novas narrativas acerca do passado histórico.

**Palavras-chave:** espaço; memória; mulher.

**Resumen/Abstract:** This article proposes a discussion about the erasure and invisibility of the historical memory of women in public spaces in Porto Alegre. The main objective is to analyze the reduction of female figures, in most cases, to secondary roles, hidden and expendable in urban places of memory, based on the critical observation of public monuments. The monumental examples referenced reflected, together with a historiographical and conceptual discussion, how much the analysis of the representation of women's memory in the public space is necessary to denaturalize the space of everyday life, bringing these historically silenced memories to the public scene, allowing the construction of new narratives about the historical past.

**Palabras clave/Keywords:** space; memory; woman.

## Introdução

Parque Moacyr Scliar, Avenida Bento Gonçalves, Casa de Cultura Mário Quintana, Praça Brigadeiro Sampaio, estátua do Laçador, monumento a Júlio de Castilhos, Museu Joaquim Felizardo... são inúmeras as referências de personagens masculinos que marcam os espaços públicos da cidade de Porto Alegre. É perceptível o apagamento e silenciamento da memória histórica das mulheres nos lugares urbanos de memória. A proposta aqui é analisar a redução das figuras femininas, na maioria das vezes, à papéis secundários, escondidos e dispensáveis nos lugares de memória, a partir da observação analítica dos monumentos públicos, permitindo a desnaturalização da falta de representação crítica e memorial de mulheres históricas nesses espaços. Pierre Nora, sinaliza para a importância da materialização da memória, através de lugares de memória que a estabilizam e que são potencialmente capazes de evocar a identidade cultural e social. Memória e identidade estão ligadas e daí advém a necessidade simbólica de lugares de memória através da construção de espaços políticos públicos de memória. A promoção de representatividade nos espaços públicos pela memória das mulheres, em especial em Porto Alegre, é necessária para “a reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos” (DIAS, 1984, p. 13).

Para compreender esse silenciamento da memória histórica das mulheres refletidas nos espaços públicos monumentais de Porto Alegre, torna-se necessário na primeira seção, analisar os processos historiográficos que construíram essa naturalização dos discursos majoritariamente masculinos e que produziram uma memória dominante que reforça e promove o silenciamento de outros sujeitos, que conseqüentemente, tendem a não se identificarem como protagonistas da história. De acordo com Perrot, (2007) as mulheres eram excluídas do espaço público e das narrativas oficiais, não tendo suas vozes registradas. A sua presença era vista somente a partir da narrativa masculina sobre as mulheres, que eram sempre vinculadas ao âmbito privado.

Será tratado ainda, já na seção dois, aspectos específicos do contexto regional, em que essas narrativas promovidas e construídas por homens brancos, desempenharam na sociedade em questão, a partir de uma historiografia positivista e pautada pelo movimento tradicionalista, formadores da concepção identitária da formação do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Essas narrativas singulares

culminam na falta de representação – em específico, feminina – nos espaços públicos urbanos, por mais que haja a Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (BRASIL, 2010), a fim de promover o direito à memória<sup>1</sup> e a garantia de preservação de memórias de diferentes grupos formadores da sociedade<sup>2</sup>.

Ao tratar sobre o direito à memória das mulheres nos espaços públicos de Porto Alegre, é fundamental na terceira seção, realizar uma breve discussão conceitual sobre as memórias que não promovem exclusivamente a coesão, mas que se encontram em disputas e são silenciadas (POLLACK, 1989). São construídas narrativas que, baseadas na história, corroboram com interesses de solidificar no presente uma determinada imagem sobre o passado que garanta a imagem que se quer passar no futuro. Os patrimônios selecionam o passado a que se quer lembrar e manifestam o orgulho do passado, ou o temor de repetição no presente (TEDESCO, 2011). Essa memória possui duas dimensões, a do esquecimento e a da lembrança. Há uma intencionalidade dos sujeitos para guardar algo, sendo necessário um esforço hermenêutico de interpretação dos signos e de sua representação simbólica numa cultura. Neste sentido, verifica-se que a memória é um duplo ato de lembrar e esquecer, ordenando hierarquicamente e selecionando o que é ou não importante. Essa hierarquização da memória da mulher, tradicionalmente foi escrita por homens e sobre homens, por isso a história oral, articulada à emergência de memórias silenciadas de mulheres históricas é tão importante para esse processo de visibilização de um passado e de uma memória ideologicamente esquecido.

Compreendendo os processos historiográficos e históricos que construíram uma narrativa singular e masculina da história em conjunto com o entendimento da função da memória, é possível analisar o espaço urbano e os monumentos em homenagem a sujeitos históricos e selecionados que o compõe, problematizando a presença da memória secundária das mulheres nesses espaços,

---

1 De acordo com o parágrafo VI do Art. 1º da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, “Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC), em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, constante do Anexo desta Lei, com duração de 12 (doze) anos e regido pelos seguintes princípios: [...] VI - direito à memória e às tradições;[.]” (BRASIL, 2010).

2 De acordo com o parágrafo VI do Art. 3º da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, “Compete ao poder público, nos termos desta Lei: [...] VI - garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL, 2010).

materializados em nomes de ruas e monumentos. Quando (e se) a memória e a representação de mulheres são colocadas no espaço público na cidade de Porto Alegre são retratadas, assim como suas histórias foram escritas, sob a narrativa tradicional que reservou as mulheres uma memória familiar e do privado (PERROT, 1989), que serão discutidas na última seção.

### **O papel da historiografia nas narrativas históricas**

Até o final do século XIX e início do século XX a historiografia positivista esteve pautada nos feitos dos grandes homens brancos “heróis”, negligenciando e silenciando, dessa forma, a presença das mulheres nos processos históricos. Na linearidade factual e na hipervalorização de acontecimentos e datas políticas dos grandes vultos históricos e das camadas dirigentes, utilizando restritamente os documentos oficiais como verdade histórica. Segundo Genovese, (1987) as mulheres não tinham visibilidade, era a “história de governantes e de batalhas”. Nesse sentido:

A historiografia europeia e do pensamento intelectual positivista, produziu uma história preocupada com a genealogia da nação, com os feitos dos heróis, com os grandes acontecimentos políticos, com os grandes personagens da história [...]. As massas populares foram excluídas e neste sentido não havia espaço para a história dos comuns, das mulheres, das crianças, dos negros, dos pobres e dos trabalhadores (CITRON, 1990 *apud* ASSIS; PINTO, 2019, p.10).

Apesar do silêncio historiográfico sobre a atuação das mulheres no processo histórico, a partir da década de 1920 com a emergência da Escola dos Annales<sup>3</sup>, amplia-se a antiga concepção historiográfica ao combater a exclusividade da história política, ampliando a noção de fonte e contribuindo para a construção de novas perspectivas de outros sujeitos históricos, apoiando-se em outras áreas interdisciplinares do conhecimento. A partir da década de 1960 com as correntes revisionistas marxistas e com o desenvolvimento de novos campos de análise (história das mentalidades, história cultural e história social), a abordagem do papel histórico das mulheres passa a ser reforçada. Neste sentido, “pluralizam-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

---

3 “O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia”. (BURKE, 1992, p. 89).

O aprofundamento de uma historiografia centrada na História das Mulheres, se deu a partir de 1960, fomentando o debate e a análise sobre o papel feminino na sociedade, o apagamento, a invisibilização e as disputas por memórias. Cito, desse modo, algumas autoras que se debruçaram a estudar as múltiplas narrativas e o protagonismo histórico das mulheres, como Michelle Perrot em suas diversas pesquisas, como “Práticas da Memória Feminina” (1989), “Mulheres Públicas” (1998), “Minha História das Mulheres” (2007) e “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros” (2017). Outras autoras também produziram inúmeros conhecimentos sobre feminismo, memória e atuação das mulheres, como June Hahner na obra “Emancipação do Sexo Feminino” (2003), Silvia Salvatici em “Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres” (2005), Rachel Soihet e Joana Maria Pedro em “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” (2007) e a historiadora brasileira Maria Odila Leite da Silva Dias em “Quotidiano e poder” (1984).

### **A construção da identidade sul rio-grandense e o positivismo histórico**

A verdade é que as correntes historiográficas europeias que lançaram luz sobre a participação da mulher no processo formativo dos estados nacionais, bem como do seu papel na sociedade a partir da década de 1960, tardaram para evidenciar a mulher na história sul rio-grandense, dado o contexto histórico ainda muito marcado pela contribuição positivista de homens que relegaram a história do estado a branquitude do homem político e do homem do campo que utopicamente foram os “percursores da liberdade”<sup>4</sup>.

Em especial, a historiografia produzida sobre a história do Rio Grande do Sul e sua capital Porto Alegre, por décadas pautaram-se pela construção de uma narrativa de formação do estado, a partir de uma perspectiva masculinizada e de uma imagem “ideal” e distorcida da identidade e da história multiétnica, multicultural e plural do Rio Grande do Sul. A história do estado, bem como da capital, fora pautada pelo chamado positivismo histórico, já mencionado anteriormente. O civismo pilchado<sup>5</sup>, do homem do campo e dos homens de guerra tornaram-se características basilares do ser

---

4 Hino Rio-Grandense (FONTOURA, 1966).

5 “Para homens, a pilcha inclui botas, bombacha guaiaca, com ou sem faixa, camisa, colete, casaco ou jaqueta, e lenço. Para mulheres, o conjunto é composto por saia e blusa ou saia e casaquinho ou vestido comprido, saia de armação, bombachinha, meias e sapatos. O parlamentar lembra que a vestimenta já é considerada, por lei estadual, traje oficial e de honra no Rio Grande do Sul” (ALMEIDA, 2007).

sul rio-grandense, excluindo desse processo as mulheres nos diversos espaços e nos diversos papéis que desempenharam na sociedade. Assim:

[...] o arquétipo cívico e “memorialístico” agauchado é apenas uma estampa imagética da identidade, sem enraizamento autêntico na história, que, daquela imagem inventada para os rituais do presente, não consegue nenhum rendimento coerente para forjar uma consistência simbólica (GOLIN, 2015, p. 10).

Esse imaginário identitário excludente de outras narrativas históricas, foi articulado no final da década de 1940 e consolidado com a Ditadura Civil Militar instituída em 1964 a partir da ritualização de eventos, tendo na “Revolução” Farroupilha, o ápice acontecimental ritualístico da identidade e da história sul rio-grandense, centralizando a historiografia regionalista pautada pelo movimento tradicionalista.

Golin (2015), salienta a falta de preocupação com a história da guerra e com as consequências acarretadas no âmbito familiar e na vida das mulheres que estavam conquistando seus espaços. A historiografia regionalista “esquece” dos estupros, sequestros e violações contra mulheres e até mesmo crianças. “Esquece” também de mulheres que se engajavam na busca por mais direitos, substituindo as funções do marido que fora à guerra, ou as que atuavam como vivandeiros e as mulheres escravizadas que viam na ausência do escravocrata, uma possibilidade de fuga. A mulher era a mulher do espaço privado, mas também do espaço público, relegado por décadas da tendência positivista da historiografia masculina. “Em um Rio Grande da bravura indômita, da suposta nobreza de centauros, não tem lugar a realidade da guerra e da maldição de seus homens na história” (GOLIN, 2015, p. 11).

### **A memória como uma arena de disputas**

Parte-se do princípio de que há sujeitos silenciados, cujas memórias não ficam registradas nos órgãos institucionais, na imprensa, no estado e, portanto, dar ouvidos as vozes desses indivíduos significa dar a possibilidade de compreender como os múltiplos sujeitos históricos vivenciaram determinado processo. Michael Pollack (1989) salienta a importância fundamental da história oral, para a emergência dessas históricas silenciadas, enriquecendo o trabalho do historiador para além das fontes escritas, ao incorporar narrativas de sujeitos invisibilizados.

Dando sentido ao passado, a memória não é pacífica. Pollack retrata sobre a dimensão conflituosa da memória pelo uso político, tratando sobre a não homogeneidade da memória como



uma arena de conflitos, pois na medida em que ela é um lugar importante de construção da identidade, é muito comum que grupos políticos acionem a memória para poder interferir nas construções identitárias. Neste sentido, a memória é muito utilizada no campo da política para construir projetos de futuro, para que os indivíduos acreditem que o sentido da existência coletiva daquela sociedade, é seguindo um determinado caminho. Caminho esse, que exclui outros sujeitos na narrativa histórica. A instituição que talvez mais invista nesta construção da memória coletiva seja o Estado, a partir de monumentos, da história nacional, de datas comemorativas, festas públicas etc.

Apesar de outros grupos exercerem também esse papel, o poder político possui uma dimensão maior no controle e na produção de uma memória pública oficial, selecionando o que deve ou não ser lembrado e regulamentando um esquecimento desejado. Tedesco (2011) utiliza do termo “colonização da memória”, visto que, o poder político seleciona os sentidos e as referências necessárias para legitimar a memória e a história “oficial” de um passado que se buscou o que interessava para dar sentido e moldar ações no presente, com perspectivas para o futuro. “E, assim, toda a estratégia de lembrar implica, reciprocamente, uma estratégia de esquecer. Sabemos que não há um olhar ingênuo do passado, há critérios que atribuem valor ao olhar e ao esquecer” (CARRERA, 2001 *apud* TEDESCO, 2011, p. 30).

Assim, percebe-se o quanto a memória é um campo de disputas e um instrumento de poder. A memória da mulher na história, ficou por décadas reservada ao espaço privado, do cuidado com o lar, com os filhos e com o marido. O espaço público, da política, da intelectualidade e das finanças ficava a cargo dos homens, os quais ganharam a visibilidade de uma história escrita por homens e sobre homens. “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (Perrot, 1989, p. 8).

Maria Odila Dias (1984) foi certa em analisar a liquidez da justificativa de que as mulheres não apareciam na história devido a ausência de documentos. A autora observa que a memória social desses sujeitos são esquecidas muito mais por um movimento ideológico promovido por homens, do que por uma efetiva ausência de documentos. Os arquivos e os registros em que as mulheres apareciam eram ligados à sua condição no âmbito familiar, do lar e moralmente “de respeito”. O sentido de sempre ligar a mulher ao espaço privado, observa-se nos registros da memória histórica das mulheres que dedicavam-se a família, por condições a elas impostas. Documentos sobre essas mulheres existiam,

o que não havia era o interesse social, político e ideológico em tornar visível e esmiuçar os fragmentos nos documentos dessas memórias que foram apagadas, silenciadas e esquecidas.

Dias concretiza sua análise ao afirmar que é verdade que os registros sobre as mulheres são fragmentados e encontram-se espalhados entre as inúmeras narrativas documentais. Por isso, a necessidade de reunir os registros e “esmiuçar o implícito” (DIAS, 1984, p. 14). Daí a importância do surgimento do movimento feminista que, afluente a identificação, a acumulação de dados e a instituição de lugares da memória das mulheres apagadas do processo histórico, que veem na história oral uma via de aceitação de suas vozes historicamente apagadas, serem ouvidas.

A história oral nesse sentido, surge como uma possibilidade de emergência de memórias que ficaram ocultas da história por décadas, visibilizando narrativas esquecidas de sujeitos que viveram no espaço privado, mas que também participaram dos acontecimentos públicos, porém, não obtiveram dos holofotes de uma historiografia escrita por homens e sobre homens. “A maior parte do que conhecemos nos é transmitida por homens. Em trabalhos literários, textos normativos, tratados morais e expressões artísticas, ou as mulheres estão completamente ausentes, ou são encontradas dentro do discurso de homens sobre mulheres [...]” (DAVIS, 1976 *apud* SALVATICI, 2005, p. 30). Por isso a importância da história oral, que permitiu a visibilização de vozes historicamente silenciadas, colocando as mulheres como sujeitos históricos a partir de suas memórias e de suas perspectivas sobre determinados eventos e fenômenos que vivenciaram. Assim, mulheres que historicamente foram silenciadas, passam a contestar a historiografia tradicional e a escrever uma nova história, que dê conta da memória e da reconstrução de um passado do espaço público, ou do espaço privado, de vidas e memórias de mulheres históricas.

### **As mulheres, os monumentos e a memória. Onde e como encontram-se?**

Por isso é dito que a memória também se relaciona com projetos de futuro, pois a maneira como ordena-se o passado no presente diz muito sobre os caminhos que se quer seguir como sociedade, selecionando algo que legitime percepções do que somos (TRAVERSO, 2012). Sabendo do caráter conflituoso da memória e de seu acionamento pelo uso político, para interferir nas construções identitárias, os monumentos são uma ferramenta de investimento do estado para a construção de uma memória coletiva selecionada. Essa seleção, conforme já foi dito, não é neutra e implica na exclusão de outros sujeitos históricos, desembocando na falta representação da memória, em especial, das

mulheres, nos espaços públicos da cidade através de monumentos. Essa exclusão, foi historicamente construída através da exclusividade da narrativa sobre homens e construída por homens na historiografia.

Essas batalhas pela memória e seu uso intencional, ordenam monumentos e patrimônios que exercem mediações de memória na dupla tentativa de legitimar/deslegitimar, selecionando o passado a que se quer lembrar. Essa memória patrimonial deveria promover a identificação e o sentimento de pertencimento aos múltiplos grupos sociais, dando-lhes legitimidade e reconhecimento no espaço público. No entanto, esse reconhecimento, em especial no caso porto-alegrense, é intencional na tentativa de legitimar os “grandes feitos do passado” e os “grandes heróis” da história regional em uma sociedade em que a história e a identidade rio-grandense foram impostas e construídas historicamente por indivíduos (homens) que utilizaram da historiografia e desses espaços públicos para conduzir um falso sentimento de pertencimento a uma cidade que não promove a representatividade da memória das mulheres nesses ambientes.

Por isso, ressalta-se a necessidade de ressignificação do patrimônio público nas cidades, onde “o que está em jogo nos museus, e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação” (CHAGAS, 2005 *apud* TEDESCO, 2011, p.39). Ao mesmo tempo que o monumento promove reconhecimentos e identificações com alguns grupos, ele exclui e silencia outros. Essa é a antítese do papel da memória representada nos espaços públicos urbanos.

A história do conceito de patrimônio cultural é recente no Brasil. A primeira fase é chamada de fase heroica e foi marcada pelo tombamento de bens em que valorizou-se mais o valor estético do que o valor histórico e considerou-se patrimônio cultural apenas bens móveis e imóveis, que fossem do interesse público, vinculados a fatos que remetessem à etnia branca e masculina e sua participação na história do Brasil, à religião católica e à elite política e econômica do país. A fase seguinte à fase heroica na construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil, tem como marco a Constituição Federal de 1988, a partir da construção de um conceito de patrimônio cultural mais popular e de valorização da cidadania, diferente daquele conceito fechado, moldado durante a fase heroica.

Uma historiografia e uma política patrimonial que visibilizasse, em especial, um Rio Grande do Sul multiétnico e multicultural é recente, dado o contexto histórico ainda muito marcado pela

contribuição positivista de homens que relegaram a história do estado à branquitude do homem político, negligenciando a contribuição de outros grupos sociais no Estado. As políticas patrimoniais no Rio Grande do Sul, à modelo da fase heroica no Brasil, reconheceram diversos patrimônios do interesse público, que fossem vinculados a fatos que remetessem à etnia branca e masculina e sua participação na história do Brasil, à religião católica e à elite política e econômica do país. A exemplo disso está o primeiro tombamento em Porto Alegre em 1938 com a proteção da Igreja Nossa Senhora das Dores e mais tarde o Museu Júlio de Castilhos e o Theatro São Pedro (IPHAN). Qualquer bem patrimonial que fosse referente à memória de outros grupos sociais eram desconsiderados seguindo a lógica de um trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1992).

Gerenciando a identificação de um grupo a um patrimônio cultural legitimava-se o poder daqueles que selecionariam o que é ou não um patrimônio e o que é ou não relevante para a história do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, determinando uma imagem sobre o passado a que se quer salvaguardar.

As relações de poder embutidas nas políticas de patrimonialização e no trabalho de enquadramento da memória em Porto Alegre são extremamente visíveis no espaço urbano. Apesar de uma mudança institucional no processo de reconhecimento do bem patrimonializado e da identificação e valorização do patrimônio cultural imaterial, vinculado também à uma mudança na historiografia brasileira, com a visibilização da importância de outros grupos sociais e bens patrimoniais vinculados a estes na construção do país, ainda hoje os reflexos de uma política patrimonial fechada e de uma historiografia positivista são vistos na cidade e no sentimento de pertencimento de determinados grupos, em especial, neste caso, na representação das mulheres nos espaços públicos.

É ainda necessário de uma política de democratização do patrimônio, que conforme evidenciou a autora Maria Cecília Londres Fonseca, “implica, qualquer que seja a perspectiva, no fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade” (FONSECA, 1997, p. 74). O processo de patrimonialização deveria partir da vontade da sociedade e dos sujeitos que vivenciaram determinado evento e que anseiam por representatividade e reconhecimento institucional de seu patrimônio.

Essa historiografia e essa política patrimonial que por décadas invisibilizou o papel da mulher, é visível na instauração monumental que reflete essa história não representativa dos diversos grupos

sociais e gêneros distintos nos espaços públicos da cidade de Porto Alegre. A indústria cultural<sup>6</sup> e a Lei n.12.343 (BRASIL, 2010) que deveriam promover a preservação e democratização da cultura na cidade, não deram conta da multiculturalidade histórica e foram “corroendo o patrimônio formado pelas gerações históricas” (BATISTELLA; GOLIN, 2007, p. 469).

Michelle Perrot é uma das historiadoras de maior referência nos estudos de História das Mulheres com obras fundamentais como “Mulheres Públicas” (1998) onde chama a atenção para o quanto o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático. Pelo menos no que tange ao mundo Ocidental, desde a Grécia Antiga elas estavam excluídas da cidadania e, conseqüentemente, do mundo público. O imaginário sobre as mulheres, como aponta Perrot, foi permeado por estereótipos, mantendo o feminino e tudo que deriva dele num espaço proibido, dessa forma, quando elas não eram silenciadas e invisibilizadas apareciam nas fontes marcadas por estereótipos dentro de uma construção imaginária na sociedade que, conforme evidenciou Pesavento:

[...] comporta intenções, manipulações do real, artifícios de ilusão do espírito. Esse viés, por assim dizer, ideológico é ele também um elemento de desvio e de transfiguração do real e revela a intenção manipuladora de interesses sociais determinados. Em suma, enquanto construção, o imaginário social não é livre, neutro ou transparente, mas constituído por uma rede de significados apresentados de maneira simbólica, é preciso decifrar (PESAVENTO, 1993, p. 384).

Ao encontro dessas concepções imaginárias socialmente e historicamente construídas sobre as mulheres, ressalvo que a historiografia tradicional, e em especial a positivista no Rio Grande do Sul, sempre privilegiou a cena pública da política e da guerra, silenciando a atuação feminina nesses espaços e reservando as mulheres um papel secundário, conforme analisou Judite Primo e Vânia Brayner (2018), a partir das colaborações de Michelle Perrot (1989).

## **Parque Farroupilha**

---

6 A indústria cultural acaba por produzir máquinas de falsificação do capital simbólico. “O “capital simbólico” é, em-si, o veículo mais coerente entre o pertencimento identitário e o reconhecimento da contribuição de todos os segmentos formativos da sociabilidade [...]. No entanto, o que tem se comprovado é que uma incontrolável política de eventos ilude esses valores e insiste em inventar uma identidade artificial, sem consistência histórica” (BATISTELLA; GOLIN, 2007, p.452 e 455). A indústria cultural acaba selecionando à quais memórias, sujeitos e tradições acionar no espaço público, de modo que transforme a cultura numa mercadoria e numa falsa ideia de identidade.

Se essas proposições são naturalizadas nas novas narrativas históricas, no imaginário e na memória da população, o resultado é visível nos espaços públicos da cidade, espaços onde há uma infinidade de nomes de praças, ruas, estátuas, rostos, museus e parques que se referem a memória de homens na história. Quem já visitou Porto Alegre pode ter notado nos diversos espaços públicos, homens sendo sempre acionados para rememorar um passado que se quer salvaguardar e legitimar. Passando pelo Parque Farroupilha (Redenção), se vislumbra um ambiente arbóreo e ideal para integrações sociais, atividades físicas e para fugir da rotina cansativa da cidade grande.

O que pouco se percebe e se relativiza, naturalizando como momentos fixados e solidificados na espacialidade pública são os inúmeros monumentos que ali se encontram, e que homenageiam diversos personagens (homens) da história. Encontra-se a estátua do Gaúcho Oriental, retratando o tipo ideal construído pela narrativa regional sobre a identidade rio-grandense, do homem do campo “gaúcho” (como se essa imagem representasse a multiculturalidade do estado e da cidade). É visto ainda, inúmeros bustos e estátuas em referência aos homens que participaram da quase sacra e mitológica Guerra Farroupilha.

A presença da representatividade feminina é praticamente nula nesse espaço que anula os outros sujeitos sociais e que não fala sobre o Massacre de Porongos<sup>7</sup>, e nem sobre as mulheres vítimas da violência dos farrapos, ou mesmo daquelas que por ausência do marido conquistaram seu espaço na vida privada e pública. Abaixo, a Figura 1 ilustra alguns dos monumentos encontrados no Parque Farroupilha.

---

<sup>7</sup> Massacre que traiu e chacinou os chamados Lanceiros Negros, soldados que pela promessa da liberdade lutaram junto com os farrapos na guerra. Ver o livro *História Regional da Infância* (JUREMIR, 2010)



**Figura 1: Monumentos no Parque Farroupilha. A) Gaúcho Oriental; B) Duque de Caxias; C) Monumento ao Expedicionário.**



Fonte: Rubim, 2016; Santos, 2016; Oliveira, 2014. Disponível em: RUBIM, Maia. Monumento Gaúcho Oriental ganha novo espaço no Parque da Redenção. Sul21, 20 jul. 2016. Disponível em: <https://sul21.com.br/breaking-newscidades/2016/07/restaurado-monumento-gaicho-oriental-ganha-novo-espaco-no-parque-da-redencao/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTOS, Guilherme. Vinte monumentos serão restaurados a partir de parceria entre Prefeitura e Sinduscon. Sul21, 10 abr. 2016. Disponível em: [https://sul21.com.br/cidadesz\\_areazero/2016/04/vinte-monumentos-serao-restaurados-a-partir-de-parceria-entre-prefeitura-e-sinduscon/](https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/04/vinte-monumentos-serao-restaurados-a-partir-de-parceria-entre-prefeitura-e-sinduscon/). Acesso em: 24 ago. 2022.

OLIVEIRA, Evandro. Redenção recebe 12 monumentos restaurados. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 19 dez. 2014. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_cidade/default.php?p\\_noticia=174901](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/default.php?p_noticia=174901) Acesso em: 24 ago. 2022.

### **A Mãe e o Bebê**

Se no espaço público, como já evidenciado, a representação da memória da mulher é quase nula, quando ela é referenciada, na grande parte das vezes, é a partir de uma retratação estereotipada dentro de uma construção imaginária de que a mulher está presente como sujeito histórico, apenas na vida privada. Essa concepção de mulher do lar, cujo papel é o reprodutivo, também se aciona nos monumentos instituídos no espaço público porto-alegrense.

A escultura A Mãe e o Bebê, localizada próximo ao Largo dos Açorianos e instalada em 2005 em comemoração à Semana Estadual do Bebê, demonstra bem a discussão presente. A escultora Arminda Lopes define sua obra, como um monumento de significado forte, pois a mãe está abraçando a barriga. “Um rosto, o sorriso. A felicidade. Ser mãe. Duas grandes mãos, o carinho. A proteção. Um pequeno ser, o ventre. Dois grandes pés, duas fortes raízes. A segurança. A relação. A mãe, o bebê” (SILVEIRA, 2011). Quando as mulheres ocupam o espaço público só representam as funções tradicionais, não conseguindo romper com o espaço privado, pois quando tenta-se romper, ela torna-



se uma extensão do que a historiografia e narrativa histórica escreveu sobre ela. E assim, a mulher é colocada de maneira secundária na esfera pública, tendo na política cultural e patrimonial um papel de dificultador para efetivar essa participação “reafirmando o privado como lugar das mulheres” (PEDRO, 2017, p. 33).

A escultura "A Mãe e o Bebê", representada na Figura 2, ainda acrescenta mais um aspecto problemático dessas representações. Quando (e se) as mulheres ganham espaço no ambiente público para emergência de suas memórias, elas não ocupam lugar de destaque na espacialidade urbana, tornam-se secundárias nas promoções monumentais da cidade. A escultura referenciada, localiza-se em um lugar escondido, sem visibilidade e que conseqüentemente resulta no desconhecimento do monumento por parte dos próprios moradores da cidade.

**Figura 2: Estátua A Mãe e o Bebê.**



Fonte: Valle, 2011. Disponível em: VALLE, Felipe Dalla. Arte Pública visita Monumento à Mãe e ao Bebê. Câmara Municipal de Porto Alegre. Notícias. 17 set. 2011. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/arte-publica-visita-monumento-a-mae-e-ao-bebe>. Acesso em: 24 ago. 2022.

## **A Praça Garibaldi**

Quando a mulher não está sendo representada nos espaços públicos de Porto Alegre de forma escondida, invisível e pautada na narrativa que a coloca apenas no âmbito privado, ela está em praça bem localizada, representada em estátua, mas, colocada em um espaço inferior ao homem. Esse é o

caso da estátua homenageando o casal Anita e Giuseppe Garibaldi na chamada Praça Garibaldi, localizada no bairro Menino Deus.

Quando uma mulher é referenciada na historiografia e na história sul rio-grandense vinculada a guerra, ao heroísmo e a revolução normalmente, logo após as primeiras definições dela, vem ao lado o nome de seu marido. A história engrandece Anita Garibaldi sempre em conjunto com Giuseppe, como se a mulher fosse uma extensão do homem e como se seus feitos foram realizados apenas por ter conhecido o amor de sua vida. Essa narrativa é reforçada e visível no momento público analisado, que coloca Anita sempre em referência a Giuseppe, e ainda em uma posição de inferioridade.

A escultura na Figura 3, mostra Anita ajoelhada à frente e à direita de Giuseppe. Mesmo que em posição que sugere um apontando, indicando algo a seu marido, é preciso compreender essa cena, que a priori nos é naturalizado. Atrás dela está Giuseppe, de pé e representando em sua posição uma soberania frente a Anita, que aparece apenas como a supervisora da ação planejada por ele. A mulher quando invade o espaço público da guerra, da revolução e da política é secundária as ações do homem, e esse aspecto é demonstrado tanto pela posição abaixo de Giuseppe, quanto pelo fato de uma mulher histórica, vir sempre acompanhada de um homem em espaços públicos.

**Figura 3: Estátua em homenagem a Giuseppe e Anita Garibaldi.**



Fonte: Gonçalves, 2015. Disponível em: GONÇALVES, Ivo. Entregue monumento restaurado de Giuseppe e Anita Garibaldi. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 20 maio 2015. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p\\_noticia=177834&ENTREGUE+MONUMENTO+RESTAURADO+DE+GIUSEPPE+E+ANITA+GARIBALDI](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=177834&ENTREGUE+MONUMENTO+RESTAURADO+DE+GIUSEPPE+E+ANITA+GARIBALDI). Acesso em: 24 ago. 2022.

### **Considerações finais**

A reflexão acerca dos três monumentos nos espaços públicos de Porto Alegre referenciados no presente artigo, possibilitam uma análise crítica sobre a representação feminina, integrada à discussão historiográfica sobre a invisibilização da mulher nas narrativas históricas, relacionando e contextualizando com a historiografia sobre o Rio Grande do Sul, além de uma discussão conceitual sobre o campo conflituoso, político e intencionado da memória. Os três monumentos selecionados, revelam aspectos distintos sobre como a memória feminina é representada nos espaços públicos da cidade. O primeiro, dispôs sobre a falta de representação feminina nos monumentos, nomes de ruas, praças, parques, museus etc., em contraposição as inúmeras homenagens realizadas em todos os cantos da cidade a homens trazendo como referencial o Parque Farroupilha. O segundo exemplo, esboçou sobre como é feita (e se feita) normalmente a visibilidade (visível?) da memória da mulher a partir dos monumentos. Aqui, foi ainda trazido a discussão sobre a estátua “A Mãe e o Bebê” e sobre como a

narrativa histórica da mulher relacionada ao espaço privado reflete nessas representações públicas. Por fim, o terceiro exemplo refletiu sobre a mulher que invade o espaço público, vinculado a guerra e a política, mas permanece sendo retratada como inferior e como uma extensão do homem.

Os três exemplos de monumentos, possibilitaram a reflexão do quanto a análise sobre a representação da memória da mulher no espaço público é necessária para desnaturalizar o espaço da vida cotidiana, onde as memórias intencionadas e legitimadas por um acionamento político, que se deseja salvaguardar, e o passado a que se quer rememorar são ritualizados nos monumentos. Assim, é trazido à cena pública essas memórias historicamente silenciadas, permitindo a construção de novas narrativas acerca do passado histórico.

## Referências

- ALMEIDA, Marcus Vinicius. Pilcha gaúcha pode ser considerada traje oficial. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 06 nov. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/109306-pilcha-gaucha-pode-ser-considerada-traje-oficial/>. Acesso em: 24 out. 2022.
- ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely de Assis. O ensino de história local como estratégia pedagógica. **Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-18. 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/17326>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei n.12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Brasília: DF. Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm). Acesso em: 23 set. 2021.
- BURKE, Peter. **Escola dos Annales 1929- 1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- DIAS, Maria Odila. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- FONTOURA, Francisco Pinto. **Hino Rio-Grandense**. Música: Comendador Maestro Joaquim José Mendanha. Harmonização: Antônio Corte Real. 1966. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gZuePb8380c>. Acesso em: 30 set. 2021.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. Cultura e consciência na história intelectual das mulheres europeias. **The journal of Women in culture and society**, Chicago, v.12, n.31, p.529-547, 1987.
- GOLIN, Tau. Identidade gentílica e capital simbólico. *In*: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo. Sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.1, p. 451-469.

GOLIN, Tau. **Palestra**. [2015]. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, 2015. Texto transcrito. Palestra proferida no evento Revolução Farroupilha e Revoltas Armadas no Rio Grande do Sul, no III Encontro de História do Memorial.

GONÇALVES, Ivo. Entregue monumento restaurado de Giuseppe e Anita Garibaldi. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**. 20 maio 2015. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p\\_noticia=177834&ENTREGUE+MONUMENTO+RESTAURADO+DE+GIUSEPPE+E+ANITA+GARIBALDI](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=177834&ENTREGUE+MONUMENTO+RESTAURADO+DE+GIUSEPPE+E+ANITA+GARIBALDI). Acesso em: 30 set. 2021.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940**. Florianópolis: Mulheres, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 24 out. 2022.

OLIVEIRA, Evandro. Redenção recebe 12 monumentos restaurados. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**. 19 dez. 2014. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_cidade/default.php?p\\_noticia=174901](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/default.php?p_noticia=174901). Acesso em: 30 set. 2021.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 1, p. 33-39, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37600/19506>. Acesso em: 21 set. 2021.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3846](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846). Acesso em: 29 set. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. **Revistas Eletrônicas FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 20 set. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PRIMO, Judite; BRAYNER, Vânia. Nunca mais o Silêncio. Por uma política das memórias do feminino na resistência. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 155-173,

jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/17782/16276/29807>. Acesso em: 30 set. 2021.

RUBIM, Maia. Monumento Gaúcho Oriental ganha novo espaço no Parque da Redenção. **Sul21**, 20 jul. 2016. Disponível em: <https://sul21.com.br/breaking-newscidades/2016/07/restaurado-monumento-gaucha-oriental-ganha-novo-espaco-no-parque-da-redencao/>. Acesso em: 30 set. 2021.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114>. Acesso em: 29 set. 2021.

SANTOS, Guilherme. Vinte monumentos serão restaurados a partir de parceria entre Prefeitura e Sinduscon. **Sul21**, 10 abr. 2016. Disponível em: [https://sul21.com.br/cidadesz\\_areazero/2016/04/vinte-monumentos-serao-restaurados-a-partir-de-parceria-entre-prefeitura-e-sinduscon/](https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/04/vinte-monumentos-serao-restaurados-a-partir-de-parceria-entre-prefeitura-e-sinduscon/). Acesso em: 30 set. 2021.

SILVEIRA, Darlene. **Arte pública visita monumento à Mãe e ao Bebê**. set. 2011. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/arte-publica-visita-monumento-a-mae-e-ao-bebe>. Acesso em: 30 set. 2021.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/QQh4kZdCDdnQZjv6rqJdWCc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2021.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces**: introdução à uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

TRAVERSO, Enzo. História e Memória: uma dupla antinômica? In: TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, Memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 21-54.

VALLE, Felipe Dalla. Arte Pública visita Monumento à Mãe e ao Bebê. **Câmara Municipal de Porto Alegre**. Notícias. 17 set. 2011. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/arte-publica-visita-monumento-a-mae-e-ao-bebe>. Acesso em: 30 set. 2021.



## O capitão cafetão e o bordel cívico-militar em Fortaleza dos anos 1940

The pimp captain and the civic-military brothel in Fortaleza in the 1940s

**José Humberto Carneiro Pinheiro Filho**  
Doutor em História  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
hpf1808@gmail.com

**Recebido em:** 30/09/2022

**Aprovado em:** 30/12/2022

**Resumo:** A cidade de Fortaleza, capital do Ceará, ao longo da sua primeira metade do século XX, viu sua população passar de 48 mil para 180 mil habitantes. E com esse adensamento demográfico, vários discursos e práticas emergiram como cotidiano do poder e de suas resistências sobre a circulação de corpos e suas marcações (e hierarquias) de gênero, de raça, de sexualidade nas disputas na e pela espacialidade urbana, configurando diferentes condições de perceber e sentir aquela expansão populacional. Um dos temas forjados nessas e para essas tensões aparecia nas páginas de jornais, relatórios, despachos, processos como “localização do meretrício”, fazendo também da rotina fortalezense uma querela sobre os limites corporais e espaciais da prostituição. Neste artigo, portanto, discuto os tempos e contra-tempos de um governo urbano feito com confabulações e conchavos pornô-heteronormativos.

**Palavras-chave:** prostituição; cidade; mulheres

**Abstract:** The city of Fortaleza, state capital of Ceará, throughout the first half of the 20th century, experienced an increase in population from 48 thousand to 180 thousand inhabitants. And with this increment in demographic density, several discourses and practices emerged as the daily-life manifestations of power and its hinders over the circulation of bodies and their markings (and hierarchies) of gender, race, and sexuality in disputes over and for urban spatiality, configuring different conditions to perceive and feel that population expansion. One of the themes forged within and for these tensions used to appear in the pages of newspapers, reports, dispatches, and in various inquiries, such as in “the location of the prostitution locus”, also raising a routine quarrel over the physical and spatial limits of prostitution within the city. In this article, therefore, I discuss the time settings and the setbacks of an urban government made up of confabulations and pornographic heteronormative conspiracies.

**Keywords:** prostitution; city; women



## Pornografias históricas

Pensar os corpos e os espaços numa história da prostituição não é apenas e necessariamente pensar os corpos de uma mulher e seu cliente numa prática sexual venal num quarto de bordel. Essa própria história, aliás, não deve ser definida exclusivamente como uma experiência de mulheres que negociaram comercialmente o sexo. Tratá-la como uma questão específica e própria da vida de uma mulher é reproduzir, por exemplo, a criminologia de um Cesare Lombroso, que na segunda metade do século XIX estabelecia que a prostituta seria a delinquência direta de uma natureza feminina degenerada, oposta ao que deveria ser a sua condição normal, uma “dona de casa”, fiel cumpridora dos seus papéis de esposa e mãe<sup>1</sup>. Embora os efeitos e as figuras da prostituição sejam inscritos (e produzidos) como trajetórias corporais de mulheres, principalmente de mulheres pobres, racializadas e periféricas, as suas configurações históricas devem ser relacionadas com estratégias e movimentos de forças e formações patriarcais e coloniais de tentativas de controles sociais e políticos pelas construções de hierarquias e de exclusões econômicas, de gênero, de raça e de prática sexual. A prostituição é um assunto das histórias do patriarcado, que nas suas formas ocidentais modernas articula-se também com os interesses e lógicas capitalistas, tornando-se, entre os séculos XVIII e XIX, um objeto (e um alibi) de poderes técnicos, científicos e administrativos nas gestões populacionais de áreas em urbanização na Europa e nas Américas, sobretudo nas suas conexões entre o Norte e o Sul de circuitos globais de tráficos sexuais<sup>2</sup>.

Discutir historicamente a prostituição é também considerar diferenças e discontinuidades, é pensá-la não em termos de condições e relações substantivas, invariáveis, restritivas e exclusivas. É considerá-la no plural, como *histórias das prostituições*, nas suas diversidades temporais e espaciais, como

---

<sup>1</sup> Em 1893, na Itália, o médico e criminologista Cesare Lombroso publica o livro “A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal”, dando sequência aos seus trabalhos na área da “antropologia criminal” e desenvolvendo nesse estudo a sua tese de que a prostituta seria a versão feminina da sua ideia de “criminoso nato”. Em português, entre as traduções já feitas, há a seguinte edição dessa obra: LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal**. Curitiba: Clube de autores, 2017.

<sup>2</sup> Sobre questões sexuais, patriarcado e Estado moderno, ver, por exemplo, os trabalhos: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: editora Elefante, 2017; JABLONKA, Ivan. **Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades**. São Paulo: Todavia, 2021; McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: editora da Unicamp, 2010. Sobre as relações entre sexualidade, saberes científicos e administrativos e urbanização das cidades nos séculos XVIII, XIX e XX, ver, entre outros, os estudos: FOUCAULT, Michel. **Sobre a sexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021; RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017; ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição (1840-1890)**. São Paulo: editora Brasiliense, 1988; RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

escrita que implica essas variações de escalas, questionando os pressupostos, conceitos e ações que tentavam inventar a prostituta como uma degeneração, um desvio, um estigma próprios de uma mulher. Uma escrita da história da prostituição que lembra que sexo e dinheiro poderiam e podem ser definidos em tipos de relações sob outros nomes, como casamento e sua família conjugal, cujas representações, por outro lado, não se produziriam com as marcas que estariam na prostituição. A propósito, a antropóloga Dolores Juliano propõe que essas exclusões não teriam a ver “com o que as trabalhadoras sexuais são ou fazem”, sendo mais “um potente elemento de controle para as mulheres que não atuam na indústria do sexo” (JULIANO, 2005). Para Juliano, as posições de mãe e esposa, com suas abnegações e sacrifícios característicos, seriam supostamente compensatórias (e persuasivas, sobretudo ostensivas) se e como contrapartidas de uma possibilidade considerada nesse argumento pior: a prostituta.

A prostituição como contrário e oposto da conjugalidade é o efeito de tecnologias discursivas e não discursivas que formam e atravessam o corpo. É também o funcionamento e a resistência de técnicas corporais que refratam problemas morais, jurídicos e administrativos nos arranjos urbanos de uma cidade. Nessa perspectiva, portanto, a “prostituta” não seria o que haveria de estranho a um *lugar* ou a uma *esposa*, algo externo a ser assim reconhecido e tratado, mas um *álibi* na produção mesma desses termos relacionais. Como em Fortaleza na primeira metade do século XX, a prostituição é um problema de micropolítica<sup>3</sup>, um pretexto para pensarmos uma produção de corpos e espaços na e para a cidade, desdobrando o que Felix Guattari apontou quando disse que seria estudando essas relações microfísicas “que se poderia esclarecer, sob uma nova luz, pedaços inteiros da micropolítica conjugal e familiar – a relação de dinheiro entre o marido e a mulher, os pais e os filhos, e, mais além, o psicanalista e seu cliente” (GUATTARI, 1985, p.37).

Com as falas e práticas para a prostituição nas primeiras décadas do século XX em Fortaleza, o que se quer pensar é uma configuração urbana funcionando numa espacialização de uma economia dos usos corporais, nas formas das suas projeções e identificações como leis, normas, desvios, principalmente na pressuposição para um recorte como cena municipal do corpo e do espaço da prostituta. Ou seja, um jogo de justaposições e superposições, que aqui se decompõe sob o horizonte

---

<sup>3</sup> Como forma e efeito do funcionamento das “tecnologias modernas do poder”, a micropolítica é uma dimensão descentrada, capilar e positiva do poder, cujo objetivo não seria o “corpo social”, tal como o definiram os juristas, mas o “corpo múltiplo, a população”, emergindo em índices, estatísticas, projeções econômicas, demográficas e biológicas, por exemplo.

não de um corpo próprio de um indivíduo, mas uma corporeidade produzida em múltiplos investimentos de formação, disciplina, controle. O corpo da prostituta, portanto, seria o corpo da cidade da prostituição, ou os corpos como pretextos da cidade, uma cartografia de inscrições burocráticas, científicas, morais, legais, das quais emerge uma malha de movimentos e percepções de corpos, os quais também seriam a burocracia, o saber, o juízo, a norma como corpos inscritos. É essa a hipótese de uma cidade pornotópica<sup>4</sup> para discutir as composições e contraposições das ordens urbanas em Fortaleza na primeira metade do século XX do ponto de vista das produções e distribuições discursivas e extradiscursivas de corpos e espaços para a “sua” prostituição.

Como se fosse herdeiro desses termos que separam (e rebaixam) corpos, um edital publicado em 1924 pela polícia marítima do Ceará proibiu que Rosita de Albuquerque, Maria Pires Brandão e Raymunda Gonçalves da Silva freqüentassem um trecho da Praia do Peixe, no litoral de Fortaleza, atendendo às reivindicações de “algumas famílias”. Sob pena de prisão, essas três mulheres foram impedidas de circular e tomar banhos de mar pelas tramóias policial e familiar fortalezenses que justificavam essa restrição como uma defesa dos “bons costumes” contra “ameaças obscenas” dessas três pessoas identificadas como “prostitutas”.

Menos de um ano depois dessa interdição, em 5 de agosto de 1925, foi impetrado a favor das três mulheres uma petição de habeas corpus para que elas pudessem circular e frequentar aquela praia. Preparado pelo advogado Virgílio Augusto de Moraes Filho, que relatou que foi procurado por uma das três mulheres, esse pedido questionou o que definiu como “abuso de poder” na medida policial, interpretando que aquele edital considerava uma prostituta como criminosa.<sup>5</sup> Em 17 de agosto de 1925, esse habeas corpus foi concedido na sentença do juiz C. Livino de Carvalho, da 3ª Vara Criminal de Fortaleza.

---

<sup>4</sup> O prefixo “pornô” dessa expressão recupera o sentido de uma tradição de escritos e tratados públicos que se ocupavam da prostituição nas cidades, como indicado no grego antigo *pornographos*, que significava um autor que versa sobre a prostituição. No século XVIII, o escritor francês Restif de La Bretonne escreveu um texto moral sob o título **Le Pornographe** no qual defendia um controle estatal do meretrício e propunha uma nacionalização dos bordéis franceses.

<sup>5</sup> A prática da prostituição não foi tipificada diretamente na legislação penal brasileira. Para as leis imperiais, ela ficava associada à vadiagem, à mendicância e ao alcoolismo dentro de uma categoria geral de “desordem moral e social”. O código criminal de 1830 fazia uma diferenciação legal entre “mulher honesta” e “prostituta”, mas sem criminalizar diretamente a prostituição. Com a República, o Código Penal de 1890 traz o crime de Lenocínio no artigo 277: “excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem”. Com a reforma desse código em 1940, o artigo 218 passa a falar sobre “corrupção de menores”, o artigo 227 sobre a indução de alguém para satisfazer a “lascívia de outrem”, relacionado com os artigos 228 sobre a “facilitação da prostituição” e 229 sobre “manter casa de prostituição”. A prostituição foi constituída mais como um problema numa perspectiva da norma, do normal, num cruzamento de diferentes gêneros discursivos, como jurídico, administrativo, médico, religioso.

Uma suposta defesa de uma “ordem moral” da cidade fazia da questão do meretrício, mais especificamente da sua localização urbana, um motivo de gestão e controle das circulações corporais, principalmente das corporeidades femininas e racializadas. Quando Rosita, Maria Pires e Raymunda tiveram seus movimentos e suas presenças restringidas pela força de segurança cearense, havia mais de trinta anos que a chefatura de polícia local tinha feito um censo da população fortalezense. Foi em 1887 quando esse levantamento populacional informou endereço, nome, idade, nacionalidade, estado civil (casado, solteiro ou viúvo), profissão e instrução (se sabia ou não escrever) dos habitantes da capital do Ceará. No formulário usado para a produção desses dados foi definida uma última coluna para “observações”, na qual também, eventualmente, aparecia o nome “meretriz” para identificar alguma mulher, como aconteceu com Francisca Maria da Conceição e Josepha Maria da Assunção, que também foram cadastradas como “sem profissão” e “sem saber ler”. Por esse mapeamento demográfico, soube-se que havia nessa cidade de 17.504 habitantes um total de 389 “meretrizes”, dentro de um universo feminino de 10.024 pessoas. Nesse *recorte* populacional-ocupacional, quase 80% dessas mulheres eram “chefes de domicílio” e perto de 90% não dominavam a leitura.

### O corpo que “cai” na cidade

Já na primeira década do século XX, Fortaleza alcançava uma população de 48 mil pessoas, chegando ao final da primeira metade desse período com um índice de quase quatro vezes esse número, atingindo os seus 180 mil indivíduos. Nesses anos, a gestão municipal alterava o desenho do chamado perímetro urbano criando ruas, avenidas, praças, e regulava suas ocupações e construções, tentando padronizar as edificações de residências e prédios comerciais, principalmente na área mais central. Pouco depois da inauguração do Cinema Moderno, em 1920, o imposto predial em Fortaleza era cobrado de 552 imóveis<sup>6</sup>. Também nesse momento já funcionava a Diretoria Geral de Higiene, que ficou responsável pela inspeção sanitária nos espaços fechados e abertos, particulares e públicos de Fortaleza. Por esses controles urbanísticos, como esses imobiliários e sanitários, a cidade se fazia, produzindo suas “regularidades” e “irregularidades”, suas normas e seus desvios, que foram também forjados em discussões e práticas dentro de noções de “moralidade pública”.

---

<sup>6</sup> Sobre a cobrança do imposto predial em Fortaleza na primeira década do século XX, ver: ANDRADE, Margarida Julia Farias de. **Fortaleza em perspectiva histórica**: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP, 2012.

Ao longo desses decênios iniciais, intensificou-se um debate nos periódicos por meio de artigos, reportagens, comunicados oficiais e cartas de leitores que falavam sobre a “localização do meretrício” e sua “inconveniência” para as áreas centrais, com suas casas e ruas “comerciais” e “residenciais”<sup>7</sup>. Nesse movimento de textos e notícias, a prostituição era configurada como objeto de urgência municipal, de “questão urbana”, de medidas e objetivos para sua gestão. “Os bordéis no coração da capital” foi o título da carta que um leitor enviou para o jornal *Gazeta de Notícias* em março de 1928. Nela, a autoridade policial era cobrada no seu “dever de moralizar a terra”, pois, segundo o correspondente, o meretrício estava “assentando acampamento vizinho aos templos católicos”<sup>8</sup>, como o caso de um prostíbulo estabelecido “a dois passos da Sé”. Em 12 de janeiro de 1931, o jornal *O Nordeste* trazia uma reclamação de um leitor que dizia que esse “problema”:

...ainda não mereceu vista dos nossos atuais dirigentes. Tanto assim é que, nas principais ruas da nossa capital, estão localizadas diversas “colmeias” cujas abelhas vivem, como é do domínio público, perturbando o sossego das famílias. Para exemplo, podemos citar o seguinte fato a que assistimos nos últimos dias da semana passada, na rua Dr. João Moreira, no trecho compreendido entre as ruas Senador Pompeu e General Sampaio.<sup>9</sup>

Na discussão foucaultiana sobre uma “governamentalidade” moderna, com o sexo (a sexualidade) como um dos eixos centrais dos investimentos dessas formas disciplinares e biopolíticas de poder, a circulação dos corpos e de suas secreções, sobretudo as diretamente relacionadas com a prática sexual, são pontos estratégicos dessa “moderna arte de governar a vida”<sup>10</sup>. A prostituição definida como um problema da modernidade urbana, deste modo, com a formação de impasses sobre as suas condições e controle, pode ser entendida como mais uma *face* dos desdobramentos dessa “sexopolítica”<sup>11</sup>, uma outra formação de sujeitos e objetos desses planos e disputas de poder. Uma

---

<sup>7</sup> Sobre mudanças e apropriações materiais e sociais no centro de Fortaleza entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, ver: JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000; PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. **Na senda do moderno: Fortaleza, paisagem e técnica nos anos 40**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2000.

<sup>8</sup> Jornal *Gazeta de Notícias* – 29 de março de 1928.

<sup>9</sup> Jornal *O Nordeste* – 12 de janeiro de 1931.

<sup>10</sup> Sobre a noção de “governamentalidade” e da sexualidade como um dispositivo do funcionamento do biopoder, entre outros, ver: FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008; \_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010; \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal, 2009.

<sup>11</sup> Sobre essa noção, ver: PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

produção de corpos da prostituição (especialmente o da mulher que se prostitui) para essa lógica de governo estaria numa astúcia de um controle não por sentenças condenatórias, mas por distribuições e especulações de desvios. Seus procedimentos materiais e não materiais fazem desses corpos uma questão remissiva, como técnicas de um corpo alusivo.

Ao considerar que o “corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem” (MAUSS, 2003) e arrematar que antes das técnicas de instrumentos “há o conjunto das técnicas do corpo”, Marcel Mauss quer superar a ideia de que só haveria técnica se existissem instrumentos. Mauss quer refletir sobre o corpo como um aparelho dele mesmo, como se ele fosse uma prótese na medida do seu uso, tendo numa espécie de montagem dos seus atos uma adaptação a objetivos físicos, mecânicos, químicos. Longe de ser um dado espontâneo e “natural”, o corpo são suas formações sociais idiossincráticas, uma confluência da sua estrutura orgânica e de significações morais ou intelectuais, um artesanato sociológico. Mauss pontua que um ato de olhar fixamente, por exemplo, pode ser tanto um símbolo de cortesia quanto uma inconveniência, dependendo do lugar e das pessoas envolvidas na sua prática. Nessa análise, esses usos corporais seguem variando por sexo, idade, eficácia, conveniência, com seus fatores físicos, psíquicos e sociais mais como “engrenagens” do que “causas” dessas composições.

Com o caso de Fortaleza na primeira parte do século XX no horizonte, propõe-se agora uma reflexão do problema da prostituição numa modernidade urbana como uma questão de técnicas do corpo, mas numa perspectiva de uma instrumentalização do corpo pelo *desvio*, uma tecnologia de produção de usos corporais classificados como irregulares ou inadequados, porém eficientes do ponto de vista de um rendimento normativo e moral. Se nas técnicas de Marcel Mauss o corpo é o seu próprio instrumento fundamental de uma educação para a precisão social, na cidade pornotópica, o corpo é uma paisagem de iminência por meio da qual se especula e se define os cortes de uma (des)organização urbana, como mecanismos que instruem sua *imprecisão* social.

Pouco acima se citou o problema da fixidez de um olhar na sua relação com o ambiente e a interação em que acontece. Sobre isso, Marcel Mauss exemplifica que no exército a visão fixa em um ponto conota atenção e deferência, mas na “vida corrente” seria uma indelicadeza. A questão, por outro lado, é pensar como a identificação dessa suposta descortesia é o funcionamento eficaz de outras técnicas de formação corporal, na qual o suposto “erro” é a projeção do funcionamento de discursos e práticas. Nas técnicas corporais da cidade pornotópica, os signos, os gestos do corpo são pensados

entre diferentes apropriações discursivas e práticas. Um olhar fixo fora do quartel, o de uma mulher da janela de uma casa para um homem que passa na rua, por exemplo, não seria uma questão de deselegância ou equívoco no uso conveniente do corpo, numa relação de técnicas corporais e seu lugar de prática. Pois não há técnicas fora de lugar. Pensar a cidade pornotópica é discutir a produção dos lugares na produção dos corpos, inclusive como uma suposta anormalidade técnica. Por isso um olhar fixo na rua pode ser objeto de um trabalho e de uma suspeita, e os dois a um só tempo.

Aliás, houve na história da prostituição urbana toda uma disputa pela melhor janela, na qual uma tentativa de equilíbrio entre uma sugestão sexual e uma dissimulação pudica poderia ser tentada<sup>12</sup>. Talvez à revelia, foi isso o que a baronesinha de Grangerie confirmou ao relatar sobressaltada para sua amiga seu infortúnio por brincar de emular “uma dessas garotas desavergonhadas”, que, como ela, também estava à janela. Ao observá-la “debruçada sobre os cotovelos” e espreitando os homens que passavam, a baronesinha se divertia com as trocas de olhares e acompanhava depois a entrada de um deles no apartamento, no qual permanecia de “doze a vinte minutos”. Curiosa, se perguntava “como ela consegue se fazer compreender tão bem”, “será que acrescenta ao olhar um sinal com a cabeça ou um movimento de mão”, e, pegando seu binóculo de teatro, tentava “conhecer seu procedimento”. Logo depois, como uma alegada brincadeira, decidiu fazer o mesmo, o que acabou saindo do seu controle, sendo inútil dizer ao homem que foi ao seu encontro que ele se enganara, que ela era “uma mulher direita, uma mulher casada”<sup>13</sup>. Ou, no caso de um conto de Lima Barreto, por estarem duas mulheres conversando à janela de uma “casa suspeita”, os passageiros dos bondes elétricos que passavam bem em frente delas e que as olhavam “com olhares cheios de desejos”<sup>14</sup> não poderiam imaginar que seus pensamentos e suas falas não traziam nem tangenciavam temas “suspeitos”.

Seria preciso moralizar as posturas (e seus sinais) corporais nos fluxos da cidade, inclusive naqueles movimentos e passagens que marcariam as diferenças entre o que deveria ser “íntimo” e o que deveria ser “público”. A imagem urbana inscrevia-se como relações de corpos e espaços definidos como opostos, como contrários irreduzíveis. A “casa de família” não seria a “casa da prostituição”, o lar não seria o cabaré, o comércio de bens e serviços, inclusive de serviços também realizados com o

---

<sup>12</sup> PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: editora Brasiliense, 1987.

<sup>13</sup> MAUPASSANT, Guy de. **125 contos de Guy de Maupassant**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>14</sup> MORAES, Eliane Robert (org). **O corpo descoberto**: contos eróticos brasileiros (1852 – 1922). Recife: Cepe, 2018. p. 318.



corpo, não seria o chamado “comércio do sexo”, o “quartirão de família” não deveria ser o “quartirão de prostitutas”. Em 1930, um leitor do jornal *Gazeta de Notícias* participava desse debate sobre o endereço da prostituição: “localizar o meretrício de Fortaleza: onde? No Alagadiço? No Outeiro? No Pirambú? No Mucuripe?”<sup>15</sup> Depois de considerar que “as mulheres livres têm de viver dentro da cidade”, ele separava os bordéis que poderiam permanecer dos que “devem ser mudados por escandalizarem as famílias”. Pondera que aqueles que estavam próximos de estabelecimentos comerciais não teriam problemas para o seu funcionamento já que sua atividade seria noturna, quando aqueles estariam fechados.

Posições a favor e contra a esse tipo de ideia seguiram nas páginas da imprensa. Numa nota para a chefia da polícia em 1936, moradores da praça Castro Carreira, rua da Misericórdia e rua Senador Pompeu, no centro de Fortaleza, reclamavam do funcionamento de uma “casa de samba” onde se localizava também uma “residência de mulheres alegres”<sup>16</sup> e pediam que a autoridade policial limitasse os “sambistas” até dez horas da noite, garantindo que as *famílias* não fossem “privadas do sono doce e reparador”.

### Uma gestão pornô-hetero-municipal

O projeto cívico-militar que foi a construção de um endereço para onde deveria ser deslocado o circuito do meretrício de Fortaleza no final dos anos 1930, no desdobramento de debates e ações que marcaram as concepções e práticas dessa questão na cidade nessas primeiras décadas do século, estaria no bojo de uma estratégia de estabilização corporal e espacial da prostituição. Para essa profilaxia topográfica<sup>17</sup>, uma espécie de parceria público-privada tomaria forma na soma das iniciativas desse empreendimento. Um complexo urbanístico-arquitetônico-financeiro-militar-pornográfico, do qual fizeram parte a iniciativa de particulares, a prefeitura, órgãos de saúde pública, a polícia, o exército. Um “campo de concentração” para dar à cidade o seu preservativo estatal<sup>18</sup>, sua outra forma de

<sup>15</sup> Jornal *Gazeta de Notícias* – 17 de abril de 1930.

<sup>16</sup> “Residências de mulheres alegres” também eram referidas como “casas suspeitas”, expressão esta usada, por exemplo, por Blanchard Girão ao comentar uma reportagem policial dos anos 1930 em Fortaleza. GIRÃO, Blanchard. **O Liceu e o Bonde na paisagem sentimental da Fortaleza-Província (memórias)**. Fortaleza: Editora ABC, 1997.

<sup>17</sup> Para essa discussão, considera-se a noção de “urbanismo terapêutico” que Michel Foucault discute na sua análise sobre uma espacialização do poder psiquiátrico além do ambiente hospitalar e também a definição desse mesmo autor sobre a “cidade operária” oitocentista europeia, que teria na sua disposição espacial uma forma de controle legal e normativo. Sobre isso, ver: FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes; \_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

<sup>18</sup> Ao comentar o projeto de estatização dos bordéis franceses no século XVIII feito pelo escritor Restif de La Bretonne, Paul Beatriz Preciado sintetiza essa proposta na imagem de uma cidade sendo coberta por um preservativo.

controlar (pela produção, reprodução e distribuição) seus corpos, dentro de diferenciações sexuais, raciais, sociais.

Essa ideia de uma “gestão de espaços de prostituição” veio em variações da incorporação desse tema pelos discursos médicos e legais desde o século XIX na Europa e na América, seguindo no século XX em experiências como a da ilha de Porto Rico, que fez da segregação sexual dos espaços também uma lógica de separação racial, configurando o lugar legítimo da reprodução (a casa da família branca) e o lugar da prostituição, onde estariam (deveriam estar) os corpos de “mulheres pobres não brancas”<sup>19</sup>. Nessas primeiras décadas do século XX, aliás, houve um intenso movimento de uma medicina marcadamente eugenista que, com suas pesquisas e prescrições sobre morfologia corporal e sexualidade, participava dos debates e intervenções mais amplos sobre as relações entre conduta sexual, degenerescências moral e fisiológica e nacionalidade, implicando a “geração de uma boa prole” nacional no controle sexual da raça e racial do sexo (FREITAS, 2012). Eventos como a III Semana da Saúde e da Raça, em 1944, eram ocasiões de divulgação desses tipos de tese, quando também se falava, como no caso desse congresso, dos problemas no uso de maquiagens pelas mulheres, porque esse recurso estético foi associado à promiscuidade feminina, um “artifício usado por prostitutas”.

A chamada Vila Gonçalves, o condomínio-prostíbulo de Fortaleza, cujo consórcio estatal e privado foi estimulado pelo Capitão Cordeiro Neto, seria essa perspectiva de diferenciação em termos de sexualidade e de racialização de corpos e espaços, além de uma equação para o acúmulo pecuniário direta e indiretamente desses investimentos oficiais e não oficiais, também acumulando controle pelo seu provável endividamento. Segundo o delegado Hugo Víctor, com a construção de mais cinquenta e cinco casas nessa Vila, o objetivo era deslocar “mais cerca de quinhentas e seiscentas mulheres” que se localizavam no centro da cidade<sup>20</sup>. Com essas medidas e com a construção pela polícia do seu “muro que veda a vista do pessoal de fora”, esse mecanismo poderia impedir também *confusões* corporais e espaciais na cidade, tanto por causa de olhares quanto de ruas e janelas. Diferenças de usos sexuais de corpos e espaços da cidade seriam produzidas nessas diferenciações corporal e espacial da pornotopia urbana, com aspectos do seu funcionamento na configuração de um corpo sugestivo, como ameaça

---

<sup>19</sup> Sobre o controle sexual e racial dos espaços em Porto Rico, ver: LAZO, Nieve de los Ángeles Vazquez. **Meretrices: la prostitución en Puerto Rico de 1876 a 1917**. Hato Rey: Publicaciones Puertorriqueñas, 2008; PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

<sup>20</sup> **Jornal Gazeta de Notícias**, 11 de maio de 1938.

normativa e legal, pois, ao “retirar” as prostitutas do centro, elas “continuariam” lá como interdição, infração, desvio, ou seja, como signos e materiais da ordem e dos bons costumes.

Para além de um tema moral e religioso, analisar a questão da prostituição na cidade urbana desde o século XIX é discutir as relações de uma burocracia de governo com domínios narrativos, técnicos e científicos, entre as quais tomaria forma esse objeto (e seus sujeitos), como uma articulação de enunciados e materiais, uma estratificação para definir o “dentro” e o “fora” desse problema. Nessa perspectiva, o encontro com uma prostituta não seria uma exclusiva experiência de sensações sexuais, um acesso a um mundo à parte, como um *outro* absoluto e não remissivo. A prostituição não seria uma exterioridade dada e anterior àquelas esferas discursivas e não discursivas, mas uma configuração de uma *cafetinagem*<sup>21</sup> jornalística, jurídica, policial, médica, empresarial, eclesiástica. Uma *cafetinagem* cujos rendimentos vêm também como contrapartidas nas formas de textos, leis, normas, instituições, pontos de vista, percepções, subjetivações.

Nos seus **Ensaio de Pathologia Social**, entre as abordagens sobre “vagabundagem e alcoolismo”, o jurista Evaristo de Moraes definiu uma parte dessa obra para falar da prostituição, das ideias de regulamentação, enclausuramento, criminologia, tráfico internacional relacionadas a ela. Esse estudo funcionou como um dos elementos dessa rede de discursos e práticas que forjam o problema da prostituição, figurando suas referências e correspondências físicas e simbólicas, e se autfigurando como registro da sua especialidade. Um dos seus pontos de comentário é sobre a chamada “polícia dos costumes ou regulamentação policial da prostituição”, com o propósito de saber se nos conviria “a introdução do presumido regimen moralizador e prophylatico”. Publicando essa obra no início do século XX, Evaristo de Moraes lembra o que chamou de ilusão com que voltou de uma visita à Buenos Ayres o então presidente Campos Salles ao conhecer uma área de meretrício “sob protecção ou commandita da Polícia”. Para a sua crítica a uma disposição governamental de regulamentar e organizar a prostituição, informa que o então modelo regulamentário policial é de origem francesa e teve bem no início do século XIX, estabelecido por Napoleão Bonaparte, “os alicerces da chamada policia, ou

---

<sup>21</sup> Usa-se o termo “cafetinagem” como um jogo metafórico para esse outro termo presente no vocabulário da prostituição que é “agenciamento”, que aqui também informa o conceito de Gilles Deleuze com sua definição de uma articulação de enunciados e materiais, corporais e incorpórais, que “estratifica”, que forma “cortes”, configurando o “dentro” e o “fora”, o “conteúdo” e a “expressão” de discursos e domínios “territorializados” e “desterritorializados”, num “agenciamento maquínico de corpos” e “agenciamento coletivo de enunciação”. Sobre isso, ver: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010; DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

serviço, dos costumes, prescrevendo o exame obrigatório das prostitutas” a partir do controle de um registro.

### As hostes do sexo

A prostituição como orgânica daquilo que a diz e a faz como imprópria tem no romance **Pantaleão e as visitadoras**, de Mario Vargas Llosa, uma representação pertinente. Da mesma forma que o capitão Cordeiro Neto em Fortaleza, o também capitão Pantaleão Pantoja na ficção de Vargas Llosa assume a missão do proxenetismo militar. Ao organizar o chamado “serviço de visitadoras” como setor e operação do exército peruano, Pantoja deixa mais institucional e próprio o que deveria parecer diferente e oposto, como se um prostíbulo pudesse não ser exatamente um lugar de luxúria, de aventuras, de indecências, de perdição, mas de disciplina, juramento, ordem, dever, patriotismo. Como se a prostituição fosse outra maneira de demonstrar amor à pátria, inclusive com seu hino específico: “servir, servir, servir/ O Exército da Nação/ Servir, servir, servir/ Com muita dedicação” (VARGAS LLOSA, 2007). Como é típico do gênero, esse canto oficial das visitadoras louva a determinação (“Por isso vamos contentes e alegres/ Nos comboios do nosso Serviço”), a bravura (“Cruzamos selvas, rios e vales/ Nem do jaguar, nem do puma nem da onça/ Temos o menor temor/ Porque nos sobra patriotismo/ Fazemos gostoso amor”), a resignação (“E agora, quietinhas, visitadoras/ Vamos partir e trabalhar”). O capitão Pantoja teria levado às últimas consequências as relações entre o Estado e o bordel, tornando explícitas, diretas, óbvias essas correspondências que já existiriam sob a condição de *não existirem*, de serem Estado e bordel dimensões separadas e irreconciliáveis.

O Estado estava no bordel (e o bordel no Estado) como fator estratégico na produção da prostituição pelo controle de seus corpos também como uma espécie de itinerário carcerário-pornô. Essa hipótese de uma trajetória entre a prisão e o meretrício é considerada a partir da atuação policial em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, com prováveis e eventuais detenções de mulheres já registradas ou identificadas pela polícia como prostitutas, autuando-as por “desordem” e “ofensa à moral” e punindo-as com a chamada “prisão correccional”, da qual seriam liberadas após vinte e quatro horas. Os corpos dessas mulheres eram um intercâmbio desses registros estatais, os de “prostituta”, de “infratora”, de “presa”, inscrições que mutuamente se incluíam, inclusive sendo *uma* a potencialidade da *outra*. Ao tornar explícita e concentrada a militarização do meretrício, o capitão

Pantoja resumiu essa divisão institucional, normativa, espacial do controle do corpo num só lugar: o exército.

Se no esforço missionário de Pantaleão o exército ofereceria dentro dele mesmo o serviço e o consumo do sexo das visitadoras, com as prerrogativas militares na aplicação de penas, multas e outras medidas administrativas, em Fortaleza dos anos 1940, esse circuito ficava dividido e negociado entre interesses privados e estatais, dos quais faziam parte as forças públicas de segurança. As relações entre prostituição, disputa e controle territoriais e instituições e condições empresariais e bélicas, aliás, não são fortuitas, não são contingentes, incidentais, inclusive quando essas conexões não fizerem parte de um projeto ou acordo interinstitucional ou mesmo intrainstitucional. Ou seja: a produção da prostituição foi também um escopo de práticas coloniais e neocoloniais de governos e mercados, com suas lógicas patriarcais, seja em Porto Rico, no final do século XIX, em Fortaleza do capitão Cordeiro Neto, na metade do XX, ou na América portuguesa dos séculos XVI e XVII, quando o meretrício também seria um dos principais meios de “proteger as donzelas de família, as esposas e as religiosas contra os desejos masculinos” (VAINFAS, 1989, p.62). *Flutuando* entre uma chancela oficial maior ou menor, ou mesmo entre leis e posturas mais ou menos restritivas, a prostituição tinha nessa sua suposta “ambiguidade” normativa e jurídica e na ausência de direitos uma condição do funcionamento dessas forças econômicas, políticas, morais, com seus usos, apropriações e acúmulos institucionais ou não, tanto em regimes imperiais, absolutistas e totalitários quanto em condições formalmente republicanas e democráticas.

Essa percepção não deixou de acontecer numa conversa entre duas prostitutas no filme **Gate of flesh** (Portal da carne), de 1964, do diretor japonês Seijun Suzuki. Quando uma interroga a outra sobre se ela “acha que democracia significa dormir com soldados”, insinua-se a crítica à ocupação militar americana no Japão do pós-guerra e sua promessa de “liberdade”. Nesse filme, a relação entre prostituição e guerra é encenada numa Tóquio em ruínas em 1945, onde um grupo de mulheres ocupa um desses prédios destruídos e faz dele um refúgio coletivo, estabelecendo regras rigorosas para o comércio sexual com os milicos estrangeiros, tentando assim organizar limites para os abusos dos militares. Ditas por elas mesmas, frases como “faça de graça e você é apenas uma vagabunda” e “uma prostituta não deve bancar uma dona de casa” são imagens desses códigos que puniam quem se entregasse por prazer ou amor, pois “vender o seu corpo é um negócio”. Não obstante essa resistência

quase *corporativa*, esse era um “negócio” muito menos *delas* que de outros domínios e sujeitos, seja na “paz” ou na “guerra”.

### Referências bibliográficas

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição (1840-1890)**. São Paulo: editora Brasiliense, 1988.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: editora Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Sobre a sexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, Idalina Maria Almeida de. **A moral dos corpos: desejos, dispositivos e subjetividades em Fortaleza (1910-1950)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. (Tese de doutorado). 2012.
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: editora Brasiliense, 1985.
- JABLONKA, Ivan. **Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades**. São Paulo: Todavia, 2021.
- JULIANO, Dolores. **El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos**. Cadernos Pagu. Julho-dezembro de 2005.
- KAFKA, Franz. **Essencial Franz Kafka**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal**. Curitiba: Clube de autores, 2017.
- MAUPASSANT, Guy de. **125 contos de Guy de Maupassant**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: editora da Unicamp, 2010.
- MORAES, Eliane Robert (org). **O corpo descoberto: contos eróticos brasileiros (1852 – 1922)**. Recife: Cepe, 2018.
- PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: editora Brasiliense, 1987.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VARGAS LLOSA, Mario. **Pantaleão e as visitadoras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.



## As mulheres foram à luta: A militância feminina estudantil na Ditadura Militar brasileira

### Women went to fight: Female student militancy in the Brazilian Military Dictatorship

**Bruna Ferreira Lopes**

Pós-graduanda em Ensino de Humanidades  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSul de Minas)  
brunaferreira4453@gmail.com

**Recebido em:** 30/09/2022

**Aprovado em:** 12/01/2023

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo problematizar as representações das mulheres que fizeram parte da militância política durante a ditadura militar. Tendo como foco a participação feminina frente ao movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970, visa contemplar os impactos da atuação das militantes frente a então crescente onda de conservadorismo que assolava o Brasil após o golpe de 1964. Assim, por meio de um movimento de “lapidação” buscamos resgatar a memória destas mulheres, primeiramente, analisando o contexto histórico, o papel das universidades na formação política da sociedade brasileira e, por fim, a presença destas nas frentes estudantis por meio da análise documental de três trajetórias, Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati e Suely Yumiko Kanayama. As reflexões presentes baseiam-se a partir da análise documental presente do Arquivo Nacional e da Comissão Nacional da Verdade, dialogando com autores que debruçam sobre as frentes de resistência à repressão militar, Marcelo Ridenti e Renan Quinalha, às propriedades narrativas voltadas às mulheres, como Danielle Tega, e Maria Amélia de Almeida Teles.

**Palavras-chave:** Ditadura militar; militância feminina; movimento estudantil.

**Abstract:** The present study sought to problematize the representations of women who were part of political militancy during the military dictatorship. Focusing on the student movement during the 1960s and 1970s, it aims to show the impacts that their actions caused by counteracting the growing wave of conservatism that ravaged Brazil after the 1964 coup. “stoning” we seek to rescue the memory of these women, firstly, analyzing the historical context, the role of universities in the political formation of Brazilian society and, finally, the presence of these women on student fronts through the analysis of three specific trajectories, Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati and Suely Yumiko Kanayama. The present reflections are based on the present documentary analysis of the National Archive and the National Truth Commission, dialoguing with authors who address the fronts of resistance to military repression, Marcelo Ridenti and Renan Quinalha, to narrative properties aimed at women, such as Danielle Tega, and Maria Amélia de Almeida Teles.

**Palabras clave/Keywords:** Military dictatorship; female militancy; student movement.



## Introdução

Na atualidade, embora seja evidente o crescimento do interesse pelos estudos acerca da participação feminina na política e no Movimento Estudantil ainda há muitos caminhos a serem percorridos para que se possa analisar e conhecer em profundidade a atuação das mesmas no período da ditadura militar brasileira.

O regime iniciado no país em 1964 trouxe para o cenário popular diversas frentes de atuação contra a repressão política destacando-se sindicatos, guerrilhas e o movimento de cunho estudantil que tornaram-se núcleos importantes para convocação e organização política. Diversificados, estes grupos contaram com a presença de pessoas de diversas idades e classes sociais, entre eles, camponeses, trabalhadores urbanos, negros, brancos, indígenas, e por fim, com a adesão feminina que se fortalecia durante a década de 1960 com o movimento feminista, como apresentado pela historiadora Maria Amélia de Almeida Teles

o período dos anos de 1960 e 1970, também é marcado pela efervescência da consolidação de frentes de atuação contra ao governo militar, “ecloidiu no Brasil um vigoroso movimento de massas, que incorporou expressivas parcelas dos diferentes segmentos sociais. Com o crescimento industrial a partir de 1960 a classe operária cresceu concentrando-se mais na região Centro-Sul. Ao levantar reivindicações econômicas foi simultaneamente aprendendo a travar lutas políticas” (TELES, 1993, p.52).

Todavia, ao invocar a memória e a historiografia do período estudado, as referências disponíveis sobre a participação feminina nos atos políticos é bastante vaga, dificilmente pensava-se em mulheres com armas nas mãos ou confrontando grupos policiais e potencialmente agressivos, o que dado a esse contexto, resulta na construção de representações sociais acerca das mulheres, no qual o papel exercido por estas na política e seus desdobramentos foram marginalizados, cujas especificidades históricas buscamos recuperar na presente investigação.

Durante o século XIX e XX, inúmeros historiadores se propuseram a repensar a História através da ampla variedade de possibilidades, tempos e países, “conscientizando do potencial para explorar novas perspectivas do passado” (SHARPE, 1992, p. 40). Nessa perspectiva muitos trabalhos surgiram voltados para ampliação da História e exploração das experiências que até então foram ignoradas. Aos poucos, principalmente na segunda metade do século XX, o deslocamento de mulheres sendo retiradas do silêncio por meio de torná-las objeto de estudo levou a concretização de uma

história social das mulheres. Os estudos sobre mulheres passam a serem vistos além de uma disciplina a ser ofertada, mas uma área complexa, uma história que vai além da retratação da violência de gênero e diversas submissões que estas enfrentaram ao longo da história, mas da formação de uma narrativa dinâmica na qual são sujeitas políticas, atuantes na formação comunitária, perspectiva essa exigida pelas feministas presentes nos movimentos de 1960, que reivindicavam por “uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação de mulheres, e também explicações para opressão e inspiração para ação” (SCOTT, p. 64). Durante a década de 1990 o interesse por estudar gênero, sexualidades aumentaram onde estes traziam um dialogo com temáticas como escravidão necessitando de estabelecer comparações entre diversas culturas. Segundo Georg Iggers (1926, 2017), a abordagem da interação entre gênero seria marcada por relações de poder, onde a história das Mulheres. A concepção de gênero aqui debatida por diversas autoras, como Maria de Almeida Teles, Danielle Tega e Joana Maria Pedro, assim como Joan Scott “refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais, é um conceito usado por àqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas as muito das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, 2008, p. 305)

Tendo em vista que a pesquisa propõe analisar aspectos da História do Tempo presente, é necessário apontar que estudos voltados a essa área são desafiadores para os historiadores, resultando-se em novas demandas para a historiografia, e em novas formas de identificar os acontecimento dos fenômenos históricos e nomeá-los para que possa compreender o passado próximo, pois “a história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração, esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (DOSSE, 2012, p. 06).

Deste modo, é possível notar a participação da testemunha na construção da narrativa histórica. A busca por novas formas de se fazer História oportunizaram a procura por novos recursos e metodologias que permitiram com que historiadores repensassem a dinâmica da sociedade com as suas diversas faces a serem exploradas. Refletir acerca do tempo e pensar nos acontecimentos próximos ao contemporâneo remete a algo que muitas vezes foi negligenciado pelos historiadores, o que segundo o historiador François Dosse (2012, p. 07), “é responsável ainda por um tempo intocável, sem a distância necessária para que haja a análise e apuração dos acontecimentos.”

Diante aos desafios enfrentados pela construção de uma memória próxima aos dias atuais com as novas metodologias do Tempo Presente, esta pesquisa considera trabalhar as representações das mulheres que foram à luta de resistência à ditadura, registrada em testemunhos disponíveis sobre

o período. O enfoque proposto é realçado, na medida em que é possível observar, na atualidade, tanto no imaginário social quanto nos estudos sobre as mulheres, trabalhos que ainda se limitam à análise da vida privada, excluindo sua participação no cenário público, vista como secundária ou quase nula em face das pautas que se fortaleciam no momento. O feminismo militante que ressurgia no Brasil, não obtivera o real espaço que lhe cabia, visto que entre a militância acreditava-se ser um desvio burguês ou algo a ser pensado posteriormente, pois naquele momento o foco estava em derrubar o governo ditatorial vigente.

Nesse sentido, o presente estudo busca relatar e analisar as experiências dessas mulheres na atuação política, desde o seu ingresso no espaço acadêmico até a sua participação nas organizações estudantis e nas frentes armadas de resistência à ditadura, onde enfrentaram diversas formas de discriminação e exclusão. Por meio do debate proposto aqui, espera-se compreender melhor quem eram estas mulheres militantes, desde a imagem da mulher no período através das categorias de gênero, e ainda como a sua formação na militância resultou na quebra do papel social atribuído a elas. Finalmente, por meio de depoimentos e arquivos disponíveis de mulheres militantes do período busca-se traçar a trajetória de três mulheres que tiveram destaque na atuação política estudantil: Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati e Suely Yumiko Kanayama.

### **A representação política da mulher nos anos 1960 e 1970**

Ao estabelecer reflexões a respeito das categorias de gênero vigentes na sociedade brasileira nos anos 1960 e 1970, somos levados a pensar “em uma estrutura social que constrói relações desiguais e legítima a desigualdade na participação política, social, econômica e cultural entre homens e mulheres”, conforme assinalado pela feminista Maria Amélia de Almeida Teles (TELES, 2015, p. 507). A divisão social dos papéis de gênero resultantes dessa categorização tem servido para sustentar práticas de exclusão ao longo da história. Não por acaso, ao averiguar a participação feminina na sociedade, tradicionalmente, encontramos registros e testemunhos relativos à vida privada.

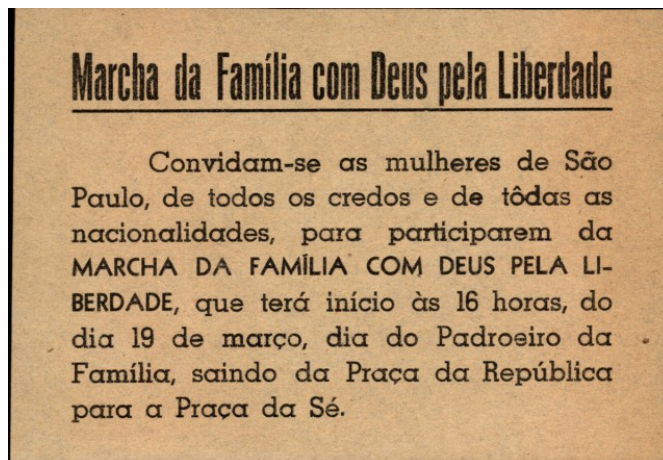
Contudo, antes de prosseguirmos é necessário problematizar a dualidade entre a vida pública e a vida privada. Segundo a filósofa Susan Moller Okin,(2008) para os estudos voltados ao pensamento político do Ocidente, a concepção entre público e privado mostra-se como um tema central desde o século XVII. O primeiro volta-se às esferas vistas e compartilhadas socialmente, enquanto o privado à vida social, familiar e doméstica, sendo a “primeira divisão entre Estado/sociedade.” (OKIN, 2008, p.305). Para a filósofa estes caminhos epistemológicos tem como

resultado perpetuar a ideia que essas esferas são completamente separadas e conseqüentemente estudadas isoladamente. A ambigüidade entre o público e o privada ignora a influência que um exerce sobre o outro, não como partes distintas de uma sociedade, mas complementares e que dialogam entre si.

Okin analisa as diversas faces da sociedade por meio de “uma analogia útil entre publicidade e privacidade e as camadas de uma cebola. Assim como uma camada que está do lado de fora de outra camada estará também dentro de outra, algo que é público em relação a uma esfera da vida pode ser privado em relação à outra.” (OKIN, 2008, p. 3008). Diante essa concepção, a filósofa levanta que dicotomia entre as duas esferas se intensifica através da divisão social do trabalho entre homens e mulheres, enquanto “homens são ligados a vida econômica e política, mulheres ocupam a esfera privada da domesticidade e reprodução” (OKIN, 2008, p.307). Para Susan Moller Okin, esta divisão carrega consigo profundas conseqüências, como a falta de alcance à família e a manutenção da estrutura de poder a qual hierarquiza essas esferas na sociedade.

A chamada vida pública, sobretudo relativa à política, contudo, a política não faz parte de como a sociedade define a família? Ao ser restrita aos homens, a vida pública tem como regra a “não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mãe-esposa-dona de casa”, papéis atribuídos a esfera privada. Deste modo, a vida privada invadia os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964, como as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, conforme assinalou Marcelo Ridenti (2010, p.197).

Figura 1. Convite às mulheres publicado nos jornais de São Paulo



Fonte: Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022

Desde o início da ditadura, uma onda de conservadorismo assolou as relações políticas e sociais, reforçando os papéis tradicionais desempenhados pelas mulheres, ou seja, o seu papel como gestora do lar, dócil e religiosa apesar do crescente ingresso destas no mercado de trabalho e a sua presença cada vez mais visível no cenário público.

Ao reivindicar maior espaço de expressão e, o fim das perseguições a quaisquer movimentos de oposição ao regime militar, grupos de operários, de sindicalistas, e do Movimento Estudantil, foco do nosso estudo, contribuíram para o engajamento feminino, até mesmo na esquerda armada. Segundo Ridenti (2010, p.197), este engajamento “era um avanço para a ruptura de estereótipos da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino.” A presença feminina nos movimentos públicos influenciou o questionamento da repressão política, mas também “os lugares ocupados pelas mulheres (o que se esperava das moças e dos rapazes, quais os espaços que poderiam frequentar, qual o nível de autonomia que poderiam ter).” (RODEGHERO, 2017, p. 43).

Sem dúvidas, as mulheres foram o segmento da população que mais apresentou mudanças nas suas relações com o trabalho, a família, os homens e também no campo da política. Já que a política era assunto proibido. As mudanças políticas, econômicas e sociais, ocorreram, tão bruscamente, em decorrência da implantação da ditadura. (TELES, 2015, p. 508).

A militância política das mulheres, apesar de pouco explorado, é um campo que vem ganhando espaço nas pesquisas a respeito da resistência à ditadura militar. Estes estudos têm mostrado que, “no campo das relações de gênero, muitas mulheres romperam os códigos de conduta esperados ao se apropriarem do espaço da política” (BARROSO, 2021, p. 558). O feminismo que surgiu no Brasil, entre 1960 e 1970 esteve diretamente ligado aos grupos de esquerda.

Entre as mulheres que participavam de partidos de esquerda ou de grupos de resistência, armados ou não, Maria do Espírito Santo narrou uma experiência que pode ser pensada em comum a muitas outras mulheres. Oriunda do Partido Comunista Brasileiro foi encarregada, pelo partido de participar do movimento feminista com a finalidade de captar novas filiadas. (PEDRO, 2009, p.126).

As mulheres passaram a reivindicar seu espaço não apenas nas universidades ou no ambiente de trabalho, mas na construção política da sociedade. No Brasil, as militantes contestaram a ordem política imposta desde o golpe de 1964, o que veio a fortalecer o movimento feminista, porém, de maneira distinta da que ocorreu nos Estados Unidos onde o

feminismo ressurgiu nos anos 60, estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo destinadas a estabelecer o potencial feminino, para ir ao encontro da expansão econômica através da sociedade, incluindo as profissões e a academia (SCOTT, 1993, p.67).

No Brasil os feminismos militantes “surgem, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura” (SARTI, 2004, p. 37). É importante destacar, que o movimento feminista carrega consigo grande pluralidade diante as diversas pautas defendidas, mulheres diferentes e com lutas distintas, “tal diversidade de pautas enriquece a compreensão da complexidade da condição feminina. Mulheres com contextos diferentes, mas que vivem em uma sociedade estruturalmente patriarcal necessitam se organizar para transformar sua realidade” (SOUZA, 2022). Ao observar seu fortalecimento no Brasil pode-se notar a diferença com os movimentos experimentados nos Estados Unidos, na França, entre outros, nos países marcados por ditaduras como Brasil e Argentina a movimentação iniciou-se efetivamente na década de 70, com configurações específicas de acordo com o meio ao qual o grupo se relacionava, pois.

o que queremos destacar é que a identificação com o feminismo nos países do Cone Sul não foi feita da mesma maneira do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O contexto político tornou difícil, senão quase impossível, em

alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações (PEDRO, 2009, p.116).

Nesse contexto, essas mulheres que foram à luta sofreram diversos tipos específicos de violência voltados ao seu próprio corpo, na condição do feminino, onde este perdia a própria humanidade e passava, com os vestígios do patriarcalismo existente no país, a um local onde a dominação masculina prevalecia, atrelando a condição de gênero. Fez-se uso da sexualidade, bem como do vínculo provido da maternidade, onde até mesmo os filhos e filhas foram utilizados como meio de tortura contra elas (SARTI, 2004).

Todavia, se de um lado as mulheres buscavam maior participação política, de outro o conservadorismo era muito presente no seu dia a dia. Com a ditadura militar intensificou-se a censura moral sobre a conduta feminina na sociedade consolidando uma tradição de costumes que visavam conter a participação destas no cenário público. E em contrapartida, conforme assinalou Renan Quinalha, havia “certo orgulho institucional por parte do governo e dos agentes públicos envolvidos na nobre tarefa de assegurar a integridade moral e as expectativas desses setores da sociedade” (QUINALHA, 2017, p.40). Nesse contexto “a conduta das militantes, também desafiava o código de gênero de sua época, fórmula um pouco empolgada para dizer que a participação das mulheres na política não era socialmente bem vista” (GARCIA, 2011, p.326). Com efeito.

é conhecido o fato de que a militância feminina significava uma dupla transgressão: por um lado, assim como os homens, as mulheres lutaram contra a ditadura; por outro, desafiavam as convenções de gênero da época, marcadas pelo conservadorismo moral que as relegava ao espaço privado em funções de mãe, esposa e dona de casa seus testemunhos, as militantes que narram suas experiências desobedecem uma vez mais: apropriam-se das ferramentas materiais para a escrita que lhe foram usurpadas pelo patriarcado; reconstroem-se subjetivamente ao encontrarem um lugar de agência para transmitir suas histórias; atualizam e reacomodam suas identidades na (re)escrita de seus nomes e de suas vivências (TEGA, 2015, p. 146).

As mulheres retratadas enquanto aquelas que se ocupavam de suas famílias e de suas casas, eram apresentadas como modelos a serem seguidos. Nesse contexto, a militância de esquerda rompia profundamente com esse papel de “dona-de-casa-mãe-esposa”, o que levou de acordo com Ridenti (1993), na grande imprensa da época trabalhar com esmero e convicção no mito da mulher diabólica



e atraente, responsável por transgredir normas e regras sociais, negando o comportamento feminino “adequado” e se apropriando de condutas desviantes.

Porém, vale ressaltar que as práticas que reforçam a desigualdade entre homens e mulheres não se restringiram apenas ao campo dos valores conservadores dos grupos políticos golpistas. Entre os agrupamentos de esquerda, as mulheres militantes passaram a assumir as exigências provenientes de ações e imaginários construídos por homens, ou seja, suas particularidades e singularidades eram deixadas de lado. Nesse contexto, “podemos afirmar que a liberação específica da condição feminina não estava explicitamente colocada pelas organizações que lutavam contra o Terrorismo de Estado” (TEGA, 2015, p.134). Conforme assinalado por Teles (1993), no que diz respeito à luta pela libertação das mulheres, as militantes deveriam conciliar as suas pautas específicas com aquelas relativas à política nacional ou internacional. O que se observou, porém, foi um posicionamento das esquerdas bastante distinto às perspectivas feministas, com efeito, “em raríssimas oportunidades as forças políticas que se propõem a travar as lutas gerais elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo” (TELES, 1993, p. 64).

A perspectiva feminista não era considerada como algo a ser incluído entre as principais pautas dos movimentos de esquerda. Ao levantar a questão da participação das mulheres na atuação política e social, pode-se observar na imprensa, nos livros e panfletos das esquerdas do período que os temas considerados de teor feminino ou feminista, eram considerados como próximos aos da burguesia, sendo pouco ou nada mencionados por estes movimentos de esquerda em geral (TELES, 1993). Para serem aceitas no ambiente da militância, muitas mulheres precisaram “moldar seus corpos para a luta, o que significava muitas vezes se comportar como um “homem”, “macho”, por companheiros de organização, também como uma forma de exaltação” (BRIGGMANN, WOLF, 2019, p.307). Ao negar suas subjetividades, elas se anulavam para encaixar no que era previsto no ideal de militância, ora afirmando que não tinham gênero, ora sustentando-se na imagem de homens heróicos e dispostos a lutar pelos seus ideais.

Os movimentos e partidos de esquerda adotaram como foco principal, o combate à repressão ditatorial. Desde esta perspectiva, os direitos das mulheres foram retratados como secundários em relação ao tema considerado de maior relevância, o fim da Ditadura Militar. Deste modo a luta por libertação da mulher não deveria em nenhum momento ser desvinculada da busca de soluções dos

problemas mais gerais da sociedade. Mas, tal como afirmou a feminista Maria Amélia Teles, em raríssimas oportunidades, as esquerdas “[...] elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo” (TELES, 1993, p.63).

A participação das mulheres na militância sempre existiu, tal como afirmaram Briggmann e Wolf (2019), mas, geralmente, elas são esquecidas, ou, dificilmente, são reconhecidas, mesmo nos espaços de luta duramente conquistados pelas militantes. As lutas de resistência à ditadura militar ou quaisquer outras lutas em defesa de mudanças significativas da sociedade, não podem ser encaminhadas sem o engajamento das mulheres, um conjunto que representa mais da metade da população do país e do planeta. Ao tratar do engajamento político, é possível verificar que o Movimento Estudantil foi de suma importância para a adesão das mulheres às organizações de esquerda. Desde os anos de 1930, com o crescente ingresso das mulheres no ambiente universitário, os *campi* se tornaram espaços de reivindicação e participação feminina na militância política.

### **A participação feminina no Movimento Estudantil**

Ao pensar na inserção da mulher no meio estudantil pode-se observar uma série de transformações no cenário educacional, que desde o final do século XIX e o início século XX, foi responsável pelo crescimento da presença feminina nos espaços acadêmicos. Em um país marcadamente patriarcal e oligárquico, a formação educacional brasileira guardava um “estreito vínculo entre a questão do gênero e a própria educação, uma vez que se fazia grande distinção em relação ao tipo de instrução ministrada a cada um dos sexos” (KLEM, 2019, p.58).

No final do século XIX, muitas mulheres ingressaram nos estudos literários, por meio de romances, os quais constantemente eram desprezados, marcados pelas questões morais do período. Muitas destas produções foram caracterizadas enquanto história amadora, tal como foi classificada a escritora baiana Ignez Sabino (1853-1911). No século XX, com os processos de urbanização no Brasil, muitas mulheres passaram a ter acesso aos diversos tipos de produções culturais, tais como o teatro, a literatura e música. A modernidade revelava a necessidade da mesma de inseri-se no nível da formação educacional formal, desde que esta não interferisse em sua vida doméstica. Dessa forma, a presença feminina nas universidades teve um crescimento considerável.

Para as mulheres, adentrar a vida universitária era um desafio, em um contexto em que a produção e a formação intelectual no Brasil estava diretamente ligada aos aspectos conservadores da

sociedade tornava a educação superior um privilégio masculino. Este fato era decorrente não da falta de mulheres no espaço universitário, mas da falta de visibilidade que elas tinham no meio acadêmico.

um olhar mais focado na história da historiografia evidencia que, a despeito de certa expressividade mais recente, não faltam evidências da escassez e da pouca centralidade dos estudos sobre as historiadoras, a começar por obras de síntese importantes que propõem balanços bibliográficos sobre a vida e obra de nomes canônicos, predominantemente homens (OLIVEIRA, 2018, p. 107).

Com a chegada das décadas de 1960 e 1970 acontece a efetiva entrada das mulheres nos cursos universitários. Este “fenômeno reflete um quadro mais amplo de mudanças nas relações de gênero, reforçando-as e estruturando-as ao instaurar novos elementos na realidade social” (KLEIM, 2019, p.61). O ingresso de um número expressivo de mulheres no meio acadêmico não diminuiu a discriminação vivenciada por elas, mas estabeleceu uma relação direta com sua politização, pois elas participavam dos debates, assembleias e disputas eleitorais no meio acadêmico. O Movimento Estudantil fortalecia-se como importante frente de engajamento destas no cenário de militância política.

Embora o engajamento político das mulheres ser considerado um novo meio de pensar a militância, sua participação e atuação, contudo, manteve-se à parte dos estudos historiográficos acerca do período ditatorial, tanto nas universidades quanto no Movimento Estudantil. Ao realizar esta pesquisa, ficou evidente a carência de arquivos e estudos sobre o tema, tornando a coleta de informações e análises um desafio difícil a ser superado. Embora o tema possa ser abordado pela História do Tempo Presente, o que possibilita o contato com os agentes históricos do período estudado, na prática, não foi possível encontrar muitos testemunhos e estudos sobre essas mulheres. Ao consultar possíveis fontes como o Arquivo Nacional e dossiês presentes na Comissão Nacional da Verdade (CNV), notou-se que inúmeros documentos não estão mais disponíveis para acesso.

Ao buscar os registros de relatos de mulheres que atuaram na política estudantil, observa-se também que em alguns casos, prevalecem o medo ou a vergonha de exposição, causados pelas violências sofridas por elas. Neste cenário que compromete a busca a respeito da história feminina no movimento estudantil, entre as poucas fontes encontradas foi possível construir uma narrativa acerca de três mulheres que lutaram no movimento estudantil, sendo estas Helenira Resende de Souza Nazareth, Catarina Meloni Assirati, ex-militante da Ação Popular e, por fim, Suely Yumiko

Kanayama. Falar sobre estas mulheres assemelhou-se a montar um quebra-cabeças onde as peças do mesmo encontravam-se espalhadas e confusas.

### **Helenira Resende de Souza Nazareth**

Helenira Resende de Souza Nazareth era uma mulher negra de 1,70 m de altura, com traços marcante, reconhecida pela coragem e sagacidade. Nasceu em 19 de janeiro de 1944 em Cerqueira César, interior paulista. Aos quatro anos de idade mudou-se com a sua família para a cidade de Assis, também no estado de São Paulo. Ainda em Assis concluiu seus estudos na Escola Estadual Dr. Clybas Pinto Ferraz onde iniciou sua trajetória como líder estudantil ao fundar o grêmio estudantil sendo eleita a sua primeira presidente.

desde jovem, Helenira mostrou-se uma aluna inteligente e comunicativa, além de boa atleta- o basquete e o atletismo lhe rendiam destaque nos campeonatos estudantis. Baseando no depoimento de sua irmã, Helenalda Nazareth, ainda jovem, Helenira dedicou-se aos estudos marxistas e logo se tornaria uma destacada liderança estudantil (SILVA, 2008, p. 390).

Segundo o depoimento de sua irmã Helenalda Resende, presente no Dossiê de Mortos e desaparecidos políticos (2009, p.190), Helenira destacava-se por meio de sua inteligência, dedicava aos estudos marxistas desde cedo o que

“fez sentir como líder estudantil que, com posições avançadas defendia com firmeza suas propostas. Fundadora e 1ª presidente eleita do Grêmio Estudantil da Escola, já se pronunciava nos palanques e na Rádio Difusora de Assis, durante campanhas políticas dos candidatos que julgava dignos de seu apoio. E desde então, ou talvez desde o berço, foi-se formando líder estudantil, grande oradora nos Congressos Estudantis e nas manifestações de rua dos anos 60 (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p.190).

Sua atuação ganhou intensidade em São Paulo, ao ingressa-se no Curso de Letras na Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia, onde era reconhecida como “estudante nota cem” (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p. 190). Viveu intensamente a militância política dentro do Movimento Estudantil, buscando levar para a população informações acerca dos conflitos e da situação política que o país passava naquele momento por meio da organização de apresentações teatrais, como exemplo, muitas que foram realizadas com os “seus alunos de Português de duas escolas estaduais, uma no Jardim Japão e outra em Guarulhos, preparava peças de teatro consideradas subversivas na época” (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p.190).

Helenira tornou-se importante líder estudantil, seu carisma e inteligência eram reconhecidos por quem a acompanhava, seja na militância política ou simplesmente por quem convivia com ela. Ao ocupar o cargo de vice-presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1968 ganhou grande destaque nas frentes políticas, porém é possível notar que não há muitas informações sobre como e quando ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

**Figura 2.** Helenira Resende em Assembleia no CRUSP (Conjunto Residencial da USP)



Fonte: Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <https://www.grabois.org.br/portal/artigos/154490/2018-07-05/o-pcdob-e-o-movimento-estudantil-em-1968>. Acesso em 02 de março de 2022

Durante sua militância frente ao M.E foi presa em dois momentos, o primeiro como informa o documento do Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, de 29 de junho de 1967 ao ser indiciada junto ao seu colega Rafael Orlando D’Alessio por pixarem o muro da Faculdade Mackenzie, com os dizeres “abaixo as leis da ditadura”, quando convocava colegas para manifestarem nas ruas. O segundo momento ocorreu em 12 de Outubro de 1968, pelo DOPS do Paraná, tendo sua prisão decretada em setembro do ano seguinte pela Auditoria da 5ª Região Militar, ao participar como delegada no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), juntamente com os 800 estudantes detidos naquele momento.

**Figura 3.** Helenira após ser detida durante o 30º Congresso da UNE em Ibiúna, SP.



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Rubens Paiva. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>. Acessado em 02 de março de 2022

Durante sua segunda prisão, Helenira foi para o Presídio Tiradentes localizado na cidade de São Paulo, conhecido por abrigar presos políticos na Era Vargas e na ditadura militar, com os demais estudantes detidos em Ibiúna. Logo em seguida, transferida para a sede paulista do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Bairro Higienópolis.

foi interrogada e torturada pelo temido delegado Sérgio Paranhos Fleury, famoso por seus métodos violentos usados para extorquir informações dos presos políticos. Helenira teria resistido bravamente à tortura e à humilhação, sem revelar, e nem ao menos abaixar sua cabeça, olhando fixamente para o seu algoz, o que teria irritado profundamente o delegado Fleury (SILVA, 2008, p.390).

Após a sua transferência para o presídio de Mulheres de Carandiru, penitenciária feminina também localizada na capital paulista, onde esteve detida por dois meses, foi libertada da prisão por meio de um *habeas corpus*. Helenira foi solta pouco antes da promulgação do AI-5, e, desde então, adotou o codinome de “Fátima”. Na clandestinidade, ela permaneceu por um tempo no movimento estudantil, atuando em uma das frentes de trabalho do PCdoB, seja no Centro Acadêmico de Letras da USP ou na UNE, onde foi eleita vice-presidente, em 1969 (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p.191)

A promulgação do AI-5, porém, foi responsável pela mudança de rota do Movimento Estudantil. Segundo Ridenti (2010), aqueles que estavam engajados na militância e na resistência à ditadura logo pegaram as armas e engataram no engajamento na luta armada:

As organizações armadas faziam-se presentes especialmente junto ao movimento estudantil insurgente. Exemplificando, durante o segundo semestre de 1968, quando universitários ocuparam o prédio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, na Rua Maria Antônia, pelo menos a ALN e a VPR forneceram armas para que seus simpatizantes defendessem o prédio de uma eventual invasão do Comando de Caça aos Comunistas (RIDENTI, 2010, p.50).

O autor afirma que a tentativa de consolidação de uma “nova esquerda”, fora de amarras teóricas tradicionais do Partido Comunista Brasileiro, PCB, levou formação de diversos grupos armados, tendo os estudantes como sua principal fonte de membros. Nesse contexto de privação dos espaços de atuação social e política, impulsionou Helenira a compor os quadros da Guerrilha do Araguaia, no sudeste do Pará. A jovem, culta e inteligente foi responsável por organizar saraus de música e poesia no período de preparação da guerrilha, defendendo que as artes mantinham o corpo e a mente sãos, como a revolução necessitava. Segundo Polari (2008), Helenira trabalhou na frente de conscientização política dos camponeses da região.

Em depoimento ao Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE)/GTNMP-RJ, Criméia de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, explica que durante o ataque do Exército em 29 de setembro de 1972, Helenira foi torturada antes de sua morte. Ela havia sido atingida por uma rajada de metralhadora, que a impossibilitou de andar, recebendo diversos golpes de baioneta na cabeça, em 06 de junho de 1979, o que no Dossiê Ditadura (2009, p.191) ao trazer um jornal publicado no período trabalha com detalhes acerca da morte de Helenira.

um jornal publicou sobre Helenira que: “...o lugar onde estava virou uma poça de sangue, conforme falaram soldados do PIC (Pelotão de Investigações Criminais)... e confirmaram que a coragem da moça irritou a tropa. Helenira foi morta a baionetadas!” No jornal “A Voz da Terra”, de 08 de fevereiro de 1979, há uma extensa matéria que, sob o título “A Comovente História de Helenira”, conta a história dessa combatente pela liberdade no Brasil. Até hoje, sua família, oficialmente, de nada foi informada (ALMEIDA, *et., al.*, 2009, p. 191).

Helenira é considerada desaparecida política ao desconhecer a localização de seus restos mortais. Mesmo após a sua morte, sua família foi convocada a prestar depoimentos inúmeras vezes (ALMEIDA *et., al.*, 2009, p.191). Por fim, sua imagem como militante universitária é marcante em



sua trajetória, na qual atuou como uma figura voltada à conscientização política, uma importante característica do Movimento estudantil. A atuação voltada à propagação do conhecimento adquirido é uma experiência destacada nos testemunhos dos militantes.

Assim como Helenira, Catarina Meloni esteve à frente da militância estudantil. As histórias de ambas militantes encontram-se em alguns momentos da atuação política, como a prisão no Congresso de Ibiúna e no presídio Tiradentes, marcando a violência do período da Ditadura aos grupos políticos de esquerdas. Contudo, Meloni toma caminhos diferentes a Helenira ao se manter na resistência urbana até seu exílio, como trataremos a seguir.

### **Catarina Meloni Assirati**

Catarina Meloni nasceu no interior paulista, onde as informações acerca da data de seu nascimento não foram encontradas. É descendente de italianos, de família numerosa e com vários irmãos, ela cresceu aos moldes do tradicionalismo do interior, onde a família se organizava em volta de seu pai, e posteriormente de seu irmão mais velho, e mesmo com a presença materna forte, as decisões da casa deveriam ser tomadas pelo homem responsável pelo núcleo familiar.

Qualquer tentativa de afastar-se desse núcleo era retratada como uma traição aos valores familiares. Deste modo, o gosto de Catarina pelos estudos não era aceito por seu pai, o mesmo não via com bons olhos uma de suas filhas ter uma educação formal, o mesmo defendia que os estudos seriam responsáveis por levar suas filhas a “sustentar marido sem-vergonha. Tinham de ser boas donas de casa. A obrigação do homem era sustentar a casa, da mulher, governá-la, criar e educar os filhos” (MELONI, 2009, p.31).

Apenas após a morte de seu pai que Catarina continuou seus estudos, se destacando principalmente na escrita, mesmo não sendo um ato bem visto por seus irmãos mais velhos. Para Meloni ter chegado à universidade foi um ato de teimosia e coragem e até mesmo de desacato. Ela colocou os estudos acima do trabalho, rompendo com os valores patriarcais da família italiana camponesa. Ingressou no curso de Letras da Universidade de São Paulo, USP, onde pôde desfrutar de um sonho: “São Paulo tinha me dado a realização de um sonho impossível: sair do interior torne-me urbana, ter profissão, estudar na maior universidade do país” (MELONI, 2009, p.27).

Todavia com o crescimento da repressão política com os anos que sucederam o golpe de 1964, ingressar na universidade, já não era mais o único objetivo dos estudantes no país, cada um

devia buscar por mudanças sociais, se organizar politicamente e trabalhar na conscientização política da população para levantar questionamentos acerca da violência política imposta no Brasil.

De acordo com Meloni (2009), era preciso pensar, primeiro, no outro, o diploma não era mais o único motivo para estar ali, o espaço das universidades já não eram mais locais voltados apenas às aulas, mas palcos para o recrutamento de militantes para a luta política, seja por meio de assembleias, reuniões ou adesão a grupos e partidos de esquerda, como aconteceu em 1967, quando Catarina se aproximou da Ação Popular, movida por dois fatores: O primeiro estava ligado ao desejo de fazer parte de um grupo social e, o segundo, à busca pela consciência social.

Já dentro do movimento estudantil, Catarina ainda muito jovem e com pouca experiência na militância, assumiu a presidência da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Sua imagem jovial atrapalhava na construção de sua imagem como liderança, não era bem vista para sociedade,

a população não via na juventude revolucionária indivíduos maduros e com propostas suficientes para resolver os problemas do país, pelo contrário. Éramos admirados por nossa coragem e desprendimento, mas éramos criticados porque nos lançamos naquela atividade sem mediar consequências dos nossos atos e estávamos justificando a repressão com nosso comportamento (MELONI, 2009, p. 19).

Em 1967, Catarina assumiu por completo a presidência da UEE, cargo marcado por eleições em um período conturbado no Movimento Estudantil, o qual experimentava inúmeros confrontos internos. Ao assumir por inteiro a militância estudantil, conheceu novas realidades: pesquisava, frequentava as aulas e tinha seu emprego, porém mesmo repleta de demandas, foi um período de muita solidão.

sentia-me diferente de minha mãe, que fora submissa e resignada na sua condição de mulher, primeiro obediente ao marido, e quando este morreu, aos filhos homens. Ela era uma mulher valente e decidida para as coisas do lar e da criação dos filhos, mas frágil para as coisas da rua, do mundo externo. (MELONI, 2009, p.22).

A tarefa de criar um mundo novo era inspiradora, contudo, solitária. Desprender-se do que era normalizado desde sua infância e reconstruir uma nova imagem, desorganizava a vida. Era uma fase heroica, aonde que com seus companheiros iam de casa em casa falar sobre a importância de se

falar de política naquele momento. Aquele momento afrontou sonhos e planos, mudando a aparência física e renunciando às pessoas que amava.

Assumi por completo a clandestinidade em 13 de dezembro de 1968, após sua prisão em Ibiúna, no 30º Congresso da UNE, onde assim como os 800 estudantes que estiveram participando da reunião que não chegou a ser iniciada devido à ação policial. Foi levada ao presídio Tiradentes sendo interrogada pelo general Sérgio Fleury que repetia frases como “vocês são massa de manobra dos comunistas. Inocentes úteis. Está sendo usada por esses comunistas” (MELONI, 2009, p.39), onde a própria capacidade de Catarina Meloni de tomar as suas decisões não eram válidas ou algo a ser pensado e a atuação feminina, para Fleury fosse apenas como algo a ser explorado pelos homens comunistas. Diante das ofensas proferidas pelo delegado Fleury, Meloni considerava que chegava a ser irônico ver aquele homem falar daquele jeito com ela.

eu estudava grego na Universidade, francês, literatura medieval, linguística. Tinha lido os clássicos já no 2º grau. Agora nada daquilo existia. Aquele homem zerava todo o conhecimento humano, decidia o certo e o errado; sabia quais eram os bons e quais eram os maus elementos, no seu jargão de policial (MELONI, 2009, p. 35).

Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o endurecimento da repressão política, Catarina praticamente precisou apagar seu passado tendo em vista que.

um clandestino é uma pessoa sem passado. A clandestinidade desorganiza a vida e cria até uma certa alienação. Por causa de forças externas o indivíduo, este deixa sua identidade, seu meio, seus afazeres costumeiros e passar de dedicar-se a novas funções. Principalmente se esconde e tem medo constante de ser reconhecido, por qualquer dos casos, seria o fim da segurança e exigiria medidas como mudar de casa, de trabalho, de caminhos, de amizade. Quem está na clandestinidade não tem certeza de nada (MELONI, 2009, p. 65).

Catarina Meloni aponta que era necessário se tornar uma nova pessoa, mesmo que isso fosse doloroso e solitário. A clandestinidade “cria a pior situação social que o indivíduo pode experimentar” (MELONI, 2009, p. 65), contudo, era necessária em face da situação política enfrentada a partir de 13 de dezembro de 1968. Esta situação, possuía data para começar, mas não tinha prazo para acabar.

**Figura 4.** Catarina Meloni discursando em manifestação pública



Fonte: Marie Claire. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>.  
Acessado em 03 de março de 2022

Meloni sabia quando iniciava sua clandestinidade, mas não sabia como terminaria, posteriormente foi exilada voltando apenas em 30 de dezembro de 1977. Ao voltar para o Brasil encontrou divergências no grupo que militava.

Estranhamente, algumas pessoas, até antigos companheiros, ou por não compreenderam a situação, ou por ciúmes, mostraram medo de fortalecer a simbologia do retorno e da destaque político aos que tinha estado fora tantos anos. Viam os que voltavam como dinossauros, gente com a cabeça no passado que tinha ficado todos aqueles anos passeado e se divertindo na Europa, e a si mesmos como os resistentes e produtivos, responsáveis por manter o país em pé (MELONI, 2009, p.63).

Desde a perspectiva da história dessas duas mulheres, buscamos nos aproximar do movimento estudantil e de suas integrantes, que apesar de terem muitas pautas em comum, como a luta anti-ditatorial e o reconhecimento como militantes em seus grupos de ação, carregavam também diversas pautas de acordo com sua expressividade social. A exemplo, encontramos outra militante do curso de Letras da USP, Suely Yumiko Kanayama, que juntamente com outras nisseis percorreram os corredores da Universidade representando além da pauta estudantil a representatividade étnica.

### **Suely Yumiko Kanayama**

Assim como Helenira, encontrar informações acerca de Suely Yumiko Kanayama foi uma tarefa difícil, contando com uma quantidade menos expressiva comparada à trajetória de outras mulheres militantes que nosso trabalho buscou analisar. Falar sobre Kanayama é relatar a trajetória

de um fantasma frente à militância estudantil, ora representando uma personalidade importante para atuação política, ora não encontrando quase nada a seu respeito.

**Figura 5. Suely Yumiko Kanayama**



Fonte: Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/suely-yumiko-kanayama/>. Acesso em 04 de março de 2022.

Suely nasceu em 25 de maio de 1948, em Coronel Macedo, interior de São Paulo. Ao finalizar seus estudos no 2º grau no Colégio Albert Levy em 1967 logo ingressou no curso de Licenciatura em Língua portuguesa e germânica da Universidade de São Paulo, onde deu início à militância na Faculdade de Letras e Humanidades da USP ao lado das principais lideranças estudantis perseguidas na clandestinidade ou no exterior (ALMEIDA, *et. al.*, 2009, p.390) onde também ocupou como cadeira opcional o curso de Língua Japonesa durante os anos de 1965 e 1969.

Durante a sua trajetória na Universidade de São Paulo, Suely conheceu outras mulheres de ascendência oriental, onde juntas participavam da militância estudantil. Como exemplo, podemos citar a sua amizade com Rioko Kaiano, estudante também do curso de Letras da USP, onde que juntas formaram a frente das Nisseis das Letras, vinculada à Ação Popular.

Rioko Kaiano, que entrou na universidade na mesma época que Kamayana, lembra-se de ter se sentido atraída por ela, alguém do ‘interior, igual como eu’. Foi Kaiano quem convidou a Kamayama “timidazinha” para as reuniões e a ações de protesto da Ação Popular (LESSER, 2008, p.158).

Posteriormente ao conhecer Nair Yumiko Kobashi, militante estudantil vinculada ao PCdoB, formaram o Exército de Japoneses, nome dado por Helenira Resende para referir às militantes de

origem nipônica. Para Rioco Kaiano em entrevista apresentada por Lesser (2008), Helenira tinha uma liderança muito forte, de carisma e alegria notáveis, ao utilizar o termo como referência a ela e às suas colegas, logo o Movimento Estudantil passou a reconhecê-las como Exército Japonês da USP. Kaiano menciona que ao serem chamadas assim era até mesmo engraçado.

a gente achava... Engraçado. Porque era...engraçado. Não tinha nenhuma conotação, sabe? Ela era altona, negra...E nós era tudo baixinha. Tudo miudinha [...] Então era eu, a Suely, a Nair, essa Eni, tinha uma outra que se chamava Nana...Então era muito engraçado. A gente ia na passeata, ia naquela fileira, ela falava assim, 'lá vem o exército japonês!, sabe? Então era até como se fosse um elogio, para mostrar...quer dizer que éramos japonesas. Nós éramos ali da esquerda, da luta. (LESSER, 2008, p.133).

Desta forma os nomes étnicos não eram aplicados apenas a indivíduos, o que era visto como solidariedade grupal criava uma imagem mais informal de diferença. Rioco Kaiano e Nair Yumiko Kobashi lembram com prazer, que quando andavam pelo campus da USP com outras militantes nipo-brasileiras, onde eram reconhecidas como “Exército Japonês”, como já mencionado, ou as “nikkeis das letras”. Como defendido por Lesser (2008), o ingresso de descendentes nikkeis na militância de esquerda esteve atrelada a necessidade de provar sua brasilidade, principalmente após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Estes descendentes ao engajarem na luta política, eram cobrados maior atenção e trabalho árduo devido aos estereótipos formados de acordo com sua etnicidade.

Suely se matriculou pela última vez no curso de Letras em 1970, e assim como as principais lideranças que a acompanhava no movimento estudantil vinculou-se ao PCdoB, já assumindo posição de clandestinidade. O M.E tornava-se importante frente de recrutamento de militantes para a resistência armada, e com Suely não foi diferente, em 1971 dirigiu-se ao alto Araguaia sendo uma das últimas a integrar o “departamento B” da Guerrilha, liderado por Osvaldo Orlando da Costa, mais conhecido com Oswaldão.

Suely foi morta em setembro de 1974 em uma emboscada realizada por oficiais na Aeronáutica, tendo o seu corpo perfurado por aproximadamente 100 balas de grosso calibre, como apresentado no Dossiê De Mortos e Desaparecidos políticos (2009, p.390). No relatório do Ministério da Aeronáutica, Suely foi morta ao negar sua rendição, onde há uma tentativa de explicar sua morte, o que não é visto no relatório do Ministério da Marinha onde é apenas apresentado a seu

falecimento em 1974. Sua morte foi mais comentada que sua vida, (LESSER, 2008, p.159) onde os principais veículos jornalísticos do período apresentavam o seu assassinato como carregado de conflitos violentos.

Fernando Portella, um dos primeiros jornalistas a trazer a público a história do Araguaia, afirma que Kamayama teve uma reação extremamente violenta à incursão militar: apesar de gravemente ferida, ela atirou no rosto de um soldado pára-quedista que tentava ajudá-la e morreu sob uma rajada de metralhadora que crivou seu corpo com mais de cem balas. (LESSER, 2008, p.159).

Lesser (2008) aponta que após a Segunda Guerra Mundial, o imaginário popular construía a imagem violenta dos japoneses e seus descendentes, principalmente ao se assustarem com a história dos *kamikazes*, soldados que se lançavam junto a seus aviões em direção aos inimigos em uma técnica suicida, que participaram do conflito. Deste modo não é de surpreender que as matérias jornalísticas representassem Suely dessa maneira, carregada de violência. Seu cadáver foi ocultado, segundo coronel da aeronáutica, Pedro Cabral em um “local chamado Bacaba, este que antes onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército – CIEEx, foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros.” (ALMEIDA, *et. al.*, 2009, p.390). Posteriormente, seu corpo foi desenterrado e transferido para a Serra das Andorinhas, sendo jogado em uma pilha de corpos misturados entre lixos velhos. Assim sendo considerada desaparecida política devido ao fato de que seus restos mortais nunca foram entregues à sua família e seu corpo não recebeu sepultamento.

Yumiko se tornou uma figura de resistência nikkei, representando a militância nipônica, sua atuação perante a repressão política se compara a um kamikaze, capaz de morrer pelo que acredita, que como afirmado por José Genuíno, pela bravura, coragem e engajamento (LESSER, 2008). Sua morte carrega controvérsias, é considerada desaparecida política por seu cadáver nunca ter sido encontrado. Suely “morreu aos 25 anos, dos quais três foram dedicados à guerrilha, em defesa da causa que acreditava, da Liberdade” (ALMEIDA, *et. al.*, 2009, p.390), e assim como a história dos *kamikazes*, morreu pelo o que defendia.

### **Considerações finais: Encontros e desencontros da militância de Helenira, Catarina e Suely**

Desde a perspectiva da história dessas três mulheres, buscamos nos aproximar e compreender da participação feminina no movimento estudantil. Embora diferentes e repletas de



particularidades, pode-se observar que suas histórias possuem vários aspectos em comum: O primeiro a ser ressaltado é o da politização experimentada no ambiente estudantil. Embora provenientes de cidades do interior paulista, as três mulheres conheceram a militância e se engajaram politicamente como estudantes, demonstrando a força de atração desempenhada pelo ambiente acadêmico, em meio àquela atmosfera de efervescência política e cultural dos movimentos de resistência ao golpe de 1964. O segundo aspecto a ser analisado diz respeito à sua subjetividade enquanto mulheres, ou seja, como influenciou na memória da militância política. Suely teve sua morte relatada fantasiosamente no noticiário da época. Catarina, durante a prisão, apesar de seu potencial intelectual, na visão dos militares, era considerada como alguém a ser usada pelos homens, os comunistas, em uma disputa política e ideológica maior.

Por fim, há um terceiro aspecto a ser ressaltado a respeito dessas três mulheres: ela se constituiu por meio de instituições com pautas em comum, mas que possuíam também inúmeras divergências entre si (RIDENTI, 2010, p.117). Deste modo, com as circunstâncias apresentadas no período da ditadura militar, as três ativistas direcionaram sua militância política para o endurecimento de sua atuação, onde Suely e Helenira direcionaram ao movimento de Guerrilha no Araguaia, no estado do Pará, e Catarina vivendo anos na clandestinidade e no exílio, de onde, alega, nunca mais ter saído.

Ao longo da pesquisa, procuramos recuperar, a partir de diversas fontes coletadas e da historiografia, indícios que pudéssemos utilizar para resgatar a memória da atuação dessas mulheres na política de sua época, como se estivéssemos montado um quebra cabeças onde as peças estão bem escondidas. Foi significativa durante nossa investigação a falta de produção bibliográfica a respeito da militância feminina no período estudado. Ao trabalhar com a ideia de desconstrução e reconstrução dos papéis de gênero, esta pesquisa mostra-se relevante ao analisar o papel feminino como agente histórico no período ditatorial, refletindo sobre as mulheres e a pluralidade que estas carregam consigo. Por meio da experiência de três estudantes do curso de Letras da USP, que apesar das suas diferenças, tiveram uma experiência comum, a atuação política no movimento estudantil, em partidos políticos e na resistência à ditadura, o que nos ajudou a entender melhor a experiência feminina na luta política durante a ditadura militar.

A pesquisa realizada, sobretudo, a partir de fontes bibliográficas e em arquivos disponibilizados em bancos de dados online, permite constatar que a produção científica a respeito

do tema ainda é escassa, reproduzindo a ideia que a participação feminina na política não teve expressão o suficiente para transformar a sociedade ou para ser lembrada faz parte dos estudos voltados à História do Tempo Presente, onde os testemunhos acerca destas mulheres foram fundamentais para que suas memórias não fossem silenciadas, onde a memória e a História se relacionam tendo, segundo o historiador Carlos Fico, “o propósito explícito (e político) de se evitar o esquecimento” (FICO, 2012, p. 48). Diante dessa perspectiva, este estudo evidencia a necessidade de ampliar as pesquisas sobre a participação feminina na política compreendendo suas particularidades por meio de novos olhares e abordagens de uma historiografia que visa não apenas mencionar, mas trazer à tona a relevância das mulheres na História.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Crimeia A. S. de; TELES, Janaína de A.; TELES, Maria Amélia de A.; LISBÔA, Suzana K. (orgs). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, IEVE/Imprensa Oficial, 2009.
- BARROSO, Eloísa Pereira. Relações de gênero na guerrilha: a configuração dos espaços de luta. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 34, p. 556-575, 2021.
- BRIGGMAN, Luisa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. **WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO Soraia Carolina de (Orgs.). Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, p. 6412-6835, 2019.
- DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia [1]. *Revista Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia história*, v. 28, p. 43-59, 2012.
- GARCIA, M. A. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 8/9, p. 319–342, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1886>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- KLEM, Bruna Stutz. *Historiadoras: Aproximações femininas à história da historiografia brasileira*. Orientador: André de Lemos Freixo. 2019. 93 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Ouro Preto, 2019.
- LESSER, Jeffrey. Duas mortes lembradas. *In: UMA DIASPORA descontente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. cap. 4, p. 157-171.

MELONI, Catarina. **1968: o tempo das escolhas**. Nova Alexandria, 2021.

NOGUEIRA, André. **Por que Jânio quadros renunciou? O presidente revelou a verdade em seu leito de morte**. São Paulo, 16 fev. 2020. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/por-que-janio-quadros-renunciou-o-presidente-revelou-verdade-em-seu-leito-de-morte.phtml>. Acesso em: 31 dez. 2021.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia**. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, dez. 2018. ISSN 1983-9928.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista estudos feministas**, v. 16, p. 305-332, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina (orgs). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 115-137, 2010.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O Fantasma da Revolução Brasileira. 2º Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora UNESP. 2010. 324 p.

RODEGHERO, C. S.; MACHADO, V. Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura. **História Oral**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 33-57, 2017. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/738>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 77-105, 2014.

SANTOS CANABARRO, Ivo. “A pequena história da mulher que foi para a casa da morte e sobreviveu para contar as suas memórias”. **Revista História: Debates E Tendências**, v. 21, n. 2, p. 25-43, 2021.

SOUZA, Cristiane Prudenciano de. 5 pontos sobre o feminismo que você precisa saber. Polirize, 2022. Disponível em: < <https://www.polirize.com.br/5-pontos-sobre-feminismo/> >. Acesso em: 24 de nov. 2022.

SHARPE, Jim. A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO. In *A Escrita da História: Novas Perspectivas*/Peter Nurke (org.) São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1992

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel. Entre livros e armas: Helenira Rezende-guerrilheira, sim senhor. **Revista Gênero**, v. 8, n. 2, 2008.

TEGA, Danielle et al. **Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

TEIXEIRA DOS SANTOS, M. F. Lugar de mulher é na luta: considerações sobre a participação feminina no movimento estudantil. **CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. L.], n. 6, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17101>. Acesso em: 20 jan. 2022.

TELES, Maria Amélia de A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Brasiliense Editoria, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 505-522, 2015.

#### Fontes:

Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE)/GTNMP-RJ. "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964". São Paulo, Imprensa Oficial, 1996. Disponível em CNV:

<<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso em: 03 mar. 2022.

## As Masculinidades Populares são hegemônicas? Notas sobre masculinidades, gênero e poder na Bahia (Feira de Santana)

Are Popular Masculinities Hegemonic? Notes about masculinities, gender and power in Bahia (Feira de Santana)

**Alessandro Cerqueira Bastos**  
Doutorando em História Social  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
alessbastos1997@gmail.com

**Recebido em:** 11/09/2022

**Aprovado em:** 10/10/2022

**Resumo:** Este artigo, ainda que de modo provisório e abreviado, busca discutir a construção de masculinidades dos segmentos populares em uma cidade do interior da Bahia, Feira de Santana, nas últimas décadas do século XX. Busca, ainda, testar a plausibilidade do emprego do conceito de masculinidade hegemônico para explicar as masculinidades dos homens populares que emergem da documentação jurídica aqui considerada. Para tanto, recorre-se à análise de casos exemplares por meio de uma leitura microanalítica e densa. Tenta-se, pois, operar na confluência entre a História Social da Cultura, os estudos de gênero, estudos feministas e os estudos sobre masculinidades para responder às questões propostas pelos achados empíricos. Ao final, verifica-se que o conceito de masculinidade hegemônica mais esconde do que explica as experiências e as ideias sobre ser homem dos homens das classes trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Masculinidades; Gênero; Poder.

**Resumen/Abstract:** This article, although provisionally and abbreviated, seeks to discuss the construction of masculinities of popular segments in a city in the interior of Bahia, Feira de Santana, in the last decades of the twentieth century. It also seeks to test the plausibility of using the concept of hegemonic masculinity to explain the masculinities of popular men that emerge from the legal documentation considered here. For that, we resort to the analysis of exemplary cases through a dense and microanalytical reading. Therefore, we try to operate at the confluence between the Social History of Culture, gender studies, feminist studies and masculinity studies to answer the questions posed by the empirical findings. In the end, it appears that the concept of hegemonic masculinity hides more than explains the experiences and the ideas about be man of working class men.

**Keywords:** Masculinities; Gender; Power.

### Brincadeiras perigosas...

Carcará  
Lá no Sertão  
É um bicho que avoa que nem avião  
É um pássaro malvado  
Tem o bico volteado que nem gavião  
Carcará quando vê roça queimada  
Sai voando e cantando  
Carcará  
Vai fazer sua caçada  
Carcará  
Come inté cobra queimada  
Mas quando chega o tempo da invernada  
No sertão não tem mais roça queimada  
Carcará mesmo assim não passa fome  
Os burrego que nasce na baixada  
Carcará  
Pega, mata e come  
Carcará  
Não vai morrer de fome  
Carcará  
Mais coragem do que homem  
Carcará  
Pega, mata e come  
Carcará é malvado, é valentão  
É a águia de lá do meu sertão  
Os burrego novinho num pode andar  
Ele puxa no imbigo inté matar  
Carcará  
Pega, mata e come  
Carcará  
Não vai morrer de fome  
Carcará  
Mais coragem do que homem  
Carcará  
Pega, mata e come  
Carcará  
Carcará  
Carcará  
Pega, mata e come  
Carcará  
Não vai morrer de fome  
Carcará  
Mais coragem do que homem

Carcará  
Pega, mata e come

Composição: João Do Vale e Jose Cândido

Este texto busca refletir sobre os sentidos e as experiências de masculinidades de homens negros provindos dos segmentos populares no interior da Bahia. Algumas representações de bravura, valentia e irracionalidade absolutas foram sendo construídas em torno dos homens trabalhadores das diferentes áreas interioranas do país ao longo do século XX. Tais imagens, ao se pautarem em referenciais cristalizados e absolutizados, eternizaram no imaginário social e acadêmico a ideia de que os homens nordestinos seriam matutos, analfabetos, famintos à espera de alguma vítima para abaterem friamente. Levando a sério tais inferências descritas aqui de maneira caricatural, por um lado, busco apresentar situações nas quais referenciais culturais de bravura e força física indicativos de uma masculinidade hegemônica foram utilizados e, de outro, questiono se, de fato, sujeitos subalternos reproduzem exatamente a forma hegemônica da masculinidade e, se ao fazê-lo, assumiriam algum privilégio social por tal feito.

Para tanto, recorro a uma documentação jurídica, especialmente processos criminais, para apreender aspectos cotidianos, momentos de conflito, relações afetivas, etc entre populares, assim como ideais de masculinidade e alguns referenciais de virilidade assumidos e/ou contestados por estes sujeitos. Trata-se de uma narrativa interpretativa baseada nos pressupostos da História Social da cultura, dos Estudos de gênero e das Teorias Feministas. Assume-se, pois, neste texto, a complexidade da constituição das masculinidades e feminilidades no tempo e no espaço, construídas de maneira relacional e dinâmica, as quais se combinam ou se associam às diferenças de raça, classe social, sexualidade e outras. À medida que forem sendo mobilizados, as categorias aqui indispensáveis serão devidamente discutidas, evitando-se, com isso, compartimentar a teoria e a análise empírica da documentação trabalhada.

Feira de Santana, assim como outras espacialidades do país do Norte e Nordeste, vivenciou nas últimas décadas do século XX intensos e contraditórios processos de remodelações urbanas cujo escopo tem sido discutido por uma extensa bibliografia sobre o tema. O tom da discussão sobre o tema, mesmo sem intenção, assume o Sudeste como ponto de partida para compreender as outras dinâmicas históricas nas demais localidades brasileiras, comparando, por exemplo, a chegada da eletricidade ou o surgimento de certos equipamentos públicos. Nem sempre certos sobre o que seriam



modernidade ou modernização, esses diversos autores se preocuparam em descortinar as especificidades de tais experiências históricas<sup>1</sup>. Para Feira de Santana, tomada como recorte espacial deste artigo, não foi diferente. As propostas que buscavam descaracterizar a cidade de seu aspecto sociocultural e econômico sertanejo e rural se traduziriam em modificações de ruas, proibições de práticas antes bastante disseminadas como a perseguição a bois, e assumiriam um caráter elitista por excelência ao negar as bases culturais que deram origem à própria cidade<sup>2</sup>. Sem assumir o risco de tratar o “caso” como indicativo de uma especificidade feirense ou nordestina, vamos tratar neste trabalho de experiências socioculturais que emergiram de contextos marcados pelas disputas pela sobrevivência, em torno da terra, das agruras das secas e das estiagens, pelo intenso processo migratório interno (este aliás bem menos conhecido pela literatura produzida no Sudeste). Ou seja, informado pelas contradições inerentes aos processos chamados, por falta de termo mais de adequados, de modernização.

Com relação ao método adotado no tratamento de fontes, saliento que optei por uma abordagem qualitativa, focalizando casos exemplares que emergiram da documentação jurídica. Seleccionei os casos que evidenciassem conflitos interpessoais por meio dos quais foi possível discutir as questões e as problemáticas aqui levantadas. Não é nenhuma novidade o recurso à microanálise para o estudo da documentação jurídica na historiografia brasileira e internacional (REVEL, 2010). Tais estudos preconizam uma variação na lente de observação dos fenômenos históricos, de modo a calibrar a lente para observar aquilo que escaparia dos olhos de abordagens meramente globalizantes. A par destas contribuições, realizei uma leitura densa da documentação – e aqui a referência a Clifford Geertz<sup>3</sup> é marcante –, buscando, portanto, os detalhes e os sinais (GINZBURG, 1992) que me

---

1 Basta uma rápida busca pelos trabalhos que se pautam no conceito de modernidade. Nestes, via de regra, há uma busca pelas alterações urbanas que influenciaram não só nos aspectos físicos da cidade, mas também mudariam hábitos e mentalidades. Comentando a produção historiográfica da década de 1990 produzida na Bahia e outros estados, o historiador Alberto Heráclito Ferreira Filho (2007) teceu críticas severas à mobilização do conceito modernidade. Para o autor, sem levar em conta a realidade que recepcionaria tal ideal, seríamos levados a exagerar o impacto da modernização e acabaríamos por ignorar os conflitos inerentes a esses processos históricos.

2 A respeito dessa discussão cujo escopo foge de nossos propósitos veja-se o livro de Clóvis Ramaiana Oliveira (2016).

3 Ao buscar os sentidos das ações humanas, Clifford Geertz (1989) produziu algo como uma Antropologia interpretativa. A historiografia cultural e social contemporânea muito dialoga com tal abordagem ao dispensar bastante atenção aos detalhes ao modo de um etnógrafo. É evidente que nem sempre há uma referência direta a Geertz nesta produção historiográfica, mas vale ressaltar sua importância ainda que de maneira implícita. Os críticos, por outro lado, propõem que tais abordagens poderiam redundar numa concepção culturalista da realidade histórica, onde tudo, exatamente tudo, não passaria de mera interpretação.

revelassem certos aspectos cruciais dos mundos estudados: masculinidades, violência, honra, virilidade, cotidiano, relações de poder, etc.

Vamos às histórias. Em 29 de setembro de 1962, logo cedo no distrito de Maria Quitéria, alguns homens se reuniram para a bata de feijão do Sr. Godofredo. Nas áreas rurais de Feira de Santana, e em outras partes do interior da Bahia certamente, a bata de feijão era realizada pelos roceiros com grande alegria e acompanhada de inúmeras canções. Os lavradores usavam instrumentos pesados para separar os grãos de feijão da palha seca. Ademais, a bata era, pois, tempo de festa, visto que era quando se comemorava a fartura da safra (SAMPAIO, 1977). Após o dia cansativo, os trabalhadores poderiam confraternizar por meio da “estaçõzinha”, como então era chamado o momento em que se bebia, se proseava e descansava na casa de algum dos participantes do grandioso evento. Estes eram, com alguma certeza, momentos de descontração e sociabilidades nas quais alianças se estabeleciam, comentava-se da vida e causos abundavam, porém a tranquilidade seria desfeita ao fim daquele dia por causa da notícia de um homicídio. Vamos, pois, aos fatos policiais.

Naquele dia, o lavrador, descrito como “branco”, 52 anos, chamado João Gonçalves, que também era subdelegado distrital, declarou que havia sido procurado às 19 horas pelo senhor Godofredo para tomar conhecimento de que:

[...] na estrada terra dura, o indivíduo Ildo Gonçalves, havia espancado com o cacete o seu companheiro de viagem Vitoriano Dutra, estando o mesmo no local do espancamento, bastante ferido (...) encontrou a pessoa de Vitoriano Dutra, deitado no chão, todo ensanguentado, apresentando ferimentos na cabeça (...). (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144).

A notícia se espalhou rapidamente entre os moradores do distrito. Mais cedo, por volta das 18 horas, Sinésio de Assis, também descrito como “branco” e agricultor, estava em casa quando seu filho Joselito lhe avisou que Dona Dindaura chorava em frente à casa de Policarpo, vizinho do depoente. Ao delegado, Sinésio declarou que se dirigiu depressa para o local, quando avistou sua comadre Lindaura em prantos. O depoente deve ter ficado preocupado com a cena, pois eram todos próximos naquela comunidade, posto que participavam de uma relação de compadrio (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144).

Segundo Sinésio, sua comadre teria afirmado que Ildo matou Vitoriano quando retornavam juntos da bata de feijão naquele dia. Assim como o subdelegado, Sinésio informou ter visto o corpo da vítima ainda em agonia estirado ao chão, ensanguentado e sem chances de continuar a viver. Ao descrever a vítima e o suspeito para o delegado, o declarante limitou-se a dizer que Vitoriano era “pacato”

e de “bons costumes”, enquanto a respeito de Ildo pesariam acusações de roubo, acumulando-se as várias passagens pela cadeia do distrito de Maria Quitéria (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144).

Note-se que, apesar de discutível como qualquer fonte histórica, a documentação judicial aqui utilizada descreveu alguns homens da comunidade como brancos e bastante respeitáveis por todos daquele universo. Ser branco é uma condição relativa, e embora se possa discutir o alcance das vantagens econômicas e sociais de sê-lo num lugar como o aqui descrito, deve ter sido bem mais vantajoso que ser negro, por exemplo (WARE, 2004). O próprio fato de serem descritos como “senhor” não apenas se deve à idade avançada, mas antes a uma percepção social partilhada pelo meio social de onde emergiam essas personagens. Situação bem diferente dos diretamente envolvidos no homicídio, como veremos adiante.

Outros depoimentos remontam os fios dessa história ajudando a tecer as percepções dos membros da comunidade a respeito dos envolvidos no crime. Por exemplo, Ulisses, descrito como lavrador e “pardo”, informou ao delegado que, ao voltar da bata de feijão com os seus companheiros, João Ferreira, Jaime e outros, observou o corpo da vítima agonizante no chão. Além disto, o depoente declarou que “a vida pregressa do acusado é a pior possível”. Todos naquela região comentavam sobre as passagens de Ildo à cadeia pública do distrito, de acordo com Ulisses. Vitória, por sua vez, conforme declarou Jaime, outra testemunha, tinha bom procedimento e “era aceito por todos” (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144).

Policarpo, lavrador e vizinho de Sinésio, declarou que o acusado do homicídio era “novo na região”, morava só há uns dois anos no lugar, o que talvez indique pouco tempo na vizinhança (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144). O fato de morar há muito tempo em uma localidade poderia ou favorecer o estabelecimento de laços de solidariedade, ou prejudicá-los. Esses vínculos eram importantes para momentos em que a reputação das pessoas era avaliada, típico de situações-limite como os processos-crimes. Isso é verdade, sobretudo, se considerarmos que Policarpo, ao enfatizar que a vítima era moradora antiga do distrito, descreveu-a positivamente como alguém “tratável” e de “bom procedimento” (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144).

Não podemos afirmar com certeza, por quais razões Ildo fora descrito como alguém de péssimo procedimento em boa parte dos depoimentos. Uma expressão, sem dúvida, bastante comum na documentação jurídica, repetida em situações nas quais se pretendiam descrever alguém como honesto diante da sua comunidade e das autoridades. Mas, o que elas nos dizem a respeito de uma das

problemáticas centrais deste artigo, qual seja, se é possível avaliarmos as masculinidades populares como hegemônicas?

Desconfio de que as passagens de Ildo pela cadeia contribuíram para a construção da sua estigmatização e da representação de perigo a ele associado. Mais que isso. Ildo, apontado como um criminoso reincidente pelos lavradores, talvez ameaçasse simbolicamente os laços mantidos naquela comunidade. As descrições fornecidas a respeito do acusado pelos depoentes reforçam o argumento segundo o qual em situações de confrontos, preconceitos sociais e valores normativos, antes diluídos no conjunto da sociedade, podem ser acionados contra àqueles que praticam desvios às normas estabelecidas pela comunidade, conforme salientou a historiadora Martha Abreu Esteves (1989). Constatamos, também, que nenhuma das testemunhas que voltava da bata de feijão no dia do crime soube precisar qual teria sido o motivo do homicídio. O suposto homicida, por seu turno, apresentou seus motivos ao delegado. Então, consideremos atentamente a sua declaração.

Na folha de interrogatório existem espaços a serem preenchidos pelo escrivão, a partir das informações fornecidas pelos depoentes – réus, testemunhas ou vítimas. Trata-se de um formulário em que dados sobre cor, religião, residência, filiação, estado de saúde, etc. são perguntados. No caso de Ildo Gonçalves, descrito como “de cor preta” e lavrador, o espaço em que deveria ter sido informados a religião e a residência foram escritos “não tem” e “sem residência fixa”, respectivamente (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144). No momento da redação, essas informações foram esquecidas pelo escrivão ou não foram informadas pelo acusado? Creio que não, pois se assim fosse, o preenchimento seria: não respondeu ou equivalente disso. É muito provável que não ter religião e não ter uma residência física sejam indicativos da marginalidade/subalternidade vivenciada por alguém como Ildo. Essa marginalidade está expressa, sobretudo, na ideia de que, ao não se adequar às expectativas sociais, esse homem inspira desconfianças e medos, visto que não pertencer à religião predominante na localidade lhe confere um não-lugar numa sociedade regida por valores dominantes burgueses, católicos e brancos. Afinal, também se tratava de um homem descrito na documentação como “preto”, ou seja, afrodescendente, embora se saiba que ele não fosse exatamente uma exceção na região de Feira de Santana<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Apesar de não conseguir evidenciar tão diretamente, no momento atual de meus achados empíricos, atribuo uma enorme relevância ao aspecto racial na condição de pária que é imposta/ atribuída a Ildo. É como se a presença deste homem causasse medo, medo que se relaciona a um ideário racial que animaliza e brutaliza homens negros. A esse respeito, ainda que tratando de um ponto de vista estritamente etnográfico e focado na cidade de Salvador, vale a pena consultar o texto de Osmundo de Araújo Pinho (2005).

Voltemos à versão dada por Ildo aos acontecimentos policiais. Na delegacia, ele declarou ao delegado que, no dia do acontecimento, voltava acompanhado de Vitório da bata de feijão. É possível que, como companheiros de labuta, também partilhassem outros momentos juntos. Isso ficou perceptível quando Ildo disse que, antes de irem bater o feijão, ele e a vítima haviam bebido umas pingas<sup>5</sup>. Esse detalhe sugere, ainda, que os mundos do trabalho e do divertimento não eram tão dicotômicos, como proposto pelas concepções ideológicas burguesas. O tempo da bebida e o do trabalho não eram, portanto, compreendidos como dimensões opostas da vida para este lavrador, desconfiamos que outros trabalhadores partilhassem dessa mesma compreensão.

De acordo com Ildo, após beberem juntos, Vitório começou a dizer-lhe pilhérias, entre as quais estavam ofensas direcionadas à mãe do acusado. Em vista disso, Ildo contou que pediu repetidas vezes para que a vítima não insultasse a sua mãe. Momentos depois, ao passarem pela Fazenda Terra Nova, a vítima continuou a “brincadeira”, repetindo os nomes os quais já havia dito. Frisamos que tais nomes não foram registrados no depoimento, ou mesmo sequer mencionados pelo próprio acusado. Segundo esse, as provações só aumentaram ao longo caminho e Vitório o teria dado uma “pancada” na mão direta. Ao que Ildo respondeu por meio de um empurrão. O acusado, alegando a superioridade física da vítima, atingiu a cabeça de Vitório com o cacete, ferramenta que fora utilizada na bata de feijão (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144).

Esse depoimento que acabamos de apresentar sugere que o homicídio teria sido provocado por uma série de tensões e animosidades estabelecidas entre o agressor e a vítima. No trecho, fica explícito que o xingamento à figura materna teria sido um dos motivos para o crime. Sendo assim, quais seriam as conexões entre esse xingamento e os significados de masculinidades?

Em estudo etnográfico já clássico sobre as noções de honra nas chamadas “sociedades mediterrânicas”, o antropólogo Julian Pitt-Rivers (1992), partindo de pressupostos durkheimianos, enfatiza que a honra é um fato social. Ou seja, as noções de honra perpassariam por todas as dimensões políticas, econômicas e culturais da vida humana.

Contudo, é indispensável relativizarmos a noção de “sociedades mediterrânicas” mobilizada pelo argumento desse antropólogo. Como adverte a historiadora Sueann Caulfield (2000), tal ideia é homogeneizadora e incapaz de abarcar especificidades das sociedades historicamente datadas, mundos sociais nem sempre originários de matrizes culturais puramente europeias, como a qual estamos

---

<sup>5</sup> Bebida alcoólica barata.

lidando. Aliás, nem mesmo no chamado Mediterrâneo, tais matrizes seriam puramente europeias. Ao invés do purismo cultural, considerarmos os embates culturais de povos africanos e indígenas, como no caso da sociedade baiana. Dessa forma, adotamos apenas, parcialmente, as reflexões sugeridas pelo autor, situando os contextos culturais que estamos analisando.

Pitt-Rivers (1992, p. 25), ao avaliar os significados das ofensas dirigidas às mães em momentos de conflitos sociais, explica, por exemplo, que “chamar um homem de filho da puta, quer dizer, acusá-lo de ter nascido sem pai e, portanto, de uma mãe desprovida de vergonha”. Ainda de acordo com o autor, esta constatação:

[...] vale para a Espanha como para a Itália ou a França, no México hijo de la puta é normalmente substituído por hijo de la chingada (filho da violentada). No primeiro caso, a ilegitimidade se deve às qualidades morais suspeitadas da mãe; no segundo caso, pela infelicidade de ter sido forçada involuntariamente (PITT-RIVERS, 1992, p. 25).

Não podemos assegurar que os significados do xingamento à mãe, descritos nas pesquisas do antropólogo inglês e os que encontramos em nossa pesquisa, fossem os mesmos. Como, de fato, não são, pois as temporalidades e as espacialidades informam os significados que toda categoria social adquire em dado contexto. É certo, porém, que entre os envolvidos no crime analisado por nós, o insulto às mães significava grave ultraje a outro homem. Uma das explicações possíveis é a ideia de que em sociedades regidas pela matriarcalidade, figuras femininas, como a mãe, são investidas de poder e cabe aos seus filhos do sexo masculino desempenharem sua proteção, conforme observou Parry Scott (1990) em sua pesquisa envolvendo segmentos populares em Pernambuco. Dessa forma, os filhos estariam responsáveis pela reputação de suas mães, de modo a assegurarem suas próprias respeitabilidades.

Agora, consideraremos outras versões sobre o crime, cujo conteúdo nos permite avançar nos argumentos aqui desenvolvidos a respeito das concepções e ideais de masculinidades partilhados entre alguns homens negros e trabalhadores. Vejamos o que declarou Lindaura, a mulher que chorava copiosamente diante da cena do crime. Dona Lindaura informou ao delegado que no dia do crime retornou para casa com a filha, seguidas da empregada. Atrás delas seguiram também a vítima e o acusado.

Além disso, a depoente informou “que o acusado vinha impertinentemente exigindo que a vítima caminhasse em sua frente, impertinência que a vítima tolerou sem reclamar”. Repetidas vezes a testemunha contou ter insistido para que Ildo permitisse Vitoriano vir atrás. Como andava à frente dos

dois, Lindaura disse que sempre quando olhava para trás observava o acusado empurrar a vítima. Diante das agressões que presenciava, a senhora pediu para que aquilo parasse, em meio a gritos e apelos. A vítima, segundo Lindaura declarou, nem sequer teve forças para se defender das agressões, embora estivesse com um pau, utilizado mais cedo na bata de feijão. Em suma, Ildo matou Vitoriano a pauladas, os golpes recebidos na cabeça teriam sido aplicados com tamanha força que os presentes “podiam ver até os miolos” da vítima (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144).

Tanto nas declarações de Ildo, como na que acabei de descrever, temos o relato de uma “brincadeira” insistente. Pelo que podemos apreender da documentação, a expressão referia-se às provocações acompanhadas de insultos verbais, ocasionalmente, também denominados de “pilhérias” pela fonte. Essas brincadeiras poderiam, contudo, evoluir para casos mais drásticos. Como neste caso, em que as provocações foram seguidas de empurrões e resultaram na morte da vítima. De acordo com John Comerford, em pesquisas sobre trabalhadores rurais do interior do Rio Janeiro, o termo brincadeira é:

[...] o nome dado a um tipo de interação, envolvendo geralmente um grupo mais ou menos extenso de pessoas, caracterizada por incessantes provocações mútuas aparentemente agressivas (por vezes, aparentemente muito agressivas), e respostas a essas provocações, a propósito de um mote qualquer (COMERFORD, 1998, p.2).

A descrição sobre os significados da categoria “êmica” acionada pelos trabalhadores rurais, como nos relatou Comerford em seus estudos, é bastante parecida com a qual nos deparamos em nossa documentação. Deste modo, apesar de os dois homens serem camaradas de trabalho e possuírem as mesmas condições sociais e até raciais conforme depreendemos da documentação consultada, a vítima mobilizou insultos capazes de provocar e humilhar o seu agressor. Isso nem mesmo um grupo aparentemente simétrico ou pretensamente homogêneo está livre de divergências internas.

Mesmo havendo certa simetria social entre os dois lavradores, possivelmente as descrições elaboradas sobre ele, ao longo dos depoimentos, deixam entrever dilemas cotidianos travados na própria comunidade em que Ildo e Vítório viveram. Afinal, assim como alguns dos trabalhadores pesquisados por Comerford (1998), em certo sentido, Ildo também era alguém estigmatizado, posto que não tinha residência fixa e possuía passagens pela cadeia do distrito. Já a vítima, como afirmou um dos lavradores, teria sido um chefe de família exemplar, vivendo apenas para seu lar e para o trabalho. Embora tenhamos de suspeitar destas descrições idealizadas que são construídas ao longo dos autos criminais.



O conflito entre os dois colegas expressariam uma banalidade, fruto de uma suposta tendência à barbárie ou à violência que informariam as ações desses homens, de com as autoridades que lidaram com o caso ou mesmo os patrões que presenciaram a cena? Expressariam a tendência inata destes homens matutos e analfabetos a delinquirem? Discordo desta maneira de ver as coisas, pois, acima de tudo, expressa um ponto de vista desqualificante acerca de homens pertencentes aos segmentos trabalhadores, os quais são concebidos como vilões ou como mais propensos ao crime que outros homens.

A propósito de duas vertentes sobre as percepções de masculinidades nos Estudos Feministas, Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008) pontuam que:

A primeira [...] [se] define como a que “sataniza os homens”. Os homens são o motivo, origem e causa, responsáveis e executores das desigualdades de gênero; são vistos como vitimizadores. Uma outra vertente, oposta, é a que reconhece os “homens como vítimas”, entendendo que eles também sofrem as conseqüências dos condicionantes de gênero e, portanto, não são totalmente responsáveis pelo que fazem, e sim resultado das influências de gênero (p.832, acréscimos meus).

É preciso, pois, cautela ao tomarmos uma ou outra posição como as apresentadas pelos autores, especialmente quando lidamos com a documentação produzida pelas autoridades policiais e jurídicas, pois ora pode-se apoiar uma determinada percepção sexista masculina, ora reproduzir uma visão de mundo racista e desqualificante com relação aos homens negros e pobres.

De toda sorte, o clima aparentemente amistoso de brincadeiras que evoluem para ajustes violentos mais sérios resultantes em mortes não parece ter sido apenas o caso de Ildo e Vitorio. Como bem observaram Eduardo Risk e Geraldo Romanelli (2008) no seu estudo sobre sociabilidades masculinas em grupo, as vivências pautadas pela homosociabilidade são perpassadas pelas brincadeiras e jocosidades. Além disso, Rolf Ribeiro de Souza (2010), ao estudar sociabilidades masculinas de homens pobres e negros do subúrbio carioca, salienta que entre os homens pobres haveria uma disputa para ver qual deles assumiria mais verdadeiramente o privilégio da masculinidade. Para este autor, valendo-se da categoria sociológica privilégio, os homens pobres momentaneamente poderiam se imaginar como mais próximos do hegemônico em tais disputas.

Em nossa documentação essas brincadeiras e “pilhérias” poderiam ter múltiplas apreensões no que se refere a sua legitimidade. Ou seja, não eram toleradas ou mesmo compreendidas de uma mesma forma por todos os homens. Sobre esse assunto, Policarpo, um depoente, informou, em depoimento, que “não sabe se as pilherias eram ofensivas ou meramente impertinentes”. Godofredo,

o proprietário da safra de feijão que era batida, relatou que sua esposa, uma das testemunhas oculares do crime, lembrou que o conflito começou simplesmente quando a vítima teria dito: “quem vai na frente agora é você, dirigindo-se a Ildo” (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144).

É possível analisar a partir da última passagem que o fato de quem vai na frente, nesse caso, estivesse também relacionada à masculinidade, posto que o homem que caminhasse a frente poderia simbolicamente estar vulnerável a um estupro por parte do homem que vinha atrás. Tal argumento relaciona-se ao fato de o corpo masculino ser compreendido como impenetrável. Ao estudar as representações de masculinidades nordestinas, Durval Muniz Albuquerque Júnior (2010, p. 25) afirma que o macho masculino se define como um “corpo domado, enrijecido, construído como uma carapaça muscular, que visa protegê-lo do mundo exterior. Um corpo que busca ser impenetrável aos afetos externos, que tem medo de tudo que o ameace violar ou atravessar”. Embora haja outras possibilidades de interpretar o episódio que emerge da documentação, a meu ver, as reflexões de Albuquerque Júnior ajudam a elucidar parte dos referenciais que informariam as atitudes dos dois trabalhadores. Mas não sei exatamente em que medida tais elementos são uma especificidade dos homens pobres, afinal, os discursos mais hegemônicos sobre masculinidade se pautam na ideia da invencibilidade, da força, etc.

Apesar de já ter refletido um pouco sobre aspectos das masculinidades envolvidos no caso tela, ainda não se enfrentou satisfatoriamente a problemática central deste texto, ou seja, ainda resta avaliar em que medida as noções de masculinidades assumidas por homens pobres e negros se revestem de uma masculinidade hegemônica. Deste modo, passemos ao próximo item.

### **Masculinidades de homens trabalhadores e / ou negros são hegemônicas?**

Aqueles/Aquelas familiarizados/familiarizadas com as discussões acadêmicas sobre masculinidades certamente já se depararam com a noção de masculinidades hegemônica presente nessas pesquisas. Esse conceito serviu de chave analítica para um sem número de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento. Bastante influenciada pelas discussões gramsciana acerca da categoria Hegemonia, autora a quem se deve tal formulação, Rawyen Connell, buscou aproximar a Sociologia a outras áreas do conhecimento de maneira interdisciplinar para desenvolver o conceito de Masculinidade Hegemônica (CONNELL, 1995;CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013).

O conceito, tal como definiu Connell (1995), apresentava uma série de avanços em relação a estudos cujas reflexões se orientavam por noções biologizantes e funcionalistas, que invariavelmente

abiriam pouca margem para a reflexão sobre os processos de dominação social e as conexões entre as estruturas e a ação dos indivíduos em uma dada cultura. A despeito dos incontáveis trabalhos se pautarem na definição trabalhada pela socióloga, alguns reparos foram realizados ao longo dos últimos vinte anos, especialmente em resposta às críticas, que acabaram apontado para o caráter imóvel e até mesmo paralisante da noção de Masculinidade Hegemônica (BERMÚDEZ,2013).

Como historiador, preocupava-me a pretensão universalizante dessa noção e, por isso, ao longo de minhas próprias pesquisa, questionei-me se haveria uma única masculinidade hegemônica em qualquer sociedade? E mesmo os segmentos dominantes reproduziriam fielmente tal concepção? Não apenas os críticas/as críticas ao conceito de Masculinidade Hegemônica perceberam ser improvável que indivíduos ou grupos humanas se aproximem fielmente dos ideais normativos presentes em um certa sociedade, mas também Connell e Messerschmidt (2013), autores dessa teoria, reconheceram tanto a variabilidade dos ideais de masculinidade, quanto a incapacidade humana de incorporação total de todas as normas sociais prescritas.

Não chega a ser exatamente uma novidade, mesmo nos primeiros textos de Connell (1995), a necessidade de se considerar as diferenças culturais, raciais, étnicas, regionais, de sexualidades, etc. entre os homens, nas diversas sociedades humanas - ocidentais, orientais, americanos, africanos, baianos, feirenses, pobres, ricos, negros, indígenas, gays, bissexuais, etc. Mais recentemente, Connell (2017) se valendo das reflexões sobre a geopolítica global do conhecimento tem tentado refletir como teria sido possível a formulação da categoria de Masculinidade Hegemônica e outras que se tornaram centrais das discussões feministas se fossem levadas em conta experiências e casos particulares do chamado Sul Global (Américas, África, Ásia, etc.). Deste modo, considerar que as interseccionalidades<sup>6</sup> assumem enorme significância, atuando em níveis e conexões complexas, revela, portanto, não uma única condição masculina, nem tampouco *uma única masculinidade hegemônica*, mas masculinidades hegemônicas conflitantes.

Mas, como interpretar as ações de agressividade desferida por Ildo senão por um padrão de masculinidade hegemônica? Eis uma questão bastante complexa. Se considerarmos a violência e

---

<sup>6</sup> Obviamente o termo não é meu e dada à proliferação de seu uso ele não é mais desconhecido. Ele é oriundo dos distintos Feminismos ( negros, indígenas, africanos, asiáticos) e remete às articulações das diferenças, das desigualdades e das identidades construídas em uma determinada sociedade. Parte-se do suposto de que as variáveis como raça, classe e gênero não atuam separadamente nas relações humanas e nem possuem uma única historicidade (HIRATA, 2014; SARDENBERG,2015; COLLINS, 2017).

agressividade como referenciais próprios da masculinidade hegemônica, então homens negros e pobres como Ildo fariam parte de qual hegemonia? Uma hegemonia econômica? Cultural? Racial?<sup>7</sup>

Mesmo que certos pressupostos da dominação masculina sejam incorporados às suas experiências, creio que o exercício da violência aqui significa menos o indicativo de hegemonia e mais uma tentativa de autoafirmação, especialmente, se consideramos as aproximações de classe e socioculturais entre Ildo e Vitoriano – agressor e vítima. E se consideramos Hegemonia no sentido empregado por Gramsci seria frágil supor que estes dois lavradores realmente fossem hegemônicos, tanto por que sequer faziam parte das classes dominantes, quanto por que eram incapazes de controlar as dimensões do poder em suas sociedades. Ademais, destaca-se que a violência física é considerada, entre diferentes grupos sociais, uma maneira legítima de resolução de conflitos. De tal sorte que não podemos crer nas representações de que estas práticas são um indicativo da barbárie que supostamente aprisionariam os homens pobres e negros.

Alguns outros autores enfrentaram questões semelhantes em contextos históricos e etnográficos distintos dos meus. Matthew Gutmann (2017), em etnografia desenvolvida no sul do México sobre os significados de masculinidades de homens populares, observou que alguns estereótipos a respeito da incivilidade dos mexicanos pobres permeavam até mesmo as produções antropológicas sobre o tema. Deste modo, comentando tais trabalhos, Gutmann (2017, p.14) escreve que:

[...] cheguei à conclusão de que imagens criadas por antropólogos sobre homens da classe trabalhadora mexicana são errôneas e prejudiciais. Por exemplo, considerando que o ‘típico homem mexicano’ era frequentemente retratado como um alcoólatra, machista e mulherengo, esta imagem ignorou completamente as atividades da paternidade nas vidas de milhões de homens mexicanos.

Ao comentar sobre o imaginário consolidado no meio acadêmico estadunidense sobre os homens afroamericanos, bell hooks (2004, p.44) observou que:

[...] qualquer artigo ou livro sobre masculinidade negra transmite a mensagem de que os homens negros são violentos. Os autores pode ou não concordar que a violência masculina negra é justificada, ou uma resposta ao ser vitimizado pelo racismo, mas eles concordam que homens negros como um grupo são fora de controle, selvagens, incivilizados, predadores natos. Antes do movimento black power dos anos sessenta, homens negros trabalhavam duro combater estereótipos racistas e machistas que os representavam como bestas, monstros, demônios (traduções minhas).

---

7 Para uma leitura atualizada sobre o conceito de Hegemonia na Teoria de Gramsci, veja-se com atenção o artigo conjunto de Karine Sobral e Ellen Cristine Ribeiro (2020).

Apesar de mencionarem contextos culturais e temporais distintos, conforme já destaquei anteriormente, as reflexões suscitadas por Gutmann e hooks são indispensáveis ao argumento que tenho desenvolvido aqui. Sem deixar de considerar a reprodução do sexismo entre homens pertencentes a grupos socialmente subalternizados; o fato é que, a meu ver, a linguagem da hegemonia não é muito adequada para descrever tais experiências, pois mesmo que, no plano das idealizações, afro-americanos, mexicanos ou feirenses – em nosso caso – aspirem à dominação sobre outros homens e sobre as mulheres principalmente, isto não os qualifica como sujeitos hegemônicos. O risco que se corre com conclusões desse tipo é justamente incorrer na vilanização ou satanização masculina.

Por outro lado, a adoção da categoria masculinidade subalterna, embora pareça efetivamente mais satisfatória para descrever a masculinidade de homens negros e das classes populares também encerra problemas. Afinal, apesar de partilharem de condições sociais e raciais, o que tem se chamado de subalternidade não é exatamente uma única condição universal capaz de alcançar a todos que nela se encontrariam. E mesmo em contextos onde as semelhanças ultrapassam as diferenças, não há por que acreditar na existência de um *único* referencial de masculinidade puro e unificado que perpassaria pelas experiências sociais.

Sabendo que o rigor conceitual não pode eliminar a possibilidade de descrever e explicar dada realidade por meio de um conceito por isso adoto provisoriamente a noção de Masculinidades Populares para se referir às expressões, práticas, identidades, subjetividades e aos ideais, aos valores de masculinidade construídos, assumidos ou partilhados por homens cuja experiência social os vincula diretamente a processos de exclusão social etc. E isso não resolve todos os problemas, certamente.

Assim sendo, não obstante os exemplos trazidos neste texto serem insuficientes, Ildo e Vitoriano, no meu sentir, podem ser mais bem compreendidos à luz destes pressupostos conceituais. Aliás, já é o momento de voltarmos precisamente ao desfecho deste caso, elencando algumas considerações, ainda que parciais.

### **Algumas notas finais...**

Com relação às circunstâncias do crime e às motivações que levaram Ildo a matar a pauladas o seu camarada Vitoriano, citar mais declarações pode ser elucidativo. No depoimento de 8 de Novembro de 1962, Ildo afirmou que estava na estrada, em Terra Nova, quando teria sido assaltado por Vitoriano. Depois dessa ocasião, ele soube que o mesmo pretendia bater nele. No depoimento de 2 de outubro no ano de 1963, o acusado mudou esta versão e não mencionou mais o assalto. Dessa

vez, Ildo informou que seu colega teria arremessado caroços de feijão em sua direção e, ainda, teria afirmado o seguinte: “joguei na sua boca e jogo também na boca de sua mãe”. Diante disso, o acusado teria respondido aos insultos por meio das cacetadas. É perceptível o tom de deboche com o qual as palavras são proferidas, o que sugere ter aumentado a tensão entre os dois homens. Se pensarmos que as provocações se relacionam às concepções partilhadas pelos envolvidos no conflito, não é exagero inferir que o insulto tenha ferido o sentimento de masculinidade.

A essa altura, talvez, o leitor e a leitora deve estar pensando que então a argumentação sobre a crítica a ideias cristalizadas sobre a associação entre nordestinidade e a masculinidade violência torna-se inválida ao expor tais passagens da documentação. Responder com cacetadas a um insulto não parece destoar das representações sobre violência irrestrita praticada pelos homens sertanejos, portanto. Como avaliar tais atitudes sem desfazer a argumentação que construímos até aqui? O que dizer dessas cacetadas? Aqui, como em outros momentos das histórias aqui narradas, a violência tem algum sentido, ou melhor, uma pluralidade de sentidos. A violência funciona como uma resposta aos dilemas mais imediatos, sem com isso qualificar seus praticantes como animais irracionais.

Sobre a mudança no depoimento, é possível apreender que talvez fizesse parte de uma estratégia elaborada pela defesa para enquadrar o crime na tese de legítima defesa, visto que, a essa altura do processo, o Dr. Carlos H. Pires e o acadêmico José Viera foram mencionados como advogados do acusado (CEDOC, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144). Em 1963, apesar das tentativas da defesa, o juiz Dibon White julgou o réu culpado. O crime enquadrou-se em homicídio privilegiado, pois, provavelmente o juiz aceitara a tese da defesa segundo a qual os valores morais do réu foram atingidos pelas “pilhérias” dirigidas à sua mãe por Vitoriano. Mais comuns no chamados crimes passionais, o argumento de que o réu teria agido sob fortes emoções também foi empregado largamente nos crimes de homens contra outros homens. Tal utilização estratégica foi encontrada nas argumentações presentes nos embates jurídicos encontrados para o sul do país nos anos 1950 nas pesquisas da historiadora Kety Carla de March (2015).

O juiz estaria implicitamente convencido de que a masculinidade de Ildo havia sido diminuída pelo seu camarada? O juiz, o réu e os advogados, ainda que de segmentos sociais distintos e hierarquicamente desiguais, partilhariam de *uma mesma* noção de masculinidade? Não é possível avançar em conclusões tão taxativas. Será que a masculinidade funcionaria como uma linguagem comum? Uma cultura da violência masculina? Deve-se desconfiar de análises que tomam pontos de vistas tão homogêneos e harmônicos. O certo é que os casos narrados aqui se passam no âmbito das práticas e

experiências jurídicas e, portanto, temos de considerar, também, que parte dos discursos dos agressores poderiam manusear referenciais culturais dominantes com o objetivo de convencimento dos seus julgadores. Seja como for, Ildo foi condenado com uma pena inicialmente estipulada em 6 anos, contudo, a mesma foi reduzida devido à situação econômica do condenado. Com isso, ele viveria mais algum tempo na prisão, somados aos anos que passara durante o andamento do processo judicial.

Ao propor uma reflexão sobre os limites da noção de masculinidade hegemônica<sup>8</sup>, realizada através das análises de casos e de suas narrativas, sinto-me incapaz de concluir satisfatoriamente. Os limites dessa análise devem-se tanto a incapacidade de grandes conclusões a partir de poucos exemplos, quanto pelos riscos conceituais e políticos envolvidos. É, portanto, um enorme desafio produzir interpretações sobre as situações de violência que homens negros e / ou pobres protagonizam em diferentes papéis, seja vítimas, seja algozes, contra mulheres e contra outros homens. O desafio impõe-se, pois, pode-se de um lado apostar numa análise que, por afinidades com a política antissexista, acabe por naturalizar a masculinidade como sinônimo de violência, e, de outro, esquecer, adotando um discurso antirracista e popular, da reprodução da dominação masculina mesmo no seio das classes trabalhadoras (GUTMANN, 2017; SOUZA, 2010; HOOKS, 2004).

Não obstante a provisoriedade do conceito de masculinidade popular, talvez, seja oportuno ressaltar seu potencial heurístico desde que referidas as complexas e dinâmicas realidades históricas estudadas. Apesar da suposta universalidade do uso masculino da força física em detrimento das mulheres para resolver conflitos diários, como ficou evidenciado pelo caso de Ildo e Vitoriano, é preciso estar desconfiado destas generalidades. Ao fazê-lo, será possível refletir como e por que certos referenciais foram adotados e outros recusados, como e por que certas experiências se aproximam e se distanciam no tempo e no espaço. A meu ver, este é um excelente caminho para se pensar as masculinidades negras, feirenses, roceiras, populares, enfim, seja qual for a masculinidade analisada. Mas pensar sobre os alcances e os limites de cada uma dessas adjetivações é tarefa para um outro momento.

---

8 Em texto mais recente, Raweyn Connell e Rebecca Pearse (2015) recuperam a noção de dividendo do patriarcado, segundo a qual, os homens, mesmo provenientes dos segmentos pobres, seriam como um grupo beneficiado “pela manutenção de uma ordem de gênero desigual” (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 269). Deste modo, uma boa maneira de utilizar tal insight seria observar como e onde tais vantagens se expressam, mesmo num grupo aparentemente “homogêneo” como são as classes populares. As aspas aqui são, por sua vez, uma advertência de que não é possível sustentar a homogeneidade das classes trabalhadoras dada às complexidades impostas pelas intersecções de outras questões como acesso a bens de consumo, condições de moradia, escolaridade, inclinação política, etc.



**Referências bibliográficas:**

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas sociais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charliton; SANTIAGO, Idalina; and NUNES, Maria (orgs.). **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2010.

BERMÚDEZ, Mónica De Martino. Connel y el concepto de masculinidades hegemónicas: notas críticas desde la obra de Pierre Bourdieu. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2013, v. 21, n. 1.

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

COMERFORD, Jonh. Desculpe a brincadeira: a construção social da amizade e suas modulações em um grupo de trabalhadores rurais. In: **Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 11, 2017.

CONNELL, Raewyn. Usando a teoria do Sul: descolonização ou pensamento social na teoria, pesquisa e prática. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1),2017.

CONNELL, Robert W; MESSERMISCHDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2013, v. 21, n. 1.

CONNELL, Robert. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press; 1995.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos, 2015

FILHO, Alberto Heráclito Ferreira. **O trem da alegria ou a modernidade chega à Bahia: história cultural, "modernização burguesa", produção historiográfica da geração de 1990, 2007 (inédito)**.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUTMANN, Matthew G. **Os significados de ser homem em uma Colônia Popular na Cidade do México**. Niterói: CEAD/UFF, 2017.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social [online]**. 2014, v. 26, n. 1.

HOOKS, bell. **We real cool: black man and masculinity**. New York: Routledge, 2004.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2008, v. 16, n. 3.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo**: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2005, v. 13, n. 1.

PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, M. (Org.). **A honra: imagem de si ou dom de si** – um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2010, v. 15, n. 45.

RISK, Eduardo Name; ROMANELLI, Geraldo. Sociabilidade grupal entre jovens de camadas populares: subjetividade e gênero. **Revista SPAGESP [online]**. 2008, vol.9, n.2.

SOBRAL, Karine Martins; RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos. A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 3, n. 2, 2020.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. **O lazer agonístico**: Como se aprende o que significa ser homem num bar de um bairro suburbano. 2010. 191 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia, Departamento em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**. V. 20 N. 2, jul./dez. 2015.

SCOTT, Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, 1990.

WARE, Vron (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

### Fontes Utilizadas

PROCESSO CRIMINAL, Centro de Documentação e Pesquisa, Sessão judiciária, Est. 04, Cx. 102, Doc. 2144.

# O inventário do inventário: uma análise micro-histórica

## The inventory of the inventory: a micro-historical analysis

Leonardo Augusto de Oliveira Rodrigues da Silveira

Mestrando em História Social  
Universidade de São Paulo (USP)  
leosilveira@usp.br

**Recebido em:** 16/05/2022

**Aprovado em:** 14/09/2022

**Resumo:** A abordagem micro-histórica, enquanto forma de pesquisa e escrita, tem sido cada vez mais procurada nos últimos anos por ser capaz de compreender algo do passado por meio de um fragmento delimitado, fazendo de figuras anônimas, por exemplo, porta-vozes de uma sociedade que, geralmente, é vista pela perspectiva dos grandes ídolos. Fazendo uso da microanálise para o estudo dos inventários *post-mortem* é possível trazer à tona as minúcias de vidas, lugares, situações e até de mentalidades. Este artigo tem a intenção justamente de discutir a relevância dos estudos micro-históricos, enquanto forma de procurar e mostrar resultados, e dos inventários, enquanto valiosas fontes primárias, no entendimento dos homens de ontem, por meio da análise da cultura material de uma família ituana do século XIX.

**Palavras-chave:** inventário; micro-história; cultura material.

**Abstract:** The micro-historical approach, as a form of research and writing, has been increasingly sought after in recent years for being able to understand something from the past through a delimited fragment, making anonymous figures, for example, spokespersons for a society that is usually seen from the perspective of the great idols. Using microanalysis to study post-mortem inventories, it is possible to bring to light the details of lives, places, situations and even mentalities. This article intends precisely to discuss the relevance of micro-historical studies, as a way of searching and showing results, and of inventories, as valuable primary sources, in the understanding of men of yesterday, through the analysis of the material culture of a family 19th century ituana.

**Keywords:** inventories; micro-history; material culture.

### História ao microscópio

A historiografia contemporânea, cada vez mais enriquecida pelas volumosas produções científicas das universidades dentro e fora do Brasil, dispõe atualmente de uma considerável quantidade de métodos em pesquisa histórica. As inúmeras possibilidades de trabalho com documentos de época também contribuíram para isso, e é nossa intenção, por meio deste artigo, demonstrar como uma fonte

específica (o inventário *post-mortem*) pode ser esquadrihada por um instrumento peculiar e muito pouco utilizado no Brasil para tal fim.

Começaremos com uma breve revisão bibliográfica sobre a micro-história: sua origem, desenvolvimento, autores e obras. Em seguida, faremos uma abordagem mais minuciosa sobre os inventários *post-mortem* como fontes primárias de grande valor na pesquisa histórica, mais especificamente nos estudos de História Cultural. Por fim, demonstraremos, por meio de alguns exemplos, os diversos resultados que podem ser obtidos utilizando-se da abordagem micro-histórica para o estudo desse tipo de fonte.

\* \* \*

Se a Escola dos Annales foi a “revolução francesa na historiografia”, como assim a definiu Peter Burke (1992), o surgimento da chamada micro-história foi, possivelmente, também uma revolução, porém, dentro dos próprios ideais dos Annales, significando uma maior “quebra de paradigmas”. Mas, se as lições pioneiras de Marc Bloch e Lucien Febvre transmitiam a noção de uma história-problema, que confrontasse o factual perseguido pela historiografia mais antiga, o que essa nova metodologia, surgida no contexto da terceira fase da escola francesa, reclamava, afinal?

O mesmo Peter Burke, em outra obra, aponta três causas possíveis para o surgimento da micro-história: a primeira, “uma reação contra um certo estilo de história social que seguia o modelo da história econômica”; segunda, “uma reação ao encontro com a antropologia”, que oferecia modelos alternativos para uma ampliação de estudos de casos, na busca de “rostos na multidão”, e Burke acrescenta ainda que “era uma alternativa atraente para o telescópio, permitindo que as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história”; e, como terceira causa, “uma reação à crescente desilusão com a chamada ‘narrativa grandiosa’ do progresso, da ascensão da moderna civilização ocidental [...]” (2008, p. 61).

Essas questões foram bastante discutidas entre as décadas de 1960 e 1970, sobretudo entre os historiadores da Itália, país este que pode ser considerado o berço da micro-história, já que esta expressão é uma concepção de seus “fundadores” Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi, o trio de estudiosos que, em 1981, criou e cuidou das edições de uma coleção de textos chamada *Microstoria* (VAINFAS, 2002). Entretanto, a primeira obra concebida sob esse novo prisma da pesquisa histórica já havia aparecido alguns anos antes.

Foi Carlo Ginzburg quem deu o pontapé inicial, com a publicação de *Il formaggio e i vermi* (em português *O queijo e os vermes*), em 1976. Após uma intensa pesquisa em documentos do século XVI, o historiador italiano identificou, por meio da vida de um moleiro perseguido pelo tribunal do Santo Ofício, a questão da “circularidade cultural”, ou seja, a troca de conhecimentos entre as chamadas “cultura popular” e “cultura erudita” (VAINFAS, 2002, pp. 60-61).

Nas palavras de Ronaldo Vainfas:

O objeto teórico do livro que o moleiro Menocchio personifica é não a cultura popular em si, mas o complexo processo de circularidade cultural presente em um indivíduo que, embora egresso das classes subalternas, sabia ler, e com certeza lera certos textos produzidos no âmbito das classes dominantes, filtrando-os através de valores da cultura camponesa (VAINFAS, 2002, p. 61).

Na época da publicação de *O queijo e os vermes*, havia um intenso debate envolvendo os historiadores ocidentais sobre a “nova história cultural” que questionava os modelos interpretativos da história social praticada até então. É nesse contexto que está em voga a chamada “história das mentalidades”, uma corrente historiográfica bastante criticada inicialmente, por conter significados “vago, ambíguo e impreciso quanto às relações entre o mental e o todo social” (VAINFAS, 2002, p. 56).

Mas o mesmo autor aponta semelhanças entre as práticas da micro-história e da história das mentalidades, na medida em que ambas fazem um recorte histórico-antropológico, sob a forma de narrativa, muitas vezes estudando “objetos pouco ou nada frequentados pela historiografia geral [...]” (VAINFAS, 2002, p. 23).

Três anos depois do lançamento de *O queijo e os vermes*, um célebre artigo escrito por Ginzburg e Carlo Poni, “O nome e o como”, publicado inicialmente em uma revista chamada *Quaderni Storici*, foi o primeiro a esclarecer as intenções daqueles historiadores italianos, que pretendiam enxergar aspectos que escapavam à “Macro-História tradicional”, tentando ver, por meio de uma “gota d’água” “algo do oceano inteiro” (BARROS, 2007, p. 170).

No referido artigo, Ginzburg e Poni defendiam a ideia de que, dentro de uma perspectiva micro era possível, por meio de uma massa documental, perseguir um “nome” que aparecesse em diferentes circunstâncias. Nas palavras deles:

Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos.

*O fio de Ariadna que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome* (1991, p. 173) [grifo nosso].

O “texto-chave” que englobou de modo efetivo os debates acerca dos estudos de microanálise foi mesmo o artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, escrito por Carlo Ginzburg em 1979. Iniciando com uma epígrafe bastante significativa (“Deus está no particular”, dito por Aby Warburg, historiador alemão da virada dos séculos XIX-XX), Ginzburg compara o trabalho da investigação histórica com o trabalho de um médico (que obtém o diagnóstico por meio dos sintomas), de um detetive (por meio de pistas) e de um crítico de arte (signos pictóricos). Compara também o método de indícios com o homem primitivo: “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GINZBURG, 1989, p. 152). E conclui, após referir-se à obra *Zadig, ou o destino* de Voltaire: “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos” (GINZBURG, 1989, pp. 168-169).

Dentro desse âmbito, podemos entender que o nome, conforme o texto de Ginzburg e Poni, torna-se a principal pista para o micro-historiador na sua empreitada de reconstituir o passado, contando apenas com os vestígios deixados pelo tempo. Todavia, o método utilizado pelos estudiosos italianos – posteriormente pelos franceses, ingleses e norte-americanos também – pressupõe outras exigências para o produto final desse tipo de investigação<sup>1</sup>. Giovanni Levi, um dos pioneiros na área, explica:

Na micro-história, ao contrário, o ponto de vista do pesquisador torna-se uma parte intrínseca do relato. O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não-iniciado. O leitor é envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo de construção do argumento histórico (LEVI, 1992, p. 153).

Em 1981, na Itália, surge, então, uma série editorial intitulada *Microstoria*, cuja proposta era a de reunir “não só historiadores italianos com textos especificamente elaborados para a coleção, mas autores ingleses, norte-americanos e franceses cujos textos já publicados, uma vez adequados ao perfil da coleção, foram traduzidos para o italiano” (VAINFAS, 2002, p. 70). Edoardo Grendi completa

---

<sup>1</sup> Obras como *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Davis, e *Montaillou*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, também foram influenciadas pela micro-história italiana e constituem exemplos significativos desse tipo de narrativa histórica. Ver referências completas ao final.

dizendo que foi “uma operação inteiramente gerada no plano científico por três historiadores profissionais, e que quase sempre conseguiu propor itinerários de pesquisa originais” (GRENDI, 1998, p. 260). Utilizando mais um pouco das palavras deste historiador:

Trata-se em geral de trabalhos pequenos ou de tamanho médio, centrados cada um num tema particular: a biografia de uma freira ou de um jovem pintor; as transformações industriais ou as dinâmicas sócio-políticas de um vale; um caso criminal; a carreira de um exorcista; uma festa política carnavalesca etc. *O que contou aqui foi o convite implícito a uma percepção mais aberta da história, baseada em exemplos com valor de ilustração e capaz de atingir um público amplo, para além do quadro de especialistas, liberada sobretudo das temáticas tradicionais e da velha hierarquia da importância* (GRENDI, 1998, p. 260) (grifo nosso).

Vainfas aponta que os debates em torno da micro-história no Brasil datam de meados dos anos 1980, com algumas traduções de obras sobre história das mentalidades e da nova história cultural, mas que só ganham cor após as traduções das obras de Peter Burke (1992) e Jacques Revel (1998) (VAINFAS, 2002, pp. 7-10). No entanto, dentro das grandes universidades brasileiras, as novidades vindas do outro lado do atlântico influenciaram alguns dos trabalhos produzidos nesse período, conforme exemplifica o próprio Vainfas: “Há pouquíssimos livros na pesquisa histórica brasileira que se poderiam classificar como obras de micro-história, embora muitos façam incursões de tipo micro analítico em trabalhos de história cultural” (VAINFAS, 2002, p. 162). E cita obras como *O diabo e a terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza, *Um herege vai ao paraíso*, de Plínio Gomes, *Rosa Egípcia*, de Luiz Mott, dentre outras (VAINFAS, 2002, pp. 162-163).

Adentrando um pouco mais na prática micro-histórica, percebemos que os detalhes são os pontos mais importantes a serem considerados durante o processo de pesquisa, conforme diz Giovanni Levi: “A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, 1992, p. 136). Em contraposição ao macro, Levi aponta que “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p. 139).

Este mesmo autor explica que, ao mesmo tempo em que a micro-história procura “não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla”, também “tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral” (LEVI, 1992, p. 158). Aqui podemos ver a grande questão da



abordagem micro-histórica: “Qual poderia ser a representatividade de uma amostra tão circunscrita? O que ela pode nos ensinar que seja generalizável?” (REVEL, 2000, p. 34). Laura de Mello e Souza, em entrevista à Revista de História da Biblioteca Nacional, usa uma metáfora bastante esclarecedora a esse respeito: “O historiador não pode ficar só no particular. É a história da floresta e da árvore: se vemos a árvore, temos de ver a floresta, senão a compreensão fica prejudicada” (SOUZA, 2009).

Essa questão da representatividade é o que, de fato, torna a micro-história relevante como instrumental de pesquisa histórica, uma vez que ela não procura estudar, no exemplo de Barros (2007, p. 169) uma comunidade em si, mas “através” dela. Barros observa que este sentido da micro-história é o que a diferencia da “história regional” e da “história local”, pois o recorte não é necessariamente administrativo ou geográfico, podendo ser também antropológico, cultural ou qualquer outro que dependa do problema histórico proposto (BARROS, 2007, p. 168).

Sobre o corpus documental utilizado na pesquisa micro-histórica, não há exatamente um tipo de fonte primária específica. Ginzburg (2019), por exemplo, valeu-se de apenas um extenso processo inquisitorial do século XVI, analisado minuciosamente, para contar a trajetória de Menocchio e seus conflitos com o Santo Ofício. Entretanto, outras fontes também podem ajudar na empreitada:

Frequentemente, será necessário pôr as fontes a dialogar em registros de intertextualidade, deixar que uma ilumine a outra, permitir que seus silêncios falem e seus vazios se completem. O olhar micro-historiográfico necessita desta análise intensiva, incisiva, atenta tanto aos pequenos pormenores como às grandes conexões. Trabalha-se ao nível das contradições e ambiguidades – não *contra* estas ambiguidades, mas sim se tirando partido delas (BARROS, 2007, p. 184) (grifo do autor).

Henrique Espada Lima<sup>2</sup> acrescenta que a proposta da micro-história

[...] sempre foi a de considerar a realidade histórica de um modo mais rico e complexo, olhando com intensidade analítica aspectos dessa realidade em escala reduzida, e, com isso, sua ambição era a de fazer novas perguntas e encontrar respostas que permitissem qualificar a nossa compreensão geral dos processos que são o cerne de toda investigação do passado (LIMA, 2012, p. 222).

Todavia, a micro-história possui alguns entraves e limites. Vainfas diz que ela renuncia “à história geral, à contextualização sistemática, à explicação, à totalidade e à síntese” (2002, p. 50), o que pode impedir de se alcançar o entendimento da representatividade do objeto em questão dentro de um

---

<sup>2</sup> Este historiador é autor do maior trabalho de fôlego sobre micro-história na bibliografia brasileira: *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

contexto mais amplo. Dale Tomich, em excelente artigo sobre a longa duração e a micro-história, toca nesse problema e propõe uma solução: a de “inverter o procedimento metodológico e examinar a *longue durée* e o tempo estrutural através das lentes do curto prazo, do local e do particular” (2011) (grifo do autor). Mais recentemente, Giovanni Levi (2019) e Jan De Vries (2019) debateram suas ideias em artigos da revista inglesa *Past & Present*: o primeiro reitera sua concepção acerca dessa renúncia que a micro-história faz às generalizações; já o segundo procura apontar as limitações desse tipo de abordagem, argumentando que “tanto a micro-história quanto a história global precisam estar conectadas ao estudo da mudança ao longo do tempo”, e que não basta “procurar o todo nas pequenas coisas”, mas é necessário também que a micro-história se conecte com “histórias de maior duração”, ou seja, com a *longue durée* preconizada por Braudel (tradução nossa).

Toda essa discussão acima foi promovida para enfatizar o quanto a micro-história pode nos ajudar em estudar o passado, especificamente dentro do campo da História Cultural, quando a intenção é a de extrair de uma fonte documental singular e seriada, como é o caso dos inventários *post-mortem*, que, sob o microscópio, certamente pode revelar novas informações ocultas nas muitas entrelinhas dos manuscritos, como demonstraremos adiante.

### **Destrinchando o inventário**

Ao dissertarem sobre o que poderia ser considerado um documento histórico, os autores Leandro Karnal e Flavia Tatsch (2017, pp. 09-27), em um ótimo texto intitulado *A memória evanescente*, apontam que “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”, terminando por concluir que toda fonte sobre o passado, tenha ela sido preservada por “acidente” ou decisão, é um documento histórico.

Tendo em mãos um calhamaço de manuscritos do século XIX, por exemplo, o historiador do século XXI precisa levar em conta algumas questões pertinentes à análise do mesmo. Afinal, já se foi o tempo em que os documentos eram tidos como verdade absoluta e não passíveis de serem submetidos a um interrogatório crítico<sup>3</sup>. Assim é que, na compreensão de Eni de Mesquita Samara e Ismênia Tupy (2010, p. 82) “o trabalho com um registro histórico envolve, pelo menos, a ‘verdade’ de quem o produziu e a ‘verdade’ de quem o interpreta”.

---

<sup>3</sup> Isso no tempo da chamada Escola Metódica, segunda metade do século XIX.

Nenhum documento é “neutro”, pois, no entender de Carlos Bacellar, ele “sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (2019, p. 63), ressaltando, ainda, que “o historiador precisa **entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu**” (2019, p. 64) (grifo do autor), e completa dizendo que “Documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender a necessidades específicas do momento” (2019, p. 69).

De posse das considerações acima descritas, o historiador pode criar coragem para arregaçar as mangas e esquadrihar, da capa à contracapa, as laudas de um inventário *post-mortem*, fazendo com que se sinta como o famoso ogro da lenda: “Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54).

No velho dicionário de Raphael Bluteau, a palavra inventário tem por definição “Registro, ou papel, em que estão registrados os móveis, os papéis, e várias cousas, que há em huma casa”<sup>4</sup>. Já no volume organizado por Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, inventário é o “Rol do que se acha em huma casa”<sup>5</sup>.

Chegando aos dias atuais, encontraremos o mesmo termo no dicionário Michaelis<sup>6</sup> com cinco significados: “Catálogo, registro, rol dos bens deixados por alguém que morreu ou dos bens de pessoa viva, em caso de sequestro etc.”; “Documento em que se acham inscritos e descritos esses bens”; “Processo no qual são enumerados os herdeiros e relacionados os bens de pessoa falecida, a fim de se apurarem os encargos e proceder-se à avaliação e partilha da herança”; “Avaliação de mercadorias; balanço”; e finalmente “Elaboração minuciosa; registro, relação, rol”.

Com isto, percebemos que, em quase trezentos anos a palavra inventário não mudou muito de sentido; pelo contrário, recebeu mais significações ao longo do tempo, e todas elas afinadas para, podemos dizer, em um único sentido, que é o de “elenco de coisas”. No caso do inventário *post-mortem*: todos os bens deixados por uma pessoa falecida.

Entendendo que um documento “é um *link* que estabelecemos com o passado”, e que pode ter diferentes leituras e interpretações – sendo, portanto, uma “construção permanente” (KARNAL;

---

<sup>4</sup> Ver em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/invent%C3%A1rio>, acesso em 21 set. 2021.

<sup>5</sup> Ver em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/3/invent%C3%A1rio>, acesso em 21 set. 2021.

<sup>6</sup> Ver em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/invent%C3%A1rio/>, acesso em 21 set. 2021.

TATSCH, 2017, pp. 12-13), trabalhar com os inventários *post-mortem* como fontes primárias é poder acessar o passado por meio de um vestígio escrito, e que, pelo seu conteúdo (extenso e significativo, principalmente os que foram produzidos entre os séculos XVI e XIX), tornam-se uma fonte inesgotável de descobertas para o historiador.

Antes de adentrarmos nas múltiplas possibilidades que o inventário oferece para os estudos históricos, convém esclarecermos mais sobre o formato e a composição desse tipo de documento.

Em um texto introdutório, mas bastante elucidativo, a historiadora Júnia Ferreira Furtado explica que, originalmente, o termo inventário somente se referia “a uma parte do processo de partilha, aquela que diz respeito ao arrolamento dos bens”, ressaltando que as Ordenações Filipinas<sup>7</sup> “não tratam dos inventários e sim da partilha dos bens do falecido e as formas de realizá-la, sendo o inventário parte desse processo” (2017, p. 102).

Com o passar do tempo, porém, todo esse processo judicial acabou por ser denominado de inventário, processo esse que, de forma resumida, é o

[...] registro oficial do patrimônio deixado por pessoa falecida, do qual consta o tipo e o valor monetário dos bens acumulados ao longo da vida, bem como lista de créditos e débitos pendentes. Este registro é feito por autoridade pública e o documento assim produzido tem valor para definir, em caráter final, o que caberá, por partilha, aos herdeiros, após honrados os débitos com o Estado e com credores particulares (MAGALHÃES et al., 2002, p. 2).

Analisando a importância de testamentos e inventários para os estudos de história, Furtado sintetiza: “Produzidos no contexto da morte de um indivíduo, ajudam a formar um retrato bastante revelador da vida do falecido e da sociedade que o cercava” (2017, p. 115). Outra estudiosa desse tipo de documentação também diz: “Os relatos são minuciosos. É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e sobretudo a mão-de-obra” (MAGALHÃES, 1989, pp. 31-32). E a historiadora Cláudia Martínez completa: “Nenhum outro documento permite ao pesquisador vasculhar a intimidade e com tamanha precisão de detalhes: o interior das casas, as casas de morada, as fazendas com suas terras de cultura, animais e escravos” (2007, p. 93).

---

<sup>7</sup> Sobre o processo da partilha e demais normas, ver especialmente nas Ordenações, no livro IV, os capítulos XCVI (Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros), XCVII (Das colações), XCVIII (Em que casos não poderá o pai haver o usufruto dos bens do filho) e XCIX (Em que casos a mãe repetirá as despesas, que fez com o filho). Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4ind.htm>. Acesso em 21 set. 2021.

Pelas observações citadas acima, feitas por historiadoras que, por algum tempo, se debruçaram sobre os manuscritos dos inventários para realizar suas pesquisas, é possível depreender a importância de se aumentar o uso deles no trabalho de reconstituição histórica, não só de um indivíduo (a pessoa inventariada), mas também de toda uma sociedade, pois, um conjunto de inventários, ou melhor, uma série deles, dentro de um determinado recorte temporal, pode revelar até mesmo sobre as mentalidades de uma época (FURTADO, 2017, p. 106).

Ainda iremos demonstrar com alguns exemplos as diversas possibilidades do uso dos inventários como fontes primárias para o trabalho do historiador, de forma a realçar sua relevância, pois o interesse por eles pela historiografia é relativamente recente. Para se ter noção disso, o primeiro estudioso, no Brasil, a produzir uma obra em cima desse tipo de processo judicial foi José de Alcântara Machado, autor de *Vida e morte do bandeirante*, cuja primeira edição foi publicada em 1929. Nessa obra, emprestando a expressão de Laura de Mello e Souza, foi a “sensibilidade de jurista” que fez com que Alcântara Machado se voltasse para os inventários, enxergando nestes um valor inestimável de informações históricas, adiantando-se muito aos historiadores do hemisfério norte, que até então não haviam se voltado ainda para esse tipo de fonte (2002, p. 127).

Todavia, da época de publicação de *Vida e morte do bandeirante* até hoje, muitos outros estudiosos beberam da mesma fonte experimentada por Alcântara Machado, e, conseqüentemente, boas lições foram aprendidas nas muitas horas passadas em arquivos<sup>8</sup>. Assim é que Júnia Furtado aponta o cuidado na análise dos manuscritos, pois se deve considerar a “possibilidade de haver distorções nas informações” e, no caso dos arrolamentos dos bens, por exemplo, “conforme os interesses dos herdeiros, muitos bens são omitidos e vários outros são super ou subavaliados” (2017, p. 106).

Para Carlos Bacellar, “as informações de cada inventário devem ser analisadas tendo, como pano de fundo, o ciclo de vida”, pois “tal documentação retrata o patrimônio de um indivíduo em um momento muito específico, e a qualidade desse patrimônio deve, necessariamente, ser considerada segundo esse momento” (2019, p. 69). Luciana Suarez Lopes (2015, p. 54) complementa que “A morte

---

<sup>8</sup> Vide, por exemplo, os trabalhos de: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; SIQUEIRA, Lucília. *Bens e costumes na Mantiqueira: o Município de Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista*. São Paulo: CLA, 2005; GONÇALVES, Luís F. T. *As transformações nas práticas alimentares paulistas (Itu, 1873-1888)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2019.

é um acontecimento que alcança indivíduos em diferentes fases da vida, de forma a serem distintos os cabedais descritos e as situações em que foram avaliados”. Portanto, na concepção de outro autor, os inventários são “a expressão de um momento estanque da trajetória de um indivíduo, e não a síntese de sua vida” (COSTA, 2013, p. 7). Mas é preciso considerar também que nem todas as pessoas puderam acumular bens ao longo de suas vidas, e, conseqüentemente, suas histórias têm mais lacunas que as que conseguiram amearhar um patrimônio material para ser deixado aos seus descendentes.

Outro ponto a ser considerado é relativo à forma física que os inventários apresentam – pelo menos os que foram redigidos até as primeiras décadas do século passado. Todos eles foram escritos à mão pelos escrivães de cartórios, que eram encarregados pelos juízes para essa tarefa. Portanto, além da noção de contexto, o historiador precisa conhecer, também, noções de paleografia, ou seja, saber ler diferentes caligrafias. Uma vírgula meio apagada, uma palavra mal reconhecida ou uma letra confundida com outra pode causar erros graves na interpretação de um despacho judicial, de um nome de algum dos herdeiros ou de um objeto que pertenceu à pessoa falecida. Assim é que “um copo quebrado”, cujas suposições podem transformá-lo em uma lenda, perde o encanto quando outro historiador, mais atento, reconhece que, na verdade, tratava-se apenas de “um copo quadrado”.

Cientes de toda essa discussão, passemos agora a destrinchar esse “registro oficial do patrimônio” de um morto, para podermos compreender como ele é constituído. Pelo menos até o início do século XX, os inventários judiciais foram produzidos conforme as já citadas Ordenações Filipinas. Mas, em 1916, com a instituição do Código Civil Brasileiro, alguns procedimentos sofreram modificações. Como o objeto de interesse neste artigo é o tipo de inventário que se fazia no Brasil do século XIX, nos limitaremos a analisar somente os documentos provenientes dessa época.

Entre os séculos XVI e XX, a estrutura de um inventário *post-mortem* pouco mudou. Em geral, o formato é sempre o mesmo, mudando apenas o conteúdo (OLIVEIRA, 2017, p. 3). Resumidamente, ele compõe-se de: abertura/primeiras declarações, avaliação dos bens, avaliação de dívidas, partilha dos bens e apensos (documentos anexos, como petições de emancipação ou de venda de imóveis, entre outros). A primeira parte (termo de abertura) é como uma apresentação. Na capa podemos encontrar o nome da pessoa inventariada (a que morreu) e o nome do inventariante (responsável pelo

processo), seguidos do local, da data, do juiz responsável (de Órfãos ou de Direito) e do escrivão, como se pode ver no exemplo a seguir:<sup>9</sup>

1865

Juiso de Orphaos da cidade de Itu e seu Termo

Autos de Inventario em que he

Inventariado – Joaquim da Silveira Leite

Inventariante – D. Escholastica Rodrigues de Arruda

O Escrivam de Orphaos Costa [assinatura]

Anno do Nascimento de Nopso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sepsenta e cinco, quadregesimo quarto da Independencia e do Imperio, aos desenove dias do mes de Junho do dito anno nesta Cidade de Itu em audiencia, que em Casas da Camara fasia o juis de Orphaos supplinte Doutor Rafael Aguiar Pais de Barros commigo Escrivão ao diante nomeado, e nella depois de publicada pelo Official de Justiça que serve de Porteiro, Joaquim José Lima, determinou o juis fosse citada Dona Escholastica, viuva de Joaquim da Silveira Leite, para vir prestar juramento de inventariante dos bens a inventario por fallecimento de seu marido, fasendo as declarações do estillo.<sup>10</sup>

E nas primeiras folhas pode haver uma autuação, em que o juiz intima o(a) viúvo(a) herdeiro(a) a prestar juramento como inventariante dos bens do(a) falecido(a) e fazer as primeiras declarações (quem morreu, quando morreu, onde vivia, quem são seus legítimos herdeiros e um breve resumo dos bens existentes). No caso de o(a) falecido(a) ter deixado testamento, este era transcrito logo após as primeiras declarações (FURTADO, 2017, p. 105).

Falescimento

Declarou elle Inventariante ter sua falescida mulher Justina da Silveira Leite falescido no dia vinte e dous de Julho do corrente anno sem testamento solemne.

Naturalidade

Declarou mais que sua falescida mulher he natural desta mesma Villa de Itu.

Titullo de Herdeiros

Declarou mais elle Inventariante os herdeiros que devem representar nesta herança que são os seguintes:

1 Joaquim da Silveira Leite idade 16 annos

2 D. Maria da Silveira idade 14 annos

<sup>9</sup> Utilizamos aqui alguns inventários da família Silveira Leite, do final do século XIX, que foram selecionados por apresentarem um conteúdo interessante enquanto exemplos da nossa discussão. E também por fazerem parte da nossa pesquisa de mestrado em andamento na FFLCH (USP), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida de Menezes Borrego.

<sup>10</sup> Inventário, Joaquim da Silveira Leite, Fundo 1º officio, maço 86-A, 1865, fls. 1-2, Museu Republicano Convenção de Itu.



- 3 Pedro da Silveira idade 12 annos
- 4 Antonio idade 8 annos
- 5 Elias idade tres meses<sup>11</sup>

Que os bens existentes de seu extincto casal consistem: Em um sítio com cafetal e bemfeitorias no Bairro do Varejão, n'este município, dois semoventes e alguns moveis. São estas as primeiras declarações que tem a faser.<sup>12</sup>

Até aqui, já podemos notar uma contribuição significativa dos inventários: a de servir como guia para a reconstituição de famílias, objetivo central dos estudiosos de genealogia. A relação dos filhos é completa em termos de nome, idade e estado civil. Cruzando esses dados com os que podem ser encontrados em registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos) já é possível conhecer um núcleo familiar (ou vários deles) em seus pontos marcantes: nascimento, casamento e morte. E ainda só estamos no início do documento!

Depois de feitas as primeiras declarações pelo inventariante, pelo juiz era ordenado que fossem escolhidos os avaliadores (geralmente dois), ou seja, aqueles que teriam a responsabilidade de ver todos os bens existentes da herança, determinando seu estado físico (ótimo, bom, regular, ordinário, ruim, muito estragado) e o seu valor monetário.

[...] por elles [inventariante e herdeiros] foi dito que pelo presente se louvão para avaliadores nas pepsoas do Capitão Joaquim da Silveira Morais e José da Silveira Morais, que ficarão aprovados e houve o juis a louvação por aprovada, determinando fossem sitados os aprovados para prestarem juramento e prossederem a avaliação dos bens.<sup>13</sup>

Prestando o devido juramento, os avaliadores (que podiam ser vizinhos do falecido inventariado, parentes ou até pessoas de confiança do juiz responsável) passavam a fazer a avaliação dos bens (muitas vezes *in loco*), apresentando, em seguida, o relatório, isto é, o arrolamento dos bens, no qual estes vinham classificados entre móveis, imóveis, animais, escravos, ferramentas e joias, sendo que cada coisa tinha o seu devido valor. As categorias podem variar de um documento para outro, mas geralmente é possível observar as seguintes classificações: escravos, semoventes (animas usados para o trabalho), trastes (móveis, ferramentas, roupas e outros objetos), animais (de criação), roças (de milho, de feijão, de café), mantimentos (alimentos já colhidos para o consumo doméstico), joias, dinheiro em espécie, etc.

<sup>11</sup> Inventário, Justina da Silveira Leite, Fundo 1º ofício, maço 41, 1833, fls. 5, MRCl.

<sup>12</sup> Inventário, Ana Justina da Silveira, Fundo 2º ofício, maço 59, 1894, fls. 3-4, MRCl.

<sup>13</sup> Inventário, Ângelo Rodrigues da Silveira, Fundo 1º ofício, maço 104, 1873, fls. 4, MRCl.

– Escravos –

Benedicto, de oito annos, por um conto e dusetos mil reis, e se sae 1:200\$000

Ignacio, de quatro, irmão de Benedicto, por quatro centos mil reis, e se sae 400\$000

Maria, de seis annos, seis centos mil reis 600\$000

Gertrudes, crioula, de vinte annos, por um conto e quinhentos mil reis 1:500\$000

Joaquina, gentia, quarenta e cinco annos, por oito centos mil reis 800\$000<sup>14</sup>

– Animáis –

Uma besta arreada, formosa, por cento e vinte mil reis, que sae 120\$000

Uma dita, dita, mansinha, por oitenta mil reis, com que sae 80\$000

Um cavallo saino, por cincoenta mil reis 50\$000<sup>15</sup>

– Moveis –

Cinco catres, tecidos de imbirá a dous mil reis, são dés mil reis, e sae 10\$000

Dous caixões e aparelhos de cama a dous mil reis, são quatro mil reis 4\$000

Uma mesa de jantar e um banco por cinco mil reis, e se sae 5\$000<sup>16</sup>

Um sitio em Arassariguama, denominado da vargem, quatrocentos mil reis 400\$000<sup>17</sup>

Feito o arrolamento dos bens, o juiz mandava que o inventariante fizesse as últimas declarações. Nesse momento, os herdeiros (também chamados de interessados) podiam questionar algumas das avaliações, apresentar algum item faltante e também declarar suas colações<sup>18</sup>.

Declarou que quando casou-se João Clemente da Silveira com a herdeira Maria Paula da Silveira, recebera de dote um conto de réis – 1:000\$000<sup>19</sup>

As dívidas ativas (que a herança tem a receber) e passivas (que a herança tem a pagar) poderiam vir também no arrolamento ou, muitas vezes, nas últimas declarações do inventariante.

Declarou que o herdeiro Pedro da Silveira Almeida deve a esta herança noventa mil reis – 90\$000

Declarou que o herdeiro Henrique da Silveira Morais deve quarenta mil reis – 40\$000<sup>20</sup>

Não havendo mais nenhuma declaração ou reparo, o juiz mandava prosseguir o processo, devendo o inventariante e os herdeiros fazer seus pedidos para a partilha da herança. Em caso de não haver nenhum conflito (o que era raro), todos os interessados decidiam a partilha entre si e avisavam

<sup>14</sup> Inventário, Salvador Rodrigues Fam e Albina Silveira Leite, Fundo 1º ofício, maço 95, 1869, fls. 8, MRCL.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> Quando um bem (geralmente um dote em dinheiro, animais ou escravos) era doado para um dos herdeiros, ainda em vida do doador. Portanto, se um dos genros do falecido inventariado recebeu um dote, o valor deste deveria ser declarado no inventário a fim de ser partilhado igualmente entre todos.

<sup>19</sup> Inventário, Pedro da Silveira Leite, Fundo 1º ofício, maço 108, 1875, fls. 15, MRCL.

<sup>20</sup> Idem.

o juiz, que apenas mandava o escrivão lavrar nos autos do inventário a forma decidida. Mas, na maioria dos casos, ficava a cargo do próprio juiz fazer a divisão da herança com igualdade de direito. Ou melhor, cabia a duas pessoas nomeadas pelo mesmo para realizar o esquema da partilha, os chamados partidores. Estes calculavam os valores de tudo o que foi avaliado no inventário, compondo o *Monte mor*, que é o “valor total dos bens avaliados”. Em seguida, do valor do monte mor eram deduzidos valores dos custos com o processo judicial, das dívidas passivas (quando havia) e de outras obrigações do inventariante, e o que sobrava era o *Monte menor*, ou monte partível, o valor líquido a ser dividido entre todos os herdeiros. Se havia cônjuge, viúvo ou viúva, este ficava com a metade dos bens, ficando a outra metade para os filhos ou outro herdeiro legítimo (FURTADO, 2017, p. 105; SAMARA; TUPY, 2010, p. 91).

Os cálculos feitos pelos partidores eram reunidos sob a categoria denominada *Orçamento e plano de partilha*, como no excerto a seguir:

Acharão elles Juis e Partidores importarem os moveis desesseis mil e cem reis – 16\$100  
Acharão importarem os escravos cinco contos e quinhentos mil reis – 5:500\$000  
O activo cento e noventa e quatro mil reis – 194\$000  
Acharão que as tres parcelas fasem o monte mor de cinco contos sete centos e des mil e cem reis – 5:710\$100  
Acharão importar o papsivo cento e dois mil reis – 102\$000  
Acharão separar para custas noventa e tres mil reis – 93\$000  
Sommão as duas parcelas cento e noventa e cinco mil reis – 195\$000  
Acharão que abatida esta quantia fica partível cinco contos quinhentos e quinse mil e cem reis – 5:515\$100  
Acharão que esta quantia dividida pelos seis herdeiros toca a cada um nove centos e desenove mil cento e oitenta e tres reis – 919\$183<sup>21</sup>

Após essa relação, o escrivão passava a redigir nos autos as formas de pagamento aos herdeiros, detalhando como cada legítima foi distribuída a cada um deles. Ao final, o juiz, antes de julgar a sentença, pedia que os interessados dissessem se estavam de acordo com a partilha feita. Em caso afirmativo, dava por findo o inventário, restando ao inventariante apenas o compromisso de pagar os custos despendidos no processo. Em caso de haver filhos menores, o juiz designava um tutor responsável (que poderia ser a mãe, o pai, um tio próximo) que pudesse zelar por aqueles até que alcançassem a maioridade. Os bens recebidos seriam, então, sob a forma de dinheiro, recolhidos ao Cofre de Órfãos, uma espécie de poupança a cargo do governo, cujo valor depositado rendia juros

---

<sup>21</sup> Inventário, Ana Cecília de Oliveira Barbosa, Fundo 1º ofício, maço 97, 1870, fls. 8, MRCI.

com o passar do tempo. Completados os 21 anos, os herdeiros poderiam requerer a retirada desse dinheiro.

Pelo exposto acima, depreende-se uma contribuição dos inventários que já foi bastante aproveitada pelos historiadores: a de subsidiar estudos de história econômica (MARANHÃO, 2010; MENEZES, 2007; COSTA, 2013; MAGALHÃES et al., 2002), podendo se discutir, por exemplo, “a evolução da composição do patrimônio ao longo dos séculos, diferenciando os níveis de riqueza e ostentação de um grande proprietário do século XVII para outro, digamos, do XIX” (BACELLAR, 2019, p. 37). Este mesmo autor também aponta a possibilidade de se fazer “análise dos mecanismos de mercado e de crédito sugeridos ou mesmo indicados pela exaustiva prestação de contas dos inventários” (2019, p. 37).

No final do processo é comum encontrar apensos, ou seja, documentos anexos ao processo, como registros de batismos, certidões de casamento, de nascimento, recibos de pagamentos de impostos (de causa mortis, taxa judiciária, selos), que o escrivão junta aos autos como comprovação do cumprimento dos deveres do inventariante e outros interessados (SAMARA & TUPY, 2010, p. 91).

Interessante mesmo é quando aparecem listas de matrículas de escravos, cujas informações são muito ricas para a compreensão de uma sociedade escravista (MAGALHÃES, 1989; FARINATTI, 2008; MARTINEZ, 2017), principalmente para a reconstituição das histórias dos seres humanos escravizados: “As listagens de cativos podem servir para a observação da família escrava, inclusive no que diz respeito a seu destino – unida ou separada – quando da partilha dos bens entre herdeiros” (BACELLAR, 2019, p. 37). Porém, “inventários são retratos instantâneos de um plantel e pouco ou nada revelam sobre a sua dinâmica ao longo da vida do [inventariado]” (FURTADO, 2017, p. 112).

O processo de inventário não era uma obrigatoriedade jurídica apenas de indivíduos mais abastados. Os mais pobres também deveriam ter seus poucos bens inventariados, por causa da existência de herdeiros. Exceto nos casos em que, sendo altos os custos com o processo, dispensava-se essa obrigação (SAMARA; TUPY, 2010, p. 92).

No que diz respeito à perspectiva da história cultural, considerando temas como cultura material/imaterial, modo de vida (cotidiano e vida privada), a pesquisa em inventários ganha relevo

quando consegue extrair das minuciosas informações encontradas fragmentos do passado que ajudam a recompor vidas, labores, mentalidades. Histórias sem fim. Segundo a constatação do pesquisador Adriano Teixeira (2012, p. 64), no início do século XX os historiadores só davam atenção aos inventários na intenção de “recuperar a vida dos grandes personagens”. Entretanto, após a influência da Escola dos Annales, preocupada em “problematizar” a história, passou-se a considerar novas possibilidades de testemunhos colocando “como um dos interesses da investigação histórica as massas anônimas”. E Cláudia Martinez completa:

No caso do Brasil, os estudos microrregionais são, ainda, mais importantes ao se considerar o seu vasto território. Somente com o conhecimento das várias regiões brasileiras poder-se-á alcançar uma avaliação mais aproximada de sua(s) cultura(s) e sociedade(s) (MARTINEZ, 2007, p. 37).

É sob essa perspectiva que passaremos na próxima seção, a demonstrar algumas contribuições valiosas que os inventários *post-mortem* podem trazer numa escala reduzida de análise (REVEL, 1998), quando aproximamos o foco na multidão de brasileiros que já morreram, e cujas histórias ficaram escondidas na poeira do tempo. Uma espanada cuidadosa de um historiador atento e sensível pode deixar vir à tona o cotidiano da gente miúda, simples, humilde, mas que teve papel preponderante na história do país. Tijolo por tijolo, aos poucos poderemos ver as paredes levantadas, e logo a casa inteira, pois tudo que a compõe é o que a mantém em pé. E assim também é com a história.

### **Os Rodrigues da Silveira: terras, bichos e tralhas**

Num sábado do dia três de julho do longínquo ano de 1869, João Dias Aranha de Quadros saiu do seu sítio, no bairro do Varejão, e foi até a cidade de Itu, onde compareceu à casa do juiz Francisco Antonio Barbosa, a quem apresentou o testamento do avô paterno de sua esposa, o senhor Salvador Rodrigues Fam. Na ocasião, disse “ter o mesmo falecido no dia de ontem, em seu sítio, e ser este o único testamento que deixara, requerendo por isso fosse ele aberto”. O juiz abriu o documento e mandou que o mesmo fosse cumprido conforme a lei.

Três semanas se passaram, e no dia 24 de julho, no cartório do escrivão Francisco José de Andrade, foi feita a autuação do inventário do senhor Salvador. Em seguida, o escrivão foi até a casa do juiz, onde estava presente um dos filhos do inventariado, o senhor José Rodrigues da Silveira, que veio para prestar juramento como inventariante dos bens de seu pai e, também, de sua mãe, dona Albina da Silveira Leite. Depois de jurar perante o juiz que cumpriria com todas as suas obrigações durante o processo de inventário, José fez as primeiras declarações.

Disse ele que sua mãe, dona Albina, faleceu há anos, e não precisou a data; que seu pai, Salvador, faleceu em seu sítio no dia dois do corrente mês, deixando testamento solene. E que os filhos herdeiros eram oito: além dele declarante, havia também Ângelo, Joaquim, Manoel, Antonia, casada com Antonio Joaquim de Almeida, Maria, casada com Joaquim da Silveira Barbosa, e mais duas irmãs solteiras, Anna e Rita.

O inventário não diz, mas, por meio da reconstituição genealógica<sup>22</sup> da família Rodrigues da Silveira, cruzando dados encontrados em registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos), conseguimos saber que Ângelo, Joaquim e Manoel já estavam casados à época da morte do pai, no que podemos deduzir que Salvador vivia apenas com os três filhos solteiros em sua casa, no sítio do Varejão. Sendo José já maior de idade, com 29 anos, fica explicado o porquê de ele ter sido encarregado de responder pelo inventário dos bens de seus pais.

Mas, antes de prosseguirmos com o processo, voltemos três meses atrás, nesse mesmo ano de 1869, quando, no dia três de abril, o tabelião Francisco José de Andrade deixou o seu cartório para ir até o sítio do Varejão, nas divisas de Itu e São Roque, a fim de redigir o testamento do senhor Salvador, que se encontrava enfermo de cama. Além dos dois, também estavam presentes cinco testemunhas, todas elas parentes e amigos do moribundo, vizinhos do sítio: Antonio Fidelis de Arruda, João Dias Aranha de Quadros, Hippolito Cassiano da Costa Cintra, José Manoel de Moraes e José da Silveira Moraes.

Pelas respostas do testador às perguntas que fez, o tabelião pôde constatar que ele estava em seu perfeito juízo. Em duas laudas e meia ficamos conhecendo um pouco da vida de Salvador: que seus pais se chamavam José Rodrigues Fam e Ignácia de Almeida, já falecidos; que ele era viúvo de Albina da Silveira Leite, com quem teve os oito filhos citados acima; e que no sítio em que vive, apenas as benfeitorias lhe pertencem, sendo as terras pertencentes ao Convento do Carmo de Itu, do qual ele é arrendatário. Como todo bom católico da época, pediu para que, após sua morte, rezassem missas por sua alma e pela alma de seus pais.

---

<sup>22</sup> Na plataforma Geni é possível montar uma árvore genealógica por meio de perfis de cada indivíduo de uma família, cujas ligações entre um membro e outro são feitas automaticamente quando outras árvores já existem. No caso em particular, é possível ver também links que redirecionam para a página exata onde se encontra o registro paroquial, seja ele batismo, casamento ou óbito. Por isso, ver: <https://www.geni.com/people/Salvador-Rodrigues-Fam/6000000026764947504>. Acesso em 21 set. 2021.

Salvador disse também que, quando sua mulher faleceu, ele não fez o inventário dos bens dela, o qual seria feito provavelmente após a sua morte, para que se conhecesse a herança que pertencia aos seus filhos. E sobre isso ele também fez questão de deixar claro que, em sua terça, o remanescente dos bens ficaria para suas duas filhas solteiras, assim como dois escravos; e também as bestas arreadas do seu filho José, caso estas viessem a fazer parte do monte mor. Assim, quando fosse feita a partilha dos bens entre os herdeiros, ficavam asseguradas as vontades do testador.

Outra curiosidade é com relação aos costumes da época. Salvador contou que, quando suas filhas Antonia e Maria se casaram, ele deu como dote um escravo para cada uma. Assim, elas já teriam mão-de-obra na casa em que passariam a viver com seus maridos, ficando “bem assistidas”.

Por fim, Salvador designou como seus testamenteiros “em primeiro lugar meu filho José, em segundo meu filho Angelo, e em terceiro meu filho Joaquim”, e pediu para que o tabelião assinasse o testamento por ele, “por não poder escrever, por [estar] doente”, o que o senhor Francisco José de Andrade de fato fez. Em seguida, as testemunhas assinaram embaixo e Pedro da Silveira Morais assinou pelo testador a aprovação do testamento. O tabelião fechou o documento, “cosido com cinco pontos de linhas brancas e lacrado com cinco pingos de lacre encarnado por banda na forma do estilo”.

Voltando ao tempo da abertura do inventário: depois de o herdeiro e testamenteiro José Rodrigues da Silveira ter feito as primeiras declarações no dia 24 de julho, alguns dias depois, três de agosto, o tabelião foi até o sítio do Varejão para que José assinasse o termo de aceitação do testamento, o que este o fez, acompanhado pelas testemunhas José da Silveira Morais e João Dias Aranha de Quadros. Na mesma ocasião, o inventariante mostrou os bens a serem arrolados no inventário, os quais foram descritos pelo tabelião e que resumimos a seguir.

Escravos eram sete: Benedicto, de oito anos, Ignácio, de quatro anos, irmão do primeiro, Maria, de seis anos, Gertrudes, crioula de vinte anos, Joaquina, gentia de 45 anos, e os escravos que foram dados em dote de casamento: Clara, para o coerdeiro Joaquim da Silveira Barbosa, e Benedicto, dado ao coerdeiro Antonio Joaquim de Almeida.

Entre os animais, três: duas bestas arreadas, denominadas “Formosa” e “Mansinha”, e um cavalo zaino. Nos móveis, apresentou-se uma mistura de mobília, trastes, colheitas, terras e criação, que aqui separamos da forma seguinte: em arreios, havia um selim, freio e enxerga e mais um serigote



velho com carona. Na mobília: cinco catres tecidos de embira, dois caixões com aparelhos de cama, uma mesa de jantar com um banco, um armário e uma caixa. Na aparelhagem de cozinha: uma dúzia de pratos azuis, uma sopeira, um bule azul com cinco casais de xícaras, duas dúzias de pratos brancos, cinco casais de xícaras brancas, três copos para água, uma bandeja, duas canecas, uma lata, um tacho grande, um tacho pequeno, uma chaleira, três panelas de ferro e duas barricas.

Da colheita havia doze arrobas de café, cinco alqueires de feijão e 150 alqueires de milho. Criação de suínos: quatro capadetes maiores, cinco capadetes “mais pequenos” (sic), cinco porcos e sete leitões.

Finalmente, em imóveis: um sítio em Araçariguama, denominado “da vargem”, e as benfeitorias do sítio do Varejão, “contando de gramados, casas de morada, pomar, e uma pequena plantação de café, monjolo et cetera”.

Após o arrolamento, o inventariante fez as últimas declarações, nas quais ele disse “que achasse paga a despesa feita com o enterramento, e missas, e que tudo pagou com o dinheiro da herança, e de resto de tudo resulta ainda um saldo a favor da herança”, acrescentando que só havia uma dívida passiva: um valor de 25 mil réis que a herança devia ao coerdeiro Antonio Joaquim de Almeida.

Este era o patrimônio deixado pelo casal Salvador Rodrigues Fam e Albina da Silveira Leite, nos meados do século XIX, e por ele se pode entrever um pouco da vida privada, do modo de vida, dos usos e costumes domésticos de uma família rural paulista, que não era de barões do café, mas que possuía escravos e terras, o que, na época, significava certa abastança.

Em 10 de agosto de 1869, o Convento do Carmo apresentou sua posição sobre o inventário de Salvador Rodrigues Fam, declarando que o mesmo era, de fato, arrendatário de “uma porção de terras na fazenda de São Miguel, contando a fronteira com Salvador da Silveira Moraes correndo córrego abaixo com o foro de Luiz Manoel da Luz, o foro do Senhor Salvador Rodrigues Fão tem de frente duzentas braças correndo pelo córrego até sair no campo, e pagará anualmente de foro dois mil réis”. Com o andamento do inventário, o prior pediu ao juiz responsável para que “haja por bem não incluir nas partilhas do mesmo finado as terras pertencente aquele Convento”. O acordo data de 25 de janeiro de 1852, sendo o prior do Convento, nessa época, o frei Manoel da Natividade. Dezesete anos depois, frei Miguel da Conceição Gomes, ao fazer a revisão dos pagamentos, declarou abaixo

“Está pago até janeiro de 1868”. José Rodrigues da Silveira tomou ciência do referido e, como se verá adiante, as tais terras não foram inclusas na partilha.

Entre os dias 10 e 26 de agosto, a única novidade no processo do inventário foi o cálculo das custas geradas até o dia 16, declaradas pelo escrivão João Antonio Alves.

Em 26 de agosto de 1869, os herdeiros Ângelo, José, Joaquim da Silveira Barbosa, Manoel, Joaquim, Antonio Joaquim de Almeida, Anna e Rita entregaram uma petição ao juiz, dizendo que haviam feito a partilha dos bens entre si, de modo amigável, e estando satisfeitos pediam ao mesmo para “julgá-la por sentença para sua inteira validade”.

Assim sendo, o juiz mandou que o tabelião escrevesse o orçamento e a partilha dos bens. O monte mor somou em 7:858\$280 (sete contos, oitocentos e cinquenta e oito mil e duzentos e oitenta réis), do qual ainda foram descontados os custos do inventário e a dívida passiva, cujo valor final foi dividido entre os oito herdeiros, ficando, porém, a terça parte de cada meação (as duas metades do valor total, sendo uma de Albina e a outra de Salvador) para as duas filhas solteiras, conforme a vontade do patriarca no testamento. Estas duas, Anna e Rita, receberam mais de um conto de réis na partilha. Deixando um pouco de lado os valores em dinheiro, iremos nos deter mais nos bens arrolados, que foram partilhados.

Para o primogênito Ângelo, tocou as doze arrobas de café e o restante em dinheiro; para Joaquim, as bestas arreadas “Formosa” e “Mansinha”, e o restante em dinheiro; Manoel ficou com os 150 alqueires de milho e o mais em dinheiro; ao coerdeiro Antonio Joaquim de Almeida, os 25 mil réis da dívida da herança, mais o sítio em Araçariguama e o escravo Benedicto; para o outro coerdeiro, Joaquim da Silveira Barbosa, as escravas Clara e Joaquina e mais dois capadetes; para Anna, além do legado da terça e o remanescente da mesma, recebeu a escrava Gertrudes, parte nas benfeitorias do sítio do Varejão, um catre, um caixão com aparelho, um capadete menor, uma porca e dois leitões; Rita também recebeu o que foi legado na terça parte da herança e o remanescente, além de receber o escravo Ignácio, a escrava Maria, “cedida pela herdeira D. Anna”, parte nas benfeitorias do sítio do Varejão, um catre, um caixão e aparelho, um tacho grande, um capadete pequeno, uma porca, dois leitões, um cavalo zaino e duas dúzias de pratos brancos, e mais um pequeno valor em dinheiro.

Ao herdeiro inventariante José tocou: o outro escravo Benedicto, os arreios, uma mesa de jantar, cinco alqueires de feijão, dois capadetes maiores, três capadetes menores, três porcas, três

leitões, uma dúzia de pratos azuis, uma sopeira, um bule azul, cinco casais de xícaras brancas, três copos de vidro, a bandeja, as duas canecas, uma lata, um tacho pequeno, uma chaleira, três painéis de ferro, duas barricas, o armário, uma caixa e uma boa parte nas benfeitorias do sítio do Varejão – Anna e Rita receberam partes iguais de 250 mil réis nesse sítio, enquanto José ficou com a parte no valor de um conto de réis, ou seja, quatro vezes o valor de cada uma das irmãs.

Estando “contentes” com a partilha feita de modo amigável, os herdeiros assinaram embaixo, e João Dias Aranha de Quadros assinou pelas duas solteiras, Anna e Rita. Naquele mesmo dia 26 de agosto de 1869, o juiz deu a sentença, mandando que “se cumpra e guarde como nela se contém”. O escrivão Francisco José de Andrade lavrou a decisão nos autos do processo e notificou aos interessados por carta, informando pessoalmente o inventariante José. E assim termina o inventário de mais uma família detentora de terras e escravos na imensidão verde da então província de São Paulo, hoje tão modificada pela industrialização crescente da região de Sorocaba.<sup>23</sup>

\* \* \*

O que se viu acima foi apenas um breve relato micro-histórico de um inventário *post-mortem*, e, por conta dos limites deste artigo, não pudemos estendê-lo a ponto de se analisar cada etapa pormenorizadamente. Mas serve para se compreender o quanto as informações obtidas numa fonte como essa pode ajudar a esclarecer características de um passado rural de determinada região brasileira, bem como o de um bairro ou de uma família, e de sua cultura material.

Ligia Souza Guido, ao estudar a cultura material na Vila de Itu, entre os séculos XVIII e XIX, fez uso dos inventários de diversas famílias para reconstituir o vestuário da população daquela vila, “nas dimensões material e simbólica”, fazendo uma importante observação:

Os inventários *post-mortem* nos possibilitam analisar apenas um momento das posses de um indivíduo. Por ser este contexto o da morte de um dos cônjuges, talvez cause a impressão de que o rol de bens contenha todos os objetos que aquela pessoa adquiriu durante a vida. Mas não existe apenas o ato de acumular. A doação, troca, empréstimo, divisão e perda também faz parte da história de nossos pertences. O espólio final descrito e avaliado no arrolamento não corresponde, muitas vezes, à

---

<sup>23</sup> Na época do inventário de Salvador Rodrigues Fam, embora a escravidão ainda vigorasse com força nas fazendas de café de São Paulo, a região de Itu começava a passar por um processo gradual de industrialização. No mesmo ano da morte de Salvador, foi inaugurada a fábrica têxtil São Luís, a vapor, pioneira no Brasil. É interessante contextualizar, porque a partir disso é possível estabelecer relações e identificar rupturas e continuidades no modo de vida da família, principalmente no que diz respeito à sua cultura material.

totalidade dos bens, pois alguns objetos poderiam ser omitidos na declaração, ou mesmo, partilhados anteriormente (2015, p. 55-56).

Esse relato é resultado de uma leitura acurada do documento, por meio de um fichamento completo onde, classificando página por página e identificando o seu devido conteúdo, foi possível acompanhar cada momento do processo.

Para tanto, usamos como base as valiosas dicas ensinadas pelo historiador Carlos Bacellar em seu texto “Uso e mau uso dos arquivos”, que faz parte do livro *Fontes históricas* (2019, p. 23-79). Nas mais de cinquenta páginas desse capítulo, Bacellar explica como surgiram os arquivos, como funcionam e como os historiadores iniciantes devem principiar suas pesquisas em documentos manuscritos, muitas vezes mal conservados e de difícil leitura. A fonte que utilizamos para este artigo foi submetida, primeiramente, a três questionamentos básicos que Bacellar pontua em seu texto: “Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem?”, e salienta ao final: **“Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador!”** (2019, p. 63) (grifo do autor).

Tomando o nosso documento em questão, vamos responder às questões acima. Bem, como já vimos anteriormente, um inventário é escrito a fim de, usando uma antiga expressão, “pôr o preto no branco”, ou seja, certificar no papel quem deixou herança, quem são os legítimos herdeiros e como essa herança ficou repartida. Portanto, a condição básica para se produzir um inventário é a de existir bens deixados por alguém e haver alguém para ficar com esses bens. No caso aqui analisado, trata-se de uma herança de um senhor de terras e escravos, cuja prole era grande, mas que, apesar disso, a partilha fora feita de maneira amigável, sem maiores complicações.

Todavia, como bem objetou Carlos Bacellar, “Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (2019, p. 63). Assim sendo, o relato micro-histórico exposto acima apenas descreve o desenrolar de um processo que durou 33 dias, de 24 de julho a 26 de agosto de 1869, e descrito em trinta páginas. Mas é preciso levar em conta outros momentos que antecederam ao inventário: o dia em que Salvador Rodrigues Fam fez seu testamento; o dia da sua morte; o dia em que uma das testemunhas foi até a cidade para apresentar o testamento, o que fez com o que o juiz ordenasse a abertura do inventário dias depois.

Através das interpretações/decisões do juiz, do escrivão, dos avaliadores e dos partidores podemos perceber fragmentos do modo de vida não só do inventariado, mas também dos seus filhos

e dos demais envolvidos no processo. Entendendo o inventário *post-mortem* como fonte primária, é preciso lembrar que, apesar de ele ser “testemunha direta” dos fatos, não se torna, por isso, detentor da verdade absoluta, muito menos um espelho nítido da realidade (BACELLAR, 2019, p. 64).

É indispensável levar em conta as muitas intermediações. Por exemplo, o que o inventariante disse ao juiz, e que foi escrito pelo escrivão. Ou o valor monetário que o mesmo inventariante deu aos bens arrolados, e que pode ter sido contestado por outras pessoas presentes no momento da avaliação. No caso do inventário de Salvador não está claro quem foram os avaliadores, mas, entre as assinaturas dos herdeiros estão as de Pedro da Silveira Moraes e José da Silveira Moraes que não eram filhos de Salvador, mas parentes, e, provavelmente, vizinhos, o que nos leva a deduzir que, conhecendo bem a herança deixada e sendo parte do mesmo modo de vida, estes dois tinham a noção do valor de cada bem e do seu devido uso ou estado de conservação.

É interessante notar o sentido de fonte secundária dentro de uma fonte primária. Em outras palavras: nós não vimos os bens que o casal Salvador e Albina deixou. O que nós sabemos é o que foi mostrado pelo inventariante José ao tabelião e às testemunhas. Ao exhibir, por exemplo, uma besta arreada, José pode ter dado um valor maior ao animal, por ser este parte do seu cotidiano e também, numa suposição, um animal da estima de seu pai. Porém, aos olhos das testemunhas, a besta arreada pode não ter parecido ser de grande valia. Aí então coube ao tabelião Francisco José de Andrade a decisão de escrever o valor final. É difícil concluirmos como essas pessoas tomavam decisões, a não ser por pequenos detalhes. Estaríamos adentrando o campo das mentalidades, onde cada um pensava de um jeito diferente, embora pertencentes ao mesmo lugar, ao mesmo contexto familiar. E se um dos irmãos de José tivesse se intrometido na avaliação, contradizendo os valores dados e mandando que o tabelião registrasse o que ele acreditava ser o preço certo?

E não é só isso. Não podemos concluir que os bens arrolados no inventário em questão fossem exatamente TODOS os bens que existiam no sítio de Salvador. Muitos trastes podem ter sido dispensados da avaliação, ou por serem de pouquíssima valia ou porque os herdeiros não queriam que entrassem no “rolo” (FURTADO, p. 106). Entre os animais, vimos que havia bestas, cavalo e porcos. Mas e as galinhas? Nos inventários analisados especialmente para este artigo, não foi encontrado nenhum tipo de galináceo. E não duvidamos que estas famílias possuísem nos quintais de seus sítios galos, frangos e poedeiras, que faziam parte da sua alimentação, não só no século XIX, mas também muito antes, e referenciamos aqui Sérgio Buarque de Holanda (1994) e Alcântara Machado (1980),

hábeis em identificar nos inventários seiscentistas o modo de vida e a cultura material dos antigos paulistas. Sobre este aspecto, dizem as autoras Eni de Mesquita Samara e Ismênia Tupy:

A cultura material, por sua vez, apoiada em análise de inventários e testamentos, extrapola os limites da análise do patrimônio econômico do indivíduo, da família ou de uma determinada categoria ou classe social. Ao agregar a dimensão cultural aos estudos de organização material do núcleo doméstico, estudando os objetos e os artefatos, inova a historiografia, pois busca entendê-los no viver cotidiano, bem como as relações de uso e troca criadas pelos mesmos (2010, p. 63).

Isto se identifica no arrolamento dos bens, principalmente nas tralhas domésticas, onde se pode imaginar o ambiente doméstico da família aqui estudada, fazendo com que a “representação da cultura material” se torne uma possibilidade “de se compreender o estilo de vida, a riqueza e, também, a pobreza dos diferentes estratos sociais”, se formos comparar o caso desta família com o de outras famílias paulistas do mesmo período (SAMARA; TUPY, 2010, p. 64).

Para terminar esta seção, uma consideração feita por Carlos Bacellar, de inestimável importância para quem deseja se aventurar em casos específicos a fim de reconstruir o passado “de dentro para fora das casas”:

Documentos isolados têm seu valor, mas não se pode arriscar a generalizar suas informações para o restante da sociedade. [...]. Infelizmente, a exceção chama mais atenção do que a regra, e o *historiador deve tomar muitos cuidados para não cair na tentação de transformar um caso isolado em caso corriqueiro* (2019, p. 62) (grifo nosso).

### Considerações finais

Neste artigo, nosso intuito foi o de demonstrar como a micro-história pode contribuir na pesquisa e na apresentação dos resultados do “fazer história”. O olhar voltado para o particular, o ponto perdido no meio de uma multidão de pessoas, em diferentes lugares, em diferentes épocas, pode nos ajudar a entender o passado de baixo para cima, de dentro para fora, sem perder, no entanto, a visão do todo, a macro-história. E, para isso, como fonte histórica rica de detalhes e possibilidades, os inventários *post-mortem* se tornam relevantes justamente por proporcionar ao historiador uma oportunidade de ao mesmo tempo estudar uma pessoa, uma família, um lugar, e entender, pelo menos um pouco melhor, uma determinada sociedade.

Os objetos arrolados em um inventário fazem do estudo da cultura material uma excelente ocasião para se conhecer o modo de vida dos indivíduos, não apenas no ambiente doméstico, privado, mas também com relação aos demais, e com relação ao seu espaço de vida e trabalho. Esse olhar

microscópico lançado sobre os documentos históricos é capaz de captar detalhes que não seriam percebidos em uma pesquisa voltada para grandes fatos e grandes personagens. A micro-história oferece um recorte profundo para o conhecimento do ontem. Os inventários, nas mãos do historiador, tornam os detalhes mais nítidos ainda.

#### Referências bibliográficas:

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla B (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2019 (pp. 23-79).

BARROS, José D’Assunção. “Sobre a feitura da micro-história”. **Revista OPSIS**, UFG, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007 (pp. 167-185). Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9336>>. Acesso em 25 Abr. 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia**. Trad.: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?**. 2ª ed. Trad.: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

COSTA, Fernando Alves da. “E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX”. **Histórica**, São Paulo, ano 9, n. 60, p. 06-17, dez. 2013.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE VRIES, Jan. Playing with Scales: The Global and the Micro, the Macro and the Nano. In: *Past & Present*, Volume 242, Issue Supplement\_14, November 2019, pp. 23–36. Disponível em: [https://academic.oup.com/past/article/242/Supplement\\_14/23/5637695](https://academic.oup.com/past/article/242/Supplement_14/23/5637695). Acesso em outubro de 2021.

FARINATTI, Luís Augusto. “Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social”. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15 n. 28, p. 57-72, jul. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7958>>. Acesso em Março 2021.

FURTADO, Júnia Ferreira. “A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017 (pp. 93-118).

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Trad.: Antônio Narino. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991. (pp. 169-178).

\_\_\_\_\_. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In **Mitos, emblemas, sinais**. Trad.: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (pp. 143-179)

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



- GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?”. In REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad.: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998 (pp. 251-262).
- GUIDO, Ligia Souza. **Sob capas e mantos: roupa e cultura material na Vila de Itu, 1765-1808**. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2015.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- KARNAL, Leandro.; TATSCH, Flavia Galli. “A memória evanescente (documento e história)”. In PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017 (pp. 09-27).
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Montaillou, povoado occitânico, 1294-1324**. Trad.: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992 (pp. 133-161).
- \_\_\_\_\_. “Frail Frontiers?”. In: *Past & Present*, Volume 242, Issue Supplement\_14, November 2019, pp. 37–49. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtz037>. Acesso em outubro de 2021.
- LIMA, Henrique Espada. “Micro-história”. In CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 (pp. 207-223).
- MACHADO, José de Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, 8)
- MAGALHÃES, Beatriz R. “Inventários e sequestros: fontes para a história social”. **Revista do Departamento de História**. 9 (1989): 31-45, FAFICH/UFMG. Disponível em: <[https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3\\_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf)>. Acesso em fevereiro de 2022.
- \_\_\_\_\_. SILVA, Vera A. C.; PEREIRA, Ana L. C.; CHEBLE, Gilson B. “Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713 – 1763”. **X Seminário sobre a Economia Mineira**, 18-22 jun. 2002, CEDEPLAR – UFMG. Acesso em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF>>. Acesso em 21 set. 2021.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane P. M. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Entre palavras e objetos: Cultura material e Abolicionismo no Vale do Paraopeba/MG (1840-1888)”. **ANTÍTESES**, v. 10, n. 20, p. 749-773, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/29496>>. Acesso em 21 set. 2021.
- OLIVEIRA, Mariani B. C. “Dos inventários post mortem nos Campos Gerais do Paraná: habitações, senhores e escravos (1820-1844)”. **8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre (UFRGS), 24-27 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/marianibandeiracruzoliveira.pdf>>. Acesso em abril de 2021.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Trad.: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. “A História ao rés do chão”. Prefácio In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad.: Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (pp. 14-37).

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Laura de Mello. “Introdução a Vida e morte do bandeirante”. In MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Um banquete no trópico, volume 2**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002 (pp. 123-142).

\_\_\_\_\_. “História como desenho”. [Entrevista]. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, nº 46, 8 de Julho de 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150321233727/http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/laura-de-mello-e-souza>>. Acesso em 25 Abr. 2021.

TOMICH, Dale. *A ordem do tempo histórico: a Longue Durée e a micro-história*. Almanack. Guarulhos, nº 02, p. 38-51, 2º semestre de 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320110204>. Acesso em outubro de 2021.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**: os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

### Fontes primárias

Inventários do Arquivo Histórico do Museu Republicano Convenção de Itu:

Ana Pedrosa de Morais / Ângelo Rodrigues da Silveira, maço 104, 1873; Escolástica Rodrigues de Arruda / Joaquim da Silveira Leite, maço 86-A, 1865; Gertrudes Brandina de Arruda / Pedro da Silveira Leite, maço 108, 1875; Joaquim Silveira Barbosa / Ana Cecília de Oliveira, maço 97, 1870; Joaquim Silveira Leite / Justina da Silveira Leite, maço 41, 1833; José Rodrigues da Silveira / Salvador Rodrigues Fam e sua mulher, Albina da Silveira Leite, maço 95, 1869; Joaquim Rodrigues da Silveira / Ana Justina da Silveira, maço 59, 1894

# Representações da violência, da pobreza e da resistência cotidianas nos “Poemas da Colonização” de Oswald de Andrade

Representations of everyday violence, poverty and resistance on Oswald de Andrade’s “Poemas da Colonização”

Valdeci da Silva Cunha  
Doutor em História  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
valdeci.cunha@gmail.com

Recebido em: 01/08/2022

Aprovado em: 20/11/2022

**Resumo:** Para este estudo, analisaremos a criação poética de Oswald de Andrade inserida no capítulo “Poemas da Colonização” do livro *Pau-Brasil*, publicado pela primeira vez no ano de 1925. Nesses poemas, procuraremos demonstrar a presença de uma narrativa centrada na representação da violência, da pobreza e das formas de resistência no cotidiano das relações entre os fazendeiros e a vida dos escravizados do Brasil colonial.

**Palavras-chave:** Oswald de Andrade; *Pau-Brasil*; Brasil colonial; Vida cotidiana

**Abstract:** In this paper, we propose to analyze the poetic creation of the writer Oswald de Andrade in *Pau Brasil*’s chapter entitled *Poemas da Colonização*, which was published for the first time in 1925. In those poems, we pretend to demonstrate the presence of a narrative centered on the representations of violence and poverty and the ways to resistance in the everyday life involving landlords and Colonial Brazil’s slaves.

**Keywords:** Oswald de Andrade; *Pau-Brasil*; Colonial Brazil; Everyday life

## Introdução

“Aprendi com o meu filho de dez anos  
Que a poesia é a descoberta

A questão que aqui nos interessa mais de perto, e que será o nosso ponto de partida para este artigo, diz respeito às representações dos sujeitos “desclassificados”<sup>1</sup> ou de suas formas de (sobre)vivência mobilizados pelo discurso literário na constituição de sua tessitura narrativa. Para este estudo, analisaremos a criação poética de Oswald de Andrade inserida no capítulo “Poemas da Colonização” do livro *Pau-Brasil*, publicado pela primeira vez no ano de 1925. Nesses poemas, como procuraremos demonstrar nas páginas a seguir, encontraremos a presença de uma narrativa centrada na representação do cotidiano da vida em uma espacialidade temporal que retoma as relações entre os fazendeiros e os escravizados do Brasil colonial.

Em sua leitura e formas de narrar, o escritor transporta para as páginas a complexa ambientação que permeia o imaginário político e social sobre as formas e sentidos da colonização brasileira, ora retratando a violência do poder do Estado e os desmandos e arbitrariedades dos “senhores feudais”, ora construindo cenas de resistência às formas de mando, em uma tentativa de mostrar as possíveis ambivalências que as relações e contato dos negros com os brancos europeus assumiram naquele período.

Como estratégia comparativa, analisaremos também o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1924) na intenção de construirmos algumas pontes entre as propostas ali desenvolvidas e explicitadas e o seu resultado demonstrado nos poemas do livro anteriormente mencionado.

Em nossa leitura, procederemos segundo uma sugestão de Michel de Certeau que, em “A operação histórica”, afirmou que “o historiador não é mais um homem a constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Ele aí vem circular *em torno* de racionalizações adquiridas”. Nesse sentido, o historiador seria aquele que cada vez mais “trabalha nas margens”, tornando-se, assim, “um andarilho” (CERTEAU *in*, 1995, p. 35, grifo do autor). Ainda para Certeau, “numa sociedade favorecida pela generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, o historiador avança na direção das fronteiras das grandes regiões exploradas” (CERTEAU, 1995, p. 35).

---

<sup>1</sup> Aqui, fazemos alusão ao livro lançado na década de 1980, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, pela historiadora Laura de Mello e Souza, sobre o cotidiano vivido pela população na Minas colonial do século XVIII sendo importante ressaltar o impacto positivo que esse estudo promoveu nas investigações no campo da historiografia sobre o tema realizadas até então. Cf. SOUZA, 1982; FURTADO, 2009.

Como sugerido, ao procedermos a uma investigação como “andarilhos”, o que nos parece proposto é um deslocamento do trabalho do historiador tanto de sentido quanto de uso de fontes, muitas das vezes pouco convencionais ou mesmo inusitadas, a fim de localizar vestígios de outras possibilidades de acesso às representações do vivido em determinadas épocas. Acreditamos, portanto, que procurar por alguns vestígios nos poemas sobre as formas de representação da violência, da pobreza e da resistência sejam pertinentes para uma reflexão sobre o tema, ao mesmo tempo em que pode nos informar sobre as inserções de um escritor nos debates, desafios e configuração daquele presente vivido.<sup>2</sup>

De acordo com Sandra Pesavento, em seu artigo intitulado “História & Literatura: uma velha-nova história”, ao traçar um diálogo entre as principais questões e desafios colocados aos historiadores que se aventuram nos mares da literatura em suas pesquisas, o historiador

(...) se aproxima do real passado, recuperando com o seu texto que recolhe, cruza e compõe, evidências e provas, na busca da verdade *daquilo que foi um dia*. Mas sua tarefa é sempre a de representação daquela temporalidade passada. Ele também constrói uma possibilidade de acontecimento, num tempo onde não esteve presente e que ele reconfigura pela narrativa (PESAVENTO, 2006, p. 5).

Em nosso caso, nosso estudo se concentraria nas representações das representações de um dado passado, ao considerarmos que Oswald de Andrade, enquanto escritor, não teria experienciado diretamente as realidades que recria em seu fazer poético. Ao se valer do legado de uma cultura histórica e intelectual, o escritor teria transportado, às vezes de forma mítica, outras criticamente, o passado do Brasil colonial e escravista para o centro de sua poesia. Nesse sentido, acreditamos que reler sua poesia hoje também seja uma forma, como nos disse Pesavento, de construir “uma possibilidade de acontecimento”, de um tempo em que nem nós nem ele “estiveram presentes” e que podemos tentar reconfigurar pela narrativa.

Outra pesquisadora que nos auxilia nessa empreitada é Maria Stela Brescianni. Ao investigar o fenômeno da multidão, na trilha de estudos como os feitos por Hannah Arendt, em *Sobre a revolução*, ou por Walter Benjamin, em *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*, o primeiro momento de

---

<sup>2</sup> Em sua tese intitulada *Versar a liberdade, desconstruir a monarquia: representações políticas nos poemas da campanha republicana na imprensa da corte (1870-1889)*, Luiz Duarte Haele Arnaut chamou a atenção para a importância dos poemas que tiveram publicação e veiculação em jornais e periódicos na Corte, entre os anos de 1870 e 1889, como parte da campanha republicana no Brasil. Em sua investigação, o historiador nos mostra como esses poemas contribuíram para a desconstrução da legitimidade monárquica. Cf. ARNAUT, 2015.

sua pesquisa nos fala sobre uma “incursão às múltiplas imagens da sociedade elaboradas pelos homens do século XIX”. Em sua tarefa “exploratória de textos de literatos, uma grande surpresa: o espanto e a geral preocupação ante a *pobreza* que a multidão nas ruas revela de maneira insofismável”. Para a autora, essa experiência proporcionou-lhe “espanto, indignação, fascínio, medo: são reações diferenciadas apontando para estratégias de identificação bastante solidárias a uma intenção de controle dessa presença desconcertante” (BRESCIANNI, 1982, p. 9). Completa a historiadora que o resultado do “impacto desse acontecimento” estaria nas páginas do livro por ela escrito.

Neste estudo, inspirado nas constatações de Brescianni, poderíamos dizer que a nossa motivação tem uma relação, ao realizarmos outros estudos sobre a trajetória política de Oswald de Andrade, com a descoberta da sensibilidade manifestada pelo escritor por esse tema, que consideramos de grande importância para a história da formação do povo brasileiro. Vale ressaltar, rapidamente, que essa é a parte do livro *Pau-Brasil* em que a imagem de contato amistoso entre os negros e os portugueses aparece menos exaltada,<sup>3</sup> tema extensamente abordado pelos estudos em ciências humanas no Brasil.<sup>4</sup> Não obstante, ler esses poemas, hoje, a partir de considerações de cunho historiográfico, coloca-nos uma tarefa instigante no que diz respeito às possibilidades de iluminar, por outros focos, as formas de atuação, as escolhas feitas, as filiações políticas etc. de um escritor no quadro maior da história da cultura intelectual brasileira.

## **Breves notas sobre a atuação de Oswald de Andrade nas primeiras décadas do século XX**

José Oswald de Sousa Andrade nasceu no ano de 1890 e faleceu no ano de 1954, em sua própria casa, devido a várias complicações de saúde.<sup>5</sup> Seu nome foi escolhido em homenagem ao avô

---

<sup>3</sup> Nessa série de poemas, nota-se a ausência dos indígenas na construção da tessitura poética de Oswald de Andrade. Contudo, os índios aparecem em outros momentos do livro como, por exemplo, na série intitulada “História do Brasil”, em que o escritor reescreve, a partir de uma estratégia de *bricolagem*, textos como a carta de Pero Vaz de Caminha.

<sup>4</sup> No campo da historiografia brasileira, há vários estudiosos que analisaram as principais características e sentidos do nosso processo de formação política, social e cultural. Entendidos como “intérpretes do Brasil”, José Carlos Reis dedicou um estudo sobre os principais nomes, iniciando por Varnhagen, no ano de 1850, e finalizando com a produção de Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1960 e 70. Em suas análises, os autores são divididos em dois grandes grupos: aqueles que tiveram por feito o “descobrimto do Brasil” (Varnhagen e Gilberto Freyre) e os responsáveis pelo seu “redescobrimto” (Capristano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso). Cf. REIS, 2006.

<sup>5</sup> Já em meados de 1916, Oswald descobriu que sofria de artrite. Não foram raros os momentos em que ele destinou algum tempo de repouso, para cuidar da saúde. Em 1938, por exemplo, passou uma longa temporada em São Pedro, cidade perto de Piracicaba, em tratamento.

paterno, o fazendeiro mineiro, Hipólito José de Andrade, ao tio materno, José Inglês de Sousa, e ao pai, José Oswald Nogueira de Andrade.

Sua mãe, Inês Henriqueta de Sousa Andrade, descendia de uma tradicional família burguesa, cujo tronco se ramificou na planície amazônica. Pelo lado paterno, Oswald foi descendente de um bandeirante paulista, o capitão-mor José Thomé Rodrigues Nogueira do Ó.

“Poeta, jornalista, romancista, teatrólogo, filósofo, marido por seis vezes, latifundiário, comunista, fervoroso cristão, ateu... consubstanciam-se”, nas palavras de Maria de Lourdes Eleutério, “em um exercício de persistência e coerência para com o ato de busca”. Segundo a autora, Oswald teria colocado sua vida e sua obra em função da experimentação. “Nesse homem, a busca por uma intensidade vivencial máxima extrapola a própria vida e fragmenta-se em escritos” (ELEUTÉRIO, 1989, p. 63).

Suas primeiras experiências como escritor iniciaram-se no ano de 1909, ao exercer a função de redator e crítico teatral do *Diário Popular*, onde assinava a coluna “Teatro e Salões”. Nesse mesmo ano, Oswald ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e, em 1911, auxiliado pela ajuda financeira de sua mãe, D. Inês, fundou *O Pirralho*, cujo primeiro número foi lançado em 12 de agosto do mesmo ano (CHALMERS, 2013).

Politicamente, esse ano marcou uma das primeiras manifestações públicas de Oswald de Andrade. Nas páginas de *O Pirralho*, lançou e apoiou a campanha civilista de Rui Barbosa. Nesse mesmo ano, conheceu o poeta Emílio de Menezes, de quem se tornou amigo.<sup>6</sup> “Oswald tinha o maior respeito pela figura de Emílio de Menezes. O epigramista fez vários amigos em São Paulo entre os estudantes da Faculdade de Direito, sobretudo com o pessoal ligado à revista *O Pirralho*” (BOAVENTURA, 1995, p. 48).

Nessa fase, também era companheiro de Pedro Rodrigues de Almeida, “jornalista da *Gazeta de Notícias* e, mais tarde, delegado de polícia no interior do Estado”, e de Guilherme de Almeida, amigo sempre presente na vida do escritor.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Segundo Maria Eugenia Boaventura, Oswald teria se afastado de Emílio de Menezes (1866-1918) entre 1917 e sua morte, uma vez que estaria “[...] cansado das atitudes moralistas do velho parnasiano, mas quando o poeta morreu, [Oswald] assinou o manifesto de desagravo à sua memória, que circulou em São Paulo” (BOAVENTURA, 1995, p. 48).

<sup>7</sup> Ao lado desses, podemos também elencar os nomes de Amadeu Amaral, Vicente Rao, Júlio de Mesquita filho, Dolor de Brito Franco (diretor de *O Pirralho*), Antônio Define, Edmundo Amaral, Olegário Mariano, Alberto de Oliveira, Luís Edmundo, José Oiticica, entre outros.



Oswald fez várias viagens à Europa. Nos sete meses passados fora do Brasil, a bordo do *Marta Washington*, iniciados em 1912, visitou vários países da Europa Ocidental, onde “demorou mais em Paris e em Londres, desobedecendo às ordens da mãe, para que se hospedasse em bons hotéis” (BOAVENTURA, 1995, p. 32). Essa experiência foi marcada, entretanto, por um evento trágico. Quando ainda estava na Europa, faleceu sua mãe, em São Paulo, em setembro desse mesmo ano. Esse fato o obrigou a voltar para o Brasil, antecipando o final de sua viagem. Nesse retorno, trouxe a bordo do navio *Oceania* a estudante francesa Kamiá (Henriette Denise Boufflers), com quem teria um filho em 1914, José Oswald Antônio de Andrade (o artista plástico Oswald de Andrade Filho).

Segundo Boaventura,

(...) passado o luto da mãe e perdido o interesse por Henriette Denise Boufflers, Kamiá [...], que trouxera da Europa em 1912, [Oswald] passou a viver, pelo menos até 1917, uma vida boêmia, usufruindo da movimentada noite paulistana. Ao lado do poeta Guilherme de Almeida e do jornalista Pedro Rodrigues de Almeida [...] formava um trio quase indissolúvel, a perambular sem pressa pelos variados recantos da cidade, recitando os franceses e discutindo filosofia (BOAVENTURA, 1995, p. 30).<sup>8</sup>

Ainda no ano de 1915, Oswald tornou-se membro da Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, fundada em São Paulo, pelo poeta Olavo Bilac.

Em termos literários, o ano de 1916 mostrou-se muito produtivo na trajetória de Oswald. Foi nesse ano que o escritor publicou, pela primeira vez, uma parte de sua peça *Mon Coeur Balance*, obra escrita durante sua viagem à Europa. Logo em seguida lançou, com Guilherme de Almeida, em um único volume, *Mon Coeur Balance e Leur Âme*, pela tipografia parisiense Asbahr. Publicou também trechos de *Memórias Sentimentais de João Miramar* nas revistas *A Cigarra* e *A Vida Moderna*, romance que só apareceria em sua forma final no ano de 1924. Ainda em 1916, recebeu o convite, de Valente de Andrade, para fazer parte do *Jornal do Comércio*, edição de São Paulo, e, em novembro, começou a trabalhar como redator, atividade à qual dedicou-se regularmente de 1916 a 1922.

---

<sup>8</sup> No prefácio de *Serafim Ponte Grande*, de 1933, Oswald afirmou, ao se referir aos anos de 1915-16, que “[...] andava comigo pra cá e pra lá, tresnoitado e escrofuloso, Guilherme de Almeida – quem diria? – a futura Marquesa de Santos do Pedro I navio! O anarquismo da minha formação foi incorporado à estupidez letrada da semicolônia. Frequentei do repulsivo Goulart de Andrade ao glabro João do Rio, do bundudo Martins Fontes ao bestalhão Graça Aranha. Embarquei, sem dificuldade, na ala molhada das letras, onde esfusiava gordamente Emílio de Menezes. A situação ‘revolucionária’ desta bosta mental sul-americana, apresentava-se assim: o contrário do ‘burguês’ não era o proletário – era o boêmio! As massas, ignoradas no território e como hoje, sob a completa devassidão econômica dos políticos e dos ricos. Intelectuais brincando de roda. De vez em quando davam tiros entre rimas [...]” (ANDRADE, 1988, p. 131-132).

Oswald iniciou os anos 20 à frente de uma herança, deixada por seu pai, falecido em 1919, da qual ele passou a usufruir. Entre 1922 e 1929, Oswald teve residência em Paris, ao lado da pintora Tarsila do Amaral. “Enquanto Tarsila frequentava cursos e fazia estágios nos famosos ateliês, Oswald circulava entre os escritores da vanguarda parisiense arregimentando munição para reescrever o *Miramar* e elaborar o *Serafim*” (BOAVENTURA, 1995, p. 83).

Segundo Boaventura, “Oswald, além de liderar o Modernismo, foi um homem atarefado, viajando inúmeras vezes à Europa, a trabalho, para contato com banqueiros e negociantes. Proprietário da Fazenda Santa Teresa do Alto, negociava basicamente com imóveis e café” (BOAVENTURA, 1995, p. 75).

Em relação ao mundo literário, seu contato ampliou-se. No Rio de Janeiro, frequentou a roda de Emílio de Menezes, João do Rio, Alberto de Oliveira, Élio Pontes, Olegário Mariano, Luís Edmundo, Olavo Bilac, Oscar Lopes, dentre outros. Seu prestígio lhe conferiu a possibilidade de fazer várias leituras de suas peças em diversos salões, em São Paulo, na Sociedade dos Homens de Letras, no Rio de Janeiro, e na redação da revista *A Cigarra*.

Como jornalista e “homem de letras”, Oswald ainda atuou no *Jornal do Comércio*, a partir de 1917, com a coluna “Feira das quintas”; em 1918, na revista *A Gazeta*; em 1920, editou a revista *Papel e Tinta*, escrevendo os editoriais com Menotti del Picchia; participou, como colaborador, do *Correio Paulistano*, entre 1921 e 1924; fez parte da revista *Klaxon*, em 1922; em 1928, publicou o *Manifesto Antropófago* e ajudou a fundar a *Revista de Antropofagia* (1928-29); em 1931, fundou, com Queiroz Lima e Pagu (Patrícia Galvão), o jornal *O Homem do Povo* e ingressou nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, filiado até o ano de 1945.

Referente às suas atividades literárias, a década de 1920 foi o momento da estreia significativa de Oswald. Em 1922, ano em que teve lugar a Semana de Arte Moderna, Oswald iniciou a publicação do romance *Os Condenados*, primeira parte da trilogia que, em 1941, ele denominaria com título homônimo.

Segundo Mário da Silva Brito,

(...) este romance é o primeiro volume da *Trilogia do Exílio*, a ser completada pelos tomos *A Estrela do Absinto* e *A Escada de Jacó*. Publicando *A Estrela do Absinto*, em 1927, o autor dá nova denominação ao tríptico. Chama-o agora *Os Romances do Exílio*, e *A Escada de Jacó* é anunciada simplesmente como *A Escada*, obra que edita, no

entanto, em 1934, sob o nome de *A Escada Vermelha*. (...) Em 1941, Oswald relança esses três livros num só volume, com o título genérico de *Os Condenados*, e ao que tinha primitivamente essa denominação, passa a chamar agora *Alma*, mantendo o nome de *A Estrela do Absinto* e retirando de *A Escada* o qualificativo da primeira edição (BRITO, 1978, p. xvi-xvii).

No ano de 1923, Oswald reescreveu parte do romance *Memórias sentimentais de João Miramar*, que teve publicação no ano seguinte, com capa de Tarsila do Amaral, apesar de, como já referido, a obra ter tido partes publicadas já em 1919. Em 1925, Oswald publicou, pela editora parisiense *Au Sans Pariel*, o livro de poesia *Pau-Brasil*. Ainda nesse ano, candidatou-se, com um pronunciamento polêmico, feito por meio de uma carta aberta, à Academia Brasileira de Letras (ANDRADE, 2009).

As relações estabelecidas entre Oswald e os modernistas mineiros de Cataguases proporcionaram a publicação, em 1927, de trechos do futuro romance *Serafim Ponte Grande*, obra que veio a público definitivamente em 1933. Tais fragmentos apareceram pela primeira vez na revista *Verde*, produzida pelo grupo mineiro. Naquele mesmo ano, o escritor também lançou a obra *Primeiro caderno de poesia de Oswald de Andrade*.

### **Representações da violência, da pobreza e da resistência cotidianas nos poemas de Oswald de Andrade**

De acordo com o crítico Haroldo de Campo, em texto escrito em 1965, se quisermos entender “de um modo significativo a poesia de Oswald de Andrade no panorama de nosso Modernismo, diremos que esta poesia responde a uma poética da radicalidade”.<sup>9</sup>

Para o crítico,

(...) a radicalidade da poesia oswaldiana se afere, portanto, no campo específico da linguagem, na medida em que esta poesia afeta, na raiz, aquela consciência prática, real, que é a linguagem. Sendo a linguagem, como consciência, um produto social, um produto do homem como ser em relação, é bom que situemos a empresa oswaldiana no quadro do seu tempo (CAMPOS, 1990, p. 7).

---

<sup>9</sup> CAMPOS, Haroldo de. 1990, p. 7. Vale ressaltar que Haroldo de Campos faz parte de um grupo de intelectuais situados na década de 1960 que foi responsável pela reabilitação de Oswald de Andrade no campo da literatura brasileira. Em que pese a importância de seus estudos nesse período – e posteriormente –, não podemos deixar de notar que sua leitura, principalmente nesse texto, é extremamente elogiosa e benevolente com o escritor e com a sua importância para a cultura brasileira. Para um contraponto com esse modo de reler os feitos positivos dos principais artífices do modernismo brasileiro, da Semana de Arte Moderna e de suas relações com as oligarquias cafeicultoras paulistas, ver “O modernismo paulista e sua visão racista do país” (entrevista com Carlos Berriel), no *Blog GGN* <http://jornalggn.com.br/blog/o-modernismo-paulista-e-sua-visao-racista-do-pais> (Acessado 18 abr. 2017).

No momento de sua aparição, e ainda segundo Campos, a “linguagem literária” funcionava “como um jargão de casta, um diploma de nobiliarquia intelectual” (CAMPOS, 1990, p. 8).

Rui Barbosa, “a águia de Haia”; Coelho Neto, “o último heleno”; Olavo Bilac, “o príncipe dos poetas”, eram deuses incontestes de um Olimpo oficial do qual o Pégaso parnasiano arrastava seu pesado caparazão metrificante e a riqueza vocabular (entendida num sentido meramente cumulativo) era uma espécie de termômetro da consciência “ilustrada” (CAMPOS, 1990, p. 8).

Como é de se supor, seria contra esse panorama das letras brasileiras que iria se insurgir o escritor Oswald de Andrade. Inicialmente com a sua participação na Semana de Arte Moderna, em 1922, em seguida com a publicação de seu primeiro manifesto sobre a *Poesia Pau-Brasil* e, por fim, com o livro de poesias como uma espécie de corolário das propostas feitas neste.

Vale destacar que o *Manifesto* foi publicado no jornal carioca *Correio da Manhã*, que, segundo Marialva Barbosa, carregava um forte cunho político. Para a pesquisadora, em contraponto a *O Jornal*, que ao final da década de 1920 possuía 25 mil assinantes e vendia 35 mil exemplares nas bancas,

(...) o periódico de maior prestígio político é o *Correio da Manhã*, sobretudo pelo seu estilo combativo. *O Jornal*, na visão dos jornalistas, é um jornal de informação, enquanto o *Correio* é panfletário. A linha do *Correio da Manhã* era desabrida, com xingamentos. Já *O Jornal* era um jornal de informação, com uma série de colaboradores importantes, uma informação pesada, com uma linha de orientação não conservadora, mas equilibrada (BARBOSA, 2007, p. 88).

Impresso no ano de 1925 pela *Au Sans Pariel* de Paris, e ilustrado por Tarsila do Amaral, *Pau-Brasil* foi caracterizado, em prefácio de Paulo Prado, escrito para a sua primeira edição, de “o ovo de Colombo”. “Esse ovo, como dizia um inventor meu amigo, em que ninguém acreditava e acabou enriquecendo o genovês” (PRADO, 1990, p. 57).

Dividido em várias partes, em uma espécie de roteiro que tem por objetivo percorrer toda a nossa história, desde o primeiro contato com os primeiros homens brancos que por aqui desembarcaram até a constituição das nossas cidades modernas, principalmente São Paulo, o livro nos convida a um irreverente e inusitado passeio pela história de nossa formação enquanto povo.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> As partes foram intituladas como “Por Ocasão da Descoberta do Brasil”, “História do Brasil”, “Poemas da Colonização”, “São Martinho”, “rp 1”, “Carnaval”, “Secretário dos Amantes”, “Postes da Light”, “Roteiro de Minas” e “Lóide Brasileiro”.

“Poemas da Colonização”, que será o nosso foco de análise, traz, como ilustração, um singelo desenho de Tarsila do Amaral. Neste, foi representada uma paisagem bucólica de uma fazenda em que se destacam alguns animais, palmeiras, um casarão e duas figuras humanas.

Em seu poema de abertura, encontramos a temática do comércio de escravos como centro temático. Apresentados como moedas de troca, essa chave de leitura dialoga com a tradição historiográfica tradicional, digamos, que sempre procurou denunciar os maus-tratos e a desumanização dos escravizados (PROENÇA, 2007). Com o título de “A transação” (ANDRADE, 1990, p. 85), nele lemos que

O fazendeiro criara filhos  
Escravos escravas  
Nos terreiros de pitangas e jabuticabas  
Mas um dia trocou  
O ouro da carne preta e musculosa  
As gabiobas e os coqueiros  
Os monjolos e os bois  
Por terras imaginárias  
Onde nasceria a lavoura verde do café

Na imagem construída, a “carne preta” é comparada ao “ouro”, um elemento muito valorizado nas negociações comerciais. Nesse sentido, ao serem suprimidas as diferenças entre os “escravos escravas” e o metal, tornam-se inexistentes também quaisquer traços de humanidade dos indivíduos por trás dessa operação. Outra questão que chama a atenção é a inserção dos escravos como parte da paisagem “natural” construída pelo poema, como efeito dessa desumanização.

Segundo artigo intitulado “Suspiros e dores: escravidão, piedade e metáfora”, Luiz Arnaut, Valdeci Cunha e Márcio Rodrigues afirmam que a historiografia

(...) produziu uma imagem do escravizado restrito à senzala, preso a correntes e sujeito aos chicotes do feitor. Há alguns anos esse tema foi objeto de profundo debate e por isso novas caracterizações vêm sendo construídas sobre este tema. A instituição passa, portanto, a ser apresentada menos pelos suplícios e correntes, e mais pelas possibilidades de circulação pelo espaço público e pela atuação no comércio. O debate que a re-interpretação provocou, e que adquiriu tons apaixonados e ataques incisivos,<sup>11</sup> pode ser considerado como parte da polêmica que

---

<sup>11</sup> Esse debate foi iniciado a partir da publicação do texto “O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre a escravidão colonial”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 133-152. Para saber mais sobre as réplicas, ver: CHALHOUB, S. “Gorender põe etiquetas nos historiadores”. Folha de São Paulo, 24 nov. 1990; GORENDER, J. “Como era bom ser escravo no Brasil”. Folha de São Paulo. (réplica), 15/12/90; LARA, S. “Gorender escraviza a História”. Folha de São Paulo (tréplica), Caderno Letras, jan. 1991.

tem marcado a interpretação da escravidão desde o século XIX (ARNAUT; CUNHA; RODRIGUES, 2008, p. 79).

Mesmo guardando alguns traços de uma leitura que tentou abranger aspectos da resistência dos escravizados em sua relação aos senhores fazendeiros, boa parte dos poemas escritos por Oswald enfatizou a pobreza, a carga de violência e maus-tratos nas representações do cotidiano construídas para o seu livro. Esse aspecto aparece bastante evidenciado, por exemplo, no poema “Negro Fugido” (ANDRADE, 1990, p. 85-86):

O Jerônimo estava numa outra fazenda  
Socando pilão na cozinha  
Entraram  
Grudaram nele  
O pilão tombou  
Ele tropeçou  
E caiu  
Montaram nele

A concisão do trabalho com a linguagem também contribui para a sensação de rapidez na movimentação da cena. Muito próximo da composição cinematográfica, a seleção dos verbos e de seus tempos dão ao enredo a dinamicidade de uma atuação, possivelmente por parte dos capitães do mato responsáveis por capturar escravos fugidos, em que pouca margem de reação fica sugerida, mesmo ao ficar implícito que o escravo era (ou teria fugido) de outra fazenda. Contemporaneamente, a cena nos lembra uma das várias batidas policiais feitas nas periferias das grandes cidades em que, na grande maioria das vezes, são desrespeitados os direitos básicos dos cidadãos.

Em outro poema, curiosamente nomeado “Cena” (ANDRADE, 1990, p. 87), estabeleceu-se uma relação similar ao do poema anteriormente analisado, somando-se a ele um componente a mais de violência ausente em “Negro Fugido”.

O canivete voou  
E o negro comprado na cadeia  
Estatelou de costas  
E bateu coa cabeça na pedra

Nesta passagem, fica sugerida uma situação de enfrentamento físico, por parte do escravizado, em que o mesmo é apresentado como ator de uma ação contra a supressão de sua liberdade.

Sobre as diversas formas de resistência do escravizado e as maneiras de vida, a própria instituição da escravidão acabou por gerar, proporcionar ou mesmo abrigar algumas possibilidades. Citemos, por exemplo, as fugas, os quilombos, a literatura romântica e o abolicionismo.

Estas ações de resistências dos escravos sensibilizaram uma parcela considerável da opinião pública que, por isso, motivou a produção literária e a ensaística procurando, então, minar, moral e socialmente, a escravidão instigando a opinião pública já sensibilizada. A escravidão, de instituição social e legal, foi deslocada e apresentada como uma prática desumana e imoral. A denúncia e o combate ao escravismo eram feitos através da produção e da divulgação de uma nova representação acerca da escravidão, do escravizado, do escravocrata e do escravismo (ARNAUT; CUNHA; RODRIGUES, 2008, p. 79).

Outros três poemas sugerem formas de resistência dos escravizados nos ambientes de convivência no cotidiano da vida. Em “O Capoeira” (ANDRADE, 1990, p. 87), vemos novamente o enfrentamento físico como uma prática que envolve um personagem, possivelmente um escravizado, e um soldado.

– Qué apanhá sordado?  
– O quê?  
– Qué apanhá?  
Pernas e cabeças na calçada

A cena parece ter ocorrido em um espaço urbano, por se passar em um local onde se acha presente uma “calçada”. A imagem nos remete a litografia feita por Johann Moritz Rugendas, datada de 1835, intitulada “Jogar capoeira ou danse de la guerre” (RUGENDAS, 2017), em que dois negros são mostrados em situação de combate, sendo cercados por outros que também participam do evento, seja tocando um instrumento de percussão, assistindo ou mesmo dançando. Curiosamente, Oswald insere um soldado em sua construção que, ao ser provocado pelo “capoeira”, reage e inicia uma luta com ele.

Segundo Matthias Röhrig Assunção, em “Capoeira, arte crioula”:

No Brasil, as primeiras fontes a mencionar a capoeira aparecem com a criação da polícia na Corte, em 1808. Escravos africanos e crioulos eram detidos por conduta desordeira nas ruas do Rio. O termo capoeira se referia, então, tanto aos membros dos grupos quanto a prática. Infelizmente as fontes policiais e judiciárias estavam apenas interessadas em reprimir a capoeira e os capoeiras, não a descrever a prática (ASSUNÇÃO, 2012)



Em “Medo da Senhora” (ANDRADE, 1990, p. 87), o poema nos mostra uma situação em que, por medo do futuro, ou das possíveis expectativas que ele anunciava no horizonte da vida cotidiana dos escravizados, uma mãe decide-se pela sua própria sorte e a de uma criança recém-nascida.

A escrava pegou a filhinha nascida  
Nas costas  
E se atirou no Paraíba  
Para que a criança não fosse judiada

Segundo a pesquisa realizada por Saulo Veiga Oliveira e Ana Maria Galdini Raimundo Oda, em “O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão”, “ainda que se afirme serem muitos os casos de suicídios entre escravos, esse não é um ponto estudado detalhadamente” (OLIVEIRA; ODA, 2008, p. 372).

Os relatos de vários estrangeiros que observaram a escravidão no Brasil do século XIX mencionam que o suicídio era prática muito comum dos escravos. As mortes voluntárias entre os cativos são descritas tanto na forma passiva de recusar alimento e deixar-se morrer de tristeza, como no banzo, quanto na forma ativa – por enforcamento, afogamento, uso de armas brancas etc (OLIVEIRA; ODA, 2008, p. 372).

Nesse sentido, não há como deixar de observar que, já em 1925, esse tema se fez presente na construção poética de Oswald de Andrade. Vale ressaltar que ainda estamos a alguns anos do início dos estudos sistematizados, ou mesmo interessados, de um ponto de vista acadêmico, sobre a questão negra no Brasil. Segundo Thomas E. Skidmore, em seu livro *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, “até 1930, poucos foram os escritores que, curiosos, dedicaram atenção à etnografia e à sociologia dos africanos e de seus descendentes brasileiros” (SKIDMORE, 2012, p. 259). De acordo com a sua pesquisa, raros nomes como o de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e João do Rio, com uma “exceção científica” dada ao nome de Edgard Roquette-Pinto, poderiam ser citados até esse período. Observe, aliás, que será apenas no ano de 1933 a publicação do livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, um estudo que, segundo Skidmore, “virou de pernas para o ar a afirmação de que várias gerações de miscigenação haviam causado um dano irreparável ao país” (SKIDMORE, 2012, p. 267).

Mais dois poemas confeccionados por Oswald cantam o cotidiano de violência dos anos idos de nosso período colonial. Em “Levante” (ANDRADE, 1990, p. 87), uma cena de enforcamentos nos é relatada como um boato, acompanhado de elementos de um imaginário de temor em relação à morte e o que ela carregaria.

Contam que houve uma porção de enforcados  
E as caveiras espetadas nos postes  
Da fazenda desabitada  
Miavam de noite  
No vento do mato

No poema que se segue ao anterior, intitulado “Azorrague” (ANDRADE, 1990, p. 88),<sup>12</sup> a cena narrada, que poderia facilmente anteceder às imagens dos escravizados enforcados, o poeta descreve, sinteticamente, uma situação de espancamento.

– Chega! Peredoal!  
Amarrados na escada  
A chibata preparava os cortes  
Para a salmoura

Novamente, é quase impossível não nos lembrarmos das imagens pintadas por Rugendas ou Jean-Baptiste Debret sobre o cotidiano da vida escrava no Brasil do século XIX. Em cenas que sempre povoaram os nossos livros didáticos, desde os primeiros anos de formação escolar, a presença delas é quase obrigatória quando se quer mostrar, por meio de representações visuais, como se deram os castigos em espaços públicos no contexto do Brasil escravista.

Contudo, na série “Poemas da Colonização” Oswald de Andrade não se ocupou, somente, em retratar o cotidiano de violência, pobreza, desumanização e maus-tratos com os escravizados, mesmo que corresponda à maior parcela dos poemas escritos. Ao mesmo tempo, pudemos perceber que essa seção foi o espaço em que mais destaque foi dado para essa questão em sua construção poética. Se pensarmos nas representações do indígena em todo o conjunto de seu livro, lembrando que este é um dos temas, se não o principal, que envolve as propostas de valorização estética tipicamente brasileira dentro do universo de interesses oswaldiano, nos “Poemas” não há nenhuma menção do índio. Não seria forçoso afirmar, assim, que essa parte do livro foi dedicada, exclusivamente, à representação das relações entre os escravizados e os seus senhores.

---

<sup>12</sup> Segundo o *Priberam Dicionário* (on line), “Azorrague”, palavra de “origem obscura”, teria os seguintes significados: “1. Açoite de várias correias ou cordas. 2. Látigo ou chicote de couro. 3. [Figurado] Flagelo”. <https://www.priberam.pt/dlpo/azorrague>. Como é muito característico da poética Oswald de Andrade, em que o escritor fazia verdadeiros “ready made”, segundo Haroldo de Campos, com a linguagem, o uso de palavras como esta para nomear o seu poema acaba por ganhar sentido a partir da leitura do mesmo, numa espécie de jogo entre signo e significado em que o contexto é fator principal para a construção de sentido.

Com interesse também em outras possibilidades oferecidas pelo cotidiano da vida nos espaços das fazendas dos “senhores de escravos”, encontramos, por exemplo, uma narrativa que explora, dentro do “espírito *Pau-Brasil*”,<sup>13</sup> o falar comum, que leva o curioso título de “O Gramático” (ANDRADE, 1990, p. 86).

Os negros discutiam  
Que o cavalo sipantou  
Mas o que mais sabia  
Disse que era  
Sipantarrou

Em uma passagem do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, lemos, em consonância com a linguagem apresentada no poema, a necessidade de nos voltarmos “contra o gabinetismo” e nos posicionarmos “a favor da prática culta da vida”. E prossegue: “Engenheiros em vez de juriconsultos, perdidos como chineses na genealogia das ideias. A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos” (ANDRADE *in* TELES, 1987, p. 327).

Vale lembrar, ainda no mesmo sentido, que tanto a construção poética em “O gramático” quanto a passagem citada do *Manifesto* nos remete a outro poema de autoria de Oswald, mas situado na seção intitulada “Postes da Light”, também presente no livro *Poesia Pau-Brasil*, intitulado “Pronominais” (ANDRADE, 1990, p. 120), talvez um dos mais citados e presentes nos livros didáticos e de história da literatura brasileiros.

Dê-me um cigarro  
Diz a gramática  
Do professor e do aluno  
E do mulato sabido  
Mas o bom negro e o bom branco  
Da Nação Brasileira  
Dizem todos os dias  
Deixa disso camarada  
Me dá um cigarro

---

<sup>13</sup> No *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, Oswald de Andrade afirmou que “a poesia existe nos fatos. Os casebres de açafão e de ocre nos verdes da Favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos”. Em outra passagem, assim caracterizou o tipo de poesia que propunha: “A poesia Pau-Brasil é uma sala de jantar domingueira, com passarinhos cantando na mata resumida das gaiolas, um sujeito magro compondo uma valsa para flauta e a Maricota lendo o jornal. No jornal anda todo o presente” (ANDRADE *in* TELES, 1987, p. 326 e 331).

Em outros dois, podemos perceber o lado *blague* e antropofágico de Oswald de Andrade, que, em meio a tantas cenas fortes que povoaram as suas narrativas nas relações sociais entre escravizados e senhores fazendeiros, termina a série de poemas com um tom carnavalizador.

Em “Relicário” (ANDRADE, 1990, p. 88):

No baile da Corte  
Foi o Conde d’Eu quem disse  
Pra Dona Benvinda  
Que farinha de Suruí  
Pinga de Parati  
Fumo de Baependi  
É comê bebê pitá e caí

E, ao fechar a série, temos “Senhor Feudal” (ANDRADE, 1990, p. 88), no único poema em que essa figura tem alguma voz:

Se Pedro Segundo  
Vier aqui  
Com história  
Eu boto ele na cadeia

Nele, podemos perceber uma forte marcação da temporalidade da história do Brasil Império, algo ausente em praticamente todos os outros poemas. A menção a D. Pedro II nos reporta para um período anterior à Abolição da Escravatura servindo-nos de um indício de demarcação do tempo da ação da narrativa. Reconhecer a figura do monarca e o seu lugar na história do Segundo Reinado nos parece, contudo, condição necessária para que a reconstrução proposta por Oswald de Andrade ganhe um tom de comicidade. O tom de *blague* nos parece localizado na inversão de papéis ao percebermos que a suposta fala de ameaça parte de um “senhor feudal” contra uma atitude que seria reprovada em D. Pedro II. Curiosamente, se em todas as construções poéticas de Oswald que analisamos os escravizados aparecem sujeitos (e não sujeitos de si), sem voz e sem parte, nesse último poema o senhor é mostrado com alguém portador de um poder excessivo, que só parece fazer sentido pelo tom cômico. Poderíamos dizer, portanto, que há, nessa forma de representar o poder, uma ridicularização de sua real capacidade de exercício, talvez um outro jeito do escritor denunciar a desumanização do sistema e da sociedade escravistas por ele relido nesse alvorecer dos anos 1920.

## Conclusão

Ao percorrermos uma parte dos poemas escritos por Oswald de Andrade publicados em seu livro *Pau-Brasil*, em busca de representações que nos informassem sobre o seu trabalho, no âmbito da criação poético-literária, com o tema da pobreza, da violência e da resistência cotidianas que compõe o nosso imaginário sociocultural, acreditamos ter conseguido iluminar uma faceta pouco explorada pelos estudos sobre o tema ou mesmo sobre a produção intelectual do escritor paulista, principalmente no domínio dos estudos históricos.

Autor de uma considerável produção intelectual, que conta com livros de poesia, romances, uma vasta publicação em vários e diferentes jornais pelo país, dentre outros, mesmo que em alguns períodos da história do país tenha sido relegado a segundo plano ou mesmo “silenciado”, Oswald de Andrade pode ser considerado um escritor de múltiplas e complexas dimensões. Redescoberto, digamos, muito em função da efervescência política e cultural que teve lugar no Brasil nos anos 1960, mesmo hoje não seria equivocado afirmar que uma parte significativa de sua obra ou ideias ainda são desconhecidas, mesmo se considerarmos um perfil de leitor médio.

Ao procedermos a uma investigação focada na poética oswaldiana contida nos “Poemas da Colonização”, foi possível verificar o trabalho de um escritor-intelectual interessado em narrar os vários infortúnios ocorridos nas relações desiguais entre membros de uma elite branca colonial e os escravizados. Violências, maus-tratos, pobreza, desumanização foram alguns dos elementos que conseguimos destacar da leitura dos poemas selecionados. Por outro lado, também foi possível verificar a ausência da figura do indígena em suas construções poéticas, sendo essa questão trabalhada em outras partes do livro ou mesmo pulverizada ao longo dele.

De um ponto de vista da historiografia sobre o tema, foi possível perceber e aproximar a leitura de Oswald de Andrade de narrativas históricas consideradas “tradicionais”, que sempre se ocuparam (e se preocuparam) em demonstrar as relações violentas do trato com os escravizados em uma sociedade, desde a sua formação, marcada pela instituição da escravidão.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da poesia Pau-Brasil. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 326-331.

\_\_\_\_\_. **Serafim Ponte Grande**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os dentes do dragão**. São Paulo: Globo, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

ARNAUT, Luiz. **Versar a liberdade, desconstruir a monarquia**: representações políticas nos poemas da campanha republicana na imprensa da corte (1870-1889). 2015. Tese (Doutorado em História e Culturas Políticas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ARNAUT, Luiz; CUNHA, Valdeci da Silva; RODRIGUES, Márcio dos Santos. “Suspiros e dores”: escravidão, piedade e metáfora. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. VI, ano 3, n. 2, p. 77-95, dez. 2008. Disponível em: <http://www.ichs2.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/118>. Acessado em: 10 out. 2022.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Capoeira, arte crioula. 2012. Disponível em: <http://revues.mshparisnord.org/cultureskairos/index.php?id=541>. Acesso em: 12 out. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. **O salão e a selva**: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: Ex Libris, 1995.

BRITO, Mário da Silva. O aluno do romance Oswald de Andrade. In: ANDRADE, Oswald de. **Os condenados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. da UNESP, 1990.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-48.

CHALMERS, Vera. Oswald de Andrade n’O *Pirralho*. Campinas, **Remate de Males**, v. 33, n. 1-2, p. 91-111, 2013. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/4027>. Acessado em: 10 out. 2022.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Oswald**: itinerário de um homem sem profissão. Campinas: UNICAMP, 1989.

FONSECA. **Oswald de Andrade**: biografia. São Paulo: Art Editora, Secretaria do Estado, 1990.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. **Revista História da Historiografia**, n. 2, p. 116-162, mar. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/11>. Acessado em: 08 out. 2022.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. Rio de Janeiro, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.15, n.2, p. 371-388, abr./jun. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702008000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000200008). Acessado em: 10 out. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acessado em: 10 out. 2022.

PROENÇA, Wander de Lara. Escravidão no Brasil: Debates historiográficos contemporâneos. XXIV SEMANA DE HISTÓRIA: PENSANDO O BRASIL NO CENTENÁRIO DE CAIO PRADO JÚNIOR, 2007, Assis, **Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: “Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior”**. Assis: UNESP (Campus Assis), 2017. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/#!/pos-graduacao/cursos/historia/eventos/xxix-semana-de-historia/2007/anais-xxiv-semana-de-historia-2007/>. Acesso em: 10 out. 2022.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RUDENDAS, Johann Moritz. Jogar Capoeira. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra24907/jogar-capoeira>. Acesso em: 18 de out. 2022.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.



## As ondas do rádio na nova capital em construção: A Rádio Nacional de Brasília (1958-1960)

Las ondas de radio en la nueva capital em construcción: La Radio  
Nacional de Brasilia (1958-1960)

**José Gomes do Nascimento**  
Doutorando em História  
Universidade de Brasília (UNB)  
josegomes.14@hotmail.com

**Recebido em:** 30/04/2022

**Aprovado em:** 20/10/2022

**Resumo:** Este texto objetiva analisar a história da Rádio Nacional de Brasília na construção da nova capital, Brasília, no que concerne ao início das suas atividades radiofônicas (1958-1960). Em um primeiro momento, veremos que o final da década de 1950 ainda era de afirmação do rádio como meio de comunicação de massa, por isso foi utilizado também como veículo divulgador da iniciativa de construir Brasília. Analisa-se no estudo a relevância do rádio como meio de comunicação no Brasil e como ele foi aproveitado politicamente no governo de Juscelino Kubitschek. É a partir disso que investigamos, em um segundo momento e a partir do conceito de memórias e representações, como JK utiliza-se Nacional de Brasília para divulgar e propagar a nova capital, esta que além de ter sido inaugurada para ser mais um difusor da nova capital, foi também meio de entretenimento destinado, sobretudo, aos moradores e trabalhadores locais.

**Palavras-chave:** Memórias; Atividades radiofônicas; Rádio Nacional de Brasília.

**Resumen:** Este texto pretende analizar la historia de la Radio Nacional de Brasilia en la construcción de la nueva capital, Brasilia, especialmente con respecto al inicio de sus actividades radiofónicas (1958-1960). Al principio veremos que el fin de la década de 1950 aún era de afirmación de la radio como medio de comunicación de masas, por eso se utilizó también como vehículo para dar a conocer la iniciativa de construir Brasilia. El estudio analiza la relevancia de la radio como medio de comunicación en Brasil y cómo fue explotada políticamente durante el gobierno de Juscelino Kubitschek. Es sobre esta base que investigaremos, en un segundo momento y a través del concepto de memoria y representaciones, cómo JK utilizó la Nacional de Brasilia para divulgar y propagar la nueva capital, que además de haber sido inaugurada para ser otro medio de difusión de la nueva capital, fue también un medio de entretenimiento, especialmente para los residentes y trabajadores locales. Por lo tanto, se pretende establecer un análisis mediante el uso de algunos conceptos históricos como la memoria, la representación y el discurso.

**Palabras clave:** Memorias; Actividades radiofónicas; Radio Nacional de Brasilia.

## Companheiro inseparável: o rádio no governo de Juscelino Kubitschek

Na pesquisa *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*, que analisa os mecanismos de propaganda utilizados no governo de Juscelino Kubitschek (JK), Georgete Medleg Rodrigues (1990) afirma que o rádio foi um veículo de comunicação de massa muito utilizado por JK em suas propagandas políticas, sobretudo, para defender o Plano de Metas do seu governo, e com isso, a construção da nova capital. Mas, para a historiadora, não foi possível detectar em sua análise uma montagem de aparelhos de propaganda específica no governo JK - se comparado com a que existia na ditadura de Getúlio Vargas. No governo de Vargas foi criado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),<sup>1</sup> que acabou funcionando também como um instrumento de censura. Obviamente, trata-se de regimes e períodos diferentes, no entanto:

Podemos identificar no governo Kubitschek um “núcleo” de elaboração, sistematização e divulgação da ideologia, que se localizava no Ministério da Educação e Cultura, seguindo uma tradição que vinha desde o governo Vargas. Era a esse órgão que estava subordinado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, que tinha como proposta, entre outras atividades, elaborar instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (RODRIGUES, 1990, p. 36).

Isso posto, Rodrigues (1990) mostra-nos que havia uma preocupação do governo JK em sistematizar e divulgar a sua ideologia, como também foi feito na era Vargas. Não é objetivo deste texto aprofundar na análise da relação entre o Iseb<sup>2</sup> e o governo de Juscelino Kubitschek, já realizada por Márcio de Oliveira no artigo *O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas* (2006). Conforme o pesquisador, um grupo de intelectuais do instituto, desde a sua fundação, empenhou-se na elaboração de “(...) pesquisas e reflexões teóricas sobre a questão do desenvolvimentismo”. (OLIVEIRA, 2006, p. 493). Neste primeiro momento, interessa-nos a relação entre os mecanismos da propaganda do governo de JK, sobretudo, o rádio e seus artistas e colaboradores.

Sendo assim, este texto analisa a história da Rádio Nacional de Brasília na construção da nova capital (1958-1960). Para tanto, primeiro examinaremos a presença do rádio na década de 1950 e sua

---

<sup>1</sup> Cf/BRASIL. Decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Que cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 27.dez. 1939. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-ublicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 03 fev. 2022.

<sup>2</sup> Para mais informações sobre o Iseb consultar TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. SãoPaulo: Ática, 1978.

relevância como meio de comunicação, bem como foi utilizado no governo JK. Já na segunda parte, analisaremos representações sobre a rádio e suas relações com a história de Brasília.

De acordo com Maria Leandra Bizello (2007), ao analisar o governo JK por meio de cinejornais, JK possuía um grupo de intelectuais que escrevia seus discursos. Desde o período em que era governador de Minas Gerais, “a preocupação em falar e cooptar o público foi tratada com cuidado pelo presidente que sempre se cercou de poetas, escritores, intelectuais, cientistas e artistas”. (BIZELLO, 2007, p. 5). Logo, a proximidade de JK com esses sujeitos, em conformidade com Bizello (2007) e Oliveira (2006), decorre do desejo de consolidar mais apoio às suas políticas por meio de uma produção teórica de promoção e reflexão ideológica.

Como lembra Rodrigues (1990), JK utilizou-se de variados mecanismos para montar um esquema de propaganda de Brasília, não apenas o rádio como também a televisão, jornais, revistas e a produção de cinejornais. Mas engana-se quem pensa que a propaganda era realizada apenas pelos meios de comunicação de massa, ela ocorria também através do que a pesquisadora chama de “corpo a corpo” com a sociedade, que consistia em patrocinar conferências, palestras, congressos etc. - no país e no exterior -, sempre com a presença de funcionários do governo, membros da diretoria da Novacap ou outros funcionários da empresa estatal. Uma outra forma empregada era “(...) a propaganda no próprio território, no palco onde se desenrolava o acontecimento, isto é, no canteiro de obras. Essa investida significava atrair para o local o maior número de visitantes possível, de preferência figuras ilustres, tanto do país como do estrangeiro.” (RODRIGUES, 1990, p. 38). Assim, tornaram-se variadas as formas de propagação da ideologia nacional-desenvolvimentista de JK.

Dentre essas formas de propaganda, interessa-nos a realizada pelo rádio por ter sido um dos grandes meios de comunicação em massa da década de 1950 e por ter sido, através do programa *A Voz do Brasil*<sup>3</sup> e da emissora Rádio Nacional, o principal divulgador dos ideais do governo JK. Logo, os discursos do então presidente por esses meios de comunicação, “cumpram um papel determinado e fundamental na divulgação do ideário oficial”. (RODRIGUES, 1990, p. 41). Até por isso, durante seu

---

<sup>3</sup> Em relação ao programa *A Voz do Brasil*, que se caracteriza por ser um noticiário estatal e obrigatório, há de se ressaltar que se trata do programa mais antigo da história do país e da América Latina. Ele foi criado em 1938 com o nome *Hora do Brasil* pelo governo de Vargas – vinculado ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que depois se transformaria no DIP, no ano de 1939 -, com a finalidade de difundir os projetos e propostas do governo. No ano de 1965, a sua nomenclatura atual foi adotada.

mandato, JK utilizou 47 vezes o programa para difundir suas ideias, aproveitando-se especialmente das datas importantes no calendário religioso da população.<sup>4</sup>

Para Rodrigues (1990, p. 42), “através da Voz do Brasil foram transmitidas as principais justificativas do governo para legitimar e mobilizar a sociedade em torno da transferência da capital”. Um diferencial de JK no uso do programa refere-se ao tom intimista, de ‘conversa’ no rádio, pois o ex-presidente procurava findar com “as barreiras entre o chefe de Estado e os seus comandados. Instaura, portanto, um novo pacto entre locutor e interlocutor” (RODRIGUES, 1990, p 48).

A Rádio Nacional também foi bastante utilizada por JK. Mais conhecida pelo seu prefixo PRE-8, ela iniciou suas atividades 12 de setembro de 1936, quando pertencia à mesma empresa do jornal *A Noite*. Em 1940 a rádio passou a ser patrimônio do Estado por meio de uma tomada de posse (encampação), como já havia ocorrido com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro - também pertencente ao grupo *A noite* -, que passou a se chamar Rádio Ministério da Educação (ou Rádio MEC-Rio) no Governo Vargas.

Para Valci R. M. Zuculoto (2010), a Rádio Nacional era uma das maiores expressões da *Era do Ouro* do rádio no Brasil<sup>5</sup> na década de 1940 e sua programação era integralmente comercial, mesmo após a incorporação ao patrimônio da União, a qual “foi dada a missão de ser popular, no sentido de alcançar a massa, conquistar um grande público (...)” (ZUCULOTO, 2010, p. 102). Apesar disso, como alude a estudiosa Miriam Goldfeder (1980, p. 42), a emissora não recebia financiamento oficial, uma vez que possuía “uma organização empresarial, altamente centralizada e administrada através de departamentos com funções definidas”. Assim sendo, era sustentada por verbas publicitárias, o que lhe permitia manter uma equipe enorme, com bons salários.

Ainda assim, não podemos esquecer da serventia política da emissora citada por estar atrelada ao Estado. Como explica Ronaldo Conde Aguiar no livro *Almanaque da Rádio Nacional* (2007), a encampação da rádio atendia a certos objetivos políticos governamentais como o de levar um conjunto de mensagens para os muitos e mais remotos lugares do Brasil, que é um país de proporções

---

<sup>4</sup> Ele fez uso também de datas históricas como Natal, Ano Novo, Dia do Trabalho, Independência do Brasil etc. Deste modo, recorria ao rádio (em especial ao programa citado) nos momentos de mobilização dos trabalhadores, crise militar ou ataques da imprensa. (RODRIGUES, 1990).

<sup>5</sup> Essa era a fase “do rádio espetáculo, das grandes produções radiofônicas – de radionovelas aos programas de auditório e musicais, das orquestras próprias, cantores e conjuntos exclusivos das estações.” (ZUCULOTO, 2010, p. 101).

continentais. Esse serviço orientado é significativo, pois, mesmo não sendo financiada, a rádio servia a ideais do Estado no que diz respeito à divulgação da sua ideologia.

A historiadora Lia Calabre traça um panorama do período em que a Rádio Nacional teve maior audiência. A “PRE-8” criou, especialmente entre 1945 e 1955, um modelo de programação que foi seguido pelas demais estações em todo o país e que se apoiava em quatro núcleos: a música, a dramaturgia, o jornalismo e os programas de variedades. Destaca-se na Rádio Nacional o espaço cedido para a música brasileira, as radionovelas, os radioteatros, e os programas de variedades, sobretudo, os de humor e de concursos.

Conforme Calabre (2004), foi dos programas de variedades que surgiram apresentadores famosos como César Alencar e Paulo Gracinho que contavam com um público que superlotava os auditórios da Nacional. Na época, outro programa de sucesso foi o noticiário Repórter Esso, que serviu de modelo para jornais radiofônicos de outras emissoras e foi líder de audiência até meados da década de 1960, quando migrou para a televisão.

Dito isso, o governo JK soube aproveitar a rádio como instrumento a serviço do Estado, especialmente em seus discursos. O ex-presidente mantinha uma relação de proximidade com os acontecimentos da rádio e participava de premiações da emissora, tanto que se opta pela construção de uma Rádio Nacional em Brasília – ainda que a nova capital estivesse em construção.

### **Brasília e a inauguração de nova Rádio Nacional**

Ainda no ano de 1957, o periódico *A noite* divulgou diversas vezes a intenção do governo de criar uma filial da Rádio Nacional em Brasília. Como visto, o jornal era parte da mesma empresa que fundou a Rádio Nacional e, com isso, também patrimônio do Estado. Após seu fechamento em dezembro daquele mesmo ano, alguns funcionários do periódico foram transferidos para a rádio<sup>6</sup> e, antes mesmo do fechamento, o mesmo jornal havia inaugurado uma sucursal na cidade em construção<sup>7</sup>, o que teria aberto caminho para a criação de uma nova rádio na futura capital.

---

<sup>6</sup> Cf SINDICATO ESTUDA MANDADO DE SEGURANÇA PARA FAZER CIRCULAR “A NOITE”. *A Noite*, Rio de Janeiro, nº 303, 1º caderno – p. 11, 31 dez. 1957. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_07/82669](http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/82669). Acesso em 03 de fev. 2022.

<sup>7</sup> Cf JUSCELINO INAUGURA SURCUSAL DE “A NOITE” E RÁDIO NACIONAL EM BRASÍLIA. *A Noite*, Rio de Janeiro, nº 15.757, 1º caderno – p. 2, 28 out. 1957. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/348970\\_05/45027](http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/45027). Acesso em 03 de fev. 2022.

Ao longo deste texto, sobretudo nessa segunda parte, faremos o uso de periódicos para traçar uma análise do contexto, fatos e discursos sobre a rádio. Não queremos, contudo, como alerta a Tania R. de Luca (2008), fazer a dissociação do conteúdo da publicação dos jornais do seu lugar na história da imprensa brasileira, tomando-a como objeto único e isolando-a do histórico do periódico. Segundo Luca (200, p. 140), é preciso, ao utilizar a fonte, “dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. Como bem sabemos, a Novacap possuía um departamento para gerenciar a propaganda de Brasília através dos meios de comunicação, assim os jornais eram pagos pelas matérias sobre a nova capital.

Conforme o *A noite*, JK confraternizou com artistas do rádio e da televisão carioca em Brasília em dezembro de 1957. Segundo a reportagem, também participaram da festa os operários que construía o Palácio da Alvorada, os quais teriam presenciado em massa o acontecimento. O jornal ainda afirmou:

Juntamente com o Dr. Ernesto Silva, diretor-administrativo da ‘Novacap’, os representantes da Rádio Nacional examinaram o terreno onde estarão instalados, em breve, os estúdios e transmissores da maior emissora do continente. [...] Os artistas da Rádio nacional não ocultaram, também, seu entusiasmo pela próxima inauguração da Rádio Nacional de Brasília, manifestando o desejo de, frequentemente, se apresentarem ao microfone da mais nova emissora brasileira<sup>8</sup>.

O discurso do periódico sobre o evento, que contou com a presença do representante da Rádio Nacional Leony Mesquita e seus famosos artistas, substanciou a proximidade que Kubitschek mantinha com os meios de comunicação como forma de utilização para a propaganda do seu governo, especialmente a favor de Brasília. Assim, como afirma Georgete M. Rodrigues (1990), a divulgação de Brasília por meio do rádio foi tão importante que foi inaugurada oficialmente na capital em construção a *Rádio Nacional AM de Brasília*, no dia 31 de maio de 1958, com ondas médias e curtas que alcançariam todo o Brasil.

Após ser montada em apenas quatro meses (SALVADOR, 2016), a Rádio Nacional de Brasília estabeleceu-se em um galpão-auditório provisório durante os seus primeiros anos. Esse local foi cedido pela Novacap na quadra SQS 507 do Plano Piloto, às margens da avenida W3 Sul. De acordo com as

---

<sup>8</sup> VISITARAM BRASILIA O SAMBA E O MORRO. *A Noite*, Rio de Janeiro, nº 15.800, 1º caderno – p. 3, 19 dez. 1957. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/348970\\_05/45913](http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/45913). Acesso em 03 de fev. 2022.

jornalistas Nathália Mendes e Yvna Sousa, foi somente após dois anos atuando de forma provisória que a rádio foi transferida para um novo prédio no Setor de Rádio e TV Sul.

Alguns jornais da época noticiaram a inauguração da nova rádio. Entre os principais pontos abordados, é recorrente nas reportagens o destaque dado ao *Programa do César Alencar*, líder de audiência na Rádio Nacional, o qual foi transmitido diretamente do auditório da nova rádio. Ainda conforme consta nos periódicos, a solenidade contou também com o hasteamento da Bandeira Nacional, um almoço no aeroporto e a inauguração dos transmissores da nova emissora.

Além da participação de personalidades na inauguração, registrada pelo fotógrafo oficial da presidência Mario Fontenelle, alguns periódicos também enfatizaram o discurso de JK, sobretudo para mencionar a importância da rádio para construção de Brasília. No discurso, o ex-presidente reafirma a relevância da rádio:

Das vertentes amazônicas às coxilhas gaúchas, e dos contrafortes andinos ao litoral atlântico, Brasília fará ouvir a sua voz, a partir deste momento, graças aos possantes transmissores da “Rádio Nacional”, que ora inauguramos. Milhões de lares disseminados nos mais recônditos recessos do nosso território participarão, assim, de ora em diante, da presença física e da convivência de Brasília, e reconhecerão a fisionomia familiar desta nova metrópole. [...] A Rádio Nacional de Brasília, ora inaugurada, terá a responsabilidade de atuar como traço de união entre o Brasil atual e o Brasil do futuro, criando condições propícias para a convivência e para o intercâmbio cultural das nossas comunidades regionais (KUBITSCHER, 1958, p. 233-234).

Evidencia-se no discurso que a Nacional de Brasília objetivava comunicar diariamente os acontecimentos da nova capital. Em sua fala, JK enfatiza o tamanho do Brasil e a importância de unir todas as regiões, no qual são destacados o patriotismo e a integração nacional, temáticas do seu plano desenvolvimentista que tinha Brasília como meta-síntese. No entanto, como em outros eventos, observa-se que o então presidente da República utiliza-se da nova rádio para reafirmar seu ideário. A rádio, segundo JK, faria com que os brasileiros participassem da construção mesmo que de longe.

Na mesma cerimônia, o político Israel Pinheiro, então presidente da Novacap, reforça essa suposta importância de Brasília para o desenvolvimento do país. Para ele, a inauguração da rádio seria mais uma forma de “prestar contas” sobre as obras, tanto aos entusiastas quanto também aos descrentes<sup>9</sup>. Assim sendo, cabe destacar que a fundação da nova Nacional em Brasília ainda em 1958

---

<sup>9</sup> Discurso apresentado na Revista *Brasília*. Cf NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, nº18, junho de 1958, p. 16.



demonstra uma “preocupação do governo em transmitir *in loco* o andamento da construção” (RODRIGUES, 1990, p. 42), ao mesmo tempo que buscava legitimar a construção de Brasília no interior do país quando a empreitada era bastante criticada pela oposição ao governo de JK, sobretudo, por meio do jornal *Tribuna da Imprensa*.

Uma evidência de como os meios de comunicação de massa divulgavam a concretização de Brasília pode ser encontrado em um artigo publicado na revista *Radiolândia* em junho de 1958. Nela, o jornalista Sousa Lima se dizia mais confiante da concretização da construção de Brasília após testemunhar a inauguração da nova Rádio Nacional na cidade em construção. O crítico considerava que a atitude de levar uma rádio para a cidade foi um “golpe publicitário” de JK, visto que o país poderia, a partir de então, “escutar” Brasília. Para ele, isso representava o primeiro ato concreto na futura capital, pois influenciaria no seio da opinião pública, o que demonstrava a “extraordinária força do rádio no Brasil”<sup>10</sup>.

Deste modo, Sousa Lima define a nova rádio como o meio encontrado pelo governo JK para demonstrar a viabilidade da empreitada, já que seria algo “concreto” em um grande canteiro de obras de várias possibilidades. A ideia de “golpe publicitário” está em consonância com os discursos do governo da época, pois atribui à rádio a função de solucionadora das desconfianças em relação à transferência da capital.

Entre as várias atribuições da Novacap, sendo a principal executar as obras e serviços de urbanização e construção de Brasília<sup>11</sup>, pode-se citar o gerenciamento de uma série de ações de divulgação da nova capital, como a compra de anúncios em jornais e a produção da Revista *Brasília*, que era um boletim mensal de prestação de contas em forma de periódico. Após a inauguração da Rádio Nacional de Brasília, além da sua utilização para fins de divulgação da nova capital, o espaço físico da rádio sediou eventos para visitantes e recém-chegados à capital.

Como observado por Rodrigues (1990), essa propaganda no espaço interno do grande canteiro de obras também se operava na rádio. Em determinados números da Revista *Brasília*<sup>12</sup> é possível

---

<sup>10</sup> LIMA, Sousa. RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, n° 220, p.3, 21 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/9770>. Acesso em 15 fev. 2022.

<sup>11</sup> Cf Lei n° 2.874, de setembro de 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2874-19-setembro-1956-373749-normaatuizada-pl.html> Acesso em 15 fev. 2022.

<sup>12</sup> Cf NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°18, junho de 1958, p. 24; NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°19, julho de 1958, p. 20; NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°20, agosto de 1958, p. 17; NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°21, setembro de 1958, p. 20; NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°23, novembro de 1958, p. 2.

identificar que palestras e/ou conferências foram realizadas no auditório da Nacional de Brasília para variados grupos em visitação na nova capital. Os eventos, geralmente a cargo do Presidente da Novacap Israel Pinheiro ou diretores da empresa como Iris Meinberg, versavam sobre o governo, o Plano Piloto e o andamento das obras. Dessa maneira, a Rádio Nacional na cidade funcionaria como uma espécie de “antídoto” aos “descrentes” e o governo JK difundia seus ideais e proposições, tanto pelas ondas do rádio como pelas cerimônias informativas realizadas em seus auditórios.

Havia também uma continuação nova Nacional de Brasília de estilos de entretenimento que faziam sucesso na Nacional do Rio de Janeiro. Uma delas era os programas de crônicas radiofônicas. No caso de Brasília, temos as crônicas de Clemente Luz que todos os dias eram interpretadas pelos radialistas Sérgio Dias e Rui Carneiro (LUZ, 1996). Chama atenção que os textos de Clemente Luz, como parte da programação e atendendo ao objetivo da rádio da cidade de divulgar e propagar Brasília, mantinham exacerbado um sentimento ufanista que contribuía para instalar ânimo e lembrar dos ideais nacionais naqueles que construíam diariamente a nova capital. Logo, como parte de uma variedade de dispositivos que falavam sobre Brasília – como jornais, revistas, textos sociológicos de intelectuais do Iseb, cinejornais, entre outros – por meio do rádio, as crônicas de Clemente Luz destinavam-se aos sujeitos que também não dispunham de acesso àquelas fontes de informação e/ou que não sabiam ler. Sendo parte da programação da emissora, esses escritos ajudavam e serviam para divulgar Brasília ao mesmo tempo que se apresentavam também como uma opção de lazer.

Conforme jornais e revistas especializadas da época, como a *Revista do Rádio* e *Radiolândia*, podemos citar entre os programas conteúdos informativos de Brasília com boa recepção por parte dos ouvintes: *Brasília em dia com o mundo*, *Venha conhecer Brasília*, *Notícias de Brasília* e *Você pergunta e nós respondemos*<sup>13</sup>. Esse último foi ao ar para sanar a curiosidade daqueles(as) que desejariam ter mais informações sobre o andamento das obras da futura capital do país, isto é, especialmente para quem não estava em Brasília.

Por outro lado, para o sujeito que estava em Brasília, as atrações locais concentravam-se nos programas de auditório, shows e programas musicais como a *Discoteca do ouvinte* de Zair Cançado. O programa foi de grande sucesso não apenas local como também nacional, fazendo com que a rádio

---

<sup>13</sup> Cf RÁDIO: NOTICIÁRIO. *Jornal do Commercio (RJ)*, n° 00248, 1° caderno, p. 6, Rio de Janeiro, 22 jul. 1959. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_14/56107](http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/56107) Acesso em 20 mar. 2022.

recebesse muitas cartas<sup>14</sup>. *O dia começa com música*, apresentado por Meira Filho às cinco da manhã, foi outro programa musical de sucesso. A atração passou a ser porta voz do trabalhador como meio de comunicação para quem estava distante, já que esses sujeitos procuravam o locutor para que fosse passado um “alô” aos seus familiares. De acordo com o cronista Clemente Luz (1993, p. 163), nesse alô, “havia recados práticos, manifestação de saudade, autorização para venda de propriedades, cobrança de fidelidade. [...] [Ele] se institucionalizou como forma de comunicação social, foi o responsável por milhares de cartas, recebidas em um ano, pela emissora”.

E foi muito por isso que a rádio investiu em atrações para alcançar esses sujeitos. Além das crônicas, também eram encenadas peças de teatro que possuíam o Brasil desenvolvimentista e/ou a construção da cidade como cenário. A peça *Os pioneiros* foi montada no Auditório da Rádio Nacional no dia 21 de abril de 1959 em homenagem ao povo e a JK. A data escolhida – não por acaso – era o mesmo dia e mês da inauguração de Brasília, demonstrando que rádio estabelecia uma relação próxima com o contexto da construção da cidade, pois essa opção de lazer também se configura como uma das formas de propaganda da nova capital<sup>15</sup>.

Nessa mesma perspectiva, *Caçulinha do Brasil*<sup>16</sup> é uma das obras mais famosas do período. A peça teatral, destinada especialmente ao público infantil, foi financiada pelo Ministério da Educação e Cultura e contou com ampla divulgação na época<sup>17</sup>. Para o historiador francês Laurent Vidal (2009, p. 273), a peça era destinada “aos futuros cidadãos” e se constituiu como mais uma forma de “vulgarizar o projeto de Brasília”. Ela foi interpretada primeiramente no auditório da Rádio Nacional de Brasília em 1959 e depois retransmitida para todo o país em 5 de setembro do mesmo ano. Ainda de acordo com Vidal (2009), havia também uma história em quadrinhos com o mesmo objetivo de divulgação da

---

<sup>14</sup> Cf MOVIMENTO. *O Jornal (RJ)*, n° 11984, 2° caderno, p. 2, Rio de Janeiro, 22 set. 1959. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_05/79470](http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/79470). Acesso em 20 mar. 2022; CRESCE DIA A DIA A AUDIÊNCIA, *Radiolândia (RJ)*, ano VII, n° 313, p. 64, Rio de Janeiro, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/16030>. Acesso em 20 mar. 2022.

<sup>15</sup> Cf MAGIHO, Sérgio. O teatro brasiliense amadureceu e ganhou ares políticos na UnB. In: Tipo assim, *Metrópoles*, 01 abr. 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/tipo-assim/o-teatro-brasiliense-amadureceu-e-ganhou-ares-politicos-na-unb?amp>. Acesso em 08 mar. 2022.

<sup>16</sup> MAGALHÃES, Paulo de. *Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Teatro, 1959, 35 p.

<sup>17</sup> Cf anúncio com o cartaz da peça em: CINEMAS E TEATROS. In: *Correios da Manhã*, Rio de Janeiro, n° 20364, 1° caderno, p. 12, 15 agos. 1959. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_06/109455](http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/109455). Acesso em 01 abr. 2022.

peça, mas, diferentemente dela, possibilitaria a leitura ou a mesmo a visualização por parte daqueles que não sabiam ler.

### **Representações sobre rádio na nova capital: Rádio Nacional e a Voz de Brasília**

Queremos demonstrar com essa análise da programação da Rádio Nacional de Brasília que o veículo, ao mesmo tempo que realizava o papel de divulgador da cidade, propiciava entretenimento para aqueles que faziam parte da construção. Além disso, a divisão da dessa mesma programação entre atrações para ouvintes locais e nacionais foi apontado por um entrevistado (anônimo) da pesquisa de Heloiza Matos (2010, p. 102): “então tinha uma programação local e outra nacional. Mantínhamos jornais falados, informativos (um existe até hoje e se chama ‘Brasília em dia com o mundo’), onde dávamos um noticiário geral da cidade, uma nacional e uma mundial”.

Antes de mais nada, é preciso ter em mente que trabalhar com memórias é lidar com diversos processos que as constitui como as memórias individuais e coletivas e os enquadramentos que pode haver em uma narrativa (Pollak, 1989). De acordo com Halbwachs (1990), a memória pode se basear não somente na nossa lembrança, mas também nas de outras pessoas, como se “nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitos” (HALBWACHS, 1990, p. 29). Por isso, observamos nas narrativas que compõem este texto exemplos que se repetem, discursos parecidos e sentimentos que se complementam ao narrar a história da rádio.

Como argumenta Michel Pollak (1989), a memória se integra em tentativas de reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades (igrejas, partidos, sindicatos, família etc.) por se tratar de uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”. (POLLACK, 1989, p. 9). Nesse sentido, como bem destaca Seixas (2004, p. 53), “lembramos menos para conhecer do que para agir”, pois a memória não é desinteressada e muito menos voltada para o conhecimento puro e descompromissado com o passado, já que possui identificação com os interesses que fazem as pessoas se lembrarem.

No nosso caso, a memória faz com que esses sujeitos lembrem da história da Rádio Nacional de Brasília motivados pelo medo de que a importância da emissora caia no esquecimento e suas participações também sejam esquecidas. Como lembra Le Goff (1990), a memória, na sua dimensão

coletiva, é uma conquista, mas pode ser também instrumento de poder. Ela é “um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, seja ela individual ou coletiva”. (LE GOFF, 1990, p. 476).

A Memória não está separada do conceito de discurso, por isso não podemos deixar de citar também que entendemos linguagem a partir de Stuart Hall como um *sistema representacional*. Segundo Hall (2016), na linguagem, usa-se signos e símbolos - sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos - para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. Assim sendo, "a linguagem é um dos 'meios' pela qual os pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos". (Hall, 2016, p. 18). Ademais, observaremos em algumas entrevistas as tentativas de representações de sons e sentimentos, o que diz muito sobre a linguagem.

Como Roger Chartier no livro *A história cultural: entre práticas e representações* (2002), entendemos que a noção de representação é essencial para o trabalho do historiador. Para Chartier (2002), que se baseia na ligação do conceito com a prática social, a representação deixa ver uma ausência que se diferencia entre aquilo que representa e o que é representado. Ela diz respeito à presença daquilo que se coloca no lugar do outro, como o “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme” (CHARTIER, 2002, p. 31).

Para a historiadora brasileira Sandra J. Pesavento (2003, p. 12), em conformidade com Chartier (2002), “as representações são a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento”. Segundo a mesma autora (2008, p. 13), “os homens elaboram ideias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre a realidade”. É por isso que as representações não são cópias do real e sim construções feitas a partir dele. Elas fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. Por tudo isso, temos ciência de que as narrativas dos sujeitos analisados nesta segunda parte do artigo sobre a Rádio Nacional de Brasília são a mediação entre aquilo que teria sido e o que essas pessoas construíram como representação desse ter sido, seja de Brasília, da rádio ou de si mesmos.

Como aludido anteriormente e como nos conta a estudiosa Lia Calabre (2004), a Nacional de Brasília manteve a estrutura de programação da emissora do Rio de Janeiro como base nos seus primeiros anos. Assim, um conjunto jornalístico da Nacional do Rio de Janeiro (que contava com

repórteres, redatores e locutores que atuavam em setores de notícias, de serviços e de crônicas) foi transferido para Brasília.

A nova rádio dispunha de um núcleo musical composto por orquestras e grandes maestros que executavam músicas populares. Mesmo diante da variedade de atrações e programas do rádio, bem como desses setores que eram interligados, a música sempre “foi um elemento fundamental dentro da programação de uma emissora [...]”. (CALABRE, 2004, p. 33). Os sujeitos que trabalhavam em seus variados setores - desde técnicos a locutores -, compartilham em suas memórias do enaltecimento da finalidade da Rádio Nacional na nova cidade, fato que deve ser considerado em suas narrativas.

Em entrevista produzida pelo ArPDF na década de 1990,<sup>18</sup> Eduardo Gomes de Faria, que era funcionário da Novacap e cantor contratado da rádio com o nome artístico de Fernando Lopes, narra o que considerava ser o objetivo da rádio para a cidade nova: “A Nacional de Brasília veio pra cá com a finalidade de quê? De divulgar e propagar a construção de Brasília. Ela veio como um apoio, um apoio de divulgação. Então fez, cumpriu a sua missão. E cumpriu muito bem”. (FARIA, 1990, p. 24). Observamos assim que essa representação da emissora como espaço de apoio na divulgação da iniciativa de construir a nova capital (em consonância com os discursos oficiais) e a ideia de propagar aquele evento para o restante do país acabam enaltecendo o papel da rádio naquela década. Além disso, devemos considerar também o local de fala de quem representa, uma vez que se trata de um ex-cantor da emissora. Isso demonstra, como as referências da memória analisadas por Pollak (1989), que a coletividade e o enquadramento da memória a favor de uma memória nacional precisam ser consideradas na análise de discursos.

Nessa perspectiva, em entrevista cedida à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no ano de 2008, em comemoração dos 50 anos da Rádio Nacional de Brasília, a radialista Cleusa Senna relata que havia a necessidade de um órgão de comunicação em Brasília naquele período<sup>19</sup>. Como citado anteriormente pelo jornalista Sousa Lima, a ex-locutora do primeiro serviço de alto-falante na Cidade

---

<sup>18</sup> O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) possui um Programa de História Oral que foi fundado em 1987 visando ampliar os horizontes das informações contidas nos documentos oficiais do órgão. (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 2015).

<sup>19</sup> A EBC Foi criada em outubro de 2007 para prestar serviços de radiodifusão pública e gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais, entre elas a Rádio Nacional de Brasília. Atualmente também cabe a ela produzir o programa *A Voz do Brasil*, gerenciar a Rede Nacional de Rádio, articular a Rede de Comunicação Pública etc. C/ Histórico EBC. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>. Acesso em: 02 mar. 2022.



Livre (atual Núcleo Bandeirante) lembra que a Rádio Nacional trouxe um pouco de certeza para aqueles que estavam participando da construção da nova capital da República (SENNÁ, Cleusa; 2008).

Em entrevista também produzida pela EBC, Fernando Lopes destaca a importância da rádio para a construção de Brasília e para o governo JK. Contudo, o cantor atribui uma outra funcionalidade que a rádio foi adquirindo durante as obras: o auxílio aos trabalhadores - notadamente na contratação de mão de obra. De acordo com o artista, “a Nacional foi um pilar para a construção de Brasília porque ela alcançava o Brasil todo e através dela é que nós fazíamos o chamamento para a mão de obra pesada, do homem rude do campo, o peão, o candango. Era preciso lotar essa cidade. E era através da Rádio Nacional que fazíamos isso.” (LOPES, 2008). Logo, o objetivo da rádio consistia em propagar e divulgar Brasília para o resto do país, mas, ao mesmo tempo, prestava-se também aliada na busca mão de obra para a cidade. Destarte, há nessas memórias um enaltecimento da função desempenhada por esses colaboradores da Rádio Nacional de Brasília, no qual são destacadas as suas contribuições para a empreitada, atribuindo às suas funções e da rádio uma ideia de prestação de serviço.

**Figura 1:** Avenida Central da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante)



Fonte: Mário Fontenelle – Arquivo Público do Distrito Federal (s/d). Localização: BR.ArPDF.NOV.D.4.4.B.1



Contudo, cabe destacar que existia - antes mesmo da inauguração da emissora estatal - uma rádio local na Cidade Livre, chamada *A Voz de Brasília*, que fazia um trabalho de prestação de serviço e entretenimento. Porém, ainda que estivesse presente nas memórias daqueles que trabalharam na Rádio Nacional de Brasília, há poucos trabalhos que se voltam para essa especificidade, causando muitas vezes uma noção de que as imagens que se tem da Cidade Livre, e com isso seus tão lembrados alto-falantes pendurados em postes (ver imagem 1), referem-se à Nacional de Brasília.

Entretanto, as memórias de Cleusa Senna ainda revelam outras representações. Segundo ela, a proximidade dos ouvintes de Brasília com o rádio iniciou-se quando a rádio local foi montada pelo radialista Carlos Senna, no ano de 1957. De acordo com a entrevistada, por ser flexível e prestar serviço social para uma determinada localidade, *A Voz de Brasília* se assemelhava ao que entendemos atualmente por Rádio Comunitária:

Era realmente naquela época a única voz de comunicação que existia na cidade, e era fantástico, porque dali nós podíamos ajudar também na construção, colaborando com os empreiteiros, colaborando com os comerciantes, porque nós fazíamos anúncios solicitando os profissionais e imediatamente eles eram empregados. Então era para nós prestarmos dois serviços: para a empreiteira que precisava de profissional e para os profissionais que chegavam aqui procurando um trabalho (SENNA, Cleusa; 2008).

Há mais uma vez um enaltecimento da atividade desenvolvida naquele período pela rádio (e pela radialista) em suas memórias. Existe quase que uma afirmação de que os serviços foram indispensáveis para a empreitada que estava em curso. Nesse sentido, Cleusa Senna (2008) cita que a rádio tocava músicas, fazia anúncios para comerciantes, prestação de serviço e até oferecimentos: “fulano oferece para fulano e colocávamos... Fazíamos programas especiais... dia das mães, essas coisas todas, nós fazíamos realmente uma programação de rádio” (SENNA, Cleusa; 2008). Conforme o relato, o serviço de alto-falante contava inicialmente com apenas duas cornetas e que posteriormente foram ampliadas posteriormente ao ponto de quase abarcar toda a Cidade Livre.

Para o radialista Carlos Senna, *A voz de Brasília* foi um grande veículo de comunicação já que funcionava como “uma emissora comum, tocava música, anunciava emprego o dia todo. Quem vinha procurar emprego ia direto lá porque lá tinha um balcão de oferta de empregos muito movimentado” (SENNA, Carlos; 2008). De acordo com Mônica Gonçalves Cardoso (2007), a rádio também ajudava no controle e no combate aos incêndios, na divulgação das condições do tempo e das estradas e no

auxílio daqueles que chegavam na Cidade Livre à procura de um conhecido ou familiar. Por todo esse serviço prestado, sendo recorrente nos depoimentos de vários trabalhadores da época, é marcante a menção aos alto-falantes dos postes do atual Núcleo Bandeirante.

Para as pesquisadoras Nathália Mendes e Yvna Sousa (2010), a Rádio Nacional de Brasília está no primeiro parágrafo da radiofonia de Brasília. Todavia, como antes dela havia a pré-história dos alto-falantes na Cidade Livre, a chegada da rádio inaugura uma “história formal” do radialismo na nova capital do Brasil. Não queremos entrar em um discurso centrado em primazias ou de maior importância naquele contexto da construção de Brasília. Entretanto, diante dessas narrativas acerca dos serviços locais prestados pela *A Voz de Brasília* ainda no ano de 1957, ampliados pela Rádio Nacional de Brasília em 1958, observa-se um imaginário que se refere a uma rádio mais próxima do ouvinte na cidade que se construía. Desse modo, “o radinho de pilha” em Brasília é aquele que traz um pouco de entretenimento para corpos cansados da labuta diária de se construir uma cidade-capital, ao mesmo tempo que também auxilia com a prestação de serviços.

Conforme Cardoso (2007, p. 13), “o rádio como um meio com características tão especiais foi fundamental para a comunicação nos primeiros anos de Brasília”. Nessa mesma perspectiva, Mendes e Sousa (2010) expõem que a Rádio Nacional de Brasília se manteve como sinônimo de comunicação na nova capital até a primeira metade da década de 1960. Durante seus primeiros anos, ela atuava fundamentalmente em dois eixos: integração e entretenimento.

Partindo do conceito de *integração*, a Nacional de Brasília continuou trilhando os passos de uma rádio comunitária e funcionava como portadora de recados a serviço dos operários. Se com *A voz de Brasília* esse préstimo era local por conta dos alto-falantes, com a nova emissora esses recados poderiam atingir todo o Brasil.

De acordo com o locutor Mascarenhas de Moraes em entrevista cedida à Cardoso (2007, p. 22), as pessoas “faziam fila para dar recado. O recado era dado por escrito. Havia dois funcionários da rádio que anotavam recados e passavam para o locutor”. Nesse sentido, Fernando Lopes (2008) cita essa abertura de comunicação que a rádio dava aos trabalhadores. Conforme o relato, o apresentador chamava para o palco, em determinados momentos dos programas ao vivo, aqueles que queriam mandar recado por meio da rádio e isso fazia a felicidade de quem precisava se comunicar com seus conhecidos distantes.

Já em sua entrevista ao ArPDF, o cantor também havia mencionado essa abertura aos sujeitos que ele chamou de “peões”. Segundo ele, as mensagens eram para seus locais de origem: “Ó mãe! Aqui sou eu, ó! O Zé! Ó mãe, a senhora é a dona Maria, Maria, que em tal lugar assim, assim. Ó, eu tô bem! Tal. Tô mandando dinheiro!’ O negócio tudo é mandar dinheiro. Que se ganhava dinheiro aqui. E lá no interior a vida era mais difícil” (FARIA, 1990, p. 23).

O entrevistado continua enfatizando essa função da emissora em prestar um serviço de comunicação ao falar da importância dela na construção da cidade: “Porque a tranquilidade que uma família tinha ao ouvir a voz do seu filho, do seu membro, lá no seu Piauí, lá no seu Ceará do mundo, ele ver o filho dizendo aqui que tá bem, isso tranquilizava” (FARIA, 1990, p. 24).

Nesse mesmo sentido de comunicação utilizada pelos sujeitos de Brasília para falar com o restante do país pelo rádio, Ivo Ferreira – técnico que ajudou na instalação da emissora em 1958 – comenta, em depoimento para a comemoração dos 50 anos da rádio, que no dia seguinte à inauguração já começava

aquela fila lá nos estúdios da Rádio Nacional para os candangos poderem levar suas mensagens para a sua família, era aquela fila horrível, sábado e domingo você não contava a quantidade de homem que tinha ali pra falar, todo o nordeste que você pensasse tinha gente: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí, enfim, o mais longínquo nós transmitíamos só os recados dos candangos, eles avisando as suas esposas e filhos que estavam bem, que estavam trabalhando, que tava dando tudo ótimo. E isso foi muitos anos, aproximadamente até o ano de 1960. (Ivo Ferreira, 2008).

Para o mesmo funcionário, o papel maior e essencial da rádio foi servir aos trabalhadores que estavam edificando a capital. Embora os depoimentos citados tendam a uma história quase romântica de enaltecimento do rádio em Brasília, ficam claros nesses discursos os graves problemas de comunicação que a cidade possuía nos seus primeiros anos.

Havia naquela época a questão do baixo nível de alfabetização da maioria dos operários de Brasília. Segundo o Censo Experimental de Brasília de 1959, era de 55% a taxa de alfabetização de pessoas acima de 05 anos no futuro Distrito Federal. Dessa forma, naquela década, a taxa de não alfabetizados no país inteiro ainda era muito alta (IBGE, 1959). Assim, na construção de Brasília, os moradores e trabalhadores se comunicavam apenas por meio de cartas; a exceção ficava por conta da

comunicação dos órgãos do governo, que era feita por radiocomunicação entre os escritórios. Isso fazia com que os não alfabetizados recorressem a terceiros, que cobravam para realizar a escrita delas.

Como dito, o outro eixo do estilo de comunicação da Rádio Nacional de Brasília era o *entretenimento*. Seguindo um padrão de programação que remetia à *era de ouro* do rádio, os programas de auditório fizeram muito sucesso em Brasília, pois artistas de renome passavam pela rádio. Os programas para calouros no “palco” da Nacional de Brasília causaram grande alvoroço. Para Mendes e Sousa (2010, p. 38), esses programas duravam horas e davam a oportunidade para o “povo simples impostar sua voz no rádio. Como já citado, em seus primeiros anos, a nova emissora foi descobrindo sua identidade e sua maneira de fazer rádio: das vinhetas à locução dos apresentadores, a emissora se consolidava e criava, aos poucos, sua marca entre os ouvintes”. Boa parte dessa marca estava associada aos serviços prestados pela emissora, sem deixar de comunicar ao Brasil o andamento das obras da futura capital.

Clemente Luz, em artigo publicado no livro *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências* (1993), menciona que a rádio abriu o primeiro canal de comunicação popular entre os trabalhadores das obras e o resto do país, notadamente o Norte e o Nordeste. Segundo o cronista e jornalista, destinada a levar entretenimento aos trabalhadores, através de suas sequências e de seus programas de auditório “a emissora dirigida inicialmente por Leoni Mesquita e, em seguida, por Edmo do Valle, se transformou no primeiro órgão de imprensa, com atuação direta no nascente Distrito Federal” (LUZ, 1993, p. 159).

### **O aparelho dos “reis” numa cidade em construção: o rádio em Brasília**

O aparelho de rádio é substancial na medição do possível alcance da Rádio Nacional de Brasília na nova capital em construção (1958-1960). Em depoimento cedido à pesquisadora Patrícia Leite no livro *Luz-Capital: o surgimento da televisão em Brasília contada a partir dos sujeitos da ação* (2009), o jornalista Adirson Vasconcelos, que chegou em Brasília nesse período, afirma que “O rádio de pilha só sintonizava a Rádio Nacional. Tinha uma programação muito boa. Tocava músicas de Luiz Gonzaga, transmitia noticiário” (VASCONCELOS *apud* LEITE, 2009, p. 52). O jornalista expõe na sua narrativa a ideia de que a programação da rádio era bem recebida pelo ouvinte local por conta da variedade. Além disso, ele sugere que os rádios da época não eram potentes o suficiente para sintonizar outras rádios, o que é significativo, pois diz respeito à disponibilidade e o tipo de aparelho mais utilizado na cidade.

Nesse sentido, alguns depoimentos do ArPDF mencionam a presença do rádio em Brasília como opção de lazer. O servente de pedreiro José Irismar Soeiro, em entrevista cedida ao arquivo em 1990, aborda, assim como Vasconcelos, os tipos de aparelhos presentes na construção da nova capital:

Era radiozinho desses de duas pilhinhas, dessas pequenininha. Não tinha potência, não tinha nada, era só local. Talvez até influenciasse pra alguma política, não sei. Mas não pegava nada não. Aí depois aparecem aqui um tal de Transglobo, um rádio que já saiu de fabricação. Esse era lá potente, [...] mas naquele tempo não, era aqueles radiozinhos pequeno, quem tinha um daquele era rei, porque era vendido a preço de ouro aqui. (SOEIRO, 1990, p. 26).

Em suas memórias, o entrevistado sugere que o problema de captação do sinal de outras rádios pudesse ter relação com algo político, o que volta a sugerir o elo da Rádio Nacional de Brasília com o governo JK. Ao mencionar as notícias transmitidas pelo rádio, ele afirma que só se ouvia a Rádio Nacional de Brasília e que eram citadas apenas informações positivas da cidade: “Ela só punha programa de apoio a Brasília. Não saía nem uma notícia que desabonasse Brasília, nem essa morte, nem calamidade, nem nada, nem nada. Fora disso, meu filho, era só Luiz Gonzaga... Luiz Gonzaga” (SOEIRO, 1990, p. 26). Dessa maneira, sugerindo uma ligação entre a rádio e o Estado, o entrevistado se queixa do fato de que não era possível, por meio da rádio local saber das dificuldades e dos problemas que ocorriam no canteiro de obras, pois apenas eram veiculadas informações favoráveis. Cabe lembrar que os programas que informavam ao povo sobre os problemas enfrentados pela cidade, como o radiojornalismo policial, somente começaram a ser produzidos na década de 1960.

O Censo Experimental de Brasília de 1959 traz um panorama da quantidade de rádios em Brasília. Porém para se dimensionar a presença deles na cidade, deve-se levar em consideração algumas questões: 1) só foram apresentados dados dos domicílios particulares que tinham até três grupos familiares. Não foram computados pelo censo as residências coletivas com mais de três grupos familiares, grupos conviventes ou, simultaneamente, grupos familiares e grupos conviventes, como pensões e hotéis; 2) os ouvintes poderiam se utilizar de um mesmo aparelho, especialmente os portáteis; 3) os aparelhos dos estabelecimentos comerciais serviam a mais de uma pessoa.

Posto isso, observa-se nesse estudo uma maior concentração de rádios nos principais acampamentos da Região Central de Brasília, com um total de 42%, especialmente na Zona Sul no Plano Piloto, onde 77% das casas possuíam o aparelho. (IBGE, 1959). Essa região também detinha uma maior quantidade de residências com geladeiras, o que explicita um padrão de vida mais alto, pois,

segundo o Censo, a localidade era composta, sobretudo, pelos trabalhadores que dispunham do maior rendimento mensal de Brasília. De acordo com Heloiza Matos no livro *Memórias de Brasília: primeiros habitantes, narrativas da mídia e laços comunicativos* (2010, p. 102), “nessa área, viviam os engenheiros e o pessoal da administração da Novacap, em casas de madeira dentro dos acampamentos da obra ou nas casas de alvenaria da Fundação da Casa Popular”.

Os núcleos estáveis e a Zona Rural apresentam um número mais baixo de aparelhos, fossem de pilha ou dependente de energia elétrica. O Bananal, também chamado de Vila Amaury, tem o pior índice, pois era uma localidade com famílias mais humildes. A vila teve que ser realocada antes mesmo da inauguração da cidade. Isso ratifica a narrativa do servente Irismar Soeiro de que o rádio era caro e artigo de luxo em Brasília naquele período. Em contrapartida, a Cidade Livre, que era o principal centro de comércio, serviços e lazer da região, possui bons índices. Por fim, como destaca o estudo, constatou-se uma média de uma residência com rádio a cada quatro domicílios recenseados, o que representava uma quantidade razoável de proprietários do aparelho.

No que diz respeito aos aparelhos dos estabelecimentos comerciais, a historiadora Lia Calabre (2002), na tese de Doutorado *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960)* que investiga o papel social cumprido pelo rádio do seu surgimento à década de 1960 no Brasil, explica que as pessoas que não dispunham de aparelho-receptor passaram a ter contato com o veículo, pois “era uma prática comum que bares e armazéns mantivessem aparelhos de rádio ligados durante todo o dia e sintonizados nas estações de maior preferência popular com o intuito de atrair a freguesia” (CALABRE, 2002, p. 105). É possível imaginar que essa prática se manteve em Brasília, já que o rádio ainda desfrutava de grande espaço naquela década, como aludiu o servente Irismar Soeiro ao se referir às músicas de Luiz Gonzaga nos bares da cidade.

Quanto a esse gosto musical da população em Brasília, não podemos esquecer, como apontou Reinaldo de Lima Reis Júnior na dissertação *Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília* (2008, p. 73), que a programação de rádio também pode ser analisada como um “veículo de imposição e determinação do gosto popular”. Isso explica o fato de tantos sujeitos que trabalharam em Brasília citarem em seus depoimentos Luiz Gonzaga, que parece ter sido escolhido como representante do gosto musical daquele momento, como demonstram os discursos de José Irismar Soeiro e Adirson Vasconcelos.

Um entrevistado da investigação de Matos (2010, p. 103) destaca outra especificidade que pode ter contribuído para um maior número de ouvintes de rádio em Brasília: o serviço de alto-falantes nos acampamentos: “quem tinha rádio de pilha ficava com ele no ouvido. Os próprios acampamentos tinham um serviço interno de alto-falantes, que era ligado das 5 às 7 da manhã e na hora do almoço”. Nesses horários de refeições dos trabalhadores havia maior quantidade de ouvintes da Rádio Nacional de Brasília.

Desse ponto de vista, Clemente Luz (1996), ao narrar o trabalho de leitura das suas crônicas na rádio na hora do almoço, também em entrevista ao ArPDF, cita que a audiência era certa, não apenas nos acampamentos, mas também nos refeitórios: “Alto-falante nos refeitórios, os camaradas tão lá almoçando e o Sérgio Dias e Rui Carneiro, que liam minha crônica [...]” (LUZ, 1996, p. 9). Assim, o discurso de Clemente Luz converge com outras narrativas avaliadas de que não apenas se ouvia muito rádio como “só” se ouvia a Nacional de Brasília.

No que diz respeito ao lazer por meio do rádio, Matos (2010, p. 101) afirma que a exposição aos meios de comunicação é significativa, especialmente quando observados em conjunto “todos os veículos de massa, com ênfase maior na frequência ao cinema e audiência da rádio, ocupavam 25% do tempo livre” dos trabalhadores. Para ela, outras opções que se destacam consistem na reunião com amigos (28%) e permanência em suas residências ou alojamentos com suas famílias (25,56 %).

Em sua pesquisa, Gustavo Linz Ribeiro (2008) introduz outras opções de lazer identificadas em Brasília naquele período. Podemos citar a zona de prostituição e algumas sessões de cinema na Cidade Livre, sendo que alguns acampamentos também possuíam pequenos auditórios e clubes, jogos de futebol, baralho e a tão proibida e temida cachaça. Diante disso, o levantamento feito por Matos (2010) é significativo se consideradas as opções de comunicação de massa mais importantes da época. Destacamos a Rádio Nacional de Brasília como mais uma opção de lazer, pois seu objetivo inicial era ser um meio de comunicação para divulgar e propagar Brasília em conformidade com a ideologia do governo JK, o que possibilitou também, por meio da sua programação, o entretenimento dos operários que construíam a cidade.

### **Considerações finais**

Neste texto, em um primeiro momento, foi possível observar que o final da década de 1950 ainda era de ampla afirmação do rádio como comunicador de massa e por isso foi utilizado também



como veículo divulgador da iniciativa de construir Brasília. Analisa-se no estudo a relevância do rádio como meio de comunicação no Brasil e como ele foi aproveitado politicamente no governo de Juscelino Kubitschek.

A Rádio Nacional (do Rio de Janeiro) cumpriu nos primeiros anos da construção de Brasília a tarefa de ser uma divulgadora dos ideais do governo - sobretudo pelo programa *A Voz do Brasil* - e do andamento das obras da nova capital. Logo, tendo isso em mente, analisamos a ideia e utilização da Rádio Nacional de Brasília dentro dos grandes canteiros de obras que era a cidade naquele momento, já que a nova emissora foi inaugurada em 1958.

JK utilizou-se da Rádio Nacional de Brasília para divulgar e propagar a nova capital, mas foi possível constatar, por meio das narrativas das fontes de quem participou do período, que ela foi um meio de entretenimento e apoio destinado, sobretudo, aos moradores e trabalhadores locais.

A partir das memórias de quem viveu o período é possível perceber a importância do aparelho de rádio para os sujeitos que estavam em Brasília (mesmo que ainda em construção) a partir de interações simples como escutar um “Alô” enviado para familiares distantes, saber das vagas de empregos nas construtoras, ouvir as novidades da empreitada “faraônica”, escutar as crônicas de Clemente Luz que eram interpretadas diariamente, ou mesmo apenas ouvir as músicas famosas da época. Segundo os relatos, a rádio trouxe a certeza de que a cidade seria finalizada.

Cabe destacar também que a Rádio Nacional de Brasília procurou buscar o contato mais próximo com o seu ouvinte, fosse pelos “radiozinhos” (a maioria de pilhas) ou presencialmente nos seus variados programas de auditório.

Ao longo da segunda parte deste artigo buscou-se analisar as representações de alguns sujeitos que participaram da construção da cidade ou mesmo que trabalharam na Rádio Nacional de Brasília. Essas memórias são muito importantes para compreender o período e analisar as relações sociais que se estabeleciam em Brasília, os serviços que eram ofertados aos trabalhadores, bem como as opções de lazer daquele período de trabalho intenso e de ritmo acelerado. Contudo, procuramos demonstrar nas análises que a narrativas desses sujeitos não são cópias do real acontecido, mas sim construções projetadas a partir dele. Assim sendo, os relatos de experiência dos entrevistados e das entrevistadas são a mediação entre aquilo que teria sido e o que foi construído como representação desse ter sido,

seja da Rádio Nacional de Brasília – nosso recorte principal –, da nova capital ou de si mesmos como sujeitos da história.

### Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Guia [do] Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília: O Arquivo**, 2015.
- BIZELLO, Maria Leandra. Cinejornais nos anos dourados: JK e Brasília em imagens em movimento. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007, São Leopoldo-RS. XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Oikos, 2007. v. 24. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/29-snh24>. Acesso em 25 mar. 2022.
- CALABRE, Lia. **No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil, 1923-1960**. 2002. 276 f. 1v. Tese (Doutorado em História) Curso de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A era do rádio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CARDOSO, Mônica Gonçalves. **Os primeiros anos do rádio em Brasília**. 2007. 38 f., il. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. 2ª Ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- FARIA, Eduardo Gomes de. **Depoimento - Programa de História Oral. Brasília**, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.
- FERREIRA, Ivo. (áudio) **Rádio Nacional de Brasília**, Acervo EBC/DF, 2008.
- GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Experimental de Brasília**, Comissão Censitária Nacional, 1959.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. **Discurso na inauguração da emissora Rádio Nacional de Brasília**. Brasília, Biblioteca da Presidência da República, 31 e maio de 1958.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Senado Federal: Conselho Editorial, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Patrícia. **LUZ-CAPITAL: O surgimento da televisão em Brasília contada a partir dos sujeitos da ação – Uma história oral que morre diariamente**. Brasília-DF, 2009.
- LOPES, Fernando. (áudio) **Rádio Nacional de Brasília**, Acervo EBC/DF, 2008.

- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUZ, Clemente Ribeiro da. **Depoimento - Programa de História Oral. Brasília**, Arquivo Público do Distrito Federal, 1996.
- LUZ, Clemente. Radiojornalismo. In: SINDICADO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL. **Jornalismo de Brasília: impressões e vivências**. Brasília: Lantana Comunicação, 1993. p. 159-171.
- MAGALHÃES, Paulo de. **Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Teatro, 1959.
- MATOS, Heloiza. **Memórias de Brasília: primeiros habitantes, narrativas das mídias e laços comunicativos**. São Paulo: Plêiade, 2010.
- MENDES, Nathália; SOUSA, Yvna. **É bom viver Nacional: vidas sintonizadas em 980 kHz**. Brasília, 2010.
- NOVACAP. **Revista Brasília**, ano 2, nº18, junho de 1958, p. 16.
- OLIVEIRA, Márcio de. O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. **Sociedade e estado**, v. 21, n. 2, p. 487-512, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v21n2/a08v21n2.pdf>. Acesso em 14 mar. 2022.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em 14 mar. 2022.
- REIS JÚNIOR, Reinaldo de Lima. **Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)**. 2008. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora da UnB, 2008.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. 1990, 257 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1990.
- SALVADOR, Roberto. **A era do radioteatro: o registro da história de um gênero que emocionou o Brasil**. Gramma, 2016.
- SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: Bresciani, S.; Naxara, M. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora UNICAMP, 2004. p. 37-58.
- SENNA, Carlos. (áudio) **Rádio Nacional de Brasília**, Acervo EBC/DF, 2008.
- SENNA, Cleusa. (áudio) **Rádio Nacional de Brasília**, Acervo EBC/DF, 2008.
- SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. 2ª edição. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.

SOEIRO, José Irismar. **Depoimento - Programa de História Oral. Brasília**, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

## Do cocheiro invisível ao protagonista negro: a representação dos trabalhadores nos filmes de horror

From the invisible coachman to the black protagonist:  
the representation of workers in horror's movies

**Gilson Moura Henrique Júnior**

Doutorando em História

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

gilsonmhjr@gmail.com

**Recebido em:** 30/04/2022

**Aprovado em:** 14/09/2022

**Resumo:** A representação dos trabalhadores nas obras cinematográficas de horror obedeceu uma trajetória que partiu de uma invisibilidade ou uso acessório de trabalhadores como personagens quase ocultos dentro de uma perspectiva a qual o trabalhador passa a atuar como protagonista de sua história; Dos ciclos de produção fílmica de horror da Universal ao da Hammer, as transformações foram residuais na presença dos trabalhadores. Esse processo foi acelerado e transformado a partir dos anos 1960 e especificamente depois do lançamento de “A Noite dos mortos vivos” (1968) quando não apenas a classe trabalhadora passa a ser representada com representatividade como questões racial e de gênero ganham as telas, sendo construídas a partir de uma perspectiva crítica e que se enxerga como parte do processo de ganho de protagonismo. O cinema produz documentos que revelam estruturas sociais e códigos sociais do contexto de sua produção e entendemos ser possível identificar aqui indícios de quando e como se deram transformações na própria forma de representação de classe nas telas, considerando como objetos os filmes “Drácula, o vampiro da noite” de Terence Fischer, de 1958, e a obra “A noite dos mortos-vivos” de George Romero, lançada em 1968.

**Palavras-chave:** Representação; classe; horror.

**Abstract:** The representation of workers in horror cinematographic movies followed a trajectory with a use of workers like accessories and an invisibility of workers as almost hidden characters to a perspective where the working class starts to act as the protagonist of their history. From Universal's horror cycle to the Hammer's cycle, the presence of workers has a residual transformation, but the invisibility continues. This process was accelerated and transformed from the 1960s onwards and specifically after the release of “The night of the living dead” (1968), when the working class began to be represented with representation with the racial and gender issue itself gaining the screens, being constructed from a critical perspective and which is seen as part of the process of gradual protagonism. Cinema produces documents that reveal social structures and social codes of the context of its

production and we believe it is possible to identify here indications of when and how transformations took place in the very form of representation of class on screens.

**Keywords:** Representation; class; horror.

## Introdução

Uma das principais obras da cinematografia de Horror do século XX, “Drácula, o Vampiro da noite” (1958), é um marco entre as produções da Hammer productions limited, produtora fundada em 1934 por William Hinds e quatro associados. Hinds era conhecido por estrelas espetáculos com a companhia Hammer e Smith e era chamado de William Hammer, daí a origem do nome (MEIKLE, 2010, p.2). A obra sinaliza a mudança definitiva na direção que as produções da Hammer passaram a seguir quando em 1953 o filme “*The Quatermass Experiment*”, inspirada em uma série de ficção científica produzida pela BBC para o rádio, chega às telas, e define o momento em que a companhia passa a investir nos filmes de Horror e ficção científica, em contraposição à sua história com produções em geral do gênero policial (DIXON, 2010, p.87).

“Drácula, o Vampiro da noite” (1958) é dirigido por Terence Fischer (1904-1980), e protagonizado por Peter Cushing (1913-1994) no papel de Abraham Van Helsing e Christopher Lee (1922-2015) como Conde Drácula. O filme é uma adaptação livre do livro “Drácula” (1897) de Bram Stoker (1847-1912) e tem início com a entrada dos créditos iniciais junto de uma primeira imagem de uma águia heráldica, um símbolo de nobreza em pedra, fixado em um Castelo e precedendo o título em fontes que remetem a uma escrita similar às representações cinematográficas da caligrafia de livros medievais. Da águia, a câmera viaja lentamente em uma descrição visual da entrada do castelo do Conde vampiro até a entrada da cripta onde jaz um caixão com o nome “Drácula” escrito também em pedra, que em seguida é banhado por gotas de um sangue de um vermelho vivo.

Há um corte na cena após o nome “Drácula” escrito na pedra e entra o som da voz do narrador Jonathan Harker, precedendo seu caminho até o castelo. Harker é autor de um diário que descreve suas aventuras no castelo de Drácula, é a base do livro e sugerido nas telas. Nas suas anotações, expostas pela narração em off, ele reflete sobre ter percebido a ausência de pássaros cantando e descreve a recusa do cocheiro de levá-lo até o castelo.

O cocheiro é visto, mas não identificado, é uma parte da trama que não se entende ser necessário registrar, apenas sua recusa, ele é uma ferramenta para trama, cujo nome não se sabe e cuja

imagem pouco se vê. Esta invisibilidade não é explicada, e contém um texto sub-reptício que se repete na representação do trabalhador em outros momentos do filme e em outras obras da mesma produtora e com o mesmo tipo de linguagem cinematográfica. Na estalagem onde Van Helsing chega em uma missão para salvar o advogado, o que se vê são serviçais, suas vozes, suas crenças, mas não suas identidades. Os personagens que o servem entram e saem com pouco tempo não apenas de tela, mas de importância para a história. Da mesma forma, os serviçais da família de Harker ou do próprio Van Helsing na Inglaterra, têm apenas funções acessórias, sem nome, sem identificação.

A equipe técnica e criativa do filme é composta pelo diretor Terence Fisher, pelo roteirista Jimmy Sangster, Bernard Robinson na direção de arte e Jack Asher na direção de fotografia. O roteiro de Jimmy Sangster oferece à direção segura de Terence Fisher um caminho livre para o desenvolvimento de uma trama simples.

O resumo da obra é a competição entre o heterodoxo cientista de múltiplas formações Abraham Van Helsing e o Conde Drácula, e que termina com a vitória do primeiro sobre o segundo. Essa vitória permanece como na obra original até que a Hammer inaugure a sequência de filmes com os mesmos personagens e que só terminaria em 1972 com “Drácula A.D.”, conhecido no Brasil como “Drácula no tempo das minissaias”, em que o Vampiro é repetidamente ressuscitado de formas cada vez mais criativas até que Christopher Lee deixe de atuar como o Conde dos Cárpatos.

Pensando o cinema de horror como um gênero que se organiza em produções e temáticas que ocorrem em ciclos (CONRICH, 2010, p.2), entendemos que a Hammer inaugura um ciclo revolucionário em comparação com o anterior, avançando com a abordagem sobre o horror de forma diferente das produções da Universal Pictures que marcaram o cinema com produções que originaram a moldura definitiva do gênero em seus primeiros anos. Fazendo como que o termo Horror, embora já fosse utilizado antes para definir algumas produções, fosse assumido como um gênero cinematográfico a partir das produções do estúdio (PHILLIPS, 2018, p.2). Os chamados de “monstros da Universal” (Drácula, Frankenstein, Lobisomem) ressoaram ansiedades e medos sociais do período da Grande Depressão (PHILLIPS, 2012, p.2).

A Hammer inaugurou uma perspectiva de horror, recriando a visualmente Drácula e Frankenstein de maneira contemporânea e original. Estas recriações mudaram as formas como os monstros chegam às telas, com outro design de produção diferentes da adaptação efetuada pela Universal Studios. O monstro de Frankenstein tem um aspecto físico diferente do protagonizado por



Boris Karloff (1887-1969) na obra de 1931 da Universal. Saem o parafuso no pescoço e a testa pronunciada, entram uma caracterização que põe o monstro com um aspecto mais específico de um ser montado a partir de pedaços de cadáveres, com as marcas das costuras sendo visíveis, assim como o olho opaco. Drácula também é representado de outra forma, com modificações na vestimenta, na postura do vampiro, com uso de uma expressão visual feral, violenta, criando uma percepção de oposição do vampiro com o conde em um mesmo personagem, de acordo com o momento em que ele atue na obra. Nestas produções da Hammer também há com uso de cores, a uma direção de arte e um design de produção que reforçam uma perspectiva de cinema visualmente mais violento, agressivo e jocoso.

O ciclo da Hammer abria um oceano de possibilidades para o horror, com maior apelo ao uso do sangue, de um vermelho vivo, e com atrizes com decotes voluptuosos e chamativos para a cinematografia dos anos 1950 (MEIKLE, 2010). Fisher e equipe desenham em “Drácula”, a base do cinema gótico da metade do século XX, tornando possível uma nova percepção do horror, com uso e abuso do sangue e da sexualidade que só seriam ultrapassados no fim dos anos 1960 e nos anos 1970, que tornaram a filmografia de horror anterior até ingênuo no trato da violência e do sexo.

Nesses mares navegaram com sucesso a estadunidense American International Pictures e a Amicus Productions. A American International Pictures (AIP) foi fundada em 1956 por James H. Nicholson e Samuel Z. Arkof. A Amicus Productions foi uma empresa inglesa fundada pelos americanos Milton Subotsky e Max J. Rosenberg, que haviam trabalhado com a Hammer no fim dos anos 1950 (DIXON, 2010, p.88).

A Amicus usou o talento de Freddie Francis como diretor e o de Robert Bloch (autor de Psicose) como roteirista e mente criativa para seguir os passos da Hammer e até rivalizar com a produtora em suas antologias de horror e clássicos como Dr. Terror's House of Horrors (1965), a sequência de dois filmes com Vincent Price protagonizando o abominável Dr. Phibes (O abominável Dr. Phibes de 1971 e A volta de Dr. Phibes de 1972) e o encontro entre Prince e Peter Cushing em Doutor Morte (Madhouse, 1974) (DIXON, 2010, p.104). Na AIP, Roger Corman reinou com suas adaptações livres da obra de Edgar Allan Poe e filmes com finais abruptos e violentos, como o de “O Homem dos olhos de Raio-X” (1963) que pôs o protagonista de Ray Milland no centro de uma imagem que chocou as plateias estadunidenses (KING, 2012, p.172).

Em comum, as companhias tinham uma linha de adaptação de obras literárias de horror, especialmente a de autores como Edgar Allan Poe, Bram Stoker, Mary Shelley, Robert Louis Stevenson, H.P. Lovecraft, e uma visão do horror com bases similares à dos autores clássicos da ficção do gênero. Em obras como *O Solar Maldito* (*House of Usher*, 1960) Corman dirigiu uma equipe cuja direção de arte e o design de produção tendiam ao barroco, com cenários góticos que fizeram jus ao tom pessimista da obra original de Poe, cuja adaptação livre fez um sucesso enorme nos cinemas estadunidenses (DIXON, 2010, p.68).

O diálogo perceptível entre as formas de expor visualmente cenários e tramas cuja origem se deram no coração das elites anglo-saxãs, mesmo em produções flagrantemente comerciais, construíram um viés artístico que dialogava com um escapismo luxuriante que era mais comum no pós Segunda Guerra Mundial do que nas produções de horror do ciclo da Universal, que viviam uma perspectiva da grande depressão (DIXON, 2010, p.64).

Nos ciclos da Hammer e da Universal vimos uma perspectiva de horror que entendia a realidade a partir das traduções de elite estadunidense e britânica, mesmo as produções consumidas pela classe trabalhadora, e representavam medos sociais a partir deste olhar, agindo como barômetros sociais pela perspectiva da elite (CONRICH, 2010, p.3). Mesmo concorrentes, as produtoras seguiam o que repercutia positivamente no mercado, obedecendo a um aspecto do que é um gênero, uma estrutura, uma moldura para as produções que o seguem (VALIM, 2012, p.294). Esta moldura tinha como compreensão de horror as perspectivas hegemônicas das elites estadunidense e britânica e com ela vinha uma perspectiva da classe trabalhadora como acessória e a própria curiosidade sobre o espiritual e aterrorizante como algo relativo à “classe mais fraca” ou “*weaker class*” (PHILIPS, 2018, p.34). Essa perspectiva tinha suas exceções, mas via de regra eram quando os personagens da classe trabalhadora eram vilões degenerados, como o caso dos assassinos Burke and Hare que inspiraram a obra “O Ladrão de Cadáveres” de Robert Louis Stevenson, adaptada para o cinema pela RKO nos Estados Unidos em 1945 e pela inglesa Tempean Films em 1960. A representação dos trabalhadores nas obras cinematográficas de horror era tão genérica que temos casos singulares como o do ator Michael Ripper, que atuou em trinta e cinco filmes da produtora Hammer, atuando como estalajadeiro, cocheiro, coveiro e por vezes como figura de autoridade, e só em “A Serpente” (1966) e “Drácula, o Perfil do Diabo” (1968) com papéis com maior peso, sendo um coadjuvante importante na obra de 1966 (IMDB, 2022).

A maior parte dos atores que apareciam como trabalhadores eram representados com muito menor peso em cena do que o de coadjuvantes, os papéis eram de criados que tinham um conjunto de falas e de direção de atuação que os tornavam quase que ferramentas sem identidade, cuja função cênica era somente a de permitir para o personagem protagonista ser desenvolvido. Visualmente eram pessoas mal-vestidas, com comportamento de profunda submissão, quando não medo, em relação a todos, do objeto de terror à própria classe superior que lhes oprimia.

A grande ruptura se dá quando George Romero lança o seu “A Noite dos mortos vivos” em 1968. O contexto histórico do filme é simbolicamente resumido pelo que ocorreu durante a viagem do diretor em quatro de abril de 1968, quando Romero dirigia até Nova York com o produtor Russell Streiner, seu amigo e parceiro na realização do filme, e ouvira o noticiário anunciando o assassinato de Martin Luther King no Lorraine Motel em Memphis, Tennessee. Buscavam distribuidores para seu filme que representava em forma de Horror os Estados Unidos viviam em ebulição. A obra de Romero foi classificada como uma “orgia de sadismo” pela Variety, e respondia aos anseios de uma época que perdeu em seguida o presidente John Fitzgerald Kennedy em 1966, o reverendo Martin Luther King em abril e Robert Kennedy em junho de 1968; Uma época que no ano seguinte viu o que muitos críticos consideraram “a morte da Era de Aquário” quando em Livermore, Califórnia, em um show dos Rolling Stones realizado no Altamont Speedway, uma série de equívocos que incluíram a contratação de Hell’s angels como seguranças do que era considerado o clímax da bem sucedida turnê da banda britânica resultou na morte de Meredith Hunter, um jovem afro-estadunidense que pereceu no caos do show gratuito (PHILLIPS, 2005,p. 81). O filme era uma espécie de metáfora para um cenário de ruptura para os EUA, que tinha seu lugar de repositório do sonho americano apontando para caminho dourado ameaçado por uma série de eventos e uma conjuntura que abria uma perspectiva futura de um lugar mais duro, pessimista e violento (PHILLIPS, 2012, p.2)

Romero produziu em sua obra uma inovação na linguagem do cinema de Horror em que a ação nas telas se deslocava de um mundo da exposição de medos e ansiedades com uma perspectiva dos dramas pessoais e maldições ancestrais de uma elite que habitava mansões e castelos para um mundo que rumava abruptamente para ser um lugar onde as ameaças habitavam o cotidiano, eram concretas e cujos medos se realizavam na violação dos corpos, na existência dos mortos vivos que subvertiam a própria ideia de controle dos corpos com sua decomposição não impedir seu caminhar como ameaça, como a realização de um pânico social que tomava as ruas como multidão ameaçadora,

sitiando os vivos em casas apertadas e shoppings. O Horror levava ao fantástico mundo onde os mortos caminham sobre a Terra uma concretude que punha os problemas da classe trabalhadora no centro da trama e o medo que batia às portas mundanas de Pittsburgh era diferente do terror que invadia portais de grandes castelos e vilas com burgomestres.

### **A classe como protagonista de seus medos**

O filme “A Noite dos mortos-vivos” (1968) de George Romero teve um impacto enorme na cinematografia de Horror. A ideia do filme veio de uma inspiração do livro “Eu sou a lenda” de Richard Matheson (1954) onde apenas um homem permanece humano em um mundo tomado por vampiros, e que Romero leu como se fosse uma obra sobre de revolução. e como os anos 1960 não funcionaram e “surgiu a ideia, fazer algo sobre uma revolução que as pessoas não reconheceram e responderam de forma inadequada e foi realmente daí que veio” (WHITTINGTON, 2008).

Os desafios para “A noite dos mortos-vivos” começavam na conquista de distribuição para o filme. A obra de baixo orçamento, uma produção independente filmada durante um período conturbado da história estadunidense, não tinha distribuição garantida. Para conseguir, Romero foi de Pittsburgh a Nova York com uma cópia de “A Noite dos mortos vivos” e se reuniu com a empresa Walter Reade Organization/Continental, conseguiu financiamento e sua obra estreou adequadamente no *halloween* de 1968, entrando para a história pela reforma dramática que produziu no gênero do horror ficcional cinematográfico (COLEMAN, 2019, p,184).

Considerado um filme violento para a época, “A Noite dos mortos vivos” também é um dos primeiros filmes a ter um protagonista afro-estadunidense, Ben, interpretado por Duane Jones, a subverter a relação entre afro estadunidenses e brancos na tela. Ben reage violentamente ao responder com um soco à sua recusa à covardia de Harry seu antagonista branco no abrigo que mantém numa casa de fazenda abandonada e cercada por zumbis famintos.

A sequência de abertura de “A Noite dos mortos-vivos” tem início com com uma cena em que uma estrada de terra, vem aproximando-se um carro no qual onde estão os irmãos Bárbara (Judith O’Dea) e Johnny (Russel Streiner). A chegada do automóvel ao longe, com a estrada vazia sendo o foco propício para a música de fundo induzir ao suspense, marca o início dos créditos que apresenta os realizadores e também o do cenário rural, isolado, desértico até. No interior do carro são mostrados os jovens que discutem sobre a viagem na qual se dirigem a um cemitério para visitar a sepultura de

seu pai e Johnny reclama da distância percorrida e da própria ação de ir a um cemitério por flores em um túmulo. Em poucos minutos há a ação em que a ruptura da normalidade se apresenta quando um homem vestindo um terno em situação de andrajos ataca Johnny logo após ele brincar com Bárbara que ela seria atacada por um dos mortos, sugerindo que haveria assombrações no cemitério.

A narrativa de “A noite dos mortos-vivos”, a forma como o diretor combina a fotografia em preto e branco com um roteiro, com a escolha das representações dos zumbis e da própria origem deste fenômeno que surpreende governos e a sociedade representada na trama tem uma ruptura com os filmes dos ciclos anteriores de Horror. Em contraponto com os filmes da produtora Hammer citada anteriormente, não há na película de Romero tem nenhum sinal da construção barroca e luxuriante da filmografia da produtora inglesa, nem em especial com o filme “Drácula, o vampiro da noite” (1958). O roteiro não tem o perfil que adota explicações e dá ao Van Helsing de Peter Cushing meios deste exercitar um modo de atuação expansivo e grandioso. Ao contrário do filme da Hammer, “A noite dos mortos-vivos” não explica a origem dos zumbis, eles não possuem uma longa história cuja explicação o Doutor Van Helsing tem na ponta da língua, eles existem por motivos desconhecidos e somente especulações são postas como possível causa, como a queda de uma sonda enviada da Terra até Vênus, conforme se anuncia no rádio (COLEMAN, 2019, p,185).

Algumas características interessantes e que dão a “A noite dos mortos-vivos” suas características únicas de uma obra que consegue manter um tom de naturalismo mesmo sendo um filme de teor fantástico é que sua concepção teve como objetivo criar um clima semidocumental, com o alto contraste do preto e branco e o uso de atores semiprofissionais na maioria dos papéis conduziu a um tom realista. Os personagens brancos sob a liderança de Ben, um homem afro estadunidense bastante engenhoso e autoconfiante dão um tom ao filme que teve profundo impacto no público que vê essa microssociedade reagindo diante de um cenário onde os personagens estão cercados por mortos vivos (DIXON, 2010, p,116).

Ben não lidera sem contestações, se tem o apoio do jovem casal Tom (Keith Wayne) e Judy (Judith Ridley), não tem muita simpatia do autoritário Harry (Karl Hardman), pai de Karen (Kyra Schon) e marido de Helen (Marilyn Eastman). Com sua filha tendo recebido uma mordida de zumbi, Harry está em permanente tensão e insiste que todos se tranquem com ele e sua família no porão enquanto esperam a chegada de ajuda, desconfia das negativas de Ben, que argumenta que no porão estariam encurralados se os monstros invadirem a casa. Tom toma partido de Ben e implora que Harry

reconsidere sua postura, enquanto Helen aponta que o marido sempre se opõe a toda liderança que não a sua. Além da crise interna, o grupo sofre com a ausência de informações seguras ou apoio do governo e oscila entre informações desencontradas sobre abrigos para os sobreviventes ou qualquer resgate e esta dúvida, aliada às relações tensas no interior da casa, conduz o grupo para uma série de desventuras chega ao ápice onde o fim do filme não oferece a redenção (COLEMAN, 2019, p.185).

Romero afirmou em uma entrevista para a *Variety* em 1972 sobre a escolha de um protagonista negro para “A Noite dos mortos-vivos” que: “Não tínhamos noção preconcebida sobre o papel ser um papel negro: Duane [Jones] entrou, ele parecia certo, ele lia bem, então o usamos.” (BLOCK, 1972, p.10). Mesmo com a negação de Romero, o impacto da produção junto do público reconheceu de imediato os componentes raciais contidos em toda a película (COLEMAN, 2019, p.187).

A perspectiva de Romero foi construída a partir da perspectiva de crítica social ao consumismo quando observava um shopping na Pensilvânia e embora não tenha tido uma perspectiva racial ao escrever o roteiro e escolher Duane Jones como protagonista houve uma preocupação consciente com a perspectiva de crítica política sobre a dificuldade das pessoas se associarem. Romero afirma:

Bem, a questão da raça era a coisa mais distante da minha mente. Quando eu estava escrevendo esse personagem, eu estava pensando na desintegração da família, toda a ideia de que as pessoas não podem cooperar, mesmo quando confrontadas com uma situação desastrosa, elas apenas seguem suas próprias agendas, discutindo se devem subir ou descer, em vez de enfrentar o problema. Quando John Russo e eu escrevemos o roteiro, ele era um cara branco, não mudamos o roteiro. Então, quando Dwayne [Jones] concordou em fazer o papel, todos nós conversamos e decidimos que era uma jogada ousada não mudar o roteiro. Era isso. As mesmas coisas aconteceram com ele quando ele era branco, o pelotão caipira veio e atirou nele, porque achavam que ele era um zumbi, não porque sabiam que ele era negro. Foi realmente um acidente, no final um feliz acidente (THRIFT, 2013).

A perspectiva de Romero na produção de “A Noite dos mortos-vivos” conduz o filme para um caminho que expõe uma concepção política do Horror cinematográfico. As escolhas do roteiro, o protagonista, o tom duro e cínico, a ausência de redenção e a própria forma como introduz uma visão naturalista ao cinema de fantasia de horror produzem um efeito de realidade que leva o concreto ao fantástico. Há a subversão do conceito de zumbis, tirando a vinculação com as religiões afro caribenhas carregada de racismo religioso e impondo um tom onde o zumbi não fruto de uma determinada prática religiosa, mas um fenômeno inexplicável (COLEMAN, 2019, p.185). O tom pessimista, a perspectiva visual que impõe uma realidade próxima do espectador comum dos anos 1960, faz de “A noite dos

mortos-vivos” uma obra inaugural de um novo tipo de cinema, mais próximo da perspectiva da classe trabalhadora e que contempla medos sociais de uma população que anseia por ver nas telas os heróis da classe trabalhadora.

### **Uma nova noite onde o sangue tem cor**

Difícil imaginar uma interpretação das transformações iniciadas por Romero sem que tenhamos em mente o viés de classe como uma perspectiva cinematográfica. O que “A Noite dos mortos vivos” faz na tela de cinema tem uma concepção que parte do que Romero declarou ao jornalista Alex Ben Block em 1972 de “uma junção de escolhas orçamentárias e criativas” (WILLIAMS, 2011, p.17). O baixo orçamento induziu determinadas escolhas, a própria escolha do filme em preto e branco, porém a forma como o filme foi feito foi além das imposições orçamentárias.

A questão é que também há uma concepção que concretiza a perspectiva de classe, desde a perspectiva visual que contempla não um mundo de luxo e riqueza, mesmo que por vezes em decadência, mas a aridez e a crueza de um mundo onde o espaço é menor e acirra disputas mesmo que pelo poder local e pelo domínio dos recursos escassos.

As escolhas do roteiro, dos diálogos e da direção de arte e de fotografia por uma película cujo efeito granulado equilibrava o custo com opções artísticas no resultado do filme, expõem uma realidade que escapa da dramatização da perspectiva *gentry* representada pelos filmes de horror da Hammer, adaptados de histórias produzidas a partir de autores da elite inglesa. O filme “A noite dos mortos-vivos” acaba por representar na tela e na fantasia o mundo dos medos e traumas da classe trabalhadora, com a forte influência criativa e visual dos quadrinhos da EC Comics<sup>1</sup>, e com elementos que remetem ao naturalismo de Zola, forte influenciador da literatura de horror de Stephen King (WILLIAMS, 2015, p.2).

Se a relação entre o cinema de horror de Romero e o naturalismo aparece como uma ligação forçada é fundamental pensar que Zola lidava com a relação entre a vida cotidiana de seus personagens e as influências ambientais e das relações sociais em seus destinos, assim como Stephen King transpõe elementos dessa perspectiva para uma obra que equilibra aspectos sobrenaturais com a descrição amarga da realidade da classe trabalhadora estadunidense. As duas perspectivas se juntam ao baque

---

1 Editora responsável pelos quadrinhos de horror muito populares nos anos 1950, que foi perseguida pelas forças conservadoras do período do Macarthismo e por acadêmicos como Frederic Wertham que vincularam quadrinhos como o da EC Comics e delinquência juvenil (WILLIAMS, 2015, p.22).



imagético, o apelo ao *gore*<sup>2</sup> e a perspectiva cínica e ácida dos quadrinhos da EC Comics e sustentam uma abordagem que faz do cinema de Romero um caldeirão de referências da cultura popular estadunidense, cuja perspectiva crítica parte da experiência da classe trabalhadora para a produção de uma arte conscientemente engajada e que expõe, por vezes sem trocadilhos ou eufemismos, as entranhas da sociedade estadunidense na tela do cinema.

Romero pratica uma ruptura dos sentidos e dos signos do Horror a cinematográfico partir da perspectiva da classe trabalhadora. A construção das cenas, o tipo de problemas e das relações contidas no roteiro, a construção das cenas no interior da casa de fazenda onde estão os personagens de “A noite dos mortos-vivos”, representam no cinema a prática de impor o concreto no fantástico, evitando os elementos escapistas da maioria das obras cinematográficas dos anos 1930 até os anos 1960 e incluindo uma série de elementos visuais e de texto que incluem o cotidiano das classe trabalhadora, suas identidades culturais e políticas, no corpo do filme. Como um documento historiográfico do fim dos anos 1960, “A noite dos mortos-vivos” inaugura uma estética e uma linguagem dada produção cinematográfica que entra pelos anos 1970 produzindo mudanças notáveis na estética e na própria indústria cinematográfica (CONRICH, 2010, p.4). Com uma preocupação com a expressão de anseios e medos mais próximos da realidade comum, com uma violência mais explícita, com mais cor, com uma exposição de corpos e de brutalidade que aproxima o concreto da fantasia, Romero migra dos espaços amplos, das criptas e dos medos antigos, das maldições, para o corpo, espaços restritos, para claustrofobia e o impacto de uma crise hobbesiana em uma classe operária que se reorganiza entre a manutenção de uma ordem antiga ou minimamente perceptível, reproduzível e uma abordagem anárquica e caótica, que viola leis e corpos, onde o homem é lobo do homem, mas também é sitiado por uma massa que mesmo morta avança obstinadamente para suprir suas necessidades básicas. A sociedade humana está sendo engolida por uma massa silenciosa e faminta, os corpos são o foco da relação entre o concreto, o material e a fantasia. Se o corpo é no cinema de horror o fator de exposição e de ameaça às estruturas da sociedade, em Romero o horror nos filmes “emerge do corpo irrestrito – aquele corpo que não está mais sujeito às normas ou leis que acreditamos constituir nossa realidade” (PHILLIPS, 2012, p.18).

A relação entre a realidade concreta e os corpos que rompem com o natural e operam no fantástico é o que inaugura em “A Noite dos mortos vivos”, um debate entre um mundo onde a

---

2 Gore é um termo em inglês para se referir ao sangue explícito e à exposição de vísceras.

decadência física não desaparece e onde o maior horror é menos a horda de canibais mortos-vivos sitiando uma casa e mais a recusa da cooperação entre membros da mesma classe. A cor da pele e os ruídos na rede de relações põe em lados opostos quem possui interesses mais pragmáticos, como sobreviver.

Podemos entender estas relações em Romero a partir da perspectiva do indivíduo em Karl Marx, em que estes indivíduos não aparecem desprendidos de seus laços sociais ou naturais, seguidor de um processo natural a partir de referências de um natural presente em intelectuais do século XVIII, mas indivíduos como um resultado histórico, com suas bagagens e experiências (MARX, 1999, p.26). Ao mesmo tempo, indivíduos são elementos complexos com uma perspectiva relacional entre sua condição de classe, sua etnia, a história da formação de sua classe e a existência de sua consciência ou não de pertencimento a ela, fazem dele também produtor de uma perspectiva, de uma forma de enxergar o mundo que faz parte de um coletivo cuja formação tem uma raiz tanto histórica, quanto cultural e econômica (THOMPSON, 1987, p.10). No cinema de Romero estes indivíduos expõem a relação do diretor com a comunidade de Pittsburgh, assim como sua experiência como estudante e seu nascimento no Bronx, Nova York. A relação que o diretor tinha com uma perspectiva cultural compartilhada com outros membros de sua geração, muitas vezes estudantes que chegaram à universidade com bolsa parcial e passaram ao largo das universidades mais renomadas dos EUA.

Considerando que a obra cinematográfica “não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza” (FERRO, 1992, p.87), é fundamental relacionar o contexto histórico no qual “A Noite dos mortos vivos” foi realizado, o processo de ruptura que desencadeou nas produções de Horror, a própria experiência de classe a partir da qual foi concebido e que escapa da relação com o Horror que se sustentava na literatura clássica do gênero e que neste contexto histórico inicia uma navegação por referências populares.

Estas referências são capazes de permitir em “A Noite dos mortos vivos” a cena em que uma criança se alimenta do cadáver do pai, forçando o protagonista a “matar novamente” todos os seus ex-companheiros e sair do porão no dia seguinte para ter seu fim decretado pela turba que veio impor a “ordem” sancionada pelo xerife local e atira em sua cabeça, pois é incapaz de diferenciar um homem vivo afro estadunidense de um zumbi. O ator Duane Jones declarou que se a personagem Bárbara sáísse de seu estupor para salvá-lo dos zumbis o final seria “racialmente errado” e que a comunidade

negra iria preferir lhe ver morto a lhe ver salvo “de uma maneira brega e simbolicamente confusa” (COLEMAN, 2019, p.189).

Romero ilustra no fim do filme, durante os créditos, imagens representando a execução de Ben como se fossem fotos granuladas, remetendo à execução do jovem Emmett Till<sup>3</sup>. As acusações ao filme de promover uma “pornografia da violência” (COLEMAN, 2019, p.191), com a exposição de zumbis estripando suas vítimas e devorando membros sob a luz de um carro incendiado, provavelmente ignoravam o cotidiano noticiado de execuções e linchamentos nos EUA na época e a razão da luta por direitos civis na década de 1960. O fato é que a comunidade negra estadunidense abraçou o filme ansiosa para ver um protagonista afro estadunidense “orgulhoso, esperto e habilidoso”, como protagonista e estrela principal. Mesmo considerando a relação antiga da imprensa negra com o cinema de horror, com artigos e espaço constante sobre o gênero em suas páginas, o fenômeno de “A Noite dos mortos vivos” é notável (COLEMAN, 2019, p.191).

A relação entre a comunidade negra e o filme produz mais um espaço de reflexão sobre a questão racial e a de classe, porque a abordagem da obra se enlaça nos dois elementos. Da perspectiva de uso de espaço, relações, diálogos e design de produção com um viés que estabelece uma perspectiva de classe à compreensão dessa expressão da cultura e identidade pela fração afro estadunidense desta classe.

### **A cor, o gênero e a classe**

Apesar do impacto positivo do filme na comunidade afro estadunidense, a representação de Ben reflete uma perspectiva branca a respeito de um homem negro. A própria declaração de Romero que abordamos neste artigo de que o personagem não foi adaptado à condição racial de Duane Jones deixa claro que ali seria uma representação branca de um homem da classe trabalhadora diante de uma situação limite.

O resultado deste processo ergueu um ícone da comunidade inclusive porque refletia uma percepção de brancos sobre personagens brancos naquela situação, o tom positivo sobre a questão étnico-racial não esconde o fato de que a produção deste tom se deu pelo comportamento assertivo de um personagem que em sua origem era branco, mas foi representado por um negro. A perspectiva

---

<sup>3</sup> Emmett Till foi um jovem afro estadunidense linchado em agosto de 1955 e cuja brutalidade de seu assassinato tornou-se um mórbido caso de sucesso na venda de postais com o passo a passo do processo (PROJECT, 2022).

foi adaptar uma lógica de comportamento branco a um homem negro. Essa construção é fruto de uma representatividade que se deu por uma questão alheia a uma escolha consciente e à uma representação que contemplasse o conjunto de elementos que constituiriam um personagem negro em uma situação limite.

A atuação de Duane Jones com certeza pesou os elementos a partir de sua história e experiência como homem afro estadunidense da classe trabalhadora, mas o tom de seu papel ainda reflete uma percepção branca porque a base da escrita dele é branca. Estas reflexões não reduzem nem o impacto, nem o grau de importância autodeclarada do filme junto aos espectadores afro estadunidenses e suas comunidades, mas propõem a percepção de como as representações imagéticas negras a partir de um olhar branco, carregam elementos ainda de uma cultura supremacista branca como a dos Estados Unidos (HOOKS, 2019, p.32).

Se compararmos o Ben de Duane Jones com a representação do personagem Chris Washington (Daniel Kaluuya) do filme “Corra!” de 2017, escrito e dirigido por um homem negro (Jordan Peele), percebemos no segundo as dúvidas e as hesitações que mesmo um homem ativo, intelectualmente forte e capaz de resistir tem diante de uma situação em que a branquitude impõe algum grau de desequilíbrio no comportamento do mais equilibrado indivíduo afro-estadunidense.

É difícil entender como pessoas submetidas a vida inteira a um sistema que retira delas a percepção de si como pertencentes a uma vida comunitária onde não são “o outro” não teriam uma posição que em um cenário de explícita supremacia branca possuísse a atitude francamente dominante de Ben e não a postura de busca de adaptação e ponderação que Chris exibe em “Corra!”. Ben é um avatar, uma idealização, porque é um negro que vestiu uma caracterização branca e a tomou para si, Chris reflete o homem negro diante de uma situação de desumanização e uso de seu corpo.

Por mais que Romero tendesse à crítica social, ele era um branco constituindo um personagem que se encaixava completamente em um sistema de relações em que a superioridade cognitiva, de atitude e de dominância era natural. Duane Jones encaixou nesse papel porque agarrou uma oportunidade que raramente um homem afro estadunidense tem no seu cotidiano, porém, a ficção é ampla e o final do personagem, tremendamente impactante, é a parte mais verossímil da trama.

O racismo internalizado na lente branca que produziu “A Noite dos mortos vivos” não fica explícito no fim, fica explícito ao não considerar que um ator negro poderia representar um

personagem também negro, produzido a partir de uma perspectiva negra que fosse um modelo a partir das perspectivas da comunidade negra, que precisa criar cotidianamente novos modelos para si que não seja parte de uma naturalização de imagens e representações produzidas sobre ela vindas exteriormente a ela. Representações como a de Ben são produzidas a partir de uma concepção de superioridade racial e um comportamento dominante e opressor (HOOKS, 2019, p.33).

O resultado do filme cria um caminho interpretativo a partir da representatividade, mas que não faz uma análise minuciosa da representação. O impacto permanece sendo parte do processo que gesta uma cinematografia negra de horror que hoje é um ciclo renovador do gênero nos EUA, um ponto de ignição que fez possível filmes como “Corra!” (2017), “Nós” (2019), “A lenda de Candyman”(2021) e séries de TV como “Lovecraft Country” (2020), a questão é que exatamente este caminho de produção de significado tornou visível a distância entre representações de negros para as representações por negros. A perspectiva deste artigo é exatamente entender como “A noite dos mortos-vivos” inaugura um processo que permitiu que as produções contemporâneas explicitassem mais fortemente o quanto foi possível o debate racial e de classe avançar. Nesse sentido é fundamental pontuar essa trajetória de um ponto de origem, a obra de Romero, até os efeitos desta, em contraponto às orbas de horror da Hammer e Universal, permitindo a percepção da ruptura e seus efeitos.

Os filmes de terror com negros diferem dos filmes negros de terror porque nos primeiros a negritude dos personagens é compreendida em contraste com a branquitude dos demais (COLEMAN,2019, p.44). Nos filmes negros de terror a negritude é fruto de uma representação de negros por e para negros, conscientes de uma identidade que existe em relação com um sistema supremacista opressor (COLEMAN,2019, p.46).

Nos filmes de Romero a questão racial não é fundamental, então a presença de atores negros faz com que seu heroísmo ocorra como se os personagens estivessem livres das hierarquias raciais do mundo onde vivem .A crítica política de Romero tende à classe, não à raça, constrói um mundo de signos que permitem ganhos simbólicos para a luta antirracista, exatamente pelo fato dela em si ser parte fundamental da luta de classes e dada a própria composição racial da classe, mas no limite do debate e da caracterização dos personagens negros, suas tramas possuem limites perceptíveis. Neste sentido ela impõe uma diferença explícita com a cinematografia dos ciclos de horror anteriores que é preciso explicitar sob o ponto de vista da classe.

A perspectiva exposta na cinematografia da Hammer remete à da *gentry*, que incluía uma crítica própria à ciência e a ideia de progresso já presente em Frankenstein (SHELLEY, 2017), em que uma “simbiose sistemática” entre a burguesia industrial e aristocracia rural produziu uma classe, cultura e uma ideia de sociedade (THOMPSON, 2012, p.80). Essa classe mantinha inclusive uma *intelligentsia* próxima e própria, capaz de reproduzir na ficção o sistema de valores que estruturam sua hegemonia na Inglaterra e que continham uma burguesia industrial ou rural estadunidense elementos e valores similares (THOMPSON, 2012, p.121). A perspectiva política de Romero se contrapõe a esta representação de valores e os confrontava política e esteticamente por atuar na construção cênica de conflitos negligenciados pelas opções estéticas e de roteiro dos filmes da Hammer e Universal.

A abordagem de classe divergente das representações da *gentry* não continham, no entanto, uma mudança significativa nas representações étnico raciais e de gênero. Romero tinha nos elementos constituintes de sua representação da negritude eram distantes do produzido posteriormente a partir das perspectivas de homens e mulheres negros que ocuparam roteiro e direção das produções dos anos seguintes, especialmente pós anos 2000. As representações de gênero também obedecia uma ausência de perspectiva que contivesse uma representação com representatividade. As mulheres de “A Noite dos mortos vivos” são acessórios, são comentaristas das ações, como Helen, ou artifício e/ou ferramenta de produção dramática, como Bárbara por sua catatonia. A intencionalidade crítica classista de Romero, assim como não ultrapassou os limites da branquitude, também não avançaram sobre os estereótipos de gênero, reproduzindo estereótipos entre significantes como ativo/masculino e passivo/feminino. “A Noite dos mortos vivos” mantêm série de estereótipos que reproduzem e reforçam a postura masculina e relega às mulheres à passividade e a uma imagem “demarcada pelo binário masculino e feminino, girando em torno de um aparato do olhar e após modelos de dominação e submissão” que atuam em conjunto com a interpretação social e culturalmente estabelecida das diferenças “naturais” entre gêneros (LAROCCA, 2016, p.17).

Por outro lado, a sistemática construção dos papéis femininos como se constitutivos de um maniqueísmo entre uma representação hipersexualizada da mulher que foge dos estereótipos e outra “santificada” e até castrada das mulheres que possuem “virtudes femininas tradicionais”, opondo aqui uma simbologia da mulher que rompe com os limites do patriarcado como “bruxa” e outra como “esposa” ou “namorada” tem em “A Noite dos mortos vivos” um reforço.

A ruptura iniciada por Romero 1968 foi fundamental para pavimentar um caminho que se tornou possível pelo afrouxamento das regras e restrições de classificação etária das produções cinematográficas (LAROCCA,2021, p.235). As representações de classe foram um divisor de águas e uma linha de abertura para novas formas de expressão artística no horror onde a politização tocava em pontos sensíveis da sociedade estadunidense e seus limites, opressões e conservadorismos. As linhas convergentes entre a obra de Romero com a cultura pop e a literatura de horror que emerge dos anos 1960, como Stephen King pondo em cena o “Herói da classe operária” (ROGAK,2015, p.157), tornam possíveis debates sobre gênero, raça e classe como poucas vezes foi possível no cinema fantástico. Porém, o processo não dá conta das necessidades de representação através da qual se enxergam homens e mulheres negras e mulheres como um todo, pois estas representações são uma ruptura crítica ao status quo, mas não uma transformação das imagens que representam estes conjuntos de grupos sociais das minorias políticas (HOOKS,2019, p.36).

Considerando a definição de Natalie Zemon Davis que “em suas micro-histórias, os filmes podem revelar estruturas sociais e códigos sociais em um determinado tempo e lugar, fontes e formas de aliança e conflito, e a tensão entre o tradicional e o novo” (DAVIS, 2000), é singular que uma obra cinematográfica como “A Noite dos mortos vivos” seja, ao mesmo tempo, uma porta para uma ruptura das representações de afro estadunidenses e da própria representatividade negra no cinema e também uma expositora das percepções autorais a respeito da negritude, e não é um fato isolado que o filme seja uma realização dos turbulentos anos 1960 nos Estados Unidos. As escolhas feitas pela produção demarcam uma intencionalidade narrativa e reproduzem os valores da coletividade envolvida na produção, mas também expõe a subjetividade de atores e em conjunto mesmo sendo ficção produzem um documento histórico. Como aponta Davis:

As milhares de escolhas feitas podem fazer a diferença na narrativa histórica: os atores e sua interpretação, os locais e o som; o filme (preto e branco, colorido) e a iluminação; a ordenação do tempo (flashbacks, saltos, câmera lenta, corte de um evento para outro ou apresentá-los simultaneamente) e a ordenação do espaço (close-up, tomada panorâmica, grande angular, movimento ao redor de uma sala, visão da mesma cena de diferentes ângulos); e os dispositivos de enquadramento, objetos e adereços (DAVIS, 2000).

Romero em “A noite dos mortos-vivos” representa uma ruptura imagética tanto com o protagonismo negro, quanto pela escolha de cenário que põe em Pittsburgh, em uma casa de fazenda abandonada, o centro da ação. A escolha da cenografia limpa, com paredes brancas e um número



reduzido de personagens, os móveis quebrados e o espaço confinado, tudo contribui para uma leitura artística, estética, política e étnico-racial que abre caminhos para muitas interpretações e propuseram novos caminhos criativos para o cinema de Horror.

Estes novos caminhos abrem também para um determinado sentido que em “A Noite dos Mortos vivos” atua para romper com a histórica representação da negritude na sociedade. Classificados de amaldiçoados herdeiros de Cam, base da hierarquia entre barbárie e civilização, excluídos da história do mundo, a população afro-estadunidense e negra do mundo na totalidade, foi exposta a uma forja histórica que construiu a diferença racial que dava a ela o caráter de subordinado automático, portador de preguiça entre outras perspectivas pejorativas de sua identidade (HALL, 2016, p.173).

O personagem Ben de “A noite dos mortos-vivos, rompe com essa representação negativa da negritude que foi constitutiva da visão do negro e da negra no cinema estadunidense desde “O nascimento de uma nação” de D.W Griffith, que cria o primeiro “bicho-papão negro” para justificar a divisão racial nos EUA e a necessidade da Ku Kux Klan, passando pelos filmes que localizavam na África ou no Haiti a origem dos horrores, que falavam da “Febre na Selva” ou até insinuavam o acasalamento entre mulheres negras e gorilas (esse era basicamente o enredo de Ingagi, filme de 1930) até os filmes que incluíam as performances de “negrinhos assustados” ou cenas com uma construção em que as figuras negras eram bizarramente atraídos irracionalmente por melancias e frango frito, as representações dos negros e negras no cinema estadunidense eram um constructo de desumanização racista violento que na melhor das hipóteses tornava-os patetas cuja performance arrancavam risos de uma plateia tão racista quanto as representações (COLEMAN ,2019, p.65).

Neste sentido, o cinema produzia uma naturalização cujo sentido era o de uma estratégia representacional para fixar diferenças e ancorar representações de negros e negras em um determinado estereótipo. As rupturas foram paulatinamente construídas e a partir dos anos 1950 o assunto raça foi cuidadosamente abordado no cinema. Mesmo as estrelas negras de cinema tinham uma perspectiva interpretada de forma diferente por plateias negras ou brancas, inclusive se questionava que qualidades essa pessoa negra encarnava para poder ser aceite pela branquitude que controlava a produção cinematográfica. Ao artista negro era permitido entrar no *mainstream*, mas apenas atendendo uma perspectiva que mantivesse a percepção que os brancos tinham deles (HALL, 2016, p.183).

A representação engendrada por Romero faz de Ben um personagem marco da representatividade étnica e de classe na fantasia de horror, inaugura uma construção de personagem e

de narrativa subversiva das perspectivas integracionistas a partir da sujeição dos negros. Romero também cria uma linha fílmica que em um roteiro repleto de inovações, uma cenografia crua e uma direção que integra a tensão psicológica com uso de imagens fortes, violentas até que fazem de “A noite dos mortos-vivos” uma experiência estética que influenciou todas as gerações seguintes de autores e diretores relacionados ao gênero do Horror na literatura e cinema. A perspectiva em que trabalhadores e suas famílias expõe sua cultura, conflitos e relações em um espaço confinado, a ausência de resposta do Estado pra uma crise que contém ainda a metáfora da multidão silenciosa e ameaçadora, tudo em conjunto abre, espaço pra uma representação de classe, uma guinada classista na produção de Horror.

### Conclusão

A trajetória das representações da classe trabalhadora tem um sentido simbólico que parte da invisibilidade para a representatividade e inclui variações a partir da perspectiva da raça do gênero e também tem profunda ligação com as mudanças ocorridas também na literatura de horror. Durante as décadas de 1950 e 1960 ocorreram mudanças para que a perspectiva da classe trabalhadora e sua representação ganhasse as telas e ultrapassassem a redução de sua participação à posição de acessório das elites ou representações desumanizadas e desidentificadas.

É possível defender explicitamente que “A Noite dos mortos vivos” é o primeiro caso de protagonismo negro nas telas de cinema onde não há o sentido de integração social, nem a proposta de redenção que resolve conflitos magicamente ou que exclui o homem e a mulher negras das opressões dentro inclusive de sua própria classe. A repercussão nas salas de cinema foi muito boa e aumentou exatamente pela exibição em cinemas de bairros negros pelos Estados Unidos (COLEMAN, 2019, p.191).

O impacto do filme criou um marco para outros personagens e realizações que nos anos 1970,1980,1990 até os anos 2020 foram construindo uma cinematografia de horror que saía dos castelos para os campos de futebol americano e *high schools* e saíam da exclusão da participação dos trabalhadores e dos negros ao protagonismo nas telas. Com “A Noite dos mortos vivos” e suas sequências, Romero desenvolveu uma cinematografia de zumbis que continha uma crítica social cada vez mais classista e com uma ruptura com a ideia do Horror com a de um tipo de filme escapista ou cuja violência estava fora do lugar.

A narrativa de “A noite dos mortos-vivos” e as que a obra inspirou têm uma construção absolutamente diferente da invisibilidade de trabalhadores na cinematografia de horror produzida pela Hammer, AIP ou Amicus, sem falar na própria concepção de cinema da Universal nos anos 1930 que seguia fielmente a exclusão dos trabalhadores da visão dos espectadores dos cinemas, a não ser por mostrar serviçais silenciosos e invisíveis.

Romero encaminha uma leitura cinematográfica de uma nova tradição do horror ficcional que deu seus primeiros passos na literatura com *Psicose* (1959), cuja perspectiva era a de uma visão a partir do povo, da classe trabalhadora, das estradas do Oregon ou das fazendas abandonadas de Pittsburgh, ou das lidas da classe trabalhadora do Maine. Se Hitchcock adaptou perfeitamente *Psicose*, Romero cria um universo a partir de um olhar seu das relações sociais entre pessoas cuja nobreza era uma metáfora de seus valores pessoais e não títulos. O universo da classe trabalhadora no horror expunha motéis decadentes, estradas abandonadas, xerifes violentos e racistas, militares misóginos em um cenário onde o monstro nem sempre era um assassino que iria ser pego pela polícia ou entidades sobrenaturais, mas o outro ser humano que a seu lado, mesmo uma crise apocalíptica, prefere insistir em teimosias inúteis do que colaborar para uma saída coletiva.

A discussão embutida em “A Noite dos mortos vivos” e suas sequências acabaram, deslocando para o horror um plano de crítica social reservado a dramas e juntou entre horror e crítica social, pondo a classe trabalhadora e a negritude, como protagonistas de sua história e das telas do cinema de horror. Esta trajetória faz de “A Noite dos mortos vivos” um filme paradigma para as gerações seguintes com o deslocamento da representação da classe trabalhadora da invisibilidade para o protagonismo e a representatividade.

Romero trata questões sensíveis de forma artisticamente relevante, utilizando efeitos fílmicos, a exibição de corpos, o uso de filme em branco e preto, a escolha pela granulação em determinados momentos, o protagonista negro, o cenário de uma casa de fazenda abandonada, a locação em Pittsburgh e a ação sendo uma forma peculiar de um fenômeno global desastroso, uma hecatombe que encarcera desconhecidos em um espaço reduzido e os obriga a lidar com um outro desconhecido, este conjunto faz desta produção seminal um documento de uma virada na representação da classe trabalhadora no cinema de Horror e para a compreensão das formas de transformação social em curso neste contexto histórico.

A produção de “A Noite dos mortos vivos” se relaciona com as produções da Hammer e da AIP como um documento da transformação na própria visão a respeito dos trabalhadores que inaugurava uma nova cinematografia surgia nos anos 1970 e fazia que as rupturas que a Hammer inaugurou nos anos 1950 parecessem ingênuas. Mesmo tendo mais camadas de análise possíveis, identificamos que o principal eixo analítico para esta abordagem é o da obra demarcar uma virada narrativa, uma guinada classista, que representa processos de transformação históricas, como o da luta por direitos civis, a realidade violenta do fim dos anos 1960 e como o cinema de Horror reage e reorganiza suas referências e sua forma de contar histórias, incluindo debates profundamente políticos, como sobre racismo e representações com, da e na classe trabalhadora.

Romero produziu em “A noite dos mortos-vivos” um documento amplo, que registrou uma determinada forma de levar o concreto para o fantástico através da representação do cotidiano dos trabalhadores em um universo onde a experiência humana era exposta ao rompimento dos limites entre a fantasia e o cotidiano.

### Referências bibliográficas

- BLOCK, Alex Ben. **George Romero Discusses ‘Night of the Living Dead’ in Previously Unavailable 1972 Interview**. 1972. Disponível em: <https://variety.com/2017/film/news/george-romero-discusses-night-of-the-living-dead-in-previously-unavailable-1972-interview-1202598349/>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- COLEMAN, Robin R. Means. **Horror Noire: a representação negra no cinema de terror**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2019.
- CONRICH, Ian. **Horror Zone: the cultural experience of contemporary horror cinema**. Londres: I.B.Tauris & Co Ltd London, 2010.
- DAVIS, Natalie Zeamon. **Slaves on screen: film and historical vision**. Toronto, On: Vintage Canada, 2000.
- DIXON, Wheeler Winston. **A history of horror**. Nova Jersey: Rutgers University Press, 2010.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2006.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2016.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros, raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019
- HORROR Noire: **A História do Horror Negro**. Direção de Xavier Burgin. Produção de Ashlee Blackwell, Danielle Burrows. Roteiro: Ashlee Blackwell, Danielle Burrows. [S.I]: Stage 3 Productions, 2019. P&B. Legendado.
- KING, Stephen. **Dança Macabra: o terror no cinema e na literatura dissecado pelo mestre do gênero**. Rio de Janeiro: Suma de Letras, 2012.

KING, Stephen. **Sobre a escrita**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LAROCCA, Gabriela Muller. **A REPRESENTAÇÃO DO MAL FEMININO NO FILME A BRUXA** (2016). Revista Gênero, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 88, 17 jan. 2019. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/rg.v19i1.1190>.

LAROCCA, Gabriela Müller. **DO MALLEUS MALEFICARUM AO CINEMA DE HORROR: a tradição do mal feminino e da mulher-bruxa em filmes da década de 1960**. 2021. 395 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

LAROCCA, Gabriela Müller. **O CORPO FEMININO NO CINEMA DE HORROR: gênero e sexualidade nos filmes Carrie, Halloween e Sexta-Feira 13 (1970 - 1980)**. 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MARX, Karl. **Para a crítica à economia política: coleção os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MEIKLE, Denis. **A history of horrors: the rise and fall of the house of hammer**. Plymouth, UK: Scarecrow Press, 2010.

PHILLIPS, Kendall R.. **A place of darkness: the rhetoric of horror in early american cinema**. Austin: University Of Texas Press, 2018.

PHILLIPS., Kendall R.. **Dark directions: Romero, Craven, Carpenter and the modern horror film**. Carbondale, Illinois: Southern Illinois University Press, 2012.

PHILLIPS, Kendall R.. **Projected fears: horror films and american culture**. Westport, Connecticut: Praeger Publishers, 2005.

PROJECT, Civil Rights History. **The Murder of Emmett Till**. Disponível em: <https://www.loc.gov/collections/civil-rights-history-project/articles-and-essays/murder-of-emmett-till/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ROGAK, Lisa. **Coração Assombrado: Stephen King - a biografia**. São Paulo: Darkside, 2015.

SHELLEY, Mary. **FRANKENSTEIN: ou o prometeu moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

THOMPSON, E. P.. **A formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v. Tradução de Denise Bottman.

THOMPSON. E. P. **A peculiaridade dos ingleses**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

THRIFT, Matt. **Tales From the Darkside: An interview with George A Romero**. 2013. Disponível em: <https://lwlies.com/interviews/george-a-romero-night-of-the-living-dead/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

WILLIAMS, Tony (org.). **George A. Romero: Interviews: conversations with filmmakers series**. Jackson, Mississippi: University Press Of Mississippi, 2011.

WILLIAMS, Tony. **The cinema of George A. Romero: knight of the living dead**. New York: Wallflower Press, 2015.

WHITTINGTON, James. **Exclusive interview with George A. Romero.** 2008. Disponível em: <https://www.horrorchannel.co.uk/articles.php?feature=exclusive+interview+with+george+a.+romero&category=interviews>. Acesso em: 24 abr. 2022.

## Luiz Rosemberg Filho: um cineasta “marginal”?

### Luiz Rosemberg Filho: a marginal filmmaker?

Izabella Cardoso da Silva

Mestra em História

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

iza.cardosog@gmail.com

**Recebido em:** 27/10/2020

**Aprovado em:** 23/08/2022

**Resumo:** Neste texto procuramos traçar as linhas gerais do debate a respeito das relações entre o cinema marginal e o cinema novo, através do estudo de caso representado pelo cineasta Luiz Rosemberg Filho, cuja produção mais importante se concentra nos anos 1970, comumente identificado pela crítica como um cineasta “marginal”. Para tanto, apresentamos informações sobre a trajetória cinematográfica do cineasta e mapeamos as relações políticas vigentes nos primeiros anos de funcionamento da Embrafilme, período em que vigorou a direção de Roberto Farias, ligado aos cinemanovistas. Objetiva-se entender estas ligações e tensões culturais entre os dois grupos importantes para o cinema do período e localizar a produção do cineasta Rosemberg, contribuindo para entender o lugar deste no cinema nacional e suas relações com a Embrafilme.

**Palavras-chave:** Rosemberg; Cinema Marginal; Embrafilme.

**Resumen/Abstract:** In this text we try to outline the debate about the relationship between the marginal cinema and the new cinema, through the case study represented by the filmmaker Luiz Rosemberg Filho, whose most important production focuses on the 1970s, commonly identified by critics as a “marginal” filmmaker. In order to do so, we present information about the filmmaker's cinematographic trajectory and map the political relations in force in the first years of Embrafilme's operation, a period in which Roberto Farias, linked to the “cinemanovistas”, was in charge. The objective is to understand these cultural links and tensions between the two important groups for the cinema of the period and to locate the production of filmmaker Rosemberg, contributing to understand his place in national cinema and his relations with Embrafilme.

**Keywords:** Rosemberg; Marginal Cinema; Embrafilme.

### Introdução

Neste artigo, procuramos mapear o círculo de sociabilidade do cineasta Luiz Rosemberg Filho, cineasta comumente ligado ao movimento marginal, e suas redes no campo cinematográfico no



contexto dos anos 1970, com o objetivo de compreender as relações estabelecidas entre Rosemberg, os cineastas do Cinema Marginal,<sup>1</sup> a Embrafilme e seu grupo de sociabilidade.

Escolhemos analisar o tema porque esse diretor foi pouco estudado pelos historiadores, tendo surgido, apenas recentemente, um interesse por sua obra, que tem uma forte inclinação a temas relacionados à história do Brasil. Neste artigo, nosso interesse voltou-se para identificar as redes de sociabilidade do diretor escolhido, de modo a entender as imbricadas relações estabelecidas entre Estado e cineastas naquele período, sendo que Rosemberg ocupa posição interessante neste meio, e o que defendemos, uma localização no “entre-lugar” entre os movimentos cinematográficos vigentes nas décadas em questão. Tal interesse de pesquisa se justifica na medida em que a produção cinematográfica dos anos 1970 parece ser um assunto que aguarda ainda ser explorado pelos historiadores. Através deste pequeno estudo de caso, pretendemos contribuir para os estudos a respeito.

As proposições teóricas trazidas por Pierre Bourdieu (2008) são interessantes para pensar os termos de trajetória, usado aqui para entender o percurso traçado pelo diretor em pauta. Para o sociólogo, o fato de que a vida constitui um conjunto coerente, pode ser incorporada pela expressão “intenção subjetiva” de um projeto, como o de realizar uma biografia, por exemplo. A vida organizada em uma história tem uma ordem cronológica e o relato do biografado tende a se organizar cronologicamente quando tomado pelo analista. O nome próprio é o suporte do que comumente se chama de “estado civil” do indivíduo, isto é, um conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade). Produto do rito da instituição que incorpora o indivíduo à existência social, é objeto dos ritos de nomeação através do qual é construída a identidade social.

---

1 Sobre a autenticidade do termo marginal, Fernão Ramos destaca que há uma primeira dificuldade na definição do que seria chamado de Cinema Marginal. A falta de manifestos e projetos identificados pelos cineastas faz com que perguntemos sobre a coesão deste tipo de produção. Ademais, esta e outras questões, como condições desfavoráveis de produção, num período de intenso cerceamento político, torna o objeto em questão de difícil acesso. Neste sentido, o autor realiza um apanhado de mostras, entrevistas, reportagens correspondentes aos anos 1970, que enquadram o movimento e seus cineastas. De toda forma, vale lembrar que a ruptura com o Cinema Novo, os pais da cinematografia nos anos 1960, foi fundamental para o desenvolvimento de outra estética. Segundo Ramos, em meados de 1970, o grupo cinemanovista passa a se preocupar sobremaneira com o mercado, e abandona a ousadia e o radicalismo narrativo, caminhando para um tipo de cinema-espetáculo e este fator seria determinante para a origem da ideia de marginalidade de outro tipo de cinema. (RAMOS, 1988, p.74)

Segundo Bourdieu, a noção de trajetória corresponde a uma série de “posições ocupadas por um mesmo agente num espaço em que ele próprio é um devir, estando sujeito a inúmeras transformações.” (BOURDIEU, 2008, p. 81). Compreender a trajetória de um indivíduo implica em considerar os percalços dessa trajetória, o aspecto caótico e descontínuo da vida real:

(...) não podemos compreender uma trajetória (isto é, envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo espaço de possíveis. Essa construção prévia é também condição de avaliação de qualquer avaliação rigorosa do que poderíamos chamar de superfície social, como descrição rigorosa de personalidade designada pelo próprio nome (...) que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que permitem sua intervenção como agente eficiente nos diferentes campos. (BOURDIEU, 2008, p. 82).

Para reconstruir as relações estabelecidas entre cineastas e políticas de Estado, utilizamos entrevistas, depoimentos e escritos de Luiz Rosemberg Filho, além da historiografia sobre a Embrafilme. Por serem fontes secundárias no âmbito geral de nossa pesquisa de mestrado, ou seja, tratam-se, na maioria, de entrevistas realizadas por outros estudiosos, não usaremos o aporte teórico da História Oral. No entanto, cada uma das entrevistas citadas foi considerada de acordo com a leitura da bibliografia sobre o tema, comparadas entre si e cotejadas em acordo com as análises apresentadas por Antonio Amancio da Silva, estudioso do cinema brasileiro.

Neste percurso, tornou-se pertinente compreender historicamente a fundação da Embrafilme, em 1969, e as gestões de Roberto Farias – período em que se concentra grande parte da produção cinematográfica do cineasta em pauta. Buscaremos tensionar as relações emaranhadas entre política cultural de Estado e Cinema Marginal, através do estudo de caso de Rosemberg.

Para entender a obra do cineasta como pertencente ao Cinema Marginal seria preciso enquadrar Luiz Rosemberg Filho e sua obra no contexto da produção cinematográfica dos anos 1970, atentando para os artistas envolvidos neste grupo. Caberia, também, a verificação de sua presença em mostras e em grupos de sociabilidade ligados ao círculo do dito cinema marginal no decênio 1970-1980. Essas relações, porém, impõem certos problemas, uma vez que não é possível identificar um movimento estético coeso em se tratando do tipo de cinema que estudamos. Para além desse percurso, é preciso considerar que os cineastas sempre modificam suas proposições artísticas e seu *écran* de sociabilidade,

além de mudarem suas próprias filiações estéticas ao longo da carreira. Para o caso específico do movimento marginal não temos manifestos nem coesão entre os diretores apontados como tais pela crítica – temos, sim, estilos tão variados como os de Rogério Sganzerla e Carlos Reichembach –, o que ademais, dificulta a definição e o enquadramento.

As contribuições trazidas por Pierre Bourdieu parecem ser úteis para pensar o caso desses cineastas de que tratamos. Para o autor, o risco de classificar grupos teóricos por uma decisão do pesquisador pode induzir a erros. A proximidade do espaço social predispõe a aproximações, e as pessoas mais inclinadas a se aproximar; porém, isto não significa que elas possam exatamente ser agrupadas na mesma classe; ou seja, num grupo coeso e com objetivos comuns. Crítico a Marx, Bourdieu defende que as classes são sobretudo alvo de lutas. Todavia, negar a existência de classes sociais é negar princípios de diferenciação. As classes sociais não existem, mas o que existe é um espaço social, “um espaço de diferenças, no qual as classes existem (..) como algo que trata de se fazer” (BORDIEU, 2008, p.14).

O mundo social é construído pelos agentes de modo individual e coletivamente, na cooperação e no conflito: a posição ocupada por cada um no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capitais, causa as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.

É preciso construir o espaço social de acordo com a posição que cada indivíduo ocupa neste meio. As classes são noções lógicas, em teoria já determinadas e homogêneas no papel; compostas por agentes que exercem posição idêntica no espaço social. Não se trata de concebê-las como classes atuantes no sentido marxista do termo, e sim no empenho para um trabalho de fabricação, de construção de si (no sentido de E.P. Thompson), cujo alcance de sua ação pode ser presumido, mas não é automático simplesmente porque os indivíduos pertencem à mesma classe. Seguindo a teoria proposta por Bourdieu, é possível compreender melhor as relações estabelecidas entre os cineastas que propomos analisar. A classe aqui será entendida como o grupo de cineastas, que assumiu diferentes posicionamentos ao longo do tempo de nosso recorte, implicando em embates e lutas culturais no tenso diálogo entre cineastas e Estado.

Para seguir com as reflexões, é preciso demarcar que “cultura brasileira” será entendida como problema político presente no debate intelectual e na produção artística dos anos 1970. É importante, conforme afirma Marcos Napolitano, entender o campo da cultura à luz de suas próprias contradições históricas e impasses. As obras que trouxeram temas políticos, ou que possuíam diferentes posicionamentos ideológicos críticos ao regime militar são hoje material rico para o historiador. Tais produções artísticas encontram no cinema lugar privilegiado de atuação e de debate de oposição ao regime; mesmo que elas guardem íntimas relações com seu meio de realização.

Dentro dos amplos debates historiográficos sobre a adesão da sociedade e seu colaboracionismo ao regime militar, que visam matizar e amplificar o conhecimento sobre o período, existe um diagnóstico de que houve uma tensão entre a “resistência” e a “colaboração” ao regime em razão da imbricação entre a produção cultural dos artistas engajados e a política cultural do período. Conforme indica Marcos Napolitano, um caminho profícuo para o historiador seria investigar a resistência e a colaboração “devidamente inseridos no conjunto do campo social (...) [sendo possível perceber os] circuitos sociais e instituições” vigentes no período analisado. (NAPOLITANO, 2017, p. 13)

Neste artigo, nosso foco recairá sobre o meio cinematográfico, no período analisado, os anos 1970, em que a arte de cineastas engajados se encontrou com a política cultural para o cinema do regime militar, corporificada na Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), que financiou, distribuiu e produziu inúmeras obras cinematográficas a partir de setembro de 1969, ano de sua criação. Nossa intenção é situar o cineasta Luiz Rosemberg Filho nessa relação entre resistência e colaboração que parece ter permeado o meio cinematográfico e a própria Embrafilme.

### **Rosemberg: um cineasta maldito?**

Neste item, procuramos compreender por que Rosemberg foi inserido pela crítica imediata aos anos 1980 como um cineasta “marginal”.

Luiz Rosemberg Filho (1943-2019) iniciou sua carreira como secretário-geral do INC (Instituto Nacional do Cinema) por intermédio de Antonio Moniz Vianna, durante a segunda metade dos anos 1960. Antes de iniciar a carreira no cinema, como artista plástico e ensaísta, áreas que consolidaram sua carreira, foi repórter de uma agência de jornalismo paulistana com filial no Rio de Janeiro. Fazia

cobertura de eventos sindicais e políticos. Como realizador, empreendeu ao todo mais de cinquenta filmes (entre curtas e longas-metragens)<sup>2</sup>. Iniciou em 1968 filmando *Balada da Página 3*. Em 1970 realizou *O Jardim das Espumas*<sup>3</sup>. Após realização do filme, deixou o Brasil e foi para Paris, onde permaneceu por quatro anos. De volta ao Rio de Janeiro, realizou *Assuntina das Américas* (1976)<sup>4</sup>, uma denúncia alegórica contra o imperialismo e a presença de Hollywood no Brasil. Esse também foi financiado pela Embrafilme – graças ao auxílio prestado por Joaquim Pedro de Andrade, que foi à empresa pedir dinheiro em nome do amigo.

O filme de 1976 enfrentou inúmeros problemas com a censura federal, tendo sido liberado apenas para exibição estrangeira. Mas é com *Crônica de um Industrial* (1978) que o cineasta se torna mais conhecido. Trata-se do segundo filme de Rosemberg distribuído pela Embrafilme e proibido pela censura até mesmo para exportação, não podendo participar do Festival de Cannes, de 1978, para o qual foi indicado. Apenas em 1980 foi liberado para exibição nacional e participou da Quinzena dos Realizadores, em Cannes, em 1979, depois do importante papel da crítica pronunciando-se em seu favor.<sup>5</sup>

O filme conta com forte influência do Cinema Novo<sup>6</sup>, sendo inegável o diálogo e as referências diversas do autor (que vão de Brecht a Camus), e nas palavras de seu criador seria “a angústia da não resistência ao fascismo”, ao narrar a trajetória de um industrial ex-militante de esquerda e incapaz de

---

2 Conforme destaca Renato Coelho: “Rosemberg inicia sua trajetória artística com a pintura e passa a se interessar pelo fazer cinematográfico no começo dos anos 1960, quando frequenta reuniões do CPC da UNE. No CPC se aproxima de figuras como Oduvaldo Vianna Filho e Leon Hirszman, Eduardo Coutinho, entre outros”. (Notas sobre a trajetória de Luiz Rosemberg Filho, COELHO, Renato. In: **Rosemberg 70**. Cinema de Afeto, Rio de Janeiro: Caixa, 2015.).

3 Longa-metragem que narra a história de um planeta alegórico dominado por ditadores extremos, que recebe a visita de um emissário estrangeiro interessado em realizar negócios com os habitantes locais. Antes de encontrar os governantes, ele é sequestrado por um grupo dissidente que denuncia a condição real de seu país e do povo massacrados pelas autoridades. Em 8 abril de 2019 foi realizada uma mostra do filme no IMS Paulista.

4 Este filme conta a trajetória de Assuntina, uma mulher que quer ser atriz, transgressora. O filme funciona como uma alegoria crítica ao capital estrangeiro, notadamente norte-americano, além de ser uma crítica à modernização conservadora em voga à época, sendo um dos filmes mais importantes de Rosemberg e que carece de estudos aprofundados.

5 Em 1980, o filme foi liberado a pedido de Nelson Pereira dos Santos junto ao então ministro João Paulo Reis Veloso. Inicialmente a exibição internacional foi satisfeita, sendo a exibição nacional liberada por último. Ver a entrevista concedida por Rosemberg a um conjunto de estudantes de cinema em 2018 e posteriormente publicada no acervo pessoal *Crônica de um cineasta*.

6 O Cinema Novo foi um movimento cinematográfico nos anos 1960 conhecido por tratar de temáticas sociais, de temáticas notadamente politizadas, relacionadas aos problemas enfrentados no Brasil do período. O movimento defendido principalmente por Glauber Rocha, um de seus principais nomes, tinha inspiração a partir da Nouvelle Vague e do Neorealismo Italiano. O movimento nasceu em oposição aos filmes brasileiros produzidos até então, com forte apelo hollywoodiano, ignorando os aspectos nacionais. Entre seus principais realizadores destacam-se Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Gustavo Dahl, Ruy Guerra, Paulo César Saraceni. Os filmes mais conhecidos são *Dens e o diabo na terra do sol*, *Terra em transe*, *Cinco vezes favela*, *Vidas Secas* e *O desafio*.

combater o imperialismo, traidor de seus ideais do passado, que adere cinicamente ao regime militar, colocando-se frente à barbárie.

Além da produção áurea de 1960 e 1970, o cineasta produziu inúmeros curtas e médias-metragens nos anos 1980, sem financiamento estatal, como o caso de *Vampiros*, *Adyos, general* e *Viva a morte* (no qual atua como roteirista).

Em 1991 dirige o curta *Cinema Novo*, curta em vídeo contando com depoimentos de Mário Carneiro e Sérgio Santeiro sobre o movimento. Após décadas realizando curtas, em 2014, Rosemberg volta ao longa-metragem com *Dois casamentos*, e em 2015, com *Guerra do Paraguai*. Além da produção de colagens, e fotocolagens escreve para inúmeros periódicos ligados ao cinema como a *Cineolho*, *Cine Imaginário* e *Versus*. Atualmente ainda mantém canal fixo de diálogo com o público através da *Revista Moviola*, periódico virtual.<sup>7</sup>

Com *Balada da Página 3*, sua estreia no cinema, conta com fotografia de Mario Carneiro e argumento de Ruy Guerra. No longa *América do Sexo* (1969), participa ao lado de outros cineastas estabelecendo diálogo com o cinemanovista Leon Hirszman. Além dessas associações, é inegável o peso do Cinema Novo em sua obra e no sentido antropológico que adquiriu o cinema para Rosemberg ao fazer um cinema de reflexão, eminentemente político. Ao lado de inúmeras referências estéticas encontradas em seus filmes, há também a aproximação de Glauber Rocha no período que passou em Paris. Há um verbete dedicado a Rosemberg em *Revolução do Cinema Novo* sem poupar elogios e admiração. Em razão dessas referências, Rogério Sganzerla teria lhe dado a alcunha de “espécime do Cinema Novo”.

De todo modo, há que se matizar que suas obras alcançaram menor projeção que as dos cinemanovistas, ficando em circuitos como os do MAM e Paissandu, além de Cine Joia, no Rio de Janeiro, diferentemente da projeção do Cinema Novo, que alcançara o ápice na realização de seus pressupostos adotados parcialmente pela Embrafilme, e no interior dela, na gestão Roberto Farias. É a crítica, porém, a responsável por distanciar o cineasta daqueles de sua geração, enquadrando-o ao movimento marginal a partir de 1980. É principalmente o trabalho de Fernão Ramos *Cinema Marginal*

---

<sup>7</sup> Até janeiro de 2019. Rosemberg veio a falecer em 19 de maio de 2019 no Rio de Janeiro, em decorrência de complicações de câncer, aos 75 anos.

– *a representação em seu limite* (1986) que se encarrega de localizar diretor e obra como indissociáveis do grupo marginal. Renato Coelho destaca:

Apesar de inseridos em um mesmo recorte, as afinidades entre Rosemberg, Sganzerla e Bressane [cineastas marginais] nunca foram muito além do plano superficial. O diretor não chegou a ter uma convivência rotineira com a dupla de fundadores da Belair, muito embora houvesse certa proximidade através de amizades em comum (Eliseu Visconti, José Sette, Andrea Tonacci). No panorama afetivo e movediço de Rosemberg, certa vez foi declarado: “O Júlio Bressane se permite um tipo de discurso onde a liberdade é mais importante que a proposta. Acho que do termo do cinema independente ele é o único que sobra”. O depoimento foi dado pelo diretor em 1978, quando da divulgação de *Crônica de um Industrial* (COELHO, Op. 2015, p. 42).

No contexto da polarização entre marginais e cinemanovistas é inegável a presença da experiência de Maio de 1968. Esta é visível na filmografia de Rosemberg, especialmente a influência do cinema de Godard, cujos filmes acompanhou de perto quando de sua temporada em Paris. Tensionado entre dois grupos com os quais ele não chegou jamais a compor ciclos de exibição, Rosemberg acompanha os debates e as lutas culturais dos anos 1960 e 1970.

Veremos a seguir, a relação entre Rosemberg e a Embrafilme, explorando as circunstâncias em que produziu seus filmes, a fim de melhor compreender como o realizador se relacionou com a política cultural dessa empresa, e se é possível identificar como se deu sua “resistência” e sua “adesão”. Para isso, faremos um breve histórico da Embrafilme, e do papel encampado no meio cinematográfico.

### **A atuação da Embrafilme no contexto das lutas culturais dos anos 1970**

Questionado sobre a relevância da Embrafilme para o cinema brasileiro, o cineasta Rosemberg conta sobre sua própria condição: nascido no seio de uma família de classe média (COELHO, 2015, p. 21) recorreu como muitos na década de 1970 ao financiamento estatal, que foi responsável pela distribuição de alguns de seus filmes, como *Crônica de um industrial* e *Assuntina das Américas*.<sup>8</sup> Então a Embrafilme cumpriu função importante: a de promover o cinema brasileiro, projeto já defendido por cineastas do Cinema Novo e incorporado a partir de 1969, ano de sua fundação pelo Estado. Apesar das questões ideológicas, Antonio Amancio da Silva destaca que quando o roteiro era avaliado para ser aprovado, as comissões do órgão não assumiam o papel de censoras e sim o de seletoras das obras

---

<sup>8</sup> Conforme o cineasta relatou em entrevista concedida à autora no dia 06 de outubro de 2017, no Rio de Janeiro.



mais rentáveis, bem como a tarefa de julgar o currículo do diretor e da comissão de realizadores e equipe técnica. (AMANCIO, 2000, p. 48)

Do ponto de vista dos realizadores, a Embrafilme era muito importante enquanto uma instituição oficial e ligada ao Estado militar. No entanto, não é porque um cineasta era de esquerda que não iria recorrer a ela. Esse aspecto é bem menos complicado para o cineasta do que pode parecer hoje ao analista, se pensarmos que os diretores precisam rodar seus filmes e ter condições objetivas para tanto. É nesse aspecto que se faz necessário nos distanciarmos das interpretações clássicas que caracterizaram o dito cinema marginal como um tipo de cinema independente e de baixo custo.<sup>9</sup> No caso específico de Rosemberg, lembremos que ele integrou o Instituto Nacional do Cinema (INC) e se tornou pessoa de confiança de Antonio Moniz Vianna, secretário-executivo da instituição precursora da Embrafilme.<sup>10</sup>

Importante perceber então que a atribuição do termo “marginal” à produção cinematográfica dos anos 1970 é uma questão presente na crítica da década de 1980 e posterior ao filme *Crônica de um industrial*, por exemplo.<sup>11</sup> A partir daí, Rosemberg foi associado às mostras realizadas por críticos em cineclubes e sua produção ganhou a característica de “marginal”. Se considerarmos esse dado, é possível antever que no período de realização do filme e do cineasta não havia a defesa de um tipo de produção alinhada a determinado grupo, tanto do ponto de vista estético quanto político.<sup>12</sup>

Em entrevista realizada em 1981, o diretor afirma que ao invés de a Embrafilme servir ao desenvolvimento do cinema brasileiro acabou servindo a grandes corporações capitalistas e desrespeitando o poder de decisão e autonomia dos realizadores do filme. Por isso mesmo, Rosemberg preferiu denunciar a arbitrariedade e ampla burocracia presentes na empresa, que para ele, cedeu

---

9 Interpretação clássica neste sentido é a de Fernão Pessoa Ramos em *Cinema Marginal (1968-1973): a representação em seu limite*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. Além deste, há também o livro de Jairo Ferreira, *Cinema de invenção* e de Eugenio Puppó, *Cinema Marginal Brasileiro: filmes produzidos nos anos 60 e 70*. 2ª edição. São Paulo: Heco Produções, 2004.

10 Antonio Moniz Viana foi crítico do *Correio da Manhã* e comumente associado pela esquerda artística como uma figura de direita encabeçando o INC, antecessor da Embrafilme e extinto em 1969. Por sua proximidade e simpatia com Luiz Rosemberg, o cineasta passou por maus momentos com outros cineastas tidos pela crítica como combativos e underground. Fonte: Entrevista concedida pelo cineasta à autora em 06.10.2017.

11 Sobre a crítica ao cinema de Rosemberg nos anos 1980, ver Fernão Ramos (1984) e Jairo Ferreira (1989).

12 Consultar ESTEVES, Leonardo e COELHO, Renato. *Rosemberg 70: Cinema de Afeto*. Rio de Janeiro: Mostra Caixa Econômica Federal, 2015. Neste livro, existe uma reunião de textos produzidos ao longo da década de 70 sobre o cineasta por diversos críticos e reunidos pelos curadores da Mostra especialmente dedicada ao cineasta. Há nos filmes do diretor diversas referências literárias e de cinema. Godard, Shakespeare, Brecht, Benjamin, Neorealismo italiano, Glauber, o que não o aproxima tanto de uma estética caracterizada como marginal, conforme entrevista concedida à autora em 06.01.2017.

facilmente às regras do mercado:

Dentro da referida empresa, nada funciona, a não ser a eterna perseguição aos cineastas independentes. Face ao discurso do imaginário, o dr. Celso Amorim entende o cinema como uma ameaça ao comportamento de interventor. Para que o cinema continue amarrado à ignorância do capital, ele usa como linguagem em sua gestão a brutalidade de seus cães de guarda. (COELHO, 2015, p.12)

Mesmo com árduas críticas ao funcionamento da empresa, é importante ressaltar que o cineasta contou algumas vezes com verbas daquela. Embora fosse de estrutura rígida, funcionava como uma seguradora que fornecia empréstimos aos cineastas, que depois, mediante determinadas taxas de juro, conforme o mercado, devolviam o dinheiro, além de precisarem de fiadores que cedessem propriedades como garantia de quitação da dívida. (AMANCIO, 2000, p. 38). O processo de seleção dos filmes a serem financiados ou distribuídos demandava que a empresa soubesse exatamente o que financiaria, o que implica considerar que as comissões julgadoras deveriam conhecer o roteiro e argumento, além de uma ficha básica do diretor e da equipe de realizadores. Amancio da Silva argumenta que durante a gestão de Roberto Farias (1974-1979), a comissão julgadora montada foi desfeita a mando do dirigente, sob a alegação de que ela não deveria exercer papel de censora ao realizar pareceres. Para termos uma ideia, o financiamento de produção era decidido pela SUPROD (Superintendência de Produção) criada em 1977, e que levava em consideração critérios como direção e produção.

Como a Embrafilme acaba incorporando os cineastas aos seus projetos? Desde o INC (Instituto Nacional do Cinema) existe um debate em torno do financiamento cinematográfico e sua viabilidade. Há, ao menos, dois grupos ligados a essa luta, aquilo que José Mário Ortiz Ramos chamou de nacionalistas e universalistas, sendo este apoiador da criação do INC, em 1966. Tanto que o grupo cinemanovista se contrapôs ao projeto ressaltando seu caráter hollywoodiano e entreguista. Vale ressaltar, no entanto, que o presidente da Motion Pictures no Brasil, Harry Stone, se colocou pessoalmente contra a criação do instituto, tendo movido uma ação judicial contra o mesmo. O projeto de criação foi enviado ao Senado por Jorge Amado em 1954, então deputado federal. Apenas em 1966 o instituto foi criado pela junta militar no poder.

Posteriormente, nos anos 1960, a Embrafilme foi criada, vindo a ser a realização de uma luta que se ligou a uma crença defendida pelos artistas da época: a neutralidade do Estado perante a cultura. Então os cineastas acreditaram ser ela um órgão importante, capaz de viabilizar o cinema brasileiro de

modo a restringir a presença do cinema estrangeiro no país, concedendo autonomia ao cinema nacional, feito pelos brasileiros. O discurso da neutralidade do Estado é repetido pelos cinemanovistas, especialmente por Glauber e Cacá Diegues. Segundo José Mário Ortiz Ramos:

(...) a concepção de Estado neutro vai acompanhar a trajetória dos cinemanovistas, sempre imersa em dois equívocos: não aprendeu a criticar a nova configuração do bloco no poder, comprometido com o grande capital nacional e internacional; e efetuar uma disjunção entre o plano econômico e cultural, da primeira cuidando o Estado e sendo tarefa reservada aos cineastas, com total autonomia, o dilaceramento dos rumos culturais e ideológicos do Cinema. Bem mais amplas, no entanto, seriam as perspectivas do Estado pós-1964, e se os cineastas insistiam em desvincular ação econômica e ação cultural, em sentido inverso prejudicavam os direitos estatais, então em fase embrionária. (RAMOS, 1983, p. 57)

Para o grupo do Cinema Novo, desde que o Estado pudesse promover a autonomia na área cultural, seria possível apoiar a Embrafilme, tanto que as relações orgânicas estabelecidas entre Estado e cinemanovistas chegou ao ápice na gestão Roberto Farias –cineasta e produtor, dono da Ipanema Filmes e indicado ao cargo de diretor-geral pelo pai de Carlos Diegues, que era Secretário da Cultura à época da ditadura. Em sua gestão, Gustavo Dahl assumiu a SUPROD (Superintendência de Produção na Embrafilme), o que evidencia outra ligação íntima entre cinemanovistas e Estado. Sobre esse novo contexto, Carlos Diegues defendeu:

O que eu sei é o seguinte: o golpe de abril correspondeu a um momento em que o cinema brasileiro se aprofundava, isto é, saía daquela fase de um puro intervencionismo social, de uma crônica paternalista da sociedade brasileira, e passava com *Vidas Secas*, e mais violentamente com *Deus e o diabo*, a uma faixa antropológica de aprofundamento na própria cultura do homem brasileiro, atrás de um absoluto. (...) Policialmente, nada se pode prever; politicamente, não é o golpe de estado que vai alterar o que pensamos do Brasil; e culturalmente, estamos numa faixa muito mais profunda para que sejamos atingidos por uma coisa eventual. O problema, fundamental, portanto, está nas consequências econômicas do movimento de abril. (AMANCIO, 2000, p. 47).

Aqui, começa a ser pensada, ao lado de *A estética da fome*, o manifesto mais importante do Cinema Novo, um sentido para o cinema nacional, em busca do autêntico homem brasileiro. Então aparece essa questão, importante para o período, da busca do que seria o homem brasileiro. Por um lado, o Cinema Novo, nas vozes de Glauber Rocha e Carlos Diegues, defende a preocupação de que o Estado se encarregue da área da cultura, do mesmo modo que deveria gerir a economia.

De um lado temos a Embrafilme tentando se articular para controlar a produção de cinema nacional e de outro, o grupo de cineastas que se vê pressionado em apoiar a atuação do Estado na produção de cinema, indo a ele e se beneficiando dele. Vale lembrar as reuniões realizadas entre Diegues, Luís Carlos Barreto e Jarbas Passarinho, então ministro. Assim, aos poucos, a forma da Embrafilme é tomada, na esteira dessas relações bastante orgânicas.

No começo da década de 1970, José Mário Ortiz Ramos e Ismail Xavier destacaram ter havido certa desorientação no meio cinematográfico, em razão do apoio dado anteriormente ao Estado. Defender o cinema nacional ou não? Tal crise é logo resolvida com a Política Nacional de Cultura Militar em 1975, coroando as relações entre Estado, cinema e mercado. Também a entrevista de Maurício Azedo, ligado ao PCB condena o grupo do Cinema Novo por sua ligação com o Estado e serve para nos mostrar que de fato a questão dos entrelaçamentos entre Estado e cinema naquele período fez parte do debate cultural:

Os 68 milhões de cruzeiros atribuídos pelo governo federal à Embrafilme para a produção de fitas no País subiram à cabeça de alguns cineastas brasileiros, que na ânsia de pôr a mão nesses recursos, (...), estão justificando uma adesão incondicional ao poder. (...) O açodamento com que certos cineastas do Cinema Novo oferecem adesão ao governo reflete as dificuldades em que se encontram os produtores e diretores de cinema, que perderam as perspectivas profissionais, (...) - e também um pouco do pudor. (...) De olho na verba, (...) Saraceni faz a apologia do governo. (...) Ao contrário de Glauber, que está fazendo filmes no exterior com recursos de produtores dos países que percorre (...), Saraceni procura apenas sustentação política para obter os Cr\$ 3 milhões necessários à realização de seu filme *Anchieta, José do Brasil*. (...). (ADAMATTI, Margarida, 2019, p. 232)

Antonio Amancio da Silva argumenta que o grupo de cinemanovistas foi beneficiado durante a gestão Roberto Farias, assim como seu grupo de simpatizantes, que não pertenciam ao Cinema Novo, como Rosemberg. Neste período, Roberto Farias resolve implantar um sistema de financiamento de filmes, baseando-se em critérios objetivos. Nesse meio está também Gustavo Dahl, que apoia o governo militar e Ernesto Geisel. Vale ressaltar que no início de sua carreira, este diretor fez *O bravo guerreiro*, crítico ao golpe de 1964. (AMANCIO, 2000, p. 103)

Randal Johnson tem uma argumentação contrária à ideia de cooptação para explicar a relação entre Estado e cineastas. Para ele haveria sim uma convergência de interesses comuns sob a vigilância

da censura, não sendo possível pensar esta questão apenas pelo viés da resistência ou cooptação. Ele argumenta:

The state, by its very nature, determines the parameters within which artists may act; in the case of the cinema these are delimited not only by state mechanisms such as production financing and censorship, but also by the dictates of the marketplace, and the filmmaker has relative freedom as long as he or she stays within these parameters. The state has a monopoly on the use of coercion. It obviously can control what the public see through the exercise of censorship; however, it would prefer to control cultural production through consensus or hegemony rather than coercion. The increased state intervention in the film industry which occurred in the mid-1960s and intensified in the early 1970s can be seen as part of a broader state policy designed to attain hegemony and indirect, if not direct, control over many areas of cultural production. (JOHNSON, Randal, 1987, p.23)

Deste modo, o controle exercido pelo Estado na política cultural serviria para demonstrar sua hegemonia na área. Assim, ao invés de exercer controle apenas pela censura, era muito mais potente exercer o poder através do apoio ao que deveria ser ou não visto pelo público. Tal política se encontraria com a gama de interesses regidos por alguns grupos de cineastas, entre eles o mais importante, o do Cinema Novo, que por sua vez, também tinha o interesse de promover a cultura nacional em “oposição aos interesses dos colonizadores” e formar uma indústria nacional do cinema brasileiro contra Hollywood.

Agora pensemos a inserção de Rosemberg na rede de relações dos cineastas nos anos 1970. Para tanto, retomemos os debates em torno da criação da Embrafilme, em 1969.

Pensada como uma empresa de economia mista, era vista pelos cineastas como empresa neutra (por ser estatal) e que deveria servir para viabilizar e desenvolver o cinema nacional, contrapondo-se aos interesses do imperialismo. No fundo desses temas, da parte dos cinemanovistas, está a busca do autêntico brasileiro que deveria se realizar no campo da cultura, o que não está em contradição com o projeto estatal sobre o cinema cujo coroamento ocorre em 1975 com a Política Nacional de Cultura. Renato Ortiz e Enio Squeff apresentam interessante discussão sobre o nacional-popular na cultura brasileira, desde o governo Vargas.<sup>13</sup>

*Crônica de um industrial* foi parcialmente financiado e distribuído pela Embrafilme, contando com verba total de trezentos mil cruzeiros para finalização do projeto. (AMANCIO, 2000, p.165).

---

13 Consultar: O nacional e o popular na cultura brasileira. SQUEFF, E. WISNIK, J. M. *Música*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Porém, no ano de seu lançamento, Rosenberg encontrou inúmeras dificuldades financeiras, além de problemas com a censura e com a distribuição. Sobre o embate travado com a distribuidora, o cineasta argumentou:

A velha Embrafilme deu um avanço de distribuição com o filme já todo rodado, e o finalizamos com o pouco que nos deu. (...) Em Cannes, onde foi exibido na Quinzena dos Realizadores, um bom distribuidor se interessou em vendê-lo para vários países da Europa, mas como estava proibido no Brasil pela imbecilidade da censura, o mataram em Cannes mesmo. (COELHO, 2015, p.19)

Durante a gestão Roberto Farias ocorreram alguns desentendimentos quanto às priorizações de filmes. Existiam ao menos dois lados em disputa naquele momento: o de Farias, que segundo Amancio da Silva, preconizava a produção, e o de Gustavo Dahl, a distribuição de filmes.

Já pontuamos que o processo de escolha para as obras serem financiadas na Embrafilme privilegiava aspectos classificatórios e critérios objetivos, e neles, pesava o currículo dos realizadores e produtores. Também era importante a opinião consultiva que exercia Roberto Farias, conforme Nelson Pereira dos Santos:

A escolha sofria pressões, é claro. Antonio Cesar tem razão. Tinha que batalhar por certos projetos. Havia um conselho, havia uma patota que decidia, então era assim. Zelito, Joaquim, eu, Cacá, Barreto...A gente discutia, tem que dar pra fulano, é bom, aquele não vale, e tal, era neste sentido. (AMANCIO, 2000, p. 101)

Tais informações são confirmadas por Roberto Farias, que não chega a negar seu peso de decisão para o apoio dos projetos a serem financiados, apesar de negar o império de favoritismo dentro da empresa:

Eu tinha uma assessoria: o Gustavo, a Ruth, o próprio Antonio Cesar. Mas, jamais...Podia haver alguém dizendo assim: olha, o fulano tem um pedido aí, é um profissional de talento, não sei mais o quê, isto poderia acontecer. Mas ele só era financiado se ele estivesse enquadrado dentro daqueles critérios, se estivesse na vez dele, não tivesse outro preenchendo melhores requisitos do que ele. O próprio estatuto da Embrafilme, naquela época, dava ao diretor-geral a responsabilidade de aplicação de qualquer centavo; a responsabilidade era do diretor-geral da Embrafilme. (...) Apesar de o projeto já vir enquadrado pelo Antonio Cesar, no final, a decisão era exclusivamente minha. (AMANCIO, 2000, p. 112)

Entender o *modus operandi* da Embrafilme nos parece fundamental, uma vez que o período que se localiza nosso objeto de estudo envolve importantes debates na cena cultural. De fato, em 1978

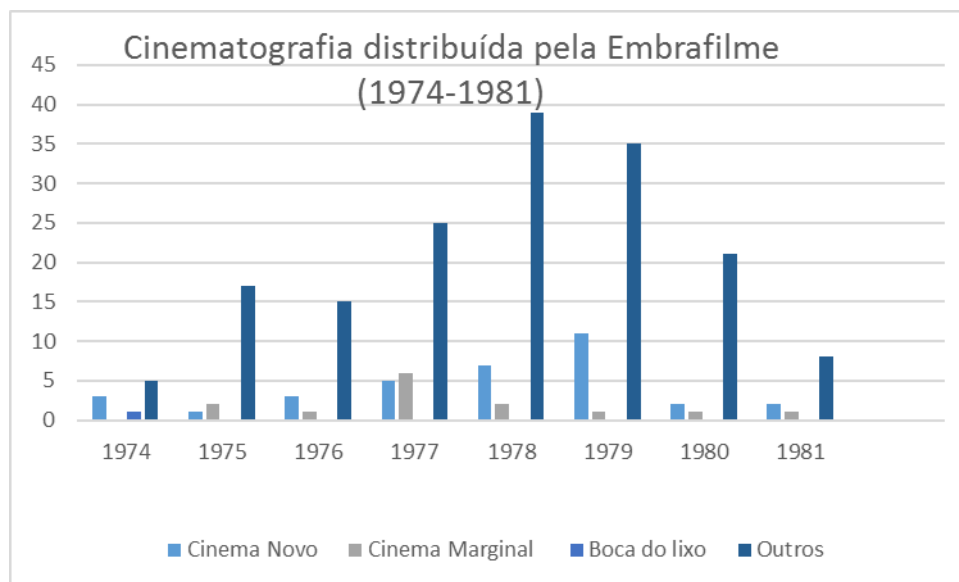
ocorreu dentro da referida empresa embates entre dois polos ideológicos diferentes: Gustavo Dahl, então gerente da Superintendência de Produção (SUPROD) e Roberto Farias, diretor-geral. Com Farias, havia a defesa de que “se a Embrafilme não pudesse ser a produtora integral de um filme, ela passaria a assumir os riscos da atividade, associando-se à categoria de diretores e produtores”. (AMANCIO, 2000, p.103). Neste embate, para Dahl, a consequência imediata das ações culturais promovidas por Farias teria sido um exagero no tocante ao financiamento de filmes independentes, com pouco critério de seleção, o que era penoso, dada a capacidade e os recursos governamentais direcionados para o cinema.

*Crônica de um industrial*, por sua vez, é de produtora de menor alcance, do próprio diretor. Apenas após o filme estar praticamente pronto é que conseguiu verbas via Embrafilme para ser finalizado.

De todo modo, é preciso destacar que ainda que os filmes marginais tenham contado com financiamento da Embrafilme, na porcentagem total de filmes financiados, os tidos como “marginais” são bem menores em relação aos filmes dos demais movimentos cinematográficos da década de 1970. No gráfico abaixo, segundo as informações trazidas por Antonio Amancio da Silva, é possível perceber a porcentagem de cada “movimento” no quadro geral da década, sendo que o apoio aos marginais é intermitente, porém bastante inexpressivo comparado aos demais filmes.



**Gráfico 1:** Relação dos filmes financiados pela Embrafilme no período de 1974 a 1981



Fonte: SILVA, Izabella. Uma análise histórica do filme *Crônica de um Industrial*. Dissertação de Mestrado. 144f. Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESP, 2020.

### A produção marginal e cinemanovista

Dadas as mudanças de posicionamento a partir do período 1968-1970, o que é interessante destacar no tocante à produção marginal está relacionado à isenção da obra em relação ao compromisso de transformar a sociedade, distanciando-se dos pressupostos dos cineastas mais velhos. Fato esse ligado a uma primeira constatação: a de que “não se pode fazer nada”, nas palavras do cineasta Rogério Sganzerla (diretor ligado ao Cinema Marginal, quanto aos rumos da política do país. Como consequência, a curtição, o avacalho passaram a ser temas recorrentes nas obras marginais. Apesar de não haver manifestos do movimento, Fernão Ramos em *Cinema Marginal* argumenta que havia elementos suficientes para apontar uma coesão estética e localizar os diretores na cinematografia nacional. Dentre os elementos mais importantes para essa caracterização, o autor destacou a fragmentação narrativa (em que a intriga não é central na trama), o uso de planos longos e o dilaceramento existencial das personagens, bem como os já mencionados: a curtição e o avacalho. (RAMOS, 1983, p.79)

Andréa Tonacci, Rogério Sganzerla, Julio Bressane, André Luis de Oliveira, José Mojica Marins, Sérgio Bernardes, Carlos Frederico, Ivan Cardoso, João Callegaro, Sylvio Lane, Ozualdo Candeias, Neville d’Almeida, Carlos Ebert, João Silvério Trevisan, Eliseu Visconti, Carlos

Reichenbach, Luiz Rosemberg Filho, José Agripino de Paula são os cineastas que o autor identifica como pertencentes ao grupo marginal.

Ainda que não apareça explicitamente nas críticas de época, é visível o enquadramento de Rosemberg como um representante do Cinema Marginal, em Fernão Ramos. Porém, defendemos que o Rosemberg sempre se manteve próximo da produção de Glauber e seu cinema político, do Cinema Novo, além de o próprio diretor não ter se engajado na promoção de um tipo de produção marginal, como parece ter sido mapeada por Ramos. Em suma, parece não haver, suficientemente, elementos estéticos e de inserção do próprio diretor no grupo marginal que permitam enquadrá-lo enquanto tal. Defendemos ser mais adequado localizá-lo como um cineasta mais isolado dos círculos de cineastas que produziram durante a década de 1970, embora estivesse preocupado com o que era produzido em termos de cinema no Rio de Janeiro e em São Paulo, mantendo contato tanto com alguns cineastas do grupo marginal, como Andrea Tonacci, quanto com diretores do Cinema Novo, com os quais teve oportunidade de conviver, isto é, Glauber Rocha e Gustavo Dahl, além de ser possível encontrar referências ao cinema de Jean-Luc Godard e seu cinema político em sua produção.<sup>14</sup>

Para Arthur Autran (2017) não haveria somente a marginalidade no cinema; pelo contrário, haveria muitas nuances entre Cinema Novo e Cinema Marginal. Para demonstrar, utiliza exemplos concretos retirados dos filmes dos movimentos. Segundo o autor, o afã da divisão esquemática começou com a crítica dos anos 1970 e 1980. Por exemplo, no Cinema Marginal e no Cinema Novo haveria filmes que trabalham a tematização da fragmentação narrativa, além do isolamento social, presentes em *O desafio*, de Paulo César Saraceni, *Terra em transe*, de Glauber e *Bla Blá Blá*, de Andrea Tonacci. Há também a identificação de um debate do período quanto aos rumos do cinema e do seu papel transformador – algo premente para os cinemanovistas.<sup>15</sup>

Neste sentido, existiriam diferenças entre os dois movimentos porque o Cinema Novo estaria preso, de 1961 a 1964, à crença de que a sociedade deveria ser transformada pelo intelectual e pelo

---

14 Consultar a reunião de textos encontrados em **Rosemberg 70** – Cinema de afeto, de Leonardo Esteves e Renato Coelho, 2015. Este livro traz uma entrevista realizada com o diretor em que ele próprio se coloca como um independente no circuito dos anos 70. Para além de acatar completamente o que um artista diz de sua obra, a partir da localização de Rosemberg na produção do período e suas relações na época, defendo esta independência em relação a movimentos estéticos, incluindo aí a dificuldade de localizá-lo como um cineasta marginal.

15 Para aprofundar as diferenças entre Cinema Novo e Marginal, verificar o artigo: AUTRAN, Arthur. O cinema marginal e a política. **Revista Nava. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens Instituto de Artes e Design**, UFJF; NAVA, v. 2, n. 2 fevereiro. julho: 2017 p. 307-319.

cinasta juntamente com o povo; enquanto que no Cinema Marginal já haveria outro domínio, o do avacalho, da fragmentação e nenhum apontamento para programas transformadores. Esta discussão se sustenta para efeito de localizarmos as diferenças entre Cinema Novo e Cinema Marginal no contexto dos anos 1960. No caso do cineasta estudado, é possível afirmar que sua produção se colocaria num lugar próximo entre os dois movimentos, não chegando a aderir totalmente a nenhum, embora mantivesse relações próximas e de admiração com cineastas de ambos movimentos, como Andrea Tonacci, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e Joaquim Pedro de Andrade.

Ismail Xavier (2001, 1993) separa ao menos quatro caminhos para a década de 1970 em termos de cinema, contando com a herança do Cinema Novo: um cinema ajustado à linguagem narrativa convencional, o cinema atento à comunicação com o público, o balanço da ilusão do intelectual, o cinema alegórico totalizador ou com fragmentação narrativa. Luiz Rosemberg Filho integra a última linha apontada por Xavier, herdeiro do Cinema Novo e adepto de um discurso fragmentado que utiliza o recurso da alegoria.

A partir do exposto, é possível perceber os debates em torno da criação da Embrafilme em 1969, o papel exercido pelos cinemanovistas durante a gestão Roberto Farias e os favorecimentos a esses cineastas. Neste ínterim, também se localiza Luiz Rosemberg Filho como um cineasta do “entre-lugar”: nem pertencente ao Cinema Novo, nem ao Cinema Marginal.

### **Considerações finais**

Neste pequeno artigo, traçamos em linhas o rol de sociabilidade e a trajetória do cineasta em questão de modo a perceber de maneira mais nítida suas influências e filiações, procurando responder à pergunta dos alinhamentos possíveis entre cinema crítico, Embrafilme e os cineastas dos anos 1970. Tema profícuo para os historiadores, o tema em questão precisa de estudos que o complemente e enriqueça os debates.

Procuramos esboçar as diferenças fundamentais entre o movimento do Cinema Novo e Cinema Marginal, enriquecendo os debates a respeito do tema e procurando desmistificar a argumentação segundo a qual a década de 1970 teria sido um período de “vazio cultural”, se (VENTURA, 1988) comparada com a década anterior, um momento sem dúvida, de grande efervescência política e cultural. No entanto, as obras cinematográficas dos anos posteriores mostram o interesse em discutir questões políticas da sociedade brasileira, que já estavam presentes nos anos

anteriores. O filme *Crônica de um industrial* é um exemplo de um tipo de cinema preocupado com as questões nacionais e os debates políticos presentes na década de 1970 permeiam toda a obra, tais como o desencanto com os rumos do país, as discussões a respeito do subdesenvolvimento brasileiro e a derrocada da luta armada enquanto estratégia de luta contra a ditadura militar. Apesar dessas questões críticas, o financiamento da obra pela Embrafilme, então controlada pelos militares, mostra que as tensões entre o regime militar e os artistas parece ser menos cristalizada quanto já se supôs, uma vez que a empresa estatal deu suporte à produção e distribuição de diversas obras cinematográficas consideradas críticas aos militares.

Deste modo, esmiuçar as relações entre o financiamento dessas obras pode nos ajudar a entender melhor as relações estabelecidas na época entre a autonomia do cinema crítico ao regime e as maneiras como os cineastas procuraram rodar seus filmes, num período marcado pela censura e pela repressão política. No entanto, é preciso perceber que havia espaço para lutar contra o regime militar dentro dele, a exemplo da busca de financiamento para o cinema dentro das próprias entranhas da ditadura, por exemplo, o apoio da Embrafilme às obras críticas ao regime militar.

#### Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, RIDENTI, M. (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ADAMATTI, Margarida. **Crítica de Cinema e Repressão**. São Paulo: Alameda, 2019.
- AVELLAR, José Carlos & MONTEIRO, Ronald. **Anos 70: Cinema**. Rio de Janeiro: Europa, 1979.
- AMANCIO, Tunico. **Artes e manhas da Embrafilme: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-81)**. Niterói: EDUFF, 2000.
- AUTRAN, Arthur. O cinema marginal e a política. **Revista Nava. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens Instituto de Artes e Design, UFJF; NAVA**, v. 2, n. 2 fevereiro. julho: 2017 p. 307-319.
- BERNADET, J. C., RAMOS, F. A. **Cinema e história do Brasil: a produção da história no cinema**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Trajectoria crítica**. São Paulo: Polis, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 320.
- BORGES, Luiz Carlos R. **O cinema à margem: 1960-1980**. Campinas: Papyrus, 1983.
- CARDOSO, H. Fernando e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- COELHO, Frederico. **Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

- COELHO, Renato e Priscyla Bettim. **Encontros: Luiz Rosemberg Filho**. Rio de Janeiro: Beco da Azougue, 2015.
- COELHO, Renato; ESTEVES, L. (Org.). **Rosemberg 70 - Cinema de afeto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Caixa, 2015.
- GRECO, Heloisa. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Belo Horizonte: 2003.
- GOMES CASTRO, de A (Org). **Olhando Para Dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (Coleção História do Brasil Nação).
- GOMES CASTRO, de A; FERREIRA, Jorge. **1964**. O golpe que derrubou o presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- JOHNSON, Randal. **The filme industry in Brazil**. Culture and State. University of Pittsburgh Press. 1987.
- KRISCHKE, P. J. (Org.) – **Brasil: do ‘milagre’ à ‘abertura’**. São Paulo, Cortez, 1982.
- MARTINS, Roberto. **Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978.
- MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**. Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- NAPOLITANO, M. **A história depois do papel**. In: PINSKY, C. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 235-289.
- \_\_\_\_\_. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)**. Banco de Teses de Livre Docência da USP, 2011.
- RAMOS, F, A. **Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- RAMOS, Fernão Pessoa. **Cinema Marginal (1968-1973): a representação em seu limite**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987
- RAMOS ORTIZ, J. M. **Cinema, Estado e Lutas Culturais**. Anos 50, 60 e 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O fantasma da Revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP. 2010.
- ROCHA, Glauber. **Revisão crítica do cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Revolução do Cinema Novo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- SALLES GOMES, P. E. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Cecília; TELES, J. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2009.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: Senac/Terceiro Nome, 1999.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILLAÇA, Mariana. **Cinema Cubano: Revolução e Política Cultural**. São Paulo: Alameda, 2010.

XAVIER, Ismail. **Sétima arte: um culto moderno**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **O olhar e a cena**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

\_\_\_\_\_. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sertão Mar: Glauber Rocha e estética da fome**. São Paulo: Cosac Naify, 1983.

\_\_\_\_\_. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001

\_\_\_\_\_. **Alegorias do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

## Escrita urbana: a cidade como protagonista da resistência contra a ditadura militar brasileira

Urban writing: the city as a protagonist of the resistance against the Brazilian military dictatorship

**Samuel Leite Fonseca Romão**

Especialização em Ensino de História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

samuelfonseca.prof@gmail.com

**Recebido em:** 26/04/2022

**Aprovado em:** 14/09/2022

**Resumo:** A cidade é parte fundamental das sociedades modernas, suas formas e organização são objetos de estudo de diversas áreas. Recentemente, foi constatada a necessidade de articular melhor o conceito de espaço à história, o que garante à cidade um lugar privilegiado no olhar dos historiadores. O presente artigo visa articular o conceito de espaço aos processos de resistência à ditadura militar brasileira no nível do cotidiano, tendo a escrita urbana como fonte. Utilizando-se de imagens, intenciona-se olhar para as cidades sob uma nova perspectiva, na qual seus muros e ruas ganham destaque no processo de formação e transformação da sociedade. Sob o recorte da luta contra a ditadura visa-se um estudo em que o espaço se torna produtor e reproduzidor de uma cultura de resistência.

**Palavras-chave:** Cidade; Escrita Urbana; Resistência

**Abstract:** The city is a fundamental part of modern societies, its forms and organization are objects of research in several areas. Recently the necessity of working with the concept of space alongside history has been largely accepted, thus granting cities a privileged place amongst historians interests. The present article seeks to combine the concept of space to the processes of resistance to the Brazilian military dictatorship in the level of everyday life, using urban writing as source. By the usage of images it is intended to look at cities under a new perspective, in which its walls and streets are highlighted as essential parts of the formation and transformation of society. From the studies of the resistance against the dictatorship, an analysis of how space becomes producer and reproducer of a culture of resistance is intended.

**Key words:** City; Urban Writing; Resistance

### Introdução

Em 1964 é realizado um golpe militar no Brasil, instaurando uma ditadura militar que duraria por vinte e um anos. Diante de um cenário de violência extrema, tortura, restrição de direitos civis, sociais e políticos e tantos outros crimes, diversos movimentos de resistência à repressão se organizam. Tais articulações se dão nas mais diversas formas, variando entre pichações em muros, organizações



sindicais e chegando a guerrilhas urbanas. Todos esses têm um elemento em comum: a cidade como cenário e protagonista dos movimentos de resistência.

Cidade, nesse trabalho, deve ser pensada a partir da articulação de dois conceitos chaves: espaço e tempo, estes agindo inseparavelmente enquanto espaço-tempo. Para compreender como esses conceitos funcionam em conjunto é preciso defini-los separadamente. Por espaço entende-se o meio material preenchido de sentido pelos sujeitos que o ocupam. Conceituado por Santos (2020, p. 124-126) como forma-conteúdo. Tempo, por outro lado, é a sucessão das configurações do espaço, isto é, seu processo de transformação (SANTOS, 2020, p. 118-121). Nessa lógica, colocar a cidade como espaço-tempo significa entendê-la como um sistema em constante transformação física e simbólica. O que quer dizer que, mais que um simples lugar ocupado, a cidade é significada e formada por aqueles que nela vivem. Sua multiplicidade surge ao “acolher a ação humana nas suas mais diversas manifestações” (CARVALHAIS, 2013, p. 18).

Isto é, a cidade ganha vida ao ser ocupada e, portanto, vivenciada pelos habitantes. Em concordância com essa afirmação, Pires (2017, p. 48) coloca que as cidades são “uma polifonia de discursos e de múltiplas temporalidades, uns e umas mais evidentes que outros e outras, num jogo de obliteração e insurgência”.

A partir dessas colocações três afirmações de grande importância para o presente trabalho podem ser formuladas: 1) o espaço urbano é construído pela disputa de sujeitos históricos pela apropriação e construção (material e simbólica) do dito espaço; 2) em sua multiplicidade e polifonia a cidade não pode ser possuída ou controlada por nenhuma entidade, seja ela política, econômica ou outra qualquer; 3) entende-se que “a história da cidade é a história de sua produção continuada” (SANTOS, 1990, p. 243 *apud* SCHMITZ, 2021, p. 52). Dessa forma, manifestações artísticas ou políticas, intervenções urbanas, ocupações etc. são formas de entrar na disputa pela construção e significação do espaço que definem a própria história da cidade. Nessa relação dialética constitui-se um sujeito histórico – a cidade – particular, que por ter uma espécie de vida própria tem força ativa na formação dos sujeitos que a ocupam.

Marshall Berman, em seu aclamado texto *Tudo que é sólido desmancha no ar*, trata de uma série de reformas urbanas realizadas em Nova York na década de 1950. A construção de grandes avenidas refaz o tecido urbano em uma estrutura mais aberta ao capital, mais especificamente sua circulação. Essas reformas urbanas implicaram a destruição de bairros tradicionais, como exemplo do Bronx, onde o

autor viveu sua infância. As dinâmicas da transformação não nos importam, o que verdadeiramente interessa é notar que, por onde passou a destruição renovadora surgiram movimentos não antes planejados: *graffiti*, *hip hop* e *breakdance* são filhos não planejados desta renovação.

Isso ocorre pois o espaço é formador de sujeitos, como já colocado, e esses transformam o espaço constituído a partir de suas percepções sobre o mundo. Retornando às disputas na constituição do urbano entende-se que a reestruturação gerou uma nova cultura urbana, marcada pela resistência, no caso citado, ao capitalismo hegemônico e ao racismo. No entanto, similarmente, essa cultura transforma o espaço e garante a ele uma nova carga simbólica. A disputa entre o poder constituído e a população marginalizada gera uma cidade estrutural e simbolicamente nova. O que se destrói e reconstrói são partes de múltiplas identidades, em constante mutação.

Bruno César Pereira (2021), em seu estudo sobre o extremo-leste de Orlândia chega a uma conclusão similar ao analisar o papel do *Hip-Hop* na formação de uma consciência política entre os jovens da região. Em ambos os casos – *Bronx* e Orlândia – foi através da transformação física e simbólica do espaço que essa identidade periférica de resistência se formou. No caso de Orlândia, o *Hip-Hop* e o *Rap* tiveram papel fundamental na construção de uma nova imagem de periferia entre os jovens e, a partir disso, na ressignificação e valorização desse espaço marginalizado e de seus moradores (PEREIRA, 2021, p. 500-501).

A partir desses exemplos entende-se o papel fundamental dessa reinvenção dos espaços pelos sujeitos marginalizados para a construção de novas identidades, termo aqui entendido como processo de “conscientização política” e “fator de resistência e emancipação” (MOASSAB, 2008, p. 31). Esses movimentos de reconstrução de identidade estão, como colocado, muito ligados à resistência; palavra que pode ser entendida de diversas formas. Para o presente trabalho a conotação utilizada será a proposta por Sémelin (1994 *apud* ROLLEMBERG, 2015, p. 85), em que “resistir é, primeiramente, encontrar a força de dizer ‘não’, sem ter sempre uma ideia muito clara acerca de a que se aspira”

Entende-se, então, que a cidade, em sua eterna reformulação, passa necessariamente pelo “herói comum”, ao qual Certeau (1998, p. 57) se dedica em *A invenção do cotidiano*. Pensar, nessa lógica, a resistência à Ditadura Militar envolve perceber a inserção dessa luta nas práticas cotidianas que, para Certeau, possuem uma feição conflitante (LEITE, 2010, p. 740). O cotidiano deve ser entendido, como aponta Leite (2010, p. 746), como movimento, um jogo de práticas dos tipos estratégia e tática.

Por estratégia, Certeau (1998, p. 99), entende “o cálculo [...] das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado”. Dessa forma, a estratégia é uma ação realizada por um poder constituído, com lugar demarcado e direcionada a alvos específicos (LEITE, 2010, p. 747). Já a tática está associada aos fracos, sendo guiadas pela astúcia que permite romper com a hegemonia, utilizando-se das conjunturas que lhe permitem agir (LEITE, 2010, p. 746-747). Certeau (1998, p. 101) define tática como “a arte de ‘dar um golpe’ é o senso da ocasião”. A partir dessa relação entende-se que sujeito/espaço estão envolvidos em uma série de construções materiais e simbólicas que definem as possibilidades de ação política e revelam para os estudiosos – no presente –, elementos de um passado que não são visíveis sob a ótica exclusiva da história hegemônica.

Retornando ao Brasil da ditadura militar, mas com a clareza dos conceitos apresentados, pode-se pensar na constituição de uma prática de resistência que tem o espaço urbano como parte integrante do movimento. A proposta do presente trabalho é pensar a apropriação da cidade em nível cotidiano, notando como, a partir da transformação do espaço, identidades são construídas, tendo por base a resistência à poderes que em muito superam as forças individuais. Dita resistência sendo entendida como a ação tática sobre o espaço da cidade que, em sua natureza mutável, passa a fazer parte do processo de construção de identidades pautadas na resistência. Dessa forma, a Ditadura será percebida a partir das ruas, mais especificamente como elas ganham novos rostos e novos significados que vão contra o regime autoritário vigente.

O recorte se justifica pois, em momentos de tensão política extrema, como o da ditadura, os conflitos se tornam mais intensos e as ações políticas mais evidentes. Além disso, no contexto ditatorial, existe uma bipolaridade muito marcada entre a ideologia dominante, ligada aos interesses do grande capital (DE MELO, 2012, p. 42), que orienta a ação dos militares e uma ação popular, como as guerrilhas urbanas e as pichações, que surge das massas, marcadamente ligada às classes mais baixas e a grupos de uma elite intelectual de esquerda. A efervescência de uma resistência política e cultural à ditadura cria um contexto rico de análises que podem ser aprofundadas a partir da integração dos conceitos de espaço urbano e de cidade acima apresentados.

Para alcançar tal compreensão será desenvolvida, primeiro, uma análise, a partir de fotografias, de alguns momentos em que a cidade, através da arte ou da escrita urbana, tiveram papel fundamental na construção de uma resistência tática e na formulação de uma identidade. Tratando especificamente

de Paris em Maio de 1968, Nova York (Bronx) na década de 1970 e São Paulo nas últimas décadas. Isso será feito buscando alcançar três objetivos: 1) elaborar um histórico de momentos chave da escrita urbana; 2) esclarecer conceitos como: sociabilidade, espaço urbano, direito à cidade, identidade, resistência e diferenciar: graffiti, pichação e pixação; 3) perceber o papel do espaço da cidade na construção das resistências e das identidades marginalizadas.

Em seguida, entrando definitivamente no recorte do presente artigo, as noções e conceitos elaborados anteriormente serão aplicados ao contexto da Ditadura Militar. Articulando os conceitos à análise de imagens, intenciona-se notar o papel da cidade na organização de uma resistência, mesmo que por simples negação de legitimidade, à ditadura militar. Isso é possível pois, tomando o que disse Lopes (2018, p. 9) em sua dissertação:

A subjetividade existente no ato do homem ocupar seu espaço envolve estamentos que englobam identidade, memória, relações políticas, elementos estes que escrevem a experiência temporal na cidade, e cuja narrativa pode ser lida por meio das diversas camadas do espaço urbano. **O homem registra sua presença no espaço**, seja por letras, palavras, imagens ou edificações. Constrói sua identidade através de signos que podem ser decifrados para refletirmos a respeito dessa narrativa. (grifo do autor).

Ocupar um espaço e apropriar-se dele é, em si, resistência e as mais simples ações podem perdurar no tempo e revelar um passado rico e complexo que permita uma compreensão mais ampla sobre o passado e como se deu a resistência à ditadura nos níveis mais cotidianos.

Além disso, invertendo a colocação original do autor, pode-se afirmar que o espaço registra sua presença no homem, isto é, a estruturação formal da cidade cumpre papel na socialização e na construção de identidades. A partir desse entendimento, e de acordo com Santos (2020, p. 124-128), pode-se analisar o papel do espaço na formação dos sujeitos políticos, estabelecendo-se uma relação dialética entre o sujeito (que age) e o espaço (que condiciona), de forma que a própria cidade passa a ser sujeito ativo do processo de resistência à ditadura.

Ao tomar a cidade – forma-conteúdo – como elemento central desse processo abre-se um possível caminho teórico, e quiçá metodológico, que permita “articular tempo e espaço na análise histórica” (SCHMITZ, 2021, p. 53), entendendo o espaço urbano como categoria interpretativa da realidade e, com isso, ampliar, mesmo que pouco, os horizontes de pesquisa envolvendo a cidade.

## **Ruas, muros e resistência**

A cidade, como já foi tratado, é viva, complexa e em constante transformação. Sua constituição passa por disputas ideológicas e de poder, de forma que o espaço urbano é, por excelência, múltiplo em suas temporalidades e simbologias. Em um universo – urbano – onde indivíduo e coletivo coexistem de forma tão próxima e intensa existe um lugar em que isso alcança seu máximo: a rua. Segundo Lima (2014, p. 3-4):

As ruas são o elemento-chave na configuração das cidades. São também o ingrediente primário da existência do urbano e, ao mesmo tempo, se constituem como produto do desenho e lugar da prática social. [...] Seus traçados definem os caminhos pelos quais as pessoas se deslocam cotidianamente de distintas maneiras, assim vão se conformando os potentes fios condutores e conectores dos espaços de domínio público e de sua urbanidade [...] Vistas sob a ótica da estrutura espacial e formal urbana são relatos das experiências, dos dilemas, soluções, tensões e decisões de distintas épocas que se materializam e se conectam cotidianamente. (traduzido pelo autor).<sup>1</sup>

A partir desse trecho evidencia-se como a rua pode ser compreendida como um espaço de socialização. Enquanto componente formal do espaço da cidade a rua condiciona, ao articular os múltiplos espaços da cidade, possibilidades de vivências de determinados sujeitos. A rua deve, portanto, ser vista – de acordo com os conceitos desenvolvidos na introdução – como lugar de encontros e desencontros de distintas classes, raças e grupos sociais; atribuindo sentidos a suas vivências e, no processo, sendo transformada pelos sujeitos que condiciona.

Estar na rua, ocupá-la, intervir em suas formas, alterar sua estética são ações individuais, mas que alcançam uma coletividade. Sujeitos marginalizados, ao inserir-se, enquanto agentes, na vivência da cidade, tornam-se altamente capazes de combater as estruturas hegemônicas de poder no nível do cotidiano (MOASSAB, 2008, p. 17). Com isso, o espaço urbano – em especial o da cidade – articula-se na luta pela transformação de uma realidade social. Nesse contexto realiza-se, mesmo que parcialmente, a visão de Henri Lefebvre sobre o urbano em *O direito à cidade*, no qual o autor propõe a transformação social a partir do urbano. Intervir no espaço, organizar manifestações e tantas outras

---

<sup>1</sup> Las calles son el elemento clave en la configuración de las ciudades. Son también el ingrediente primario de la existencia de lo urbano y, a la vez, se constituyen como un producto de diseño y el lugar de la práctica social [...] Sus trazados definen los recorridos por los cuales las personas se desplazan cotidianamente de distintas maneras, así se van conformando como potentes hilos conductores y conectores de los espacios de dominio público y de su urbanidad [...] Vistas bajo la óptica de la estructura espacial y formal urbana son relatos de las experiencias, de los dilemas, las soluciones, las tensiones y decisiones de distintas épocas que se materializan y se conectan cotidianamente.

formas de apropriar-se da cidade, são as formas pelas quais os cidadãos podem participar da construção desse espaço.

Sobre essa relação David Harvey (2008, p. 74) faz uma colocação interessante ao tratar o direito à cidade como o direito de mudança. Isto é, para o autor, transformar os espaços da cidade e sua organização é uma transformação da própria sociedade. Mais que mera liberdade, o direito à cidade garante a cada indivíduo a possibilidade de mudar a si mesmo a partir de um reconhecimento do coletivo e da ação conjunta. Urbano diz respeito a muito mais que construções, ruas e avenidas; urbano é uma forma de viver e experienciar o mundo e as formas pelas quais se organiza a vida cidadina são definidoras de todas as outras relações humanas. Apropriar-se desse espaço é, portanto, um direito e, em concordância com Harvey (2008, p. 74), um dos mais importantes direitos sociais.

Nessa lógica a rua pode ser entendida como o lugar da vivência e, com isso, faz-se, como aponta Pires (2017, p. 52), um “espaço de lazer e luta”. Sendo a partir dela que se constrói uma nova cidade, e uma nova sociedade, que, em nível estrutural e simbólico, tenha superado as contradições vividas nas cidades contemporâneas. (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

Estando claras essas considerações, é preciso colocar que a cidade é, também, fruto de um projeto, no sentido proposto por Velho (2013, p. 65-66), uma ação planejada e pautada em interesses particulares e individuais. Dessa forma, um projeto traduz para o campo das ações uma série de valores sociais. No caso dos projetos das cidades modernas valores capitalistas modificam a organização do espaço. Flores e Campos (2007, p. 269) apontam o caráter racionalizador desses projetos, que, ao organizar os espaços da cidade sob preceitos próprios, cria um ambiente de dominação e controle.

Exemplo clássico disso é o de Paris em meados do século XIX com Haussmann. Harvey em sua obra *Paris: capital da modernidade* indica a profundidade dessas transformações que, não apenas mudaram a estrutura da cidade, mas também transformaram profundamente as estruturas sociais e de organização do trabalho. Sobre esse ponto Bresciani (1985, p. 39) recorda, em concordância com Harvey (2015, p. 136), que fazia parte do projeto de reformas o controle das camadas pobres da sociedade parisiense, vistas como ameaça revolucionária.

Diante desse cenário de dominação faz-se ainda mais importante ressaltar o papel das resistências e lutas cotidianas para a afirmação de identidades contrárias a esses projetos pautados na cultura capitalista hegemônica. Ao recordar que “os espaços (social, político, físico) são sempre lugares

praticados” (FLORES E CAMPOS, 2007, p.6) faz-se possível ver a cidade *de baixo*, evidenciando suas pluralidades, observando as multidões (MOASSAB, 2008, p. 17) a partir de seu potencial transformador. Enxergar as lutas diárias que alteram golpe a golpe (CERTEAU, 1998, p. 101) a estrutura da sociedade permitem uma nova compreensão da cidade que evidenciam os marginalizados, os fracos do jogo social.

Os pontos introdutórios até agora desenvolvidos ganham ainda mais valor quando pensados a partir de exemplos concretos. Para isso os conceitos serão pensados em três espaços e tempos diferentes: Paris em maio de 1968; Nova York nas décadas de 1970-80 e, por fim, São Paulo na atualidade. Os três recortes têm em comum a apropriação das ruas, dos muros e paredes para a realização de pichações, *graffiti* e pixações como formas de contestação de uma realidade concreta que afeta as vidas cotidianas daqueles que habitam a cidade.

Os termos pichação e pixação são utilizados propositalmente com grafias distintas. Segundo o documentário PIXO (2010) e o estudo de Alán Pires (2017) sobre a pixação em Belo Horizonte, o termo Picho com o ‘X’ diz respeito a uma prática periférica tipicamente brasileira que, além de ser ato político, trata-se de uma forma de sociabilidade. Por sociabilidade entende-se uma forma de socialização lúdica (PEREIRA, 2021, p. 165), produtora de interações sem nenhuma intenção além da interação em si, que não busca nada além da satisfação da socialização (SIMMEL, 2006, p. 64).

Nesse sentido, quando os pixadores se reúnem em eventos, como o mostrado no documentário Picho (2010), constroem um espaço de reconhecimento mútuo. Nele, são estabelecidas interações e trocas que acabam gerando a identidade periférica do pixador. Portanto, quando utilizada a grafia ‘Picho’ fala-se de uma escrita urbana política em geral, já o termo ‘Pixo’ se refere a essa prática marginalizada típica das periferias das grandes cidades brasileiras. Já o termo *graffiti* é entendido como “qualquer tipo de desenho, pintura ou inscrição de caráter transgressor feita sobre muros e paredes nas ruas” (LIMA, 2018, p. 27). Esse último termo, menos específico que os dois primeiros, será utilizado, no artigo, nas referências à cultura do Hip-Hop do *Bronx* (Nova York) nas décadas de 1960 e 1970.<sup>2</sup>

---

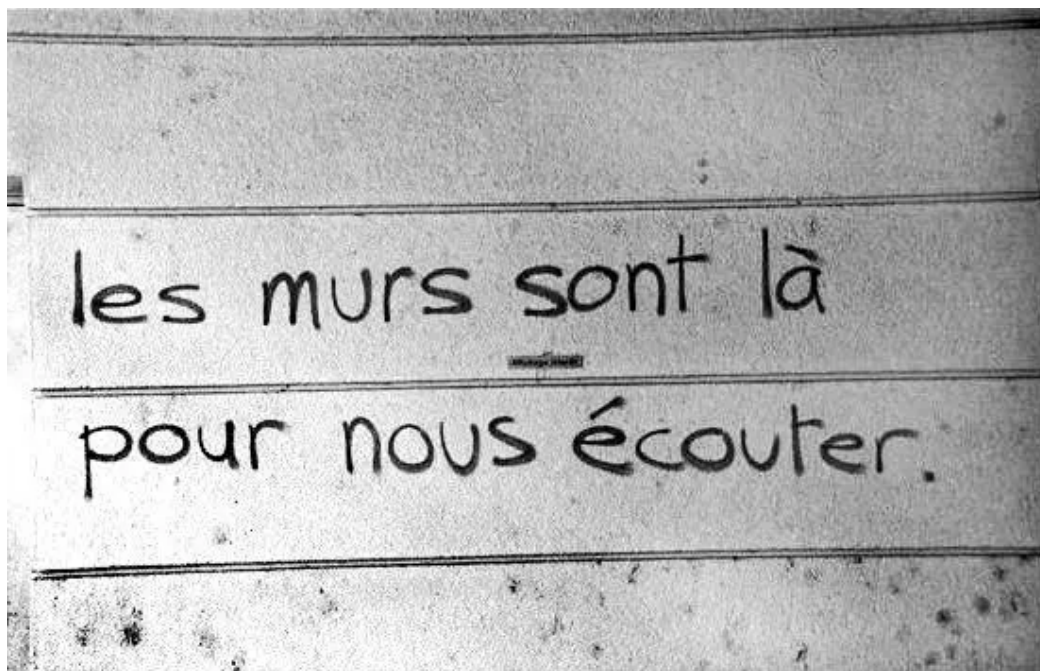
<sup>2</sup> Os termos aqui apresentados não serão aprofundados, sendo apenas formas de exemplificar os conceitos desenvolvidos antes de elaborar a reflexão final sobre a resistência à ditadura militar no Brasil.



O caso parisiense é interessante por seu caráter extremamente engajado politicamente e por representar uma novidade, uma vez que inaugura uma nova forma de protestar e representa um momento de quebra com a sociedade tradicional parisiense e com os valores capitalistas. Pode-se dizer com bastante segurança que maio de 1968 rompeu com as rígidas estruturas sociais impostas na França (SOLIDARITY, 2003, p. 15). A complexidade das lutas que ocorreram se relaciona com o cenário estabelecido, no contexto politicamente tenso de Paris em maio de 1968, pois: “além de ideológicas, são lutas políticas globais: categoriais universitárias, ao lado de outras camadas sociais, mobilizam-se em torno de objetivos políticos, tais como democratização, defesa das liberdades individuais ou coletivas, denúncia contra as guerras, etc” (THIOLENT, 1998, p. 65).

Em meio ao cenário de conflito e tensões, os muros e paredes das cidades são transformados em murais que permitem a comunicação dos revoltosos com o restante da sociedade. A rua, em sua condição de fio condutor e lugar de encontros, tem sua estética transformada pela pichação veiculando outras mensagens não inicialmente intencionadas. A figura 1 tem escrito “os muros estão lá para nos ouvir”; essa mensagem simples é interessante pois mostra que as paredes se tornaram uma forma de falar, de expressar ideias que serão ouvidas pela cidade, isto é, seus habitantes. Em um contexto de silenciamentos, os muros são ouvintes e também veículos de comunicação que atravessam hierarquias.

**Figura 1** - As paredes estão lá para nos ouvir



Fonte: Eric roset photographe a geneve. Graffiti a Geneve et Lyon. 2011. Disponível em: <http://www.eric-roset.ch/graffiti/fr.html>. Acessado em: 22/03/2022.

A quebra do silêncio a partir da apropriação dos muros e seu uso alternativo é uma apropriação criativa do espaço. Araújo *et al* (2015, p. 101) trata a cidade, e em particular os muros, como o principal veículo de comunicação dos silenciados ou ignorados pela sociedade e governo ligados à cultura hegemônica. O fazer-se ouvir envolve uma transformação do espaço e a cidade se integra à luta estudantil e proletária francesa. As contestações vão ainda mais fundo, atingindo espaços, conceituados por Milton Santos (2020, p. 140) como prático-inertes, que materializam as práticas e valores sociais, participando ativamente da construção de novas práticas. A figura 2 traz esse contraste, nela vê-se uma igreja pichada com as palavras: “como pensar livremente na sombra de uma igreja”. A deturpação dos muros da igreja contesta o espaço simbólico por essa ocupado, o material alcança o simbólico e através do picho questiona-se uma ordem social vigente.

**Figura 2:** Como pensar livremente na sombra de uma Igreja



Fonte: Chambre noire - photographies. Disponível em: <https://www.chambrenoire.com/claude-dityvon/mai68/dityvon000065.jpg.html>. Acessado em: 22/03/2022.

Essa forma de contestação de poderes instituídos pode ser percebida também em Nova York, com o *graffiti*, uma forma de arte e contestação muito relacionada a sub culturas marginalizadas de uma cidade em intensa transformação. Formada entre negros e latinos, o *graffiti* é uma forma de expressar-se na cidade e cravar nela sua identidade. Sobre essa forma de arte, Lachmann (1988, p. 231-232) coloca que subculturas expressam suas vivências comuns nos muros. Essa demonstração de formas de vivência alternativas em uma mesma cidade desafiam a hegemonia. Sob essa perspectiva, o *graffiti* pode ser entendido como uma forma de validação de uma identidade e os muros e paredes garantem a visibilidade a elas. Ter nomes e desenhos gravados em muros passa a ser uma forma de se estabelecer como parte da cidade, sendo a afirmação de uma identidade negada pela ideologia dominante e que, a partir da arte, afirma a própria existência.

Além disso, no caso específico do Bronx, Nova York, Berman (2007, p. 404) traz uma outra perspectiva sobre esse movimento. Em um momento em que o bairro se vê desarticulado pela avenida

que o cortou e o destruiu, a arte nos muros é entendida como resgate de uma tradição, de um espaço físico e simbólico como forma de luta pela liberdade diante de uma sociedade que a nega para esses indivíduos. Aqui, a arte popular é uma forma de resgatar o perdido, se estabelecendo como uma memória que traz em si o poder de reviver um bairro arrasado. Nesse contexto, o *graffiti* transcende sua função contestadora e ganha um poder de dar nova vida ao espaço, ressignificando-o e renovando sua estética.

A figura 3 é um famoso *graffiti* produzido por *Fab 5 Freddy* na década de 1980 que recentemente passou a ser parte de exposições do *Museum of Fine Arts Boston*, uma forma de reconhecimento de uma arte negra, popular e periférica que tomou as ruas e deu aos muros das cidades um novo significado. Em tempos recentes, essa forma de arte, por muito tempo considerada marginal e depredatória, se oficializa no discurso urbano (FREDDY; QUIÑONES, 2021). Hoje reconhecida, em sua origem essa arte era uma forma dos jovens periféricos se colocarem no mundo, ela “representava a luta por visibilidade, a demarcação de um território, a possibilidade de ‘redecorar’ a cidade” (ARAÚJO *et al*, 2015, p. 102). Destino muito diferente da pixação, que ainda é vista como simples depredação do patrimônio.

**Figura 3:** *Fred's soup cans, South Bronx*



Fonte: Navigating cartographies - Art(s) in transit: Technology, aesthetics and the art of urban transformation in NYC. Disponível em: <https://navigatingcartographies.com/2013/05/01/84/>. Acessado em: 23/03/2022.



Considerada, de certa forma, uma herdeira do *graffiti*, a pixação se desenvolve na mesma lógica de marcar os muros com intenção política. A diferença da pixação no Brasil dos movimentos dos *writers* – aqueles que fazem o *graffiti* (LACHMANN, 1988, p. 229) – nova-iorquinos e da pichação de maio de 1968 em Paris é o fato dela ser ação política, mas também uma forma de sociabilidade (PIRES, 2017, p. 87). Ao estabelecer um *modus operandi* próprio, que segue regras internas, mais que um movimento, a pixação diz respeito a uma cultura que cresce e se desenvolve em um processo evidentemente histórico. Moassab (2008), ao tratar do Hip-Hop, entende seu papel na construção de uma identidade periférica pautada na conscientização política e a luta contra a discriminação. Enquanto herdeira dessa tradição, a pixação mantém esse valor de afirmação de uma identidade (PIRES, 2017, p. 166); (PIXO, 2010), mas em um novo contexto e articulando valores particulares ligados a uma cultura marginal e periférica.

Como aponta Araújo (2017, p. 28), essa “escrita, cujo suporte é a cidade, vem acompanhando a vida dos cidadãos ao longo dos tempos, embora tenha oscilado em sua presença de acordo com cada contexto. Em outras palavras, há uma temporalidade latente à pixação”. O ato de pixar está ligado a espacialidades e temporalidades que fundamentam as relações sujeito-pixador e cidade. Nesse sentido, apesar de suas diferenças, tanto a pixação quanto a pichação podem ser estudadas “em relação com o urbano, onde ela é afetada por uma série de normas, de jurisdições, de constituição do urbano etc., entretanto, ela afeta a cidade e a maneira como uma série de outras questões são pontuadas” (MITTMANN, 2012, p. 42).

O ato de pixar, enquanto uma ação histórica, é uma forma de agir sobre um tempo e espaço específicos, seja como uma contestação ou uma real transformação – ao menos em nível estético – da paisagem urbana. Esse caráter fica muito evidente no documentário PIXO de 2010. Ao escutar os relatos dos pixadores da cidade de São Paulo, percebe-se a complexidade do fenômeno e sua articulação com a cidade em nível material e simbólico, mais que uma ação sobre o espaço construído o ato de pixar diz respeito a uma forma de experienciar a vida urbana. Os jovens pixadores relatam que sua ação é uma forma de fazer-se visíveis e reconhecidos em um cenário que, por definição, invisibiliza o sujeito periférico.

Na figura 4 vê-se umas das formas que o pixo toma, em São Paulo, na atualidade. Nela o pixador Di registra seu nome nas paredes e muros da cidade. Dessa forma, como os próprios pixadores afirmam no documentário, sua existência não pode mais ser negada, pois seus nomes estão estampados

nos prédios. Muito pode ser debatido sobre a complexidade da pichação urbana brasileira, mas o que importa aqui é notar como culturas urbanas vivenciam a rua e a cidade, sendo formadas por ela ao mesmo tempo que transformam seu ambiente em nível material e simbólico.

**Figura 4:** Cena do documentário PIXO



Fonte: Roberto T. Oliveira e João Wainer, 2010. (18'58'') Disponível em: <https://vimeo.com/29691112>. Acessado em: 25/03/2022.

O que fica evidente aqui é a necessidade de estudar a cidade como mais que um cenário da história, sendo muito mais rico vê-la como protagonista desse movimento. Carpintéro e Cerasoli (2009, p. 64) apontam para a tendência historiográfica de tratar a cidade como mera paisagem, representação ou palco de tramas sociais, mas sem ser evidenciada em sua multiplicidade e espacialidade (SCHMITZ, 2021, p. 50). A articulação entre forma e significado, entre classes e entre projetos urbanos e a realidade citadina são ricos objetos de interesse que muito podem nos dizer sobre um tempo e um espaço e, mais importante, como esse foi vivenciado em sua multiplicidade. A partir dessas reflexões, faz-se possível seguir para o contexto do presente trabalho: a ditadura militar no Brasil, mais especificamente a resistência a ela.

### **Pichação no contexto da ditadura militar**

Repressão, autoritarismo e violência são palavras que descrevem bem a realidade do Brasil pós-64. Utilizá-las, porém, como meros adjetivos para a Ditadura Militar não são suficientes para traduzir a realidade vivenciada no Brasil durante os 21 anos de sua duração. Tortura, perda de direitos, arrocho salarial, etc. fazem parte de um projeto que afetou toda a estrutura brasileira. O espaço público, especialmente nas grandes cidades, passa a ser intensamente controlado, limitando-se às formas de ser e estar nas ruas. Como aponta de Melo (2012, p. 42), militares em conluio com instituições civis ligadas ao grande capital, articulam o golpe em busca de tornar realidade, através da ação estratégica, seus interesses e projetos para a nação.

Levando em consideração essa delimitada participação civil na ditadura, e estando este artigo buscando perceber formas de resistência por parte da sociedade civil, o termo utilizado para designar o período entre 1964 e 1985 será Ditadura Militar. A escolha se justifica uma vez que, ainda de acordo com de Melo (2012, p. 46), a sociedade civil se dividiu entre apoiar e negar – resistir – à ditadura. Dessa forma, fica também ressaltada a complexidade dos processos históricos em sua dialética de ações formadoras e transformadoras do espaço.

Como já foi colocado, ao tratar de ação o que se discute são atos realizados a partir de projetos (VELHO, 2013, p. 67) ligados a interesses individuais e, no caso da ditadura, de classe. Nesse sentido, as ações dos tipos estratégica e tática, na perspectiva de Certeau (1998, p. 99-100), permitem enxergar a dialética acima citada. Ao tratar a violência ditatorial como meio para a conquista de um objetivo, essa deixa de ser apenas um adjetivo vazio, passando a designar uma intenção presente historicamente e materializada na organização dos espaços no Brasil. Por outro lado, a contestação cotidiana, a negação dos valores de uma burguesia agrária e industrial movimentam a história erodindo suas estruturas a partir da transgressão simbólica e física da estrutura espacial. Dessa forma, busca-se evidenciar como a escrita urbana age taticamente contra as violências e atuação autoritárias dos militares em sua aliança com o grande capital.

Nesse sentido, a escrita urbana, isto é, a transformação – estética – do espaço, será tratada em seu caráter de resistência, como já trabalhado, de negação da ditadura e suas ações, mesmo que não necessariamente ligado a um projeto específico de combate e, possível, destruição do regime. No contexto ditatorial brasileiro a pichação ganhou força significativa, se tornando um importante meio de afirmação política na qual o espaço urbano, mais especificamente os muros das vias públicas, se tornaram espaços de vocalização de indignação de forma praticamente autônoma. O ato de pichar



muros se torna, então, forma de resistência a um regime e a uma ideologia impostas de forma violenta e coercitiva.

Aumento da produtividade e, por consequência, dos lucros das grandes empresas capitalistas - nacionais e internacionais - era um dos principais projetos da ditadura militar em sua associação com o grande capital (DE MELO, 2012, p. 48-49). Para isso a pressão sobre os trabalhadores era imensa, levando a um empobrecimento da população assalariada e uma insegurança enorme para os trabalhadores não especializados (SILVA, 2015, p. 162). O empobrecimento da população por si já é fator significativo de transformação do espaço, no entanto, é preciso destacar outro elemento importante no projeto da ditadura: as empreiteiras.

Campos (2021, p. 248-250) demonstra o poder das associações de grandes empresas sobre o Estado no que tange obras públicas de grande porte. O autor faz seu recorte sobre as políticas de saneamento, mas já aponta que outras áreas são também afetadas. O poder dessas empresas significou um déficit social no campo da estrutura urbana. Campos (2021, p. 250-251) coloca que os investimentos do estado acabavam sendo guiados segundo os interesses dos grupos dominantes, tendo como prioridade não um aspecto social, mas o lucro das empresas. Isto é, a população mais pobre se vê agredida pela ditadura, pressionada para trabalhar mais e recebendo menos e, mais ainda, não é contemplada pelas políticas de reforma urbana.

A ditadura militar instaurou, então, um projeto de governo voltado para as classes dominantes, sendo uma forma de controle dos trabalhadores (SILVA, 2015, p. 163) e garantindo o lucro das elites (DE MELO, 2012, p. 51). A partir dessa compreensão é possível entender que: enriquecidas com as pichações, as paredes parecem ganhar voz e gritar para o regime suas indignações. Em ato de rebeldia, os pichadores decidem dizer não ao silenciamento e ao regime em si, negando sua legitimidade e expondo mensagens como “abaixo a ditadura”. A cidade fala pelos sujeitos silenciados.

A figura do pichador era, então, uma ameaça real para os projetos de sociedade almejados pela ditadura, pois eles podiam comunicar aquilo que, por meios oficiais, era praticamente impossível de se dizer. A censura pode atingir jornais, canais de TV, livros e teatros, mas não as infinitas paredes e muros que se estendem ao longo das ruas onde transitam os cidadãos revoltosos ou não. Soares (2008, p. 122) aponta que:

**Os pichadores eram percebidos** pelos órgãos de segurança e informação **como um perigo iminente à ordem e à segurança do país**. Como alternativa para buscar

exterminar da sociedade essas escritas subversivas, o Estado procurou identificar os seus sujeitos-autores para vigiá-los e puni-los. Nesse sentido, a repressão é um instrumento fundamental nas práticas coercitivas do regime civil militar para controlar a oposição dos grupos de esquerda ou de quaisquer segmentos contrários ao governo militar (grifo do autor)

Isto é, o Estado reconhecia o potencial da pichação e entendia que, a partir dela, era possível fazer resistência formal ao regime. Ao se articularem como veículos de comunicação incontroláveis, as paredes pichadas se tornam perigo iminente. Além disso, por ser realizada por sujeitos quase anônimos, as pichações não possuem autores facilmente reconhecíveis, sendo um fruto da própria cultura urbana de resistência criada.

As figuras cinco e seis são um exemplo desse caráter de contestação, as mensagens simples tornam a comunicação direta, gerando-se com facilidade uma percepção de pertencimento, no caso daqueles contrários à ditadura, um senso de não isolamento. Isto é, os pichadores, a partir de suas próprias realidades, marcam, taticamente, os muros e transformam a paisagem urbana de forma que essa passa a falar contra o regime, a ação do pichador, por mais que individual, têm efeito na coletividade que forma o mundo urbano. A partir de sua ação às fronteiras socialmente impostas no espaço são desafiadas, o espaço disciplinar é questionado (LEITE, 2010, p. 747). Essas ações, na perspectiva de Certeau (1998, p. 64), são o que movimentam o cotidiano, efetivamente transformando a realidade imposta nos termos e projetos dos indivíduos anônimos da história.

Figura 5: Muro pichado com várias mensagens contra a ditadura



Fonte: Arquivo/Agência o Globo, 1968. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/entenda-que-foi-ato-institucional-numero-5-24053345>. Acessado em: 26/03/2022.

**Figura 6:** Provável primeira pichação contra a ditadura



Fonte: Jornal Manchete, 1968. Disponível em: [https://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/abaixo\\_a\\_ditadura-2/](https://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/abaixo_a_ditadura-2/). Acessado em: 26/03/2022.

Essa compreensão é confirmada por Lima (2018, p. 53) ao afirmar que: “A pichação na ditadura se constituiu como um movimento que buscava expressar as ‘descentralizações’, exercendo uma ‘autonomia minúscula’ no tempo presente, visto que, teve poderoso papel de transformar as maneiras de vivenciar a cidade”. A transgressão do ato de pichar pode ser vista como uma forma de controlar a própria ação e falar livremente quando isso não é legal; portanto, o agente transgressor fere o poder coercitivo do Estado, pois este não consegue cercear a liberdade de pensamento e, mais ainda, de fala do pichador e isso é a maior ameaça a um regime ditatorial.

Devido a esse profundo papel contestador e impressionante alcance, a historiografia recente vem reconhecendo cada vez mais a importância da compreensão das relações entre espaço e história (SCHMITZ, 2021, p. 52), em especial sua transformação através da ação cotidiana (LEITE, 2010, P. 750). E, no caso da ditadura militar no Brasil, trabalhos como o de Lima (2018), Pires (2017), Araújo (2015), Mittmann (2012) e Soares (2008) ressaltam o papel específico das pichações nesse processo de resistência. A partir disso, passa-se a compreender melhor as relações entre o espaço urbano, a

sociedade civil e a ditadura militar. Um elemento interessante que vêm sendo trabalhado é a pichação enquanto uma forma de “arte de guerrilha”, que pode ser entendida como uma arte radicalizada que assume posição política ao instigar a reflexão e, mais ainda, a ação (RODRIGUES, 2015, p. 5).

Dessa forma, a pichação ganha um sentido ainda mais profundo, pois ao reconfigurar o espaço pode ser tratada como ação política engajada e organizada. Lima (2018, p. 77) trata desse mesmo aspecto da pichação, colocando que:

O tom de denúncia deveria chegar a todos aqueles que passassem pelas cidades no seu dia-a-dia, sem importar a classe social, e pudessem identificar através das artes que havia uma preocupação em protestar contra a truculência ditatorial. Tanto os artistas plásticos como os pichadores e grafiteiros [...] **agiram como guerrilheiros, pois usaram sua arte como emboscada**, atuando imprevisivelmente onde e quando menos esperado, criando desta forma, um estado de tensão constante. (grifo do autor)

Dessa forma, a arte urbana é tida como uma tática de luta em si, mais que um simples ato de rebeldia, é uma ação política profundamente significativa. Ao apropriar-se das estruturas sociais e urbanas criadas pela ditadura e, mais ainda, subvertê-las, a arte de guerrilha se torna uma forma de contrariar os poderes estabelecidos, gerando reflexões e, possivelmente, ações críticas para a superação da ditadura (RODRIGUES, 2015, p. 8). Seu caráter oportunista e criativo, portanto tático, faz dela uma atividade dificilmente controlável por forças repressivas do Estado.

A partir disso, a colocação de Lima (2018, p. 77) de que essas intervenções podem ser entendidas como emboscadas se torna ainda mais significativa. De acordo com o *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano* de Marighella (1969) emboscadas são ataques surpresa aos inimigos, preparados em lugar específico e que “tem efeitos devastadores no inimigo, deixando-o nervoso, inseguro e cheio de temor” (MARIGHELLA, 1969, p. 35). A arte urbana, por sua imprevisibilidade e espontaneidade, potencializa a ação daqueles que resistem à ditadura, uma vez que podem levantar questionamentos e reflexões quase que em qualquer lugar e a qualquer momento. A emboscada pela arte funciona, então, como um aviso constante aos ditadores de que ainda existe resistência.

A apropriação da cidade a partir dos muros torna o próprio espaço cenário e divulgador da arte contestadora. Os muros das vias se tornam emboscadas constantes pois são incontroláveis e tem o poder de amedrontar os líderes da ditadura, pois, mesmo com toda a repressão e perseguição



apontados por Lima (2018, p. 77), as pichações não deixam de surgir: isto é, a ditadura não consegue controlar os revoltosos.

**Figura 7:** Mensagens de denúncia e pela anistia



Fonte: Hemeroteca – APEJE0. Diário de Pernambuco. 1979. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338146824013/html/>. Acessado em: 28/03/2022.

Ao observar as figuras sete e oito nota-se que as pichações cumprem bem essa função pois, com poucas palavras facilmente compreensíveis, demonstra-se apoio a outros militantes (figura 7), como é o caso da greve de fome de prisioneiros políticos do regime, fazem reivindicações (figura 7), no caso a da anistia aos inimigos da ditadura e, também, acusam o regime e o denuncia por suas práticas terroristas (figura 8). Em pouco espaço e com palavras que podem ser lidas apenas no tempo de passar caminhando por elas, uma série de mensagens políticas são transmitidas, mostrando que a população – ou, pelo menos, parte dela – tem consciência do que faz a ditadura e sabe o que deseja.

**Figura 8:** Pichação denunciando a tortura na ditadura no Rio de Janeiro em 1979



Fonte: Autor Desconhecido, 1979. Acesso em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338146824013/html/>. Acessado em: 27/03/2022.

Ao veicular essas mensagens, o próprio espaço urbano se torna subversivo, pois, como aponta Rodrigues (2015, p. 8) as pichações têm o poder de evidenciar aquilo que não estava claro. Dessa forma, as pichações geram provocações que forçam a reflexão sobre questões que antes não eram sequer reconhecidas. Ao exibir para todos aquilo que a ditadura buscava esconder a pichação gera, ao menos, a possibilidade de ações que visem caminhos alternativos aos trilhados no momento. Por apresentar a multiplicidade de realidades, muitas vezes não reconhecidas, da cidade a pichação se torna uma forma de contrastar formas de ser e estar na cidade, colocando em cheque as imagens e representações de Brasil veiculadas estrategicamente pela ditadura.

O pensamento crítico, a compreensão da realidade vivida e o compartilhamento de informações censuradas são em si formas de resistência e, quando compartilhadas no espaço da cidade pelas pichações, passam a estimular ações múltiplas de resistência por parte de outros, até então, inertes diante da violência. Ao subverter a imagem do regime ditatorial militar a paisagem transgredida se torna um grito poderoso contra o sistema. O espaço urbano transformado pelo picho passa a ser formador de uma consciência política nova, pois a própria cidade veicula aquilo que o governo busca esconder.



Indo além, Lima (2018, p. 134) estabelece uma relação ainda mais profunda entre o poder instituído e a pichação. Segundo ela:

O fatídico Ato Institucional Número 5, instaurado no dia 13 de Dezembro de 1968, foi o registro de um dos períodos mais sombrios de toda a história brasileira. Este teve total responsabilidade pela efervescência de jovens artistas que iam totalmente de encontro com aquilo que o Ato instaurava, fazendo com que muitos se movessem para pichar e *graffitar* nas ruas. Dessa forma, o graffiti e a pichação podem ser entendidos como imagens dialéticas, como uma interpretação crítica do passado e do presente, como um sintoma da memória que produz a história. Podemos ver através deste trabalho que o rápido gesto de rabiscar um muro, a espontaneidade e a transgressão não são elementos artísticos do acaso. Pelo contrário, são elementos que vêm repletos de representação e ideais.

A instauração de um regime de exceção levou os pichadores para as ruas e gerou esse movimento que reconfigura a paisagem de forma crítica e articulada. Como aponta a autora, a dialética inerente às imagens pichadas dão a elas seu tom crítico fundamentado, não em dados e números, pois esses são fornecidos e adulterados pelo Estado, mas a partir da própria experiência vivida, esta que está interligada ao mundo urbano.

Tem-se, então, uma arte reativa e de resistência, politicamente engajada e gerada como uma reação a um poder autoritário que visava silenciar a população. Essa arte não está nos meios tradicionais, mas nas ruas e, nelas, ela se produz e reproduz, gerando uma cultura que – muito transformada – ainda existe em seu caráter de resistência. Nessa relação de produção e reprodução da vida, mais especificamente de uma vida que persiste, a cidade é transformada e passa a ser transformadora das imagens sociais criadas por um poder instituído. Os muros e paredes ligados aos universos individuais pelas vias, ruas e avenidas se tornam protagonistas na construção de um movimento que ressignifica os espaços, dando a eles a força de negar, isto é, resistir ao autoritarismo, à censura e à violência de um Estado ditatorial.

## Conclusão

A partir dos debates aqui desenvolvidos fez-se possível compreender que a cidade – enquanto espaço urbano – pode ser entendida como protagonista do processo histórico e dos fenômenos sociais. Sua potencialidade de produção e reprodução do cotidiano torna-se, portanto, chave interpretativa indispensável para a explicação dos movimentos urbanos. Ao articular-se aos sujeitos que a ocupam, as ruas se tornam meios de conexão entre o sujeito e o espaço e, nessa relação, as formas da cidade

são significadas. Nessa relação entre espaço formal e espaço simbólico, as cidades se tornam lugares de sociabilidade e formação.

Articular a cidade aos movimentos de resistência urbanos torna-se uma necessidade, pois é a partir dessas interações que os fenômenos se constituem dentro do processo histórico. A separação dos movimentos de resistência da cidade em si e seu tratamento enquanto fenômeno independente do meio gera uma limitação interpretativa, pois não leva em consideração que o espaço, mais que o lugar da ação política, é participante da socialização e formação crítica dos sujeitos que o ocupam. Enquanto espaço de disputa, o mundo urbano é alvo de transformações, mas é também um de seus agentes e um dos catalisadores principais da mudança.

Ou seja, mais que simples objetos, a cidade é protagonista da história e, através dos sujeitos que a ocupam e dão a ela vida torna-se, também, sujeito histórico. A articulação dos conceitos de tempo e espaço gera um mundo de possibilidades investigativas, permitindo notar passados invisibilizados nas fontes históricas tradicionais. Isso se dá pois, em sua multiplicidade, a cidade é um espaço de disputas em eterna construção. Devido a esse caráter instável a cidade não pode ser verdadeiramente controlada por nenhum grupo, suas formas e sentidos são várias e coexistem em um todo complexo, estando sempre pronta para se reinventar.

Aplicar tais noções a um estudo da ditadura militar, mais especificamente da resistência a ela, significa reconhecer que as cidades resistem junto aos sujeitos que nela habitam e fazem parte dos movimentos de resistência. Dito isso, não se pode esquecer que, por seu caráter múltiplo, a cidade é carregada de contradições, e ao mesmo tempo que ela pode ser lida na ótica da resistência, ela pode ser vista pela lógica da coerção, segregação e violência que também a constitui.

Uma vez que o espaço urbano é produzido historicamente, o que significa conflito, sua constituição carrega também as marcas de uma ideologia dominante elitista, extremamente racista e conservadora. A conformação dos espaços da cidade no mundo atual se dá por uma lógica capitalista, o que configura uma cidade marcada pelos ideais hegemônicos do sistema. Dessa forma, o individualismo, por exemplo, é materializado nos condomínios de incontáveis apartamentos que enclausuram e limitam o contato.

Essas questões, porém, não são parte da proposta do presente artigo, sendo elementos de grande interesse para outras produções que decidam abordar a cidade enquanto protagonista da

história. O que buscou-se fazer aqui foi propor uma abordagem para a problemática da resistência à ditadura, mas essa pode ser utilizada em diversos outros contextos e a partir de diversas fontes – não apenas as pichações –, basta encará-las e estudá-las de forma criativa.

### Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Alessandra Oliveira et al. Muros que falam: a comunicação na cidade. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 99-114, jan./jun., 2015.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução: Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 465p.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8-9, p. 35-68, abr., 1985.
- CAMPOS, Pedro Henrique. Interesses empresariais e a política de saneamento urbano durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988): a construção da lógica dos grandes projetos e das grandes soluções. **Revista Maracanan**, n. 27, mai./ago., p. 240-260, 2021.
- CARVALHAIS, Adair. **Belo Horizonte e a Miragem do Moderno: Espaço Público e Educação Pública**. 2013. 442 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- CERTEAU, Michel de. Fazer com: Usos e Táticas. In: **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução: Ephraim F. Alves. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. cap. 3, p. 91-106.
- DE MELO, Demian Bezerra. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, v. 13, n. 27, jul./dez., p. 39-53, 2012.
- FLORES, Maria B. R.; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 53, p. 267-296, 2007.
- FREDDY, Fab 5; QUIÑONES, Lee. Street Art in the Age of Basquiat: Fab 5 Freddy and Lee Quiñones on Curating the MTA for World Domination. **Art News**. Entrevista concedida a Liz Munsell e Greg Gate. Art News. mar., 2021. Disponível em: <<https://www.artnews.com/art-news/news/fab-5-freddy-lee-quinones-on-curating-the-mta-1234591797/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, jul./dez., 2012.
- HARVEY, David. **Paris**: capital da modernidade. Tradução: Magda Lopes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015, 444 p.
- LACHMANN, Richard. Graffiti as Career and Ideology. University of Chicago. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 2, p. 229-250, sept., 1988.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001, 143 p.

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

LIMA, Priscilla N. P. **Protesto e Spray: O graffiti e a pichação como forma de intervenção artística e política na ditadura militar na cidade de São Paulo**. 2018. 164 p. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.

PRIORE LIMA, Renata. La avenida cambiante: las transformaciones de la Avenida Paulista en São Paulo y la construcción de su centralidad lineal. In: **VI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Bogotá, junio 2014**. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2014.

LOPES, Fabíola L. **Temporalidades na Avenida Paulista: Narrativas em Literatura e Urbanismo**. 2018. 111 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

MITTMANN, Daniel. **O Sujeito-pixador: Tensões acerca da prática da pichação paulista**. 2012. 125 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro, 2012.

MOASSAB, Andreia. **Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do HIP-HOP**. 2008. 295 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Bruno Cesar. “AE IRMÃO, QUER SABER DO NOSSO DIA A DIA? COLA NA ESQUINA DA PERIFERIA”: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO HIP-HOP E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE SUJEITO PERIFÉRICO NO EXTREMO-LESTE ORLANDINO (1990-2010). **História e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 487-506, jul., 2021.

PEREIRA, Bruno César. Notas sobre as contribuições de festas comunitárias para a construção identitária em uma região de Orlandia-SP. **albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 25, p. 159-175, jan./jun., 2021.

PIRES, Alan O. S. **A Pixação como Apropriação da Cidade: O Pixador como Formador do Cenário Urbano**. 2017. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RODRIGUES, Wallace. “SEU OLHAR ALIMENTA MEU VÍCIO”: PICHACÃO URBANA ENQUANTO ARTE DE GUERRILHA. **Revista Fermentario**, v. 2, n. 9, 2016.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. (org.). **História e memória das ditaduras do século XX** – Volume 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. cap. 4, p. 77-95.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 10. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020, 385 p.

SCHMITZ, Maira Eveline. Reflexões sobre o estado da arte da história urbana. In: NETO, José Maria A. (org.). **História e cidade: narrativas e práticas sociais**. 1ª ed. Belém: Editora Cabana, 2021. cap. 3, p. 44-54.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”: controle social, exploração e precarização durante a ditadura empresarial-militar brasileira. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 13, jan./jun., p. 151-173, 2015.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: Simmel, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. cap. 3. p. 59-82.

SOARES, Thiago Nunes. Vigiar e punir: as pichações na luta pelo crepúsculo do Estado de exceção no Brasil. **Encontros de Vista**, v. 1, n. 1, p. 114-124, 2008.

SOLIDARITY. **Paris: Maio de 68**. Tradução: Leo Vinicius. 1 ed. São Paulo: Conrad, 2003, 128 p.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo social**, v. 10, p. 63-100, out., 1998.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto.. In: VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso (org.). **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. cap. 5, p. 62-68.

### Fontes

MARIGHELLA, Carlos. **Mini manual do guerrilheiro urbano e outros textos**. 1969. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>>

**PIXO**. Direção de Roberto T. Oliveira e João Wainer. São Paulo: Sindicato Paralelo Filmes. 2010. Disponível em: <<https://vimeo.com/29691112>> (61 min.). Acesso em: 20 mar. de 2022.

## **Ditadura Civil-Militar (1964-1985): Educação e Civismo - Um estudo de caso sobre a EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca-CE**

The Civil-Military Dictatorship (1964-1985):  
Education and Civility – A case study on EEM Joaquim Magalhães  
from Itapipoca-CE

**Antonio Robson Oliveira**  
Especialista em ensino de História  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)  
nosbor\_walker@hotmail.com

**Recebido em:** 05/09/2022  
**Aprovado em:** 30/12/2022

**Resumo:** O presente artigo analisa as reformas e as ações dos militares no campo educacional, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), tendo como foco as repercussões delas na EEM Joaquim Magalhães, em Itapipoca-CE. Nele é feito um paralelo entre o caráter moralizante do ensino, a criação dos Centros Cívicos e o uso do civismo, nas décadas 60, 70 e 80, período instrumentalizado pelos militares para combater a “subversão” e promover o “progresso” no país. Entretanto, apesar de todo o esforço dos militares, esse modelo educacional também demonstra as suas contradições, principalmente nos Centros Cívicos, por serem órgãos políticos, em um momento de abertura democrática no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação; História local; Ditadura Civil-Militar.

**Abstract:** This article analyzes the reforms and actions of the military in the educational field during the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), focusing on their repercussions in EEM Joaquim Magalhães, in Itapipoca-CE. In this study, a parallel is drawn between the moralizing character of teaching, the creation of Civic Centers and the use of civics in the 60s, 70s and 80s, a period in which it was used by the military to combat “subversion” and promote “progress” in the country. However, despite all the efforts of the military, this educational model demonstrate the contradictions of dictatorial regime in scholar context, especially in the Civic Centers, as they are political bodies, at a time of democratic opening in Brazil.

**Keywords:** Education; Local history; Civil-Military Dictatorship.

## Introdução

O presente artigo trata sobre as reformas educacionais realizadas durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e os seus reflexos para a EEM Joaquim Magalhães, localizada no município de Itapipoca-CE.

Quanto ao período em questão, utiliza-se o termo Ditadura Civil-Militar, pois, segundo o historiador Daniel Aarão, no livro “Ditadura e Democracia” (2014), ao usar apenas “Ditadura Militar”, se contribui para ocultar tanto a participação dos civis durante a organização do Golpe de 1964, quanto o apoio deles aos governos militares que o sucederam. Portanto, usar o termo “Ditadura Civil-Militar” se mostra mais oportuno para tratar o uso do civismo pelos militares e a aplicação dele em uma escola pública do norte cearense.

O termo civismo, segundo José Silvério Baía Horta (2012), no livro **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)**, é compreendido como uma derivação do conceito histórico de cidadania moderna, surgido com a Revolução Francesa, em que as práticas pedagógicas cívicas, como a valorização da nação e da pátria, vão substituir a educação religiosa. Ele está atrelado à ideia de nacionalismo e de patriotismo, que, durante a Ditadura Civil-Militar, foi instrumentalizada pelos militares como mecanismo de propaganda ideológica do regime.

A Ditadura Civil-Militar, iniciada no ano de 1964, representou a tomada do poder pelos militares, os quais justificavam o golpe como uma reação à suposta ameaça comunista do governo João Goulart e ao crescimento dos movimentos de organização camponesa e operária, como as Ligas Camponesas e o CGT. A repressão sobre eles foi intensa e muitos de seus integrantes foram presos e torturados. Entretanto, esses não foram os únicos grupos duramente reprimidos.

Outro grupo vítima da repressão política foi o movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), por exemplo, sofreram com as medidas autoritárias, o que foi se agravando com a adoção dos Atos Institucionais, cada vez mais repressivos, até chegarem à quase total suspensão dos direitos fundamentais, com o AI-5, em 1968, que retirou qualquer aparência de suposta “democracia” do regime militar.

As prisões em massa durante o Congresso da UNE, a repressão à Passeata dos Cem Mil e a invasão à UNB representaram apenas parte da face cruel do tratamento dado pelo regime militar ao



movimento estudantil, que, pelo desejo dos generais da época, deveria ser expurgado, como afirma Brito:

Os resultados dessa fúria repressiva foram sentidos principalmente pelos militantes do movimento sindical e os ativistas das ligas camponesas. Os expurgos tiveram como alvo também funcionários públicos, juízes e militares. Os estudantes não ficaram imunes, nem o conjunto dos ativistas engajados na luta pelas reformas de base. A militância de esquerda também seria visada. Não por acaso, a UNE e o PCB foram alvos de processos judiciais (BRITO, 2008, p. 114).

A partir desse momento, ficava cada vez mais claro a necessidade, por parte dos militares, de promover mudanças na área educacional, desmobilizando a ação política dos grupos estudantis e legitimando o regime político da época. Para isso, os militares recorreram ao civismo e ao ensino técnico como medidas que revolucionariam a educação brasileira.

### **Os militares e o civismo**

Os militares subiram ao poder com o Golpe civil-militar de 1964, tendo como objetivo: expurgar os indivíduos que, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, eram considerados “inimigos internos”; combater a corrupção; desenvolver o país; e eliminar a ameaça comunista. Em resumo, eles queriam acabar com as pautas comuns dos movimentos políticos, sociais e estudantis, que contavam com a participação popular e representavam uma força de contestação política.

Os militares não só promoveram uma repressão política intensa aos movimentos que se opunham ao autoritarismo, mas também se preocuparam em legitimar o novo regime. Essas ações seriam realizadas por meio da supressão de organizações estudantis, principalmente as universitárias, e da criação da disciplina de Educação Moral e Cívica<sup>1</sup>, a fim de construir mecanismos que fortalecessem o moralismo e o patriotismo.

O civismo, no entanto, não era uma novidade daquele período histórico. Ele começa a ser pensado ainda no período imperial, quando as autoridades se preocupavam em incentivar a formação de uma cidadania aliada à moral católica, que fosse capaz de “civilizar” os brasileiros. Entretanto, o

---

<sup>1</sup> Segundo FILGUEIRAS (2006), a disciplina de Educação Moral e Cívica foi criada em 1969, mas implementada de forma definitiva pelos militares com a Reforma educacional nº 5.692, de 1971, que cria os graus de instrução e o ensino técnico no ensino público. A disciplina, apesar de ser concebida durante a Ditadura Civil-Militar, tem fundamentos que remontam a Era Vargas e a períodos anteriores.

civismo só ganha contornos de prática educacional com a República, quando o novo regime tenta imputar nos brasileiros valores republicanos, mediante o sistema escolar, como afirma Filgueiras:

A escola era o local por excelência que possibilitaria essa formação do homem moderno. Representante do projeto republicano de civilizar as massas, colaborando no processo de desenvolvimento do capitalismo como a industrialização e urbanização (FILGUEIRAS, 2006, p. 23).

A Educação de Moral e Cívica, primeiramente, era uma prática educativa, não chegando a constituir uma disciplina na matriz curricular. Ela ocorria tanto dentro dos conteúdos de Geografia, História e Música, quanto na difusão de símbolos pátrios, do culto à bandeira, aos heróis nacionais e aos fundadores da nação.

Durante a Era Vargas, a Educação de Moral e Cívica foi reformulada e se aproximou novamente dos preceitos da religião, recriando o ensino religioso nas instituições educacionais do país, o que agradou a maioria da população e a Igreja Católica. Essa prática educativa foi reforçada com a obrigatoriedade do canto orfeônico e da educação física, por compreender-se na época que a “raça” brasileira deveria ser formada pelo aperfeiçoamento físico, moral e intelectual do indivíduo, e que apenas as três disciplinas poderiam proporcionar isso.

É importante ressaltar que no mesmo período já havia intelectuais, como é o caso de Francisco Campos, que pensavam no civismo como uma extensão ideológica do militarismo. Segundo HORTA (1994), Francisco Campos defendia essa união, pois ela servia como uma preparação dos civis para a atividade militar, além de fazê-los reconhecer a importância dos militares, heróis brasileiros, para a construção de uma cidadania preocupada com as questões nacionais.

Em resposta a esse tipo de pensamento, são criados os Centros Cívicos (CC), por meio do **Decreto-Lei nº 2072, de 1940**. Eles também não eram novidade, pois, desde o início da República, havia instituições voltadas para a discussão do civismo e do culto a figuras públicas. Entretanto, naquele momento, eles passavam a ser obrigatórios, como instituições que tinham como objetivo desenvolver atividades ligadas à Juventude Brasileira, dentro das escolas.

A Juventude Brasileira era um movimento cívico criado pelo mesmo decreto. Ela tinha como objetivo infundir, nas crianças e nos jovens, o “sentimento de disciplina e educação militar”, semelhante ao escotismo (ABREU, 2010, p. 388). Esse movimento realizaria as suas atividades em espaços escolares, onde deveriam ter instalações próprias, para promover, aos seus filiados, atividades

diversificadas, ligadas à música, à atividade física e à comemoração das datas cívicas, e eventos patrióticos.

Os CC deveriam ter supervisão de um diretor e de um professor, com atividades organizadas e dirigidas pelas inspetorias escolares. Os CC do Estado Novo foram revogados no final da ditadura varguista, mas o seu modelo, autoritário, obrigatório e que incentivava um civismo militarista, foi aproveitado pela Ditadura a partir do Golpe de 1964, que proporcionou uma intensa repercussão na sociedade daquela época.

### **A Ditadura Civil-Militar e as reformas educacionais**

Com objetivo de suprimir os movimentos de oposição estudantil e de propagandear a ideologia do civismo, o governo militar implementou as reformas educacionais do Ensino Superior, em 1968, e do Ensino de 1º e 2º graus, em 1971. Além disso, promoveu a criação de outras leis e de decretos, a fim de ensinar e inculcar valores e conhecimentos, considerados fundamentais, para a formação do modelo ideal de cidadão que se pretendia para o Brasil.

Segundo PLÁCIDO (2014), em 1969 foi instituído o **Decreto-lei nº 869/69**, que tornava obrigatória a inclusão da Educação Moral e Cívica no currículo das escolas de todos os níveis do país. O objetivo dessa disciplina era fortalecer a unidade nacional por meio do culto aos símbolos, às tradições e aos vultos nacionais. Além disso, mediante a disciplina exigida, os estudantes seriam estimulados a obedecer às leis, a trabalhar pelo futuro da nação e a desenvolver a moral baseada nos pressupostos da religião.

O Ensino de Moral e Cívica remonta ao início da República, como prática educacional transdisciplinar, vindo também a aparecer como as atividades extraescolares dos Centros Cívicos, durante a Era Vargas. Entretanto, ela é instituída como disciplina e prática educativa obrigatória apenas com o **Decreto-lei nº 869**, de 1969.

Com a **Lei n.º 5.692**, de 1971, a educação brasileira é dividida em graus de instrução (1º, 2º e 3º grau), sendo o 1º grau correspondente ao atual Infantil e Fundamental; o 2º grau, ao atual Ensino Médio; e o 3º grau, ao Ensino Superior. O 1º grau teria como objetivo, além da educação geral, a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho, não chegando a ser um ensino profissionalizante, mas que buscava a formação para uma vida em sociedade, priorizando o aspecto do trabalho.

Outro ponto de destaque importante é o objetivo da reforma, que pretendia democratizar o acesso da população à escola pública, eliminando o Exame de Admissão, antigo teste que limitava a entrada de estudantes do atual 5º ano para o 6º ano. Ela buscava reduzir a evasão escolar e combater o analfabetismo. Entretanto, essa medida, se não fracassou, teve resultados limitados, pois, apesar do aumento no número de alunos, a evasão tornou-se mais alta, assim como não apresentou aumento nos investimentos na área educacional. Uma consequência notória dessa situação foi a precarização do trabalho docente durante a Ditadura Militar.

A reforma educacional de 1971, do governo militar, instituiu como necessidade a profissionalização da população, o que ocorreria em curto e médio prazos, em todas as escolas públicas e privadas do dito 2º grau (atual ensino médio), que deveriam ofertar cursos profissionalizantes. Elas teriam de escolher os cursos que disponibilizariam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas, como auxiliar de escritório ou de enfermagem, e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia, ao fim do 2º grau, um certificado de habilitação profissional, e os governos estaduais teriam de implementar as medidas para a instalação desses cursos.

A medida tinha dois objetivos: profissionalizar a população durante o chamado “milagre econômico”<sup>2</sup> e diminuir o acesso à universidade que, segundo os dirigentes militares do período, constituía em “abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento” (BELTRÃO, 2017, p. 2), além de promover o enfraquecimento dos movimentos políticos universitários, diminuindo os focos de contestação política.

Em consonância com essa visão tecnocrata do ensino e buscando garantir uma educação que construísse uma cidadania condizente com os valores patrióticos do regime militar, foram substituídas as disciplinas de Geografia e História pela de Estudos Sociais. A nova disciplina integraria componentes básicos de Geografia e História e buscaria dotar os alunos de uma visão geral do conhecimento socioeconômico brasileiro e mundial, retirando a potencialidade “subversiva” da disciplina de História.

---

<sup>2</sup> Segundo o Dicionário Temático do CPDOC FGV: “milagre econômico” foi o período entre 1967 e 1973, em que o Brasil alcançou taxas médias de crescimento econômico muito elevadas e sem precedentes só comparável a outros países como o Japão no pós-guerra. O rápido crescimento foi favorecido pela conjuntura econômica internacional e por programas implementados pelos militares o que propiciou um clima de incentivo ao ufanismo brasileiro.

Ainda entre as medidas da Reforma de 1971, pode-se destacar a recriação dos Centros Cívicos que funcionariam, de forma obrigatória, juntamente com a disciplina de Ensino de Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política Brasileira). Esses órgãos deveriam atuar em todos os níveis do ensino: do nível básico ao superior. No nível básico, eles eram conhecido como Centro Cívico Escolar (CCE) e, no superior, como Centro Superior de Civismo (CSC). Os Centros Cívicos deveriam ser compostos por alunos e professores orientadores e funcionariam dentro dos estabelecimentos de ensino.

Os Centros Cívicos funcionariam mediante a eleição de chapas, sob orientação do Conselho Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e dos preceitos presentes no Guia do Civismo, documento que regulava as atividades do civismo nos órgãos educacionais. Era de responsabilidade dos CCE influenciar a formação e o caráter dos alunos, e prepará-los para vivenciar a “Democracia” em um futuro próximo. Essa formação deveria ocorrer por meio do enaltecimento do civismo, com a realização de atos que exaltavam a Pátria.

Esses órgãos de ensino enalteciam também figuras de destaque da história nacional, como: Tiradentes, D. Pedro II ou Olavo Bilac, este último sendo uma das figuras mais reverenciadas do civismo brasileiro. Os Centros também deveriam seguir o Código de Honra, regimento interno que se baseava no Guia do Civismo e nos ditames da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que tinha por princípios: honestidade, amor às pessoas, responsabilidade e respeito aos superiores.

As atividades desses centros envolviam o culto à bandeira, que deveria ser feito semanalmente pelos membros, e a organização e a promoção de eventos cívicos, como o desfile do 7 de setembro. Além disso, organizavam ações artísticas e culturais para os membros, a exemplo de jornais, grupos de teatro, festivais de música e de poesia; e, para garantir verba, realizavam gincanas, que tinham uma dupla função: além de angariar fundos, elas serviam para mobilizar os estudantes e a comunidade a comparecer nesses eventos culturais.

Para muitos dos participantes dos CCE, esses órgãos tinham apenas uma função recreativa, voltada para ações culturais e esvaziada da representação ou da discussão de temas políticos. Entretanto, para outros, esses Centros representavam a abertura da experiência política para jovens estudantes que se envolviam nas campanhas eleitorais e nas publicações de jornais e peças que debatiam temas ligados à situação da política local e nacional da época. Para debater as repercussões das mudanças educacionais ocorridas nesse período, no tocante à experiência do civismo durante a

Ditadura Civil-Militar, apresenta-se o caso da EEM Estadual Joaquim Magalhães, situado no município de Itapipoca-CE.

### **A EEM Joaquim Magalhães e a Lei 5.692/71**

A EEM Joaquim Magalhães, fundada em Itapipoca – CE, região norte do Ceará, no ano de 1945, tinha como objetivo inicial a formação de normalistas (professores), para atuar no meio rural, no contexto do chamado ruralismo educacional, que, desde a década de 1930, já criava as suas primeiras escolas no Ceará. Ela seria a primeira instituição de professores na região de Itapipoca.

Entretanto, com a **Lei 5.692/71**, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ocorre uma reforma profunda na educação brasileira. Por meio dela, são criados os graus de instrução: 1º, 2º e 3º. O 1º Grau era a junção do Curso Primário e do Curso Ginásial (atual Fundamental), o 2º Grau era o antigo Curso Colegial (atual Ensino Médio) e o 3º Grau era o atual Ensino Superior. Essa lei também substituiu a formação das Escolas Normais por uma habilitação do 2º Grau, com um curso de 3 anos, que permitia lecionar até a 4ª série, do 1º grau, e outro de 4 anos para o magistério até a 6ª série.

Quem terminava o 1º grau no Colégio Estadual Joaquim Magalhães, a partir de 1972, tinha duas opções: escolher o Pedagógico (antigo Normal) ou o Científico (Assistente de Administração), ambos com duração de 3 anos. Em 1980, o pedagógico ganhou um ano a mais, completando os 4 anos (o 4º pedagógico) para o magistério pleno, que permitia lecionar tanto no 1º, quanto no 2º grau. A criação de habilitações profissionalizantes para o 2º grau, como já citado, tinha por objetivo promover a capacitação dos estudantes para o mundo do trabalho sem necessariamente passar pela Universidade.

Segundo OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; e TEIXEIRA, D. P. (2022), com a reforma de 1971 na educação, a Escola Joaquim Magalhães demonstrou a preocupação de oferecer tratamento médico e dentário numa época em que a saúde pública era totalmente precária, lembrando que o SUS só foi criado em 1989. Como reflexo dessas mudanças, a escola inaugurou seu consultório médico na década de 1970. A principal função dele era fazer o serviço de ambulatório, de vacinação e de medicação de alunos. Essas ações faziam parte de um projeto governamental amplo para tentar baixar as altas taxas de mortalidade infantil nos anos 70.

Outro destaque desse período, na Escola Joaquim Magalhães, é a criação do Centro Cívico Olavo Bilac, que tinha como objetivo difundir a ideologia do civismo entre a comunidade escolar. Esse órgão estudantil foi criado como homenagem ao poeta, um dos principais destaques na história do

civismo brasileiro. Segundo COLETTTO (2021), durante a Ditadura Civil-Militar, Bilac era visto como um símbolo da união entre militares e civis, reverenciado por ajudar na criação dos Tiros de Guerra e incentivar o patriotismo nacional.

O Centro Cívico Olavo Bilac iniciou seu funcionamento em 1972, sob a orientação da diretora na época, Terezinha Sampaio, e de um coordenador, José Ivo Paixão, como recomendado pelo Guia do Civismo. A bandeira do CC foi escolhida por um dos estudantes, Raimundo Lauro Teixeira Filho, e era feita com as cores vermelha e branca: “vermelho significando o sangue derramado pela independência. Branco representando a paz e a liberdade” (OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P., 2022, p. 75). Emblemas, bandeiras e símbolos eram significativos porque faziam parte da mística desses órgãos.

Durante os anos seguintes, ficou registrado que o Centro Olavo Bilac participou intensamente das comemorações cívicas, como o desfile do sete de setembro, o aniversário do município de Itapipoca e o centenário de Santos Dummont, seguindo as diretrizes da CNMC, que orientavam os Centros Cívicos a enaltecer eventos e datas de caráter patriótico, nas esferas nacional, regional e local. Neles também eram reverenciadas as biografias de heróis nacionais, como a de Santos Dummont e de Olavo Bilac, além de outras autoridades, como o General Médici e o dirigente cearense Cesar Cals.

Havia também ações do civismo, no período do Regime Militar, que estavam ligadas à assistência social e ao meio ambiente, como a “Semana da Árvore”, o “Dia do Ancião” e a “Semana da Comunidade e da Alimentação”. Essas práticas tinham como objetivo preparar os educandos para se tornar membros atuantes dentro da comunidade, incentivando a cidadania e a preocupação com os problemas nacionais.

Completando o tripé da dimensão do civismo (intelectual, moral e físico), o Centro Cívico Olavo Bilac também promovia gincanas e jogos escolares, como os jogos interclasse, que ocorriam internamente, e os jogos olímpicos, que eram feitos entre as escolas. O principal objetivo desses eventos era ampliar o engajamento dos alunos em torno desse órgão e incentivar a realização de atividades físicas e esportivas.

Atividades culturais também eram oferecidas pela instituição, como a banda de música escolar, a competição de poesias, as apresentações artísticas e o serviço de som “A Voz do Estudante”. Em paralelo a essas ações, houve a publicação do jornal “A Voz Estudantil” que, durante o final da



Ditadura Militar, no começo dos anos 80, protagonizou as contradições de um órgão de representação de alunos que vivenciavam o clima de abertura democrática.

### **“A Voz Estudantil”: entre o autoritarismo e a rebeldia**

Segundo OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P., (2022), o jornal “A Voz Estudantil” foi criado pelo professor Francisco Davino Sousa, supervisor do Centro Cívico, por volta do início dos 1980. Naquele período histórico, a Ditadura Civil-Militar já estava em sua fase final e os principais mecanismos de repressão política, como a censura prévia e o AI-5, já haviam caído. Esse clima de abertura política fez com que as pessoas questionassem mais a repressão e o autoritarismo dos militares.

O professor Francisco Davino Sousa não concordava com a organização do Centro Cívico, que seguia os ditames da gestão escolar, baseados no Guia do Civismo e na CNMC. Ele acreditava que o órgão “deveria ser um porta voz dos estudantes e não um ‘garoto de recados’ da direção escolar” (OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P. 2022, p. 76). Ele acabou tendo vários desentendimentos com os dirigentes, por causa das publicações do jornal que traziam questionamentos sobre a política local e os temas nacionais. Segundo GUILHERME (2011), o envolvimento dos Centros Cívicos com a política não era algo raro, e isso é confirmado com declarações feitas por vários ex-membros, que citam a participação nesses órgãos como uma de suas primeiras experiências políticas.

Esse foi o caso do aluno Pedro Montenegro Andrade, que ficou à frente do jornal durante os seus quase dois anos de existência, mesmo com toda a pressão pelo fim do folhetim. Ele pertencia a uma família atuante nas mobilizações contra a Ditadura Civil-Militar, estando um dos seus irmãos, José Montenegro de Lima, na lista de desaparecidos do período. A influência desse personagem no movimento político da Escola Joaquim Magalhães ficou gravada na história da instituição, quando, após o seu falecimento, seu nome foi escolhido para nomear o novo Grêmio Estudantil, criado no período pós-ditadura, depois do fim dos CCE.

### **Considerações Finais**

O Regime Militar de 1964 não se preocupou apenas com a repressão política, como mecanismo para se manter no poder ao longo de cerca de 20 anos, ele empregou também construções ideológicas, principalmente aquelas que se valiam do espaço educacional para serem efetivadas.

A Reforma Educacional de 1971 preocupou-se em ampliar o acesso à escola, promovendo a sensação de “democracia”, para a população, e de progresso, com cursos e habilitações profissionalizantes oferecidos pelas escolas públicas. Todavia, é importante destacar que os avanços foram limitados, pois os investimentos foram reduzidos e a evasão cresceu enormemente.

A EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca-CE também vivenciou essas transformações, quando houve a criação de cursos profissionalizantes e dos Centros Cívicos Escolares (CCE), e a ampliação das matrículas. É possível observar como os governos militares se esforçaram para promover a ideia de progresso, com base nos valores conservadores e autoritários, mas, como Thompson aponta, em seu livro **Costumes em comum**, os indivíduos têm vontade própria e ela é advinda de experiências anteriores, da chamada “cultura costumeira”. Portanto, os indivíduos aderem a costumes e a práticas impostas embasados em suas vontades e não apenas pela simples imposição delas.

Como foi possível observar, mesmo com a imposição do Civismo como uma ideologia do regime militar, ela não conseguiu sufocar as experiências políticas dos estudantes. Pelo contrário, eles viram naqueles órgãos a possibilidade, ainda que limitada, do exercício democrático não permitido pelo Regime Militar. Com base na análise de caso da EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca, pode-se afirmar que os CCE permitiram a muitos estudantes o início de suas contestações ao autoritarismo do período.

#### Referências bibliográficas:

- ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 27 de mar. de 2022.
- BELTRÃO, Tatiana. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. **Senado notícias**, 2017. In: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em: 26 de mar. de 2022.
- BRITO, Antônio M. F. 2008. **O golpe de 1964, o Movimento Estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964 – 1968)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Milagre Econômico Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>> Acesso em: 10 dez. 2022.
- COLETTI, Lara. Uma trajetória intelectual marcada pelo enquadramento de memória: o uso da figura de Olavo Bilac na construção da ditadura civil-militar (1965-1974). **Revista Vernáculo**, n. 47, 2021.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. 2006. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GUILHERME, Karina Clécia da Silva. **Ditadura militar e educação: uma análise do Centro Cívico Escolar (1971-1986)**. 2011.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P. **COLÉGIO ESTADUAL: De Escola Normal à Escola de Ensino Médio Joaquim Magalhães**. Itapipoca: Gráfica Santa Fé, 2022, v.1. p.100.

PLÁCIDO, Gilmara Duarte. **Educação, Civismo e Religiosidade durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985)**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de (2014): 1559-0.

REIS, Arão Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**. Do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 22, p. 149-170, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. 1981. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras.

# Um estudo sobre o furto no mundo do trabalho em Salvador durante a Primeira República

## Un estudio sobre el hurto en el mundo del trabajo en Salvador durante la Primera República

**Osnan Silva de Souza**

Mestrando em História

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

o202916@dac.unicamp.br

**Recebido em:** 23/05/2022

**Aprovado em:** 29/11/2022

**Resumo:** Este artigo pretende analisar, refletir e apresentar como se desenvolveu o dinamismo do furto no mundo do trabalho em Salvador durante a Primeira República brasileira. Nos jornais e periódicos do período, 1889-1930, podemos notar uma série de notícias e informações que indica uma grande hostilidade entre patrões e empregados em diversos setores: indústria, comércio, trabalho doméstico, etc. Empregadores queixavam-se de ter suas propriedades violadas e pertencentes furtados e acabavam por punir todos os empregados. Estes reagiam de várias maneiras. A partir de diversos indícios podemos notar a existência de furtos nos locais de trabalho. Quem os praticava? Como e por que se davam? Quais foram os papéis da polícia e da imprensa nesse contexto? Essas são algumas das indagações desta pesquisa.

**Palavras-chaves:** Mundo do Trabalho; Primeira República; Salvador.

**Resumen:** Este artículo pretende analizar, reflexionar y presentar cómo se desarrolló el dinamismo del robo en el mundo del trabajo en Salvador durante la Primera República Brasileña. En los diarios y periódicos del período 1889-1930, podemos notar una serie de noticias e informaciones que indican una gran hostilidad entre patronos y empleados en diferentes sectores: industria, comercio, trabajo doméstico, etc. Los empleadores se quejaron de que violaron sus propiedades y robaron sus pertenencias y terminaron castigando a todos los empleados. Estos reaccionaron de varias maneras. A partir de diversos indicios, podemos señalar la existencia de hurtos en el lugar de trabajo. ¿Quién los practicaba? ¿Cómo y por qué se llevaban bien? ¿Cuáles fueron los roles de la policía y la prensa en este contexto? Estas son algunas de las preguntas de esta investigación.

**Palabras clave:** Mundo del Trabajo; Primera República; Salvador.

### Introdução

Ao nos debruçarmos sobre os periódicos que circulavam na cidade de Salvador durante o período republicano – como o *A Notícia*, *Gazeta de Notícias*, *A Manhã*, *Pequeno Jornal*, *A Capital*, *Correio*

*do Brasil, Cidade do Salvador, A Manhã e Jornal de Notícias* – podemos observar, através de notícias, denúncias, reclamações, relatórios, depoimentos e imagens, que houve muita inquietação na imprensa, na polícia e em outros setores da sociedade com invasões de propriedades, furtos e roubos de pertences e golpes que ocorriam na cidade. Geralmente eram empregados aos suspeitos termos como “gatuno” ou “larápio”, que vinham acompanhados por alguns adjetivos como “audacioso”, “ousado” etc.

Há, no entanto, uma problemática mais específica: muitos desses sujeitos, chamados de “gatunos” ou acusados de terem praticado algum furto, eram identificados nos jornais por meio de seus ofícios e profissões: criados, padeiros, açougueiros, pedreiros, vendedores, trabalhador de algum estabelecimento comercial. Além disso, observamos queixas de patrões, alegando – muitas vezes sem provas – terem sido roubados por algum ou todos empregados. Normalmente, havia muitas tensões e conflitos nos locais de trabalho, desencadeando prisões, demissões, pedidos de demissões, agressões, discussões, questionamentos, queixas, movimentações políticas etc., os quais tinham como um dos elementos dinamizadores o furto.

Pretendo, portanto, analisar, refletir e apresentar como o furto esteve presente no mundo do trabalho na cidade de Salvador durante a Primeira República, seja através das acusações, muitas vezes sem prova, dos patrões, como uma forma de punir indiscriminadamente todos os seus funcionários, seja como uma prática do trabalhador em meio às tensões no ambiente de trabalho e nas ruas. Mas quem eram esses trabalhadores? Como e em que contextos se deram esses furtos? Havia de fato furtos? Por que havia? Quais os posicionamentos dos patrões, dos empregados, da polícia e da imprensa nesse cenário? São algumas questões levantadas neste trabalho.

## I

“Fui vítima da maior violência que se pode infligir a um homem de bem e zeloso funcionário dos seus deveres, qual a de ser detido por custódia, sem culpa formada, por mera imputação por espaço de 52 horas” (*A Manhã*, 3 set. 1920, p. 2). Estas linhas fazem parte de uma carta aberta ao público escrita por João Cezimbra Tavares, ajudante de despacho na Alfândega da Bahia, após ser acusado, sem provas, de furto, isto é, de ter extraviado algumas mercadorias nas Docas, e terminar preso por mais de dois dias.

Em agosto de 1920 foi publicado nos jornais *A Manhã* e *A Tarde* uma série de matérias denunciando “as roubaheiras das Docas” e as tensões entre patrões e empregados naquele local: “nas

Docas do Porto da Bahia trabalham centenas de empregados, e ninguém diz nem sabe do modo por que são eles tratados ali", aponta um noticiarista, afirmando que "ultimamente tem havido muitos roubos, mas não podemos nem se deve responsabilizar todo mundo, pois estamos certo que ainda existem muitas pessoas distintas a serviço desta companhia" (*A Manhã*, 18 ago. 1920, p. 2). No entanto, parece que muitas vezes, de fato, o patronato acabou por "responsabilizar todo mundo", isto é, todos os empregados, pelos furtos ocorridos.

Cezimbra Tavares havia sido acometido por uma moléstia durante alguns dias, os quais ficou sem ir trabalhar. Quando retornou ao 6º Armazém ainda estava um pouco debilitado, por isso ainda levava consigo medicamentos para o seu uso, e "lá fui chamado pelo fiel do predito armazém, o senhor Eurico Ribeiro Freitas, que me comunicou ter contra mim provas cabais do desvio da caixa de medicamentos", e acrescentou já ter encontrado a mercadoria extraviada e a pessoa receptora. Quem havia feito a falsa denúncia foi o seu colega de trabalho, o conferente Raul Cunha, "empregado que a Doca não ignora ser um relapso e não cumpridor dos seus deveres" (*A Manhã*, 3 set. 1920, p. 2). Tavares ficara completamente furioso e indignado com "tal infame calúnia assacada a minha honra", e logo prontificou-se a levar o caso a instâncias superiores dentro da Doca, mesmo sendo aconselhado pelos colegas que não o fizesse: "a minha cedência neste particular viria comprovar a minha culpabilidade na subtração da caixa desviada". Em sua longa carta, repleta de insatisfação, o ajudante de despacho levantou a suspeita contra o seu acusador:

Quem poderá negar que o roubo da célebre caixa de medicamentos não foi praticado pelo próprio conferente Raul Cunha, se ele abertamente clamava aos quatro ventos que quando desse um bolo nas Docas seria para não precisar mais delas? Eis textualmente uma frase que não abona muito da honorabilidade desse senhor (*A Manhã*, 3 set.1920, p. 2).

Após procurar um dos seus superiores, o senhor Roiz Gamboa, acabou recebendo um tratamento pouco agradável e foi ordenado a retornar ao armazém em que trabalhava. No final da tarde, porém, "um Sargento de polícia apareceu no 6º Armazém e convidou o senhor Cezimbra a comparecer a 2º Delegacia para prestar uns ligeiros esclarecimentos". O articulista do *A Manhã* demonstrou-se insatisfeito: "o empregado doente como estava, teve várias crises no presídio onde o trancafiaram injustamente e onde também permaneceu 52 horas". Parece que não existiu nenhuma prova concreta para acusar o trabalhador, muito menos para mantê-lo preso por mais de dois dias. Ainda assim, "só depois disso ficou apurada a sua inocência". Além disso, "o delator, isto é, o homem

que diziam lhe ter visto levar o volume e vender, não compareceu, porque justamente não existia, era falso, era imaginário” (*A Manhã*, 18 ago. 1920, p. 2).

O homem sentiu-se desrespeitado, sobretudo por seus patrões, então decidira que não trabalharia mais naquele armazém: pediu demissão. Entretanto, além de desejar tornar público tudo o que ocorreu nas Docas, queria que os seus direitos fossem atendidos, portanto, foi em busca do ordenado, isto é, de seus dias trabalhados. Contudo, novamente entrou em atrito com os seus empregadores. Um destes, o sr. Delpont, “que não teve desculpas a dar, declarou autoritariamente ao senhor Cezimbra que não lhe pagaria coisa alguma”. O seu ordenado “havia de ficar na companhia, pois em abril do corrente ano verificou-se um furto no 6º Armazém de 30 sacos de feijão, pelo qual foram responsabilizados todos os empregados” (*A Manhã*, 29 ago. de 1920, p. 2).

A atitude de Delpont indignara tanto o trabalhador, agora desempregado, quanto o *A Manhã*. Para os articulistas, o argumento do patrão não passaria de uma retórica para não pagar o que devia ao funcionário que acabara de pedir demissão: se de fato, o argumento fosse verdadeiro, ele “teria feito o desconto imediatamente”, ou demitido algum empregado no momento, e não teria “essa paciência de esperar até hoje e por esta oportunidade”. Para Cezimbra, tudo isso serviu “para coroar a obra da violência que sofreu ilegalmente”, que ironizou: “tarde a reparação aos interesses das Docas. Como essa gente vela bem os negócios da companhia, quatro meses depois!!!” (*A Manhã*, 3 de set. 1920, p. 2).

Primeiramente, eu desejo selecionar um dos elementos presentes neste acontecimento bastante complexo, por acreditar que ele possa nos ajudar a compreender melhor “as roubalheiras”, isto é, os furtos que ocorriam no ambiente de trabalho, além de ser um ponto que tem certa ligação com outros casos que veremos adiante. Refiro-me à hostilidade de classes. Não quero dizer que esta hostilidade entre patrões e empregados foi a força motriz nas relações trabalhistas, mas as fontes nos indicam que ela esteve presente, variando em sua intensidade em cada situação. Iacy Maia Mata observou que no pós-Abolição houve grande preocupação com a segurança pública, com as propriedades dos ex-senhores e com a ordem social. O ódio aos pobres foi acompanhando por um “discurso racista em relação aos libertos” e por uma “reivindicação do aumento da força policial” – para muitos políticos e ex-senhores, “essa seria a única forma de obrigar os recém-libertados a trabalhar”. O objetivo desses sujeitos era “manter os libertos sob sujeição, como trabalhadores assalariados baratos”; nos antípodas, os libertos “buscavam o acesso a terras e não submissão a qualquer tipo de trabalho coercitivo”



(MATA, 2002, p. 40).

Parece que as relações de trabalho foram vistas a partir de uma perspectiva paternalista e mesmo autoritária e arbitrária. Não só isso, foram postas como um caso de polícia. Não foi por acaso que às vésperas da Abolição na Câmara Municipal de Salvador foi aprovado “um projeto de posturas para regulamentação do trabalho doméstico livre na cidade”, no qual os trabalhadores deste ramo deveriam ser matriculados na Secretaria de Polícia (BARRETO, 2019, p. 82-92). Parlamentares e agentes de segurança pública viam esses trabalhadores, muitos dos quais livres e libertos, como sujeitos com uma inclinação genética ao crime – potenciais criminosos (ANDREUCCI, 2010, p. 33).

Não obstante toda a pretensão dos grupos dominantes em criar uma nova ética do trabalho, pautada na disciplina e na submissão dos empregados e outras ferramentas de controle social dentro e fora dos mundos do trabalho, sabemos com Nancy Rita de Assis que durante a Primeira República as relações entre patrões e empregados foram marcadas também por grandes divergências e conflitos, inclusive físicos, dependendo da ocasião. Havia grande insatisfação dos trabalhadores quanto “aos ganhos exíguos e às condições de exploração”. A historiadora acredita que a inexistência de leis trabalhistas explicaria, em partes, “a recorrência do uso da força física por subalternos contra os comerciantes nacionais e estrangeiros” (ASSIS, 1998, p. 47).

Desse modo, ao lermos o *A Manhã* de junho de 1920, notamos que Colatino de Tal “saiu do bom caminho”, visto que era “um antigo empregado da Linha Circular, merecendo sempre inteira confiança”, porém foi preso “devido um furto que praticou, não em um lugar qualquer, mas na própria Circular de onde desviou um material de pequena importância” (*A Manhã*, 22 jun. 1920, p.2). No mesmo ano, o espanhol “conhecido como Virgílio de tal” e que, “moço ainda, trabalhava no motel a rua D’Ajuda, propriedade do senhor José Martins”, foi acusado de querer “tomar a casa do patrão”. Diz-se que ele “tirou tudo quanto foi possível, arrumou numa carroça e vendeu a alguns árabes cientes do fato” (*A Manhã*, 10 ago. 1920, p. 3). E o “criado infiel”, Luís da França dos Santos Vieira, “furtou um relógio de ouro de uma casa Rua das Mercês onde era empregado” (*A Notícia* 19, nov. 1914, p. 3). Acredito que em meio a um cenário de grande exploração e arbitrariedade no mundo do trabalho – no qual se planejava “manter sob total domínio os trabalhadores”, sempre destacando a reverência à “hierarquia, a obediência e o respeito aos superiores e “prevendo aplicação de punições aos trabalhadores considerados insubmissos” (SOUZA, 2010, p. 80) –, o furto foi um modo que alguns trabalhadores encontraram para se vingar e atacar a propriedade de seu patrão.

Voltemos às Docas. Podemos notar o modo descontrolado e arbitrário com que era administrado o local: sem nenhum tipo de critério ou investigação, todos os funcionários eram punidos por um suposto extravio que poderia ter sido executado por qualquer indivíduo; a recusa em atender os direitos do trabalhador, como pagar os dias trabalhados, para tanto utilizando retóricas. Talvez “As Roubalheiras das Docas” – frase que serviu de título para uma série de reportagens do *A Manhã* – tenha ao menos se intensificado pela forma como os empregados vinham sendo tratados na companhia.

Se é verdade que Raul Cunha disse “que quando desse um bolo nas Docas seria para não precisar mais delas”, é notável que o trabalhador carrega em si uma certa mágoa da firma em que trabalha e, pelo menos em teoria, trama um ataque e/ou uma vingança aos patrões. Seria uma ação que prejudicaria a empresa, e não mais precisaria continuar naquele local. Sendo verdade esse argumento, mesmo que Cunha não tivesse a menor pretensão de concretizar o que proferia, fosse somente, digamos assim, “conversa fiada”, notamos ainda um dissabor do rapaz pelas Docas. Um pensamento hostil em relação aos superiores.

Antes de partirmos para analisar essa tensão envolvendo também aqueles trabalhadores informais, acredito ser pertinente analisarmos uma ilustração do *A Manhã*, na qual observamos um homem descalço, representando o “operariado baiano”, amarrado num pelourinho e gritando “morra o boche!”<sup>1</sup> sendo chicoteado por outro homem, de botas e chapéu, representando o patrão, mais especificamente “Emilio Staecke”, como aparece estampado em sua blusa.

---

<sup>1</sup>Acredito que “Boche” é um termo (talvez pejorativo) sinônimo de “alemão”.

Figura 1: ilustração do jornal A Manhã, de 1920, representando a opressão sobre o operariado baiano.



Fonte: *A Manhã*, 12 ago. 1920.

Staecke seria um alemão que havia sido nomeado chefe da Oficina de Navegação da Bahia, a “personificação do sujeito grosseiro e possuidor de um espírito tacanho e baixo”, que resolveu “considerar os operários como verdadeiros escravos, indivíduos sem vontade própria, eternamente sujeitos à vontade” Conta-nos o articulista que “o alemão desnaturado” entendeu que

os pagamentos, que eram feitos quinzenalmente, deviam ser agora por mês e isto fez sem a menor comunicação aos operários, trazendo vexames sem conta. Outrossim, o senhor Emílio trata com a maior estupidez os homens do trabalho, dirigindo-lhes termos insultuosos, ofendendo-os nos melindres da honra das famílias dos mesmos (*A Manhã*, 12 ago. 1920, p. 1).

De mais a mais, havia a denúncia de que Staecke criou uma guarda composta de sujeitos “armados de faca e punhal” que vigiavam e mantinham o “terror” na oficina, como “no intuito de ofender os operários morigerados” (*A Manhã*, 12 ago. 1920, p. 1). Mas será que eram, com efeito, os operários “morigerados”? Será que eles não revidavam a truculência do alemão a ponto de fazê-lo

sentir-se ameaçado? Nas reclamações feitas pelo articulista é relatado que o chefe da oficina ficou muito irritado com a recusa de um fogueira em realizar um serviço extra e afirmando que era um “serviço extraordinário e como tal devia ser pago com a diária de extraordinário”. Se de fato era o alemão um sujeito muito grosseiro e autoritário, que tentava impor ordem e disciplina severas na oficina, insultando os funcionários, tratando-nos mal, parece que isso não foi suficiente para fazer com que os trabalhadores abrissem mão dos seus direitos e do seu orgulho. No mais, vimos, no caso das Docas, que nem mesmo a iminência do desemprego fez com que Cezimbra Tavares recuasse em seu enfrentamento junto aos patrões e questionassem aquilo que acreditava ser injusto para si e seus companheiros.

Há uma série de pesquisas que vêm apontando para os conflitos existentes nos mundos do trabalho na Bahia. Posso mencionar brevemente o importante estudo desenvolvido por Robério Santos Souza e Iacy Maia Mata, no qual discute-se como os operários, brasileiros e de outras nacionalidades, perante condições precarizadas de trabalho, falta de cumprimento dos acordos trabalhistas, lutavam de diversas maneiras em prol dos seus direitos: “das mais variadas formas, os operários protagonizaram protestos e denunciaram o desrespeito e as arbitrariedades às quais estavam sendo submetidos”, apontam os historiadores baianos. Segundo eles, as ações dos empregados eram “motivadas, dentre outras questões, pelo descumprimento e pelo desrespeito dos empregadores com as condições contratuais, inclusive aqueles referentes ao valor e pagamento de salários” (MATA e SOUZA, 2020, p. 9-14).

Na verdade, se olharmos para a segunda metade do século XIX, veremos com João José Reis, a tensão nas ruas de Salvador envolvendo senhores de escravos, fiscais municipais e um variado segmento negro de ganhadores. Houvera fortes tentativas de vigiar, controlar e solapar o mundo do trabalho desses sujeitos, negros africanos, brasileiros, escravos, libertos e livres. Uma veemente hostilidade a ponto de estourar uma grande greve no final da década de 1850. E nesse ambiente adverso, de estigmatização, fiscalização e tentativa de domínio, o furto também se fez presente. “Nas décadas de 1870 e 1880, vários ganhadores continuavam a ser presos pelas rondas policiais acusados desse tipo de delito”, escreve o historiador, “quem observa em fotos da época os andrajos que cobriam os coros dos ganhadores no Brasil entenderá por que eles roubavam roupas com tanta frequência”. (REIS, 2019, p. 320-323).

Em poucas palavras, observamos grande rivalidade e mesmo agressividade entre patrões e empregados nesses locais de trabalho. Por sinal, no mesmo ano em que Colatino de Tal é acusado de ter “saído do bom caminho” e furtado na *Linha Circular*, onde trabalhava, também temos a denúncia (quatro meses depois) que esta companhia se recusou a indenizar a família de um operário morto num acidente de trabalho, que poderia ser evitado, se não fosse uma suposta negligência dos patrões que não elaboraram medidas para remover os fios descascados onde transitavam os funcionários. Entretanto, não acredito que o furto tenha sido a primeira opção dos trabalhadores como forma de protesto junto ao patronato, ou mesmo que aparecesse numa relação causa efeito: exploração trabalhista/furto. Mas observo que em meio às relações precarizadas e perversas por parte dos empregadores, o furto também se fizera presente como uma forma de ataque e vingança; como um modo de indisciplina e insubmissão perante a hierarquia patronal.

Carlos Braga Neri Braga, estudando a tensão entre operárias negras e patrões na produção de fumo na cidade de Cachoeira, enfatiza: “o furto foi a subversão das normas das empresas”. Mais ainda: “a interpretação que faço do furto é que ele foi uma das muitas maneiras de luta de classes”. (NERI BRAGA, 2021, p. 145-149). Rivalizando com autores como Niall Ferguson e Jurgem Habermas, Domenico Losurdo sustenta que existem diversas formas e configurações de lutas de classes: estas “não são, de modo nenhum, característica da sociedade burguesa e industrial”. Vale a pena lermos a provocação do filósofo italiano:

Nos anos 1960, mais de quatrocentos homens negros do Alabama foram usados como cobaias pelo governo. Doentes de sífilis, deixaram de ser assistidos, porque as autoridades queriam estudar os efeitos da doença sobre uma “amostra da população”. [Durante o século XX] os povos da Ásia, África e América Latina libertam-se do jugo colonial ou semicolonial, ao passo que nos Estados Unidos se desenvolve a luta dos afro-americanos para pôr fim ao regime de segregação e discriminação racial, que continua a oprimi-los e humilhá-los, relegá-los aos segmentos inferiores do mercado do trabalho e até mesmo usá-los como cobaias. [Toda essa tensão] tem algo a ver com a luta de classes? (LOSURDO, 2015, p. 14).

No decorrer de sua obra, o eminente filósofo deixa claro que todos esses conflitos e muitos outros compõem o fenômeno da luta de classes. Num mergulho exaustivo nos manuscritos de Marx, Losurdo preme que há diversas formas, configurações e ferramentas de luta de classes. Não podemos nos perder em meio à tradição liberal que põe a luta de classes em “termos reducionista e vulgarmente economicista”. Precisamos nos permitir a visualizá-la como um conflito social, “uma reivindicação por

reconhecimento”; uma luta contra a desumanização, por dignidade, direitos e cidadania. Acredito que a interpretação de Braga é lúcida. Podemos enxergar o furto como um instrumento de luta de classes, um elemento que os trabalhadores utilizaram para revidar e atacar os seus patrões. Se voltarmos às Docas, veremos os trabalhadores insatisfeitos com as injustiças sofridas, a exemplo de descontos nos seus salários, falta de pagamento dos dias trabalhados, não cumprimento dos acordos – e acima de tudo, o desrespeito e humilhação que eram submetidos. Em meio a oposição a essa situação, acredito que o furto foi um instrumento de luta.

## II

Em outubro de 1914, um jornalista do *A Notícia* fez duras críticas aos criados e às criadas, e às cozinheiras, dentre outros trabalhadores domésticos que estariam falando sobre a vida íntima dos patrões com barbeiros e outros profissionais, a tão conhecida fofoca. “Os trabalhadores domésticos mudaram muito, tornaram-se infiéis”. Segundo o autor, as patroas queixavam-se muito da criadagem. Em uma encenação, supondo as falas das donas de casa era dito: “impossíveis os criados de hoje! Malcriados, arrogantes, não fazem o serviço direito, caros e sobretudo infiéis e inconvenientes...”. As criadas estariam contando e mesmo inventando coisas da vida privada das famílias às quais trabalhavam; alarmam “na rua ao vendeiro, ao homem das hortaliças, ao homem do peixe, etc. cobra de lagarto dos patrões”. Mais: essas domésticas “inventam fatos, exageram coisas, aumentam e alardeiam as ocorrências mais íntimas dos patrões” (*A Notícia*, 15 out. 1914, p. 3).

Acredito que o articulista, que demonstrou muito desprezo e repugnância pelas trabalhadoras domésticas, tenha posto em extenso as aspirações dos patrões em relação aos empregados indisciplinados. Suponho também que espalhar acontecimentos íntimos dos empregadores também teria sido a forma que as trabalhadoras domésticas encontraram para externalizar o que sentiam e revidar algo sofrido. Embora não explique o porquê, a *Gazeta de Notícias* deu o título de Tudo cansa à matéria que nos traz a história de “Joana de tal”, que durante muito tempo foi “empregada no prédio número 5 a Rua das Portas do Carmo, onde reside o senhor José Carvalho de Oliveira”. A criada doméstica sempre teve um comportamento louvável pelo patrão; sempre agiu de forma a merecer a “confiança das pessoas da casa”. Mas..., como diz o título “tudo cansa neste mundo” e “Joana cansou-se e ser fiel; cansou-se e zas! Lançou mão de diversos objetos de valor pertencentes ao patrão, e se pôs a fresco” (*Gazeta de notícias*, 16 de jul. de 1913, p. 3). O que teria feito Joana se cansar, furtar e fugir?

Avançando alguns anos à frente do nosso período de estudo e chegando às décadas de 1940-



50, podemos ver no estudo de Maurício Reali Santos sobre as domésticas na cidade de Porto Alegre, que essas mulheres não eram vistas como trabalhadoras, mas como agregadas que deveriam obediência, respeito e gratidão aos patrões, pois recebeu acolhimento dentro de um lar. Essa perspectiva acabava por excluir do horizonte o panorama econômico dessa relação trabalhista. Havia uma série de regras e exigências, como dormir no trabalho, não sair durante a noite ou receber namorados. Além disso, “os salários, quando oferecidos, frequentemente, situavam-se abaixo do mínimo”. O autor ainda examinou uma série de processos criminais que envolviam assédio, abuso e violência sexual contra as domésticas por parte dos patrões e seus filhos. Dentre as diversas formas de “conflitos de classes e resistência cotidiana”, o autor põe os furtos. Estes “poderiam se constituir como uma forma de vingança ou compensação por salários não pagos ou demissões consideradas injustas”. (REALI SANTOS, 2021, p. 154, 178, 192).

Mais ainda: seria pertinente pensarmos não somente os empregados acusados de surrupiar os patrões, mas os trabalhadores em geral acusados de cometer esses crimes em outros locais, para além do trabalho. Se assim o fizermos, veremos que “dois carroceiros praticaram [...] um furto de um fardo de charque, pertencente à firma comercial *Magalhães & Camp*” (*A Notícia*, 7 jun. 1915, p. 4). Veremos também que “o senhor Clementino José de Araújo, proprietário do armazém número 136, ao Mercado do Ouro, entregou ao carroceiro Félix José Lisboa, 40 Kg de carne de charque”. O rapaz foi preso acusado de ter desviado o caminho e levado a mercadoria para a sua residência (*A Notícia*, 18 out. 1914). No início de 1892, “Francisco de tal, [que] já trabalhou no *O Republicano*”, teria invadido uma alfaiataria “e furtado duas peças de casimira” (*Jornal de Notícias*, 13 mar. 1892, p. 3).

Mas o que provocou essas ações? O primeiro motivo apontado foi a hostilidade de classes nas relações trabalhistas. Mas podemos observar outros elementos que nos ajudam a compreender melhor esses furtos cometidos por trabalhadores a seus patrões: o furto como uma maneira de complementar a renda. Já tivemos a oportunidade de saber, em *O Povo tem fome*: uma reflexão sobre a penúria em Salvador durante a Primeira República, que, num cenário de muita miséria que impactava a cidade, muitos indivíduos viam no furto uma forma de escapar da fome: roubava-se carne seca, peixão, pão, biscoito, farinha (SOUZA, 2019, p. 14-15). Muitos presos alegavam ter cometido o crime por conta da crise e pela necessidade de comer. Analisando o Livro de Registros de Prisões dos meses de abril e junho de 1889, Walter Fraga Filho afirmou que boa parte dos furtos visava o sustento: muitos “crimes estavam relacionados às dificuldades de sobrevivência” (FRAGA, 2014, p. 100).



Com a chamada *A crise e o estômago*, o jornal *A Notícia*, em Junho de 1915, alegou que “Manoel Felisberto Simões é daqueles que não podem suportar a consequência da crise”. Por isso “quando tem fome não escolhe meios”. O rapaz encontrava-se “limpo do bolso e do estômago e, após ligeira reflexão, furtou uma caixa de sardinhas do srs. Magalhães & Comp.” Acabou preso (*A Notícia* 15, jun. 1915, p. 3). “Desde menino que roubo e estreei numa venda furtando bolachas por não encontrar dinheiro”, contou um jovem negro, ex-aprendiz de marinheiro, na prisão (*A Notícia*, 14 out. 1914, p. 2).

A fome é um ponto de convergência dos motivos das ações da maioria dos indivíduos que agia fora da lei. Não estou asseverando que todos os grupos e indivíduos fora da lei estavam ali somente por causa da fome. Cada um guardava seus diversos motivos, e a fome e a pobreza, certamente, estavam na maioria das listas, senão em todas. Em seus estudos sobre o banditismo social, que inclui os cangaceiros do sertão brasileiro, Eric Hobsbawm pontuou: “o banditismo tendia a tornar-se epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica”. O historiador inglês também salientou que “os Aheriya de Uttar Pradesh (Índia), sempre uma tribo de caçadores, criadores de aves, não se transformaram em assaltantes de estradas senão por ocasião da grande fome de 1833”. De brinde, Hobsbawm ainda nos ensina um antigo provérbio chinês: “É melhor infringir a lei que morrer de fome” (HOBSBAWM, 2010, p. 26-27). Fraga Filho: “o roubo podia ser um recurso ocasional de sobrevivência para pessoas que, em momentos difíceis da vida, tiveram que enfrentar a fome” (FRAGA FILHO, 1994, p. 106).

### III

Mas não foi apenas pela fome. A historiografia inglesa, com Edward Thompson e George Rudé, mostra-nos como é equivocado ver as ações dos indivíduos de modo superficial. Aprendemos que as multidões que se movimentavam durante os séculos XVIII e XIX, na França e na Inglaterra, contra a escassez e carestia, isto é, alta dos preços do trigo e outros alimentos, não foram impulsionadas somente pela fome. Pelo contrário, muitas vezes o sentimento de revolta e indignação pelo alto e injusto preço, ou a concepção de que o pão era sagrado, ou mesmo outras convenções sociais e tradicionais pulsava bem mais forte que a barriga vazia. Embora a fome tenha marcado presença em revoluções e protestos populares, estes iam além daquela (THOMPSON, 2005, p. 152-171; RUDÉ, 1991, p. 115-116). Dessa forma – ciente de que a Salvador do século XX não é a Europa do XIX –, embora a fome fosse muitas vezes um fator que determinasse as ações desses sujeitos, não eram um

fator que as delimitava.

Em fevereiro de 1892, “Leopoldina Merrey contratou para serviço de criado o crioulo Salvador Manoel do Socorro”. Parece que, no mesmo dia, o rapaz conseguiu ter acesso às chaves do local em que a senhora guardava as suas joias e dinheiro, e furtou além de diversos objetos de valor, a quantia superior a 1:300\$00. Somente três dias após o ocorrido, “a vítima do audacioso laráprio deu por falta dos seus dinheiros, pelo que deu [...] queixa à autoridade local”. Imediatamente, a polícia, sob o comando do “subdelegado da Freguesia da Penha, Capitão João Gomes de Oliveira”, pôs-se à procura do rapaz, realizando “uma importante diligência, digna de elogios”. Logo o jovem foi preso “em flagrância de esbanjamento do dinheiro por ele furtado”. Tudo indica que, durante o interrogatório, Salvador do Socorro acabou confessando o crime e relatando o que fez com o dinheiro e objetos furtados. “Dizem que Salvador é noivo, daí que se explica a compra do enxoval que os leitores verão na lista que em seguida publicamos” – dizia o Jornal de Notícia, enfatizando: “objetos comprados [...] à custa da bolsa alheia” (Jornal de Notícias, 9 fev. 1892, p. 2). Os objetos comprados:

2 paletós de casimira; 2 calças de dito; 1 colete dito; 9 pares de meias; 9 colarinhos; 10 camisas de meia; 12 lenços; 5 ceroulas de creguella; 2 lenços de seda; 1 par de chinelos; 2 chapéus, sendo um de feltro e outro de palha; 5 frascos de essência e óleos e um recibo comercial de José Fernandes da Costa Braga no valor de 50\$000 de roupas encomendas. 1 paletó de casimira; 1 calça de casimira; 2 cortes de casimira; 1 par de botinas; 1 Gravata; 2 Camisas; 2 pares de meia 1 camisa de meia; 1 relógio prata galvanizada; 1 chapéus, sendo um de feltro (Jornal de Notícias, 9 fev. 1892, p. 2).

Outra dimensão do furto poderia ser a necessidade de consumo. Não simplesmente consumir superficialmente. Mas ter algum objeto, como relógios, joias, certos tipos de calçados e vestimentas poderia significar estar na “moda”, fazer parte daquela sociedade, acessar à cidadania. O furto cometido pelo criado Salvador do Socorro, ao que parece, foi para a realização do seu casamento, já que o jornal afirma que ele era noivo e o material comprado com o suposto furto foi um enxoval marital. Estamos vendo que longe de serem decorrentes de uma inclinação genética, como propunham as teorias raciais do século XIX (ANDREUCCI, 2010, p. 71), as ações fora da lei realizadas por trabalhadores em Salvador durante a Primeira República poderiam ser ocasionadas pela agressividade que se desenrolava nas relações de trabalho, pela fome, falta de oportunidades e muito mais.

Examinando os furtos cometidos por empregadas domésticas e suas possíveis motivações, Reali Santos vê forte “aspiração aos objetos de consumo usufruídos pelas patroas”. O furto poderia

ser uma “oportunidade de ter acesso aos bens de consumo que o salário não proporciona obter” (REALI SANTOS, 2021, p. 172). Alguns dos elementos que muitas vezes eram restritos aos patrões e aos ricos poderiam despertar o interesse dos pobres e empregados. Poderia ser o furto um tipo de reação à desigualdade social, experimentada e percebida por muitos indivíduos.

Será que quando José Pereira da Silva “furtou uma bengala com castão de ouro, uma salva de prata e um chapéu do Chile do seu patrão”, foi para vender ou para utilizar? A mesma pergunta podemos levantar sobre Dias dos Santos que no início de 1915 furtou, “na igreja da Barroquinha, os brincos e anéis de Nossa Senhora da Boa Morte” (*A Notícia*, 28 jan. 1915, p. 3). O crime que fez Benedito ser preso foi o furto de “muitos objetos de prata e ouro, gravatas e carteiras na loja *Palácio de Cristal*” (*Jornal de Notícias*, 12 jul. 1892, p. 5). O que ele fez com esse material? Repassou ou experimentou? As fontes não nos permitem saber. Mas sabemos que, em 1892, João Júlio foi preso por ter furtado de um hóspede do *Hotel Brasil* a quantia de 100\$00. Interrogado pelos alferes, o rapaz confessou o destino dado ao dinheiro arrecadado: comprou “uma calça de casimira por 35\$00, um chalé merino fino por 15\$00, um relógio de prata usado por 10\$00”, e “o resto dinheiro tinha gastou no jogo” (*Jornal de Notícias*, 12 jul. 1892, p. 5).

A República vivenciou com relativa intensidade furtos de roupas, relógios, alfinetes de brilhantes e outras joias, inclusive invasões e roubos a joalherias, ateliês e alfaiatarias. O material conquistado a partir dessas ações fora da lei eram comercializados e circulavam pelas ruas da cidade. Porém, sejam vendidos, sejam utilizados por aqueles que se apoderaram, os furtos desses produtos apontam um certo grau de importância para o consumo material na sociedade soteropolitana. Certamente, o sujeito que se apropriava de roupas, joias, calçados e outros objetos sabiam do seu valor na sociedade em que viviam, estavam cientes que encontrariam facilmente um comprador.

No final de 1926, o jornal *A Capital* alarmava que o “Armazém *A Primavera* está comprando furto”. A denúncia feita foi que João Argolo – “um inveterado gatuno, conhecido não só da polícia, como dos proprietários” – adentrou a loja *Centenário*, no bairro Comercial, pegou um corte de tricoline e o vendeu ao primeiro estabelecimento citado (*A Capital*, 12 nov. 1926, p. 2). Treze anos antes *A Primavera* já aparecia em outro capítulo semelhante: “Alfredo da Silva, ex-praça do Esquadrão de Cavalaria” foi preso quando tentava vender nesse armazém um “relógio de ouro e uma corrente do mesmo metal, um anel de bacharel, com rubi e brilhantes, dois pares de botinas ainda novas, um revólver e uma luneta laminada a ouro” que conquistou após escalar o muro do Colégio São José, nos

Barris, e penetrar “esse estabelecimento, dirigindo-se para o quarto do dr. Perpedigno Ricaldi, auxiliar do dr. João Florêncio, diretor daquele Colégio”.

Essas reincidências envolvendo não apenas esses estabelecimentos – o armazém *Primavera*, no intervalo de mais de uma década, e a casa *Calunga* em dois anos –, como outros, podem nos sugerir que esses homens, chamados de “gatunos” pelos jornalistas e policiais, sabiam que aquilo que foi conquistado a partir da invasão de propriedade poderia ser negociado em alguns estabelecimentos da cidade, sem maiores problemas. Ou simplesmente os donos desses locais não faziam questão de indagar a procedência do produto comprado para revender. Com efeito, eu não sei – até aqui não encontrei pistas que me indicassem tal coisa com tanto precisão como eu desejaria – se os indivíduos que compravam os furtos, sejam pessoas comuns, que viam no preço provavelmente mais barato a oportunidade de ter determinado produto, sejam os comerciantes que adquiriam para revenda, estavam cientes da origem daqueles produtos. Poderia haver inocentes e cientes da procedência do material vendido. Quando o *A Manhã* se indignava denunciando Virgílio de Tal de querer roubar toda a casa do patrão, afirmava também que os árabes comprados estavam “cientes do fato”.

Acredito que as joias, roupas, calçados, chapéus e outros objetos furtados em Salvador durante a Primeira República fizeram parte das ações fora da lei de alguns sujeitos, porque enxergavam uma comercialização fácil para poder suprimir suas necessidades, sejam elas básicas, sejam elas “fúteis”. Nesse caso, porque talvez aqueles sujeitos também quisessem experimentar e usufruir desses produtos que não faziam muito parte do seu cotidiano. Os indivíduos das classes mais favorecidas economicamente que, numa sociedade que era constituída também pela fome, miséria, desemprego e analfabetismo, poderiam desfrutar desses objetos de grande valor financeiro, simbólico e de poder, viam o seu mundo de ostentação, moda e elegância momentaneamente abalado e violado a partir das invasões e saques de suas propriedades, sejam os lares, sejam os estabelecimentos comerciais.

#### IV

Estamos na presença de uma sociedade – e não podemos perder isto de vista –, na qual parlamentares e membros das elites elaboravam projetos de controle social, rígida disciplina do trabalho e criminalização de hábitos e condutas de pobres e negros. Os jornais e periódicos que estou aqui trabalhando eram escritos por sujeitos que estavam inseridos nessa sociedade. Não formam, de modo algum, um grupo homogêneo. É notório os pontos de vista diferentes entre autores de um para o outro e mesmo dentro de um mesmo jornal. Sem contar que jornalistas, professores, advogados,

políticos e outros indivíduos, de diversas perspectivas também expressavam suas ideias e aspirações por meio desse veículo de comunicação. No entanto, tratando-se do crime de furto era quase unânime o repúdio e o rechaço.

Chama-nos atenção como os termos “gatunos”, “vadios”, “desordeiros” eram empregados generalizada e desordenadamente nas mais diversas situações, sobretudo envolvendo a prisão de algum indivíduo acusado de furto, brigas, ou de estar envolvido em algum tipo de confusão, ou mesmo estar fazendo algo como empinar pipa, tomar banho de mar, e até um indivíduo que agrediu ou assassinou alguém. É verdade que o termo desordeiro era muito mais genérico que gatuno. Este, via de regra, referia-se a um acusado de golpes, roubo ou furto; enquanto muitas vezes sequer se dizia o motivo da prisão do homem chamado de “desordeiro”.

Apesar de já haver na historiografia uma problematização sobre a reprodução e aplicação de modo generalizado das noções que encontramos nas fontes e que eram infligidas às camadas populares, importantes dissertações e teses insistem em abraçar a ideia de muitos articulistas, por exemplo, e transcrevem *desordeiro* ou *vadio* para caracterizar algum sujeito, como se esses fossem seu ofício, ocupações ou filosofia de vida: “o desordeiro Fulano de Tal”. Se olharmos para o Rio de Janeiro, por exemplo, veremos que mesmo com o objetivo de criticar as representações feitas por repórteres policiais sobre o crime e criminosos, Vasconcelos Ottoni utiliza a palavra “delinquente” de modo desenfreado em sua tese. Ao mesmo tempo em que faz críticas à imprensa por estigmatizar imigrantes, a autora os chama de “delinquentes viajantes”. (OTTONI, 2012, p. 193-196). Barbosa Gonçalves narrando um episódio de violência policial durante a abordagem e condução de alguns indivíduos numa rua de Salvador, aponta que “um dos delinquentes protestou contra aquele ato”. (BARBOSA, 2014, p. 86).

É argumentado que os jornais empregavam palavras “um tanto quanto depreciativas, a exemplo de capadócio, desordeiro e vagabundo” para classificar aqueles sujeitos. No entanto, na página seguinte, este mesmo autor afirma que o centro antigo de Salvador era um local “onde a vagabundagem era frequente”. Adiante, quando se empenha em tratar de um capoeira de nome Caboclinho, acusado de “resistência à prisão” policial, Oliveira escreve que o rapaz “era um desordeiro de alcunha bastante conhecido”. O termo “desordeiro” não é ressignificado para aplicar a alguém que não se curva perante à ordem que se visava estabelecer e ao controle social. Desordeiro é lido nos termos dos jornalistas e das autoridades policiais e políticas (PIRES, 2004, p. 39).

Podemos aprender com Peter Linebaugh e Marcus Rediker que na Inglaterra dos finais do século XVI e início do XVII foram formuladas severas leis contra a “vagabundagem”, na qual homens e mulheres despossuídos de bens eram enquadrados. Uma série de categorias de trabalhadores foi relacionada à preguiça e à vigarice. Em uma palavra, em umas das fases iniciais do desenvolvimento do capitalismo, foram classificados como vagabundos “todos aqueles que não pertenciam ao sistema de mão de obra assalariada”, observam os historiadores, “assim como aqueles cujas atividades compreendiam a cultura, a tradição e a compreensão autônoma”. (LINEBAUGH e REDIKER., 2008, p. 28-29).

Quem se aprofunda de maneira meticulosa nessa questão é Losurdo, em seu estudo sobre a tradição liberal na Europa e nos EUA. Aqui aprendemos que os pensadores liberais – a exemplo de Tocqueville, Locke, Mandeville, Bentham e Mill – utilizaram-se dos termos “vagabundos”, “desocupados”, “preguiçosos”, “ociosos” e “mendigos” para propor políticas que direcionassem para o trabalho crianças a partir de três anos de idade, retiradas de pais pobres, além de restringir a estes o acesso a tabernas e a bebidas. Os pedintes eram tratados como trabalhadores ociosos e negligentes que perderam o emprego, por isso a esmola deveria ser desencorajada e reprimida. Esses indivíduos precisariam ser presos e levados para casa de correção: “o delito que condena ao internato é localizado já na desocupação e na indigência”. Mais: “uma vez na casa de trabalho, os pobres deixavam de ser cidadãos em todo o sentido genuíno da palavra” (LOSURDO, 2006, p. 95-96). Sobre os homens e mulheres das camadas populares pesava “uma legislação que certamente não é caracterizada por garantias”. Na verdade, “havia mandatos em branco, que permitiam à polícia prender ou revistar com base no próprio gosto” (LOSURDO, 2006, p. 108).

Nesse cenário, a pena de morte é infligida como uma ferramenta repressiva, mas também disciplinar e exemplar. Os acusados de algum crime, como furto, mesmo sem provas concretas, deveriam ser enforcados, porquanto o objetivo era demonstrar que nenhum culpado poderia ficar impune. “A execução torna-se muitas vezes um espetáculo de massa com finalidades pedagógicas”, escreve o filósofo italiano, “os tribunais dos juízes-proprietários são chamados a funcionar como uma espécie de comitê de saúde pública”. Para além disso, “as classes populares são ainda mais controladas na vida pública que, entre tantas dificuldades, procuram alcançar” (LOSURDO, 2006, p. 109). Entre os anos 1793 e 1820, o Parlamento inglês aprovou mais de sessenta decretos voltados a reprimir as

reivindicações da classe operária. Antes desse período, já era visto com suspeita a tentativa dos servos de saírem do isolamento e comunicarem-se entre si (LOSURDO, 2006, p. 110).

Vejamos: muito rapidamente o “criado” Salvador do Socorro, acusado de ter furtado a senhora para quem trabalharia, torna-se um “audacioso gatuno”, um “audacioso larápio”. Manoel Felisberto Simões que furtou para comer é apresentado como um “gatuno” – e a informação da prisão do rapaz é expressa sarcástica e desdenhosamente: “As sardinhas iam ser comidas e o águia foi para o xadrez”. Para noticiar o suposto furto que seria cometido pelo ex-praça dá-se o título de “Os Gatunos”. O articulista do *A Manhã* demonstrara ira – “o cinismo de certos gatunos é muitas vezes revoltante” – para comunicar o caso do espanhol que furtou o patrão.

Na coluna “Os gatunos em ação”, a Gazeta de Notícia menciona o caso de Martino Gomes dos Santos, que teria pego, num dia frio e chuvoso, “o guarda-chuva do seu patrão, o senhor Tanil Torres” (*Gazeta de Notícias*, 9 abr. 1913, p. 4). Era bastante comum utilizar “Eles” para referir-se aos gatunos que agiam pelas ruas da cidade de Salvador, e é no espaço dedicado a “Eles” que o *A Notícia* chama de “criado infiel” Luís da França dos Santos Vieira “que furtou um relógio de ouro de uma casa Rua das Mercês onde era empregado” (*A Notícia*, 19 nov. 1914, p. 2). Novamente em “Os gatunos em ação” aparece o carroceiro Paulo Bispo dos Santos, preso no distrito do Pilar “por não ter entregue 150 telhas que recebeu do Senhor Martinato José Maria no ponto do destino” (*Gazeta de Notícias*, 27 jul. 1913, p. 2). Diogo Serapião dos Santos foi chamado de “meliante” por ter “tomado sorvete para vender na residência do Senhor Gastão Carneiro Monteiro ao portão da Piedade e não ter prestado contas” (*Gazeta de Notícias*, 13 de mar. de 1914, p. 3).

É possível questionar como o termo gatuno era empregado tão genericamente nas mais variadas situações. Gatuno poderia ser o sujeito que se dedicava quase que exclusivamente ao furto, golpes com falsos bilhetes premiados, arrombamento e invasões de propriedades, furto de alimentos sob a alegação de fome entre outros crimes. Imediatamente um trabalhador tornava-se gatuno na leitura dos noticiários. “Maximiano Francisco de Melo, empregado do açougue número 172, de propriedade do senhor Manuel Gomes de Carvalho”, aparece na coluna “Como eles operam!”, com o título “Empregado infiel”, após ter pego a gaveta do balcão e subtraído a quantia de cinco contos de réis (*Jornal de Notícia*, 1891, p. 1).

Talvez seja pertinente não somente examinar os sujeitos presos e tachados de gatunos. Se lançarmos o nosso olhar para aqueles acusados de desordem, “os desordeiros”, teremos uma leitura



mais profunda desse período histórico. O título é “Desordeiro e turbulento”. São esses dois adjetivos infligidos a “Manoel Cândido Avelino, vendedor de laranjas”, preso por um guarda civil, em maio de 1914. Diz a *Gazeta de Notícias* que na ocasião o rapaz “promovia desordem e apedrejava o açougue do senhor Manuel Pinho Vieira”. Não temos o motivo da agressividade do homem. Somos levados a pensar que se trata de um “louco” – outro termo problemático – que estava lançando pedras do nada em um estabelecimento comercial (*Gazeta de Notícias*, 5 de mai. 1914, p. 3).

Agora temos um “Desordeiro perigoso”. Trata-se de Antônio José que, na praça Castro Alves, “desacatou” uma “turma de guardas civis comandada pelo fiscal Arnaldo Delfim Monteiro”, chamando os homens da lei de “cambada de gatunos e ladrões de cavalo” O fiscal Delfim “deu voz de prisão ao desordeiro”, que “se revoltou e investiu contra ele de faca em punho tentando feri-lo” (*Gazeta de Notícias*, 14 de fev. 1914, p. 1). Se não estivermos atentos e nos embarçarmos nessas concepções elaboradas pelas elites e que caíam como uma enxurrada na imprensa, as coisas podem se complicar ainda mais. Mais uma vez, se não lançarmos um olhar crítico sobre esses eventos, veremos esses homens sequer como “desordeiros”, mas como sujeitos ensandecidos e alucinados, que apedrejam, xingam, gritam, agridem a esmo, sem nenhum motivo, a partir de extremamente nada. A pretensão não é justificar de modo ético ou moral as ações desses homens, ou fazer algo parecido.

Mas a inquietação histórica questiona: por que Antônio José teria tentado agredir o fiscal com uma faca e por que chamou todos os guardas de “cambada de gatunos e ladrões de cavalo”? Temos aqui um desordeiro ou um homem indignado por ter tido algo retirado de si, e que lutava para ter de volta o que lhe pertencia? Foi comum na Primeira República fiscalizações arbitrárias do trabalho informal nas ruas da cidade. Naquele mesmo ano, “o português Francisco Manuel Pinheiro, vendedor de hortaliças”, foi preso com uma navalha na mão, “por ter agredido o guarda municipal número 20, por que este teria procurado a licença para negociar” (*A Notícia*, 19 out. 1914, p. 4). Assim, como dentro das fábricas, docas, oficinas, estabelecimentos comerciais e lares abastados, as ruas foram ambiente de hostilidade envolvendo trabalhadores – muitas vezes entre si, inclusive – e os agentes policiais a serviço do projeto do Estado e das classes dominantes.

Às vezes as inquietações, as dúvidas e os questionamentos históricos são mais interessantes do que as respostas que podemos elaborar. Sendo assim, o que teria feito, em 1904, com que o “pessoal da empresa de carruagem” e o pessoal “da estação dos trilhos centrais, o qual tinha a sua frente, segundo nos informaram, o chefe da referida citação de nome João de Areia”, não permitissem que

guardas efetuassem a prisão de Pedro Germano dos Santos, vulgo "Nozinho", um “célebre desordeiro”? (*Correio do Brasil*, 26 fev. 1904, p. 3). Talvez possamos acrescentar outra pergunta, tendo como base um evento ocorrido 14 anos antes, isto é, em 1890, no Rio Vermelho: por que um grupo de homens apedrejou uma patrulha e tentou arrancar das mãos dos guardas o “desordeiro Veríssimo Teodoro Santana”, “resultando na luta de que saiu um dos praças com ferimentos na cabeça, em consequência de uma pedrada? (*Pequeno Jornal*, 19 abr. 1890, p. 2). Será que essas reações às prisões de sujeitos, vistos pelas forças policiais e retificados pelos jornalistas como “desordeiros”, não se deram por que a população local pensava que tais ações fossem injustas e injustificadas? O que de fato esses homens estavam fazendo para receber voz de prisão?

Sabe-se que durante o século XIX, o Império, com o objetivo de não reconhecer como cidadãos os indivíduos das camadas livres de “cor”, “recorreu a categorias como ‘vadios e ociosos’, ou ‘desordeiros’, para justificar as medidas de controle social” (FRAGA FILHO, 1994, p. 91). Ainda no Segundo Reinado o conceito de vadiagem pensado e elaborado por parlamentares brasileiros dá-se da seguinte forma: “todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem” (CHALHOUB, 2008, p. 73). Vadiagem, criminalidade, ociosidade termos que parecem se confundir com pobreza, ou outras características que muitas vezes foram postas como inatas aos pobres, como preguiça, promiscuidade sexual, violência, dentre outros, foram “construções ou interpretações das classes dominantes sobre a experiência ou condições de vida experimentadas pelos populares” – continuo citando Sidney Chalhoub –, e serviram “para justificar sua dominação de classe”. Desta forma podemos pensá-los somente como uma “versão ou leitura possível da ‘realidade’, apresentada de maneira mais ou menos consciente pelos agentes históricos destas classes”. Por fim, sabemos que o historiador não deve se embaraçar em meio a essas concepções e noções criadas por determinados setores da sociedade brasileira durante o Império e a República e tomá-las como “experiência real de vida dos populares, nem são a única leitura possível desta experiência” (CHALHOUB, 2008, p. 80).

## Conclusão

Nunca é fácil falar sobre o crime e a criminalidade, sobretudo no seio da população negra, pobre e da classe trabalhadora. Parece que temos de ter uma cautela redobrada, porque sempre acabamos caindo no campo da ética e da moral, do julgamento do passado e do presente. Podemos notar essa preocupação em João José Reis (2019), analisando as atividades dos ganhadores nas ruas de

Salvador em meados do século XIX. Quando este historiador menciona o fato de que muitos ganhadores acabavam desviando e se apropriando de alguns produtos que deveriam ser entregues ou vendidos, toma o cuidado de dizer: “é claro que não desviavam todo tempo os objetos a eles confiados; só uma minoria o fazia, e como recurso emergencial”. Ele não para por aqui. Na verdade, prossegue: “a maioria pautava seu desempenho pela mais estrita honestidade” (REIS, 2019, p. 64-65). Com efeito, temos de ter cautela e não nos embarçar nas generalizações e na criminalização feita à época às camadas populares, sobretudo os negros, os maiores alvos das prisões e das acusações, sem prova, de furto e roubo. Com este mesmo cuidado, não podemos nos perder no labirinto da ética e da moral no pós-Abolição. Por isso, acredito que precisamos discutir os crimes contra a propriedade a partir de variadas perspectivas políticas e historiográficas.

Por fim, embora nem de longe seja uma regra, estudar História também nos ajuda a compreender o presente, além de ampliar nossa compreensão de mundo e do passado. Assim, acredito que os estudos sobre as prisões, sobre a criminalidade e sobre o pós-Abolição como um todo são importantes para, além de ampliar nosso horizonte histórico e nossa visão de mundo, nos ajudar a compreender um pouco melhor o dinamismo social da atualidade.

## Referências

- ANTUNES ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves. África, Arte e Liberdade: a poesia de Cruz e Sousa no contexto do Atlântico Negro. Sankofa **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, v. III, Nº 5, julho/2010.
- ASSIS, Nancy Rita Sé de. **Questões De Vida E Morte Na Bahia Republicana: Valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- BARBOSA, Alisson Gonçalves. **O Povo, os Juízes e a Polícia: histórias de abuso de poder policial na Bahia 1900 – 1920**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe, 2014.
- BARRETO, M. L. de A. “Gênero e raça no trabalho doméstico livre em Salvador em fins do século XIX: o surgimento de uma classe fatalmente segmentada”. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 81-102, 2019.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**, Campinas: Editora da Unicamp, 2008
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar As Ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). **Revista Afro-Asia 21-22**, UFBA, [1998-1999].
- FRAGA FILHO, W.. **Mendigos, e Vadios na Bahia do Século XIX**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

\_\_\_\_\_. O Cotidiano Movediço do pós-Abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890. In GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da Raça: experiências da abolição e legados pós-emancipação no Brasil.** São Paulo: Sele Negro Edições, São Paulo, 2014.

GARZONI, L. de C. 2009. Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**, São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JORNAL A CAPITAL. Salvador: Biblioteca Nacional Digital, 1926-1927.

JORNAL A MANHÃ. Salvador: Biblioteca Nacional Digital, 1920-1921.

JORNAL A NOTÍCIA. Salvador: Biblioteca Nacional Digital, 1914-1915.

JORNAL CIDADE DO SALVADOR. Salvador: Biblioteca Nacional Digital, 1907-1908.

JORNAL CORREIO DO BRASIL. Salvador: Biblioteca Nacional Digital, 1903-1905.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador: Biblioteca Nacional Digital, 1896-1898.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. Salvador: Biblioteca Nacional Digital, 1912-1914.

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes.** Uma história política e filosófica. São Paulo, Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Contra-História do Liberalismo.** São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

MATA MAIA, Iacy. **Os Treze De Maio: Ex Senhores, Policia E Libertos Na Bahia Pós-Abolição (1888-1889).** 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

\_\_\_\_\_. SOUZA, R. S. Protesto, insubordinação e reminiscências da escravidão na construção da ferrovia Bahia-Minas na década da abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-19, 2020.

MORAES MONTALEONE, Joana. **O circuito das roupas: a corte, o consumo e a moda (Rio de Janeiro, 1840-1889).** 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Neri Braga, Carlos Augusto. **Operárias Negras: lutas e controle patronal na Cia. De Charutos Dannemann e na Costa Penna & Cia (1910-1950).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

PEQUENO JORNAL. Salvador: Biblioteca Nacional Digital. 1898-1902.

REALI SANTOS, Maurício. **Nas fronteiras da domesticidade.** Experiências e lutas de trabalhadoras domésticas por direitos em Porto Alegre (1941-1956). Jundiaí SP: Pacto Editorial, 2021.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, S, Robério. Organização e disciplina do trabalho ferroviário baiano no pós-abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 76-98, 2010.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

## Que bloco é esse: reflexões sobre o racismo no carnaval de Salvador nas últimas décadas (1999-2022)

What block is this: reflections on racism in the carnival of Salvador in the last decades (1999-2022)

**Davi Miguel Souza Santos**  
Graduando em História  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
dmiguel947@gmail.com

**Recebido em:** 26/08/2022

**Aprovado em:** 02/11/2022

**Resumo:** O artigo trata do racismo no carnaval de Salvador e tem por objetivo uma análise da CEI- Comissão Especial de Inquérito do Racismo (1999), instaurada pela Câmara Municipal de Salvador para a investigação de denúncias sobre a criação de barreiras raciais para a exclusão de foliões negros dos blocos de trio particulares. A instigação para a pesquisa nasceu da minha percepção de racismo ao participar da festa, e tem seus resultados perseguidos através do cotejamento entre as fontes jornalísticas, que expõe os desdobramentos da CEI, com a obra referencial de autores como: Guerreiro (2010), Miguez (1999), Moura (1996)(2001) e Santanna (2009) que versaram sobre o carnaval de Salvador e suas contradições. O presente texto também pretende servir de crítica à clássica tese de DaMatta (1997) de que a festa de carnaval no Brasil seria igualitária e racialmente harmônica. Por fim, reflete sobre os resultados da CEI do racismo para os carnavais posteriores que, apesar de não se configurarem enquanto medidas radicais, chamaram a atenção das autoridades e da sociedade civil para os problemas raciais no carnaval.

**Palavras-chave:** Carnaval; Salvador; Racismo.

**Resumen/Abstract:** The article soci with society in Salvador's carnival and aims to analyze the CEI- Special Commission for the Inquiry of Racism (1999), established by the Salvador City Council to investigate complaints about the creation of racial barriers to the exclusion of black revelers from the trio blocks. Private. The instigation for the research was born from my perception of 433ociety 433oci participating in the party, and its results are pursued through the comparison between journalistic sources, which exposes the developments of the CEI, with the reference work of authors such as: Guerreiro (2010), Miguez (1999), Moura (1996)(2001) and Santanna (2009) which dealt with Salvador's carnival and its contradictions. The society's text also intends to criticize the classic thesis by DaMatta (1997) that the carnival party in Brazil would be egalitarian and racially harmonious. Finally, it reflects on the results of the CEI of society for later carnivals that, despite not being configured as radical measures, soci the attention of authorities and civil society to racial problems in carnival.

**Palabras clave/Keywords:** Carnival; Salvador; Racism.

## Introdução

São Salvador da Bahia de Todos os Santos, como um dia foi chamada a capital baiana, Salvador, “era a maior cidade europeia fora da Europa e a maior cidade africana fora da África” (MOURA, 1996, p. 120). Além disso, ficou conhecida por ser um lugar cuja identidade era relacionada aos festejos. Sobretudo, aqueles religiosos, festejos e devoções “afro-católicas” (COUTO, 2015), que começaram a se estruturar nos séculos coloniais e, chegam aos dias de hoje com um caráter indivisível entre o sagrado e o profano. Mas, dentre os tantos festejos irretocáveis do calendário baiano, há aquele que sintetiza o chamado “b-a-ba da Bahia”<sup>1</sup> (FERNANDO, 1983), que é a “grande festa dos baianos” (MOURA, 1996, p. 176), por vezes, considerado o resumo da baianidade. Estou me referindo ao Carnaval de Salvador, essa festa, que antes de ser apenas um negócio, é sustentada por um conjunto de signos, ritos, mitos e sons baianos.

Entre os ritos, o de frequentar a festa enquanto folião pipoca, no meio da massa, fora das cordas e dos camarotes, talvez seja o mais inquietante para mim, na medida em que estimula o questionamento sobre as diferentes formas de viver e experimentar essa festa. Rememoro uma experiência vivida na pipoca do Bloco dos Mascarados, no Circuito Dodô<sup>2</sup>, comandado pela cantora de “afropop”<sup>3</sup> brasileiro Margareth Menezes. Na ocasião, observei como a artista conseguia, sem cordas, atrair os foliões de várias classes sociais, sexualidades, gêneros e cores, num mar de gente, num calor humano interracial que parecia até esconder, nem que fosse por algumas horas, os problemas nas relações raciais do Brasil. Vale lembrar que existe, de fato, uma tese de que a festa de carnaval inverte as hierarquias hegemônicas e cotidianas da sociedade, tornando relações hierárquicas mais igualitárias, ainda que por instantes passageiros. Tal tese consideraria o carnaval brasileiro favorável às boas relações raciais, por ser uma festa inclusiva, aberta e democrática, em que os negros estariam em posição privilegiada (DAMATTA, 1997). O antropólogo Roberto DaMatta em seu estudo, ao comparar o carnaval do Brasil com o dos Estados Unidos, transpõe sua tese sobre as relações raciais na festa nacional:

---

<sup>1</sup> Trecho da canção de frevo *Banbo de Cheiro*, gravado em 1983 pela cantora paraibana Elba Ramalho, de autoria do artista pernambucano Carlos Fernando que a compôs após visitar o carnaval de Salvador.

<sup>2</sup> Circuito da festa que compreende o trecho da orla que liga o bairro da Barra ao de Ondina.

<sup>3</sup> Termo assumido por Margareth Menezes desde 1992, e refere-se à maneira como a crítica internacional conceituou o som feito por ela. Segundo a cantora, o ritmo seria uma fusão do rock com ritmos afro-brasileiros (MENEZES, 2016).



Os carnavais dos dois países parecem confirmar tudo que tem sido dito sobre eles na perspectiva comparativa, só que neste caso, como no das relações raciais, a vantagem parece estar com o Brasil. Pois, o carnaval verdadeiramente inclusivista, aberto e “democrático” seria o brasileiro; o aristocratizante, exclusivista e discriminatório seria o americano. De fato, a questão fundamental parece ser a seguinte: *como é possível ter um carnaval aristocrático numa sociedade igualitária e ter – no caso brasileiro – precisamente o inverso, ou seja: um carnaval igualitário, numa sociedade hierarquizada e autoritária?* (DAMATTA, 1997, p. 169).

Esse artigo tem por um dos objetivos dialogar criticamente com tal tese. Na medida em que sigo na pipoca, naquele mesmo carnaval, fui constatando outras formas de vivenciar a festa. Por exemplo, certa comodidade e exclusividade eram conferidas pelo acesso privilegiado a espaços da festa diante pagamento para associações como, os Blocos de Trio e os Camarotes. Com grandes patrocínios, tais espaços também operavam uma segregação social e racial na festa. Para mim, bastava olhar o panorama de cores dos frequentadores dos espaços “exclusivos” majoritariamente brancos. A segurança e comodidade dessas pessoas brancas na festividade eram garantidas por cordeiros, seguranças, catadores de latinhas e vendedores, em sua maioria trabalhadores negros. Enquanto homem negro, valendo-me da intersecção entre condição social e racial, comecei a questionar a aparente “democracia racial”<sup>4</sup> do carnaval.

Certo tempo depois dessa minha vivência de carnaval, deparei-me com outros questionamentos acerca do caráter igualitário dessa festa, dessa vez, na forma de denúncias oficializadas de racismo no Carnaval de Salvador. Aqui, focarei minhas análises, particularmente, nos casos deflagrados em 1999, ano em que se criou uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) na Câmara Municipal de Salvador para investigação dessas denúncias.

Aos objetivos deste texto, importa, mais pontualmente, compreender os desdobramentos da comissão que investigou as denúncias de racismo no carnaval de Salvador, tendo a imprensa impressa, entendida aqui como agente fomentador de opinião pública<sup>5</sup>, como principal fonte para chegar aos meandros do caso, seus principais agentes e as múltiplas narrativas construídas no entorno dos acontecimentos naquele ano. O objetivo é compreender se os desdobramentos da Comissão Especial de Inquérito, no final do século XX, apoiam ou não as minhas percepções de que o carnaval não pode

---

<sup>4</sup> O conceito refere-se à suposta harmonia racial contida na festa de carnaval.

<sup>5</sup> Na medida em que tem a prerrogativa de divulgar uma narrativa oficializada.



ser compreendido na chave proposta por autores como DaMatta. O inquérito em questão verificou ou não a existência de racismo no carnaval de Salvador?

O presente estudo pretende se enquadrar no campo de estudos da História social da Cultura, levando em conta as relações sociais e raciais no carnaval, bem como a agência da indústria cultural baiana na festa e, ao dialogar com experiências autorais, também sem apresenta enquanto um estudo de “ego-história”. Aqui, dois veículos de imprensa foram agenciados enquanto fonte para a pesquisa. Em primeiro plano, fiz uso dos arquivos do jornal *Tribuna da Bahia* e, de forma secundária, do editorial *A Tarde*. As edições da *Tribuna da Bahia* cobriram o caso de forma mais precisa e detalhada, por esse motivo minha análise será mais centrada nele. Temporalmente, decidi por empregar uma metodologia qualitativa que enquadrou os fatos estudados em três espaços temporais: o primeiro, que compreende o mês de fevereiro de 1999, debruça-se sobre as primeiras notícias das denúncias de casos de racismo no carnaval de Salvador. O segundo, que se inicia no final de fevereiro e vai até o final do mês de dezembro de 1999, perpassa desde a instauração da CEI (para investigação das denúncias de racismo) até a aprovação do relatório e as discussões que surgiram acerca dessa aprovação. O terceiro, que compreende os meses de janeiro e fevereiro de 2000, versa sobre os principais impactos que a CEI do Racismo teria para o Carnaval de Salvador. Para completar minhas reflexões, apresento também um diálogo com a obra de intelectuais como Guerreiro (2010), Miguez (1999), Moura (1996)(2001) e Santana (2009), que ajudam a pensar acerca das contradições raciais que perpassam, historicamente, o carnaval de Salvador.

### **Acusações de racismo no carnaval**

Em 10 de fevereiro de 1999, o jornal *Tribuna da Bahia* repercutiu a matéria feita pelo jornalista Maurício Kubrusly, veiculada no programa "Fantástico" da Rede Globo, em 07 de fevereiro de 1999. O tema das discussões era a discriminação racial no carnaval de Salvador. Detalhe curioso sobre a matéria é que, em dado trecho, destaca-se que os preconceitos raciais nos blocos “não eram nenhuma novidade para ninguém”, essa afirmação sugere que as práticas discriminatórias nos blocos carnavalescos eram comuns na organização da festa e de conhecimento de toda a sociedade.

Em 11 de fevereiro de 1999, o Instituto Nelson Mandela, presidido à época pelo advogado Gilberto Ramos Ribeiro, incentivou um boicote aos blocos de trio de carnaval acusados de racismo. “Camelão”, “Nú Outro Eva”, “Cheiro de Amor” e “É O Tchan” estavam entre os blocos mencionados no pedido. Além desses, àquela altura, já haviam denúncias também aos blocos “A

Barca”, “Eva”, “Pinel” e “Beijo”, todos pela prática de seleção baseada na busca de “pessoas de boa aparência” para a composição dos blocos. A antropóloga Goli Guerreiro detalhou como ocorria tal prática em sua obra sobre o carnaval de Salvador, como fica elucidado na seguinte passagem:

Esses blocos têm sido sistematicamente acusados de práticas racistas. A tez clara da maioria dos integrantes de blocos de trio acaba funcionando como um dos critérios de seleção de associados. No momento da compra do carnê (para quem vai pagar à prestação) ou do abadá, o candidato a associado tem que apresentar foto e comprovante de residência. Dessa forma, o bloco tem condição de mapear tanto a aparência do folião, como o poder aquisitivo, indicado pelo bairro da moradia. De fato, a presença de pessoas negras em determinados blocos é muito rara (GUERREIRO, 2010, p. 127).

Guerreiro (2010, p.127) afirma ainda que esses blocos, popularmente conhecidos como “blocos de barão”, constituíam “espaços de brancos”. As pessoas negras que tentavam adentrar nesses espaços esbarravam nos “critérios” de seleção impostos pelos gestores do negócio. Em 11 e 13 de fevereiro de 1999, o jornal *A Tarde* veiculou denúncias de mulheres negras rejeitadas no momento de se associarem aos blocos “A Barca” e “Pinel”. Uma das denunciantes, estudante universitária e residente de um bairro popular de Salvador, teve sua proposta de associação ao bloco “A Barca” rejeitada com a justificativa de que o seu ingresso iria “sujar’ o bloco”<sup>6</sup>, nas palavras de um dos diretores do bloco. Os critérios para a admissão de novos associados fora exposto no relato de uma moça que teve a sua proposta aceita, mas que ainda assim precisou passar por outra etapa, a qual teve avaliada a sua “estética racial”<sup>7</sup>. Em fevereiro de 1999, essa mesma moça relatou: “Alguém que parecia ser o diretor do bloco saiu da sala e disse que podiam aprovar nossas inscrições porque éramos bonitinhas e que a cor da pele passava” (PINEL, 1999). Tal relato, que não foi comentado pela administração do Bloco, expõe questões de “passabilidade”<sup>8</sup> e abre espaço para as discussões de “colorismo”<sup>9</sup> na cidade de Salvador, já que a moça do relato foi considerada como detentora de um tom de pele que possibilitou a inserção dela em espaços embranquecidos, diferente da estudante

---

<sup>6</sup> BOMFIM, José. Bloco A Barca é acusado por prática de racismo. **A Tarde**. Salvador, 11 fev. de 1999.

<sup>7</sup> PINEL é novamente acusado de racismo. **A Tarde**. Salvador, 13 fev. de 1999.

<sup>8</sup> Passabilidade, nesse contexto, significa que uma pessoa pode ser “tolerada” ou “lida” como semelhante por um grupo racial diferente do que se é na verdade. Condição comumente destinada à sujeitos de pele parda, que, por vezes, tem uma identidade racial confusa.

<sup>9</sup> O conceito apareceu pela primeira vez nos Estados Unidos em 1982 através da conceituação da escritora Alice Walker. “De maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer.” (GELEDÉS, 2015).

universitária, que apareceu com foto no jornal, detentora de uma tez escura o suficiente para não ter sido “aprovada” pelo bloco, configurando-se, assim, enquanto uma “sujaria” a imagem do mesmo.

Em seu pedido de boicote, Gilberto Ramos Ribeiro pretendia, em nome do Instituto Nelson Mandela, contar com toda a população negra para deixar de se associar aos blocos acusados de racismo. Não só os foliões, como também com “todos que lutam contra o racismo, principalmente os que prestam serviços como cordeiros e seguranças. Além de motoristas, cantores, equipe técnica de som e de iluminação, compositores e policiais negros.” (RIBEIRO, 1999)<sup>10</sup>. Percebe-se que Ribeiro estimulava um boicote dos prestadores de serviços, das forças armadas e até mesmo dos artistas negros que trabalhavam para os blocos. Se esse boicote tivesse se concretizado talvez não resolvesse os problemas referentes às acusações de práticas racistas, mas, com certeza, desestabilizaria a execução da festa. Além do estímulo ao boicote, o diretor do Instituto Nelson Mandela foi além em seu manifesto e apontou que a falta de negros nos Tribunais Superiores era o que dificultava a aplicação da lei contra o racismo de forma severa, num momento onde já se somavam mais de 30 denúncias formais de racismo encaminhadas ao Ministério Público relacionadas ao carnaval.<sup>11</sup>

A emergência dessas denúncias de racismo mobilizou diversos setores da sociedade, com a criação de um “Movimento Contra o Racismo no Carnaval de Salvador”, entidade que distribuiu panfletos em defesa da apuração das denúncias de exclusão de negros nos blocos. Além disso, esse movimento chamou a atenção para a contradição contida no fato dos seguranças desses blocos acusados de racismo serem eles mesmos negros, em sua maioria.<sup>12</sup>

Naquele momento, já havia uma mobilização também dentre os setores políticos, que se mostrava suprapartidária, pressionando para que essas denúncias fossem investigadas pelos órgãos competentes. O vereador Juca Ferreira (PV), que teve grande engajamento nos desdobramentos do caso, declarou, em 22 de fevereiro de 1999, ao jornal *Tribuna da Bahia* que:

Se por um lado ficou evidenciada a força da negritude no Carnaval da Bahia, por outro ficou patente a prática de racismo. Diversas pessoas foram impedidas de desfilar nos blocos que desejavam em razão da cor da pele. Estamos em contato com as entidades representativas da comunidade negra para que uma ação conjunta seja tomada (FERREIRA, 1999).<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> INSTITUTO sugere boicote contra blocos “racistas”. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 11 de fev. de 1999.

<sup>11</sup> NEGROS pregam boicote contra blocos racistas. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 12 de fev. de 1999.

<sup>12</sup> UM LIBELO contra o racismo. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 17 de fev. de 1999.

<sup>13</sup> VEREADORES pedem investigação sobre o racismo no carnaval. **Tribuna da Bahia**. 22 de fev. de 1999.

Ferreira traça, em sua fala, o diálogo com os setores sociais de militância negra e se coloca enquanto um apoiador atuante contra o racismo no carnaval, crime que, nesse momento, antes mesmo do início das investigações, já parecia se manifestar enquanto uma certeza para ele. Os vereadores Antônio Lima (PTB), Alcindo da Anunciação (PPB), Daniel Almeida (PCdoB), João Bacelar (PFL), Valdenor Cardoso (PSDB) e Paulo Anunciação (PT) formaram a “Comissão Antirracista” na Câmara Municipal de Salvador, que acompanhou as investigações junto ao Ministério Público.<sup>14</sup>

### **Desdobramentos da CEI do Racismo no carnaval**

Durante o mês de abril de 1999, ocorriam debates semanais, às quartas, promovidos pela Comissão Especial de Inquérito (CEI do Racismo) para discutir sobre o racismo no carnaval. Tratavam-se de encontros abertos que contavam com a participação de diferentes setores: vereadores, intelectuais, acadêmicos ligados às universidades e produtores culturais, como donos de Blocos, de gravadoras e comunicólogos. Estiveram engajados nessas discussões até mesmo donos ou lideranças de Blocos que estavam sob acusação de práticas racistas, como foi o caso de Ricardo Martins, que há época dirigia o “Nu Outro Eva”. Durante às segundas-feiras, ocorriam as reuniões privadas da CEI com apenas os 11 vereadores que a compunham.<sup>15</sup>

Um dos vereadores mais atuantes nas discussões sobre o racismo no carnaval, naquele período, era Juca Ferreira. Ele afirmou que as práticas racistas na festa estavam para além daquelas manifestadas pelos Blocos, estariam presentes também na organização do carnaval, que priorizava os foliões que desfilavam nos setores pagos da festa, como nos Blocos de Trio e nos camarotes, em detrimento dos trabalhadores e das pipocas<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo em que ocorriam essas reuniões abertas e fechadas na CEI do racismo, ocorreriam também os depoimentos dos denunciadores das práticas racistas: em sua maioria, jovens negros soteropolitanos.

Os debates da CEI do Racismo atravessaram o campo da política formal e afetaram outros setores, como o universitário. Naquele mesmo ano, enquanto ainda se desdobrava o caso, a

---

<sup>14</sup> ANTIRACISTA I. **A Tarde**. 28 de fev de 1999.

<sup>15</sup> COMISSÃO do racismo debate a economia do Carnaval. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 14 de abr. de 1999.

<sup>16</sup> “Pipocas” são os foliões que brincam a festa nas ruas, de forma gratuita, sem associação com Blocos ou Camarotes.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com a Comissão da Câmara Municipal de Salvador, desenvolveu o seminário “Carnaval e Relações Étnicas em Salvador”. O evento teve como objetivo traçar um diálogo entre o que era produzido pelo campo universitário sobre o tema com o que estava sendo debatido na CEI do Racismo e levar isso para o debate público na cidade de Salvador. Outro exemplo da capilaridade alcançada pelos debates da CEI é a presença de um prelado católico numa das reuniões abertas da comissão, o Bispo Dom Gílio Felício incentivou a luta antirracista em seus discursos naquele momento. Interessante observar que o Bispo, um homem negro, já era engajado nas causas da negritude anteriormente, como na fundação da Pastoral Afro-brasileira da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de outros movimentos católicos antirracistas na cidade de Salvador.

Três meses após o início da redação do relatório final da CEI do Racismo, o texto foi aprovado pela maioria da Câmara, mas, não sem controvérsias e discordâncias. O texto votado não contou com a aprovação do presidente da comissão, Juca Ferreira, e nem dos vereadores que compunham a oposição na Câmara. Tal atitude foi vista enquanto um golpe dado por Bacelar e seus aliados. O vereador João Carlos Bacelar foi o relator do documento e justificou a convocação repentina da reunião com base na escassez de tempo, ele afirmou que a Câmara entraria em recesso e o prazo da CEI havia se encerrado, seguiu com a justificativa de que o presidente da comissão havia viajado e os outros vereadores não haviam sido encontrados. Juca Ferreira não acreditou nas desculpas de Bacelar e levantou outros questionamentos, surgidos a partir da constatação de que o texto aprovado foi redigido por Bacelar em conjunto com Ricardo Martins, o presidente da Associação Baiana dos Blocos de Trio. Tal fato explicaria a mudança de narrativa do texto que estava sendo confeccionado pela presidência e relatoria. Ferreira fechou a discussão reproduzida na matéria de jornal questionando quais motivações teriam levado Bacelar a se render subitamente aos interesses empresariais.<sup>17</sup>

O relatório redigido por João Carlos Bacelar e Ricardo Martins indicou que apenas o bloco “A Barca” era culpado por racismo, isentando assim todos os outros Blocos da acusação. Segundo o relator, haveria a cassação de alvará e o fechamento da empresa condenada, o que serviria de exemplo para os outros Blocos soteropolitanos.<sup>18</sup> Após o fechamento do texto da CEI, ele foi encaminhado ao Ministério Público. O relatório em questão foi duramente criticado pela oposição na Câmara, que se

---

<sup>17</sup> RELATÓRIO CEI do Racismo causa polêmica na Câmara. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 05 de jul. de 1999.

<sup>18</sup> RACISMO é prática alelopática do ser humano. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 24 de dez. de 1999.

sentia excluída da votação, e por setores ativistas. O presidente da CEI, Juca Ferreira, afirmou que o resultado da comissão deu em pizza:

No plano legislativo, a CPI<sup>19</sup> acabou em pizza, pois o relatório final foi muito alterado, e a Câmara não se comprometeu a fundo com os resultados das investigações e com as mudanças que se revelaram necessárias para acabar com privilégios e exclusões no Carnaval (FERREIRA, 1999).<sup>20</sup>

Além disso, Ferreira afirmou que a repercussão pública do trabalho da comissão, traria impactos significativos para o carnaval de Salvador. Entidades negras como o MNU<sup>21</sup>, Unegro<sup>22</sup> e o Niger Okan<sup>23</sup>, e intelectuais engajados com a luta antirracista também se manifestaram insatisfeitos com o resultado. Em entrevista ao *Tribuna da Bahia*, o economista Roberto Rodrigues Evangelista, expressando sua insatisfação, afirmou que:

A Câmara Municipal de Salvador, através de uma Comissão Especial de Inquérito, está chegando ao fim dos trabalhos de apuração das denúncias de racismo no carnaval, lamentavelmente, a unanimidade que determinou a criação da CEI não está prevalecendo na conclusão do Relatório. Isso é preocupante porque as práticas de racismo no carnaval são óbvias e corriqueiras, a novidade é que tornou-se assunto do noticiário nacional (EVANGELISTA, 1999).<sup>24</sup>

Também expressando a sua indignação, a ativista Olívia Santana pronunciou-se sobre o caso, questionando a atuação dos vereadores negros da cidade na aprovação do relatório final da CEI do Racismo:

Achei tudo isso lamentável, uma vez que esta seria a oportunidade da Câmara mostrar ao mundo a sua democracia racial, no entanto - chamou a atenção - estão todos, a partir de agora desautorizados a falar sobre o interesse do negro (SANTANA, 1999).<sup>25</sup>

---

<sup>19</sup> Apesar de Ferreira chamar a comissão de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), ela é uma CEI (Comissão Especial de Inquérito), pois a CPI é uma comissão feita pelo Parlamento.

<sup>20</sup> INVESTIGAÇÃO pela Câmara deu em pizza. **A Tarde**. Salvador, 24 de dez. de 1999.

<sup>21</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira de luta antirracista no Brasil. Lançada em São Paulo, ela está em ação desde 1978.

<sup>22</sup> A União de Negros pela Igualdade (Unegro) é uma entidade de luta do povo negro contra o racismo, sexismo, homofobia, intolerância e racismo religioso, fundada em 1988, em Salvador.

<sup>23</sup> O Núcleo Cultural Niger Okan é uma entidade política que nasceu no bloco afro Malê Debalê, em 1974.

<sup>24</sup> RACISMO no Carnaval da Bahia. **Tribuna da Bahia**. 24 de jul. de 1999.

<sup>25</sup> RESULTADO da CEI frustra a negritude. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 20 de ago. de 1999.

Os intelectuais Antônio Risério e Paulo Miguez, que redigiram a primeira versão do relatório da CEI do Racismo, foram categóricos na afirmação sobre o racismo no carnaval. Além disso, os autores elucidaram a grande contradição condita no fato da discriminação recair sobre a população negra, essa que seria a base intelectual e braçal da festa. Nesse sentido, eles afirmaram:

Temos, sim, discriminação racial no carnaval baiano. O que é especialmente grave, já que o que se discrimina, nesse caso, é uma população negro-mestiça que inventou e reinventou a nossa festa: para si mesma, para a cidade, para todos nós (MIGUEZ; RISÉRIO, 1999 apud GOLI, 2010, p. 130).

Sinalizando no mesmo sentido, estava o produtor cultural Zulu Araújo quando afirmou que:

Se o carnaval existe, dá lucro e é sucesso, é porque ele tem, e isto ninguém pode negar, marca forte e indelével da enorme contribuição que a comunidade e a cultura negra vem dando a esta cidade há 450 anos. É do som dos seus atabaques e tambores, da voz dos seus “gritos” e do movimento dos seus corpos que muitos sucessos foram gestados e desenvolvidos para o deleite do público. (...) Portanto, excluir, seja de que forma for, a presença desta cultura ou daqueles que a representam do carnaval de Salvador é mais que um crime, é um assassinato cultural. E isto a Câmara Municipal de Salvador, se quiser continuar sendo digna da representação deste povo, jamais poderá admitir (ARAÚJO, 1999).<sup>26</sup>

Em algumas dessas falas, a manifestação do racismo no carnaval é entendida enquanto uma grande contradição, levando em conta o que foi posto acima, que o moderno carnaval de Salvador foi pensado e sustentado pela população negra e sua cultura. Nesse sentido, em diálogo com DaMatta, é possível compreender e questionar o suposto caráter igualitário do carnaval brasileiro. As afirmações de Araújo, Risério e Miguez, por exemplo, reforçam as minhas percepções e transparecem a desigualdade racial da sociedade brasileira reproduzida no carnaval.

### **Reafricanização do carnaval e suas contradições**

Essa tal “reinvenção” protagonizada pelo povo afro-brasileiro, pode ser entendida nos limites do que Risério (1981) chamou de “reafricanização”, processo esse datado da década de 70:

Recolocar, tal como acontecera na passagem do século nos primeiros carnavais, a presença ativa de organizações negromestiças e de um respectivo repertório estético-político de matriz afro-baiana. Emergem então os blocos afro e ressurgem os afoxés, substituindo os blocos de índio – que embora dramatizassem a posição dos negros

---

<sup>26</sup> O RACISMO existe e precisa ser combatido. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 24 de jul. de 1999.



do ponto de vista sócio-racial, não chegavam a recorrer a expressões culturais de origens africanas – até então predominantes junto à comunidade negromestiça de Salvador (MIGUEZ, 1999, p.167).

Blocos afro e afoxés, como o Ilê Aiyê e o Filhos de Gandhi, foram muito importantes nesse processo, mobilizando e reinventando o que Moura (2001) chama, simplesmente, de “afro”:

Assim, entendo o afro como vetor estético que alcançou visibilidade em Salvador no início dos anos setenta, no qual a Negritude aparece associada à beleza, à força, ao brilho, ao prazer e à novidade. Por um lado, a força do afro repousa sobre o lastro da tradição do candomblé, sendo também cumulativo com relação a outros vetores, como aquele que se configurou nos blocos de índio. As batucadas ou bandas costumam preceder historicamente os blocos que as adotam ou contratam. Além disso, a plasticidade admirável de seus padrões rítmicos lhes faculta a adaptação aos modelos sucessivos de blocos. Por outro lado, o afro realiza uma descontinuidade na história da música e do Carnaval em Salvador (MOURA, 2001, p. 207).

Assim, a reafricanização do carnaval baiano contém o conceito de “afro” em seu núcleo. A passagem de Moura elucida também o caráter adaptativo das sonoridades afro, tendo essas o potencial para estarem em diferentes modalidades de blocos, sejam eles afro ou de trio. É essa característica que possibilita a fusão de tais ritmos com outros também praticados no carnaval, a exemplo do frevo. Nesse processo, emerge a Axé Music, a qual Moura (2001, p. 215) conceitua enquanto “a interface de repertório musical e coreográfico que se desenvolveu basicamente a partir do encontro entre a tradição do trio elétrico e o evento do afro”, não sendo então a *axé music* um ritmo musical e sim uma interface, uma espécie de alcunha mercadológica. Guerreiro (2010) vai além e, diz respeito aos objetivos do presente estudo, afirma:

A *axé-music* é o encontro da música dos blocos de trio com a música dos blocos afro (frevo baiano + samba-reggae). É um estilo mestiço, cuja linguagem mistura sonoridades harmônicas e percussivas. Tal mescla foi concebida inicialmente pelas bandas de trio, atraídas pela visibilidade e inovação musical do samba-reggae (GUERREIRO, 2010, p. 133).

Segundo a autora, foram as bandas de trio que primeiro mesclam esses ritmos distintos no sentido de capitalizar a produção afro ao seu favor, indo além da reinvenção em algo novo e trazendo a produção dos Blocos Afro para o repertório dos Blocos de Trio, como fica posto na seguinte passagem da antropóloga:

Além do encontro das sonoridades percussivas e harmônicas, os blocos de trio gravaram as canções dos blocos afro, carregadas de conteúdos antirracistas, produzindo uma espécie de samba-reggae pop/eletrônico (GUERREIRO, 2010, p. 133).

Todo esse mecanismo revela uma forte contradição, contida na existência de racismo no acesso de pessoas negras aos espaços desses Blocos de Trio. Os mecanismos de “cooptação” da festa por pessoas brancas (principalmente, empresários e consumidores) ajudou na ascensão midiática e financeira de algumas bandas afro, como o Olodum e o Ara Ketu. Contudo, as cifras alcançadas por essas bandas e artistas ainda é baixa se comparada àquelas alçadas por bandas e intérpretes brancos-mestiços como a da cantora baiana Daniela Mercury. Essa própria diferença mercadológica gera reflexões sobre a indústria musical baiana, o carnaval e o racismo. A autora Marilda Santana, por exemplo, argumenta:

Neste segundo álbum solo da intérprete, que tem como música de abertura *O canto da cidade* (Daniela Mercury/ Tote Gira), evidencia que “A cor dessa cidade sou eu”, passando a ser chamada de *rainha da axé music*, contrapondo-se aos militantes de movimentos negros que não a “elegeram” como representante de identidades afro-baianas estetizadas no samba reggae, impulsionando assim o novo padrão musical baiano para o Centro-sul (SANTANA, 2009, p. 267).

O exemplo de Mercury, que, ainda segundo Santana (2009, p. 42), se apresenta enquanto uma “personagem chave no processo de mestiçagem da nova música afro-baiana”, juntamente com o mecanismo de hibridização<sup>27</sup> musical ao qual está inserida a *axé music* e consequentemente os Blocos de Trio acusados de práticas racistas, servem aos objetivos desse artigo na medida em que expõe os embates e as contradições raciais em diferentes campos da festa. Quer dizer, no campo fonográfico do carnaval baiano, habitavam disputas mercadológicas, bem como, no campo prático da ocupação da avenida, ocorriam problemas relacionados ao acesso de foliões negros aos espaços dedicados à classe média branco-mestiça. Tudo isso se entrelaça na mercantilização da festa, os Blocos de Trio dependem da produção musical e a produção musical se embasa na obra afro feita por uma parcela da população que não era bem-vinda nos espaços desses blocos da elite soteropolitana.

### Os resultados da CEI do racismo para os carnavais seguintes

---

<sup>27</sup> Esse caráter híbrido refere-se a mistura de ritmos que ficou conhecida por *axé music*.

Apresento alguns desdobramentos das discussões promovidas pela CEI do Racismo. O objetivo é elucidar o que se suscitou de novo no comportamento dos Blocos de Trio e das repartições públicas competentes, como o Ministério Público da Bahia, a prefeitura local e demais esferas, bem com, as entidades de militância antirracista baianas.

O Carnaval de Salvador no ano de 2000 foi marcado pelas celebrações da virada do milênio. Muitas expectativas foram criadas e disseminadas. Sobre esses sentimentos, Ivanilton Silva, que é jurista, discorreu em matéria para o jornal *Tribuna da Bahia* em janeiro de 2000:

A festa vem aí e com ela espera-se que venha também o sentimento vitorioso de igualdade e fraternidade. Juntos, sem qualquer distinção, aproveitamos as alegrias da ocasião.

Espera-se que ao cabo da festa não tenhamos necessidade de instalação de Comissão Especial de Inquérito, nem de inquéritos policiais ou outros procedimentos para apuração de práticas racistas, próprias dos ignorantes e incompatíveis com o nível de desenvolvimento de nossa gente (SILVA, 2000).<sup>28</sup>

Silva reflete o desejo corrente de que a festa que se aproxima seja de igualdade, sem que haja a necessidade de novos processos para investigação de práticas racistas. Já se observa aqui uma expectativa que girava em torno da necessidade de mudança de conduta pelos Blocos de Trio acusados de racismo no ano anterior. No mês de janeiro também ocorreu o seminário “Carnaval e Racismo na Bahia”, o evento foi promovido pela CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras e foi sediado na OAB/BA. O objetivo foi discorrer acerca do racismo no carnaval, mas, não ficou restrito aos casos de 1999 e a condução da CEI do Racismo pela Câmara Municipal. O temário seguiu a seguinte ordem:

Os blocos afros e afoxés no carnaval da Bahia; exploração de trabalhadores no Carnaval, violência policial contra a comunidade negra no carnaval; depoimento de algumas vítimas de discriminação no carnaval de 1999; formas de combate à discriminação racial no carnaval e finalmente a plenária final com a apresentação de propostas. (RACISMO, 2000).<sup>29</sup>

Percebe-se entre os temas discutidos no Seminário da CONEN uma multiplicidade de questões abordadas, tratando da questão do racismo na festa de forma mais ampla, pontuando a

---

<sup>28</sup> SILVA, Ivanilton Santos. Expectativa. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 21 de jan. de 2000.

<sup>29</sup> RACISMO é tema de Seminário. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 28 de jan. de 2000.

violência policial e a exploração de trabalhadores, campos que contemplam práticas racistas e que não foram o foco da CEI do Racismo. No tocante à questão da exploração aos trabalhadores da festa, a CONEN, juntamente com representantes de 22 Blocos, encaminhou um pedido que foi aceito pela DRT - Delegacia Regional do Trabalho para que fosse promovida uma discussão acerca das condições de trabalho dos cordeiros, seguranças e motoristas de trio. Havia uma preocupação das instituições com uma possível repetição dos fatos ocorridos no ano anterior, quando muitos desses profissionais não foram devidamente pagos.<sup>30</sup>

A CONEN teve ainda o mérito da criação do “Disque Racismo”, dispositivo criado para receber denúncias de discriminação racial no Carnaval. Outras instituições estiveram mais atentas e mobilizadas no sentido de combater práticas racistas no Carnaval, como foi o caso da ONG Zumbi dos Palmares, que também disponibilizou o seu telefone para denúncias de racismo, do Ministério Público, da OAB e da Cidadania Contra o Racismo que trabalharam juntos na fiscalização dos Blocos de Trio garantindo que estes cumprissem o que determinava o termo de ajuste de conduta. O citado termo foi um dos desdobramentos da CEI do Racismo e foi assinado por 40 Blocos após a conclusão da mesma. O documento servia como garantia de que os Blocos deveriam entregar aos “associados um protocolo de reserva de vaga com o número da ordem de chegada e procurar investigar porque foram recusados pelo bloco” (ENTIDADES, 2000). O intuito era inibir a prática racista dos blocos e incentivar a denúncia por parte dos foliões negros, bem como uma maior participação deles nesses espaços.<sup>31</sup>

Em depoimento ao tabloide *Tribuna da Bahia*, em fevereiro de 2000, Jorge Eumawilyê, ativista do Movimento Negro Baiano que fundou o Malê Debalê e naquela temporalidade se encontrava no cargo de secretário geral do Conselho dos Festejos Populares de Itapuã, afirmou que a instalação da CEI do Racismo não representou uma inauguração ou esgotamento das discussões sobre o racismo. Apesar dessa constatação, Eumawilyê acreditava que o importante era a Comissão da Câmara ter surtido outros efeitos, percebidos por ele numa mudança de postura dos Blocos de Trio que começavam a promover, por exemplo, comerciais com cidadãos negros, engajando assim a maior participação dos mesmos.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> DRT quer evitar discriminação. **A Tarde**. Salvador, 23 de fev. de 2000.

<sup>31</sup> ENTIDADES não consideram racista a proibição do Ilê. **A Tarde**. Salvador, 24 de fev. de 2000.

<sup>32</sup> SOBRE as discussões promovidas pela CEI. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 04 de fev. de 2000.

O presidente da CEI, Juca Ferreira, em entrevista ao *Tribuna da Bahia*, no mês de fevereiro de 2000, quando perguntado se a “CPI teria virado pizza”, respondeu em tom de satisfação:

Bem que os representantes dos blocos de trio tentaram fazer pizza. Do ponto de vista formal, estritamente legislativo, a CPI foi prejudicada, teve seu relatório final mutilado e “amaciado”, no sentido de barrar grandes mudanças. Mas é inegável que a denúncia do racismo feita pela CPI e a mobilização da sociedade ajudou a mudar o Carnaval. A CPI foi assunto até do New York Times. O racismo de alguns blocos de trio não pode mais ser varrido para debaixo do tapete. A sociedade exigiu uma resposta e ela está vindo. Nada será como antes, pois a maioria do povo de Salvador deixou claro que não concorda com discriminação (FERREIRA, 2000).<sup>33</sup>

Ferreira deixa posto que a CEI do Racismo não alcançou todos os objetivos que eram aguardados e, além disso, acusou de “morosidade favorável à impunidade” (FERREIRA, 2000) a lentidão com que as resoluções da CEI estavam sendo postas em prática pelo Legislativo, mas, que estava observando mudanças a partir dela, novas posturas e engajamentos de diferentes setores. Outra mudança importante apontada por ele e creditada às discussões promovidas pela Comissão, a qual presidiu, foi a inclusão de “entidades afro” no horário nobre do desfile carnavalesco, antes disso esse turno era reservado aos blocos de trio.

### Considerações finais

A CEI-Comissão Especial de Inquérito do Racismo, apesar de ter passado por uma espécie de esvaziamento no seu caminhar pela Câmara; (vide as acusações de golpe no processo de relatoria e aprovação do relatório final da Comissão), confirmou oficialmente a existência da prática racista no Carnaval de Salvador. As entrevistas, os depoimentos e os textos não deixam dúvidas quanto à atuação discriminatória por parte do Blocos de Trio. A inexistência de surpresa na sociedade civil sobre esse fato, no desenrolar das primeiras denúncias, já apontava para qual era a existência do povo preto no Carnaval de Salvador. Práticas discriminatórias eram amplamente conhecidas pelos foliões. As vítimas denunciadas agiram incentivadas pela chegada do tema na grande mídia, quando a Rede Globo veiculou a prática, em nível nacional, o que foi compreendido como momento importante para a ampliação e o desenvolvimento do caso.

---

<sup>33</sup> ENTREVISTA Juca Ferreira. *Tribuna da Bahia*. Salvador, 11 de fev. de 2000.

A própria história do Carnaval de Salvador diz muito sobre a sustentação dos racismos na festa. Perceber os contextos de surgimento dos Blocos Afro e de Trio se fez importante para dimensionar a proporção dos racismos que se manifestam de forma a embasar o festejo. A própria forma como se deu o fortalecimento do mercado fonográfico local elucida como as práticas racistas dos Blocos de Trio eram contraditórias, por um lado tais entidades enriqueciam a partir da capitalização da estética e das sonoridades afro (processo também presente na *axé music*, que se traduzia enquanto o produto máximo do Carnaval de Salvador), por outro, discriminavam foliões negros impedindo sua participação quando eles tentavam acessar esses certos espaços.

O Carnaval de Salvador, a partir do ano 2000, já não foi mais o mesmo. A CEI do Racismo provocou mudanças de hábitos rumo a uma gestão mais saudável e igualitária da festa. A mudança mais significativa trazida pela Comissão está contida nas discussões e reflexões que ela proporcionou, em trazer para o debate político e público sobre o racismo. O principal resultado da CEI não está no relatório oficial e aprovado, nem na criminalização dos blocos responsáveis, e sim no que houve em paralelo e subsequentemente a isso, no diálogo com os blocos afro, com a Universidade Federal da Bahia, com a OAB, com líderes religioso, políticos e com as pessoas que foram atravessadas por demandas antirracistas. Contudo, se ainda sinto o racismo presente nas festividades, na primeira metade do século XXI, é porque algo também se manteve. Como apontou o fundador do Malê Debalê, a CEI não inaugurou e nem encerrou os debates sobre os racismos da festa, ela serviu sim no escancaramento de uma prática discriminatória. Ainda há muito pelo que se lutar. O Carnaval, sobretudo o de Salvador, não é e nunca foi tão somente um espaço de inversões de valores, como afirmou a tese de DaMatta. Sempre houve espaço para a reprodução das hierarquias sociais e raciais no campo da festa. “Igualitária”, como pontuou o autor, ainda não é uma característica que pode ser atribuída aos carnavais do Brasil, eles seguem sendo desiguais.

Em 2014, quinze anos depois da CEI do racismo, o carnaval de Salvador seguia com a necessidade de medidas de combate à discriminação racial. No carnaval do referido ano, foi veiculada uma campanha publicitária promovida pela Sepromi<sup>34</sup> que dizia: “No Carnaval da Diversidade não há espaço para o racismo. Denuncie. Racismo é Crime!”, a peça pretendia estimular vítimas a denunciarem práticas racistas ao Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson

---

<sup>34</sup> A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) é gerida pelo governo estadual baiano.

Mandela.<sup>35</sup> Em 2016, a Sepromi também promoveu uma campanha com foco na denúncia de crimes raciais, com uma mensagem que dizia “Ao menor sinal de racismo, Denuncie!”.<sup>36</sup> Ano após ano, as políticas de enfrentamento ao racismo no carnaval ainda se fazem necessárias, mostrando que na festa carnavalesca não se inverte, e sim, se reproduzem as desigualdades da sociedade.

### Referências

- COUTO, Edilece Souza. Festas afro-católicas em Salvador, Bahia, Brasil. **Revista del CESLA**, Varsóvia, v. 18, p. 117-142. 2015.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 352 p.
- DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. **Geledés**, 26 fev. 2015. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid=Cj0KCQjwxveXBhDDARIsAI0Q0x0T36O1em8ByshaUP-kf8G0pQzsbhDoWEVwonhwJQzLkQ0OuaUFLzcaAitiEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid=Cj0KCQjwxveXBhDDARIsAI0Q0x0T36O1em8ByshaUP-kf8G0pQzsbhDoWEVwonhwJQzLkQ0OuaUFLzcaAitiEALw_wcB). Acesso em: 18 ago. 2022.
- GUERREIRO, Goli. **A trama dos tambores: a música afro-pop de Salvador**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 230 p.
- MENEZES, Margareth. A diferença entre Axé e AfroPop. **Revista Raça**, São Paulo, 15 out. 2016. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/a-diferenca-entre-axe-e-afropop/>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MIGUEZ, Paulo. A cor da festa – cooptação e resistência: espaços de construção da cidadania negra no carnaval baiano. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 161-170, 1999.
- MOURA, Milton. **Carnaval e Baianidade: arestas e curvas na coreografia de identidades do Carnaval de Salvador**. 2001. 364 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.
- MOURA, Milton. O Carnaval como engenho de representação consensual da sociedade baiana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24/25, p. 171/192, jan/dez. 1996.
- SANTANNA, Marilda. **As donas do canto: o sucesso das estrelas-intérpretes no carnaval de Salvador**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. 488 p.

---

<sup>35</sup> CENTRO de Referência Nelson Mandela funcionará no carnaval de Salvador. **Correio Nagô**, Salvador, 2014. Disponível em: <https://correionago.com.br/centro-de-referencia-nelson-mandela-funcionara-no-carnaval-de-salvador/>. Acesso em: 23 ago, 2022.

<sup>36</sup> CARNAVAL de Salvador terá ação de enfrentamento ao racismo. **Por Dentro da África**. Salvador, 3 set, 2016. Disponível em: <https://www.pordentrodafriica.com/cultura/carnaval-de-salvador-tera-acao-de-enfrentamento-ao-racismo>. Acesso em: 23 ago, 2022.



# Cibercultura e docência no século XXI: novos desafios a partir das considerações de Pierre Lévy

Cyberculture and teaching in the 21st century: new challenges based on Pierre Lévy's considerations

**Deivid da Costa Trindade**

Mestre em História

Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS)

Deividtrindade58@gmail.com

**Recebido em:** 13/05/2022

**Aprovado em:** 03/10/2022

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo abordar sobre os novos desafios que a docência tem enfrentado com o crescente desenvolvimento da cibercultura. Uma nova era que está invadindo o ensino e fazendo com que os professores se adaptem quase, que de imediato, a novas modalidades de aula. Redes sociais, internet, mídias digitais, blogs e sites unem ensino e prática para além da sala de aula. Pierre Lévy tem mostrado, através de seus estudos, a importância cabal que a cibercultura vem tendo nos meios de ensino. Nesse sentido, fica o seguinte questionamento: qual o papel do professor e sua prática docente frente aos novos desafios impostos pela cibercultura?

**Palavras-Chave:** Pierre Lévy, Cibercultura e Docência

**Abstract:** this article aims to address the new challenges that teaching has faced with the growing development of cyberculture. A new era that is invading teaching and making teachers adapt almost immediately to new classroom modalities. Social networks, internet, digital media, blogs and websites unite teaching and practice beyond the classroom. Pierre Lévy has shown, through his studies, the full importance that cyberculture has had in the teaching environment. In this sense, the following question remains: what is the role of the teacher and his teaching practice in the face of the new challenges imposed by cyberculture?

**Keywords:** Pierre Lévy, Cyberculture and Teaching

A Cibercultura vem crescendo em importância e substância desde meados dos anos 90. A interação entre as pessoas através do advento da internet potencializou essas relações que atingiram níveis jamais vistos. Estudiosos desse movimento como, por exemplo, John Thompson (1995) e, principalmente, Pierre Lévy (1996), vêm acompanhando todo esse desenvolvimento.

Com base na obra *Cibercultura* de Pierre Lévy, bem como discussão bibliográfica sobre o tema procuraremos responder qual o papel do professor e sua prática docente frente aos novos desafios impostos pela cibercultura. Ou seja, de que maneira esse docente deve se posicionar e entender esse novo campo a ser trabalhado e em como isso impacta na sua atividade docente.

Com o advento da internet, surgiu uma nova concepção de mundo. Esse mundo começou a se conectar, as pessoas passaram a estabelecer relações às quais tomaram como base a virtualidade. As conexões virtuais tomaram proporções e velocidade jamais vistas até então. Tecnologias em todos os níveis se desenvolveram e permitiram que, principalmente, as tecnologias intelectuais tomassem rumos espantosos (LÉVY 1999).

Pierre Lévy nasceu na Tunísia em 1956. Filósofo e sociólogo por formação, ele se dedica a pesquisar sobre ciência da informação e da comunicação buscando estudar o impacto da Internet na sociedade, as humanidades digitais<sup>1</sup> e virtuais (PIMENTA, 2001).

Em sua obra *Cibercultura*, Lévy (1999) nos capítulos X, XI e XII mostra que há uma nova relação com o saber, na medida em que o virtual se desenvolveria e atingiria patamares nunca antes vistos, pois isso condicionaria ao usuário buscar mais conhecimento e essa busca se tornaria contínua. Os sistemas educacionais, em sua visão, precisam passar por uma reflexão acerca da cibercultura na medida em que essa relação, entre o saber e o virtual, irá sofrer mudanças que afetarão a relação entre educação e cibercultura em três níveis segundo Lévy.

O primeiro ponto é a “velocidade de surgimento e renovação dos saberes” (LÉVY, 1999, p.157) que levará os sistemas educacionais a estarem sempre se renovando. O conhecimento é a descrição de uma informação. Ou seja, o que se faz é criar competências para melhorar a disseminação de conhecimentos na era da conectividade, e não o contrário.

O segundo é a constatação de que haverá uma mudança no que diz respeito à “nova natureza do trabalho” (Lévy 1999), na qual a transmissão de conhecimento não para de crescer levando a

---

<sup>1</sup> Pierre Lévy “Vive em Paris e leciona no Departamento de Hiperfídia da Universidade de Paris-VIII. Foi incentivado e treinado por Michel Serres e Cornelius Castoriadis a ser um pesquisador. Especializou-se em abordagens hipertextuais quando lecionou na Universidade de Ottawa, no Canadá. Após sua graduação, preocupou-se em analisar e explicar as interações entre Internet e Sociedade. Desenvolveu um conceito de rede, juntamente com Michel Authier, conhecido como Arbres de connaissances (Árvores do Conhecimento). Lévy também pesquisa a inteligência coletiva focando em um contexto antropológico, e é um dos principais filósofos da mídia atualmente. Suas pesquisas se concentram principalmente na área da cibernética. Com isso, tornou-se um dos maiores estudiosos sobre a Internet”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre\\_L%C3%A9vy](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_L%C3%A9vy). Acessado em 25/08/2020 – 20:32 p.m.

constante busca por “aprender, transmitir saberes e produzir conhecimento” (LÉVY, 1999, p.157). Nesse sentido, dentro desse ciberespaço é preciso trabalhar de forma mais contínua e a busca pela atualização do saber se torna imprescindível em um meio de extrema velocidade. E em relação à docência isso atingirá níveis mais profundos.

O terceiro ponto é de que o ciberespaço amplifica, exterioriza e modifica inúmeras funções cognitivas humanas, segundo Lévy (1999). No nível perceptível e imaginário temos os sensores digitais, a tele presença e realidade virtual, bem como os simuladores. No que diz respeito ao raciocínio temos a inteligência artificial e a modelização de fenômenos complexo (LÉVY, 1999, p. 157).

Tudo isso na visão de Lévy (1999) se mostra evidente na manifestação dessas novas tecnologias intelectuais que favorecem novas formas de acesso à informação, novos estilos de raciocínio e conhecimento como a simulação induzindo a novas experiências. Essas novas tecnologias levam também a formação de memórias dinâmicas que se materializam em forma de documentos digitais e/ ou programas disponíveis em redes que podem ser compartilhados por inúmeras ou até mesmo milhões de pessoas, o que poderá “aumentar o potencial intelectual coletivo dos grupos humanos” (Lévy, 1999, p.157-158).

Lévy propõe duas formas nas quais os sistemas de educação se adequam frente ao desenvolvimento do ciberespaço. A primeira é a adequação ao sistema de Ensino Aberto à Distância (EAD), o qual permite o acesso a alguns dispositivos que colocam em prática certas técnicas de ensino à distância, como hiper mídias, redes de interação, bem como as tecnologias intelectuais da cibercultura (LÉVY, 1999, p.158).

A segunda é o “reconhecimento das experiências adquiridas” (LÉVY, 1999), ou seja, o conhecimento através das redes de interação pode ser adquirido pelo sujeito e isso é um ponto necessário a ser levado em conta e admitido pelo professor. Nesse sentido, segundo Lévy (1999) se torna importante que os espaços acadêmicos entendam e tomem ciência de que a partir disso o seu papel se torna o de “orientador dos percursos individuais no saber e de contribuir para o reconhecimento dos conjuntos dos saberes pertencentes às pessoas, aí incluindo os saberes não acadêmicos” (LÉVY, 1999, p.158).

Esse fato, segundo Lévy, leva a uma nova proposta a qual ele “pondera sobre a articulação de numerosos pontos de vista” (LÉVY, 1999, p. 159). Ou seja, diferentemente do livro e da enciclopédia, o meio virtual conecta através da Internet<sup>2</sup> diversos outros textos, onde um texto não é por si só um texto, ele é um ponto dentro de uma infinidade de textos conectados um ao outro, como nas palavras de Lévy (1999), “um corpus praticamente infinito” (p.159).

Segundo os estudiosos da Cibercultura a partir de Pierre Lévy, Cavalcanti, et al (2010) nos falam que com o surgimento da internet nos anos 80, que foi sem dúvida uma das principais transformações ocorridas no período. O desenvolvimento da Internet foi decisivo para a expansão da Cibercultura bem como o desenvolvimento também da interatividade através das trocas de informações e a colaboração dos usuários o que corrobora com a visão de Lévy (1999) na qual na Web devido a essas trocas, ela articula com isso uma multiplicidade de pontos de vista.

Nessas trocas fica evidente que a internet tem “certa vida própria” na medida em que ela cresce e avança quase que num contínuo que inundou o século XX de múltiplas memórias, ideias, saberes e pontos de vista. Isso possibilita que o sujeito possa construir sua própria percepção do todo e de seu significado que devem estar em constante mudança e aberta a transformação (LÉVY, 1999). Sobre essa nova condição do saber, Lévy pondera,

A partir do século XX, com a ampliação do mundo, a progressiva descoberta da sua diversidade, o crescimento cada vez mais rápido dos conhecimentos científicos e técnicos, o projeto do domínio do saber por um indivíduo ou grupo tornou-se cada vez mais ilusório. Hoje, tornou-se evidente, tangível para todos que o conhecimento passou definitivamente para ao lado intotalizável, indominável. (LÉVI, 1999, p.161).

Fica evidente na citação acima a reflexão de Lévy sobre a rápida emergência e o desenvolvimento tecnológico e científico levou a uma expansão em torno do saber. A partir disso esse saber não é fechado e dominado por um único indivíduo ou grupo, mas ele está acessível e aberto a todos. Então, Lévy (1999) levanta uma questão importante: a partir de agora com o advento da Cibercultura, quem detêm o saber?

---

<sup>2</sup> Conferir, CAVALCANTI, Carina Amazona Lima Bizerra. ESTRÁZULAS, Jimi Aislan. MEDEIROS, João Paulo Oliveira. NASCIMENTO, Rayron Pereira. SILVA, Cynthia Patrícia Assunção da. SOARES, Héber Augusto de Vasconcellos Dias. SOUZA, Alice Regina Pacó de. MORAES, Anne Ketlen Frota de. Cibercultura: um estudo contextualizador e introdutório. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010, pp. 1-13.

Nessa nova perspectiva na qual a internet, Lévy (1999) mostra que, ideias, desejos e saberes, se hipertextualizam, ou seja, esses textos se linkam um ao outro como portas que vão se abrindo clic após clic. Por trás do grande hipertexto fervilha a multiplicidade de suas relações (p. 162). Essa hipertextualidade também atua como recurso de aprendizagem e se torna uma ferramenta que estima o conhecimento<sup>3</sup> e a cada dia que passa aumenta o número de usuários dessa ferramenta. Um texto interligado a outro texto e assim por diante fomentando uma “nova forma de produção textual”<sup>4</sup>.

Sobre o hipertexto, os autores Dário Lissandro Beutler e Adriano Canabarro Teixeira nos dizem que “No texto convencional, o texto inicial já está lá, realizado integralmente, e o hipertexto por sua vez é a matriz de textos potenciais (possíveis), alguns deles vão se realizar somente na interação com o usuário” (BEUTLER & TEIXEIRA, 2015, p. 520). Ou seja, a utilização do hipertexto pelo usuário se dará de acordo com a intenção do mesmo para com esse recurso. Dessa forma, ainda de acordo com Beutler e Teixeira (2015) essa relação usuário e hipertexto se torna subjetiva na medida em que essa relação dependerá da significação ou ressignificação que o usuário irá atribuir ao hipertexto.

Os autores contribuem ainda mais além para o assunto quando dizem que “(...) O Hipertexto, objetiva, operacionaliza e amplia a potência do coletivo e a identificação cruzado do leitor e do autor. (...) Os hipertextos nas redes digitais não têm fronteiras definidas” (BEUTLER & TEIXEIRA, 2015, p. 520).

Nesse sentido, o hipertexto abre portas para a construção/reconstrução do conhecimento, pois ele permite segundo Dário e Adriano (2015) construirmos novos jeitos de ler e escrever um texto quando utilizamos o Ciberespaço como recurso de aprendizagem ao percebermos a riqueza de possibilidades que ele tem a oferecer.

Em consequência, o Ciberespaço evidencia ainda mais o conhecimento, o saber. Ou seja, o saber é agora tangível e real a pode ser acessado em tempo real. O detentor do conhecimento dentro desse espaço virtual<sup>5</sup> agora é o “*ciberespaço*, a região dos mundos virtuais, por meio do qual as comunidades descobrem a si mesmas como coletivos inteligentes” (LÉVY, 1999, p.164). Esse

---

<sup>3</sup> Idem 5, p.7.

<sup>4</sup> Idem 5, p.7.

<sup>5</sup> Sobre o conceito de virtualização de Pierre Lévy, ver PIMENTA, Francisco José Paoliello. O Conceito de Virtualização de Pierre Lévy e sua aplicação na Hiperídia. *Lumina – Facom/UFJF* – v.4, n.1, p.85-96, jan/jun 2001 – [www.facom.ufjf.br](http://www.facom.ufjf.br)

conhecimento, se desterritorializa e se desorganiza, na medida em que bibliotecas físicas se transpõem para o espaço virtual, onde o portador do saber não é mais “um indivíduo físico e sua memória carnal, mas o Ciberespaço, a regiões dos mundos virtuais” (LÉVY, 1999, p.164).

Todo esse desenvolvimento a partir do surgimento do Ciberespaço leva a consequente mutação da educação e da economia do saber como nos salienta Pierre Lévy (1999) no capítulo XI de seu livro *Cibercultura*. Na visão de Lévy (1999) os sistemas educacionais ainda são travados por restrições, quantidade, velocidade e diversidade de evolução do saber (Lévy, 1999, p.169). Devido a isso a demanda por formação voltada, principalmente, na questão da aprendizagem aberta se torna extremamente necessária.

De acordo com Lévy (1999) o foco é a necessidade de formação para os professores os quais já atuam na área de ensino e também os que estão em vias de formação. Isso não significa apenas aumentar o número de professores de acordo com a demanda, mas sim, desenvolver mecanismos que proporcionem e “busquem soluções que utilizem técnicas capazes de ampliar o esforço pedagógico dos professores e dos formadores” (LÉVY, 1999, p.169). Entre as soluções, principalmente: técnicas que englobam mecanismo audiovisuais, “multimídia”, computadores, rede, cabo, entre outras que possibilitem, de acordo com o conteúdo, adequação às necessidades e à cada situação do ensino (Lévy 1999).

A tendência da utilização do EAD (Ensino a Distância) vem fazendo parte do ensino clássico quando se alia a redes de telecomunicações e de suportes de multimídias interativas de acordo com Pierre Lévy (1999)<sup>6</sup>. Nesse processo, a necessidade de se aprender se torna constante na medida em que as aprendizagens se tornam “permanentes e personalizadas através de navegação, orientação dos estudantes, cooperativas, inteligência coletiva no centro de comunidades virtuais...” (LÉVY, 1999, p.177).

A partir disso se torna evidente que educar na cibercultura se torna um desafio imenso para o professor. Os processos educativos, à docência *online* e os cursos *online* evidenciam, principalmente, para a formação e o exercício da docência na medida em que conforme Marco Silva (2010),

“o uso da internet na formação escolar e universitária é exigência da Cibercultura, isto é, do novo ambiente comunicacional-cultural que surge

---

<sup>6</sup> Conferir, LEVY, Pierre. Capítulos X, XI, XII. In: *Cibercultura*. São Paulo: editoria 34, 1999, pp. 157-169.

com a interconexão mundial de computadores em forte expansão no início do século XXI, do novo espaço de sociabilidade, de organização, da informação, de conhecimento e de educação” (SILVA, 2010, p.37).

Nesta citação fica evidente a nova exigência advinda da Cibercultura. A internet desbravou e conectou saberes através da rede mundial de computadores, da World Wide Web<sup>7</sup>. E a formação docente precisa se adaptar a esse crescimento.

Nessa nova era digital vislumbrada por Lévy em meados dos anos 90<sup>8</sup> prevê um novo cenário que exigirá que o professor se adapte as novas tecnologias e também que “às pessoas sejam mais atuantes, mais autônomas, mais competentes, mais críticas, e neste contexto, a educação se apresenta em todos os seus desafios” (BARRETO, 2010, p.2).

Nesse sentido, de acordo com Silva (2010) a educação do cidadão, a informação digital, o computador e a internet cada vez mais ajudam na produção de informação onde a comunicação *online* ganha espaço e força se tornando parte básica na infraestrutura.

Fato este que, ainda de acordo com Marco Silva (2010) levará a necessidade de que seja revista à formação do professor para a docência presencial ou *online* precisará “contemplar a Cibercultura” (SILVA, 2010, p.38). Silva também aponta quatro desafios para a formação de professores para a docência *online*<sup>9</sup>.

O primeiro desafio é o fato de que o livro impresso ainda se sobrepõe ao meio digital o qual possuirá o livro digital. O segundo desafio é a existência do hipertexto e que o professor terá que se dar conta de sua existência e procurar trabalhar com ele. O terceiro desafio é que o professor precisará se dar conta também da interatividade como peça central da Cibercultura. E o quarto e último desafio é que o professor terá que ter também a compreensão do que é ferramenta e interface. Ou seja, as ferramentas (LUCENA 2016) são o PC, o Smartphone ou Notebook e a interface são os objetos virtuais que auxiliam o professor em seu desempenho. Chats, Fóruns, Listas de Discussão, Blog's, Sites e AVA'S são interfaces que auxiliam o professor nessa tarefa de educar *online*.

---

<sup>7</sup> Idem, 9.

<sup>8</sup> Conferir, Vídeo: Entrevista com Pierre Levy na qual ele explica seu conceito de cibercultura. Disponível em: <https://youtu.be/DzfkR2nUj8k>

<sup>9</sup> Conferir, SILVA, Marco. Educar na Cibercultura: desafios à formação de professores por curso online. Revista Digital de Tecnologias Cognitivas. Número 3, janeiro-junho/2010, p.36-51.



No mesmo sentido de Marco Silva (2010) para que esse processo de ensinar seja possível, Nelma Vilaça Paes Barreto (2010)<sup>10</sup> destaca também o papel das TIC's e da Ead na formação docente e isso pode ser facilitado por meio dos NTEAD – Núcleo de Tecnologia e Educação a distância. Segundo Nelma, eles auxiliam e enriquecem os processos de aprendizagem, estimulam os sujeitos a novas dinâmicas educacionais, dão suporte pedagógico e metodológico à formação docente via tecnologia digital e podem contribuir para a formação de licenciados na informática educativa (BARRETO, 2010, p.7).

A partir disso ainda surge a necessidade de se estabelecer uma nova pedagogia para uma nova docência. Ensinar a distância não é igual a ensinar na sala de aula. Os professores agora são facilitadores de conhecimento, propõem desafios, instigam perguntas, orientam e ajudam o aluno na busca do conhecimento. Tudo isso deve ser planejado e executado por professores especializados e preparados para tal.

Nos dizeres de Nelma, “surge com isso o nativo digital e os professores imigrantes digitais e com isso inúmeros desafios são impostos” (BARRETO, 2010, p.159 e ss). O nativo digital anseia por conteúdos práticos, visuais, interativos e de fácil acesso. Já o professor imigrante vem de um modelo ainda arraigado em uma metodologia trunca, de textos lineares, de provas, de aulas presenciais e tudo isso torna sua adaptação ainda mais difícil.

Vitor Malaggi e Karina Marcon (2012) destacam a possibilidade de se explorar as redes de ensino aprendizagem<sup>11</sup>, pois “julga-se que uma das funções básicas da educação é autorizar o indivíduo a tornar-se sujeito participante dos processos de ensino-aprendizagem” (MALAGGI e MARCON, 2012, p. 120). Esses processos devem estimular trocas, participação, interação e cooperação entre indivíduos. Isso leva a formação de uma aprendizagem mútua na qual professor e aluno aprendem juntos, na medida em que eles atuam como “interlocutores do conhecimento, superando a condição de receptores, agindo como protagonistas do processo – integrados, interessados e curiosos” (MALAGGI e MARCON, 2010, p.121).

---

<sup>10</sup> Conferir, BARRETO, Nelma Vilaça Paes. Os desafios da educação: a cibercultura na educação e a docência online. VERTICES, Campos dos Goytacazes/RJ. V. 12, n. 3, p. 149-164, set/dez. 2010.

<sup>11</sup> Conferir, MARCON, Karina, MALAGGI, Vitor. Cibercultura e Educação: algumas reflexões sobre os processos educativos na sociedade tecnológica contemporânea. Revista Espaço Acadêmico – Nº 132 – Maio de 2012. Mensal – ANO XI, p. 115-123.

### Considerações finais

Discorreremos durante o artigo sobre o papel da docência frente a cibercultura no século XXI. Desde o seu surgimento em meados de 1996, novos mecanismos interativos como a Web 2.0 revolucionaram os métodos de comunicação entre as pessoas. Com isso pessoas começaram a se conectar umas às outras em várias partes do mundo. Novos jeitos e novas maneiras de se comunicarem surgiram. Novas comunidades virtuais se formaram e cada vez mais o mundo virtual foi se tornando palpável e ao mesmo tempo tangível. Ao mesmo tempo em que você se conecta com outra pessoa através da tela de seu computador, mas, principalmente, pelas tecnologias digitais móveis como Smartphones e Tablets virtualmente, você transpõe fronteiras.

Essa desterritorialização ao mesmo tempo em que permite a comunicação e a conexão de pessoas descentraliza o conhecimento que até então era fechado e engessado em único local o deslocando para o virtual. Na questão do ensino e da docência, a cibercultura provocou a necessidade de adaptação das Universidades, Escolas, Centro de Educação e, principalmente, do professor e sua prática docente frente a esse avanço da cibercultura no século XXI.

O ensino-aprendizagem agora está atrelado às redes e ao virtual. Plataformas de ensino, blogs, podcasts, fóruns, debates virtuais, comunidades e os AVAs estão cada vez mais presentes na vida escolar e acadêmica. A internet através da Web dita o ritmo e o professor tem que se adaptar frente a esses avanços. Desenvolver técnicas e habilidades frente a essa cibercultura é parte essencial. Buscar conhecimento, novos jeitos de ensinar, usar os recursos disponíveis e oferecidos pela crescente tecnologia digital é parte fundamental para que o professor possa fazer frente a essa cibercultura e possa praticar sua docência com mais qualidade e assim promover um ensino-aprendizagem que possibilite a ele e aos seus alunos desenvolverem habilidades e assim facilitarem a comunicação e o entendimento.

### Referências Bibliográficas

BARRETO, Nelma Vilaça Paes. **Os desafios da educação: a cibercultura na educação e a docência online**. VERTICES, Campos dos Goytacazes/RJ. V. 12, n. 3, p. 149-164, set/dez. 2010.

BEUTLER, Dário Lissandro; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. As complexidades da cibercultura em Pierre Lévy e seus desdobramentos sobre a educação. In: **Anais do XXI Workshop de Informática na Escola (WIE 2015)**. CBIE-LACLO 2015; pp. 514-523.

CAMBRAIA, Adão Caron. **Aprender e ensinar na Cibercultura: Desafios e Perspectivas Inovadoras**. 5º SENID – cultura digital na educação – Anais do SENID.

CAVALCANTI, Carina Amazona Lima Bizerra. ESTRÁZULAS, Jimi Aislan. MEDEIROS, João Paulo Oliveira. NASCIMENTO, Rayron Pereira. SILVA, Cynthia Patrícia Assunção da. SOARES, Héber Augusto de Vasconcellos Dias. SOUZA, Alice Regina Pacó de. MORAES, Anne Ketlen Frota de. **Cibercultura: um estudo contextualizador e introdutório**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010, pp. 1-13.

COSTA, Alexandre Ferreira da. **Resenha: Thompson, John B, Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995, 427 págs.** In: Cadernos de Linguagem e Sociedade, 3 (1) 1997.

COSTA, Marco Aurélio Borges. SOUZA, Carlos Henrique de. **Abordagens antropológicas do ciberespaço e da Cibercultura**. In: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/164913370240515589548494073408862492935.pdf>

MARCON, Karina, MALAGGI, Vitor. **Cibercultura e Educação: algumas reflexões sobre os processos educativos na sociedade tecnológica contemporânea**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 132 – Maio de 2012. Mensal – ANO XI, p. 115-123.

LEMONS, André. CIBERCULTURA. Alguns pontos para compreender nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). **Olhares sobre a Cibercultura**. Sulina, Porto Alegre, 2003; pp.11-23.

LUCENA, Simone. **Culturas digitais e tecnologias móveis na educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 59, p.277-290, jan/mar. 2016.

LEVY, Pierre. **Capítulos X, XI, XII**. In: **Cibercultura**. São Paulo: editoria 34, 1999, pp. 157-169.

PIMENTA, Francisco José Paoliello. **O Conceito de Virtualização de Pierre Lévy e sua aplicação na Hipermídia**. Lumina – Facom/UFJF – v.4, n.1, p.85-96, jan/jun 2001 – [www.facom.ufjf.br](http://www.facom.ufjf.br)

SILVA, Marco. **Educar na Cibercultura: desafios à formação de professores par curso online**. Revista Digital de Tecnologias Cognitivas. Número 3, janeiro-junho/2010, p.36-51.

**Entrevista:** CHARTIER, Roger, “Os Livros resistirão às tecnologias digitais”. Escola Nova, Edição 204, 01 de Agosto de 2017.

**Vídeo:** Conferencia Fronteiras do Pensamento realizada em 2010? Na qual, o Historiador e Antropólogo Carlos Ginzburg fala sobre as transformações na vida do homem devido a revolução tecnológica e faz um alerta para um novo tipo de leitura que se desenvolveu paralelamente a internet segundo Iarema Soares em apresentação prévia anterior a vídeo conferencia. Primeira parte disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=QKdfsVBP20E> e segunda parte disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=xr0xOQ48Wzs&t=42s>.

**Vídeo:** Entrevista com Pierre Levy na qual ele explica seu conceito de cibercultura. Disponível em: <https://youtu.be/DzfkR2nUj8k>.

**Vídeo:** Live realizada pelo Instituto Ricardo Brennand com Roger Chartier a respeito do assunto: O que a história ou a leitura do tempo podem nos ensinar em tempo de pandemia? Disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=hh0k4eIaPLc>.

# A dinâmica política e religiosa neerlandesa no seiscentos: uma análise das implicações do contexto da República das Províncias Unidas para seus empreendimentos expansionistas<sup>1</sup>

The Dutch political and religious dynamics in the 1600s: an analysis of the implications of the context of the Republic of the United Provinces for its expansionist ventures

**Rodrigo Bastos de Assis Ferreira**  
Graduação em Ciências Navais  
Escola Naval (EN)  
assisrod97@gmail.com

**Recebido em:** 25/04/2022

**Aprovado em:** 22/09/2022

**Resumo:** Foram as conquistas ultramarinas que ampliaram a envergadura e alcance dos empreendimentos dos burgueses neerlandeses no século XVII. Contudo, para além de questões meramente econômicas, as dinâmicas políticas, militares e religiosas em que se inscreviam as principais lideranças neerlandesas, influenciariam os processos do movimento republicano europeu nos Países Baixos. Nesse sentido, o presente artigo se debruçará sobre o contexto histórico supracitado, associando-o à origem dos empreendimentos ultramarinos que se viabilizaram pela criação dos dispositivos da Companhia da Índias Orientais e a Companhia das Índias Ocidentais, para discutir os fenômenos fundadores da sociedade holandesa seiscentista.

**Palavras-chave:** Expansão Ultramarina Neerlandesa; República das Províncias Unidas; Reforma religiosa holandesa.

**Resumen/Abstract:** The reality of the Dutch overseas enterprises in the seventeenth century became essential to the consolidation of overseas conquests that would subsidize the commercial interests of the Dutch bourgeois. However, beyond merely economic issues, the political, military and religious dynamics in which the main Dutch leaders were involved would influence the processes of the

---

<sup>1</sup> Esse artigo propõe ser uma extensão das pesquisas e debates iniciados na seguinte publicação: FERREIRA, Rodrigo B. A. **A dinâmica política e religiosa neerlandesa nos séculos XVI e XVII: uma análise das implicações do contexto dos Países Baixos para os seus empreendimentos expansionista**. Rio de Janeiro: **Revista de Villegagnon**, 2020. ano XV, nº 15. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/en/node/8>>.

European republican movement in the Netherlands. In this sense, this communication will focus on the aforementioned historical context, associating it with the origin of the initial overseas enterprises that were made possible by the creation of the East India Company and the West India Company, to discuss the founding phenomena of Dutch society 17th century.

**Palabras clave/Keywords:** Dutch Overseas Expansion, Republic of United Provinces; Dutch religious reform.

## Introdução

A realidade dos empreendimentos ultramarinos holandeses no século XVII tornou-se essencial à consolidação de conquistas ultramarinas que subsidiassem os interesses comerciais dos burgueses neerlandeses. Para além de um interesse meramente comercial, as potencialidades políticas e militares saltaram aos olhos do autoritarismo governante do *stadeholder*<sup>2</sup> estabelecido no início do “século de Ouro” das Províncias Unidas. Sob o olhar expansionista de Maurício de Nassau, alinhava-se o interesse mercantil da recém constituída Companhia das Índias Orientais (VOC)<sup>3</sup> que, estimulada por seus intentos comerciais, consolidava-se como desdobramento das medidas instituídas pela principal figura de autoridade da república flamenga: Johan Oldenbarnevelt. Por outro lado, essa popularidade adquirida por Oldenbarnevelt no desempenho de suas funções públicas criara conflito fundamental para se compreender os deslocamentos do empreendimento da VOC que incitava a criação de outra Companhia, estabelecendo relação mercantil e expansionista direta com as terras do Atlântico Sul: a Companhia da Índias Ocidentais (WIC)<sup>4</sup>. Essa divisão dos empreendimentos mercantilistas neerlandeses buscava, inicialmente, um fortalecimento de sua atuação. Porém, se constituiu motivo de vulnerabilidade na segunda metade do século XVII, no enfrentamento das ameaças às suas frentes nas Américas, na costa ocidental da África e nas possessões asiáticas de domínio luso-castelhano.

À luz desses fatores, o presente artigo tem por propósito basilar analisar os movimentos internos na realidade local neerlandesa como desdobramentos dos atores decisivos nesse cenário. Para isso, será fundamental também averiguar as circunstâncias políticas internas dos Países Baixos, o contexto religioso de imigração, além do cenário da religiosidade local e as possíveis influências no

---

<sup>2</sup> A figura do *Stadeholder*: “era um título e posição similar ao de Regente, um cargo político das províncias do norte dos Países Baixos e que envolvia funções políticas. Era uma espécie de Governador Geral.” COSTA, R. S. da. **Os Holandeses:** dos Países Baixos às Províncias Unidas entre os anos 1515 e 1648. In: COUTO, Vinicius (org). (IN) Tolerâncias religiosas nos Países Baixos. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648). São Paulo: Editora Reflexão, 2021, p. 40.

<sup>3</sup> VOC é a sigla para as iniciais holandesas que identificam o nome original da Companhia: *Vereenigde Oost-Indische Compagnie*.

<sup>4</sup> WIC é a sigla para as iniciais holandesas que identificam o nome original da Companhia: *West Indische Compagnie*.

âmbito político. Em outras palavras, esta pesquisa propõe responder como as dinâmicas religiosas e multipartidárias influenciaram os elementos principais da política interna e ultramarina das Províncias Unidas. Nesse sentido, é relevante propor um caminho ligado à discussão de questões teológicas e a influência dos tratados políticos da época no direcionamento dos pensamentos das personagens fulcrais.

### **O contexto político e econômico neerlandês da transição do império habsburgo até o reinado filipino (1550-1570)**

Antes mesmo de pontuar a proposta do título deste subitem, cabe orientar, de forma breve, como os embates e reflexões a respeito da religião se introduziam como fonte de ruptura em diversos territórios europeus nos quais os holandeses também estavam inseridos. Prenunciada pelos séculos XIV e XV, quando a Igreja passara por diversos cismas e rupturas internas com movimentos próprios contrários à sua postura religiosa, o movimento da Reforma Protestante, iniciado por Lutero, foi marcado pela adesão popular em diversas partes da Europa. É dito, por Delumeau, que grande parte da Alemanha se dizia a favor dos escritos de Lutero: “humanistas como Melanchton, [...] artistas como Durer, os Cranach, Holbein, gente da pequena nobreza conduzida por Franz von Sickingen e Ulrich von Hutten, burguesia urbana, príncipes” (DELUMEAU, 1989, p. 126) Nesse escopo, instaurou-se uma guerra entre a liga Smalkalde e os aliados de Carlos V após o protesto de várias cidades alemãs contra o édito de Worms. O fim foi a partilha religiosa da Alemanha, que se tornava o centro de expansão do protestantismo, nome dado decorrido o respectivo protesto de parcela dos povoados alemães. Para Delumeau, a Reforma iniciada pelo luteranismo desde partidários na Escandinávia e regiões próximas a alta e baixa Áustria até os lados da península ibérica em Sevilla e Nápoles, por exemplo, sem contar boa parte da Suíça e Inglaterra com Henrique VIII. (DELUMEAU, 1989, p. 128) Quando da morte de Lutero, o protestantismo caminhava para sua ruína. Porém, pelas ideias de João Calvino (1509-1564), a Reforma passaria por uma nova fase, que de Genebra passaria a sair a tradição reformada alcançando lugares como a França e os Países Baixos. É nesse último território que ganharia contornos de confessionalidade aliada às pretensões revoltosas contra o governante das Espanhas à época.

Após a abdicação das funções governamentais de seu pai Carlos V, Felipe II herda as inúmeras possessões territoriais vinculadas a Castela, no que explicita Cardim colocando que “a titulação real continuou a apresentar o reino de Aragão logo após o de Castela” (CARDIM, 2016, p.50). Em 1555,



a monarquia hispânica já apresentava indícios de fragilidades que serão fundamentais para o início das rebeliões de seus territórios batavos. As circunstâncias anteriores de diversos conflitos e frentes de combate que se encontravam as forças espanholas permitiram com que se destacasse a flexibilidade das relações econômicas e políticas neerlandesas. Para Costa, a necessidade de se financiar as dispendiosas e contínuas guerras gerou a decisão de Carlos V em conferir autonomia financeira maior às províncias e cidades. Nesse sentido, debaixo de uma crise econômica latente, Felipe II estabelece o comando de Margarida de Parma como regente das Províncias Unidas a fim de aumentar a centralização do governo da região. Além da regente geral, Felipe II nomeia *stadholders* para auxiliarem nas relações políticas e na condução da situação econômica. Entre eles, se encontrava Guilherme de Orange, da casa de Orange-Nassau, que se tornou o *stadholder* da Holanda, Zelândia e Utreque.

As posturas de Felipe II, aliadas à insatisfação da nobreza pela nomeação de burgueses para o Conselho de Estado, e da própria burguesia, pelas práticas de altas taxas tributárias, fizeram com que o clima nas províncias nortistas estivesse favorável às revoltas por independência. Esse ideal de emancipação está enfaticamente marcado não por um sentimento identitário que o reforçasse, mas, de fato, pela propensão ultramarina burguesa e dos negócios comerciais e financeiros. Por essa perspectiva financeira e comercial é que o interesse em apoiar determinado sentimento identitário de revolta será colocado em pauta. É a partir daí que os aspectos culturais e religiosos entraram em jogo como elementos fundamentais para dar ensejo a essa proposta dissuasiva.

As diversas frentes de batalha em que se colocava o Reino das Espanhas, seja contra os muçulmanos no oriente europeu, seja na interferência da guerra franco-espanhola, faziam com que Felipe II aumentasse cada vez mais a tributação das províncias neerlandesas. Segundo Motley, a manufatura, a agricultura e a área comercial das províncias eram profundamente prejudicadas ao serem convertidas em “campos perpétuos” onde a guerra prevalecia. (MOTLEY, 1973, p. 65)

Felipe II tramava instrumentos de controle, durante a trégua, que serviriam para buscar ampliar seu controle sobre as possessões e preparar seu exército com os financiamentos dos bolsos neerlandeses. Unindo o ato de perseguição no apoio às ações inquisitoriais religiosas, restituiu o tribunal de Mechlin. A Inquisição como tribunal eclesiástico remontava a tradição das medidas adotadas por Carlos V em 1550 no Concílio de Trento, que havia regredido a, até então, Dieta de Augsburg de 1530. Por sua vez, o tribunal de Mechlin tinha como principal alvo, para Motley, “aniquilar todas as diversidades em suas leis por uma cassação geral de suas constituições” (MOTLEY,

1973, p. 66), isto é, as leis que beneficiassem as elites neerlandesas e estivessem contrárias aos interesses da Corte.

Nesse sentido, a figura do Duque de Alba, conselheiro de Felipe II e também de seu pai, veio exercer o poder filipino nos âmbitos políticos nos territórios flamengos em 1567. O aspecto religioso, motivado por movimentos de reforma protestante na região, por forte sentimento anticatólico e pelos acontecimentos trágicos sofridos nos embates com os poderes castelhanos levaram ao levante liderado pelas províncias marítimas da Holanda, Zelândia e Frísia, sendo as províncias que mais abraçaram o protestantismo reformado.

### **O contexto político e religioso da guerra por independência**

Outro aspecto que merece destaque é abordar a liderança política do *stadeholder* Guilherme de Orange sobre as revoltas neerlandesas. Segundo Albuquerque, as principais razões para Guilherme de Orange se envolver no conflito estavam na sua insatisfação com o “processo de transferência de prerrogativas” que antes pertenciam aos Estados, os Parlamentos Provinciais, bem como a perseguição aos protestantes. (ALBUQUERQUE, 2018, p. 105) Sob outro olhar, Costa aponta que Orange inicialmente não tinha questionado a soberania de Felipe II, ainda que tivesse feito oposição às práticas anti-heréticas del-rei. Sua decisão de liderar a revolta ocorreu apenas após descobrir que havia sido condenado, que teve suas terras confiscadas e que seu filho havia sido capturado por Alba. (COSTA apud COSTA, 2016, p. 66)

Para se analisar tais opiniões, é importante inserir o contexto da formação religiosa do Príncipe da Casa de Orange-Nassau. Sua mudança constante de religião, desde sua formação luterana, até sua passagem pelo catolicismo para que herdasse o Principado de Orange e posterior conversão à fé reformada calvinista mostra a face eclética e política do perfil desse líder republicano. Essa perspectiva fazia-o ser favorável à liberdade religiosa, influenciado principalmente por seu orientador espiritual Jean Taffin (1529-1602), calvinista pacificador entre os valões católicos, habitantes do sul da atual Bélgica, e pelos refugiados huguenotes no Sínodo de Endem (1571). Entretanto, sua formação intelectual na arte política e militar desde tenra idade pela Casa Habsburgo, supervisionado em sua educação pela ex-regente Maria da Hungria, fazia-o pensar em sua ascendência nesses dois âmbitos. Militarmente, seu potencial era notório, sendo rapidamente promovido à capitão do exército imperial por Carlos V. Sua ascendência política seria fator de tempo. Em 1559, Felipe II o promove a *stadeholder* da Holanda, Zelândia e Utreque. No momento em que se iniciam os procedimentos de controvérsia

religiosa nos Países Baixos, Guilherme, utilizando-se de sua percepção política, alinha suas convicções com àquelas de aspecto protestante ao considerar que retomar sua perspectiva católica o tornaria inimigo dos vingadores iconoclastos, os líderes dos territórios ao norte das Províncias Unidas. Através disso, outros nobres protestantes luteranos financiaram os empreendimentos de guerra dos revoltosos.

Com isso, o cenário dos laços políticos e religiosos estavam condicionalmente efetivados: os reformados calvinistas que iniciaram ocupação das províncias nortistas nos anos posteriores à década de 40 do século XVI serão os personagens fundamentais para o apoio político necessário à liderança de Guilherme de Orange nos incursos das guerras de independência das províncias nortistas.

### **A União de Utreque, o Ato de Abjuração e a morte de Guilherme, “O Silencioso”**

Ao se pensar nos atos que desencadearam a legitimidade do surgimento da República Holandesa, é importante analisar a maneira pela qual Guilherme de Orange reúne consigo a aliança de inimigos europeus, partidários políticos religiosos estrangeiros e a população neerlandesa. A motivação para esse apoio volumoso se encontrava em um só indivíduo: o recém nomeado *stadeholder* Duque de Alba. As interferências em assuntos internos franceses, a guerra comercial travada com a Inglaterra e a aversão às políticas tributárias e inquisitoriais deram suporte à formação dessas alianças. Entretanto, o principal apoio a Guilherme I será por parte das lideranças huguenotes através do apoio dos movimentos dos Mendigos do Mar, confederação militarizada de nobres chamados de *Geuzen*.

Com a morte de Alba em 1573, a contínua insistência dos neerlandeses e zelandeses pela tolerância religiosa tornou o contexto cada vez mais conturbado de forma a se tornar insolúvel. Dessa forma, tais províncias buscaram uma União que perpetuasse o curso revolucionário e, na figura de Guilherme de Orange, centralizou-se a busca pela emancipação.

Após a destituição do Conselho de Estado por Felipe II foi o estopim para que Brabant convocasse os Estados Gerais, o que era de competência apenas del-rei. Nesse ambiente, através da Pacificação de Gent, alinhavam-se os interesses do norte e do sul. Porém, segundo Blockmans e Peteghem, esses interesses não se alinhavam totalmente, tendo problemas na questão religiosa e de governo do rei. Nesse sentido, os Estados Gerais propunham, em 1576, o retorno das províncias da Holanda e Zelândia sob a obediência de Felipe II a fim de preservarem a fé católica, enquanto estes se viam contra tal empreendimento. (BLOCKMANS, W. P. e PETEGHEM, P. van apud GELDEREN, Martin van, 1992, p. 59)

Nesse sentido, para Van Gelderen (1992, p. 59), “os Estados Gerais [representantes das lideranças de Brabant e Flandres] desejavam reconciliação política, mas de forma alguma pretendiam se juntar à Revolta da Holanda e Zelândia”. A partir de então, os rumos seguidos pelos dois blocos foram distintos: enquanto os sulistas, liderados pelo Duque Aerschot, permaneceram ligados a Felipe II, os nortistas seguiram os ideais de união holandesa de Guilherme de Orange. Na União de Arras, de 1579, os estados sulistas de Artois e Hainaut se reintegraram à política de Madri, estabelecendo a continuidade do Catolicismo como religião regional oficial. Enquanto isso, na Holanda e Zelândia, as questões religiosas e políticas inicialmente se consolidaram em caráter pacífico entre católicos e protestantes através do partidarismo pacifista de Orange. Porém, Flandres e Ghent abraçaram uma ala calvinista reformada rígida, não respeitando esse pacifismo. Embora isso tenha ocorrido, a União de Utreque se consolidou unificando Holanda, Zelândia, Utreque, Guelders e Groningen, além de fundamentar as estruturas necessárias para continuidade da Guerra do Oitenta Anos (1568-1648), levando a separação definitiva da Espanha.

Em 1581, foi estabelecido o Ato de Abjuração (*Plakkaat van Verlatinghe*). Segundo Israel, o Ato foi uma marca de renúncia ao rei da Espanha, retirando moedas e brasões dos Habsburgos de circulação, e possibilitando “novos juramentos de fidelidade” daqueles titulares de cargos cívicos. (ISRAEL, 1995, p. 209). Dessa forma, decaía-se o poder da monarquia espanhola dos territórios neerlandeses e assumia seu lugar uma nova lealdade pactual direcionada aos Estados Gerais. Era o fim do governo monárquico habsburgo nessas regiões e a ascensão de um novo regime, declarando a abjuração, isto é, deserção de Felipe II do trono neerlandês devido ao seu comportamento “tirânico”. Nesse sentido, colocava-se a ideia de responsabilidade do governante para com o povo e a possibilidade de sua deposição por ele.

Aliando-se à Inglaterra, principalmente, pela figura do Conde de Leicester, um dos confidentes da rainha Elizabeth, o Tratado de Nonesuch implicou ajuda inglesa aos holandeses da União. Isso resultou na chamada campanha da Invencível Armada, tendo os espanhóis sofrido grande derrota e perda de recursos em 1588. A catastrófica perda espanhola deu ao Conde de Leicester a nomeação a Governador-Geral dos Estados Gerais. Calvinista e apoiado por pregadores reformados flamengos e refugiados brabantinos, entrou em conflito com os holandeses, pois estes já haviam assegurado o stadeholtrato nas mãos do filho de Orange, Maurício de Nassau e como *Landsadvocaat*, isto é, o Advogado Geral do Estado, Johan Oldenbarnevelt.

Antes de se colocar o contexto em que as principais autoridades neerlandesas entraram em conflito e de que maneira isso interferiu na política expansionista ultramarina holandesa, é necessário dizer que na raiz das controvérsias com o Conde de Leicester e as demais formas de governo estabelecidas nos Reinos europeus no século XVII está a grande diferenciação entre esses empreendimentos do Antigo Regime e àquele estabelecido na Holanda. A forma republicana, federativa estabelecida na Holanda a partir da União de Utreque e do Ato de Abjuração traziam para o continente dos reinos religiosos uma nova forma de se organizar uma sociedade. Corroborando essa ideia, Huizinga (1968, p. 5) argumenta que a cultura holandesa diferia muito e em diversos aspectos das culturas da Inglaterra, França e Alemanha; tais diferenças eram causadas principalmente pelo sistema político, o de uma república, não uma monarquia que limitava o poder da nobreza, e também pelo sistema econômico, que era amplamente baseado no comércio.

É importante destacar também o pioneirismo do espaço para a discussão sobre dispositivos legais associados à tolerância religiosa através da União de Utreque e seus artigos. Em seu artigo XIII colocava como decisão sobre a liberdade de religião a cargo de cada província, mas em sua essência dizia: “Quanto ao ponto da religião, os da Holanda e da Zelândia nisto se comportarão como bem lhes pareça” (UNIÃO DE UTRECHT, 2014, p. 51). Isso mostra que a prática efetiva desses preceitos não se efetivou nas províncias reformadas da Holanda e Zelândia, sendo possível observar o aumento de dispositivos anticatólicos nesses dois locais. De forma análoga, outros lugares da Europa viam dispositivos de intolerância tanto por parte de lideranças protestantes quanto por aquelas católicas. Enquanto os Mendigos do Mar enterravam vivo monges, Francisco I foi responsável pelo massacre de 3.000 valdenses, denominação cristã ascética seguidora dos ensinamentos de Pedro Valdo (1140-1205). Para além, o tema da intolerância religiosa era visto não só entre católicos e protestantes, mas também até mesmo entre esses últimos e outros grupos reformistas que eram tidos como “dissidentes protestantes”, por exemplo, os anabatistas radicais. Embora não haja espaço agora para uma profunda discussão acerca da temática da tolerância religiosa e seu desenvolvimento tanto nos Países Baixos quanto no continente europeu como um todo, é importante destacar que ambos os contextos incorporavam ou ressignificavam uma série de terminologias filosóficas medievais e propriamente modernas tais como: concórdia, liberdade de consciência, tolerância religiosa, etc. É nesse contexto que diversas igrejas católicas foram tomadas pelo iconoclasmo calvinista, de forma que, para Albuquerque (2014, p. 51) “na Holanda e Zelândia, havia liberdade de consciência, mas não liberdade

de religião; muito menos paz religiosa”. Defendendo essa mesma ideia, coloca que essa liberdade de consciência não implicava liberdade para prática de todas as religiões; essas últimas eram toleradas mais por uma questão pragmática de manter a ordem civil. (BERKEL, 2010, p. 105)

Dessa forma, inúmeros conflitos insurgentes de minorias religiosas eram minimizados pelas autoridades provinciais em função de não causar desestabilidade política que prejudicasse o processo de independência e a garantia dos aspectos comerciais da burguesia holandesa. Nesse sentido, cabe destacar que a República Holandesa era antes de qualquer coisa uma sociedade liderada por um grupo mercantil, que dominava a política e a vida social da população. Isso pode ser evidenciado pela figura dos burgomestres, magistrados cristãos holandeses responsáveis pela administração das cidades. Sendo também conhecidos por oficiais da cidade, eles estavam diretamente associados às elites burguesas locais e, dessa forma, agiam em prol de seus interesses. Além das atividades administrativas, aspectos sociais, políticos e religiosos tinham sua direta intervenção e supervisão, como por exemplo, a nomeação de pastores para o ministério na Igreja Reformada de Amsterdã pelo consistório, isto é, a reunião de oficiais da igreja de Amsterdã que decidiam sobre as questões eclesiásticas locais e as subordinavam aos burgomestres. (BANGS, 2015, p. 135-141) Embora a nobreza tivesse preponderância em algum momento passado, esse momento vivido pela sociedade neerlandesa trouxe à tona sua marginalização frente a uma influência cada vez mais substancializada na elite mercantil. Tal perspectiva encontra grande apoio bibliográfico e será de fundamental importância para se compreender as várias mudanças de posicionamento diante dos embates religiosos e políticos no início do ‘Século de Ouro’.<sup>5</sup> Além disso, todo contexto político da condução das Sete Províncias Unidas seria afetado pelo surgimento de novos conflitos religiosos que geraram novas posturas dos magistrados regionais e das elites burguesas.

### **As controvérsias da Trégua dos 12 anos e suas implicações para o expansionismo neerlandês**

O enredo político e religioso supracitado terá como ponto de inflexão na continuidade do desenrolar dessas dinâmicas o assassinato de Guilherme, “O Silencioso”. Sua morte gerou uma crise política em disputas de espaços e poder na cúpula das Sete Províncias Unidas. Estavam em jogo não

---

<sup>5</sup> O Século Dourado é assim chamado por ser considerado anos em que o ambiente político, econômico, cultural e religioso propiciaram uma rápida transformação nas Províncias Unidas, colocando-a como uma das grandes potências mundiais naquele tempo.

só a liderança política a ser estabelecida, mas também a perpetuação do republicanismo como forma de governo, a relação entre Igreja e Estado trazidos pela controvérsia arminiana, bem como a propensão expansionista ultramarina comercial neerlandesa.

De um lado estava o chefe de estado, filho de Orange e líder militar dos intentos batavos: Maurício de Nassau. Com perfil de claras propensões monárquicas, Maurício aliou-se ao elo reformado calvinista, enxergando nesse grupo político-religioso características que favoreciam aos seus interesses e reforçavam as dinâmicas de centralização do poder político e religioso, relacionamento de tolerância mais rígida e restritiva, além de concentrar grande parte da burguesia comercial próspera da região. Importante salientar que o seu inimigo posterior, Oldenbarnevelt, foi o mesmo que o colocou no poder com hábil decisão estratégica para manter e garantir as bases para a independência holandesa.

A origem desse grupo calvinista holandês remonta aos intensos combates entre huguenotes e católicos na França, principalmente àqueles que antecederam e deram o contexto para os fatos ocorridos décadas depois relacionados à Noite de São Bartolomeu. Como último grupo protestante a adentrar as províncias holandesas, os calvinistas chegaram aos Países Baixos por volta de 1544. Subindo pelo sul, os franceses huguenotes foram rompendo as fronteiras das províncias de Brabant e Flandres pela facilidade com a língua francesa, idioma usado também na região. A anterior Paz de Augsburgo que tinha trazido relativa paz à ala protestante luterana nos Países Baixos ainda não era aplicado às iniciativas reformistas de Calvino e seus seguidores. Nos tempos de Felipe II e no reforço dos ditames tridentinos<sup>6</sup>, os huguenotes alcançaram Flandres e, em seguida, às províncias do norte, deflagrando já em 1566 um movimento iconoclasta. Inspirados pelas obras *monarcômacas*, obras que combatiam o poder do rei soberano e que compôs a teoria do direito de resistência, os huguenotes, segundo Quentin Skinner (1996, p. 518), desenvolveram uma teoria própria do direito de resistência na década de 1570, ainda que seja possível ter ocorrido uma influência inglesa ou escocesa através dos trabalhos de Knox, Pinot e Godman da década de 1550. Por meio dessa teoria, havia a existência de um duplo pacto, *duplex foedus*, que garantia a obediência do povo ao rei, este como representante divino, enquanto ele fosse fiel a Deus. Caso contrário, o povo poderia desobedecer ao rei e até resistir pelo poder das armas. Salientando essa abordagem calvinista neerlandesa nos seus primórdios até a década de 1560, Mousnier (1973 apud COSTA, 2021, p. 45) diz:

---

<sup>6</sup> Das decisões do Concílio de Trento.



Os calvinistas franceses [huguenotes], refugiados no círculo imediato do príncipe [referindo-se ao pai de Nassau, Guilherme I], fornecem à revolução uma justificação e uma doutrina política: a autoridade vem de Deus para o povo, que confia no rei; este conserva-la-á se obedecer à lei de Deus, lei positiva e lei natural; se não proceder assim, o povo pode retirar-lhe o poder, não diretamente, mas por intermédio dos magistrados.

Entretanto, a hostilidade a esse tipo de argumentação foi o que prevaleceu no calvinismo nos Países Baixos na década de 1570. Incrementando aspectos estoicistas, o principal influenciador nas províncias neerlandesas contrário a abordagem do direito de resistência foi Justus Lipsius (1547-1606), professor teólogo e humanista que passara por diversas transições entre o catolicismo e o protestantismo em seu pensamento religioso. Tendo como ponto inicial o conceito de Fortuna<sup>7</sup>, Lipsius associava-o aos desígnios irredutíveis da soberania divina. Segundo Skinner, as implicações políticas desse pensamento seriam:

a ideia de que cada pessoa tem o dever de submeter-se à ordem existente das coisas, jamais resistindo ao governo vigente, aceitando-o e, quando necessário, suportando-o com coragem e constância. Dois aspectos dessa obrigação essencial são ressaltados em particular. O primeiro é a necessidade de que o súdito re mantenha fiel à forma de religião estabelecida na república. [...] Lipsius demonstra ainda maior preocupação com preservar-se a uniformidade religiosa, requisito esse proclamado com tamanha veemência nos *Seis livros de política* que disso acaba resultando um acirrado debate seu com Dirck Coornhert (1522-1590): com efeito, a grande obra deste sobre a liberdade de consciência, publicada pela primeira vez em 1590, assume a forma de uma crítica à intolerância de Lipsius [...] quando se adota publicamente uma nova religião e os hereges, “perturbando com freqüência a ordem, obrigam outros a fazer o mesmo”, esses “têm de ser punidos” com o máximo rigor, não “cabendo clemência” quando se lida com a ruptura dos ritos religiosos tradicionais. (LECLER apud SKINNER, 1996, p. 551)

Com essa mentalidade, o calvinismo holandês ganhou os status necessários para fundamentarem catecismos e credos que sustentassem suas afirmações teológicas, dogmáticas e doutrinárias, e consubstanciassem seus imperativos político-partidários. Tal fato se materializou na realização em 1571 do Sínodo de Emden que oficializou a Igreja Reformada Holandesa, determinando

---

<sup>7</sup> O conceito de Fortuna, segundo Skinner, se dá da seguinte maneira: “como uma deusa inescrutável, caprichosa e de poder potencialmente esmagador.” SKINNER, 1996, p. 550. Os humanistas utilizavam-se do conceito de Fortuna para referir-se a força do destino, àquela que levava às calamidades e guerras, aos acontecimentos de que os homens não têm controle. Se referem ao ordenamento de todas as coisas, o que será conhecido na teologia calvinista pelo determinismo.

a Confissão Belga<sup>8</sup> e o Catecismo de Heidelberg<sup>9</sup> como base confessional para as igrejas de fala holandesa, enquanto que o Catecismo de Genebra<sup>10</sup> se destinava para as províncias de fala francesa, por parte de professores e ministros religiosos. Dessa forma, substituía-se a veneração e a idolatria aos santos católicos pela instrumentalização dos catecismos como própria razão cúlrica reformada calvinista. Embora isso não fosse expressamente defendido por esse movimento religioso, esse ‘*credolatria*’ marcará as ações intolerantes dos calvinistas associados ao governo de Nassau.

Contra esse pensamento que se levantaria o teólogo reformado holandês Jacó Armínio (1559-1609). Segundo Gerrit Jan Hoenderdaal (2015, p. 22), “foi em relação ao lugar da Confissão e do Catecismo que Armínio começou a fazer sua voz ser ouvida”. Seguindo uma formação de fundamentos do movimento da *Devotio Moderna*<sup>11</sup> em Utreque, Armínio defendia a concepção de uma “boa consciência” dada por Deus, sendo esta garantidora da liberdade cristã e da liberdade de pensamento. Com raízes na Renascença do Norte, as ideias desse teólogo holandês incorporavam o espírito nativista de Erasmo de Roterdã (1446-1536), humanista cristão de transição do século XV para o XVI, e dos teólogos do “humanismo cristão”. Sobre esse humanismo, vale referir:

O humanismo, afinal de contas, foi muito mais religioso que se afirmou durante muito tempo. Certamente houve as extravagâncias da “Academia Romana” (...)

---

<sup>8</sup> A Confissão Belga pode ser compreendida, segundo Brès, como “o primeiro dos padrões doutrinários das Igrejas Reformadas é a Confissão de Fé. É chamado normalmente de Confissão Belga, pois é originário da região sul dos Países Baixos, conhecida hoje como Bélgica. [...] Ela foi imediata e alegremente recebida pelas igrejas dos Países Baixos e adotada pelos Sínodos Nacionais convocados nas últimas três décadas do Século XVI. Depois de uma criteriosa revisão, não do conteúdo, mas textual, o grande Sínodo de Dort de 1618/1619 a adotou como um dos padrões doutrinários” BRÈS, Guido de. **Confissão Belga**. Trad. Marcos Vasconcelos. Centro de Literatura Reformada – CLIRE. 2016. p. 6-10.

<sup>9</sup> No que consiste ao Catecismo de Heidelberg, é possível dizer que: “O Catecismo de Heidelberg, segundo os padrões doutrinários das Igrejas Reformadas, foi escrito em Heidelberg a pedido do Eleitor Frederico III, governador, entre 1559 e 1576, da mais influente província alemã, o Palatinado. [...] O Catecismo de Heidelberg tornou-se ampla e favoravelmente conhecido nos Países Baixos quase imediatamente após sair das prensas, principalmente pelos esforços de Pedro Dathenus, que traduziu para o holandês e acrescentou à sua versão do Saltério de Genebra, publicando-o em 1566. [...] Os Sínodos Nacionais do século dezesseis o adotou como uma das Formas de Unidade, requerendo dos seus oficiais eclesiásticos que o subscrevessem e que os seus ministros o explicassem às igrejas. Essas exigências foram fortemente enfatizadas pelo grande Sínodo de Dort de 1618/1619” URSINUS, Zacarias. **O Catecismo de Heidelberg**. Trad. Marcos Vasconcelos. Centro de Literatura Reformada – CLIRE. 2016. p. 5-7.

<sup>10</sup> Ao retornar de Estrasburgo após seu exílio, João Calvino redigiu o Catecismo de Genebra à pedido dos ministros da Frísia Oriental, que corresponde ao norte da Holanda e da Alemanha, a fim de representar a confessionalidade da Igreja Reformada de fala francesa. **Catecismo de Genebra (1542)**. Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 2021. Disponível em: <<https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/movimento-reformado-calvinismo/confissoes-reformadas/catecismo-de-genebra-1542/>> . Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

<sup>11</sup> A espiritualidade da *Devotio Moderna* foi historicamente compreendida como um movimento religioso dentro da igreja medieval tardia e originou-se no século XIV na Holanda e se espalhou no século XV principalmente no noroeste da Alemanha. No século XVI, no entanto, perde sua influência, mas continuou no pensamento dos humanistas do Renascimento alemão e em alguns reformadores. INSHAQ, Vivian. **Missionários Reais: a literatura religiosa e a disputa pelas almas devotas, século XVI-XVIII**. Acervo. v. 16. n. 2. p. 147-172. 2011

Houve, o que é mais grave, a obra materialista de Pomponazzi, *De immortalitate animi* (1516). Houve principalmente o grande livro anticristão desses conturbados tempos, *O Príncipe*, de Maquiavel (1516). Todavia, no conjunto, os humanistas foram espíritos religiosos, mas independentes. (...) eles [os pensadores do humanismo cristão] evoluíram a maior parte das vezes para uma concepção otimista do homem (...) Descobriram na alma humana uma aspiração natural para Deus e descortinaram em cada religião uma manifestação pelo menos parcialmente válida desse impulso para o divino. (...) Os humanistas não negavam o pecado original, mas, em geral, não insistiam nele. (...) Além disso, mensageiros de uma doutrina de paz, eles desaprovaram muitas vezes a violência e o cisma” (DELUMEAU, 1989. p. 79-80).

Embora se dissesse católico, Erasmo de Roterdã nutria um espírito independente no seu pensamento à medida que era contrário à prática da violência para com os chamados “hereges”, termo que discordava daquele entendimento mais radical do catolicismo de seu tempo. Nesse sentido, é pertinente esclarecer que, apesar de sua defesa da tolerância para com os pagãos e hereges, Erasmo nunca imaginou a perpetuação da coexistência de várias religiões em um estado secularizado. A solução proposta com a tolerância seria uma medida provisória a ser tomada pelo magistrado cristão. De forma resumida, Lecler expressa a real crença erasmiana:

o príncipe dos humanistas não vê na tolerância civil das seitas mais que um expediente necessário talvez, mas, todavia, provisório. A paz e a unidade permanecem o bem supremo que é preciso perseguir a todo preço. Será possível os alcançar, crê ele, à três condições: 1. substituir o constrangimento e a violência pelo espírito cristão de doçura e caridade; 2. voltar a uma fé mais simples, desembaraçada das sutilezas e do falso intelectualismo de uma teologia decadente; 3. restaurar seriamente a vida e os costumes cristãos, sob o modelo da Igreja primitiva, mais rica em caridade que de artigos de fé (LECLER apud LEONE, 2020, p. 32)

Nesse sentido, a influência do espírito renascentista de Erasmo de Roterdã quanto a religiosidade neerlandesa e à necessidade de tolerância às crenças existentes era colocada buscando garantir, em um sentido complexo e não total, a liberdade de práticas católicas e protestantes, bem como àquelas tidas por heréticas. A visão erasmiana do *Príncipe Cristão*, que era o entendimento majoritário holandês até a metade do século XVI de como deveria ser um magistrado cristão, pode ter influenciado em grande parte a visão erastiana<sup>12</sup> de Armínio quanto a essa questão. Acerca desse

---

<sup>12</sup> O pensamento do Erastianismo pode ser entendido como a: “Doutrina estabelecida por Thomas Erastus (1524-1583), segundo a qual a Igreja deve, em tudo, submeter-se a autoridade do Estado.” ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico**: um suplemento biográfico dos grandes teólogos e pensadores. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2019, p. 164.

aspecto, cabe investigar as articulações documentais que poderiam ter ocorrido, a fim de que efetivamente fosse ratificado uma vinculação explícita, ou até mesmo implícita, sobre o diálogo de ideias em questão.

Para além, com aspectos da teologia reformada calvinista da qual fazia parte, Armínio também se assegurava por meio de um forte apego à tradição Patrística, principalmente em termos agostinianos, como notável fonte religiosa tradicional sem equipará-la ao princípio do *Sola Scriptura* defendido pelos reformadores protestantes. Em suas ideias políticas, defendia a forma erastiana de se compreender a relação entre Estado e Igreja, apoiando-se nos burgomestres, magistrados e nobres holandeses<sup>13</sup>. Suas ideias começaram a ganhar notoriedade ao ser convocado para defender a interpretação calvinista de Romanos 7 contra àquelas colocadas por Dirck Coornhert.

Ao invés de ter esboçado tais entendimentos, Armínio não o tratou como herege por perceber similitudes do pensamento de Coornhert com seu entendimento à luz das Escrituras Sagradas. No mesmo ano de 1592, será também indagado sobre seu entendimento do capítulo 9 de Romanos, sendo necessário novamente sua plena defesa. Em seus anos como *Rector Magnificus* da Universidade de Leiden (1605-1609), colocou também em uma nova controvérsia que tomaria rumos ainda maiores no contexto dos Estados Holandeses do Norte. Agora, a questão era seu entendimento da soteriologia bíblica em contrapartida ao supralapsarianismo<sup>14</sup> calvinista defendido na Holanda por Francisco Gomarus. Essa tônica discussão dividirá a sociedade civil holandesa de forma que era perceptível nas discussões nas praças, mercados, hotéis e até a bordo dos navios assuntos afetos à predestinação pela população partidária dos dois polos confrontadores. Para além de uma discussão meramente teológica, por trás desses embates se colocavam propostas de Estado totalmente diferentes entre o ramo nativista arminiano e o lado calvinista holandês. Tal fato poderá ser observado nos contornos políticos que se

---

<sup>13</sup> Essa ideia erastiana e a perspectiva arminiana da liberdade religiosa era chamada de *compreensão* e pode ser entendida conforme o seguinte trecho “Esse padrão permite um nível de latitude dentro da confissão reconhecida; além disso, permite certa flexibilidade para grupos não conformistas, embora imponha uma ou outra penalidade sobre eles. [...] Embora esse sistema [o sistema erastiano pela *compreensão*] não constitua uma liberdade religiosa completa a todos, ela realmente representa um avanço na liberdade dentro de uma estrutura interna da igreja estabelecida. (...) Devemos observar, no entanto, que em razão do papel dos magistrados, a autoridade política recebeu um espaço que para nós é questionável. (...) Por outro lado, Armínio e seus companheiros podiam encontrar nos magistrados e sua laicidade um espírito de tolerância rejeitado pelos calvinistas rígidos”. ADAMS, James Luther. In: MCCULLOH, Gerald O. (org). **A fé e a liberdade do homem**. Trad. Wellington Mariano. 1ª ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p. 119.

<sup>14</sup> A doutrina conhecida como supralapsarianismo diz respeito à uma “doutrina elaborada [inspirado em Theodoro Beza] pelo calvinismo holandês, segundo a qual os decretos concernentes ao destino eterno do ser humano foram elaborados por Deus antes da Queda no Éden.” ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico**: um suplemento biográfico dos grandes teólogos e pensadores. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2019, p. 336.

aproveitariam os dois projetos de República Holandesa e sua Expansão nas figuras já mencionadas de Maurício de Nassau e Johan Oldenbarnevelt.

Segundo Douglas Nobbs (2017, p. 28-29), em sua obra *Teocracia e Tolerância: um estudo das controvérsias no calvinismo holandês de 1600 a 1650*:

A teoria arminiana tentou proteger tanto a função da igreja quanto o dever do governante, distinguindo os atos religiosos da organização da igreja. O seu ideal era o controle pelo estado, mas não a operação. Não era o governo da igreja pelo estado; mas inspeção política e supervisão do governo da igreja pela igreja. (NOBBS, 2017, p. 28-29)

Nesse sentido, não haveria por parte do Estado, ainda que tivesse parte do controle da instituição da igreja, usurpar sua autoridade espiritual. Posterior a morte de Armínio, sua perspectiva teológica ganhará contornos políticos mais específicos em pensamentos políticos, sociais e filosóficos em pelo menos quatro correntes básicas: a da Revelação em Uytenbogaert; o do Direito Divino do Governante em Vossius; a da Teoria Legalista da Soberania em Hugo Grócio; e a da Teoria da Tolerância em Simão Episcópio. Todavia, a que mais se destacará para o presente contexto discutido é àquela enunciada pelo seu mais próximo amigo: Johannes Uytenbogaert. Amigo desde a infância de Armínio, Uytenbogaert tendo sido chamado por Oldenbarnevelt para ser ministro na corte de Nassau, aceitou o convite para mediar a primeira controvérsia de Armínio sobre a interpretação de Romanos 7 sob acusação, em 1592, de Petrus Plancius (1552-1622), pastor, professor e astrônomo neerlandês que desempenhou importante papel cartográfico no que consiste a exploração e comércio ultramarino neerlandês. Ao final desse embate, ficou nítida a ligação de Armínio com os burgomestres onde o teólogo holandês só aceitava discutir o assunto com seus acusadores se houvesse a intermediação dessas autoridades civis. Nesse sentido, Bangs faz a seguinte observação: “Armínio e os burgomestres permaneceram juntos na afirmação do direito e da obrigação da magistratura de exercer sua supervisão das questões internas da igreja, ao menos para preservar sua paz interna.” (BANGS, 2015, p. 167) Estava posto em concordância o princípio territorialista em que os burgomestres viam a unanimidade da igreja como fundamental para o Estado, sendo essa sua preocupação pessoal. (BANGS, 2015, p. 67)

Em um segundo momento, a discussão doutrinária acerca do capítulo 9 de Romanos deixará às claras a fundação do bipartidarismo religioso e político que dividiria a sociedade holandesa e afetaria,

como um todo, os rumos da República. Novamente iniciada pelas acusações de Plancius, esse embate não foi muito longe, pois as respostas de Armínio satisfizeram o consistório e as alegações de Plancius não surtiram o efeito desejado. A parte mais importante foi a evidência de que havia de um lado o partido calvinista rígido com Plancius e Ostgens como líderes teológicos e políticos respectivamente. Enquanto do outro lado se encontrava Armínio e o destacado mercador de Amsterdã Jan Egbertsz. Rem Bisschop e principalmente Simão Episcópio se tornariam teólogos remonstrantes a perpetuar os ensinamentos de Armínio. (BANGS, 2015, p. 168)

De posse dessas informações e retomando a análise das figuras políticas em questão, representando a personalidade mais notável do ambiente político flamengo, Johan Oldenbarnevelt, de origem humilde, juntou-se à casa dos Orange em 1572. Em 1582, tornou-se confidente de Guilherme I, aumentando seu poder e influência. Na ocasião da morte de Guilherme e das disputas entre Elizabeth I da Inglaterra e Henrique III da França pelo trono neerlandês a ser ofertado a um deles, nomeou Maurício de Nassau como *stadeholder* holandês. As intenções do Conde de Leicester para tornar a Holanda tão somente calvinista, sob seu próprio governo e encerrar as relações comerciais com espanhóis não agradaram as autoridades holandesas e sua população, os quais preferiam a tolerância religiosa, a continuidade da república e das trocas comerciais com os povos ibéricos. Assim, os Estados da Holanda escolheram Oldenbarnevelt para ser o seu *raadspensionaris*<sup>15</sup>, o Advogado Geral do Estado. Sua notória capacidade política o fizera ser uma das pessoas mais influentes e populares da Holanda.

Todavia, a relação até então pacífica entre *stadeholder* e o *raadspensionaris* começará a ser corroída na Batalha de Newport em 1600. Alegando que Oldenbarnevelt havia subestimado os riscos de entrar em perigo com essa luta frente aos espanhóis, Nassau considerou imprudente tal medida. Com a vitória de Nassau, seu prestígio popular e heroísmo tomaram o espaço do Advogado Geral, mostrando para Nassau que poderia tomar atitudes mais independentes.

Em 1602, como fruto das negociações de Oldenbarnevelt, foi fundada a Companhia das Índias Orientais (VOC). Os comerciantes neerlandeses, que eram conhecidos pelo fornecimento das especiarias asiáticas ao mercado consumidor europeu, obtinham nos portos da Espanha e de Lisboa tais produtos. Com o confisco empreendido por Felipe II aos navios holandeses, a resposta encontrada

---

<sup>15</sup>*Raadspensionaris*: o defensor da província. Em teoria, isso significava que ele era simplesmente o secretário permanente e vereador dos Estados.” KLEIJ, Sonja. **Van Oldenbarnevelt**: Dutch political conflict in Dutch and English Drama. Utrecht: Comparative Literary Studies. Utrecht University.



por esses navegadores comerciantes pode ser traduzida por uma busca desses produtos na própria fontes, marcando um novo período no comércio internacional. Servindo às pretensões econômicas e também políticas de conquista das terras indianas, a VOC foi instituída por ato estatal de Carta-Patente e integrava não só uma iniciativa privada, mas um elo governamental fundamental para a garantia de benefício a todos. Dessa forma, por meio da VOC garantiriam o monopólio neerlandês sobre o comércio com aquela região e também não fragmentariam os grupos de comerciantes e políticos que protagonizavam a formação e o debate de um pensamento político-religioso neerlandês. Esse aspecto ideológico estava no cerne do pensamento político do Advogado Geral e foi representado pela intenção em criar a VOC objetivando “o bem de todos os residentes dos Países Baixos”. (CARTA-PATENTE DA COMPANHIA DA ÍNDIAS ORIENTAIS apud ALBUQUERQUE, 2014, p. 90)

Nesse contexto, é importante destacar as transformações que sofreram as cidades do norte dos Países Baixos e que farão essa região ganhar notoriedade nacional. Israel destaca que foi a expansão da economia marítima e a reestruturação econômica do norte, e não do sul, que permitiu à República ascender com uma nova classe comercial rica, redes industriais voltadas para a exportação e o refinamento das técnicas produtivas. O algodão, por exemplo, restrito à produção em Bruges, ganhou destaque em Leiden. Inúmeras fábricas de azulejos se estabeleceram em Delft, Roterdã, Leiden e Haarlem, que também era responsável pelo branqueamento do linho (ISRAEL, 1995, p. 349-350). Essa alavancagem comercial também pode ser colocada como um dos motivos para financiamento dos empreendimentos ultramarinos no início do século XVII. Amsterdã passará, assim, a vigorar como o centro financeiro, monetário e cambial do continente europeu. Por meio de seus bancos de câmbio será possível, segundo Costa, efetuar transferências entre contas “sem manipulações onerosas e demoradas”. O florim passou a ser a moeda base para esse cálculo e, posteriormente, o banco de Amsterdã tornava-se banco de crédito para os empreendimentos da VOC, equipando tropas nas guerras realizadas por essa companhia neerlandesa (COSTA, 2021, p. 53).

O estopim dos embates envolvendo essas duas lideranças políticas nortistas estariam ligados à adoção da Trégua dos Doze Anos (1609-1621) que foi anunciada com celebrações na Antuérpia. Em um contexto de perda das alianças com a França, que reatou as relações profícuas com a Espanha, e com a Inglaterra, os holandeses se encontraram sem as importantes ajudas financeiras para o embate nas lutas por autonomia. Como homem da guerra, Nassau não apoiava o estabelecimento da trégua e da paz, pois temia uma paz constante a qual levasse o povo a aceitar o governo espanhol novamente.



Em contrapartida, Van Oldenbarnevelt era a favor de um longo armistício, mas com única condição de que os espanhóis abrissem mão de sua soberania sobre todas as Sete Províncias. Por sua vez, a posição espanhola de Felipe III, herdeiro do trono Habsburgo, era não ceder a soberania do Reino das Espanhas, garantir a liberdade religiosa para católicos na região, além do principal interesse que estava em ser estabelecida apenas uma trégua temporária, e jamais uma paz permanente. Ao final das tratativas, a trégua foi estabelecida e Oldenbarnevelt saiu-se como grande herói desse acordo. Por meio da trégua, as Províncias Unidas tiveram um grande fomento ao desenvolvimento comercial mercantilista da recém-criada VOC. Segundo Ferlini (1986, p. 74), a trégua fez com que o comércio ultramarino retornar-se, sendo que “Entre 1609 e 1621, calcula-se que anualmente cerca de 50 mil caixas de açúcar do Brasil chegavam à Holanda para serem processadas nas 29 refinarias ali existentes. (FERLINI, 1986, p. 74)

Se em termos econômicos as províncias nortistas provavam rápida evolução e expansão, do clima político e religioso não se poderia dizer o mesmo. Embora, por meio da trégua, ficava clara a separação por completa entre o norte e o sul dos Países Baixos, o descontentamento interno estava para longe de ser resolvido. Para além de uma discussão meramente teológica, por trás desses embates se colocavam propostas de Estado totalmente diferentes entre o ramo arminiano e o lado calvinista holandês. Tal fato poderá ser observado nos contornos políticos que se aproveitariam os dois projetos de República Holandesa e sua Expansão nas figuras já mencionadas de Maurício de Nassau e Johan Oldenbarnevelt.

### **O Sínodo de Dort e as consequências políticas nos empreendimentos ultramarinos neerlandeses**

No que diz respeito ao contexto religioso, as controvérsias entre arminianos e calvinistas contrarremonstrantes, opositores reformados holandeses aos ensinamentos dos arminianos remonstrantes, fizeram com que Oldenbarnevelt convocasse uma convenção preparatória em 1607 na cidade de Haia a fim de discutir uma possível revisão na Confissão Belga, tornando-a mais adequada à diversidade de opiniões religiosas. Nesse momento, a pressão do partido calvinista pela imutabilidade quanto à adoção plena dos Credos Reformados Oficiais (Confissão Belga e Catecismo de Heidelberg), tidos por representarem composição importante do legado da Revolução Neerlandesa, fizeram com que se arrefecesse o interesse do Advogado Geral quanto à convocação do respectivo Sínodo Nacional revisionista. O discurso de que tais documentos faziam parte do movimento por independência era

veiculado pelos calvinistas a fim de contrapor a proposta até então de Oldenbarnevelt, fazendo-o repensar nas consequências que poderia ter um acirramento das rivalidades religiosas já existentes. Entretanto, por meio de um movimento político do stadholder, esse cenário tomará novos contornos.

Em dezembro de 1609, Nassau, que poucas vezes demonstrava interesse ou preferência religiosa por algum dos grupos envolvidos nas disputas em lide, exerce sua autoridade para escolher membros da Câmara Municipal (*vroedschap*) de Alkmaar após as eleições anuais, buscando colocar contrarremonstrantes em seus assentos. Tal empreendimento foi vetado por uma milícia cívica, sendo evidente violação das prerrogativas de Nassau, que após isso apoiou a tomada da cidade de Utreque em 1610 pela guilda (grupo cívicos rurais) pró contrarremonstrantes. Isso mostra como, no debate teológico, os contrarremonstrantes se apropriavam das causas econômicas, políticas e sociais para juntamente desses interesses garantir a influência e preponderância de suas preferências legitimadas. Por exemplo, as coadunações entre aspectos econômicos solicitados pelas guildas como a proibição de indústrias urbanas no campo se alinhavam às demandas calvinistas por aumentar sua representatividade religiosa nos ambientes políticos.

Coincidentemente, a pedido de Oldenbarnevelt, Nassau alegou estar doente para combater essa revolta e delegou ao seu irmão Frederico Henrique a resolução do problema, que marcou o retorno dos burgomestres que ali estavam. Nesse sentido, é possível perceber que a razão de alinhamento entre Nassau e os contrarremonstrantes não se baseava no entendimento e compreensão teológica compartilhada por ambos, ou até mesmo pela compreensão de projeto de nação ideal para a Holanda daquele tempo. Ambos apresentavam pontos de vista completamente diferentes entre tais assuntos. Nassau e seu autoritarismo refletiam um desejo de centralização monárquica e interesse expansionista, bem como o estreitamento das decisões religiosas pelo poder soberano do monarca. Enquanto isso, os contrarremonstrantes entendiam que o Consistório, figura decisória principal nas questões da Igreja Reformada Holandesa, é que deveria se prestar às questões religiosas, além de acreditarem ser necessário, portanto, colocar rédeas legislativas nas ações do governante principal.

Por outro lado, é possível pontuar algumas razões da queda de Oldenbarnevelt, entre elas estão: o contexto nas unidades republicanas da ofensiva das lideranças arminianas contra os contrarremonstrantes que não garantiu a unidade nos Estados da Holanda; as conturbações populares iniciadas pelo movimento contrarremonstrante nas diversas províncias e que os levaram a dominar as classes populares; e, principalmente, a contestação econômica de algumas classes burguesas não

beneficiadas com o comércio ultramarino expansivo fomentado pela trégua em vigor. Essa queda foi marcada pelas ações conflituosas onde tanto os remonstrantes que estavam no poder puniam com “banimento ou perda da cidadania” os contrarremonstrantes que ridicularizavam de sua fé, quanto esses últimos “controlavam igrejas e governos da cidade” expulsando remonstrantes dos púlpitos e cargos públicos. (YOUNG, 1884, p. 159)

A panfletagem contra o Advogado Geral foi tomando conta também do ambiente social neerlandês e minando sua popularidade, que se tornava negativamente afetada. O ponto culminante de todo levante do *stadeholder* contra Oldenbarnevelt esteve no estabelecimento da Resolução Sharp instituída por ele. Nesse cenário, a apropriação calvinista do preceito da Resolução de colocar que as unidades do Exército Regular sob repartição da Holanda (um exército por cada cidade para manter a ordem – *waardgelders*) deviam sua lealdade aos Estados Provinciais e não aos Estados Gerais rotulou seus oponentes de traidores da pátria. Esperando uma ocasião semelhante para inserir-se de forma veemente e insuflado pela acusação calvinista, Maurício de Nassau proclamou a Resolução uma afronta à religião reformada e a sua figura como *stadeholder*.

Então, o *stadeholder* neerlandês começou a tomar medidas políticas mais rígidas nas províncias, retirando qualquer resquício de magistratura arminiana e substituindo-os pelos contrarremonstrantes, ao mesmo tempo que defendia a convocação de um Sínodo envolvendo todas as províncias holandesas que decidisse de vez a controvérsia. Segundo Israel, “Durante o outono de 1618, Maurício purificou sistematicamente as cidades holandesas que haviam apoiado Oldenbarnevelt ou onde havia facções 'arminianas' substanciais” (ISRAEL, 1995, p. 453). Essa atitude evidenciava claramente uma postura contrária à aristocracia burguesa, que minava seu poderio no controle e autoridade estatal, em favor dos segmentos populares menos abastados influenciados pelo calvinismo insurgente. Para ele, as divisões religiosas deveriam ser resolvidas pelos Estados Gerais sendo este representante do mais alto governo republicano. Nomeando uma comissão liderada por Maurício de Nassau, os Estados Gerais buscaram apurar os fatos de característica subversiva da atitude de Holanda e Utreque pró-Oldenbarnevelt, garantindo o ‘bem comum’ e a segurança estatal. Isso aparelhou o *stadeholder* de poderes superiores àqueles estabelecidos pela República e o deu capacidade autoritária decisiva nos destinos políticos e religiosos das Províncias Unidas. O título de Advogado, *radpensionaire*, foi abolido, além de ter sido reduzida suas funções, colocando-o nas mãos do *stadeholder*. No dia seguinte, foram presos Oldenbarnevelt e Grotios, bem como alguns de seus apoiadores, sendo iniciado

o Sínodo de Dort (1618-1619) como retrato político e religioso do domínio ultracalvinista e do projeto de Estado de Nassau. É importante destacar que tais ultracalvinistas, também conhecidos como contra-remonstrantes, que em anos anteriores eram contrários a adoção desse Sínodo defendendo autonomia das províncias nesses assuntos, após as mudanças nas cadeiras legislativas, apoiaram Nassau para realização do respectivo Sínodo entre os Estados Gerais. Assim, o destino de Oldebarnevelt foi ser decapitado acusado por Nassau de trair a razão de Estado, enquanto que Grotius, ainda que preso, conseguiu exílio no Castelo de Louvestein e depois fugir para a Antuérpia em 1621.

Em Dort, as questões acerca das divergências remonstrantes eram fundamentalmente aquelas derivadas dos embates de Armínio contra Gomarus acerca do entendimento da predestinação. Entretanto, outras questões como a relação entre Estado e Igreja foram tratadas também. A maioria dos membros dessa corte eram representantes das delegações reformadas calvinistas das províncias, além de clérigos e políticos ingleses e um político escocês. A presidência do sínodo estava também em um elo do contra-remonstrantismo, Johannes Bogerman. Com temor de ser também preso, Uytebogaert fugiu após a prisão de Oldenbarnevelt, tendo designado Simão Episcópio para chefiar a delegação remonstrante. Após diversas colocações e acusações não só aos ditames calvinistas, mas também àqueles relacionados às ações de Nassau e à sua polêmica promiscuidade velada, os remonstrantes foram condenados, o que de fato já se era esperado. Durante as sessões, em sua maioria estiveram privados de participar e falar. Em determinado momento, foram confinados e impedidos de retornarem as suas casas ou mesmo de acessarem quaisquer outras obras. Quando solicitados para escreverem sua defesa, produziram um longo documento com a persuasão teológica e intelectualidade que marcaram a capacidade daqueles remonstrantes. Ou mesmo poderia ter sido em demonstração de insatisfação e repúdio, a fim de ganharem tempo para a reação remonstrante que ocorria por trás dos muros do sínodo. Segundo Israel (1995, p. 462):

Não foi até a 137ª sessão do sínodo, em maio de 1619, que a assembleia finalmente condenou os Remonstrantes como hereges, disseminadores de falsa doutrina e *'perturbadores'* do Estado e da Igreja. Uma lista de pregadores arminianos foi elaborada juntamente com uma fórmula de submissão à qual aqueles dispostos a se retratar (e manter suas vidas), e permanecer dentro da Igreja pública, teria que se inscrever. A fórmula prometia adesão à Holanda, Confissão e catecismo de Heidelberg, e aceitação das Atas do Sínodo Nacional. Aqueles que recusaram foram encaminhados aos Estados Gerais para banimento da República.

Após o ocorrido, certa de 200 pastores remonstrantes foram privados de suas vidas e também do direito a pregarem. Mais de 80, que se recusaram a ficar em silêncio para sempre ou a assinar declarações de submissão, foram eventualmente banidos do país (STANGLIN, 2021, p. 429). Na Antuérpia, em reuniões às escondidas, no mesmo ano de 1619 foi formada a Irmandade Remonstrante e traçada a continuidade do movimento a partir de então.

No início do século XVII, como fruto da Trégua dos Doze anos, havia sido percebida uma relativa pacificação que afetou diretamente o clima de tolerância religiosa neerlandesa. Entretanto, no cenário católico da Antuérpia em período pós-dortiano, era possível encontrar, com maior flexibilidade, a presença de protestantes do que nos Países Baixos, apesar de serem tratados como clandestinos. Era possível observar protestantes participando da vida social da cidade flamenga como comerciantes, por exemplo. No entanto, o mesmo não poderia ser dito dos holandeses calvinistas, que utilizaram da aparelhagem governamental que havia sido instituída por Nassau com objetivo de perpetuar a perseguição religiosa contra os remonstrantes. Esses, tendo sido despidos de suas funções ministeriais, da permissão para pregarem e de servirem às suas congregações e administrarem os sacramentos pelo Ato de Renúncia, formaram a Irmandade Remonstrante a fim de apoiarem os diversos pastores e congregações neerlandesas que foram afetadas e estavam sendo perseguidas. Nas palavras de Couto: “a proposta da Irmandade não era nem mesmo ser exatamente uma denominação, mas uma espécie de aliança solidária e temporária” (COUTO, 2021, p. 536) Os remonstrantes só receberiam legalidade para retornarem a pregar na Holanda no governo de Frederico Henrique, que lhes concedeu autorização para funcionarem como congregação.

Com o fim da controvérsia remonstrante, a Revolução Calvinista Holandesa transformou o espírito pacífico trazido pela trégua com o regime espanhol. Os ímpetus de Nassau reforçados por esse ato revolucionário religioso garantiram o início da Guerra dos Trinta Anos e a perpetuação da Guerra dos Oitenta Anos. Desde então, a função de Oldenbarnevelt foi desempenhada por figuras pró-guerra e a relevância internacional do governo autoritário de Nassau tornou-se motivação do estabelecimento de alianças ou de união externa contra seu regime.

Nesse sentido, foi criada a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) com interesse claro em ser uma “arma, do Estado e da iniciativa privada, política, militar e econômica, contra Portugal e Espanha. As colônias portuguesas e espanholas deviam ser substituídas por colônias neerlandesa.” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 127). Entretanto, as circunstâncias de embargos espanhóis em 1621

eliminaram grande fonte do comércio neerlandês com a península ibérica, bem como nos esforços da WOC no comércio de sal do Caribe e açúcar no Brasil. Logo em sua formação, a subscrição do capital da WOC foi lenta e custosa. Tendo por consequência a ocupação e conquista de terras na América Portuguesa, para Albuquerque (2014, p. 142):

Os investidores suspeitavam que um empreendimento tão vinculado à guerra não podia ser muito lucrativo, no que não estavam errados; apenas em meados de 1623 a Companhia das Índias Ocidentais passou a dispor de capital suficiente para iniciar seus objetivos, que incluíam a conquista do Brasil.

É de se supor por qual motivo Oldenbarnevelt, quando estava vivo, negava-se a concordar com o sonho de Usselinx. Usselinx era um rico burguês e navegador calvinista. Sua intenção inicial era fundar colônias agrícolas de exploração nas Américas. Discordando de seu ponto de vista, Oldenbarnevelt, representando o partidarismo dos arminianos, segundo Boxer, defendia que “a Holanda poderia obter nos portos espanhóis e portugueses todos os produtos da América, e com muito mais facilidade e segurança do que rumando para o mar das Caraíbas” (BOXER, 1961, p. 6)

Com essas perspectivas contrastantes, a oligarquia burguesa não apresentava interesses nem nas propostas de Usselinx, nem muito menos se interessando pelas suas ideias calvinistas de expansão da verdadeira Religião Cristã para os pagãos ameríndios. O principal argumento dos arminianos se baseava na preocupação de gerar novas guerras, tendo em vista que, mesmo durante a trégua, nas terras das Índias Orientais se perpetuavam as disputas ora iniciadas. Com a morte de Oldenbarnevelt e a pressão do partido calvinista em favor de Usselinx, à criação da VOC foi reexaminada e, depois de diversos debates, aprovada.

Diferentemente do contexto de criação da WIC, a associação dos empreendimentos de conquista ultramarina aos esforços de guerra marcados por diversas frentes distintas, América e África, fará com que seja exigida de seus investidores grande quantidade de recursos. Embora ambas as Companhias estivessem ligadas a empreendimentos de domínio além-mar, as motivações privadas se diferenciavam e se tornavam subordinadas aos interesses navais e militares. Nesse sentido, destaca que a VOC não buscava preservar o pacifismo e o intercâmbio comercial como sugeriu o sonho de Usselinx, mas sim tratar os territórios aos quais se destinavam como conquista. (BOXER, 1961, p. 9)

Não se pode esquecer dos interesses econômicos dos burgueses que, em sua maioria, não estavam interessados em colocar os aspectos religiosos e de conquista como prioridade ou relevância maior, se esses não lhes servissem de plataforma à garantia de seu sucesso mercantil. Assim, formataram o projeto de Usselinx de forma a moldarem aos seus objetivos desde as expedições propriamente ditas até a efetiva administração da Companhia. Dessa forma, em concordância com esse pensamento, Mello (2010, p. 30) esboça que não era interessante para as oligarquias urbanas o controle sobre as crenças da população “composta majoritariamente de arminianos, católicos e menonitas” uma vez que tanto as milícias urbanas quanto o exército, de tendência orangista, seriam inconfiáveis e arriscados. (MELLO, 2010, p. 30) Dessa forma, “Desde que o pluralismo religioso não afetasse a ordem pública, os regentes preferiam ignorá-lo”. (MELLO, 2010, p. 30)

Para além, a exigência financeira feita para os embates em âmbito interno contra a Coroa espanhola tornou-se um fardo para os holandeses. Acima das acirradas disputas oceânicas, estavam o envolvimento de um Estado Holandês nas guerras desencadeadas pelo luteranismo alemão na Guerra dos Trinta Anos, o fim dos subsídios financeiros franceses e ingleses a partir de 1621 e a ameaça de ataques ao norte pela liga católica alemã. Isso fez com que muitos dos empreendimentos neerlandeses tivessem uma lenta evolução e também comprometido o seu sucesso a longo prazo. Para Israel: “se a Companhia houvesse sido criada em 1607, como se pretendia inicialmente, em vez de ficar em banho-maria até 1621, há todas as razões para supor que teria alcançado maior êxito à custa dos espanhóis e dos portugueses do que ocorreria depois.” (ISRAEL, 1989, p. 84-85)

## Conclusão

Toda essa crise já nos primórdios do “Século Dourado” neerlandês apontava para o fim prematuro dessa marcante época. Tanto as situações externas quanto aquelas internas ao território da República Holandesa no século XVII se fundamentaram na aliança nassau-calvinista em que se assentou os Estados Gerais. Ao conceder todas as fontes do poder político nas mãos do *stadeholder*, os calvinistas subsidiaram decisões autoritárias que iriam desencadear o processo de crise estatal. Um exemplo disso se deu na sua atitude política mais rígida, isto é, a retirada de diversos magistrados arminianos procedido por Nassau, destituindo o cargo de Advogado Geral do Estado de Oldenbarnevelt, bem como os magistrados de ala arminiana das câmaras municipais e burgomestres para colocar calvinistas gomaristas na preparação para os eventos sinodais que aconteceriam no final da década de 1610. Embora em seu desenvolvimento da teoria política, o partido reformado defendia



o direito de repúdio ao governante que não agisse para o bem do povo e representando a soberania divina, na prática, portaram-se como que não vendo ou preferiram, por conveniência, assim se colocarem frente às afrontas aos ideais republicanos esboçados por Nassau. Uma razão para isso pode estar no fato de que até então o domínio político e religioso, marcado pelas intolerâncias praticadas na década de 1620 contra os demais grupos religiosos não havia sido ameaçado, não tendo motivação alguma para serem contrários ao *stadeholder*. O mesmo que permitia, ao clero gomarista, controlar as câmaras municipais e os tribunais, e os principais órgãos provinciais pós Sínodo de Dort. Os dispositivos do direito de resistência calvinista supracitados, portanto, foram suprimidos ou intencionalmente não exercidos influenciados pelos próprios interesses políticos gomaristas em torno da supremacia teológica e eclesiástica sobre o partido arminiano. Ainda assim, essa questão se tornará fruto de desavença posterior entre os próprios calvinistas e os intentos de Nassau, tema que pode ser investigado em uma próxima pesquisa.

Como reflexo dessa relação de conveniência de interesses, a WIC inicia suas expedições comerciais e militares prejudicadas pela crise prenunciada pelo fim da trégua e início da Guerra dos Trinta Anos. As conquistas militares ultramarinas posteriores, ainda que dessem fôlego à burguesia neerlandesa, seriam afetadas negativamente pela falta de recursos disponíveis pelos investidores e pelo fato de os Estados Gerais estarem envolvidos nas guerras no continente europeu. Para a segunda metade do século XVII, a República veria a ampliação de seus domínios, porém com substanciais mudanças nos contornos políticos, sociais e religiosos que permitiram a continuidade do sucesso holandês. Entretanto, como se havia iniciado as empreitadas da WIC, é pertinente a fala de Albuquerque quando diz que: “a mesma entidade política que a criou e subsidiou [referindo-se à República das Províncias Unidas] terminou tendo de arcar com seu passivo” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 144)

### Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. **Albuquerque e Nassau: origens e perfis: Portugal, Espanha, Brasil, Alemanha, Países Baixos**. 1 ed. Editora Topbooks. Rio de Janeiro, 2018.

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. **A Revolução Holandesa: origens e projeção oceânica**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014, p. 50-51, 90, 142, 144.

ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico: um suplemento biográfico dos grandes teólogos e pensadores**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2019, p. 164, 336.

- BANGS, Carl O. **Armínio – um estudo da reforma Holandesa**. Trad. Wellington Carvalho Mariano. 1ª ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p. 135-141, 167-168.
- BERKEL, K. van. **The Dutch Republic. Laboratory of the Scientific Revolution**. BMGN. The low countries historical review. 2010. 125(2-3), 81-105. Acesso em: 19 junho de 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.18352/bmgn-lchr.7116>> .
- BRÈS, Guido de. **Confissão Belga**. Trad. Marcos Vasconcelos. Centro de Literatura Reformada – CLIRE. 2016.
- BOXER, C. R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. Trad. Olivério de M. O. Pinto. São Paulo: Editora Brasileira. Companhia Editora Nacional, 1961, p. 6, 9.
- CARDIM, Pedro. MIRANDA, S. M. **A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios**. In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. de F. Coleção: O Brasil Colonial. vol. II. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 50.
- COSTA, R. S. da. **Os Holandeses: dos Países Baixos às Províncias Unidas entre os anos 1515 e 1648**. In: COUTO, Vinicius (org). (IN) Tolerâncias religiosas nos Países Baixos. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648). Editora Reflexão, 2021.
- COUTO, Vinicius. **O arminianismo pós-dortiano e a formação da Irmandade Remonstrante: os novos rumos nas esferas políticas e religiosa neerlandesas, 1619-1625**. In: \_\_\_\_\_. (IN) Tolerâncias religiosas nos Países Baixos. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648). Editora Reflexão, 2021.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimentos e Afirmação da Reforma**. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 79-80, 250-251.
- FERLINI, Vera Lúcia. **A Civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 74.
- GELDEREN, Martin Van. **The political thought of the Dutch Revolution (1555-1590)**. New York: Cambridge University Press, 1992, Reino Unido. p. 59.
- HOENDERDAAL, Jan Gerrit. In: MCCULLOH, Gerald O. (org). **A fé e a liberdade do homem**. Trad. Wellington Mariano. 1ª ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p. 22.
- HUIZINGA, J.H. **The Dutch Civilisation in the Seventeenth Century and other essays**. Ed. Pieter Geyl e FWN Hugenholtz. Trans. AJ Powerands. London: Collins, 1968. Print.
- INSHAQ, Vivian. **Missionários Reais: a literatura religiosa e a disputa pelas almas devotas, século XVI-XVIII**. **Acervo**. v. 16. n. 2, 2011, p. 147-172.
- ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: it's rise, greatness and fall – 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995.
- ISRAEL, Jonathan. **Dutch primacy in world trade (1585-1740)**. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 84-85.
- JÚNIOR, Rivadávia Padilha Vieira. **Retratos do poder: a imagem pictórica de Felipe de Habsburgo por Ticino Vecellio e Antonio Moro (1548-1558)**. Tese (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2013. p. 12-15.

KLEIJ, Sonja. **Van Oldenbarnevelt: Dutch political conflict in Dutch and English Drama.** Comparative Literary Studies. Utrecht University.

LECLER apud LEONE, Caio Affonso. **Concordemos em discordar: a relação entre tolerância, concórdia e dúvida em Erasmo de Roterdã (1524-1527).** Orientador: Renato Júnio Franco. 2020. 150 f. Dissertação [Mestrado em História]. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2356/projeto/Caio\\_Affonso\\_Leone.pdf](https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2356/projeto/Caio_Affonso_Leone.pdf). Acesso em: 17 jul. 2022.

MCCULLOH, Gerald O. (org). **A fé e a liberdade do homem.** Trad. Wellington Mariano. 1ª ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015.

MELLO, Edvaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 30.

MOTLEY, John Lothrop. **The Rise of the Dutch Republic. A History (1555-1566).** vol. 1. Londres: Ams Pr Inc. Netherlands, 1973, p. 63-66.

NGA. **Painting in the Dutch Golden Age: a profile of seventeenth century.** Washington: National Gallery of Art., 2007. p. 99-114.

NOBBS, Douglas. **Teocracia e Tolerância: um estudo das controvérsias no calvinismo holandês de 1600 a 1650.** Trad. Roseli Lima e Alexandre Skvirsky. 1ª ed. São Paulo: Bvbooks, 2017, p. 28-29.

PRICE, J. L. **The Dutch Republic in the Seventeenth Century.** New York: Macmillan, 1998, p. 131.

ROTerdã, Erasmo. **O Príncipe Cristão.** In: SENADO FEDERAL. Conselho aos governantes. Brasília: Coleção Clássicos da Política, 1998, p. 336, 341, 351.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno.** Trad. Renato Janine Ribeiro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 108.

STANGLIN, Keith D. **Bona Conscientia Paradisus: An Augustinian-Arminian Trope.** In: BALLOR, Jordan J.; SYTSMA, David S.; ZUIDEMA, Jason. Church and School in Early Modern Protestantism: Studies in Honor of Richard A. Muller on the Maturation of a Theological Tradition. Leiden: Brill, 2013, p. 361-372.

STANGLIN, Keith D. **A perspectiva remonstrante e o Sínodo de Dort.** In: COUTO, Vinicius (org). (IN) Tolerâncias religiosas nos Países Baixos. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648). Editora Reflexão, 2021.

URSINUS, Zacarias. **O Catecismo de Heidelberg.** Trad. Marcos Vasconcelos. Centro de Literatura Reformada – CLIRE. 2016.

VEEN, Mirjam van. **Estrangeiros, párias, exilados: Doutores remonstrantes no exílio.** In: HOLLANDER, August den. Remonstrantes na Antuérpia (1619-2019): 400 anos da Irmandade Remonstrante. Trad. Vinicius Couto. São Paulo: Editora Reflexão. 2021. p. 69.

YOUNG, Alexander. **History of The Neetherlands (Holland and Belgium).** Boston: Estes and Lauriat, 1884, p. 519.

ZWEIG, Stefan. **Triunfo e Tragédia de Erasmo de Roterdão**. Trad. Maria Elsa Neves e Maria José Diniz. Assírio & Alvim. 2020.

## Saltando as barreiras do matrimônio: as estratégias de Pulcheria Maria para se divorciar no Brasil joanino

STF. Julgamentos Históricos – nº 52: *Justificação de sevícias que faz Pulcheria Maria de São José contra Custódio Alves da Costa* (1815)

**Elias Theodoro Mateus**

Mestre em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

elias.theodorom@gmail.com

**Recebido em:** 30/09/2022

**Aprovado em:** 26/12/2022

*O documento e o tempo.* Quem hoje visita o Museu do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, tem a oportunidade de encontrar exposto um curioso auto processual datado de 1815. As folhas amareladas testemunham a passagem do tempo e indicam a longevidade daquele auto de *Justificação de Sevícias*, rigorosa e cuidadosamente conservado pela instituição. Antes de chegar ali, porém, o sobrevivente volume de fólios, suporte material dos lampejos de uma história real, percorreu longos e tortuosos caminhos no tempo e no espaço. Fruto de uma contenda processada no juízo eclesiástico da cidade de Mariana, sede do único bispado com jurisdição sobre a província de Minas Gerais, os autos seguiram para Vila Rica daí partindo para a cidade de Salvador, capital provincial e sede do Arcebispado da Bahia. Lá permaneceu até 1820 quando, por apelação, seguiu para o Rio de Janeiro, naquela altura capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, numa remessa que provavelmente continha outros documentos e correspondências oficiais. Sabe-se lá mais por onde terá passado até chegar à sua atual morada<sup>1</sup>.

---

\* Agradeço as amigas e os amigos, historiadores ou não, com quem mantive rica interlocução no curso desta pesquisa. São muitos e a todos homenageio nas pessoas de Ana Caroline Carvalho Miranda, Juselane Benate Theodoro, Karla Karoline Pereira, Moacir Rodrigo de Castro Maia, Natane Heloísa Pereira Generoso e Rafael Ventura Silva. Registro também um agradecimento especial a Tales de Barros Paes e a Ludmylla Barbosa por me abrirem as portas do Museu do STF. Dedico a todas e todos que buscam justiça e não se cansam jamais.

<sup>1</sup> A descrição arquivística do documento encontra-se no portal Supremo Histórico – Arquivo Joaquim Nabuco. Disponível em <https://supremohistorico.stf.jus.br/index.php/justifica-o-de-sev-cias-n-52-1>. Acesso 11 set. 2022. O documento digitalizado está disponível para consulta em:

[https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/Justificacao\\_Sevicias\\_52.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/Justificacao_Sevicias_52.pdf).

*Protagonistas e coadjuvantes: o conteúdo do documento.* Os protagonistas desta contenda judicial não residiam propriamente na sede da cidade de Mariana, mas sim em duas das freguesias mais próximas do núcleo urbano. Para ser mais específico, nos arraiais de Catas Altas (hoje, município de Catas Altas) e do Inficionado (hoje, distrito de Santa Rita Durão, Mariana). Um casal: ela, **autora justificante** na ação, Pulcheria Maria de São José (1787-1850); ele, **réu justificado**, Custódio Alves da Costa (c. 1777-1825). Os dois se casaram em novembro de 1809 na igreja matriz de Nossa Senhora de Nazaré do arraial do Inficionado, onde a jovem vivia na companhia de sua mãe Francisca Maria das Neves, parda forra, e de seu pai natural Gabriel Antonio Gonçalves Basto (1746-1827). O jovem casal mudou-se para Catas Altas, onde Pulcheria havia nascido e onde Custódio possuía uma casa na rua Direita, uma chácara e serviços minerais em sociedade com seu irmão Domingos Alves da Costa (1768-1825). Dali a cerca de nove meses e meio, batizavam solenemente o primeiro e único filho com o nome de Manoel, apadrinhado pelo avô Gabriel Antonio de quem herdou o sobrenome.

Naquele lugar do tempo e do espaço, sob a vigilância e o escrutínio de determinado circuito comunitário matizado pelas estruturas mentais e materiais de uma sociedade colonial e escravista, a convivência familiar na casa de Custódio e Pulcheria era tumultuada, conflitiva e recorrentemente violenta. De farta documentação, indicada a diante, pôde-se depreender dos vários testemunhos que uma combinação de adultérios, ciúmes, alcoolismo, agressões, intrigas e abandono colocou no centro do debate jurídico, em pleno contexto das ebulições políticas e sociais em torno das independências na América Ibérica, a questão do direito ao divórcio pelas mulheres. Contudo, é preciso adiantar que esta contenda familiar específica, entre Pulcheria e Custódio, nem mesmo o próprio rei D. João VI – nem um pouco discreto conhecedor do caso – fora capaz de resolver.

Foi o desejo de Pulcheria Maria, amparada moral e financeiramente por seu núcleo familiar, de se divorciar do marido que originou o auto de *justificação de sevícias* – hoje custodiado pelo Museu do STF e objeto do presente exercício paleográfico. Sabe-se por meio de uma outra fonte que, movido pela paixão colérica, dois dias depois do natal de 1814 Custódio expulsou a mulher de sua casa, levando-a junto com o filho e duas escravizadas, Maria e Isabel, de Catas Altas para o Inficionado, abandonando-os na entrada do arraial<sup>2</sup>. Acompanhada por um amigo da família, Francisco de Souza Braga (1775-1857) – testemunha central do caso – Pulcheria buscou abrigo no seio de sua família. Depois de uma série de eventos interconectados, ela vai até o vigário geral do bispado de Mariana,

---

<sup>2</sup> Arquivo Nacional. Casa de Suplicação do Brasil. EJ.0.ACI.1918. “Libelo de Apelação Cível de Divórcio movido por Pulcheria Maria de São José contra seu marido Custódio Alves da Costa” [1815-1820], fl. 18v.

doutor Marcos Antonio Monteiro de Barros, para justificar os maus tratos sofridos e requerer o seu divórcio. Na época, tinha ela 28 anos de idade e sua batalha judicial se arrastaria pelos anos que antecederam a ruptura dos laços políticos entre Brasil e Portugal.

Para alcançar seu objetivo, observando as regras e as racionalidades do jogo jurídico da época, Pulcheria mobilizou a rede de advogados de seus familiares, com destaque para os doutores José Francisco de Almeida Machado e Lucindo Pereira dos Passos<sup>3</sup>. Com assistência deles, a justificante seguiu os protocolos estabelecidos pela legislação e, no dia 20 de maio de 1815, dirigiu ao vigário geral sua justificação de sevícias para que, uma vez provadas, ensejasse a abertura de um processo de divórcio naquele juízo. Os sete itens da justificação, redigidos pelo punho do próprio capitão Lucindo, seguem o padrão daquilo que se convencionava argumentar nos tribunais eclesiásticos em tais casos: maus tratos, adultérios e dilapidação dos bens do casal, reforçados pelo risco de morte que ela corria caso voltasse ao convívio do marido. Em suma, tudo conforme aquilo que cautelosamente estabeleciam as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* para os casos de divórcio, considerado pela Igreja sempre um extremo.

Um breve resumo do auto que segue transcrito na íntegra. Depois que o vigário geral deferiu favoravelmente ao pedido da autora, procedeu-se à inquirição de três das quatro testemunhas nomeadas por Pulcheria – Bernardo Francisco da Costa, Antônio de Azevedo Miranda e Bernardo Alves de Mesquita – depoimentos tomados pelo vigário em sua residência na cidade de Mariana. Convencido pelas evidências, Monteiro de Barros proferiu sua sentença julgando justificadas as sevícias e determinando que a justificada fosse depositada “em casa honesta”, como era de praxe. Não tardou para que fosse depositada junto com seu filho, roupas, joias e as escravas Maria e Isabel na casa do tenente Gregório Martins de Abreu (?-1825), morador no Inficionado e professor de gramática latina.

Porém, dali a duas semanas, uma anomalia judicial veio à tona quando Custódio, retornando de uma viagem, ao chegar em Catas Altas “achou a novidade de estar desapossado da dita sua casa”, móveis e chácara que possuía naquele arraial. Aproveitando-se da ausência dele, os oficiais Bernardo Alves de Mesquita e Manoel Rodrigues Alves fizeram apreensão dos bens sobre os quais Pulcheria tinha esperanças de ver partilhados por ocasião de uma sentença favorável no divórcio. De próprio punho, Custódio então redigiu uma petição ao vigário geral pedindo vista dos autos para oferecer suas

---

<sup>3</sup> Sobre a ritualística do processo de divórcio no Brasil colonial, cf. SILVA (1984) e para os casos de divórcio e nulidade no bispado de Mariana no século XIX, cf. AMARAL (2012). Sobre os advogados atuantes nos tribunais de Mariana, ver COSTA (2011), PEREIRA (2014), OLIVEIRA (2013) e ANTUNES (2004).



razões embargantes, no que foi atendido. Saiu então o advogado Cônego João Ferreira Soares em sua defesa, sustentando de forma enérgica o vínculo matrimonial e repudiando a ilegalidade daquela apreensão. O juiz do eclesiástico determinou que a justificante permanecesse no depósito e que os bens fossem restituídos ao poder do justificado. Mas as batalhas estavam longe de cessar.

Como os bens não foram imediatamente restituídos, Custódio novamente suplicou ao vigário que este passasse um mandado para ser cumprido, no que foi por ele atendido. Apesar da determinação do juiz no caso, o escrivão Joaquim Coelho de Oliveira Duarte levantou dúvidas sobre o cumprimento do mesmo. Tudo isso ocorreu no dia 18 de agosto de 1815, mesmo dia em que Pulcheria obteve vista da sentença, vista oferecida ao seu advogado, doutor José Francisco de Almeida Machado, que permaneceu com o auto em seu poder por quase três meses, devolvendo-o ao cartório do contencioso geral “sem neles dizer cousa alguma”. Dali a pouco mais de um ano, as custas foram fechadas, calculadas em 14\$992 réis, e o auto foi apenso ao libelo de divórcio que subiu por apelação para o Tribunal da Relação Eclesiástica do Arcebispado da Bahia, recebidos pelo escrivão daquele juízo, Joaquim Marinho Cavalcante, em outubro de 1819 – última data verificada no documento.

*Debates e questões historiográficas.* A fonte que agora se apresenta ao público leitor vem sendo cotejada com farto conjunto documental no âmbito de uma pesquisa original<sup>4</sup>. Contudo, apesar do ineditismo da maioria esmagadora das fontes tratadas nesta investigação, isso não quer dizer que os protagonistas da trama deslindada pelos documentos nos sejam ilustres desconhecidos. Uma primeira radiografia sobre a produção historiográfica disponível no *Google Scholar* e nos bancos de teses e dissertações apurou cinco trabalhos acadêmicos de orientações teórico-metodológicas muito variadas entre si que mencionam Pulcheria Maria e Custódio. Vejamo-los mais de perto, todos referenciados na íntegra na bibliografia.

O primeiro trabalho em que se lê a respeito de Pulcheria Maria é a tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 2007, pela historiadora Heloísa Maria Teixeira. A autora dedicou-se a analisar o papel da criança (escrava ou não) inserida como mão-de-obra nos domicílios

---

<sup>4</sup> Além da justificação de sevícias, objeto da presente transcrição comentada, e do libelo de divórcio que dela se desdobrou e hoje sob guarda do Arquivo Nacional, a pesquisa conta ainda com farto *corpus* documental atinente ao casal e suas redes relacionais. Além de documentação cartorária, camarária e impressa, foram arrolados mais de uma centena de processos judiciais diversos, distribuídos entre ações cíveis, execuções de dívidas, processos crime, justificações, inventários, testamentarias, banhos matrimoniais, sem falar de outras centenas de registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos). Os arquivos consultados foram os seguintes: Arquivo Joaquim Nabuco, Arquivo Nacional, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Arquivo Público Mineiro e plataforma digital *FamilySearch*.

da região de Mariana no período que abarca toda a segunda metade do século XIX, caracterizado pela transição do sistema escravista ao trabalho assalariado livre. Perscrutando a série das alforrias registradas nos livros de notas do tabelião, Teixeira se deparou com uma lavrada em 1850. Nele, a menina Eufrásia recebia de sua senhora, dona Pulcheria Maria de São José, a liberdade, condicionada, porém, a acompanhá-la pelo resto de sua vida (TEIXEIRA, 2007, p. 211).

Passada uma década, duas dissertações de mestrado recuperaram fragmentos daqueles agentes históricos. Virgínia Palma, em seu mestrado profissional defendido na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), abordou o auto de justificação de sevícias no bojo de uma investigação assentada na mobilização de acervos judiciais disponíveis *online* para a pesquisa e o ensino da História. A autora trabalhou esta e outras fontes em oficinas temáticas desenvolvidas com turmas do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental (PALMA, 2017, p. 82). Elias Theodoro Mateus, examinando os livros de notas dos cartórios de Mariana existentes no século XVIII e início do XIX em busca de escrituras de perdão para sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), localizou uma na qual Custódio aparece perdoando a Pulcheria Maria e a José Pereira Pinto Basto pelo crime de adultério, bem como a Gabriel Antonio e Francisca Maria das Neves por alcovitaria (MATEUS, 2017, p. 88).

Por fim, em 2018, a historiadora Elizabeth Santos de Souza trouxe à baila o robusto e fascinante processo de divórcio movido por Pulcheria Maria contra seu marido Custódio. O caso foi apresentado durante o XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio em meio a algumas notas de pesquisa sobre o acervo judiciário da Casa de Suplicação do Brasil (1808-1833), em cuja oportunidade a autora levantou uma série de questões atinentes ao matrimônio, nas suas dimensões moral e espiritual. Além disso, suscitou o debate acerca da inserção do feminino no universo judiciário hegemonicamente masculino. Esta fonte volta a aparecer na tese de doutorado defendida por Souza em 2021 na Universidade Federal Fluminense (SOUZA, 2021, pp. 289-292).

Como dito antes, o presente estudo parte de uma investigação mais ampla acerca das biografias de Pulcheria Maria, de Custódio e também de seu filho Manoel Zeferino – membro de um dos primeiros grupos discentes do famoso Colégio do Caraça. O tratamento metodológico dado ao conjunto das fontes arroladas na investigação consiste na abordagem micro-histórica (LEVI, 1992) e a orientação teórica foi tomada de empréstimo das reflexões do filósofo Paul Ricoeur (1913-2005) sobre a dimensão narrativa da explicação histórica (RICOEUR, 2010). Tal entrecruzamento permite uma leitura muito idiossincrática das sucessivas camadas temporais que atravessam as experiências

daqueles sujeitos históricos, do estrutural ao acontecimental passando também pelo conjuntural. Trajetórias, sublinhe-se, vividas em uma época específica. Sabe-se que nesse tipo de abordagem proposta o contexto histórico amiúde esclarece pontos-cegos das fontes e preenche as inevitáveis lacunas da narrativa. No caso de Pulcheria, Custódio e Manoel, suas trajetórias estiveram encampadas pelos contextos de crise do sistema colonial, independência política e construção da ordem imperial no Brasil.

Naturalmente, um esforço de leitura, transcrição e análise de tão amplo conjunto documental suscita inúmeras questões e debates. Alguns exemplos do que afirmo podem ser depreendidos da leitura do auto de *justificação de sevícias* transcrito na íntegra a seguir. O primeiro tema que nos salta aos olhos é gênero, uma importante categoria analítica (SCOTT, 1995; SILVA, 1983). Pela natureza do documento, a leitura da peça levanta questões caras às histórias do direito e das justiças (SILVEIRA, 2015). De modo particular, por se tratar da questão matrimonial, a fonte enseja também discussões sobre a instituição familiar em sua historicidade (SILVA, 1984; FIGUEIREDO, 1997). Por fim, mas não menos importante, e talvez de forma inusitada para o campo, o cruzamento de fontes eclesiásticas com seculares oferece uma possibilidade de leitura micro-histórica de fenômenos econômicos (RIBEIRO, 2015). Enfim, qualquer que seja o tema, ele implica diálogo generoso com a produção historiográfica, transitando entre textos clássicos da historiografia brasileira e as contribuições mais recentes<sup>5</sup>.

*Considerações paleográficas.* Antes de apresentar a transcrição, é preciso apontar algumas considerações paleográficas. Trata-se de uma transcrição que conserva o estado da língua tal como fixado no suporte, seguindo as regras do Arquivo Nacional e as orientações desta revista científica. O documento é politestemunhal, ou seja, escrito a muitas mãos; no total, foram identificados 22 punhos diferentes que vão de assinaturas de testemunhas a textos mais extensos redigidos por escrivães ou advogados, passando por textos de média extensão grafados por personagens centrais, como por exemplo a petição revoltosa escrita por Custódio Alves da Costa nos fólhos 11r e 11v. A escrita empregada por todos é a humanística cursiva destrógrada e a habilidade variava de punho para punho, sendo mais firme entre os escrivães, advogados e magistrado. Por fim, uma palavra sobre abreviaturas. Largamente utilizadas no correr do processo, tomaram forma de siglas, sínopes, apócopies e por letras sobrescritas, sendo todas desenvolvidas para a forma mais próxima do uso atual, respeitando sempre

---

<sup>5</sup> Ver também NOVAIS (1979), MOTA (1986), MATTOS (1987), MALERBA (2005), CARIELLO & PEREIRA (2022).

os grafemas utilizados pelo escrevente. Ao longo da transcrição, notas de rodapé esclarecerão questões paleográficas mais localizadas.

Transcrição

[Fl. 1r]

1815

Marinho<sup>6</sup>

Pulcheria Maria de S. Iose    *Iustificante*

Custodio Alves da Costa    Iustificado

*Iustificaçam* de Sevicias

Escrivam Coelho

Anno do Nascimento de  
Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito  
Centos e quinze annos aos vinte dias do  
mes de Maio do ditto anno nesta Leal Ci  
dade de Marianna em o Cartorio do Con  
tenciozo Geral e Reziduos e Sendo ahy  
por parte da Iustificante Pulcheria Ma  
ria de Sam Joze me foi apresentada hua  
Sua petiçam despachada pelo Reueren  
do Doutor Marcos Antonio Monteiro  
de Barros Cavaleiro Professo na Ordem  
de Christo Provizor e Uigario Geral Juiz  
das Justificacoens de Genere Despencas  
Matrimoneaes Cazamentos e Reziduos  
deste Bispado de Marianna por Sua  
Excelencia Reuerendissima, com os Seus  
Itens Iustificauos para effeito de

---

<sup>6</sup> Trata-se da assinatura em rubrica do escrivão Joaquim Marinho Cavalcante, escrivão do Tribunal da Relação Eclesiástica do Arcebispado da Bahia. Todos os fólhos, no lado *recto*, apresenta a mesma rubrica que só foram colocadas ali, pelo menos, a partir de 1819. Logo abaixo da assinatura, localizada no canto superior direito, consta novamente a indicação do fólho e um carimbo na forma oval, dentro do qual se acha escrito a caneta o número correspondente ao tombo do Arquivo Histórico do Supremo Tribunal Federal “Processo nº 52”.

authoar a qual petição de Itens por ser  
destrebuida a este Cartorio Pelo actual  
Destrebuidor deste Juizo Padre Ioze  
Fernandes Uieira lha aceitei e Autho  
ei e he a que segue E para Constar fa  
co este termo Joaõ Baptista de Almeida

[Fl. 1v]

de Almeida Saraiva Escrivam Aju  
dante do Contenciozo Geral e Re  
ziduos deste Bispado o Escrevi

[Fl. 2r]

Pago  
Distribua ao Escrivam Coelho  
Mariana 2[0] de Maio  
de 1815  
Vieira  
Marinho

Diz Pulcheria Maria de São Jozé Cazada com Custodio Alz da  
Costa que para se divorciar deste perpetuamente, sendo antes  
depozitada quer justificar as Sevicias pelos Itens Seguintes

1

Item que a Justificante se Cazou a poucos annos com o Justificado  
Custodio Alz da Costa conforme determina a Igreja, e supos  
to tenha ella vivido com honra, obedecendo-o, como  
fazem as mulheres honradas de semelhante estado; com tudo  
o Suplicado não attende a isto, e obra muito pelo contrario

2

Item que o Supplicado tem maltractado a Justificante com pancadas tendo della grande aborrecimento por andar concubi- nado com húa crioula forra de nome Sabina moradora no Arraial do Inficionado, e com húa Maria Theodora mulber parda moradora no mesmo Arraial cometendo adulterios publicos de que há geral escandalo

3

Item que o Supplicado tem vendido por menos de seo valor quazi tudo que a Justeficante levou de dotte pagan do dividas contrahidas antes do matrimônio, e dirao testemunhas escrevendose o mais que souberem ao assumpto.

4

Item que o Justeficado chegou a lansar a Justeficante fora de Caza, dezendo publicamente que se ella tornar para a sua Companhia que a ha de matar

5

Item que o Justeficado hé de taõ má conducta dissipador de bens que tem feito vendas de bem de Raiz do Cazal ocultos da Justeficante fur-

[Fl. 2v]

furtandolhe a firma

6

Item que o mesmo Justeficado comprou húa venda por tres animaes Cavalares, e a vendeo depois com todos os trastes por tres oitavas com grande Lezaõ

7

Item que em tais termos não pode a Justeficante viver com elle apezar de ser pacifica do-



tada de bom genio, e verdadeira//

Pede a Vossa Senhoria se digne admettila  
A Justeficar o deduzido, man-  
dando destribuir esta, e pro-  
vado mandar passar *mandado*  
*para* ser depositada com seos  
escravos joias, e Roupas em  
Caza do Temente Gregorio Martins  
de Abreo pessoa de bem, e  
outro de citaçam ao Suplicado *para* o Libello  
de divorcio e *para* todos os mais  
*termos* pena de Revelia, dignandose  
*também* Vossa Senhoria mandar passar *mandado para* serem  
citadas as *testemunhas* Alferes Bernardo Francisco, Tenente  
Antônio Francisco Arantes – Antonio  
de Azevedo – Bernardo Alvez de Mesquita  
*para* jurarem na Iusteficaçam *quando* lhes  
for ordenado pena de prizão podendo  
fazer estes citaçoens e depozito os *officiaes* de  
[...]<sup>7</sup>

Justifique

*Monteiro*<sup>8</sup>

[Fl. 3r]

*Marinho*

---

<sup>7</sup> Não foi possível identificar o conteúdo da última linha, pois a mesma foi cortada durante a digitalização. Mas, possivelmente, uma análise diplomática combinada à lógica interna do texto permite inferir que a sua continuação seja algo como “*officiaes de justiça [...]*”, finalizando-se com a expressão corrente nas petições “ERM” – “e receberá mercê”.

<sup>8</sup> Este é o despacho do vigário em relação à petição. Consta também ao lado do despacho: “D. e A.”. Ele não está escrito no final do fólio, mas sim no centro do fólio, no lado esquerdo. Como era de costume, o despacho do magistrado vinha logo abaixo da súplica e ao lado esquerdo da petição propriamente dita. O padrão de edição se repetirá em todas as petições do auto.

Iuntada

Ao primeiro dia do mes de Junho de mil oitocentos e quinze annos nesta Leal Cidade Marianna em o Cartorio do Contenciozo Geral e Reziduos deste Bispado de Marianna e sendo ahy junto a estes autos a Inquiricam de Testemunhas da Iustificante Pulqueria Maria de Saõ Joze que se achava neste dito Cartorio a qual hé a que ao deante Se Segue E para Constar faço este termo de juntada Joaõ Baptista de Almeida Saraiva Escrivam Ajudante do Contenciozo Geral o Escrevi

[Fl. 3v]

[*Em branco; porém consta um traço ondulado que vai do alto ao baixo do fólio.*]

[Fl. 4r]

*Marinho*

Inquiricam de *testemunhas* da Justificante Pulqueria Maria de S. Joze

Assentada

Aoz vinte e doiz dias do mes de Maio de mil oitocentos e quinze annos nesta Leal cidade de Marianna em cazas de morada do Muito verendo<sup>9</sup> Menistro o Doutor Marcoz Antonio Monteiro de Barros, cavalleiro Professo na ordem de christo, Provizor, e Vigario Geral

---

<sup>9</sup> De fato, na linha anterior não há o início da palavra “Reverendo”.

deste Bispado aonde eu Escrivam ao diante nomeado fui vindo para effeito de por elle dito Reverendo Menistro serem Inquiridas, e perguntadas, as testemunhas, que por parte da Justificante, Pulqueria Maria de Sam Joze, noz focem apresentadas as quaes testemunhas, seuz nomes cognomes naturalidades Patrias moradas, viveres, officioz ditoz, idades, e costumes, sam oz que abaixo vam exprecadoz de que para constar faço o presente termo de Assentada Eu Joaquim Coelho de Oliveira Duarte Escrivam do Contenciozo Geral, e Reziduos deste Bispa do que o escrevi.

Antonio de Azevedo Miranda homem Branco Solteiro, natural da Freguezia da Villa do Principe, e de presente morador na Freguezia do Inficionado, que vive de sua venda de efeitoz da Terra de idade, que disse ser de sincoenta annos pouco mais ou menor testemunha a quem o dito Muito Reverendo Menistro defirio o juramento doz Santos Euangelhoz em hum livro delles em que poz a sua mao Direita sob cargo do qual lhe emcarregou, que bem e verdadeiramente jurasse a verdade do que soubesse, e lhe foce perguntado sobre o contheudo na Petiçam da Justificante e aceito por elle o dito juramento debaixo deste

[Fl. 4v]

Deste assim prometeu cumprir como lhe  
foi emcarregado, e aoz costumes disse nada  
E sendo elle testemunha perguntado pello  
Contheudo na Petiçam da Justificante Pul  
queria Maria de Sam Joze

Ao primeiro disse,  
que sabe por ser publico, e notorio, que a Jus  
tificante he cazada a face da Igreja com  
o Justificado Custodio Alves da Costa, e que  
neste estado vive com muita honra, e pello  
contrario o Justificado, e mais nam disse deste

Ao segundo<sup>10</sup> disse, que sabe por lhe dizer Sa  
bina crioula forra moradora no Arrajal de  
Cattas Altas do Matto dendro, que o Justi  
ficado andava mal emcaminhado com  
ella, e que em certa ocaziam lhe deram  
hums Patacoenz por troco disto, e mais nam di  
sse deste por ignorar o mais, a que elle se refe  
re

Ao terceiro disse, que sabe por ser publico, e no  
torio, que o Justificado, agora de proximo  
vendera alguns escravos doz que levou de Do  
te a Justificante, porem, que ignora oz preços,  
e para, que fim oz vendeu, e mais nam disse  
deste

Ao quarto disse, que sabe por ouvir dizer, que  
o Justificado puzera fora da sua caza a Jus

---

<sup>10</sup> À margem esquerda: “de ouvido a | mesma complice.”

tificante, dizendolhe nessa ocaziam, que  
se ella tornasse para a sua companhia, que  
a havia de matar, e mais nam disse deste,  
e nem doz mais athe o Settimo, e ultimo final  
doz ditos Itens da Peticam da Justificante, que  
toda lhe foi lida, e Inquirida pello dito Re  
verendo Menistro com quem assignou

[Fl. 5r]

*Marinho*

Assignou o seu juramento depois deste lhe  
ser lido, por mim e dizer estava em tudo  
conforme o que havia deposto Eu Joaquim  
Coelho de Oliveira Duarte Escrivam do Con  
tenciozo Geral, e Reziduos deste Bispado  
que o escrevi

*Monteiro*

*Antônio de Azevedo Miranda*

Assentada

Aoz vinte e seis dias domes de Maio de mil oito  
centoz e quinze annoz nesta Leal Cidade de  
Marianna em cazas de morada de mim  
Escrivam ao diante nomeado, e sendo ahi  
digo de morada do Muito Reverendo Me  
nistro o Doutor Marcoz Antonio Monteiro  
de Barroz cavalleiro Professo na ordem de  
christo, Provizor e Vigario Geral deste Bispa  
do, aonde eu Escrivam ao diante nomeado  
fui vindo para efeito de por elle dito Reve  
rendo Menistro Serem Inquiridas, e per

guntadas as testemunhas, que noz focem a  
prezentadas por parte da Justificante, as quaes  
testemunhas seus nomes cognomes natura  
lidades, Patrias, moradas viveres officios ditos ida  
des e costumes abaixo vam expresados Eu Joa  
quim Coelho de Oliveira Duarte Escrivam que o escre  
vi<sup>11</sup> O Alferes Bernardo Francisco da Costa homem  
Branco, natural da Freguezia do Inficionado  
e de presente morador na de Cattas Altas, que  
vive de seu negocio de Fazenda Seca, e molha  
doz de idade, que disse ser de sincoenta annos  
pouco mais ou menos, testemunha a quem  
o dito Reverendo Menistro defirio o jura  
mento doz Santos Evangelhoz em hum  
livro delles em que poz a sua mam Direi  
ta sob cargo do qual lhe emcarregou  
que bem e verdadeiramente jurasse a  
verdade do que soubesse, e lhe foce pergun  
tado sobre o contheudo na Petiçam da Justi

[Fl. 5v]

Da Justificante Pulqueria Maria de Sam  
Joze, e aceito por elle o dito juramento  
debaixo assim prometeu cumprir como  
lhe era emcarregado, e aoz costumes disse nada  
sendo elle testemunha perguntado pello  
contheudo na Petiçam da Justificante Pul  
queria Maria de Sam Ioze

Ao primeiro disse

---

<sup>11</sup> À margem direita consta o algarismo “2”.

que sabe por ser publico, e notorio que a Justificante, he cazada a face da Jgreja com o Justificado Custodio Alves, da Costa e que neste estado tem vivido com honrra obedecendo, e amando, ao Justificado seu marido, e mais nam disse deste

Ao segundo disse, que sabe pello ouvir<sup>12</sup> dizer, ao proprio Justificado, que por tres vezes, tinha dado pancadas, na Justificante, e que, tem ouvido ouvido dizer, pello Arrajal de Cattas, que o Justificado anda mal emcaminhado com hum crioula moradora no mesmo Arrajal, que porem, que ignora o seu nome, e mais nam disse deste por ignorar o maes, a que elle se refere

Ao terceiro disse, que sabe pello ver<sup>13</sup> que o Justificado, tem vendido algum benz dos que a Justificãte<sup>14</sup> levou de Dote, como criacam de Gado vacuum, para pagar dividas contraidas depois do Matrimonio, como a elle testemunha, e mais nam disse deste

Ao quarto disse, que sabe pello ver, que o Justificado por ocaziam de dar pancadas na Justificante, a deitou fora de caza vindo a trazer para o Arrajal do Inficionado, a caza de

<sup>12</sup> À margem esquerda: “*de ouvido ao | próprio Justificado | ter dado pancadas | em a Justificante sua | mulber.*”

<sup>13</sup> À margem esquerda: “*Ver*”.

<sup>14</sup> Ao que parece, o escrivão Joaquim Coelho de Oliveira Duarte iria grafar “*Justificado*”, mas percebendo o equívoco, logo corrigiu o final da palavra, nasalizando o /a/ e cortando com um traço o grafema /d/ para se assemelhar a um /t/, quanto ao /o/ puxou uma perna para cima, resolvendo, portanto, o seu erro na escrita sem recorrer ao frequente “digo”.



sua May, e deixando a dahi se recolheu  
para o Arrajal de Cattas Altas, aonde mora  
e vive sem a Justificante, e mais nam disse

[Fl. 6r]

*Marinho*

Disse, deste por ignorar o mais a que elle se  
refere, e nem do quinto

Ao Sexto disse que  
sabe pello ver que o Justificado comprou  
huma venda, e que depois a tornara ven  
der, porem, que ignora oz precos por que com  
prou e a tronou a vender, e mais nam disse  
deste

Ao Setimo disse, que sabe por ter tido con  
tas com a Justificante, que esta hé de ver  
dade e consciencia, e que mostra ser pacifa,  
e de bom genio, e mais nam disse deste e ul  
timo final doz ditos Itens da Petiçam da Jus  
tificante, que toda lhe foi lida, e Jnqui  
rida pello dito Reverendo Menistro com  
quem assignou o seu juramento depois  
deste lhe ser lido por mim e dizer estava em  
tudo conforme o que havia deposto Eu Joa  
quim Coelho de Oliveira Duarte Escrivam do  
Contenciozo Geral, e Reziduos deste Bispa  
do, que o escrevi

*Monteiro*

*Bernardo Francisco da Costa*

Assentada

Aoz vinte, e nove dias do mes de Maio de mil oito centos e quinze annos nesta Leal Cidade de Marianna em cazas de morada do Muito Reverendo Menistro o Doutor Marcoz Antonio Monteiro de Barros cavalleiro Professo na ordem de christo, Provizor e Vigario Geral deste Bispado, aonde eu Escrivam ao diante nomeado fui vindo para effeito de por elle dito Reverendo Menistro serem Inquiridas, e perguntadas as testemunhas que por parte da Justificante Pulqueria Maria de Sam Joze, noz focem

[Fl. 6v]

Nos focem apresentadas, para a Sua Justificaçam de Sevicias, as quaes testemunhas seus nomes cognomes naturalidade, Patrias moradas, viveres, officios ditos [idades], e costumes sam oz que abaixo vam expressados, de que para constar faço o presente Termo de Assentada Eu Joaquim Coelho de Oliveira Duarte Escrivam do Contenciozo Geral, e Reziduos deste Bispado, que o escrevi.

Bernardo<sup>15</sup> Alves de Misquita, homem pardo cazado, natural, e morador nesta cidade, que vive de seu officio de Meirinho, de idade, que disse ser de quarenta e sinco annoz pouco mais ou me

---

<sup>15</sup> À margem esquerda consta o algarismo “3”.

noz testemunha a quem o dito Reverendo  
Ministro defirio o juramento dos Santos  
Evangelhos em hum Livro delles em que  
poz a sua mam Direita sob cargo do qual  
lhe emcarregou que bem e verdadei  
ramente jurasse a verdade do que Soube  
sse, e lhe foce perguntado, sobre o conthe  
udo na Peticam da Justificante, e aceito  
por elle o dito juramento debaixo deste assim  
prometeu cumprir como lhe era emca  
rregado, e aos costumes disse, nada  
E sendo elle testemunha perguntado pelo con  
theudo na Peticam da Justificante Pulque  
ria Maria de Sam Joze

Ao primeiro disse, que sa  
be por ser publico, e notorio, que a Justificante  
hé cazada a face da Jgreja com o Justifica  
do Custodio Alves da Costa, e que neste estado tem  
vivido com honrra, e honestidade, obedessendo em  
tudo quanto hé lícito, e o Justificado pello contra  
rio, e mais nam disse deste

Ao segundo disse que sabe<sup>16</sup>  
por lhe dizer o mesmo Justificado, que por varias  
vezes, tem dado pancadas na Justificante,  
e que isto mesmo lhe dissera Manoel Pereira

[Fl. 7r]

*Marinho*

---

<sup>16</sup> À margem esquerda: “*de ouvido ao Jus | tificado ter dado pan | cadas na Justificante por | varias vezes.*”

Pereira<sup>17</sup>, morador no Arrajal de Cattas Altas que em hum Domingo, ou dia Santo de pois da Missa conventual, daquele Arrajal, [...] Justificante a vista e face de todos oz que saiam da Missa dera o Justificado muitas pancadas, na Justificante, e mais nam disse deste por ignorar o mais a que elle se refere

Ao terceiro disse, que sabe pello ver, que o Justificado tem vendido muitos bens, que a Justificante levou em Dote por menoz de seu valor, algunz e que elle<sup>18</sup> mesmo Justificado dissera a elle testemunha, que havia de vender tudo, e por a Dinheiro para se ir embora e deixar a Justificante, e mais nam disse deste

Ao quarto disse, que sabe por lhe dizer o mesmo Justificado em certa<sup>19</sup> ocaziam, para nam fazer alguma asneira, puzera a Justificante fora de ca za vindo com ella de Cattas Altas e largan dua na Praia do Arrajal do Inficionado e mais nam disse deste e nem do quinto por ignorar o mais que elle se refere

Ao Sexto disse que sabe por ser publico, e notorio em o Arrajal de Cattas Altas, que o Justificado com

---

<sup>17</sup> À margem esquerda ao lado de Pereira, conta uma cruz.

<sup>18</sup> À margem direita: “de ouvido ao | Justificado dizer que | havia de vender tu | do, e deixar a Justificante”.

<sup>19</sup> À margem direita: “de ouvido ao | Justificado dizer | que levará a Justificante para o Inficionado e que | a largou na praia | para não fazer al | guma asneira.”

prara huma venda com algum [sentimen  
to?], por quarenta oitavas ou quarenta mil reis  
e que depois a vendera por desesseis oitavas,  
e mais nam disse deste

Ao Settimo disse que sa  
be por ter pleno conhecimento da Justifi  
cada, que esta hé pacifa, e de bom genio  
e verdadeira, e mais nam disse deste, final

[Fl. 7v]

Final dos Itens da Peticam da Justificante  
que toda lhe foi lida e Jnquirida pello  
dito Reverendo Menistro com quem a  
[ssinou] o seu juramento depois deste lhe  
ser lido por mim e dizer estava em tudo  
conforme o que havia deposto Eu Joa  
quim Coelho de Oliveira Duarte Escrivam  
do contenciozo Geral, e Reziduos deste  
Bispado, que o escrevi

*Monteiro*

*Bernardo Alvez de Mesquita*

De ComClusam

Ao primeiro dia do mes de Maio de mil  
oito centos e quinze annos nesta Leal  
Cidade de Marianna em o Cartorio do Con  
tenciozo Geral e Reziduos e sendo ahý  
faço estes autos ComCluzos ao Re  
verendo Doutor Marcos Antonio Mon

teiro de Barros Cavaleiro Professo na or  
dem de Christo Provizor e Vigario Ge  
ral Juiz das Iustificacoens de Genere  
Dispencas Matrimoniais Cazamentos  
e Reziduos deste Bispado de Marian  
na por Sua Excelencia ReverendiSsima  
E para Constar faço este termo Joao Bap  
tista de Almeida Saraiva Escrivão Aju  
dante do Contenciozo o Escrevi

Contem este processo athe aqui sette meias fo  
lhas que vaiçe pagar o sello de oito com a  
seguinte pello *Escrivam*

*Saraiva*

Pago 80 réis de selo. Pago a *Autora*.  
*Valadão. Fonseca.*

ComClusos

[Fl. 8r]

*Marinho*

ComClusos com – 600

Assignatura de 3 *testemunbas* = 450

1:050 Do *Escrivam* Pagou a *Autora*.

Julgo justificadas as sevicias, e os mais  
requezitos *necessarios para* o fim de ser depo-  
sitada a *Justificante* em caza honesta,  
donde Livre da quél opressão do Justificado  
possa deduzir o direito, *que tiver para*  
a sua separação: *portanto* passe-se mandado  
de deposito nos referidos *termos*, e poderá  
levar as roupas, joias do seu uso, e *escrava*

que a sirva: e no termo de 15 dias apresentará em Iuizo o seo Libello de divorcio debaixo da pena de tornar ao poder de seo marido: e passe-se igualmente mandado para ser citado o justificado para fallar ao Libello. Marianna 1 de Iunho de 1815

*Marcos Antonio Monteiro*

#### Publicaçam

Ao primeiro dia do mes de Junho de mil oitocentoz e quinze annoz nesta Leal cidade de Mariana em publica audiencia, que aoz feitoz partes, e seuz procuradores, que nella requeriam fazendo estava commigo Escrivam ao diante nomeado em cazaz de sua Rezidencia o Muito Reverendo Menistro o Doutror Marcoz Antonio Monteiro de Barroz, cavalleiro Professo na ordem de christo, Provizor, e Vigario Geral, deste Bispado, e por elle foi publicado a sua Sentença Supra, que mandou se cumprisse, e guardasse como nella se contem e declara, de que para constar faço o presente Termo de Publicacam Eu Joaquim Coelho de Oliveira Duarte Escrivam do contenciozo

[Fl. 8v]

Do Contenciozo Geral, e Reziduos deste Bispado, que o escrevi

Do Escrivam



Auto rasa assentada e caminhos – 2\$196

[...?] - - - - - \$170

Conta - - - - - Pagou \$150

Soma 2\$516

Pagou com recibo [?]

Marianna 14 de Junho de 1815

*Vieira*

Ajuntada

Aoz vinte e douz dias do mes de Junho de mil oito centoz e quinze annos nesta Leal Cidade de Marianna em o cartorio de mim Escrivam ao diante nomeado, e sendo ahi por parte da Autora Justificante Pulqueria Maria de Sam Joze me foi dado o mandado, que destes autos se havia extraido para o fim de ser a mesma Depozitada e com o Auto de Depozito feito na pessoa desta pedindome lhe aceitasse, e ajuntasse a estes autos para o fim de com elle se seguirem os competentes Termos, o que em razam do meu officio, e a requerimento da dita parte o aceitei e aqui o ajunto, que hé o mesmo o que ao diante se segue de que para constar faço o presente termo de ajuntada Eu Joaquim Coelho de Oliveira Duarte Escrivam do Contenciozo Geral, e Reziduos deste Bispado, que o escrevi.

[Fl. 9r]

*Marinho*

Mandado de deposito

O *Doutor* Marcos Antonio Monteiro

Professo na Ordem de Christo Provisor e Vigário  
Geral do Bispado *etc.*

Mando a quaesquer

Officiaes de Justiça do Juizo Secular a requerimento  
de Pulqueria Maria de S. Joze na  
cauza de Justeficaçam de Sevicias *contra*  
seo marido Custodio Alvez da Costa  
depositem a mesma em caza de  
pessoa idonea com seus escravos  
joias e escravos que a sirvão de que<sup>20</sup>  
faraõ os termos do estilo, o que  
cumpraõ. *Marianna* 1º de Junho  
de<sup>21</sup> 1815 / Joaquim Coelho de Oliveira Duar  
te Escrivam do Contenciozo Geral, e Reziduos  
deste Bispado, que o sobscrevi  
*Monteiro*

Auto depozito

Anno do Nasemento de Noso Senhor  
Iezus Cristo de mil oito Sento e quinze  
annos Sendo no arraial do Inficionado  
onde eu oficeal de justiça foi vindo  
em Companhia do merinho das almota  
çarias Bernardo Alues de Mesquita sendo  
ahi por uirtude do mandado e Seu  
despaxo Retro Supra depozitou o dito  
meirinho a Polquera Maria de S. Ioze  
egoalmente o Seu Filho Manoel de

---

<sup>20</sup> À margem direita: “Pg.”

<sup>21</sup> Sinal diferenciado.

[Fl. 9v]

de muito tera<sup>22</sup> Idade e mais duas  
escrava Maria e izabel e mais a Sua  
Ropa e mais joias pertencentes a mesma  
e logo o dito meirinho depositou a mes  
ma Polquera Maria de S. Ioze junto  
com o Seu Filho e mais as duas escrava  
em poder do *Tenente* Grigorio Martins de abreu  
que da mesma tomou entrega e Seobri-  
gou a Leis de hum bom depositario  
eu oficial de justiça notifequei para  
que de Seu poder não sahice a mesma  
sem espicial ordem de justiça pena  
da Lei Como a tudo Seobrigou e abaxo  
seasina com o dito meirinho eu ofi  
cial<sup>23</sup> de justiça este auto de dePozito  
escrevi e asinei *Iuliaõ Ferreira Machado*

*Gregorio Martins d'Abreu*

*Bernardo Alvez de Mesquitta*

Auto de apreensão

Anno do Nasimento de Noso Senhor  
Iezus cristo aos doze dias do mes de  
Iunho do dito anno sendo no arra  
ial de Catas Altas onde eu oficial  
de justia fui uindo em Companhia

---

<sup>22</sup> Em ortografia atualizada seria “de muito tenra idade”.

<sup>23</sup> À margem esquerda: “*desta e cami | nbo i estada de | hum dia três mil | e seis sentos | | para o escrivam | e estada e diligencias | mil e oito sentos?*”

do meirinho das almotacarias Bernardo  
Alves de Mesquita sendo ahi por vertude  
do mandado e seu despaxo Supra fes  
o dito meirinho aprenção corporal e Rial  
em humas moradas de Cazas cobertas de  
telhas sitas na rua direita assoalhadas  
e assobradadas da parte de tras com seu  
quintal cercadas de Roxa confrontas  
as mesma com cazas de Ioaõ de agui  
lhar por outra lado com cazas do  
Alferes Bernardo Francisco e assim mais em  
huma xacra em campos com huma Ri  
dícula cazas cobertas de telhas e muito pi  
quenas tres banco de emcosto hum espi  
griçero hum almaro com gaveta e porta

[Fl. 10r]

*Marinho*

com gaveta e porta com suas xave hum  
oratorio sem imagem duas mezas huma  
com gaveta outra piquena de cozinha  
hum<sup>24</sup> catre de madeira liza branca  
hum caxam grande de por mantimen  
to fexado com xave hum catre tor<sup>25</sup>  
niado de jacranda assim tudo bem  
aprendido na forma do mandado e lo  
go o dito meirinho todos estes bens em  
o poder do Alferes Manoel Rodrigues  
que de tudo tomou conta e seobri

---

<sup>24</sup> À margem esquerda consta uma cruz.

<sup>25</sup> Aqui o escrivão fez uma anotação posterior: na linha de cima, “huma”, na continuação da próxima linha “caxa g<sup>de</sup>”.

gou a Leis de fiel depositário eu  
oficial de justiça notifiquei para  
que desto não dispozece sem ispici  
al ordem de justiça pena da Lei  
Como a tudo seobrigou e abaxo assi  
nouçe com o dito meirinho eu oficial  
de justiça este auto de apreção escri  
vi e assinei *Iulião Ferreira Machado*

*Manoel Rodriguez Alves*

*Bernardo Alvez de Mesquitta*

Iuntada

[Fl. 10v]

Iuntada

Aos trinta e hum dias do mes de Iulho  
de mil oito centos e quinze annos nesta  
Leal Cidade de Marianna em o Carto  
rio do Contenciozo Geral e sendo ahy  
por parte de Custodio Alves da Costa  
me foi apresentado huma sua peticam  
despachada pelo Reverendo Doutor  
Marcos Antonio Monteiro de Barros Ca  
valeiro professo na Ordem de Christo Conego  
Provezor e Vigario Geral Juiz das Justi  
ficacoens de Genere e Despencas Matri  
moniaes Cazamento e Reziduos deste  
Bispado de Marianna por sua Excelen  
cia Reverendissima e com a mesma peticaõ  
hua sua procuraçam para effeito de a

juntar a estes autos e dar a vista pedi  
da E para Constar faço este termo  
João Baptista de Almeida Saraiva  
Escrivam Ajudante do Contenciozo Ge  
ral o Escrevi

[Fl. 11r]<sup>26</sup>

*Marinho*

Dis Custodio Alvez' da Costa morador na fre  
guesia de Catas Altas de mato dentro deste termo de  
Marianna *que* estando o *suplicante* auzente de sua ca  
za e voltando *para* ela no dia [*ilegível*] *que* [*corroído ± 1 palavra*]  
raõ vinte sinco de Junho procimo passado  
achou a novidade de estar desapocado da dita sua  
caza com todos os moveis nella eizistentes,  
e bem assim de huma xacra sua sita nos  
suburbios do dito Araial com todos os move  
is; e trastes a ela pertencentes, o *que* tudo es  
ta Emtregue a Manoel Rodriguez' Alvez' na [*corroído ± 1 palavra*]  
de depositario dos ditos Bens do *suplicante* por requiri  
mento de sua Mulher Pulcheria Maria de S. Jo  
ze cujos procedimentos foraõ todos praticados se  
m ser ouvido o *suplicante*, E entendendo ele *que* ti  
nhaõ emmanado de horden do D.<sup>or</sup> Juis de fora

---

<sup>26</sup> Este fólio foi preenchido com uma tinta bastante carregada, o que fez com que ela atravessasse o fólio e, assim, apresenta algumas dificuldades de leitura. Contudo, pelo contexto, foi possível identificar algumas palavras cuja leitura esteja comprometida por causa do efeito da tinta. O punho do autor do texto pertence ao próprio Custódio Alves da Costa, conclusão a que se chegou após utilizar o método comparativo. Contudo, isso não quer dizer necessariamente que se trata de um texto autógrafo, podendo ser, inclusive, classificado como idiógrafo. Alguns elementos da súplica podem conter indícios de que o texto foi ditado por alguém versado nas normas do direito e Custódio o transcreveu de próprio punho. Ou, por outro lado, ele mesmo tivesse o conhecimento das formalidades peticionais e, conforme o esperado pela justiça oficial, oferecido uma narrativa a partir do seu ponto de vista dos fatos. Há de se dizer, ainda, que algo parece concreto: a pressão exercida pela pena carregada de tinta sobre o papel, agravada pela grande quantidade de pingos derramados na folha, indica o estado emocional atormentado do autor durante a escrita.

[deste]<sup>27</sup> termo, a hele requereu *por* via [ilegível]  
gos *para* se anular hum proçidemento tão ilegí-  
timo, E incompetente, athe *que* agora fin  
al *mente* veyo no conhecimento verdadeiro *que* o dito  
Doutor Juis de fora nada obrou sobre este pon-  
to, mais sim *que* o dito depozito fora feito *por*  
horden de *Vossa Senhoria* Em hum requiremento de Jus-  
tificação de siviçias, *que* porpos contra  
o suplicante sua Mulher Pulcheria Maria de S.  
Joze, e *porque* o suplicante *quer* aver vista do [ilegível]  
autos de Justificação de siviçias *para* mos-  
trar *que* á pertesto dela não deve o suplicante  
ser privado do dominio e posse de seus  
Benis, e *que* se deve declarar nula, e sem  
Vigor huma apreinção tão [ilegível] dos  
Referidos Benis e de semelhante natureza

[Fl. 11v]

de semelhante natureza //

*Pede a Vossa Senhoria* se digne man-  
dar dar vista ao suplicante  
dos referidos Autos de  
Justificação de siviçi-  
as *para* neles alegar  
tudo que for a bem da  
sua Justiça //

*E Receberá Mercê*

---

<sup>27</sup> Aqui temos um elemento para exemplificar um borrão provocado pela pressão da pena com possível pingo de tinta. Apesar de dificultar a leitura, foi possível identificar a palavra pelo contexto e pelos grafemas perfeitamente legíveis.



De[-se].<sup>28</sup>

*Monteiro*

[Fl. 12r]

*Marinho*

Traslado da procuracam que neste  
Lugar seachava e se Copia  
  
Pagou oitenta reis de selo // Valadaõ // Sa  
raiva //. Procuracam bastante que faz  
Custodio Alves da Costa // Saibaõ quan  
tos este instrumento de procuracaõ  
bastante ou como em Direito melhor  
nome tenha verem que sendo no  
Anno do Nassemento de Nosso Se  
nhor Jezus Christo de mil oito cen  
tos e quinze annos aos vinte oito dias  
do mes de Iunho do dito anno nesta  
Leal Cidade de Marianna em o Cartorio  
De mim Tabelaõ e sendo ahy apareceo  
prezente Custodio Alves da Costa mo  
rador no Arayal de Cattas Altas des  
te termo e de mim reconhecido pelo  
proprio de que dou fé e por ele me foi  
dito em prezença das Testemunhas  
ao diante nomeadas e assignadas que  
por este instrumento fazia seus cer  
tos e em tudo bastantes e sufecientes  
procuradores com poderes de Substaba

---

<sup>28</sup> O despacho do juiz Monteiro foi redigido, como era de praxe, logo abaixo do fim da súplica e bem ao lado esquerdo do início da petição. Pelas questões idiossincráticas do fólio já expostas até aqui, há dificuldade de leitura nesta linha por corrosão e excesso de tinta; contudo, pelos grafemas legíveis e pela continuidade do processo, pôde-se concluir que se trata de uma afirmativa à petição, lendo-se logo “Dê-se”.

lecerem os poderes desta em hum e mais  
procuradores e os Subastabalecidos e revo  
galos querendo a saber nesta Cidade  
aos Doutores Reverendo Conego Joaõ  
Ferreira Soares Ioze Francisco de Almei  
da Machado e o Advogado Alferes Ma  
theus Teixeira da Silva solicitadores o Quar  
tel Mestre Ioaquim Joze de Souza  
Ferreira e o Tenente Antonio Joze  
da Costa Pereira particular o Fu  
riel Ioaquim Joze Campos mo  
rador em Cattas Altas em Villa Ri  
ca os mesmos Doutores e os solicitado  
res Capitam Antonio Joze de Frei  
tas Guimaraens e Ignacio da Costa  
Pereira os mostradores que Seraõ do  
prezente instrumento onde quer  
que Com elle se acharem aos quaes  
juntos e cada hum de per si in so  
lidum diçe dava outorgava

[Fl. 12v]

Outorgava Cedia e traspacava todo  
o seu Livre e Cumprido poder mandado  
Geral e especial quam bastante em  
Direito se requer para que em no  
me delle Obtorgante como se prezente  
fora ou Estivera em pessoa com Livre  
e geral admenistracam de seus bens pos  
cam procurar requerer alegar de  
fender e mostrar todo o seu Direito

e Iustica em todas as suas Cauzas e de  
mandas Civeis e Crimes movidas  
e por mover em que ele Obtorgante  
for Autor ou Reo assim Seculares  
como Ecclesiasticas pondo em arrecada  
çam tudo quanto seu for e lhe pertencer  
por qual quer titulo ou razam que seja  
dinheiro ouro prata Escravos em Co  
mendas Carregassoes dividas Seus  
procedidos bens moveis semoventes  
de rais heranças deixas Legitimas  
e legados tirando tudo do poder on  
de estiver e de qualquer Juizo ao Tri  
bunal Cofres dos Orphaons Auzentes  
fazenda Real Camaras e outros quaes  
quer tomando contas a quem lhas  
deva dar finalizalas e liquidalas  
Citando e demandando a todos os seus  
devedores e a quem o dever fazer con  
tra eles oferecerem peticoens Citaço  
ens Documentos Libellos execuçoens  
e todo o mais genero de artigos a prova  
nessecaria fazer dar a adversa con  
testar Contrariar reconuir replicar  
treplicar assignar provas produzir  
Testemunhas ver jurar as das partes  
e contraditalas querendo ouverem des  
pachos e Sentencas nas dadas a seu  
favor aceitar concentir e fazer execu  
tar e dar Contrarias e de outro qual  
quer despacho pedir Vista apellar

aggravar embargar tudo Se  
guir ou renunciar athe maior alca  
da jurar em sua alma de Calumnea  
decizório e Supletorio ou outro leci  
to juramento fazelo dar a parte  
adversa e deixar nalma de quem lhespa

[Fl. 13r]

*Marinho*

lhesparecer nomear a penhora os bens  
dos Condemnados nelles lancar e fazer  
arrematar para seu pagamento reque  
rendo arrematacoens adjudecacoens  
protestos contraprotestos Sequestros  
embargos dezembargos habilitaco  
ens lequidacoens justificacoens Lou  
vaveis nomeacoens Inventarios par  
tilhas segurancas prezoens concenti  
rem solturas fazerem dezestencias ces  
soens traspaces quitas [...?] concer  
tos transacoens amigaveis Compo  
zicoens receberem e darem quitaco  
ens publicas ou Razas como pedidas  
lhes forem Variarem de acoens confi  
coens de artigos de habilitacoens e de di  
vidas sendo Verdadeiras tendo para  
isso informacam asignar artigos e to  
dos os termos que percizos forem  
fazerem tudo o mais que for abem  
de sua justica que Sendo assim pelos  
seus bens seobriga a haver por bom

e Valiozo e a relevalos do encargo da sa  
tisfaçam que o Direito obtorga e que  
só para Sua pessoa reservava to  
da a nova Citaçam e a da reconven  
çam Em fé e Testemunho de verda  
de e de como assim o disse e obtorgou  
faço este instrumento que sendo  
por mim lido o asigna Com as Teste  
munhas que presentes estavaõ o Al  
feres Francisco Ignacio de Souza Fer  
reira e Carlos Antonio de Souza  
ambos desta Cidade e Reconhecidos  
de mim João Baptista de Almeida  
Saraiva Tabelaõ o Escrevi e asignei  
em publico e razo//Em Testemunho  
de verdade Estava o Signal publi  
co//Ioaõ Baptista de Almeida Sa  
raiva//Custodio Alves da Costa// Fran  
cisco Jgnacio de Souza Ferreira// Car  
los Antonio de Souza// Nada mais  
se Continha em a ditta procuracaõ  
bastante que eu Escrevaõ abaixo  
assignado bem e fielmente Co  
piei da propria a que me Reporto  
com a qual este conferi e pello  
achar em tudo conforme Sem Couza

[Fl. 13v]

Couza que duvida faca o sobscrevi  
Conferi e asignei nesta Leal Cidade  
de Marianna aos trinta e hum dias

do mes o de Julho de mil oito Centos  
e quinze anos Ioaõ Baptista de Al  
meida Saraiva Escrivão Ajudante  
do Contenciozo Geral o Escrevi com  
feri e asignei

*Ioaõ Baptista de Almeida Saraiva*

De Vista

Ao primeiro dia domes de Agosto de mil  
oito Centos e quinze annos nesta Leal  
Cidade de Marianna em o Cartorio do  
Contenciozo Geral e sendo ahy continuo  
Vista destes autos ao Reverendo Conego  
Doutor Ioaõ Ferreira Soares Advogado  
nestes auditorios e procurador do Reo  
Custodio Alves da Costa E para Cons  
tar faço este termo Joaõ Baptista  
de Almeida Saraiva Escrivam Aju  
dante do Concenciozo Geral o Escrevi

AoD<sup>of</sup> Ferr<sup>a</sup>. Soares

Este prosesso complicado com nuli-  
dades, e incoherencias extravagantes, e  
nunca vistas tem aptropelado, e confun-  
dido os sagrados direitos do Sacerdo-  
sio, e do Imperio saltando as barrei-  
ras, que fixam os limites circunscri-  
tos entre ambas as Autoridades Esperit-  
tual, e temporal

Aqui se tracta de

[fl. 14r]

*Marinho*

de Matrimonio. Elle he objeto de ambas as *Autoridades* Espiritual e Temporal. Este vincullo de sociedade conjugal antes de ser *pør* Jezus Christo Senhor Nosso nas bodas de caná de Galileia santificado, e ellevado a natureza de sacramento, já pello mesmo Deos na Lei naturál foi estabalecido com o preceito de Uniam inseparavel, como se vê escripto no Gen. Cap. 2º, *sem-que* obste a tolerancia do repudio permitido *pør* Moizes no Exod. Cap. 24 *pør* cauza da circumstancia da dureza do Coracaõ dos Judeos, como Jezus Christo Senhor Nosso com toda a energia contra os Farizeos, *que* o tentaraõ, exclamou, como se ve em S. Matheus Cap. 19, em S. Marcos Cap. 10, e em S. Lucas Cap. 16.

Esta uniam de sociedade conjugal considerada só na precisa natureza de contrato antes de ser ellevada a sacramento, e ainda ao depois, foi observada muito Relegiozamente, e reputada indissoluvél por *muitas* Nassoens Civilizadas, *que* nunca foraõ do grêmio da Sinagoga, nem tambem obedeseraõ ao Evangelho.



Os Romanos de-  
raõ disto hú exemplo bem constante

[Fl. 14v]

bem constante, e firme: entre os qu-  
ais por mais de quinhentos annos, que  
decorreraõ depois de Roma edeficada nun-  
ca houve repudio algum, e só passados  
525 annos, he que se principiou esta dis-  
ciplina a relaxar sendo Spurio Carvillio  
Ruga o premeiro, que se divorciou de  
sua *mulher* por cauza de não ter filhos.

Tal he  
o respeito (de que os Meirinhos autores  
do auto *folba 9 verso* não fizeraõ cazo) que sem-  
pre foi devido a mesma hunião cevil do  
matrimonio proviniente de hú contrato  
de *sociedade* temporal, *que* he toda da compe-  
tencia dos Magestrados Seculares, *porque*  
só ao depois *que* esta *sociedade* foi ellevada a  
*sacramento* he que a hunião dos córpos, que  
ficou sendo Espiritual, junto com o ma-  
is, *que* he relativo a este *sacramento*, e seus ritos  
se acha circunscrita dentro da competencia  
do Juizo Esperitual da Igreja assim como  
a uniaõ da *sociedade* temporal, que consis-  
te na comunicação dos bens, ainda ho-  
je está circunscrita na competencia da  
Autoridade Secular.

Por isso neste ramo de

Autoridade, que lhes compete procedem as Naçoens catholicas Romanas, cada qual conforme as *LLeis*<sup>29</sup>, uzos, e costumes

[Fl. 15r]

*Marinho*

e costumes do Seu Pais.

Entre nós a uniam da sociedade temporal dos conjuges he consecraria da uniaõ Espiritual, *que* he objecto do Sacramento, como bem se fás ver pela muito providente, sabia, e Religioza determinação da nossa Ord. lbº 4º ttº 46<sup>30</sup>, *que* não permite a carta de ametada senaõ aos que forem recebidos a porta da Igreja, ou fora della com licença do Prelado.

Desta *Lei* conferida com os mais prencipios, que ficaõ espendidos se segue por consequencia demonstrada que nos *cazamentos* de carta de ametade existem as duas Unioens, de que tenho feito mençam, huma Espiretual, e outra temporal, e que esta uniaõ temporal sendo consecraria daquella Espiretual sempre premanesse, emquanto premanece a constancia do matrimonio, que

<sup>29</sup> No punho original, grafado “LL”. De acordo com FLEXOR (2008), é uma sigla para a palavra “Leis”, desta forma transcrita nesta edição.

<sup>30</sup> Ordenação, livro 4º, título 46.

só pella morte se dissolve<sup>31</sup>, ou no cazo de haver separação ligitima da uniaõ Espiritual dos corpos determinada pelo Juizo da Igreja.<sup>32</sup>

Ora he bem certo  
que no cazo prezente ainda não  
tem havido esta separação determi

[Fl. 15v]

Separação determinada pello Juizo da Igreja, *que* tenha relaxado a uniaõ Espiritual dos corpos, e separado hú do outro a estes dois conjuges: logo he incompetente toda a separação de bens, cortado o vincullo da uniaõ temporal

Porem os meirinhos no seu auto *folha 9 verso* não se contentaraõ so com a separação de bens, porque avançando ainda mais adiante esbulharaõ ao Justificado do seu dereito de Cabeça de cazal, e Administrador dos bens do seu Cazal contra as expressas, e bem sabidas determinaçoins das *LLeiz* do Reino

Atropeladas estas com notorio escandalo fizeraõ não sem temeridade

---

<sup>31</sup> Aqui o amanuense corrigiu um erro de escrita. Ele redigiu “dissolve” e faz quatro riscos na diagonal, da esquerda para direita, do alto para baixo, sendo os dois intermediários praticamente colados um ao outro.

<sup>32</sup> Aqui fica bem nítida a diferença entre o /I/ e o /J/.

de [...] aquelle nullo, atrevido, e façan-  
hozo denominado auto de aprehen-  
çam *folha 9 verso*, sem que a douta<sup>33</sup> sentença *folha 8*  
*para* isso os autorizasse: nem ella os  
podia autorizar, *porque* em nenhum  
tempo he da competência do Juizo  
Ecleziastico desfazer a união tempo-  
ral da sociedade dos bens contrahi-  
da pelo vincullo da uniaõ Esperit-

[Fl. 16r]

*Marinho*

Esperetual dos corpos, de que so a Igre-  
ja pode conhecer

He isto tam  
certo, *que* nem os mesmos Magestra-  
dos seculares podem exercitar acto al-  
gum de jerusdição divizoria de bens  
sem estar dissolvido o vincullo Esperitual  
do matrimonio, ou pela morte, ou *por* -  
separação permetida *por* sentença de de-  
vorcio passada em julgado, *porque* obrar o  
contrario disto, he transgridir a já cita-  
da *Ordernação*, com outros muitos e *LLeis* do  
Reino promulgadas acerca deste objecto

Alem disto se a  
ambos os Magestrados Ecleziasticos, e se-  
cular nas circunstancias do cazo prezen-  
te he só *que* compete ao exercisio do Ju-

---

<sup>33</sup> Sobrescrito.

izo devizorio cada hum no ramo da sua jorisdicção como fica analizado, donde entrou na loucura caprixoza daquelles dois temerarios, e atrevidos meirinhos o entusiasmo extravagante, e de *que* não será facil haver outro exemplo, de transcenderem a jorisdicção dos Magestrados ate o ponto de se fazerem Superiores<sup>34</sup> as mesmas *LLeis*.

Estes trataram elles com tal desprezo, que preposteramente eregião a *mulher* em cabeça de casal e deixando a

[Fl. 16v]

e deixando a sua despuzição ademenestra<sup>35</sup> - ção dos bens, *que* lhe não compete, esbulharaõ ao marido daquele direito, *que* lhe he devido não só pelas *LLeis* pozitivas, mas ainda pela *mesma Lei* Divina p pronunciada pela boca de *São* Paulo aos *Corintios* na sua primeira Epistola Cap. 11 aos *Ephesios* na sua Epistola cap 5º aos *Colossenses* na sua Espistola Cap 3º, e pela boca de S. Pedro na sua premeira Cap. 3º.

Este abominavel procedimento he innegavel, *porque* está *muito* pa-

---

<sup>34</sup> /e/ sobrescrito por erro de grafia.

<sup>35</sup> Sobrescrito, o Cônego Soares faz uma nota: /a adminestracam/.

tente a vista do dito auto *folha 9 verso*, que ha de ser cassado, e abollida a sua memoria havido p̄r nenhum mandando-se entregar ao justificado as chaves uzurpadas das suas cazas, de que foi expulso sem ordem de Magestrado algum, e bem assim todos os moveiz, trastes e bens, que nelas exestiaõ e tambem a chacra com os seus respectivos moveiz ficando só em poder da Justificante hua escrava para aservir, com roupaz e joias do seu uzo, como manda a Douta sentença *folha 8*, para cujo fim offrece o Justificado p̄r Embargos esta dizertação, que espera se já recebida, e Julgada provada

[Fl. 17r]

*Marinho*

provada. D Caminho protesta que não deziste do direito, que lhe compete de demandar em Juizo competente aos meirinhos, que fingiraõ esta falsa ordem de Justiça pelos meios criminaes, e siveis, [...] <sup>36</sup> injurias prejuizos perdas e danos

*Fiat Iustitia*

*E Custas*

---

<sup>36</sup> A intervenção do cônego Soares está sobrescrita justamente na altura da palavra que está rasurada, cuja rasura dificulta a compreensão do ou dos grafemas. Contudo, o final da palavra é perfeitamente legível: *-igindo*.

Soares<sup>37</sup>

[Fl. 17v]

Datta

Aos quatro dias do mes de Agosto de  
mil oito centos e quinze annos nesta  
Leal cidade de Marianna em o Carto  
rio do Contenciozo Geral e sendo ahy  
por parte do Reverendo Conego *Doutor* Ioaõ  
Ferreira Soares Advogado neste Au  
ditorios e procurador do Reo Custodio  
Alves da Costa meforam dados estes  
Autos com a sua Embargante que retro  
Se ve E para constar faço este Termo Ioaõ  
Baptista de Almeida Saraiva Escri  
vam Ajudante do Contenciozo Geral o  
Escrevi

De comcluzãõ

Aos quatro dias do mes de Agosto de  
mil oito centos e quinze annos nesta  
Leal Cidade de Marianna em o Car  
torio do Contenciozo Geral e sendo ahy  
faço estes autos comCluzos ao Reve  
rendo Doutor Marcos Antonio Mon  
teiro de Barros Cavaleiro Professo na  
ordem de Christo Conigo Provezor e Ui  
gario Geral Iuiz das Iustificacoens

---

<sup>37</sup> Enquanto a assinatura foi grafada de próprio punho pelo doutor Cônego João Ferreira Soares, o texto das razões embargantes foi redigido por um auxiliar que escrevia o que o advogado lhe ditava. Assim, o texto das razões pode ser considerado um **idiógrafo**, isto é, fixado na materialidade “por outra pessoa mas com supervisão do autor” (CAMBRAIA, 2005, p.63).



de Genere Despensas Matrimoniaes  
Cazamentos e Reziduos deste Bispado  
De Marianna por sua Excelencia Re  
verendissima E para constar faco es  
te termo Ioaõ Baptista de Almeida Sa  
raiva Escrivam Ajudante do Con  
tenciozo Geral o Escrevi.

ComClusos

Com 300 réis do Escrivam

Recebo a Embargante para o fim de declarar de  
nenhum vigor o Deposito folha 9 na parte. que. excedeo  
ao determinado. na Sentenca folha 8, segundo. a quál só se  
devia depositar em caza honesta a Iustificante com  
as roupas do seu uso, e huma escrava para a ser-

[Fl. 18r]

*Marinho*

servir, sendo por consequencia arbitrario  
e illegal todo o procedimento dos Meirinhos, que  
sem authoridade passaraõ a depositar outra  
escrava, e a fazer a celebre apreheñaõ.  
dos bens do Iustificado<sup>38</sup> contra todo o Direito:  
Portanto subsiste o Depozito taõ somente quanto  
á Iustificante joias, e roupas do seo uso, e huma  
escrava, e voltará a outra ao poder do Iustificado,  
para o que sendo necessário se passe mandado: e quanto  
aos bens apreheñidos, sejaõ todos entregues ao

---

<sup>38</sup> A palavra foi identificada pelo contexto e com alguma dificuldade, uma vez que está rasurada sobre uma outra palavra que, ao que parece, o autor autógrafo tentou corrigir.

mesmo Iustificado a quem compete a livre adm= nistração delles ficando de nenhum effeito a apreheñãõ., como onfensiva a<sup>39</sup> todas as Leis, e só valerá o *termo folha 9 verso* para provar-se a todo o tempo o crime commetido pellos Meirinhos, que fizeraõ. huma *semelhante* apreheñãõ.; ficando salvo ao Iustificado o *direito* de haver dos mesmos os prejuizos, perdas, e damnos, *que* lhe causaraõ por seo mero arbitrio. Marianna 14 de Agosto de 1815

*Marcos Antonio Monteiro*

### *Publicaçam*

Aos quatorze dias domes de Agosto de mil oito Centros e quinze annos nesta Leal cidade de Marianna em audiencia publica que aos feitos partes e seus procuradores que nella requeriaõ fazendo estava em os Cazas<sup>40</sup> de sua rezidencia o Doutor Marcos Antonio Monteiro de Barros Cavaleiro Professo na Ordem de Christo Conego Provezor e Uigario Geral Iuis das Justificacoens de Genere Dispenças Matrimoniaes Cazamentos e Reziduos deste Bispado de Marianna por sua

[Fl. 18v]

---

<sup>39</sup> Outro caso de correção pelo próprio autor autógrafo.

<sup>40</sup> No curso da escrita, o escrivão Saraiva, por lapso ou vício, ou ainda por repetição notarial, ia redigindo “em os Pa” e corrigiu o /P/ escrevendo por cima dele um /C/.

Por sua Excelencia Reverendíssima  
ahy por elle foi publicada a sua senten  
ca retro que mandou a mesma seCum  
presse e guardasse assim e da maneira  
que nella SeContem e declara E para  
constar faço este Termo Joaõ Baptista  
de Almeida Saraiva Escrivam Aju  
dante do Contenciozo Geral oEscrevi

Certifico q' intimei a *Sentenca* retro ao Advo  
gado *capitam* Lucindo *Pereira* doz Passoz co  
mo procurador da *Justificante* Pulqueria *Maria* de  
S. Joze. Em fe do *que* passo a presente Ma  
rianna 18 de *Agosto* de 1815

*Joaquim Coelho de Oliveira Duarte*

Deve 400.réis

Iuntada

Aos desoito dias do mes de Agosto de mil  
oito Centos e quinze annos nesta Leal cidade  
de Marianna em o Cartorio do Contenciozo Ge  
ral e sendo ahy por parte de Custodio Alves  
da Costa mefoi apresentada huma sua petição  
despachada pelo Reverendo Doutor Marcos  
Antonio Monteiro d'Barros Cavaleiro Professo  
Na Ordem de Christo Conigo Provezor e Uigario  
Geral Iuiz das Iustificacoens de Genere Des  
pencas Matrimoniaes Cazamentos e Rezido  
os deste Bispado de Marianna por sua  
Excelencia Reverendíssima e com a mesma

hua replica e treplica para effeito de ajun  
tar a estes autos a qual junto e hé a que se  
Segue E para constar faço este termo João  
Baptista de Almeida Saraiva Escrivam  
Ajudante do Contenciozo Geral o Escrevi

[Fl. 19r]

*Marinho*

Dis Custodio Alz'. Da Costa morador Em Catas Altas de  
mato dentro *que* da Sertidaõ. junta Consta mandar *Vossa Senhoria*  
Emtregar ao Sup<sup>l</sup>icante todos os seos Benis *que* se acha[o] de  
pozitados em poder de Manoel Rodriguez'. Alvez' e bem assim hû  
a Escrava por nome Jzabel *que* está Em puder do Thenente  
Grigorio Martinz'. de Abreu, benis todos *que* os Meirenhos Ber  
nardo Alvez'. de Misquita e Juliam Ferreira Machado Fin=  
jindo hordens falças de Justiça, *que* não tinhaõ. Crimino  
za mente<sup>41</sup> usurparam ao Sup<sup>l</sup>icante Esbulhando-o do dominio *que*  
neles tem Como seu Ligitimo donno, e *para que* lhes sejaõ.  
intregues na Comfirmidade<sup>42</sup> da Sentenca de *Vossa Senhoria* nesesita  
de mandado.

*Pede a Vossa Senhoria* Sedigne mandar  
passar mandado *para que* qualquer oficial  
de Justiça tanto eclesiastico  
como sicular tire da maõ e po  
der dos ditzos fantasticos, e falcos  
depozitarios O Temente Grigo  
rio Martinz'. de Abreu e Manoel Rodriguez'  
Alvez' os mencionados benis de *que*

<sup>41</sup> Para efeito de curiosidade paleográfica, mantive propositalmente a grafia de *curiosamente* conforme o original, segundo a divisão da palavra: “curioza” e “m<sup>te</sup>.” foram grafadas separadamente.

<sup>42</sup> Consta algo como um /r/ escrito sobre o primeiro morrinho do /m/.

foi eisbulhado pelos ditos Meiri  
nhos *que* nenhúa horden tinhaõ  
*para* fazer hú proçidemento tao. mau  
ê escandellozo usurpando a fazenda  
alheÿa, e a *auturidade* dos Magestados

E *Receberá Mercê*

*Passe* mandado *que* sera cumprido  
pellos *officiaes* deste Iuizo.

*Monteiro* [*sinal público*]

[Fl. 19v]

*Illustríssimo e Reverendíssimo Senbor* Conego Provizor, e *Vigário* Geral

Duvido passar o mandado requerido na supplica  
retro *por* se não terem passados os dez dias da publi  
cação da *Sentenca* que o determinou: *Vossa Senhoria* decidirá o  
que for justo. Marianna 18 de Agosto de 1815<sup>43</sup>

*Joaquim Coelho de Oliveira Duarte*<sup>44</sup>

Naõ *obstante* a duvida, cumpra-se  
o *Despacho* retro

*Monteiro*

*Illustríssimo, e Reverendíssimo Senbor* Conego Provizor, e *Vigário* Geral

Como a Suplicada pedio *Vista* da *Sentenca*, e *Vossa Senhoria* lhe  
defirio, reprezento a *Vossa Senhoria*, se sem embargo des  
ta devo passar o *Mandado* *para* cumprir com o que *Vossa*

<sup>43</sup> O texto é assinado por Joaquim Coelho de Oliveira Duarte, mas a autoria do punho é de outra pessoa.

<sup>44</sup> Esta assinatura, do ponto de vista de quem segue a leitura linear do fôlio, está escrita abaixo do despacho proferido pelo juiz Monteiro. Porém, cronológica e obviamente ela foi grafada no papel antes do despacho, segundo as formalidades processuais.

Senhoria manda cidade 18 de Agosto de 1815

*Joaquim Coelho de Oliveira Duarte*<sup>45</sup>

Sem embargo da vista

pedida passe-se o mandado

*Monteiro*

[Fl. 20r]

*Marinho*

Juntada

Aos desoito dias do mes de Agosto de mil  
oitocentos e quinze annos nesta Leal  
Cidade de Marianna em o Cartorio do  
Contenciozo Geral e sendo ahy continue  
digo ahy por parte de Pulqueria Maria  
mefoi apresentada hua Sua peticaõ  
despachada pelo Reverendo Doutor Mar  
cos Antonio Monteiro de Barros Cava  
leiro Professo na Ordem de Christo Conigo  
Provizor e Uigario Geral Iuiz das Iustifi  
cacoens de Genere Despencas Matrimoni  
aes Cazamentos e Reziduos deste Bis  
pado de Marianna por sua Excelencia  
Reverendissima para efeito de ajuntar  
a estes autos a qual junto e hé a que  
se Segue E para constar faço este ter  
mo Joaõ Baptista de Almeida Sarai  
va Escrivam Ajudante do Contenciozo

---

<sup>45</sup> Esta representação foi redigida de modo autográfico pelo escrivão Duarte. Nesta assinatura, ele abrevia *Oliveira* e *Duarte*. Também neste caso, a resposta do juiz ficou redigida entre a representação e a assinatura do autor, mas cronologicamente são distintas.

Geral e Reziduos o Escrevi

[Fl. 20v]

[*Em branco; porém consta um traço ondulado que vai do alto ao baixo do fólio.*]

[Fl. 21r]

*Marinho*

Diz Pulcheria Maria que *quer* haver vista da  
Sentença proferida nos autos de Sevicias com  
seo marido Custodio Alvez da Costa  
de *que* teve noticia hoje 18 de Agosto/

Pede a Vossa Senhoria lha mande  
dar

*Receberá Mercê*

Deferido.

*Monteiro*

De Vista

Aos vinte e hum dias do mes de Agosto de  
mil oitocentos e quinze annos nesta  
Leal cidade de Marianna em o Carto  
rio do Contenciozo Geral e sendo ahy con  
tinuo Uista destes autos

<à margem direita> Sem effeito | Saraiva

Traslado da procuracam que neste Lugar  
se achava e semandou Copiar

Pagou oitenta reis de selo// Valadaõ // Sa



raiva // Procuracam bastante que faz

[Fl. 21v]

faz Pulcheria Maria de Saõ Joze // Saibaõ  
quantos este publico instrumento de  
poderes e procuracam bastante ou como  
em Direito melhor nome tinha Ui  
rem que sendo no Anno do Nassimen  
to de Nosso Senhor Jezus Christo de mil  
oitocentos e quinze aos vinte e hum  
dias do mes de Abril do mesmo anno nes  
ta Leal Cidade de Marianna em Cazas  
de morada do Capitam Manuel Ignacio  
Valadaõ onde eu Tabeleãõ ao deante nome  
ado e asignado uim e sendo ahy prezen  
te Pulqueria Maria de Saõ Joze Cazada  
com Custodio Alves da Costa moradora  
que foi do Arayal do Infecionado reco  
nhecida de mim pela propria de que dou  
fé e por ella mefoi dito presente as  
Testemunhas ao diante nomeadas  
e assignadas que por este publico ins  
trumento e pela melhor forma e uia  
de Direito fazia ordemnava e constitu  
hia por seus Certos e em tudo bastantes  
procuradores com poderes de substabalece  
rem os poderes desta em hum e muitos  
procuradores com poderes de substaba  
lecerem os poderes desta em hum e mui  
tos procuradores e os substabalecerem  
os poderes desta em hum e muitos pro

curadores e osSubstabelecedos em ou  
tros e revogalos<sup>46</sup> querendo a saber nes  
ta Cidade os Doutores Joze Francisco  
de Almeida Machado Ioaquim Joze da  
Silva Brandaõ Ioaõ de Souza Bar  
radas e o Capitam Lucindo Pereira dos Pas  
cos Advogado nestes auditorios e soleci  
tadores de Cauzas Quartel Mestre Ioaquim  
Ioze de Souza Ferreira Fresco e o Tenente  
Antonio Joze da Costa Pereira em Uilla  
Rica os mesmos Doutores e Advogados no  
meados e solicitadores o Capitam Ioaquim  
Higino de Carvalho e Antonio Joze de Frei  
tas Guimaraens no Rio de Janeiro os Capita  
ens Ioaõ Affonço de Moraes e Ioaõ Gomes do  
Valle os mostradores que seraõ do presente  
instrumento onde Ccm elle se acharem  
aos quaes todos juntos e a cada hum de per si

[Fl. 22r]

*Marinho*

de per si in solidum disse dava outorgava  
Cedia e traspacava todos os seus livres e Cum  
pridos poderes mandado Geral e expecial  
quam bastante em Dereito serequer para  
que em nome della obtorgante como se  
presente fosse em pessoa com livre e geral  
admenistraçam de seus bens possaõ pro

---

<sup>46</sup> No manuscrito, o /s/ final de “curadores” ficou sobreposto a uma letra antes do /r/ inicial de “revogalos”. Utilizando o método comparativo, confrontei este traslado com um outro existente no fl. 3r do libelo de divórcio, onde se pôde ler o trecho da procuração com clareza, e, assim, concluí se tratar da conjunção aditiva “e”.

curar requerer allegar mostrar e defen  
der todo o seu Direito e Iustica em todas  
as suas Cauzas e demandas Civeis e Cri  
mes movidas e por mover em que for  
Autora ou Re assim seculares Como  
Ecliziasticas pondo em arecadacaõ tudo  
quanto Seu for e lhepertencer dinheiro  
ouro prata Escravos herancas emcomen  
das Carregacoens e seus procedidos dei  
xas Legitimas Legados bens moveis e se  
omoventes de rais e outros quaesquer que  
por qualquer titulo ou razam que Seja  
digo ou razam lhes haja de pertencer tirando  
tudo do poder de onde estiver de qualquer  
Juizo ou Tribunal dos Cofres de Orphaons  
Auzentes fazenda Real Cameras Alfam  
digas e outros quaesquer tomando con  
tas a quem lhas deva dar finalizalas e liqui  
dalas Citando e demandando a todos os seus  
devedores Contra elles oferecerem peticoens  
Citaçoens documentos Libellos exceicoens  
reclamacoens e todo o mais gênero de ar  
tigos a prova nessecaria fazer dar e adver  
sa contestar contrariar reconvir replicar  
treplicar assignar provas e produzir Tes  
temunhas Uer jurar as das partes  
e Contraditalas ouvirem despachos e  
sentencas nas dadas a seu favor aCeitar  
concentir e fazer executar das contrarias  
e de outro qualquer despacho pedir Uista  
apelar agravar embargar e tudo seguir

ou renunciar the maior alcada nomear  
a penhora digo nomear e aprovar Lou  
vados jurar em sua alma todo e qual  
quer lícito juramento de Calumnea de  
Cizorios e Supletorio fazelo dar a parte  
adversa e Iurar na alma de quem lhes  
parecer nomear a penhora os bens dos Con  
demnados e nelles Lancar e fazer arema

[Fl. 22v]

arrematar para seu pagamento  
requerendo arematacoens adjudicaço  
ens protestos contraprotostos sequestros  
embargos dezembargos habilitacoens  
liquidacoens nomeacoens Inventarios  
partilhas seguranças prizoens e Con  
centir em solturas fazerem dezistencias  
cessoens traspaces quitas esperas concertos  
transaçoens e amigaveis Compoziçoens  
receberem e darem quitacoens publicas  
ou razas como pedidas lhesforem Ua  
riarem de acoens conficoens de artigos  
dehabilitaçoens Conficoens digo e de dividas  
sendo uerdadeiras tendo para isso infor  
macam della obtorgante assignarem  
artigos e todos os termos percizos e faze  
rem tudo o mais que for a bem de Sua  
justissa que por sua pessoa e bens prome  
tia haver por bom firme e Ualiozo tudo  
quanto pelos dittos seus procuradores  
e futuros substabalecidos for feito reque

rido e obrado a seu beneficio e de relevalos  
do encargo as saptisf digo do encargo da  
Saptisfaçam que o Direito obtorga e que  
só para a sua pessoa reservava a nova Ci  
taçam e a da reconvençam Em fé e Testemu  
nho de verdade e de Como assim o dice e Ou  
torgou Lavro o presente instrumento que  
sendo lhe lido o asigna com as Testemu  
nhas presentes o Capitam Manuel Ig  
nacio Ualadaõ, e Ioze Marianno da Crus  
desta Cidade reconhecidos de mim Igna  
cio Joze Rodrigues Duarte Tabelaõ que  
oEscrevi e asignei em publico e razo // Em  
Testemunho de verdade Estava o signal  
publico // Ignacio Joze Rodrigues Duarte  
Pulqueria Maria de Saõ Joze // Manuel Ig  
nacio Valadaõ // Ioze Marianno da Crus //  
Nada mais Contem a ditta procura  
cam que eu Escrivam abaixo asigna  
do bem e fielmente copiei da propria  
a que me reporto com a qual este comfe  
ri e pelo achar em tudo conforme Sem

[Fl. 23r]

*Marinho*

sem couza que duvida faça o Subs  
crevi conferi e asignei nesta Leal cida  
de de Mariana aos vinte e hum dias  
do mes de Agosto de mil oitocentos e quin  
ze annos Ioaõ Baptista de Almeida Sa  
raiva Escrivam Ajudante do Contem

ciozo Geral o Escrevi comferi e asig  
nei

*Ioão Baptista de Almeida Saraiva*

De Vista

Aos vinte e hum dias do mes de Agosto de  
mil oitocentos e quinze annos nesta Leal  
Cidade de Marianna e sendo ahy continuo  
vista destes autos ao Doutor Ioze Francisco  
de Almeida Machado Advogado nestes  
auditorios e Procurador da Autora Pulque  
ria Maria de Saõ Joze E para constar  
faço este termo Ioão Baptista de Al  
meida Saraiva Escrivam Ajudante do Con  
tenceiozo Geral oEscrevi

Ao *Doutor* Machado

Datta

Aoz desesette dias do mes de Novembro de mil  
oitocentoz e quinze annoz nesta Leal cida  
de de Marianna em o cartorio de mim Escri  
vam ao diante nomeado e sendo ahi por parte  
do Doutor Joze Francisco de Almeida Ma  
chado Advogado noz auditorioz desta dita ci  
dade, e procurador da Autora Pulqueria  
Maria de Sam Joze, me foram dadoz oz  
presentes autoz sem nelles dizer couza  
alguma de que para conztar faço o pre  
zente termo de Datta Eu Joaquim Coe

lho de Oliveira Duarte Escrivam do Con-  
tenciozo Geral, e Reziduo de Bispado,  
que o escrevi

[Fl. 23v]

A ~~o~~  
~~o~~  
~~o~~<sup>47</sup>  
~~o~~<sup>47</sup>

Risquei

Machado

Do Escrivam da parte da *Autora*

Rasa de <i>folha 8 verso</i> em <i>diante</i>	1\$212
Conta e da que segue	\$900
	2\$112

De parte da mesma

Contadas a <i>folha 8 verso</i>	2\$516	}	10\$246
Que pagou <i>folha 8</i>	1\$050		
Selo a <i>folha 7 verso</i>	\$080		
Deligências <i>folha 9 verso</i> e <i>folha 10</i>	6\$600		
Somao	S. 12\$358		

Do Escrivam da parte do Réu<sup>48</sup>

<sup>47</sup> Foram utilizados símbolos que se assemelhassem à forma como se apresentaram as quatro linhas que o doutor José Francisco de Almeida Machado começou a redigir, mas as riscou. Foi possível identificar três grafemas.

<sup>48</sup> Nesta altura do fôlio, à margem esquerda consta o seguinte:

N 15905  
Pg. 230 réis do sello  
[...]5 de 8brº  
1819



Rasa <i>folha 8 verso</i>		1\$464
Def <sup>a</sup>		\$170
Intem <sup>m</sup> <i>folha 17 verso</i>		\$400
Conclusao <i>folha 17 verso</i>		\$300
	Somaõ	2\$334

De parte

Embargante <i>folha 13 verso</i>	\$300	}\$300
Somaõ		2\$634

*Marianna 14 de Dezembro de 1816*

*Ioze Fernandes Vieira*

Eu abaixo asinado vou pagar

o Sello de 23 *meias folhas*.

*Marinho*

[Fl. 24r]

[Em branco]

[Fl. 24v]

260

230

110

240

840<sup>49</sup>

---

*Aranjo*

*Tavares*

Muito provavelmente, se trata do pagamento do selo pelo escrivão Marinho, na Bahia, conforme a sua declaração autográfica no final do fôlio, logo abaixo das contas finais do auto.

<sup>49</sup> Este cálculo de adição se encontra no canto inferior direito, se o fôlio for visto na vertical; já se o for visto na horizontal, a operação matemática estará no canto superior direito.

### Referências bibliográficas

- AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. **Resistência feminina no Brasil oitocentista: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no Bispado de Mariana**. 2012. Dissertação de Mestrado em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo. **Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista**. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2004.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARIELLO, Rafael; PEREIRA, Thales Zamberlan. **Adeus, senhor Portugal: crise do absolutismo e a independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- COSTA, Wellington Júnio Guimarães da. **As tramas do poder: as notificações e a prática da justiça nas minas setecentistas – comarca de Vila Rica (1711-1808)**. Dissertação de mestrado. UFOP, 2011.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 133-161.
- MALERBA, Jurandir. **Brasileiros: capítulos avulsos da história da formação brasileira**. São Paulo: Alameda, 2017.
- MATEUS, Elias Theodoro. **O perdão de parte entre a dinâmica judicial e a vida comunitária nas Minas setecentistas (Mariana, 1711-1821)**. 2017. Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS/UFOP), Mariana, MG, 2017.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986. [1ª ed. 1972]. Coleção Debates.
- NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.
- OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. **No laboratório da Nação: poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional brasileiro em fins do Primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836**. Dissertação de mestrado. UFMG, 2013.
- PALMA, Virgílica Edí G. S. F. **Arquivos judiciais como fonte de pesquisa e ensino da História**. 2017. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, RS, 2017.
- PEREIRA, Luciano Guimarães. **A defesa da honra: processos de injúria no século XVIII em Mariana, Minas Gerais**. Dissertação de mestrado. UFOP, 2014.

- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Riqueza e endividamento na economia de plantation açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 45, n. 3, pp. 527-565, jul./set. 2015.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vols. 1, 2 e 3. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- SANTOS SILVEIRA, Patrícia Ferreira. **Excomunhão e economia da salvação: queixas, querelas e denúncias no Tribunal Eclesiástico de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Alameda, 2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Editora da USP, 1984.
- SILVA, Maria Odila Leite da. Mulheres sem história. **Revista de História**, n. 114, pp. 31-45, 1983.
- SOUZA, Elizabeth S. de. **Um olhar sobre o acervo judiciário da Casa de Suplicação do Brasil: notas de pesquisa**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 18, 2018, Rio de Janeiro.
- SOUZA, Elizabeth Santos de. **Dos litígios da obrigação de crédito: a ação judiciária do Tribunal da Suplicação do Brasil (1808-1821)**. Tese de doutorado. UFF, 2021.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. 2007. Tese de Doutorado em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

## Reflexos da Conferência de Berlim (1884-1885) nas relações entre Portugal e o país de Gaza

Cópia de ofício do residente chefe em Gaza ao secretário geral do governo da Província de Moçambique, em 16 de Janeiro de 1888. Arquivo Histórico Ultramarino/Caixa 1331/Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar/Direcção Geral do Ultramar/Moçambique/1888/1<sup>a</sup> Repartição/AHU-ACL-SEMU-DGU/Pasta 10/Capilha 2.

**Luiz Felipe Florentino**  
Mestrando em História  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
l.f.florentino@outlook.com

**Recebido em:** 05/07/2022

**Aprovado em:** 20/11/2022

### Comentário

A formação do país de Gaza esteve relacionada ao cenário de disputas militares protagonizadas na África Austral, entre os povos zulus durante o governo de Chaka, senhor da Zululândia, nas primeiras décadas do século XIX (QUINTILHA; TOSCANO, 1930, p. 35). Tais agitações, possivelmente ocasionadas por alterações climáticas, pelos períodos de secas prolongadas seguidos por chuvas intensas, característicos do sul do continente africano, e que acabavam por afetar a organização das comunidades nativas (NEWITT, 1995, p. 234-235). Assim, a partir desse contexto de turbulência política, foi observável o surgimento de ondas migratórias dos povos *mangunes* ou *vangunes*, designados pelos portugueses como zulus ou vátuas, processo de diáspora conhecida como *Mfecane*, originada no norte da África do Sul e com direção ao sul de Moçambique (VILHENA, 1996, p. 20-21). Dentre os muitos bandos vátuas que migraram para a região sul de Moçambique, o que deu origem ao país de Gaza, foi o comandado por Sochangana, primeiro *inkosi*, ou seja, soberano, desse Estado africano emergente (SANTOS, 2007, p. 10).

Um violento de processo de “angunização”, que envolveu a imposição cultural angune sobre os demais povos das regiões conquistadas, dentre eles os tsongas, vandaus, bitongas e chopes, caracterizou as incursões encabeçadas por Sochangana, que adquiriram aspectos de uma verdadeira expansão militar entre as décadas de 1820 e 1830 (VILHENA, 1996, p. 20-28) e tendo finalmente atravessado o rio Zambeze em 1839 (PÉLISSIER, 1987, p. 85), sendo perceptível, a partir de então, relativa fixação. A relação com os portugueses durante esse processo de expansão, por sua vez, também foi conflituosa, sobretudo com aqueles estabelecidos em Lourenço Marques (VILHENA, 1999, p. 28) e Inhambane. E mesmo com o estabelecimento da via diplomática em 1840, por iniciativa do governador de Inhambane, através do envio de uma embaixada a Chaimite, então capital de Gaza, motivada pela consciência da fragilidade da posição portuguesa na região, os resultados práticos, a princípio, foram diminutos (PÉLISSIER, 1987, p. 121-122).

Nas décadas subsequentes, devido a guerra civil originada pela disputa de sucessão do governo de Gaza, protagonizada entre os irmãos Mawewe e Muzila, filhos de Sochangana, houve um estreitamento das relações entre Portugal e o país de Gaza. Isso, devido ao apoio prestado por intermédio da administração colonial portuguesa em Lourenço Marques, na forma de fornecimento de armas e munições, à causa de Muzila, que se mostrou vitoriosa. Em troca, o futuro soberano de Gaza, em 2 de dezembro de 1861, avassalou-se à Coroa portuguesa (VILHENA, 1996, p. 36-38). Todavia, findado os conflitos internos, o novo governo de Gaza não respeitou os termos estabelecidos com o rigor esperado, e ocasionalmente ocorrendo a hostilização de povoações portuguesas (ANDRADA, 1882, p. 62).

Nos anos seguintes, especificamente no contexto em que esse documento foi elaborado, as relações entre Portugal e Gaza apresentavam feições distintas, influenciadas sobretudo pela pressão originada pela emergência da corrida africana, e das convenções estabelecidas na Conferência de Berlim, realizada entre os meses de novembro de 1884 e fevereiro de 1885. Ocasão em que representantes de 14 países reuniram-se na capital alemã, na esteira da contestação internacional, sobretudo por parte da França e Alemanha, do Tratado do Zaire, inicialmente acordado em fevereiro de 1884 entre Portugal e Grã-Bretanha (ALEXANDRE, 2008, p. 156), e onde, ao contrário do genericamente afirmado, o território do continente africano não foi grosseiramente fracionado entre as potências europeias, mas estabeleceu-se os princípios basilares que regeriam a corrida africana a partir de então (BRUNSCHWIG, 1971, p. 45). Com a morte de Muzila em agosto de 1884, seu filho

Gungunhana assumiu o governo de Gaza e procurou aproximar-se de Portugal, possivelmente por ter considerado os ingleses e bôeres como constituindo maior ameaça, e que além disso, tal movimento poderia resultar na manutenção de sua autonomia (NEWITT, 1995, p. 314). Tendo sido aprovado o princípio da ocupação efetiva na Conferência de Berlim, como um dos principais norteadores das disputas por territórios em África, em detrimento da retórica do direito histórico (KEITH, 1919, p. 315), até então amplamente alegado por Portugal, o Estado português foi impulsionado a adaptar-se à nova realidade colonial (ALEXANDRE, 2008, p. 192-207), passando a compreender a necessidade de aproximação de Gaza como um imperativo da ampliação territorial e da esfera de influência em Moçambique.

A partir de então, o comerciante Casaleiro d'Alegria Rodrigues, que anteriormente havia exercido o comando militar de Sofala, foi convidado por Gungunhana para mediar as negociações entre os governos de Portugal e Gaza. Após parecer favorável do governador-geral de Moçambique, Agostinho Coelho, em março de 1885, Casaleiro d'Alegria Rodrigues partiu de Sofala tendo por destino a capital de Gaza, no Mussurize, contando com o auxílio de um intérprete e um substituto, alcançando seu objetivo apenas no mês seguinte. Após ter estabelecido as bases de um acordo com o novo *inkosi* vátua, o antigo comandante militar de Sofala, então nomeado representante do governo de Gaza, partiu para Lisboa acompanhado das testemunhas vátuas Matanda Encosse e Mapinda, para firmar o tratado (LIESEGANG, 1986, p. 14-15). Em 12 de outubro o acordo foi finalmente ratificado no Ministério da Marinha e Ultramar pela embaixada enviada por Gungunhana, sob o título de “acto de vassalagem do regulo Gungunhana á corôa portugueza”, que entre suas cláusulas previa a presença de um delegado do governo português junto ao centro de decisões vátua, denominado “residente-chefe”, cuja função seria a de “aconselhar na forma de administrar o paiz” (CONDIÇÕES DO ACTO, 1886, p. 9). Houve, todavia, um enorme distanciamento entre os termos inicialmente acordados em Gaza e os posteriormente firmados em Lisboa, dificultando seu cumprimento integral, limitando-o muitas vezes a retórica: “Em Mussurize, tinha validade a versão com a qual Casaleiro Rodrigues tinha ido a Lisboa. Em Lisboa, tinha validade a versão elaborada ‘para inglês ver’, quer dizer, para os concorrentes na corrida para África” (LIESEGANG, 1986, p. 16).

No entanto, a partir da aprovação do documento, Casaleiro d'Alegria Rodrigues foi nomeado residente-chefe em Gaza, no mês seguinte, em 24 de Novembro (1.<sup>a</sup> REPARTIÇÃO, 1886, p. 10-11) e partiu para África, permanecendo junto a Corte de Gungunhana até 20 de Julho de 1888, quando

teve que retornar à metrópole, por motivos de saúde, e tendo sido substituído pelo capitão Francisco António Marques Gerales (VILHENA, 1996, p. 121). Por tratar-se de inerência do cargo exercido, durante os anos que esteve em Gaza, Casaleiro d'Alegria Rodrigues produziu uma série de relatórios destinados a informar o governador-geral da Província de Moçambique, acerca dos pormenores ocorridos na capital vátua, por intermédio de seu secretário-geral, como é o caso especificamente deste documento.

Destaca-se ainda que, devido ao princípio de ocupação efetiva estabelecido na Conferência de Berlim, anteriormente destacado, o Estado português, interessado em assegurar a posse de grande parcela do território africano, lançou as bases de um projeto colonial que ficou conhecido como o “Mapa Cor-de-Rosa”. Projeto arquitetado a partir de convenções estabelecidas com França e Alemanha, em maio e dezembro de 1886, respectivamente, e onde além de Angola e Moçambique, a enorme parcela territorial compreendida entre essas possessões foi reconhecida por essas potências como sendo área de influência de Portugal (ALEXANDRE, 1998, p. 115-116), alimentando a pretensão portuguesa de abrigar toda essa imensa faixa territorial sob a soberania de sua Coroa. Todavia, esse ambicioso projeto colonial, colidiu com o intuito do governo inglês de estender sua zona de influência no continente africano, ininterruptamente, de norte a sul, do Cairo ao Cabo. Sem chegarem a um acordo, um conflito diplomático irrompeu entre os governos de Londres e Lisboa em novembro de 1887. O plano português era o de estender a deliberação da contenda, até um momento mais oportuno, estratégia que teve êxito por cerca de dois anos (TEIXEIRA, 1987, p. 693).

Dessa forma, esse documento que trata-se de uma cópia de um relatório escrito em Gaza por Casaleiro d'Alegria Rodrigues, residente-chefe do governo português, em janeiro de 1888, foi elaborado em meio a um contexto de disputa diplomática entre Portugal e Inglaterra. Através de seu conteúdo, é possível identificar o acirramento da corrida colonial africana, os reflexos do princípio de ocupação efetiva estabelecido na Conferência de Berlim, mais especificamente as implicações desta resolução internacional nas políticas coloniais de Portugal, voltadas a Moçambique. É possível ainda verificar o anseio português de estreitamento das relações com o país de Gaza, direcionado não ao desenvolvimento da diplomacia na região, mas a possibilidade de ampliação da esfera de influência na África meridional, considerada como sendo de caráter emergencial. E dessa forma, Casaleiro d'Alegria Rodrigues, constantemente deixou transparecer as preocupações da administração colonial portuguesa



com a afluência de estrangeiros no país de Gaza, questão que compreendia como sendo uma grande ameaça contra a efetivação do projeto colonial, repetidamente expressa ao longo do texto.

## Transcrição

[fl. 1] Residente chefe do Governo Portuguez = Serie de mil oitocentos oitenta e oito = Numero quatorze = Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. Veio hoje participação do Gungunhana, de que se achava n'uma povoação distante um kilometro d'aquí, um inglez, que disia querer vêr o regulo. Combinamos que elle viesse a minha residencia a fim de se saber quem era e o que pretendia. Veio o homem, e conheci ser elle um inglez que em mil oitocentos oitenta e dois vi por algumas veses em Lourenço Marques, e que me disiam ser um dos muitos que o governo inglez traz por toda a Africa, vigiando tudo quanto se passa. Diz elle chamar-se L. F. Spring, que desembarcando do paquete em Quelimane em Agosto, se dirigira para Sena, d'ali até proximo da Lupata, seguindo depois para o Rupire; d'ali foi a Gorangosa onde se demorou cinco dias seguindo depois para o Queteve, margens do Mussopa, onde ha uns jazigos auriferos já descriptos na obra de Bordallo. Foi d'este ponto que elle se dirigio para aquí, dizendo que queria vêr o Gungunhana. Tinha combinado com o regulo ficar este homem na minha residencia e no seguinte dia despedil-o; mas elle não quiz accitar a minha hospitalidade, apresentando os pre-

testos mais futeis; a ponto que dando conhecimento ao regulo, elle o mandou para a mesma povoação onde antes tinha estado. Conheci que este homem, ou vem aqui promover alguma intriga, ou quer ver se obtem licença do regulo para explorar alguns jazigos auríferos. Quando um preto que o acompanhava, foi a povoação do Gungunhana dar parte que ele não queria ficar na minha residencia, precisou muito que dissesse ao regulo: que tinha couzas importantes a communicar-lhe. Isto combinado com o que elle antes me tinha dito, que só queria vêr o Gungunhana, fez com que eu ficasse de prevenção a seo respeito. = Estava constantemente re-[fl. 2] recommendando ao preto, que lhe servia de interprete que não dissesse nem uma só palavra que não fosse por elle primeiro indicada. Os fins d'este homem não são licitos; por que se não recusa d'uma maneira tão aberta como elle o fez, a hospitalidade que se nos offerece por paragens como estas. N'uma das cartas que elle me mostrou; para me indicar o ponto d'onde tinha largado o Zambaze, para ir para o Rupire; vi que havia um signal entre o Rupire e o Barue, caminho que elle seguio. = Depois do homem seguir para a povoação onde tinha antes estado, e depois de lhe appresentarem um boi que eu tinha indicado ao regulo lhe desse para comer, fez grande questão com os vatuas por o regulo lhe não ter mandado um dos bois mais gordos

dos muitos que tem nas suas manadas; é preciso notar-se que o boi estava soffrivelmente gordo, como costumam estar os da sua idade. O regulo quiz retirar-se para a povoação do Mduingo para se não encontrar com este homem. - Fiz lhe vêr que era uma fraqueza imqualificavel um tal procedimento; por que emquanto eu aqui estivesse, ou qualquer outro que representasse o governo portuguez, não consentiria que qualquer estrangeiro ou ainda mesmo nacional faltasse ao devido respeito a elle regulo. Que quando este homem appresentasse na povoação do regulo para lhe fallar, me mandasse chamar para eu vêr o que esse homem lhe queria e se julgasse as suas intenções dignas do regulo se encontrar com elle, eu seria o primeiro a aconselhal-o de o mandar ir a sua presença. Disse-me o regulo que este homem não podia vir com boas intenções segundo o seo procedimento na viagem para aqui, por isso que tendo pernoitado na povoação do Umpissana tio do regulo não só lhe declarou que não fazia caso da minha auctoridade aqui mas também redicularizando a nossa nação disse que eramos um povo insignificante que [fl. 3] a Inglaterra podia esmagar quando quizasse. Este procedimento está em harmonia com os seos precedentes no districto de Lourenço Marques. = Diz elle ser empregado do governo inglez e que por isso tem percorrido os territorios desde o Sul até as cataratas do Zambese passando pelas ter-

ras do Coma. Nada lhe disse sobre esta declaração por  
não me apresentar documento algum official par as-  
sim o poder reconhecer, antes me por de sobre aviso de que  
elle estivesse encarregado de alguma commissão secreta co-  
mo esteve em Lourenço Marques, e que precisava vigial-o  
de perto. = Este homem ainda aqui se acha, mas para apro-  
veitar a saída do corrio para Chiloane dou estes esclareci-  
mentos a Vossa Excellencia para que se digne dar d'elles  
conhecimento a Sua Excellencia o Conselheiro Governador  
Geral, aguardando o final procedimento d'este homem  
que relatarei em occasião opportuna - Deus Guarde a Vos-  
sa Excellencia - Terras da Gaza, Mussurise dez seis de Ja-  
neiro de mil oitocentos oitenta e oito. Illustrissimo e Excel-  
lentissimo Senhor Secretario Geral - O Residente chefe  
José Casaleiro de Alegria Rodrigues  
Está conforme Secretaria do Governo Geral da  
provincia de Moçambique 21 de Julho de 1888.  
Pl O Secretario Geral,  
Francisco Maria Paixão Dias  
Official

#### Referências bibliográficas:

ALEXANDRE, Valentim. **A Questão Colonial no Parlamento (1821-1910)**. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2008.

\_\_\_\_\_. A questão colonial no Portugal oitocentista. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Org.). **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano: 1825-1890**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 21-132.

ANDRADA, Paiva de. “A Manica e o Musila”. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, 3ª série, nº 1, p. 57-64.

BRUNSCHWIG, Henri. **A Partilha da África Negra**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

CONDIÇÕES DO ACTO DE VASSALLAGEM DO REGULO GUNGUNHANA Á CORÔA PORTUGUEZA. **Boletim Oficial do Governo Geral da Provincia de Moçambique**. Lourenço Marques, p. 9. 09/01/1886.

KEITH, Arthur Berriedale. **The Belgian Congo and the Berlin Act**. Oxford: Oxford University Press, 1919.

LIESEGANG, Gerhard. Vassalagem ou tratado de amizade? História do Acto de Vassalagem de Ngungunyane. **Revista do Arquivo Histórico Nacional**, Maputo, 1986, p. 1-36.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1995.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique**. Formação e Oposição (1854-1918), vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

QUINTILHA, Julião; TOSCANO, Francisco. **A derrocada do Império Vátua e Mousinho D' Albuquerque**. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 1930.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)**. 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. **Análise Social**, Lisboa, vol. 23, 1987, p. 687-719.

VILHENA, Maria da Conceição. **Gungunhana Grandeza e Decadência de um Império Africano**. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gungunhana no seu reino**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

1.ª REPARTIÇÃO. **Boletim Oficial do Governo Geral da Provincia de Moçambique**. Lourenço Marques, p. 10-11. 09/01/1886.

## Resenha

### Jörn Rüsen: Repercussões sobre a teoria e o ensino da História no Brasil

**OLIVEIRA, M. M. D.; SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F.;  
LIMA, C. R. C. Jörn Rüsen: Teoria, Historiografia,  
Didática. Ananindeua: Cabana, 2022, 268 p.**

**Andressa Ferreira**

Graduada em História  
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UEM)  
Andressa.ferreira2409@gmail.com

**Jean Carlos Moreno**

Doutor em História e Sociedade  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
jeanmoreno@uenp.edu.br

**Recebido em:** 30/08/2022

**Aprovado em:** 18/11/2022

O livro *Jörn Rüsen: teoria, historiografia, didática*, lançado em 2022, é uma coletânea que põe em diálogo diversos prismas da vasta obra do historiador alemão, especialista em Teoria e Didática da História<sup>1</sup>. A publicação resulta do evento *I Seminário Jörn Rüsen*, realizado entre os dias 21 e 25 de dezembro de 2015, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ao debater com a obra de Rüsen, os diversos autores evidenciam as relações entre Teoria da História, Didática da História e Ensino de História.

---

<sup>1</sup> Os organizadores desta publicação são: Margarida Maria Dias de Oliveira, doutora em História, pesquisadora do Ensino de História e professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Francisco das Chagas Fernandes Santiago Junior, doutor em História e também professor do Departamento de História da UFRN; e Caio Rodrigo Carvalho Lima, mestre em História e pesquisador da obra de Jörn Rüsen.

Para Arthur Alfaix Assis – autor do artigo *História, teoria e liberdade: saudação a Jörn Rüsen*<sup>2</sup> – uma das principais linhas de pensamento de Rüsen refere-se à questão: “como, a partir de tradições e traumas herdados do passado, seria possível agir no presente, visando projetar um futuro no qual sejamos livres para criar algo novo?”.

A volumosa apropriação da obra do autor no Brasil, é prospectada por Itamar Freitas, no artigo *A recepção da teoria da história de Jörn Rüsen em periódicos brasileiros especializados (2001-2015)*. Na pesquisa, é analisado como se deu a recepção e quais foram as apropriações da Teoria da História de Rüsen por pesquisadores brasileiros, entre os anos 2001 e 2015, em periódicos qualificados sob os estratos A1 e A2, na área da História.

Freitas (2022) explica que, dentre os trabalhos produzidos, prevalece a ausência de leituras contextualizadas do conjunto da obra de Rüsen. As apropriações e os usos de conceitos do autor, são comumente realizados a partir de citações esparsas no corpo do texto ou somente na sessão de referências. O que demonstra que as apropriações brasileiras sobre a obra do historiador alemão ainda carecem de aprofundamento e conexões teóricas e metodológicas.

A coletânea traz, também, textos do próprio Rüsen: ‘*Sobre alguns fundamentos teóricos da didática da história*’ e *Engajamento na perspectiva da meta-história*. No primeiro, o historiador reflete sobre o motivo pelo qual, aparentemente, é tão difícil aprender História. Inicialmente, o autor aponta que a disciplina parece ser algo que não se relaciona com a vida dos alunos. O processo de aprendizagem histórica, frente a este fator, é o período em que o saber histórico é interiorizado pelos estudantes. E é a Didática da História que viabiliza esta transição. Sobre as diferenças e relações entre Teoria e Didática da História, o autor explica que a Teoria da História “trata dos princípios básicos do pensamento histórico que sustentam a História como ciência” Já a Didática da História, é definida como a ciência da aprendizagem histórica e representa o profissionalismo do ensino e da aprendizagem da História. Ambas, contudo, estão diretamente interrelacionadas.

No outro artigo, Rüsen propõe debater a temática do engajamento nos estudos históricos. O teórico alemão explica que um procedimento considerado não engajado, geralmente é interpretado como neutro e científico. Trata-se do argumento da objetividade na pesquisa, que visa alcançar

---

<sup>2</sup> O texto de Arthur Assis foi apresentado na ocasião de entrega do título de *Doctor Honoris Causa* a Jörn Rüsen, na UnB e integrado nesta coletânea.



certo tipo de ‘verdade’ através da ciência. Por outro lado, Rüsen apresenta a perspectiva do engajamento, cuja função é a de orientação cultural. Neste caso, a representação histórica serve, sobretudo, para a interpretação da cultura histórica no presente. Frente a estas posições, o historiador alemão explica que em lugar de neutralidade, deve-se pensar em termos de *intersubjetividade*. Tal conceito não nega o engajamento, mas coloca a pesquisa em parâmetros metodológicos científicos.

A Didática da História também é tema do artigo escrito por Rafael Saddi, intitulado *Jörn Rüsen e a didática da história*, no qual o autor reflete sobre as características da subdisciplina e suas interlocuções no Brasil. Saddi aponta que o pensamento de Jörn Rüsen destacou-se entre pesquisadores brasileiros da área do Ensino de História e que é através do historiador alemão que a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem passa a integrar o campo da Teoria da História, como uma metateoria. O artigo explicita que o movimento de reformulação da Didática da História, ao qual Rüsen integrou junto a outros autores alemães, ocorreu devido à crise de legitimidade que tanto a História quanto o Ensino de História enfrentaram no período pós-guerra. Por isso, em 1972, a formulação de uma nova Didática da História, cujo objeto central fosse a consciência histórica, dentro e fora do ambiente escolar, se solidificou. Atualmente, a Didática da História se ocupa, então, da aprendizagem histórica e suas diferentes formas de manifestações na consciência histórica dos indivíduos.

Em outro caminho de reflexão, no artigo *A re(li)gião dos historiadores: Jörn Rüsen*, Astor Antônio Diehl argumenta que a sociedade contemporânea atravessa crises e que, neste cenário, a questão dos sentidos da História é posta em evidência. A ideia de progresso, vinculada aos paradigmas tradicionais, é percebida em sua falência. Frente a este processo, a História enquanto disciplina, é reformulada a partir de novos fundamentos. Assim, o fio condutor da argumentação de Diehl (2002) é: qual o sentido da produção do conhecimento histórico, em uma sociedade que, constantemente, é atravessada por inúmeras mudanças e crises? Em face destas transformações, o autor aponta que a obra de Rüsen contém o potencial de ressignificar os sentidos da História e da vida individual e coletiva na contemporaneidade.

Além destas considerações, a coletânea também traz o artigo intitulado *O “formalismo teleológico” em Jörn Rüsen: perspectivas sobre a interculturalidade*, escrito por Ana Carolina

Pereira, no qual a autora constata que, para Rösen, a ideia de humanidade seria uma alternativa para a superação do etnocentrismo que impacta o mundo globalizado contemporâneo. Trata-se de identificar a “diversidade das culturas na unidade da espécie (humanidade)”. Todavia, os limites do pensamento ruseniano são desvelados quando colocados em diálogo com o perspectivismo ameríndio, uma vez que a cosmogonia e a epistemologia dos povos indígenas diferem do pensamento ocidental que sustenta a obra de Rösen. Portanto, o pensamento indígena demonstra que a proposta de Rösen, embora muito promissora, ainda recai no etnocentrismo.

Em outro caminho, no artigo *Experiência traumática e conhecimento histórico: reflexões a partir da obra de Jörn Rösen*, escrito por Pedro Spinola Pereira Caldas, o autor propõe demonstrar como a experiência traumática do holocausto não é o critério mais adequado para identificar a *crise catastrófica* – conceituada por Rösen como um elemento que “destrói o potencial da consciência histórica de processar a contingência em uma narrativa portadora e provedora de sentido” vivida após a Segunda Guerra Mundial. Para Rösen, um evento-limite gerador da crise catastrófica da modernidade é a experiência do holocausto. Todavia, Caldas (2022) utiliza-se de Marx, Weber e Foucault, autores que teceram reflexões sobre o surgimento da modernidade, para defender a crise de orientação do tempo presente a partir das experiências do trabalho. Trata-se, portanto, de refletir sobre as experiências de exploração trabalhistas e questionar se este já não é um evento-limite gerador de uma crise catastrófica própria da modernidade. Tais considerações tecidas por Caldas sobre o tema do trauma, e os desafios da interculturalidade, refletidos por Ana Carolina Pereira, são também debatidos e reiterados por Francisco das Chagas Santiago Junior, no artigo *Trauma e mito: questões aos limites em diálogo com a teoria de Rösen*.

Além das reflexões tecidas anteriormente, o livro também conta com a contribuição de Sérgio Duarte, a partir do artigo *Ação comunicativa e teoria da história: aproximação de Habermas e Rösen*, no qual a proposta é discutir sobre como as teorias de Jürgen Habermas e Jörn Rösen são fundamentais na reflexão sobre modernidade e consciência histórica, bem como para elucidar o debate sobre os fundamentos e a importância da ciência da História no tempo presente. Duarte aponta que Habermas e Rösen são autores fundamentais para a defesa das teorias que surgiram no período moderno. Os autores, com suas reflexões sobre as formas e funções do conhecimento histórico são importantes na defesa da “tradição” histórico-científica construída a

partir da modernidade, que, embora muito criticada pelo pós-modernismo, teria muito a contribuir aos sujeitos, em termos individuais e coletivos, no tempo presente.

Frente às reflexões tecidas anteriormente, a homenagem a Jörn Rüsen, expressa pela obra aqui resenhada, justifica-se à medida em que o autor traz reflexões elementares, que desvelam que o conhecimento histórico não é imparcial e deve servir à orientação da vida prática dos seres humanos em sociedade, ou seja, contribuir para que as carências de orientação no tempo presente, sejam superadas através do pensamento histórico, um processo mental que interrelaciona as temporalidades e permite compreender o presente e formular projetos de ações para prospectar e construir o futuro.

Ainda há muito a explorar sobre a obra e os conceitos desenvolvidos por Jörn Rüsen. A coletânea aqui resenhada, todavia, pode ser um excelente guia para iniciantes, assim como servir como um testemunho do “estado da arte”, entre especialistas, na reflexão e intersecção sobre meta-história, teoria e Didática da História, historiografia, ensino de História e cultura histórica.

#### **Referências bibliográficas:**

OLIVEIRA, M. M. D.; SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F.; LIMA, C. R. C. Jörn Rüsen: Teoria, Historiografia, Didática. Ananindeua: Cabana, 2022, 268 p.

Disponível em

[https://www.editoracabana.com/files/ugd/e2a408\\_0c5f6066fc8e4ffb951a8af23dd69a13.pdf](https://www.editoracabana.com/files/ugd/e2a408_0c5f6066fc8e4ffb951a8af23dd69a13.pdf)

## Entrevista com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Veiga

**Ana Maria Veiga:** Possui graduação (2006), Mestrado (2009) e Doutorado (2013) em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Compõe o corpo editorial da *Saculum* - Revista de História e é uma das líderes do grupo de pesquisa *Projet.AH* - história das mulheres, gênero, imagens, sertões e possui experiência como roteirista e produtora audiovisual. Sua tese resultou no livro *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades* (2022), também é uma das organizadoras do livro *Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos* (2022).

Entrevista concedida via correio eletrônico às doutorandas Karina Aparecida de Lourdes Ferreira, Hellen Silvia Marques Gonçalves e Stella Ferreira Gontijo, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membras da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2022/2023.

**[Revista Temporalidades] Professora Ana Maria Veiga, primeiramente, gostaríamos de expressar nossa alegria em podermos entrevistá-la para o atual dossiê da Revista *Temporalidades*. Agradecemos a sua disponibilidade.**

**Você pode comentar sobre a sua trajetória e escolhas de pesquisa? Quais os caminhos te levaram ao amplo campo de análise que orienta o presente dossiê “Mulheres, gênero, feminismos”?**

**[Ana Maria Veiga]** Minha trajetória na área de História começa tardiamente, depois de anos afastada da sala de aula como aluna. Depois de ter trancado o curso de Letras na USP, eu me mudei para Florianópolis e passei muitos anos trabalhando na área de produção audiovisual para TV. Passados mais de dez anos, comecei a sentir falta de estudar novamente e acabei fazendo vestibular para História. Foi na Universidade Federal de Santa Catarina que eu conheci aquela que seria uma inspiração para vários momentos da minha carreira, a professora, minha orientadora e amiga Joana Maria Pedro. Minha sensibilidade para as questões de gênero e a história das mulheres, então, só fez crescer, desafiada depois também pelas instigantes discussões dos feminismos negro e decolonial. No TCC eu estudei representações de mulheres (negras) nos sambas dos anos 1930 e 1940, em contraposição com representações e prescrições para as mulheres adequadas (brancas)

em uma revista feminina, *Jornal das Moças*, publicada no mesmo período. No mestrado, pesquisei a formação de redes feministas entre mulheres brasileiras e Argentinas.

**[R.T.] Em sua tese de doutorado “Cineastas Brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades” você se debruçou sobre as obras de Helena Solberg, Tereza Trautman e Ana Carolina. Como o trabalho dessas diretoras foi atravessado pela colonialidade? Você pode citar filmes que partem da perspectiva decolonial?**

**[A.M.V.]** A minha tese trata das obras de três cineastas brancas, portanto privilegiadas, mas isso não tira o mérito de trabalhos cinematográficos que atravessam as décadas e continuam sendo atuais em suas discussões. O cinema brasileiro dos anos 1970 e 1980 era um meio que demandava recursos financeiros, mesmo isso tendo sido amenizado com a possibilidade da câmera na mão e as tomadas externas, sem a necessidade de grandes estúdios e todo o seu aparato técnico. No caso das cineastas, Helena Solberg foi quem saiu do Brasil e teve o interesse em discutir a situação das mulheres latino-americanas, não apenas das brasileiras. Isso levou essa diretora a um aprofundamento do conhecimento da então chamada “condição feminina” referente a essas mulheres trabalhadoras e de territorialidades não-centrais. Seus filmes do que denominei o ciclo latino-americano certamente trazem uma perspectiva decolonial, se usarmos esse termo conscientes de seu anacronismo. Colocar mulheres camponesas bolivianas, peruanas, ou mesmo operárias argentinas, como protagonistas de um documentário – no caso *La Doble Jornada/Double Day* – é uma ação que se coloca “rumo a um feminismo decolonial”, parafraseando María Lugones (2014). Outro filme seu dessa mesma empreitada cinematográfica é *Simplemente Jenny*, cuja protagonista é uma menor infratora boliviana, que fala dos seus sonhos e desejos, mesmo por trás das grades de um reformatório. As películas, de 1976 e 1979, respectivamente, colocam em foco mulheres de ascendência originária, atravessadas pela colonialidade que as aprisiona em uma história de expropriações e violência. Quanto às outras diretoras, seus filmes tratam de mulheres da camada média brasileira, sem tantos problemas financeiros (de classe e raça), abundando em dramas emocionais e de gênero.

**[R.T.] Você se dedicou a estudar a militância de mulheres e os feminismos no Cone-Sul no período ditatorial. O que você pôde observar sobre esse movimento de mulheres e sobre a produção historiográfica a respeito dele? Podemos falar em um duplo silenciamento? Como esses silenciamentos afetam os movimentos sociais, particularmente o feminista, e nosso campo disciplinar na contemporaneidade?**

[A.M.V.] Eu creio que o silenciamento já foi bem maior. Nós sabemos que a historiografia ainda carrega fortes marcas de gênero e de regionalização. A história que é feita em São Paulo e no Rio de Janeiro, por vezes em Minas Gerais, ainda é considerada nacional, enquanto a de outras localidades é tomada como regional – o que demonstra uma falsa noção universalizante desse eixo de poder econômico e político. Isso interfere em âmbitos dos mais variados, desde a distribuição de recursos até a visibilidade dos trabalhos e sua distribuição, em termos de publicação e acesso. Felizmente, a historiografia feminista foi construindo um caminho próprio, com verbas e financiamentos que as historiadoras e os historiadores foram buscar em instituições nacionais e estrangeiras, seguindo um pouco as pautas internacionais, que se apresentavam como eixos para a historiografia de diversos países – e considero essa uma das marcas da colonialidade do saber que nos assola. Sendo assim, é relevante pensar como a agenda de um feminismo transnacional chega nos recantos mais distanciados dentro do próprio Brasil, a partir dos anos 1980, principalmente. A Fundação Ford é uma instituição importante nesse sentido, também demarcando silenciamentos. Os estudos de gênero e feministas começaram a incomodar quando entraram com força na disputa de verbas públicas com outros campos da História e das Ciências Humanas. Em termos de uma “tradição”, estamos na sexta década de estudos feministas, o que não é pouca coisa. Vislumbrar isso como invisibilidade, hoje é uma questão de escolha, que inclusive faz parte dos currículos e dos planos de ensino.

**[R.T.] Você conseguiu identificar alguma rede transnacional de mulheres intelectuais a partir das fontes analisados ao longo de seus trabalhos?**

[A.M.V.] Na minha dissertação de mestrado eu fiz um mapeamento de publicações e ações feministas para pensar na possível formação de uma rede entre mulheres de dois grandes centros, nos anos 1970 e 1980, que são São Paulo e Buenos Aires. Por quê? Pelo simples fato de que nessas cidades é possível encontrar documentação a respeito disso. Mas uma grande contribuição a essa historiografia se deve às memórias de mulheres que viveram intensamente aquele momento e que estavam vivas para falar sobre ele, por meio de entrevistas. Nós, do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH – da UFSC, já dispúnhamos, desde 2005, de um acervo de entrevistas realizadas com feministas brasileiras por Joana Pedro, Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel, às quais foram se somando outras realizadas por estudantes de pós-graduação e de graduação. Eu fui uma dessas entrevistadoras, e me dediquei ao feminismo argentino desses anos. Com os relatos de Mirta Henault, Sara Torres, Leonor Calvera, Blanca Irbalucía, Dora Barrancos e Lucrecia Ollér, fui imergindo nessas memórias, apoiada na leitura de livros e periódicos, dentro do que chamamos

Projeto Cone Sul. Algumas mulheres argentinas e uruguaias circularam pelo Brasil nessas duas décadas recortadas, seja para eventos feministas, como é o caso de Lucrecia, ou buscando exílio das ditaduras militares, como vemos na história de Dora Barrancos. Os periódicos feministas também faziam suas viagens, já que podem ser encontrados em arquivos de países vizinhos. Sobretudo, entendo que uma rede intelectual se constituiu a partir de leituras de obras feministas. Mais uma vez a colonialidade torna-se evidente, já que quase a totalidade das entrevistadas havia lido Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Juliet Mitchell (as socialistas principalmente), Germaine Greer, Shulamith Firestone, entre outras autoras que publicavam sobre a “condição feminina”. Os círculos de leitura, as cópias mimeografadas, a importação e a tradução das obras eram ações que se repetiam nos países do Cone Sul, sobretudo no Brasil e na Argentina, fomentando a criação de grupos feministas e, antes disso, de grupos de conscientização, em espaços onde as mulheres compartilhavam suas experiências de opressão e se apoiavam mutuamente.

**[R.T.] Finalizando a entrevista, por meio do seu contato com a escrita da História a partir de uma perspectiva de gênero, você poderia falar um pouco sobre o cenário historiográfico brasileiro? Quais caminhos você pode apontar para jovens historiadores/as que têm interesse no campo do presente dossiê “Mulheres, gênero, feminismos”?**

**[A.M.V.]** É muito gratificante olhar para esse cenário com o qual cada uma e cada um de nós tem contribuído. O GT de Gênero da Anpuh é um grupo formado por mais de uma centena de historiadoras, em sua maioria, que promove encontros, trocas e ações conjuntas. Como exemplo, temos o podcast Segundas Feministas, que está entrando agora no seu quinto ano de atividade, trazendo debates e contribuições importantes de historiadoras de todas as regiões do Brasil sobre os mais diversos temas dentro do campo dos estudos feministas e de gênero. Outra questão que merece ser observada é a consolidação dos feminismos como um grande guarda-chuva que abriga movimentos sociais da diversidade, como o das pessoas LGBTQIAPN+, o das mulheres indígenas, negras e quilombolas, de religiões de matriz afro, entre outras possibilidades. Isso reverbera certamente na historiografia. Então, pensar feminismos, hoje, é pensar em uma ampla frente, que está nas ruas, nos movimentos sociais, mas também, e com força, dentro das universidades, em seus núcleos e nas “coletivas”. Alguns poucos departamentos de História espalhados pelo Brasil não têm ainda abertura para essas discussões, principalmente devido à ausência de profissionais que abracem essa perspectiva e acolham as demandas de estudantes, porque esta sempre está presente. Eu me lembro da minha chegada à UFPB em 2018, quando três estudantes de graduação (Amanda, Rodolfo e Henrique) estavam no corredor, esperando para me conhecer e, por fim,



inaugurar esse debate ali, tanto na graduação quanto na pós. Fico feliz por poder fazer parte dessa história e de atender a essa demanda tão urgente. Assim começou também o grupo ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões. Inicialmente éramos nós da UFPB, mas aos poucos a perspectiva de união intelectual e afetiva foi seduzindo outras colegas, como Vânia e Tânia Vasconcelos, da UNEB, Cláudia Maia, da UNIMONTES, Alcileide Cabral e Janaína Guimarães, da UFRPE, Temis Parente, da UFT, Rose Elke Debiasi, da UFS, Juciene Ricarte, da UFCG, Flávia Machado, do IFG, Susel Oliveira, Alômia Abrantes e Dayane Sobreira, da UEPB, e outras que não param de chegar para somar. Não temos dúvidas de que a historiografia feminista e de gênero também tem seu *mainstream*, suas linhas centrais de nomes reconhecidos. Porém, juntas levamos adiante a perspectiva de pensar a partir das margens, sempre numa provocação à discussão sobre o que é de fato centro e como se constroem as periferias, e também como esse lugar de “margem” é central para nós, com toda sua liberdade e com a perspectiva de se pensar em uma historiografia decolonial, em histórias “outras”, por isso ricas e não-hegemônicas em suas visões e abordagens. Ou seja, a historiografia das mulheres, feminista e dos estudos de gênero não se contenta mais com as fórmulas cristalizadas dos temas centrais, ela é chamada a pensar raça, classe, territorialidade e outros fatores que vão além do gênero. Esse é um campo fértil que se abre às e aos jovens historiadoras/es em formação. Além disso, a História Pública e a História Digital vêm sendo cada vez mais apropriadas e desenvolvidas com base em temáticas e na perspectiva de abordagem feminista, decolonial e interseccional. As ferramentas estão aí para ser apropriadas e reelaboradas de acordo com as demandas profissionais e sociais, e isso faz parte do nosso campo e da nossa própria história. Agradeço o convite para essa conversa.

Para quem tiver interesse, aproveito para deixar os endereços do nosso grupo e de um webdocumentário produzido coletivamente:

[aprojetah.com.br](http://aprojetah.com.br)

[falasertaneja.projetah.com](http://falasertaneja.projetah.com)

## Entrevista com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Vosne Martins

**Ana Paula Vosne Martins:** Possui graduação em História (1987), Especialização em Antropologia Social (1988), Mestrado em História (1992) pela Universidade Federal do Paraná e Doutorado em História (2000) pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora titular do Departamento de História e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, além de ser bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e membra da Red Iberoamericana de Investigación en Historia, Mujeres y Archivos (RIIHMA). Foi fundadora (1994) e coordenou o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR até 2015. É autora dos livros: *Um lar em terra estranha: a Casa da Estudante Universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960* (2002) e *Visões do feminino - A medicina da mulher nos séculos XIX e XX* (2004).

Entrevista concedida via correio eletrônico às doutorandas Karina Aparecida de Lourdes Ferreira e Hellen Silvia Marques Gonçalves, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membras da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2022/2023.

**[Revista Temporalidades] Professora Ana Paula Vosne Martins, primeiramente, gostaríamos de expressar nossa alegria em podermos entrevistá-la para o atual dossiê da Revista Temporalidades. Agradecemos a sua disponibilidade. Você pode comentar sobre a sua trajetória e escolhas de pesquisa? Quais os caminhos te levaram ao amplo campo de análise que orienta o presente dossiê “mulheres, gênero, feminismos”?**

**[Ana Paula Vosne Martins]** Eu é que agradeço vocês pela oportunidade. Meu interesse de pesquisa sobre a história das mulheres inicia na graduação ainda. Tive a oportunidade de conhecer algumas publicações pioneiras desse campo historiográfico como os livros de Maria Odila Leite da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, entre outras, que começaram a publicar suas dissertações e teses na segunda metade da década de 1980, quando eu estava cursando a graduação em História na UFPR. Como estudante, fiquei muito entusiasmada com aquelas pesquisas, em saber que seria possível produzir o conhecimento histórico sobre sujeitos até então ausentes dos livros de História. Nesse sentido, devo destacar também a oportunidade de conhecer a história social do trabalho e da escravidão, que foram fundamentais para a minha formação e orientação para a história das mulheres. Paralelamente à minha graduação, eu trabalhei no Conselho Municipal da Condição Feminina, da Prefeitura Municipal de Curitiba. Lá eu conheci mulheres muito ativas,

militantes de partidos políticos e do movimento de mulheres. Foi no Conselho que conheci feministas e tomei contato com o debate nacional sobre os direitos das mulheres, afinal estávamos no contexto da elaboração da nova Constituição de 1988. Foi um aprendizado político muito interessante, mesmo que eu não tenha participado de nenhum partido político e nem de qualquer grupo feminista. Minha adesão ao feminismo se deu pelas leituras de feministas e pela formação acadêmica, mas igualmente pela influência do momento político da redemocratização e de organização dos conselhos municipais, estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Sempre me chamou a atenção a centralidade do corpo e da sexualidade das mulheres na formulação de saberes e de discursos de diferentes ordens com o objetivo de estabelecer o lugar das mulheres, fosse na ordem divina e natural, fosse na sociedade. Essa questão da definição da feminilidade me provocava desde a leitura do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que fiz quando ainda era bastante jovem, mas mesmo sem compreender a amplitude filosófica e política daquele livro, entendi que ali estava uma das chaves para começar a compreender como nós, mulheres, nos definimos, nos tornamos sujeitos e também como se constroem as relações de poder a partir desse lugar subjetivo que é o gênero.

Eu demorei um pouco para decidir fazer o doutorado. Eu já era professora na UFPR, mas naquele tempo o doutorado não era um caminho obrigatório, uma necessidade, como é em nossos dias, especialmente para quem pretende se dedicar à pesquisa e à docência em universidades de qualidade. E pensando bem, foi muito bom ter dado um tempo, como se diz, entre o mestrado e o doutorado. Consegui aprofundar leituras, especialmente aquelas que me faltavam para compreender processos históricos e culturais de construção do saber/poder e das subjetividades de gênero. Passei para as leituras foucaultianas e feministas sobre corpo e sexualidade e foi assim que defini meu projeto de doutorado sobre a constituição da medicina da mulher e suas especializações no corpo e na sexualidade das mulheres, a obstetrícia e a ginecologia, projeto que foi aprovado no Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP.

A experiência do doutorado foi realmente transformadora. Sempre que vejo pessoas fazendo um doutorado “por fazer”, sem muita convicção, me dá uma grande tristeza, pois o doutorado deve ser um momento transformador em nossa formação acadêmica e científica. É o momento desafiador que colocamos para nós mesmas de produzir conhecimento, de procurar responder, mesmo que temporariamente, perguntas fundamentais. Foi assim que eu encarei o

doutorado, que fiz com bolsa da CAPES por quatro anos e contando com a preciosa orientação de Leila Mezan Algranti, a quem sempre que tenho a oportunidade, menciono agradecida.

As perguntas fundamentais que me propus a responder com minha tese dizem respeito ao corpo feminino e a compreender porque se arregimentou, a partir do Iluminismo, um grupo de especialistas, de homens da ciência, para dizer o que era a Mulher, esse ser maiúsculo que se constitui no regime do saber/poder no Ocidente, e que se tornou uma verdadeira camisa de força conceitual, material e moral para as mulheres minúsculas, as mulheres com desejos, com sonhos, com experiências singulares dos seus corpos que, por adesão, ou quase sempre por força, tiveram que se moldar à Mulher, a essa norma subjetiva de gênero. Os médicos e cientistas dos séculos XVIII e XIX tiveram um papel muito importante nesse processo de subjetivação feminina pelo determinismo e essencialismo biológico e corporal que a minha tese, depois publicada como livro pela Editora da FIOCRUZ, procurou explicar. Por mais que a minha tese tenha se debruçado sobre processos normativos de subjetivação, está presente ali uma crítica feminista não só ao passado, aqueles discursos e às práticas médicas sobre o corpo feminino, mas também uma crítica ao presente e à permanência da centralidade do corpo. Com isso não quero assumir uma visão desencarnada das mulheres, nem uma posição ascética, longe disso. O que me incomoda, como feminista, é a permanência de uma centralidade do corpo na definição das mulheres, algo sem paralelo com o corpo masculino, apesar de todos os apelos estéticos aos homens. Apesar de todas as mudanças, das rebeliões, das recusas à dominação e ao silenciamento, a feminilidade e as mulheres continuam a estar presas ao corpo, seja pela maternidade quase compulsória, pelos padrões normativos de beleza e seu cortejo de fobias e racismo, pela moda que padroniza corpos brancos e magros, seja pela sexualidade heteronormativa. Foram estes tantos questionamentos que me fizeram não só compreender esse enquadramento científico e cultural do gênero e da sexualidade, mas em dar continuidade à pesquisa sobre a maternidade, as políticas materno-infantis e às memórias da maternidade depois de concluído o doutorado.

Os fios que ligam tudo isso são os fios da crítica e da emoção feminista, pois não vejo o feminismo só como um movimento, nem só como uma orientação política pela igualdade e a autonomia, mas como uma mobilização subjetiva, uma forma de ser sujeito no mundo e tal empreendimento requer a mobilização das emoções também. E quando falo de emoções me refiro à sensibilidade para o outro, qualquer outro, inclusive o planeta e outras espécies. Hoje consigo entender que não se é feminista somente pela racionalidade da crítica social, cultural, intelectual, política, e outras tantas, mas também pela mobilização das emoções, porque são elas que, de fato,

nos estimulam a mudar as coisas e a nos transformar em seres mais sensíveis e abertos a todas as diferenças e diversidades da vida.

**[R.T.] Você pode comentar sobre seu interesse no estudo do “movimento católico feminino”? No seu entendimento, como a História sobre a militância das mulheres conservadoras contribui para pensar os feminismos e o conservadorismo no Brasil?**

**[A.P.V.M.]** O interesse pelo catolicismo e pela ação das mulheres católicas é bem posterior ao término do doutorado, uns quinze anos depois. E foi algo quase fortuito. Costumo dizer que meu movimento intelectual na pesquisa tem algo de errático, de alguém que não planeja muito, que se deixa levar pelos encontros com a documentação. Se vocês observarem o conjunto de minhas publicações poderão verificar esse movimento ao qual me refiro. Quando desenvolvi o pós-doutorado na Casa de Oswaldo Cruz, entre 2005 e 2006, encontrei uma documentação extensa sobre as políticas públicas materno-infantis nos anos 1930 e 1940. Chamou minha atenção a forte presença das associações caritativo filantrópicas, a maioria de orientação católica, atuantes na organização daquelas políticas em grande parte subsidiadas pelo Estado, especialmente após 1938. Alguns anos depois fui contemplada com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. A pesquisa foi sobre o protagonismo feminino nas políticas de assistência social também nas décadas de 1930 e 1940, pois havia me voltado para esse campo de estudos sobre a assistência devido minha inserção num grupo de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz sobre a assistência à saúde. Eu dei um enfoque específico sobre assistência e gênero, do qual resultou um artigo que gosto muito, publicado na Revista Manguinhos e que é, de certa forma, um marco da minha virada para os estudos sobre assistência. Com essa pesquisa financiada pelo CNPq encontrei muitas referências documentais às mulheres ligadas à filantropia e me chamou muito a atenção a participação de duas delas, Eugenia Dutra Hamann e Stella de Faro, na composição do Conselho Nacional de Serviço Social, criado por Gustavo Capanema em 1938. Fiquei intrigada em saber quem eram aquelas mulheres e a minha próxima pesquisa foi sobre as trajetórias das duas conselheiras. Foi uma imensa surpresa para mim adentrar nas redes de sociabilidade da assistência social, majoritariamente femininas, embora muitos homens também participassem, abrangendo a assistência à maternidade, à infância, à saúde, às jovens trabalhadoras, a atenção à educação das mulheres, à qualificação para o trabalho feminino e algumas delas chegaram a participar do movimento sufragista, como foi o caso de Eugenia Hamann, que foi da diretoria da Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino e uma ardorosa defensora das escolas de Serviço Social para abrir uma nova profissão às mulheres. Ao conhecer mais de perto a biografia de Stella de Faro, liderança católica desde 1912, quando ela tinha 24 anos,

encontrei um movimento feminino católico muito amplo e numeroso, alcançando cifras de centenas de milhares de participantes no cenário internacional a partir das últimas décadas do século XIX. No Brasil não houve um movimento assim tão amplo, mas as mulheres católicas participaram ativamente do movimento de restauração católica em várias frentes, como a devoção, a assistência social, a educação e a imprensa. Stella participou de todas as frentes da ação católica sendo reconhecida pelo clero e pelos laicos como uma líder católica, também com reconhecimento internacional.

Comecei, a partir de então, a me aprofundar num campo absolutamente novo para mim, a religião, a cultura católica e o conservadorismo, embora minha pesquisa anterior sobre a filantropia já tivesse me levado a prestar atenção nas possibilidades de atuação social e mesmo política abertas pelo conservadorismo às mulheres. Depois dessa pesquisa sobre Stella e Eugenia eu passei a me aprofundar na militância católica feminina pela escrita, me voltando para uma escritora baiana que viveu entre o século XIX e XX, Amelia Rodrigues, e continuo atualmente estudando a inserção das mulheres na cultura escrita católica tomando como referência as citações de intelectuais católicos, homens e mulheres, presentes na escrita militante de Amelia Rodrigues.

O que tenho aprendido com o estudo sobre religião e gênero e sobre a atuação social e cultural de mulheres conservadoras, cujo norte de suas vidas foi a religião católica, é que precisamos compreender melhor, com mais atenção e menos preconceitos, como há outras possibilidades de ação e de expressão para as mulheres que não passam necessariamente pela resistência, pela negação da ordem de gênero, ou pela busca de autonomia. A visão de mundo conservadora e a orientação religiosa podem abrir espaços de atuação para as mulheres, inclusive pela profissionalização e pela tomada da palavra pública. A obediência e a submissão, tão presentes nas expectativas morais e sociais para as mulheres conservadoras religiosas, não implica, obrigatoriamente, que sejam passivas e alienadas, pelo contrário. O que percebo em minhas investigações sobre as militantes católicas conservadoras é que essa visão de mundo as habilitou e as fortaleceu para sair da passividade das sacristias, ou de suas casas, e adentrar no mundo muito masculino da cultura escrita, da mobilização social e da tomada da palavra pública. Por muito tempo a religião foi interpretada somente pelo viés da opressão e da dominação masculina, mas a história das mulheres e a abordagem de gênero na história da religião têm, ambas, desconstruído essa imagem borrada e imprecisa, revelando a atuação das mulheres religiosas e laicas em diferentes temporalidades, espaços e meios expressivos. Acredito que ainda temos muito a investigar sobre a agência religiosa e conservadora das mulheres, ainda mais necessária para compreendermos o tempo presente, no

qual a religião vem se tornando uma peça importante na sociedade supostamente secular, abrindo um espaço para as mulheres, pouco conhecido ainda para nós, investigadoras sociais e feministas.

**[R.T.] No artigo “‘Vamos criar seu filho’: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX” você pontua que a pedagogia materna teve início no Brasil com a empreitada colonial. Ao longo de seus estudos, o que você pôde observar a respeito da construção social e cultural da maternidade e sua relação com experiências outras de ser mãe, marginalizadas pelo processo colonizador?**

**[A.P.V.M.]** Primeiro quero dizer que não estudei práticas e discursos da maternidade no período colonial. Estudos de grande envergadura realizados por historiadoras como Mary Del Priore e Maria Lúcia Mott foram minhas referências para compreender essa larga temporalidade da história do corpo e das construções sociais e culturais da maternidade na formação da sociedade brasileira. Minhas investigações foram sobre a entrada dos médicos higienistas, obstetras e puericultores no terreno feminino da gravidez, do parto e dos cuidados com as crianças, a criação de filhos, como se diz popularmente. A grande produção de livros, teses e de textos publicados na imprensa por aqueles especialistas demonstra inequivocamente como se desenvolveu ao longo do século XIX e no século XX um discurso biopolítico sobre a maternidade, tão importante que não poderia ser deixada livremente às práticas e aos conhecimentos das mulheres. A maternidade e os cuidados à infância passaram a ser peça chave na construção de discursos sobre a qualidade da população e da formação de uma nação hígida, o que implicava outras questões, entre elas a questão racial. São discursos que cruzam o nacionalismo, o racialismo/racismo e o sexismo. Tenho hoje uma visão mais interseccional da maternidade do que tive quando iniciei minhas investigações. O discurso biopolítico sobre a maternidade foi profundamente normativo, procurou controlar o corpo e a sexualidade das mulheres e difundir um modelo familiar restrito às elites brancas. As prescrições médicas sobre cuidados ao corpo materno e às crianças são reveladoras de uma visão elitista, e conforme o acesso ao corpo das mulheres pobres e pretas começou a ser mais extensivo por meio das primeiras políticas materno-infantis no início do século XX, os discursos expressaram um ímpeto controlador e estigmatizante. As fotografias disponíveis de consultórios dos postos de puericultura dos anos 1920 e 1930 às quais tive acesso quando realizava pesquisa em Salvador, por exemplo, mostram que o público atendido naqueles espaços públicos ou da caridade era majoritariamente composto por mulheres pretas e seus filhos. As senhoras da sociedade, como eram referidas pelos médicos, não frequentavam aqueles espaços, não se misturavam com as mulheres do povo, sendo atendidas em consultórios particulares, ou em suas confortáveis



residências. Nada tão diferente do que vemos hoje, não é? Quando mulheres brancas e de elite eram atendidas nas maternidades, elas pagavam por quartos particulares e desconheço qualquer fotografia delas, como há sobre as mulheres pobres. Também tive acesso a algumas poucas fotografias da maternidade da Faculdade de Medicina do Paraná, fundada em 1914, na qual se vê mulheres brancas pobres e algumas mulheres pretas também, da mesma forma, em enfermarias com vários leitos. Essas imagens são reveladoras de que mesmo elaborando um discurso normativo que tomava como ideal a mulher branca de elite, a biopolítica da maternidade com seus protocolos e espaços de intervenção e vigilância se iniciou com mulheres pobres e pretas. Não quero aqui fazer um discurso anti-medicina, ou anti-científico, mas uma reflexão mais cuidadosa sobre a história da medicina e de seus fundamentos biopolíticos podem ajudar a compreender a permanência de práticas estigmatizadoras e violentas no atendimento médico e de pessoal da área de saúde às mulheres grávidas e em trabalho de parto. Defendo que os currículos dos cursos de medicina e enfermagem deveriam ter disciplinas, que até poderiam ser optativas, mas deveria haver essa oferta, de história da medicina e de direitos humanos, numa perspectiva interseccional, pois me parece que a formação exclusivamente técnica, embora necessária, contribui para a reprodução de antigos paradigmas que reforçam o preconceito e a violência.

**[R.T.] Ao trabalhar com o conceito de cuidado, o que você observou sobre a apropriação feita pelo nosso campo disciplinar desse campo de investigação? Nesse âmbito, como a historiografia se coloca comparativamente às demais ciências humanas e sociais?**

**[A.P.V.M.]** Essa discussão sobre os cuidados vem do campo teórico feminista, de filólogas e de sociólogas inicialmente. É uma discussão não só teórica, mas política, sobre os cuidados, práticas historicamente associadas ao mundo doméstico e privado, dispensadas por escravos, serviçais e pelas mulheres. A contribuição da reflexão feminista é tanto sobre a historicidade dos cuidados, como também a respeito do papel dos cuidados nas relações transnacionais do trabalho, tendo em vista a organização de um mercado transnacional do trabalho dos cuidados, envolvendo necessariamente uma perspectiva interseccional e de movimentos migratórios. As investigações e análises teóricas sobre os cuidados são recentíssimas na disciplina histórica. Em 2019 participei de um seminário sobre cuidados no Chile que envolvia um pequeno grupo de pesquisadoras e somente um pesquisador, que era filósofo. Entre as pesquisadoras, duas apenas eram historiadoras, eu e uma colega chilena, sendo as de áreas como a sociologia, a antropologia e o serviço social, da Colômbia, do Chile e da Argentina. No Brasil essa discussão dá os primeiros passos, mas há uma linha de investigações históricas próxima à discussão sobre os cuidados, que vem produzindo trabalhos

relevantes e de alta qualidade, que tratam da organização da assistência social e à saúde. São estudos sobre a prestação de socorros e de proteção aos grupos sociais subalternos como soldados, escravizados/as, órfãos, idosos e pessoas pobres e doentes. São pesquisas que demonstram não só as origens de instituições assistenciais como as Misericórdias, tão longevas, hospitais e institutos, mas também as relações de poder tecidas pelas elites coloniais, do Império e do período republicano, como é o caso da filantropia, o papel exercido pelos médicos na organização e profissionalização da assistência e a filantropia. Penso que seria muito interessante trazer para a análise histórica da assistência as reflexões teóricas sobre cuidados, porque são interdisciplinares, interseccionais e com uma bem fundamentada crítica política. Os estudos sobre as relações entre poder e assistência são muito promissores, assim como as relações entre religião, gênero e assistência. A fortuna crítica resultante das pesquisas históricas sobre assistência no Brasil pode ser ainda mais beneficiada com uma reflexão teórica sobre os cuidados.

**[R.T.] Finalizando a entrevista, por meio do seu contato com a escrita da História a partir de uma perspectiva de gênero, você poderia falar um pouco sobre o cenário historiográfico brasileiro? Quais caminhos você pode apontar para jovens historiadores/as que têm interesse no campo do presente dossiê “Mulheres, gênero, feminismos”?**

**[A.P.V.M.]** Sou bastante otimista em relação à potência desse campo de investigação. Ainda temos muitos acervos a serem explorados, alguns já bastante conhecidos, mas que podem suscitar novas perguntas e problemáticas de pesquisa a partir de um arsenal teórico e conceitual interseccional. Destaco, à guisa de exemplo, um terreno que conheço razoavelmente bem, que é a maternidade. Penso que há ainda muitas possibilidades de investigação, especialmente com a história oral. Eu realizei uma pesquisa sobre memórias maternas porque já estava um tanto saturada dos discursos médicos e então fiz uma pesquisa de história oral com vinte mulheres, a maioria de classe média ou de origem camponesa e trabalhadora. Mesmo com uma amostra assim tão pequena consegui vislumbrar o quanto as memórias e as narrativas da maternidade são múltiplas, mesmo havendo um certo “roteiro” que diz mais respeito à introjeção dos modelos normativos do que das experiências individuais e de classe. Estudos sobre gênero, raça e maternidade e sobre maternidades não normativas são ainda áreas promissoras para a pesquisa histórica.

Também vislumbro uma potencialidade investigativa a respeito da religião e do gênero, principalmente numa perspectiva interseccional. Nossa historiografia é um tanto negligente nos estudos sobre religião, exceto os estudos sobre a Igreja, sobre instituições religiosas, como escolas

e congregações, e sobre intelectuais católicos. Há poucos estudos sobre gênero e religião e os que foram realizados se concentram na sociologia da religião, na antropologia e em alguns poucos na área dos estudos de religião. Penso que seja um campo de investigação muito promissor e não só a respeito do catolicismo. Acho muito difícil entender esse fenômeno contemporâneo da expansão evangélica no Brasil sem uma perspectiva de gênero e raça. Se vocês conhecem igrejas evangélicas e neopentecostais, se já estiveram numa reunião de oração, ou mesmo nos cultos, devem ter notado o óbvio, que é a maciça presença feminina, preta, periférica. O que isso significa? Alienação? Dominação dos pastores e ministros? Submissão inconsciente das mulheres? Essas perguntas não levam a lugar algum porque já partem de um lugar de suspeição da religião e dos crentes. As perguntas devem ser outras, como, o que há na religião com forte apelo ao engajamento espiritual e coletivo que atrai as mulheres pobres e periféricas? Qual a relação entre as condições de vida marcadas pela pobreza, miséria e ausência de políticas públicas básicas e a busca de apoio e de consolo na religião? Qual a relação entre a religião e as relações de poder e gênero? Como é a participação das mulheres na vida comunitária religiosa? Perguntas como essas e tantas outras podem nos fazer compreender o quanto a vida e a experiência religiosa são complexas e multifacetadas, mas também alargarmos a nossa visão a respeito da agência das mulheres, que nem sempre implica em rebeldia, resistência e busca de autonomia. Penso que essas questões sejam desafiadoras para o pensamento feminista na pesquisa sobre mulheres.

## Entrevista com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzane Rodrigues de Oliveira

**Susane Rodrigues de Oliveira:** Possui graduação em História (1997) pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, Mestrado (2001) e Doutorado (2006) em História pela Universidade de Brasília (UnB). Realizou pós-doutorado no Instituto de Investigaciones Feministas da Universidad Complutense de Madrid (Espanha, 2018-2019) e no Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (2018). É professora associada da UnB (desde 2009), atuando em disciplinas da área de Teoria e Metodologia do Ensino de História para a Graduação em História. É uma das coordenadoras do Laboratório de Ensino de História (LABEH/UnB) e atua também como docente na Linha de Pesquisa “História Cultural, Memórias e Identidades” do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. É autora do livro *Por uma História do Possível: Representações das Mulheres Incas nas Crônicas e na Historiografia* (2012) e coorganizadora das coletâneas *Mulheres e Violências: Interseccionalidades* (2017), *Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres* (2017) e *Gênero, Subjetivação e Perspectivas Feministas* (2019).

Entrevista concedida via correio eletrônico às doutorandas Karina Aparecida de Lourdes Ferreira e Hellen Silvia Marques Gonçalves, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membras da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2022/2023.

**[Revista Temporalidades] Professora Susane Rodrigues de Oliveira, primeiramente, gostaríamos de expressar nossa alegria em podermos entrevistá-la para o atual dossiê da Revista Temporalidades. Agradecemos a sua disponibilidade.**

**Você pode comentar sobre a sua trajetória e escolhas de pesquisa? Quais os caminhos te levaram ao amplo campo de análise que orienta o presente dossiê “mulheres, gênero, feminismos”?**

**[Susane Rodrigues de Oliveira]** Minha trajetória acadêmica começa em 1994 no curso de Graduação em História do CEUB, onde tomei contato com os estudos feministas e de gênero através de professoras que realizaram doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UnB sob a orientação da professora doutora Tânia Navarro-Swain, uma das precursoras e estimuladoras destes estudos na UnB. O meu interesse de pesquisa pela história das mulheres Incas no Peru Pré-hispânico e colonial foi inspirado também pelas leituras introduzidas por essas professoras. Na época, o texto Joan de Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, motivou uma geração de jovens historiadoras a ingressar nesse campo em busca da visibilidade

historiográfica das mulheres, mas também de um ativismo feminista pelo direito à memória e história das mulheres tendo em vista a desnaturalização das desigualdades de gênero e o combate à violência epistêmica contra as mulheres na História. Além disso, uma viagem que realizei ao Peru e Bolívia no final de 1997, assim que concluí a graduação, marcou muito as minhas escolhas de pesquisa. Os museus, monumentos e sítios arqueológicos andinos pré-hispânicos, além da experiência em um cotidiano presente marcado pelos efeitos nefastos do colonialismo espanhol, foram me suscitando uma série de questões de pesquisa que se amadureceram na leitura do livro *Luna, sol y brujas: géneros y clases en los Andes prehispánicos y coloniales* de Irene Silverblatt (1996). Este livro, que comprei numa pequena lojinha em Cusco (Peru), me despertou fortemente o interesse pelos estudos de gênero no mundo andino pré-hispânico e colonial, e me serviu de base para a construção de um projeto de pesquisa de mestrado baseado numa análise discursiva de crônicas coloniais escritas por espanhóis nos séculos XVI e XVII sobre os Incas. Havia uma lacuna na minha formação como historiadora, já que a história da América pré-colonial, não por acaso, tem pouquíssimo espaço nos currículos de Graduação, como efeito mesmo de um ponto de vista histórico predominantemente eurocêntrico que buscou homogeneizar, ressignificar ou apagar essa história. Esse silenciamento e os preconceitos relacionados ao mundo andino pré-colonial, especialmente aqui no Brasil, acabaram me instigando a pensar nas relações entre saber e poder no campo da História, ou seja, nas dimensões políticas das representações históricas construídas sob um ponto de vista colonial e que serviram para legitimar desigualdades étnico-raciais e de gênero, violências, discriminações, epistemicídios e explorações dos povos indígenas latino-americanos. Nesse caminho, os estudos feministas pós-estruturalistas e pós-coloniais, inspirados em Michel Foucault, acerca da escrita da história, me forneceram a base teórica e metodológica para os estudos de mestrado e doutorado sobre as representações e discursos acerca do feminino e do sagrado nas crônicas coloniais, escritas por espanhóis, mestiços e indígenas nos séculos XVI e XVII, mas também na historiografia acadêmica contemporânea produzida sobre o governo dos Incas nos Andes pré-hispânicos (Tawantinsuyo). Nessa investigação observei que as próprias crônicas deixam indícios de mulheres andinas exercendo o poder de forma independente, ou até mesmo compartilhando esse poder com homens e/ou mulheres, em múltiplas instâncias, enquanto governadoras, guerreiras, huacas, acllas, cacas, señoras cápac, curacas, estrategistas de guerra, curandeiras, artesãs, distribuidoras de alimentos, proprietárias de terras e agricultoras. Esses mesmos indícios nos permitem romper com as ideias universalizantes de patriarcado, ao revelar que o poder e sacralidade das mulheres Incas estiveram associados também às suas posições nas múltiplas relações de parentesco e às suas habilidades guerreiras, estrategistas,

curativas, agrônomas, intelectuais e políticas; ou seja, que o poder, autoridade e sacralidade dessas mulheres estiveram mais além de seus corpos. Isso significa que o gênero (de maneira interseccional) esteve associado a outros marcadores de diferença social, como por exemplo, a etnia, a idade, a região, o grau de parentesco ou ancestralidade com as huacas, no estabelecimento de identidades, *status*, prestígios, poderes e funções sociais. Nesse sentido, os meus estudos apontaram para a pluralidade do ser mulher no mundo andino pré-colonial, ao expor os indícios do possível, daquilo que foi negado ou considerado impossível, sobretudo, por uma historiografia moderna (positivista, evolucionista, eurocêntrica e androcêntrica) que classificou os Incas como uma sociedade estatal patriarcal, governada por um “imperador” o Inca, como similar ao império romano e às instituições católicas modernas. Já na análise das crônicas, expressões de discursos misóginos, eurocêtricos e demonizadores das mulheres andinas que escapavam aos padrões de gênero católicos cristãos, foi possível identificar esses indícios do possível para as mulheres, na medida em que fui escavando os discursos históricos colonialistas sobre as origens, fundação e expansão do governo dos Incas sob os Andes. Inspirada na “arqueologia do saber” de Foucault, busquei historicizar as imagens das mulheres, desvelando seus sentidos, significados e modos de funcionamento e produção nas crônicas. Assim, foi possível encontrar não só indícios de uma vontade colonial de dominar, desclassificar, homogeneizar e apagar o conteúdo estranho e perturbador das identidades e sexualidades andinas, mas indícios de sociedades que causavam muito estranhamento e repulsa aos colonizadores, porque escapavam das normas e convenções de gênero binárias/hierárquicas/cristãs e do modelo heteronormativo de regimento das identidades e sexualidades que deviam estruturar a sociedade colonial. Então, foi no exercício de historicização de representações demonizadoras, mitificadoras e desqualificadoras da atuação de mulheres que guerreavam, lideravam e governavam nos Andes pré-colônias, que encontrei indícios possíveis de mulheres fortes com sabedoria, poder, posses, status e habilidades, e que apontam, portanto, para outros modos de existência para as mulheres indígenas no passado, bem como para outros modos de organização das identidades e relações de gênero. Importante dizer que estes estudos no mestrado e doutorado foram também muito marcados por um momento de grande efervescência e difusão dos estudos feministas e de gênero no Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Na época, as professoras Diva do Couto Gontijo Muniz e Tânia Navarro-Swain, minhas respectivas orientadoras de mestrado e doutorado, foram muito ativas e engajadas no crescimento e fortalecimento desse campo de estudos. Entre 1998 e 2007, elas lutaram bastante e organizaram uma série de cursos, seminários, eventos, publicações e grupos de

pesquisa que estimularam e fortaleceram muito a produção historiográfica feminista na UnB. Tanto é que, na época, elas conseguiram criar a primeira Área de Concentração em estudos feministas e história das mulheres em um programa de pós-graduação no Brasil. Eu tive o privilégio de ter os meus projetos de pesquisa acolhidos por essas professoras, com as quais eu aprendi muito sobre mulheres, gênero e feminismos.

**[R.T.] A partir de sua tese de doutorado *Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o “Império” Inca (OLIVEIRA, 2012)*, como você apresenta a escrita de uma “história do possível” e como ela nos auxilia num fazer historiográfico que rompa com ideias universalizantes, generalistas e pretensamente objetivas e neutras?**

**[S.R.O.]** A ideia de uma “história do possível” se apoia nos escritos feministas da professora Tânia Navarro-Swain (2014) que foi minha orientadora de doutorado. De acordo com essa autora, as histórias do possível são histórias que desafiam as narrativas que essencializam as identidades em torno de concepções de sexo-gênero – fixas e invariáveis – que reduzem os corpos à binariedade hierárquica, dividindo e opondo homens e mulheres, sempre a partir da consideração do patriarcado como um fato histórico universal e contínuo, presente em todas as épocas e lugares. As histórias do possível sobre o gênero partem, portanto, de premissas feministas, de que tanto o sexo quanto o gênero são construções históricas e culturais, variáveis no tempo e espaço. Nesse sentido, entendo que as histórias do possível se somam aos esforços no campo dos estudos feministas pós-coloniais por conferir visibilidade às “mulheres” enquanto grupo heterogêneo na História. As histórias do possível são, portanto, histórias que tem como ponto de partida a ideia de inexistência de uma “natureza” que comandaria inexoravelmente as identidades e os relacionamentos entre homens e mulheres em diferentes tempos e espaços. Como bem disse Tania Navarro-Swain, “(...) uma história do possível não aceita esquemas definidos de antemão ao abordar o estudo de um período, de uma determinada formação social, quer seja, gênero, raça, status, riqueza, poder. Tem como eixo condutor de análise a infinita possibilidade de agenciamentos sociais e a variedade possível de formações e sistemas em suas expressões eventuais; abre a história para o diverso, para aquilo que não está necessariamente ancorado nas representações sociais do presente, construídas em torno de uma ‘natureza’ toda poderosa” (Apresentação OLIVEIRA, 2012, p. 10). No diálogo com os estudos feministas negros, pós-coloniais e decoloniais, eu amplio um pouco mais essa noção de histórias do possível, compreendendo-as também como histórias dissidentes, porque se apoiam na crítica feminista à



ciência moderna, positivista, evolucionista e eurocêntrica, desafiando e questionando a hegemonia de um ponto de vista branco, masculino, heteropatriarcal, colonial e cristão que se impôs no campo da produção historiográfica. Entendo que as histórias do possível também endossam os trabalhos de descolonização do gênero, por promoverem a necessária desnaturalização de imagens que fixam verdades absolutas e incontestáveis sobre os comportamentos e subjetividades femininas e masculinas. Ao expor a historicidade da construção do gênero, mostrando-o como algo variável e inventado socialmente, conseguimos também fragilizar os saberes e práticas que perpetuam o sistema moderno/colonial de gênero. Além disso, na minha experiência, a escrita de histórias do possível sobre o gênero nos Andes pré-hispânicos é, sobretudo, um exercício de aprendizagem com outras vozes e perspectivas sobre o passado, sobretudo, daqueles/as que foram marginalizados/as, estigmatizados/as, ignorados/as ou invisibilizados/as nas produções historiográficas hegemônicas. As histórias do possível enfatizam aquilo que podemos aprender (no tempo presente) com indícios de outras formas de subjetivação e de existência para as mulheres no passado, redefinindo e ampliando as noções de identidades e de relações de gênero no tempo. Os indícios do possível sobre a multiplicidade de identidades e relações de gênero no tempo ajudam-nos a expor a diversidade e pluralidade dos modos de ser, estar e pensar em sociedade, bem como as lutas e resistências aos processos históricos de dominação patriarcal, permitindo desfazer estereótipos e concepções históricas universalistas, eurocêntricas, colonialistas, sexistas e racistas que tentam tornar “impossível” a presença de outros sujeitos, tentam apagar qualquer possibilidade de aprendizagem com outros saberes e outras práticas em torno do corpo, das subjetividades e das relações de gênero. A história é um tipo de conhecimento fundamental no estabelecimento de sentidos para o presente e para a construção de projetos de futuro. Ao conectar passado-presente-futuro, a História nos ensina sobre o que fomos (no passado) e o que podemos ser, abrindo possibilidades identitárias para o presente-futuro, haja vista que a memória (matéria-prima da História) é um componente fundamental na construção das identidades. Como dispositivo de subjetivação (de produção de sujeitos/subjetividades), a história também fornece referenciais importantes para o modo como devemos nos apresentar, falar, pensar, sentir, atuar e ser em sociedade. Ao narrar o passado, a história elege ou privilegia certos personagens e atribui sentidos, importância, *status* e valores às suas ações e identidades, estabelecendo imagens que fixam na memória certos modos de ser. Ao escrever e ensinar histórias do possível para as mulheres e o gênero na América pré-colonial, levamos para a sala de aula “outros mundos possíveis” que fogem da lógica e princípios das chamadas “civilizações” modernas, avançadas, patriarcais, coloniais e capitalistas, expondo outras

formas bem diferentes de se conceber o gênero, alargando os nossos horizontes e expectativas sobre as identidades e organizações humanas através dos tempos. São histórias que revelam, sobretudo, outras concepções de gênero, outras cosmogonias, outros arranjos familiares, outras sexualidades, outros modos de governo, outras espiritualidades, outras formas de ver o corpo, a terra, a família e a natureza. Desse modo, colocam em funcionamento outros modos de subjetivação (ou seja, outros modos de produção das subjetividades) para além das configurações identitárias heteropatriarcais e racistas que se perpetuam na cultura histórica dominante. As imagens de mulheres Incas que atuaram como governadoras, heroínas, oficiantes de rituais sagrados, guerreiras e lideranças étnicas são importantes para meninas, meninos e adolescentes em formação escolar, porque expandem o imaginário histórico e político sobre as mulheres, abrindo a possibilidade para que as mulheres se sintam estimuladas a atuar na vida política e no governo da sociedade, para além dos limites impostos pelo patriarcado. Assim, entendo que o ensino de histórias do possível sobre o gênero constitui um ato político de produção/promoção de conhecimentos históricos que colaborem na transformação das formas de ver, pensar, interpretar e tratar o gênero, promovendo a necessária desnaturalização de práticas e concepções de sexo-gênero que colaboram na re-afirmação das desigualdades interseccionais de gênero no presente. Por isso mesmo, são histórias sintonizadas também com as demandas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ pelo direito ao passado e à diversidade nos currículos escolares, sobretudo, com as demandas por uma educação antissexista e antirracista nas escolas brasileiras. As histórias do possível permitem (no presente) um encontro com a alteridade, – com algo “estranho” e desafiador à lógica da persistência e universalidade do heteropatriarcado que estabelece modelos fixos de subjetividades masculinas (violentas e dominantes) e femininas (passivas, frágeis e assujeitadas) ao longo do tempo, – permite também “uma expansão da vida, isto é, um encontro com o passado para problematizar o presente e abrir o futuro em possibilidades de vida” (PEREIRA; RODRIGUES, 2018, p. 8-9). Afinal, se a história diz que no passado as identidades e relações humanas puderam ser diferentes, e que mesmo no presente essa diversidade é a marca do humano, isso abre nossos horizontes para o futuro, para a possibilidade de reconhecimento e respeito à diversidade, na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e com direito à liberdade identitária.

**[R.T.] Nos últimos anos, você empreendeu investigações em livros didáticos de história. Como podemos pensar a representação discursiva da mulher veiculada nos livros didáticos? Como a violência contra as mulheres foi apresentada para os(as)**

**educandos(as) em idade escolar? Os materiais analisados fornecem instrumentos para uma educação antissexista?**

[S.R.O.] Estas investigações surgiram como desdobramento do projeto de pesquisa “Ensino de história das mulheres e das relações de gênero: por uma educação antissexista e antirracista” que desde 2014 venho desenvolvendo no Laboratório de Ensino de História da Universidade de Brasília (LABEH/UnB). Com o suporte de teorias feministas interseccionais e pós-coloniais, este projeto problematiza e historiciza as formas recentes de inclusão da história das mulheres nos livros didáticos, currículos, práticas de ensino, saberes docentes e aprendizagens em História. Entre 2018 e 2019, as atividades desse projeto foram integradas ao estágio de pós-doutorado que realizei no Instituto de Investigaciones Feministas da Universidad Complutense de Madrid (UCM) e no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o objetivo de investigar as representações de violência contra mulheres em livros didáticos de história aprovados no PNLD de 2018 para o Ensino Médio. Em 2019, os resultados dessa pesquisa foram publicados em dois artigos de revistas nacionais (OLIVEIRA, 2019a, OLIVEIRA, 2019c) e num capítulo de livro na coletânea “Gênero, subjetivação e perspectivas feministas” (OLIVEIRA, 2019b). Desde a década de 1990, o PNLD vem passando por reformulações positivas importantes na abordagem do conhecimento histórico escolar sobre as mulheres, as desigualdades de gênero e, em alguma medida, sobre as violências sexuais e de gênero. A partir de embates e diálogos travados com movimentos sociais (feministas, indígenas e negros), o Estado vinha assumindo esse compromisso educacional de superação da violência contra as mulheres e da “violência correlata” às relações étnico-raciais, ao preconceito e à discriminação racial. Isso significou, especialmente para as mulheres, uma conquista fundamental ao reconhecimento e legitimação das lutas e reivindicações por igualdade de gênero no presente. Contudo, as formas de inclusão da história das mulheres e das relações de gênero nos livros didáticos dependem não só do modo como as prescrições oficiais são interpretadas e ressignificadas, mas também de um sistema de representações, valores, crenças e formas culturais que não é facilmente atingido nos processos oficiais de regulamentação e avaliação dos livros didáticos no Brasil. Assim, sabemos que condenar, queimar, ignorar ou excluir os livros didáticos não vai resolver os problemas enraizados em nossa cultura. Pelo contrário, vai continuar “escondendo”, colocando à margem do debate em sala de aula as questões relacionadas à historicidade do gênero e da violência contra as mulheres. Observei que o tema da violência contra as mulheres ganhou certo espaço em narrativas de livros didáticos de História que tem como foco os direitos das mulheres e a conquista de leis de criminalização a esse tipo de violência

na contemporaneidade. Entretanto, essa inclusão tende muito mais a fixar datas, fatos e leis do que a conscientizar os/as estudantes da importância da garantia e defesa desses direitos. Observei ainda que alguns livros didáticos de História trazem avanços importantes na subjetivação (na construção identitária) das mulheres como sujeitos de direitos e de lutas contra a violência de gênero no tempo presente. No entanto, deixam uma deliberada invisibilidade das mulheres como agentes sociais e históricos até o momento em que conquistam esses direitos políticos na contemporaneidade. Além disso, tais livros evitam reflexões e explicações históricas sobre os processos, significados, implicações e valores que mantêm essa violência no presente. Embora tais narrativas sejam imprescindíveis para a educação jurídica no combate à violência contra as mulheres, tendem a reduzir essa violência a um problema legal, reforçando ainda a ideia de que o poder judiciário e o aumento e rigor das penas/punições para os sujeitos agressores são as únicas soluções para o combate à violência contra as mulheres. Dessa forma, a violência contra as mulheres, como uma questão do tempo presente, também parece vazia de historicidade nos livros didáticos. Os acontecimentos recentes não são devidamente historicizados, já que os debates sobre essa violência são orientados para a exposição das opiniões e reflexões dos/as estudantes que muitas vezes tendem ao presentismo. O ensino de História pode assim perder o seu potencial educativo como instrumento de compreensão e análise de questões vigentes no tempo presente. Entre as várias modalidades de violência contra mulheres mencionadas nos livros didáticos de História aprovados no PNLD de 2018 aparecem feminicídios, estupros coletivos, caça às bruxas, restrições de direitos e cidadania, inferiorização e assédio sexual no mercado de trabalho, violência doméstica e conjugal, prostituição forçada, maternidade compulsória, perseguições, aprisionamentos, torturas, raptos, exploração sexual, racismo, pobreza, intolerância religiosa, apedrejamentos, castigos, colonialismo, escravidão, tráfico humano, genocídios, repressão política e estupros de guerra. Essa violência, que se manifesta em atos e ameaças de agressão física, verbal, psicológica, patrimonial, intelectual e epistêmica produzidos em espaços públicos, privados e domésticos, incluindo os atos perpetrados ou tolerados pelo Estado, promove o medo, a insegurança, a dor e a vitimização das mulheres na história, marcando-as como seres vulneráveis, dependentes e inferiores. Trata-se de imagens poderosas, pungentes e prolíferas que despojam as identidades, subjetividades, capacidade ou agência das mulheres na história, subjetivando-as como seres naturalmente propensos ao sofrimento, subordinação e violência. Por isso, ressalto que os livros didáticos também funcionam como tecnologias de gênero e de racialização capazes de reforçar a dominação masculina/branca/capitalista, além de promover a ideia de uma natureza sexual masculina

indomável, insaciável, dominante, sobretudo, em cenários de guerra, deixando de problematizar a historicidade do estupro e do assédio sexual como atos simbólicos e expressivos de dominação/virilidade, de vontade de poder e de introdução do patriarcado na vida social. A violência contra as mulheres se passa nos livros didáticos de História com certa frieza e normalidade, como algo que parece inevitável na “longa história do patriarcado”. O maior problema está no modo como a masculinidade hegemônica – branca, cristã e heteropatriarcal – aparece como modelo para os homens, e isso precisa ser problematizado, porque tem um impacto profundo na formação das subjetividades de meninos e adolescentes, porque a história escolar mostra que para ser homem, respeitado e dominante, para obter respeito, valor e governar, é preciso violentar, explorar e subjugar mulheres e homens negros, pobres ou indígenas. Esse modelo de masculinidade branca hegemônica é construído em oposição a uma feminilidade hegemônica e em tensão com outras masculinidades marginais, aparecendo na História subordinando simultaneamente mulheres e homens não brancos.

**[R.T.] Os estudos decoloniais têm proposto pensar as ciências humanas e sociais a partir de múltiplas experiências, sujeitos e epistemologias. Como os(as) historiadores(as), no seu entendimento, têm participado efetivamente na escrita de uma História atenta à lógica da colonialidade e crítica ao ponto de vista hegemônico?**

**[S.R.O.]** No meu entendimento a escrita de uma história atenta à lógica colonial e ao ponto de vista hegemônico (eurocêntrico) tem se manifestado, especialmente, nas pesquisas e publicações dedicadas à história dos afro-brasileiros, africanos e indígenas, especialmente focadas nas demandas destes grupos por memórias e histórias que favoreçam o fortalecimento de suas identidades, experiências e direitos, bem como de suas lutas contra as desigualdades étnico-raciais e de gênero no tempo presente. Nesse sentido, eu destaco a potência da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros (@historiadorxsnegrxs) na divulgação, fortalecimento, diálogo e construção coletiva de saberes históricos com forte dimensão política e transformadora. Esta rede está não só revisitando a historiografia e as fontes históricas sob um ponto de vista negro, antirracista, antissexista e decolonial, mas promovendo e valorizando na academia novos sujeitos de produção de conhecimentos históricos. Há uma perspectiva de aproximação das experiências e identidades destes grupos, o que vem inovando, enriquecendo, atualizando e pluralizando muito o campo historiográfico. Tais estudos são urgentes e necessários na transformação de nossa sociedade, porque tem nos ajudado a compreender os processos e mecanismos de formação e manutenção das desigualdades étnico-raciais e de gênero no Brasil, mostrando-nos o quanto o

racismo é estrutural. A descolonização da história começa não só com a abertura da historiografia para a inclusão de novas fontes e sujeitos/personagens históricos, numa perspectiva crítica e historicizadora dos efeitos do colonialismo e da escravidão na manutenção do racismo/sexismo no tempo presente, mas, sobretudo, com a abertura da academia para pesquisadores/as negros/as, africanos/a, quilombolas e indígenas que trazem outras epistemologias e narrativas para esse campo.

**[R.T.] Finalizando a entrevista, por meio do seu contato com a escrita da História a partir de uma perspectiva de gênero, você poderia falar um pouco sobre o cenário historiográfico brasileiro? Quais caminhos você pode apontar para jovens historiadores/as que têm interesse no campo do presente dossiê “Mulheres, gênero, feminismos”?**

**[S.R.O.]** A história das mulheres e das relações de gênero é hoje um campo de estudos multifacetado e que nos coloca uma série de desafios conceituais e epistêmicos no atendimento às demandas das mulheres pelo direito à diversidade e pluralidade de experiências e identidades na História. É um campo que ainda precisa se desvencilhar de teorias feministas eurocêntricas e hegemônicas que tratam a “mulher” como categoria homogênea e universal, a partir de referências e conceitos de gênero pautados apenas na experiência de mulheres brancas, cristãs, europeias, heterossexuais e burguesas. Nesse sentido, o maior desafio hoje está em romper com o racismo epistêmico e a universalização da binariedade de gênero nos modos de conferir visibilidade historiográfica às mulheres e às relações de gênero. Para os/as jovens historiadores/as interessados no campo do presente dossiê, é importante que estejam dispostos/as a aprender também com as feministas e mulheres negras, indígenas, camponesas, quilombolas, periféricas, homossexuais, transexuais, transgêneros e outras, porque as experiências e identidades destas mulheres nos permitem expandir e pluralizar os modos de subjetivação das mulheres na História. Além disso, os feminismos negros, pós-coloniais e decoloniais nos ensinam sobre o caráter multidimensional e complexo da opressão e discriminação das mulheres na História, apontando os problemas na abordagem do patriarcado como a única fonte de opressão das mulheres em todas as épocas e lugares. No questionamento de categorias homogêneas e universais que tendem a naturalizar conceitos históricos como “homem” e “mulher”, apagando a pluralidade e liberdade constitutiva das subjetividades na História, as teorias feministas interseccionais, atentas às conexões do gênero à raça, classe, etnia, sexualidade e outros marcadores sociais, mostram como o sexismo, o racismo e a exploração de classe funcionam

como sistemas inter-relacionados de dominação, e assim nos colocam “questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social” (COLLINS, 2017, p. 7). Em uma sociedade tão injusta, violenta e desigual, com o aumento alarmante dos números de feminicídio, estupros, discriminações e violência de todo tipo contra as mulheres, precisamos cada vez mais de histórias feministas que atentem para as interseccionalidades constitutivas das identidades, hierarquias e relações de poder, desvelando também a multiplicidade de memórias, experiências, saberes e práticas de liberdade, emancipação e resistência das mulheres em várias épocas e lugares. Assim, a nossa produção historiográfica pode assumir uma dimensão política e transformadora, capaz de educar não só para o respeito e valorização da diversidade do “ser mulher”, numa perspectiva antirracista e antissexista, mas também para a compreensão e enfrentamento desses problemas na atualidade, balizando também ações para a justiça social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLLINS, Patrícia. Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. *Parágrafo*, v.5, n.1, Jan/Jun. 2017.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (orgs.). *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Memórias, subjetivação e educação no tempo presente: como as representações de violência sexual são abordadas nos livros didáticos de História?. *Tempo e Argumento*, v. 11, p. 466-502, 2019a.
- \_\_\_\_\_. *Por uma história do possível: representações das mulheres Incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 256p .
- \_\_\_\_\_. Violência contra as mulheres: cultura histórica, subjetivação e ensino de histórias do possível. In: OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene (Orgs.). *Gênero, Subjetivação e Perspectivas Feministas*. Brasília: Technopolitik, 2019b, p. 276-308.
- \_\_\_\_\_. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). *Revista Estudos Feministas*, v. 27, p. e58426, 2019c.
- PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no ensino de história. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26 (107), 2018.